

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**A FOICE, O MARTELO E OUTRAS FERRAMENTAS DE AÇÃO POLÍTICA:
OS TRABALHADORES RURAIS E TÊXTEIS DE MAGÉ/RJ (1956-1973)**

APRESENTADA POR

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO: Paulo Roberto Ribeiro Fontes

Rio de Janeiro, Março de 2015

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS

A FOICE, O MARTELO E OUTRAS FERRAMENTAS DE AÇÃO POLÍTICA:
OS TRABALHADORES RURAIS E TÊXTEIS DE MAGÉ/RJ (1956-1973)

APRESENTADA POR

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro

Rio de Janeiro, Março de 2015

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO: Paulo Roberto Ribeiro Fontes

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro

A FOICE, O MARTELO E OUTRAS FERRAMENTAS DE AÇÃO POLÍTICA:
OS TRABALHADORES RURAIS E TÊXTEIS DE MAGÉ/RJ (1956-1973)

Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de
Doutor em História,
Política e Bens Culturais.

Rio de Janeiro, Março de 2015

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro

**A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política:
os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)**

Tese apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História
Contemporânea do Brasil – CPDOC para obtenção do grau de Doutor em História,
Política e Bens Culturais.

Data da defesa: 13/04/2015

Aprovada em: ____/____/2015

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Ribeiro Fontes
Fundação Getúlio Vargas (FGV)
Orientador

Prof. Dr. Mario Grynszpan
Fundação Getúlio Vargas (FGV)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Alexandre Fortes
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

“Papai, já acabou o livro?”. Era com esta frase que o meu filho Vitor, de três anos, me questionava nos últimos meses cada vez que me via, compenetrado, diante do computador, já que eu não podia brincar com ele como antes. O “livro” do qual meu filho se referia era a presente tese de doutoramento. Por diversas vezes, suas repetidas indagações me remetiam à infância, quando cobrava do meu pai mais tempo para brincar de bola comigo na rua. Morávamos em uma vila operária e ele – tal como milhares de trabalhadores sem oportunidade de emprego nas fábricas de tecidos em Magé – acabou indo trabalhar em outros municípios, como Duque de Caxias e Rio de Janeiro. Chegando mais tarde em casa do que costumava, devido à distância do novo trabalho, meu pai era muito cobrado por mim, da mesma forma que meu filho faz comigo hoje.

Essas recordações da infância, além de me ajudar na relação pai e filho, também reforçou o quanto faço parte da história que pesquiso. Três gerações da minha família trabalharam nas fábricas de tecidos aqui estudadas. Eu testemunhei, na infância, o fechamento de algumas delas e, ainda hoje, identifico as marcas que essa ausência fabril imprimiu nas memórias dos antigos tecelões. Por isso, gostaria de dirigir meus primeiros agradecimentos a todos esses trabalhadores: pelas conversas, pelos ensinamentos e por tornarem públicas as suas memórias.

Da mesma forma, gostaria de agradecer aos pesquisadores que tem se dedicado a preservar e analisar essas memórias, em especial Juçara Mello, Taiane Linhares e Ademir Calixto, amigos e conterrâneos com quem mantenho contatos mais frequentes.

Em relação ao meu despertar para o estudo sobre trabalhadores rurais, sou eternamente grato à amiga Adriana Ribeiro, companheira de pesquisa sobre a Baixada Fluminense, que “me abriu os olhos” ao apresentar um livro sobre as memórias de Bráulio Rodrigues.

Ao mergulhar em uma imensa bibliografia, no afã de compreender as relações entre essas duas categorias laborais, acabei me apropriando de uma expressão bastante consolidada nas memórias dos trabalhadores rurais de Magé, inclusive considerada determinante para as suas conquistas: o “andar”. Com esta inspiração, iniciei as minhas andanças estabelecendo contatos e conversas com diversos pesquisadores, o que foi decisivo para a presente tese. Por isso, agradeço imensamente a Mario Grynspan, Leonilde Medeiros, Clifford Welch, Angela Moreira, Andréa Telo, José Sérgio Leite Lopes, Sônia Gonzaga e Marco Antônio Teixeira. Muitos deles, aliás, gentilmente disponibilizaram fontes de sua própria pesquisa e acesso aos acervos das instituições onde atuam.

Aos integrantes do Laboratório de Estudos dos Mundos do Trabalho e Movimentos Sociais (LEMT), meu muito obrigado pela parceria, pelos debates, pelas preciosas contribuições e pelos ótimos bate-papos regados à cerveja. Meus agradecimentos aos amigos LEMTistas: Claudiane Torres, Samuel Oliveira, Heliene Chaves, Luciana Pucu, Flávia Veras, Eduardo Jorge, Mariana da Fonte, Alejandra Estevez e os irmãos Eduardo e Leonardo Angelo.

Ao coordenador do LEMT, meu orientador nesta tese, professor e amigo, Paulo Fontes, agradeço de forma especial. Fui seu aluno logo no primeiro semestre do doutorado e, a partir dos nossos debates sobre o projeto de pesquisa, nasceu uma parceria que foi decisiva para que eu chegasse até aqui. Com orientações precisas e estimulantes, me ajudou a lapidar aquele projeto inicial, encorajando-me a ir mais longe do que imaginava. Além de suas qualidades acadêmicas, gostaria de destacar a solidariedade do Paulo em um momento bastante delicado, quando meu pai teve um problema de saúde e ficou internado por três meses. Da mesma forma que cobrava o andamento da pesquisa, que já estava em sua reta final, ele me apoiou e fez “esquecer a tese” para dedicar-me inteiramente à família. Outra qualidade sua – não propriamente acadêmica – é a generosidade. Sua vontade deliberada de deixar a gente “na cara do gol” em diversas situações tornou-se latente, parecendo aquele jogador de futebol que prefere dar um bom passe ao atacante, do que propriamente colocar a bola pra dentro da rede. Só não posso fazer comparações com o Ganso, craque do seu time, senão o orientador vai ficar “se achando”...

Aos demais professores do CPDOC, também presto aqui meus agradecimentos, em especial a Angela de Castro Gomes, Dulce Pandolfi, Américo Freire e Luciana Heymann, coordenadora do curso, além dos já citados Mario Grynspan e Angela Moreira. Também não posso deixar de agradecer a Aline Santiago, secretária da Pós-Graduação, sempre solícita e que nos apoiou bastante ao longo desses quatro anos de doutorado. Muito obrigado!

Ao CPDOC, institucionalmente, registro o meu privilégio de ter sido aluno de tantos autores importantes para a historiografia, que desde a graduação eu acompanhava, por meio de seus trabalhos. Da mesma forma, agradeço o financiamento dos últimos sete meses de pesquisa – através de uma bolsa de estudos – e do apoio à nossa participação em congressos nacionais e internacionais. Estes intercâmbios e debates foram fundamentais para o enriquecimento do presente trabalho.

Aos professores da Banca Examinadora, sou grato pela gentileza, disponibilidade e paciência que tiveram em receber a versão final da tese com prazo tão exíguo. Sinto-me profundamente honrado com as presenças, contribuições e críticas dos professores José Sérgio

Leite Lopes, Mario Grynszpan, Alexandre Fortes e Fernando Teixeira, profissionais altamente competentes com quem tenho estabelecido um rico e prodigioso diálogo.

Aos amigos do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores e colegas de trabalho, também agradeço por todo apoio que me deram, sobretudo nas horas em que parecia difícil conciliar tantas tarefas.

À minha família – especialmente meus pais (Jorge e Vania), minha esposa (Vanisia) e nosso filhote (Vitor) – sou eternamente grato por tudo que fizeram por mim. O apoio, a garra, a dedicação, a paciência, a compreensão e a parceria deles foram determinantes nesta caminhada. Amo vocês!

Ao bom Deus, só tenho a agradecer pela minha vida: as conquistas, os obstáculos e, principalmente, os aprendizados experimentados a cada dia.

Ah, e não posso me esquecer: Filho, papai terminou o livro!

RIBEIRO, Felipe. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)*. Rio de Janeiro: tese de doutorado em História, Política e Bens Culturais apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2015. 290f.

A presente tese pretende analisar a ação política dos trabalhadores rurais e têxteis do município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 1956 e 1973, com destaque para as atuações dessas duas categorias em parceria, bem como as suas formas de organização e lutas. Ao considerarmos este município como um cenário privilegiado para se investigar as conexões entre o rural e urbano – tendo em vista que a cidade foi uma pródiga produtora de alimentos e tornou-se um polo industrial têxtil – nosso intuito será mapear a participação dos diversos partidos políticos, lideranças, grupos e instituições que dialogavam com esses trabalhadores para além do mito da “foice e o martelo”. Deste modo, buscamos contribuir com os estudos sobre história do trabalho, enfatizando a articulação entre as lutas coletivas e as ferramentas de ação política utilizadas por esses tecelões e lavradores, analisados de forma conjunta nesta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE:

trabalhadores rurais; trabalhadores têxteis; ação política.

ABSTRACT:

This thesis of doctoral aims to analyze the political action of rural and textile workers of city Magé, State of Rio de Janeiro, between 1956 and 1973, highlighting the performance in partnership of these two categories, as well their forms of the organization and struggles. As we consider this city as an privileged scenario to investigate the connections between the rural and the urban - given that was a important producer of food and became a textile industrial center - our aim will be to map the participation of various political parties, leaders, groups and institutions that dialogued with these workers beyond the myth of the "Sickle and Hammer". Thus, we seek to contribute to studies on social history of work, emphasizing the link between the collective struggles and the political action tools used by these weavers and farmers, analyzed together in this research.

KEYWORDS:

rural workers; textile workers; political action

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: UMA CIDADE ENTRE O RURAL E O URBANO	37
CAPÍTULO 2: AS FORÇAS ATUANTES NO CAMPO POLÍTICO	92
CAPÍTULO 3: A HIDRA DE “FOICE E MARTELO”	151
CAPÍTULO 4: O FERRAMENTAL POLÍTICO E A FÊNIX	230
CONCLUSÃO	272
REFERÊNCIAS	275

(...) Não tenho arrependimento de nada do que fiz na minha vida, das lutas que eu participei como operária lutadora, não tenho arrependimento de nada, tudo o que eu fiz não foi por interesse de nada, não fiz nada pra me vingar de ninguém. Eu participava no meio dos comunistas porque naquela época né... Mas eu nunca me considerei comunista. Nem nunca botei, conforme muita gente botava, foto de Luís Carlos Prestes no peito, nem aquela foice e martelo, nunca botei nada no meu corpo. (...) Até hoje os trabalhadores são explorados, e eu sempre lutei contra a injustiça. (...) Nunca, eu nem meu marido, dissemos que somos comunistas. Nós somos socialistas, a gente pensa no social, na igualdade, na justiça. Mas naquele tempo a gente vivia com aquele povo todo né, então diziam que a gente era comunista (...).¹

A fala e a trajetória da ex tecelã Lúcia de Souza Lima remetem diretamente às questões que pretendemos debater nesta tese. Nascida e criada no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, Dona Lúcia começou a trabalhar em uma fábrica de tecidos na adolescência, aos catorze anos, fato comum à época. Eram meados da década de 1930 e ser tecelão configurava como a principal oportunidade de emprego para a maioria dos moradores da cidade, realidade que perdurou até a década de 1970, quando importantes fábricas do município entraram em processo de decadência, encerrando suas atividades paulatinamente.

Como operária que *“não corria de trabalho”* e que *“fazia o seu serviço direitinho”*, a jovem Lúcia também se inquietava com as privações vividas pela maioria dos seus pares que labutavam nas indústrias têxteis. Talvez por isso, tenha ingressado nas fileiras do Partido Comunista do Brasil (PCB)² e se tornado uma militante fervorosa na luta por justiça social, engajada em greves e lutas sindicais. Não só ela, mas boa parte de sua família atuou no partido. Seu tio Euzébio de Souza, por exemplo, também tecelão, chegou a fraturar o antebraço ao tentar proteger o orador de um comício, realizado em protesto contra a cassação dos vereadores comunistas do município, em 1949. A manifestação foi duramente reprimida pelas forças de segurança pública e o acidente ocorreu na tentativa policial de agredir o orador com uma coronhada de fuzil.

Já no início dos anos de 1980, Lúcia de Souza – então com 53 anos – casou-se com Manoel Ferreira de Lima, um migrante nordestino, ex tecelão em Magé, atuante no sindicato da categoria entre as décadas de 1930 e 50, membro da Igreja Batista e militante do PCB, que pouco depois se tornou líder camponês no município, fundando e presidindo associações e

¹ Entrevista concedida por Lúcia de Souza a Juçara Mello. 10/10/2007.

² O PCB foi fundado em 25/03/1922, originalmente com o nome de Partido Comunista do Brasil. No ano de 1960, após um congresso realizado pelo partido, foi decidida a alteração do nome da legenda para Partido Comunista Brasileiro, mantendo-se a sigla PCB. Em 1962, um grupo dissidente formou outra agremiação partidária, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

sindicatos rurais, tendo inclusive ocupado a presidência da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ) e a vice-presidência da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Devido sua atuação política, desde 1962 passou a ser duramente perseguido, sendo preso diversas vezes. Após a deposição do presidente João Goulart, em 64, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN) e só retornou à militância ao final dos anos de 1970.

À época do matrimônio, o casal já se identificava politicamente com o Partido dos Trabalhadores (PT), tendo Manoel se candidatado a deputado estadual pela legenda nas eleições de 1986 e falecido poucos anos depois, não chegando a receber em vida a Medalha Chico Mendes, prêmio concedido a ele pelo Grupo Tortura Nunca Mais, em 1989.³

Viúva e com 94 anos de idade, Dona Lúcia reside no mesmo terreno que seus pais conseguiram comprar com tanto esforço, a fim de não dependerem das casas da vila operária construída pela fábrica. Ela recordou que, no início, a família construiu uma “casa de zinco” para se instalar no local. Hoje se sente orgulhosa de possuir sua própria casa – da qual se ausenta somente para frequentar os cultos na igreja – e de chegar ao final da vida “com dignidade”, afirmando que não se arrepende de nada que fez.

Bem, como foi possível perceber nesta breve história, temas como trabalho urbano (sobretudo têxtil), trabalho rural, migração, vida social, religião, senso de justiça, organização sindical e partidária, mobilização popular e ação política permearam a vida do casal Lúcia de Souza e Manoel Ferreira de Lima. Ademais, gostaríamos de enfatizar que tais temas também atravessaram, de alguma forma, a vida de muitos outros moradores da cidade.

Desse modo, a presente pesquisa insere-se nas discussões dos estudos sobre o mundo do trabalho, buscando analisar a ação política dos trabalhadores rurais e têxteis do município de Magé, entre os anos de 1956 e 1973, com destaque para as atuações conjuntas dessas duas categorias, bem como as suas formas de organização e lutas.

Tal empreendimento, no entanto, torna imperiosa uma série de reflexões e discussões acerca do que é a classe trabalhadora brasileira, tanto para aqueles que a compõe, quanto para os que a tem como objeto de estudo. Neste sentido, ressaltamos que há interpretações muito

³ Em seu sepultamento, realizado no cemitério de Santo Aleixo, no município de Magé, estava presente Luis Carlos Prestes, conforme registro encontrado no acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI). “*Durante o velório, a bandeira do PT cobriu o ataúde, sendo que algumas pessoas foram fotografadas junto ao morto. Entre os presentes destacou-se Luis Carlos Prestes, que falou em nome dos ‘Comunistas Revolucionários’*”. Cf. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Informe nº 00376-20/89/2EM/PMERJ. Confidencial. 09/08/1989. fl.01. Acervo do SNI no Arquivo Nacional (AN). Recentemente, Manoel Ferreira de Lima foi retratado em uma publicação sobre personagens atuantes na militância camponesa, vinculada ao projeto “Direito à Memória e à Verdade”, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Cf. CARNEIRO, Ana; e CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011. pp.197-198.

divergentes sobre a história dos trabalhadores do país, sobretudo em relação ao período e à abordagem que propomos.

Um aspecto importante dos movimentos populares é aquilo que as pessoas comuns se lembram dos grandes acontecimentos, em contraste com aquilo que seus superiores acham que deveriam se lembrar, ou com o que os historiadores conseguem definir como tendo acontecido; e na medida em que convertem a memória em mito, como tais mitos são formados (...) ⁴

Salta aos olhos, por exemplo, a forma como o pré-1964 é caracterizado na fala dos defensores do movimento civil-militar que tomou o poder naquele ano, denotando o quanto os trabalhadores brasileiros organizados e o governo João Goulart estavam “*minados por teorias marxistas-leninistas*”, levando à “*desordem administrativa, a quebra da hierarquia e disciplina no meio militar e a cizânia entre os Poderes da República*”, tendo o “povo brasileiro” apelado às Forças Armadas para uma intervenção. ⁵

Por outro lado, em nível de discurso, o movimento social que deu origem ao partido que está à frente do governo brasileiro desde 2002 – o PT – se estabeleceu justamente negligenciando a ação política dos trabalhadores e do PCB no pré-1964. De certa forma, buscou-se afirmar o “novo sindicalismo” em oposição ao “velho”, sendo invocadas supostas fragilidades daqueles “bodes expiatórios” para explicar a derrota da esquerda. ⁶

E é partir da problematização deste imaginário político brasileiro aparentemente dividido que gostaríamos de apresentar nossa tese de doutoramento, tendo como objetivo justamente reavaliar essas generalizações antagônicas que consideram os trabalhadores brasileiros por vezes como “apáticos”, por outras como “subversivos”. Para isso, porém, é preciso compreender a classe trabalhadora como sujeito de sua própria história e não como se estivesse a reboque de partidos, sindicatos e outras instituições políticas.

⁴ HOBBSAWM, Eric J. *A história de baixo para cima*. In: _____. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.222.

⁵ CLUBE MILITAR [et.al]. *À Nação Brasileira: 31 de Março*. Disponível em: <<http://clubemilitar.com.br/a-nacao-brasileira-31-de-marco>>. Acessado em 08/04/2013. No ano seguinte, a entidade publicou uma edição especial de sua revista institucional abordando o tema. Cf. *Revista do Clube Militar*. a.86. n.452. fev-mar-abr/2014. Outro trabalho importante para compreender esta posição foi publicado pela Biblioteca do Exército (BIBLIEX). Cf. MOTTA, Arilcides de Moraes (org). *1964 - 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2003.

⁶ SILVA, Fernando Teixeira da. *Breve história de erros e bodes expiatórios: PCB e trabalhadores (1945-1964)*. In: FOR- TES, Alexandre (org.). *História e Perspectivas da Esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Argos, 2005. p. 192.

História do Trabalho no Brasil

Os estudos sobre história do trabalho vêm passando por um relevante processo de renovação no Brasil, sobretudo nas últimas décadas. Em um breve retrospecto, podemos assinalar a viragem entre as décadas de 1970 e 80 como um marco bastante significativo.

Foi no final dos anos 70 que a História ingressou definitivamente no campo dos estudos do trabalho, que até então era majoritariamente ocupado pela Sociologia e, em menor grau, pela Ciência Política. O período foi marcado pela defesa das primeiras dissertações de mestrado de historiadores sobre o tema e pelo surgimento de diversos centros de documentação dedicados à história operária⁷. Neste contexto, contribuíram decisivamente os estudos de acadêmicos norte-americanos sobre o Brasil, conhecidos como “brasilianistas”, bem como tiveram destaque, no que tange à produção brasileira, os estudos do historiador Boris Fausto (bastante identificado com os estudos sociológicos que o precederam) e, sobretudo, os do cientista político Francisco Weffort, formulador da noção de “sindicalismo populista”.⁸

Destarte, a partir da década de 1980, houve uma significativa renovação nos estudos sobre o movimento operário, motivada tanto por eventos nacionais importantes, como as greves do ABC paulista e a ascensão do “novo sindicalismo”; quanto por uma notória produção historiográfica estrangeira atinente ao tema, que exerceu considerável influência nos pensadores brasileiros do período. Papel primordial coube à historiografia marxista inglesa, tendo como ícones os historiadores Eric Hobsbawm e Edward Palmer Thompson. Outra contribuição importante foi a obra do filósofo francês Michel Foucault, com suas análises acerca das relações de poder.

Sob essa influência estrangeira, ampliaram-se os enfoques da historiografia brasileira sobre o movimento operário. Novos temas, anteriormente tratados como secundários ou simplesmente não abordados, “entraram em cena”, tais como: as condições de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores, aspectos da cultura operária e de gênero, correntes sindicais reformistas, origens da legislação trabalhista, revoltas populares, movimento anarquista, enfim. Essa renovação, nos anos 1980, provocou inclusive a diversificação das fontes tidas co-

⁷ Entre as primeiras dissertações, Cf. GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1978. O trabalho foi publicado na versão livro no ano seguinte. Cf. _____. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. 1. ed. Entre os centros de documentação, destacamos o Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), adquirido pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1974; e o Centro de Memória Sindical, criado em São Paulo no ano de 1980. Pouco depois, em 1987, foi criado o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁸ Cf. WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do após-guerra*. Estudos CEBRAP. São Paulo: abr-jun/1973. 4 v. pp.66-105.

mo tradicionais (fundamentalmente a imprensa e outras fontes impressas), passando a ser utilizadas fontes judiciais, documentação policial, arquivos de empresas, iconografia, além da história oral.

Nos anos de 1990, embora a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o recuo eleitoral das esquerdas tenham, de certo modo, impactado negativamente a produção acadêmica sobre o tema, buscou-se um revigoramento nos estudos sobre história operária através da avaliação de trabalhos anteriores, tanto no que tange à análise do modo como as fontes estavam sendo utilizadas, bem como no tratamento dispensado ao tema. Foram realizadas revisões de trabalhos e releituras de fontes tradicionais vislumbrando novos caminhos e novas preocupações, inclusive com maiores aproximações da História com outras ciências sociais, no intuito de superar as dificuldades atravessadas por esse campo de pesquisa.⁹

Como exemplo deste revigoramento, destacou-se, entre outras, a produção do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em São Paulo, reunindo pesquisadores de diversas regiões do país e estrangeiros¹⁰. Sob a evidente influência de E. P. Thompson, estes trabalhos mantiveram acesa a renovação da historiografia operária e foram além: por meio de diversos “estudos de caso”, contidos em dissertações de mestrados da UNICAMP – a grande maioria delas publicadas em livros – essa geração de historiadores apresentou contribuições sólidas e inovadoras para uma história social do trabalho, com destaque para o período pós-1930, pois a geração anterior havia privilegiado o estudo dos trabalhadores nos anos 20. Essas novas pesquisas eram sustentadas em ampla análise de fonte primária, bem como no desafio de superar os estigmas criados pela produção histórica e sociológica brasileira sobre a classe trabalhadora.¹¹

Como resultado desta efervescência, foi criado no ano 2000 um coletivo de historiadores denominado Mundos do Trabalho, Grupo de Trabalho (GT) da Associação Nacional de História (ANPUH) que tem por objetivo congregar professores, pesquisadores e estudantes de todo o país com interesse na área de história social do trabalho, concentrando e institucionalizando uma prática de debates sobre o tema que vinha sendo realizada informalmente na co-

⁹ Cf. BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências*. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. pp.152-155.

¹⁰ Ressalta-se que havia outros centros de produção relevantes sobre história do trabalho no Brasil, como os programas de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹¹ Particularmente as noções de “sindicalismo populista” e “cupulismo”, como referências para os anos de 1930 a 60, sofreram intensas críticas. Cf. COSTA, Hélio; FONTES, Paulo; FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Na luta por direitos: leituras recentes em História Social do Trabalho*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1999.

munidade acadêmica durante anos. O GT tem se notabilizado, inclusive, em superar as recorrentes dicotomias contidas nos estudos sobre o tema.

Logicamente que o processo de abertura “lenta, gradual e segura” dos arquivos da polícia política e dos órgãos de informação referentes aos governos militares, ocorrido na última década, contribuiu bastante para todo esse contexto de renovação na pesquisa acadêmica sobre os trabalhadores. Assomado a isso, a vitória de um ex operário e líder das greves do ABC paulista em 1978 nas eleições presidenciais de 2002 e 2006 interferiram indubitavelmente na elaboração que os trabalhadores e sindicalistas brasileiros fazem de si e de sua própria trajetória. Tudo isso sem citar as tensões reascendidas nos últimos anos, diante dos debates sobre a aplicação da Lei de Anistia, da criação da Comissão de Mortes e Desaparecidos Políticos e, mais recentemente, com a eleição da presidenta Dilma Rousseff – uma ex militante da luta armada – e a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹², cujos trabalhos influirão sobremaneira nos estudos sobre o trabalho no Brasil.

Indubitavelmente, a partir deste instigante panorama, a história do trabalho abre-se diante de novos campos de possibilidades e discussões.

Outros “Muros de Berlim historiográficos”

Dentre as discussões mais acaloradas que envolvem os estudos sobre trabalho – e não apenas no Brasil – certamente o engessamento de modelos interpretativos ocupa papel de destaque. Seja de forma deliberada ou velada, esses paradigmas têm consolidado linhas de pesquisa histórica que pouco dialogam, reforçando inclusive distinções no mundo do trabalho que estudos empíricos tem contestado.

Ao analisarem a produção acadêmica sobre a história dos trabalhadores no Brasil desde a década de 1980, por exemplo, Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva argumentaram sobre a necessidade de se derrubar o “Muro de Berlim historiográfico” que teima em distinguir os paradigmas de interpretação sobre o lugar dos escravos e dos chamados trabalhadores livres nos estudos acadêmicos.

Ao se adensar e enriquecer, nas últimas três décadas, a produção acadêmica sobre a história dos trabalhadores no Brasil tem provocado a revisão de algumas interpretações clássicas e sugerido novos caminhos de investigação. Grosso modo, pode-se dizer que tal esforço intelectual e político abalou o

¹² A Comissão Nacional da Verdade foi criada através da Lei nº 12528/2011 e instituída em maio de 2012, tendo por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Disponível em: <www.cnv.gov.br>. Acessado em 20/01/2013.

que chamaremos aqui de ‘paradigma da ausência’. Ademais, ameaça derrubar o muro de Berlim historiográfico, decorrente do paradigma mencionado, que ainda emperra o diálogo necessário entre os historiadores da escravidão e os estudiosos das práticas políticas e culturais dos trabalhadores urbanos pobres e do movimento operário.¹³

De fato, os autores apresentaram uma tentativa bastante interessante de aproximação entre dois campos de investigação histórica que se desenvolveram paralelamente – os estudos sobre escravidão e sobre o movimento operário. Entretanto, a leitura deste artigo suscitou outra reflexão acerca de dicotomias análogas na produção acadêmica brasileira sobre história do trabalho.

Ao pesquisarmos, durante o mestrado, a atuação dos vereadores comunistas de Magé e suas relações com os trabalhadores têxteis locais, encontramos a peculiar trajetória de Manoel Ferreira de Lima, já mencionado. Ele era tecelão e participava ativamente da militância sindical comunista, sendo por isso constantemente despedido das fábricas do município. Decidiu então rumar para o campo e começou a atuar na organização dos trabalhadores rurais¹⁴. Foi eleito vereador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1954, fundou e presidiu a associação dos lavradores em 56 (mais tarde transformada em sindicato, no ano de 62), bem como ocupou cargos de relevância em entidades da categoria, de abrangência estadual e nacional.

Partindo desta trajetória, de “tecelão à líder camponês”, a presente pesquisa fatalmente nos conduziu à bibliografia sobre o mundo do trabalho rural, o que logo provocou questionamentos acerca da falta de diálogo entre os estudos do trabalho no campo e na cidade.

Desta forma, inspirado no debate proposto por Chalhoub e Teixeira e em continuidade a estas discussões, esta tese propõe questionar outro “Muro de Berlim historiográfico”: aquele que evita a aproximação dos estudos sobre trabalhadores urbanos e rurais. Sem dúvida, a maioria das pesquisas acadêmicas sobre classe trabalhadora favorece exclusivamente um desses dois grupos e talvez essa dicotomia esteja relacionada a um certo legado acadêmico, que inculcou visões depreciativas em relação ao mundo rural, sobretudo após uma série de estudos sociológicos nas décadas de 1950 e 60, inspirados pela noção de modernização. Assim, con-

¹³ CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da Silva. *Sujeitos no imaginário acadêmicos: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. In: Cadernos AEL, 2009. v.14.n.26.p.15.

¹⁴ Passaremos a utilizar este termo para designar genericamente os “homens do campo”, entre eles posseiros, meeiros, arrendatários, parceiros, colonos, lavradores, camponeses e pequenos proprietários rurais. Porém, salientamos que há distinções significativas entre essas categorias no mundo rural, motivo inclusive de intensas discussões acadêmicas sobre qual a melhor forma para definir esses grupos. Em nosso objeto de pesquisa, por exemplo, identificamos várias denominações atinentes a estes trabalhadores: o Estado normalmente utilizava a expressão “trabalhador rural”, tal como foi consagrado no Estatuto promulgado pelo governo brasileiro em 1963; a militância comunista preferia denominá-los como “camponeses”, denotando o trabalhador politicamente ativo e consciente; as entidades de classe – via de regra – estampavam em seu nome oficial a denominação de “lavradores”; ao passo que juridicamente, no contexto das ocupações de terras no município, essas mesmas entidades utilizavam a qualificação de “posseiro”.

solidou-se no imaginário acadêmico a divisão estrutural que caracterizou o rural como sinônimo de atraso e o urbano como sinônimo de progresso.¹⁵

Este legado acadêmico tem repercutido, inclusive, nas abordagens pejorativas em relação aos trabalhadores nordestinos que migram para as regiões mais industrializadas do país, chegando, em alguns estudos, a ser considerado como possível causa à falta de consciência de classe atribuída ao “velho sindicalismo”, embora alguns trabalhos recentes estejam buscando desmistificar esses estereótipos.¹⁶

Faz-se necessário, assim, problematizar e questionar as explicações acadêmicas que privilegiam a abordagem da origem rural da classe trabalhadora brasileira como aspecto supostamente determinante para justificar seus “desvios de conduta”, o que inclusive se tornou uma espécie de paradigma analítico bastante influente a partir do final da década de 1960, inspirando uma série de trabalhos ainda hoje, mesmo que de forma velada. E o que é pior: as representações baseadas na dicotomia rural-urbano acabam por ocultar, nos estudos acadêmicos, fenômenos sociais bastante relevantes.¹⁷

Neste interim, a própria historiografia específica sobre trabalhadores rurais apresentou críticas à “inclinação urbana” contida nos estudos brasileiros, tal como assinalado por Leonilde Medeiros¹⁸. Da mesma forma, observa-se que, desde os anos de 1990, as transformações da produção agrícola e das formas de luta pela terra tem causado um certo desinteresse em pesquisar os trabalhadores rurais no período pré-1964, com excessão para o estudo das Ligas Camponesas, que ainda é bastante valorizado, em detrimento do movimento sindical e dos próprios comunistas, conforme apontado por Clifford Welch:

No Nordeste, por exemplo, o PCB teve muito menos influência que no centro-sul. (...) Na história de São Paulo (...), a Igreja era dividida, com uma ala conservadora e uma reformista. Na Paraíba, o catolicismo do povo neutralizou a militância do PCB e as disputas dentro das ligas abriram espaço que permitiu à Igreja ganhar ‘a corrida da fundação e reconhecimento dos sindicatos dos padres’. Precisamos de estudos que examinem a história na escala

¹⁵ Estudos como o de Juarez Brandão Lopes indicaram esta visão. Cf. LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964; e _____. *Crise no Brasil arcaico*. São Paulo: Difel, 1967. No entanto, a despeito de eventuais críticas, destacamos a relevante contribuição das referidas obras para a sociologia, sobretudo por seu pioneirismo ao investir em “estudos de caso”, tendo esta noção modernizadora sido reforçada mais por estudos inspirados em Brandão Lopes, que propriamente nos trabalhos do autor. Cf. LOPES, José Sérgio Leite. *Sobre os trabalhadores da grande indústria na pequena cidade: crítica e resgate da ‘Crise do Brasil Arcaico’*. In: _____. [org.] *Cultura & identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ, 1987. pp.147-170.

¹⁶ O trabalho de Paulo Fontes é um esforço neste sentido. Cf. FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

¹⁷ MINGIONE, Enzo; e PUGLIESE, Enrico. *A difícil delimitação do “urbano” e do “rural”: alguns exemplos e implicações teóricas*. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, abr/1987. n.22. p.86.

¹⁸ MEDEIROS, Leonilde Servolo. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989. p.8.

estadual e que possibilitem uma nova síntese dos movimentos dos trabalhadores rurais.¹⁹

No entanto, alguns estudos recentes tem procurado incorporar os trabalhadores rurais em suas análises sobre a legislação social produzida durante o Estado Novo (1937-1945). Justamente neste contexto, por meio de apropriações desta legislação, que diversos movimentos sociais despontaram após a Segunda Guerra Mundial buscando pôr em pé de igualdade esses direitos aos trabalhadores rurais.²⁰

Na antropologia social do trabalho, os resultados têm sido mais frutíferos, com diversas pesquisas que abordam simultaneamente os aspectos rurais e urbanos, com destaque para os livros publicados por Rosilene Alvin e José Sérgio Leite Lopes, que tratam dessas relações a partir de pesquisas etnográficas com trabalhadores de fábricas de tecidos em Pernambuco realizadas desde o final da década de 1970.²¹

Outro “Muro de Berlim historiográfico” suscitado na presente pesquisa remete à indicação de que o golpe de 1964 foi um “divisor de águas” entre dois tipos de sindicalismo: o de cúpula e o de base. De fato, a intervenção militar ocorrida naquele ano foi um duro golpe nos trabalhadores, configurando como uma resposta direta à sua intensa mobilização. Porém, há um significativo hiato nos estudos sobre a atuação dos trabalhadores brasileiros entre os meados das décadas de 1960 e 70, com escassas pesquisas sobre o período, fato evidenciado por ocasião dos cinquenta anos do movimento que depôs o presidente João Goulart.

Os cinquenta anos do golpe de 1964 têm assistido a um verdadeiro boom de publicações e estudos acadêmicos sobre a Ditadura Civil-Militar. Surpreendentemente, no entanto, os trabalhadores, personagens decisivos naquela conjuntura, têm sido razoavelmente negligenciados nas análises sobre o período. Nos numerosos eventos e atividades sobre o cinquentenário do golpe esta ausência é notável. Contudo, a presença pública e a luta por direitos, crescentes desde o final do Estado Novo, atingiriam um ápice justamente no início da década de 1960, mobilizando sindicatos, partidos, associações de moradores e outras formas de associação, como clubes de bairros e grêmios culturais. No campo e na cidade, os trabalhadores estavam no centro do cenário político.²²

¹⁹ WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. pp.38-39.

²⁰ Além do próprio trabalho de Welch, destacam-se as pesquisas realizadas por Angelo Priori e Marcus Dezemone. Cf. PRIORI, Angelo. *Legislação social e sindicalismo: um estudo sobre os trabalhadores rurais no norte do Paraná (1956-1963)*. São Paulo: dissertação de mestrado em História pela UNESP, 1994; e DEZEMONE, Marcus. *DEZEMONE, Marcus. Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Niterói: tese de doutorado em História pela UFF, 2008.

²¹ Cf. ALVIN, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a Fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997; e LOPES, José Sérgio Leite Lopes. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. Brasília, DF: Editora UNB; Marco Zero, 1988.

²² NEGRO, Antonio Luigi; CORRÊA, Larissa Rosa; e FONTES, Paulo. *Trabalhadores e Ditadura*. In: Revista Mundos do Trabalho. v.6. n.11. jan-jun/2014. p.5.

Acreditamos que esta ausência configura como um problema, sobretudo por reforçar – não de forma direta, nem tampouco empírica – as distinções entre o “velho” e o “novo” sindicalismo. Por isso mesmo, a presente pesquisa propõe analisar a ação política dos trabalhadores rurais e têxteis tanto no contexto anterior ao golpe, quanto no decênio seguinte, a fim de contribuir para este debate.

Vale ressaltar que, em certa medida, este “muro de 64” dialoga com o anterior, tendo em vista que alguns dos argumentos utilizados para justificar a derrota dos trabalhadores com a deposição de Goulart derivaram daquela visão modernizadora baseada na dicotomia rural-urbano.

Mas não apenas isso. Diversos grupos considerados “de esquerda”, inclusive ligados ao PCB, acabaram negligenciando o papel dos trabalhadores rurais no processo revolucionário. Como se fossem um “saco de batatas”, tal como a analogia apresentada por Karl Marx – na qual os camponeses franceses seriam “*incapazes de fazer valer seus interesses de classe em seu próprio nome*”²³ – os trabalhadores rurais brasileiros foram, por vezes, considerados forças auxiliares do operariado, que seria a vanguarda do movimento revolucionário comunista. Inclusive, parte desta visão derivou-se de uma obra do militante pecebista Otávio Brandão, publicada em 1924, onde a dualidade agrarismo-industrialismo evidenciava uma premissa que perdurou nas teses do partido por décadas, com leves adaptações: existiria uma contradição fundamental no país entre o capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno, este último visto pelos comunistas como representante da “burguesia progressista”. Nesse sentido, o caráter da revolução seria “democrático-burguesa”, devendo ser prioritária a luta contra a propriedade feudal e o imperialismo, ao passo que a luta anticapitalista ficaria para uma etapa revolucionária posterior.²⁴

Aliás, nos debates mais recentes sobre história global do trabalho²⁵, os ecos da analogia marxista sobre os camponeses franceses do século XIX também tem sido apontados como possíveis “responsáveis” pela visão acadêmica que, direta ou indiretamente, ainda denota o setor rural como atrasado e o cenário industrial como moderno.

²³ MARX, Karl. O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte. In: _____. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos: seleção de textos de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978. ed.2. Coleção “Os Pensadores”. p.115.

²⁴ AUED, Bernardete Wrublewski. *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro – PCB – e Ligas Camponesas (1955-64)*. Florianópolis: Editora UFSC, 1986. pp.20-21. Este debate sobre o caráter da revolução também foi abordado por Dulce Pandolfi em seu estudo sobre a memória do PCB, particularmente no capítulo sete. Cf. PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e Companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1995. pp.157-182.

²⁵ A história global do trabalho é caracterizada “*pela tentativa de superação do nacionalismo metodológico e do Eurocentrismo, cujo potencial vem se revelando extremamente rico no estabelecimento de uma perspectiva global de entendimento da classe trabalhadora e de sua história*”. Cf. LINDEN, Marcel van der. *História do Trabalho: o velho, o novo e o global*. In: Revista Mundos do Trabalho. v.1. n.1. jan-jun/2009. pp.11-26.

Assim, alguns historiadores do trabalho demitiram trabalhadores agrícolas com a condescendência do ‘saco de batatas’ de Marx, dando-lhes insuficiente atenção enquanto coletividade e, como resultado, este campo [de pesquisas] é mais fraco (...). Em resumo, queremos sugerir que o campo [área rural] é um local onde a classe ‘acontece’ e que a compreensão de ambos os setores, rural e urbano, será reforçada se começarmos a estudá-los tanto como iguais, quanto interdependentes.²⁶

Desta forma, diante dos “Muros de Berlim da historiografia” identificados no debate sobre a classe trabalhadora brasileira, podemos dizer que importantes forças políticas do período que iremos analisar, bem como muitos pesquisadores que se debruçaram sobre ele, em maior ou menor grau foram influenciados por essa noção modernizadora que via o mundo rural como uma espécie de “desajustamento” ao que eles idealizavam. Noção essa que era tributária, em grande medida, dos textos tidos como fundadores em suas respectivas áreas – “de Brandão a Brandão”, o Lopes e o Otávio –, mas principalmente a partir de uma série de trabalhos inspirados nesses autores.

Magé e seus trabalhadores como objeto de estudo

Ao considerarmos o município de Magé como um cenário interessante para se investigar as conexões entre o rural e urbano – tendo em vista que a cidade foi uma pródiga produtora de alimentos e tornou-se um polo industrial têxtil entre os séculos XIX e XX – nosso intuito será analisar a dinâmica local a partir do contexto pós Segunda Guerra e seus desdobramentos no mundo do trabalho, particularmente entre as décadas de 1950 e 70.

Localizado ao fundo da Baía de Guanabara, na Baixada Fluminense, Magé configurava, até a primeira metade do século XIX, como região importante na produção agrícola da então província do Rio de Janeiro, reunindo diversas fazendas que se desenvolveram ao longo do chamado “Caminho Novo” para as Minas Gerais, construído no século anterior. Devido à proximidade e às facilidades de escoamento, seu cultivo era vinculado diretamente ao consumo da capital, sendo Magé conhecida à época como “Celeiro da Corte”.²⁷

²⁶ HAHAMOVITCH, Cindy; e HALPERN, Rick. *Not a “sack of potatoes”: why labor historians need to take agriculture seriously*. In: *International Labor and Working-Class History*. n.65. Spring 2004. pp.3-4. Texto original: “Thus, even in few labor historians have dismissed agricultural workers with the condescension of Marx’s “sack potatoes”, as a collectivity we have paid them insufficient attention and our field is weaker as a result. (...) In short, we want to suggest that the countryside is a site where class “happens” and that an understanding of both the rural and urban sectors will be enhanced if we begin to study them both as coequals and as interdependent”. Tradução nossa.

²⁷ Cf. SANTOS, Renato Peixoto dos. *A Saga dos Ullmann (História de Magé de 1870/1950)*. Petrópolis: Gráfica Jornal da Cidade, 1988. p.25.

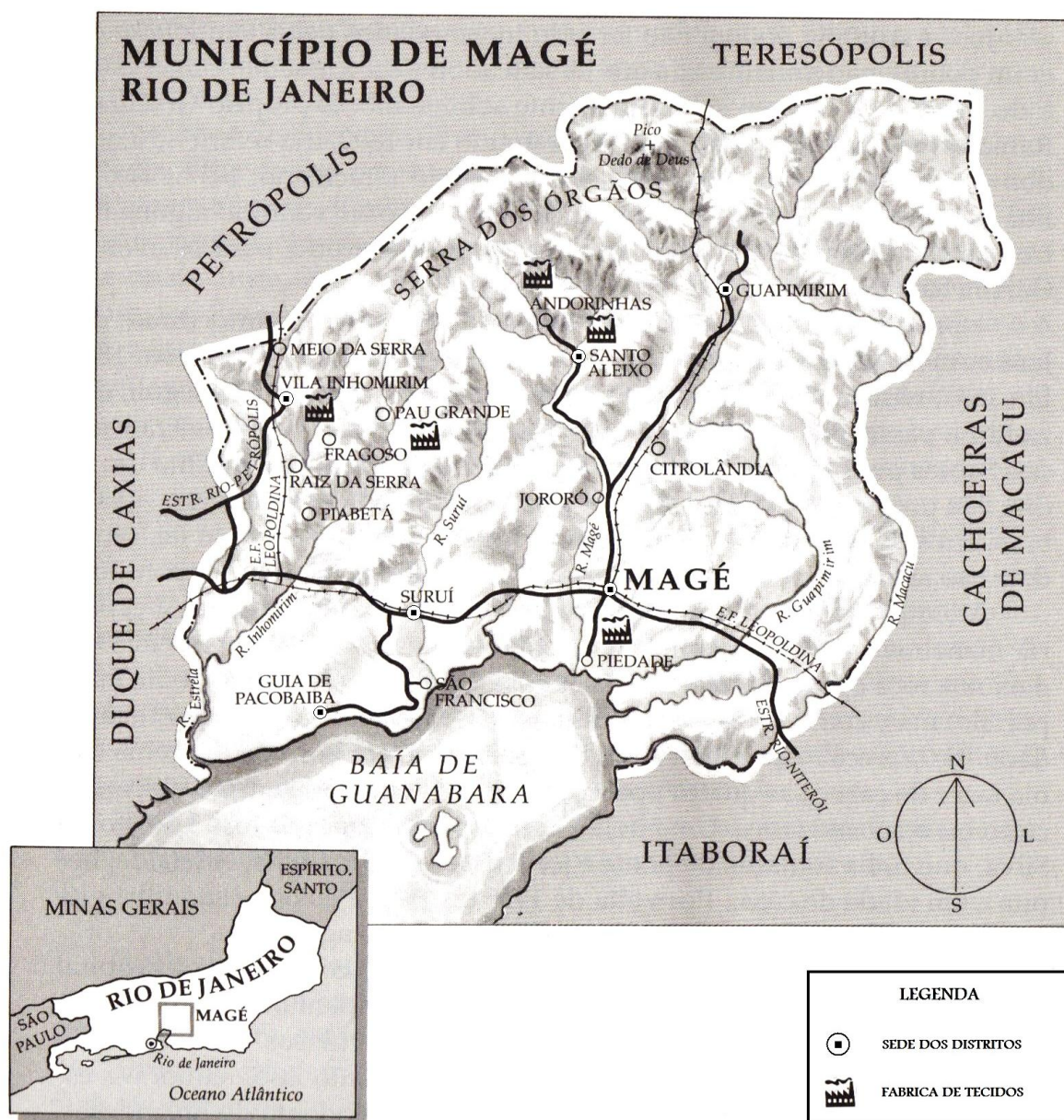


IMAGEM 1: Mapa do município de Magé (década de 1950).

Fonte: CASTRO, Ruy. *Estrela Solitária: um brasileiro chamado Garrincha*.

Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996. p.14. (Imagem Adaptada).

Desde o final do século XIX, porém, o município passou a congregar diversas fábricas de tecidos, que foram atraídas sobretudo pelo considerável potencial hidráulico da região, cortada por diversos rios oriundos da Serra dos Órgãos. Neste momento, eram cinco os estabelecimentos têxteis instalados nos distritos do município: as fábricas Santo Aleixo (1848), Pau Grande (1878), Mageense e Andorinhas (ambas na década de 1890)²⁸. Durante a década de 1950, a Companhia América Fabril, proprietária da fábrica Pau Grande, instalou mais uma

²⁸ Desde 1892, o município de Magé passou a dividir-se em seis distritos: Magé (1º distrito ou distrito sede), Santo Aleixo (2º distrito), Guapimirim (3º distrito), Suruí (4º distrito), Guia de Pacobaíba (5º distrito) e Inhomirim (6º distrito).

unidade fabril no município, denominada Santana. Além dessas, havia a fábrica Meio da Serra (1903), localizada na divisa entre os municípios de Magé e Petrópolis, tornando-se inclusive motivo de disputas administrativas (leia-se tributárias) entre as duas cidades, sendo a prerrogativa conquistada pelo município serrano.

Na medida em que consolidava este novo perfil econômico, começaram a despontar em Magé inúmeros movimentos organizados que buscavam mobilizar os operários locais em prol de melhorias em suas condições de trabalho, o que lhe garantiu posteriormente o apelido de “Moscouzinho”, como veremos ao longo desta tese.²⁹

Embora possa parecer, à primeira vista, que o município deixou de ser rural para tornar-se urbano, passando de “Celeiro da Corte” a polo industrial têxtil, podemos encontrar exemplos que ponderam este axioma. Primeiramente, aquele que nos instigou para o presente trabalho, a trajetória de Manoel Ferreira de Lima. Não propriamente por ter percorrido um caminho inverso (do urbano para o rural), mas sobretudo pela indicação da existência de trabalhadores rurais organizados em associações e sindicatos, bastante mobilizados e detentores de considerável capital político³⁰, justamente em um município notabilizado por abrigar tantas fábricas e com fortes sindicatos têxteis, que reuniam grande parte de sua população.

Convém ressaltar que, no início da década de 1960, ao passo que o governo municipal era controlado pelo Partido Social Democrático (PSD) desde o Estado Novo, o movimento dos trabalhadores rurais no município era amplamente apoiado pelo deputado federal Tenório Cavalcanti, do Partido Social Trabalhista (PST); pelo candidato a prefeito José Barbosa Porto, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que venceu as eleições de 1962, encerrando a hegemonia pessedista; e pelos vereadores comunistas abrigados no Partido Socialista Brasileiro (PSB), Darcy Câmara e Astério dos Santos, este último presidente do sindicato dos trabalhadores têxteis em Santo Aleixo. A entidade chegou a servir de sede tanto para a associação,

²⁹ Na realidade, o apelido não é nada original. Diversas regiões do mundo receberam cognomes similares. Entre elas: Jaboa-tão dos Guararapes, em Pernambuco, por ter empossado o primeiro prefeito comunista no país, em 1947; a cidade de Santos, no litoral paulista, pela forte militância em torno do PCB; o bairro operário de Realengo, na cidade do Rio de Janeiro; a cidade de Racine, nos Estados Unidos da América (EUA), devido às greves e mobilizações operárias; além de diversas comunidades industriais inglesas analisadas no estudo de Macintyre. Cf. CARVALHO, Diego. *Partidos e alianças políticas na “Moscouzinho do Brasil”: os comunistas e as eleições municipais de outubro de 1947 em Jaboa-tão-PE*. Niterói: dissertação em História, UFF, 2015; TAVARES, Rodrigo Rodrigues. *A “Moscouzinha” Brasileira: cenários e personagens do cotidiano operário de Santos (1930-1954)*. São Paulo: Humanitas: FAPESP, 2007; MANGABEIRA, Wilma. *Memories of “Little Moscow” (1943-64): study of a public housing experiment for industrial workers in Rio de Janeiro, Brazil*. In: *Social History*. v.17. n.2. 1992. pp. 271-287; MACINTYRE, Stuart. *Little Moscovs: communism and working-class militancy in inter-war Britain*. London: Croom Helm, 1980; e RIBEIRO, Felipe. “Moscouzinhos” no Brasil: a militância do PCB na pequena cidade. In: *Cadernos AEL*, 2011. v.18. n.30. pp.47-77.

³⁰ Utilizamos o conceito de Pierre Bourdieu, que definiu capital político como a força das ideias propostas no campo político, força esta medida pela capacidade de mobilização que as ideias encerram e pela força do grupo que as reconhece, onde o papel do homem político, do porta-voz, do agente mobilizador do grupo constitui-se como um fator importante. Cf. BOURDIEU, Pierre. *A representação política: elementos para uma teoria do campo político*. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 2 ed.

quanto para o sindicato rural, bem como fomentou uma rede de solidariedade entre os trabalhadores das fábricas e das fazendas no município.

Além disso, a partir da pesquisa sobre o mencionado líder camponês, fomos levados às peculiaridades da Companhia América Fabril, proprietária das fábricas Pau Grande e Santana, bem como de grandes faixas de terras circunvizinhas. A empresa, que mantinha trabalhadores na indústria têxtil e na sua "roça", era acusada de grilagem de terras pela associação de lavradores local. Em 1962, chegou a ser aberto um inquérito policial na delegacia de Magé, onde Manoel Ferreira de Lima, outros camponeses, líderes políticos e sindicalistas da categoria têxtil, foram incriminados por "*liderarem mobilizações sindicais e a ocupação de uma área pertencente à Companhia América Fabril com o objetivo de desencadear, na prática, a Reforma Agrária*"³¹. Este inquérito, aliás, motivou a abertura de um processo no Superior Tribunal Militar (STM) no contexto pós-1964.

Diante dos vestígios de tantas imbricações entre o rural e o urbano em Magé, selecionamos o período entre 1956 e 1973 como eixo temporal para a presente pesquisa. O primeiro momento, o ano de 1956, marcou três episódios fundamentais para a compreensão do movimento dos trabalhadores mageenses, a saber: a eleição de Astério dos Santos no sindicato dos têxteis em Santo Aleixo, consolidando a hegemonia dos comunistas na entidade; a fundação da Associação dos Lavradores de Magé, tendo como primeiro presidente Manoel Ferreira de Lima; e o início da construção da estrada municipal que ligaria Santo Aleixo a Piabetá³², cortando diversas fazendas importantes do século XIX, mas já decadentes, na tentativa de reaquecer a produção agrícola local. Já em 1973, foram desapropriadas pelo governo federal terras atribuídas à América Fabril e que eram reivindicadas pelos trabalhadores rurais de Magé há mais de uma década, configurando como a primeira desapropriação de terras registrada no estado do Rio de Janeiro desde 1964, tornando-se inclusive marco importante na trajetória dos trabalhadores rurais fluminenses. Além disso, neste mesmo ano, começaram a ser veiculadas na imprensa as primeiras notícias sobre os reflexos da crise da indústria têxtil no município de Magé, comprometendo a perspectiva de diversos tecelões e suas famílias.³³

³¹ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985. ed.5. p.126.

³² Em outros estudos, esta via também foi denominada como "Estrada das Andorinhas". Cf. ALENTEJANO, Paulo [et.al]. Assentamento Cachoeira Grande: Magé. In: *Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 2002. p.35.

³³ Da mesma forma que fizemos com os trabalhadores rurais, passaremos a utilizar os termos "trabalhadores têxteis" ou "tecelões" para designar genericamente os operários das fábricas de tecidos do município, entre eles tecelões, maçaroqueiros, bobineiros, tiradores de fição, medidores, limpadores de tear, contramestres, mestres, tinturistas, espuladeiros, fiandeiros, tirador de canelos, engomadeiros, mecânicos, serventes, além de enfermeiros, pedreiros, almoxarifes, escriturários, motoristas, entre outras profissões. Obviamente, havia muitas diferenças entre essas variadas funções (que buscaremos distingui-las ao longo da pesquisa, quando se fizer necessário), porém, para os objetivos desta tese, todos os operários das fábricas serão analisados, via de regra, como um grupo específico. Nossa opção procurou seguir os parâmetros das próprias entidades sindicais, que também congregavam genericamente os "trabalhadores das indústrias de fição e tecelagem".

Abordado o nosso objeto de pesquisa, o eixo cronológico que buscamos mapear, bem como os questionamentos pretendidos, acreditamos que em Magé – por meio de uma linguagem figurada – o “Muro de Berlim” entre o rural e o urbano encontrava-se bastante avariado, apresentando rachaduras e fendas que inviabilizam o isolamento destes dois mundos, tal como se apresenta em esquemas teóricos “estruturais estáticos”³⁴ ou – o que é mais temerário – quando este esquema se reproduz na historiografia sem a devida empiria.

Neste sentido, vale ressaltar que o presente trabalho pretende percorrer caminhos já trilhados por outros cientistas sociais, tendo em vista que o município de Magé já serviu como objeto de análise para diversos pesquisadores, oriundos de diferentes áreas do conhecimento, particularmente nos últimos quarenta anos.

No que tange à nossa proposta, destacamos as produções do Museu Nacional, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/UFRJ); e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Dentre os pesquisadores vinculados ao Museu Nacional, destacamos os trabalhos apresentados por Felipe José Lindoso, Mario Grynszpan, Eliane Cantarino O’Dwyer, Sônia Maria Gonzaga de Oliveira, Maria José Rios Peixoto da Silveira-Lindoso e José Sérgio Leite Lopes³⁵. Já no CPDA, convém ressaltar, sobretudo, o trabalho desenvolvido – há décadas – por Leonilde Sérvo de Medeiros³⁶, ao passo que, nos últimos anos, outros pesquisadores

³⁴ Expressão utilizada por Edward Palmer Thompson para criticar a teoria althusseriana e suas ramificações na abordagem que fazem do conceito de classe, ancorada demasiadamente em modelos inadequados. Nesse sentido, nosso trabalho compartilha da proposta desafiadora do autor: “*em vez de golpear a história para salvar as categorias, devemos instigá-las com novas análises*”. Cf. THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora Unicamp, 2012. p.272 e 277 passim.

³⁵ Cf. LINDOSO, Felipe José. *O campesinato e o mercado: circuitos comerciais e reprodução camponesa*. Rio de Janeiro: dissertação em Antropologia Social, UFRJ, 1983; GRYNSPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: dissertação em Antropologia Social, UFRJ, 1987; O’DWYER, Eliane Cantarino. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. Rio de Janeiro: tese em Antropologia Social, UFRJ, 1988; e OLIVEIRA, Sônia Maria Gonzaga de. *Montanhas de Pano: fábrica e vila operária em Santo Aleixo*. Rio de Janeiro: dissertação em Antropologia Social, UFRJ, 1992. No que tange a Maria José Silveira-Lindoso, embora tenha realizado seu mestrado na USP, mantinha intensa articulação com o grupo do Museu Nacional. Cf. SILVEIRA-LINDOSO, Maria José Rios Peixoto da. *A ambiguidade na transformação: um estudo sobre a ideologia*. São Paulo: dissertação em Ciência Política, USP, 1983; _____. *O começo de tudo*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1984. Anais do Seminário sobre Conflitos no Campo no Estado do Rio de Janeiro: 29 e 30 de outubro de 1984. pp.28-56. Já José Sérgio Leite Lopes, apesar de sua trajetória de pesquisa estar diretamente relacionada à fábrica de tecidos Paulista, em Pernambuco, a abordagem que apresentou acerca do padrão de dominação (e resistência) “fábrica com vila operária” tornou-se uma irrefutável referência para os estudos sobre as indústrias têxteis e seus operários. Cf. LOPES, José Sérgio Leite Lopes. *A Tecelagem dos Conflitos...*, op.cit.; e _____. *Entre a memória camponesa e a memória operária: experiências de trabalho com entrevistas e arquivos em territórios comuns aos trabalhadores rurais e aos operários*. In: Arquivos do mundo dos trabalhadores: coletânea do 2º Seminário Internacional “o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: memória e resistência”. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. São Paulo: CUT, 2012. pp.151-162. Sobre a cidade de Magé, especificamente, Leite Lopes publicou uma interessante etnografia sobre o funeral do jogador de futebol Garrincha, natural do bairro de Pau Grande. Cf. _____. & MARESCA, Sylvain. *A Morte da “Alegria do Povo”*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1992. v. 20. pp.113-134.

³⁶ Coordenadora do CPDA, Leonilde Medeiros tem desenvolvido pesquisas sobre sindicalismo rural fluminense desde o final da década de 1970, tendo realizado diversas entrevistas com camponeses fluminenses, inclusive com os de Magé. Estas entrevistas, bem como diversas outras fontes levantadas pela autora e sua equipe compõem o acervo da instituição. Cf. ME-

têm reacquecido o debate acerca do mundo rural fluminense, também abrangendo o município de Magé, como Cláudia dos Santos Espíndola, Fernando Henrique Guimarães Barcellos e Marco Antônio dos Santos Teixeira ³⁷, todos concludentes do curso de mestrado pelo CPDA. Além destes, ainda encontramos outros relevantes trabalhos, que embora tenham sido, em sua maioria, produzidos em instituições diferentes, se articulam em uma recente rede informal de produção acadêmica, com canais de diálogos constantes entre boa parte de seus autores. ³⁸

Em relação aos estudos do trabalho no mundo rural brasileiro, a presente pesquisa torna-se relevante na medida em que busca seguir na contramão das produções mais recentes que supervalorizam a atuação das Ligas Camponesas e dos movimentos sociais no campo que foram influenciados pela Igreja Católica ³⁹. Já em relação às produções acadêmicas específicas sobre Magé, nossa pesquisa procurou investir em um período ainda pouco estudado, pois a maioria delas dedica-se sobremaneira ao período dos governos militares, entre as décadas de 1960 e 80.

Desse modo, nossa pesquisa tem por finalidade contribuir com os estudos sobre o mundo do trabalho, abordando essas dicotomias e buscando auxiliar no debate de desconstrução destes “Muros de Berlim historiográficos”, que foram erguidos tanto a nível nacional, quanto global, conforme já sinalizamos.

DEIROS, Leonilde Servolo. *História dos movimentos sociais no campo*. op.cit.; _____. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Campinas: tese em Ciências Sociais, UNICAMP, 1995; _____. *Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro (Relatório de Pesquisa): dez anos de luta pela terra (1969-1979)*. Rio de Janeiro: CPDA, 1983. mimeo; e _____. [et.al]. *Assentamento Cachoeira Grande*, op.cit. pp.35-76.

³⁷ Cf. ESPÍNDOLA, Cláudia dos Santos. *Comunidade de Cachoeira Grande: de operários fabris a agricultores assentados*. Rio de Janeiro: dissertação, UFRRJ/CPDA, 2004; BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: dissertação, UFRRJ/CPDA, 2008; e TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. Rio de Janeiro: dissertação, UFRRJ/CPDA, 2011. Parte da pesquisa de Marco Antônio Teixeira chegou a compor o relatório final da Comissão Camponesa da Verdade, vinculada aos trabalhos da CNV.

³⁸ MIZUBUTI, Satie. *Migrações no Brasil: Magé – um estudo de caso*. Niterói: tese de Livre Docência em Geografia, UFF, 1975; DULCETTI, Glaucete Luna Garcia. *Assentamento Cachoeira Grande: formas de sociabilidade*. Rio de Janeiro: dissertação em História, Política e Bens Culturais, CPDOC/FGV, 2006; FIGUEIREDO, Joana Lima. *Fábrica Santo Aleixo: Magé, Arte e Patrimônio da Industrialização (1847-1979)*. Niterói: dissertação em Ciência da Arte, UFF, 2008; MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Identidade, memória e história em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril*. São Gonçalo: dissertação em História Social, FFP/UERJ, 2008; _____. *Fios da rede: industrial e trabalhadores na construção de um grupo empresarial (1940-1949)*. Rio de Janeiro: tese em História Social da Cultura, PUC-RJ, 2012; PIMENTA, Ricardo Medeiros. *Retalhos de Memórias: Trabalho e Identidade nas Falas de Operários Têxteis do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: dissertação em Memória Social, UNIRIO, 2006; RIBEIRO, Felipe. *Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. São Gonçalo: dissertação em História Social, FFP/UERJ, 2009; _____. *Astério dos Santos, o operário: processo de acumulação política, memória e identidade dos trabalhadores têxteis de Santo Aleixo (1941-1964)*. São Gonçalo: monografia em História, FFP/UERJ, 2006; SILVA, Claudio Araújo de Souza e. *A virtude dos sacrifícios versus a ciência das transações: Tenório Cavalcanti e o campo político do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: tese em Ciências Sociais, UERJ, 2012; WEID, Elisabeth von der; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *Fontes documentais para a história de empresas têxteis no Rio de Janeiro: estudo de um caso*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995; e _____. *O Fio da Meada: Estratégia e Expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril 1878/1930*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

³⁹ WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. pp.38-39.

Um município como Magé pode ser considerado restrito demais para uma pretensa contribuição, por ser “apenas” um estudo de caso, uma microanálise. Obviamente que o estudo sobre uma pequena cidade, de forma isolada, pouco influi nas grandes sínteses ou em esforços mais abrangentes de estudo. Entretanto, ancorados nos debates sobre micro-história, logo veremos o quanto esses “lugares banais” – por meio de um intenso levantamento de fontes e análise apurada sobre sua vida política, suas relações sociais e regras econômicas – revelam, por analogia, temas e problemas de pesquisa que as abordagens mais gerais não pontuam.

Por sinal, as microanálises propostas e discutidas na revista *Quaderni Storici* – considerada como locus do debate sobre micro-história italiana – tornaram-se fundamentais para a história social, expondo dúvidas sobre “*o sentido dos processos macrossociais – e dos modelos que tentavam explicá-los – sugerindo a atenção sobre os processos ‘microscópicos’ que em geral eram submergidos nas análises globalizadoras*”.⁴⁰

Dialogando diretamente com a história social do trabalho, particularmente com as obras de Thompson e Hobsbawm, a micro-história vem sendo inclusive apontada como elemento relevante para a produção de uma história global do trabalho, na medida em que, embora seja impossível escrever sobre objetos de pesquisa específicos como unidade autossuficiente, essas análises mais circunscritas conseguem dimensionar de que forma foram estabelecidas redes de contatos de longo alcance, explicando conexões, interações, influências e transferências ocorridas em diferentes regiões do mundo, bem como identificam instrumentos que atuaram na intensificação ou enfraquecimento dessas redes. “*História global nesse sentido não tem de ser apenas em larga escala; podendo também incluir micro-história. É perfeitamente possível escrever uma história global de uma pequena aldeia, um local de trabalho, ou uma família (...)*”.⁴¹

Metodologia e fontes

A noção de “campo político”, formulada por Pierre Bourdieu, permeará grande parte das discussões em nosso trabalho. Ao abordar a relação de forças na luta política e apontar relevantes ferramentas de análise do lugar onde há a concorrência pelo poder, via política ins-

⁴⁰ LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p.103.

⁴¹ LINDEN, Marcel van der. *The promise and challenges of Global Labor History*. In: *International Labor and Working-Class History*. n.82. Fall 2012. p.62. Texto original: “*Global History in this sense does not have to be large-scale only; it can include microhistory as well. It is quite possible to write a Global History of a small village, a work site, or a family (...)*”. Tradução nossa.

titucional representativa, a proposta do autor permitiu análises acerca do monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos (os cidadãos comuns).

Nesse sentido, consideramos o município de Magé como um instigante campo político a ser desvendado, buscando compreender como se processou essa concorrência pelo poder e identificar a força das ideias atuantes nesse campo, que poderão ser mensuradas sobretudo pela capacidade de mobilização que elas encerrarem e pela força do grupo que as reconhecerem, tendo o papel do homem político, do porta-voz, do agente mobilizador do grupo constituído-se como um fator importante.

(...) O homem político deve a sua autoridade específica no campo político, (...) à força de mobilização que ele detém quer a título pessoal, quer por delegação, como mandatário de uma organização (partido, sindicato) detentora de um capital político acumulado no decurso das lutas passadas (...).⁴²

A partir do estudo desse processo de acumulação política, pretendemos compreender apropriadamente as forças que se consolidaram no campo político, sendo possível analisar todo o seu processo de produção ideológica desde a “marcação”, ou seja, partindo de um momento específico fundamental que teria desencadeado todo o processo de mobilização dos trabalhadores em questão, neste caso os trabalhadores rurais e têxteis de Magé. A partir das experiências desses “cidadãos comuns” e suas implicações na configuração de forças políticas, buscaremos superar a tradicional ruptura analítica entre representantes e representados, investindo na compreensão dos diferentes vínculos dos “de baixo” – os densos e os de longo alcance – bem como suas variadas formas de mobilização.⁴³

Desse modo, entendemos a atuação dos trabalhadores em Magé, entre as décadas de 1950 e 70, configurou o município como um “campo político” bastante interessante, sobretudo na medida em que se tornou palco de disputa na luta por melhores condições de vida, por terra e por direitos trabalhistas, seja na fábrica ou na fazenda, destacando-se a articulação entre os sindicatos dos tecelões e dos lavradores.

Tendo em vista que a abordagem de Bourdieu dedicou-se especialmente ao capital simbólico da representação política de parte ou da totalidade dos “profanos”, conforme nomeação do próprio autor, a presente tese pretende relacioná-la à noção de economia moral propostas por Thompson, sobretudo por seus questionamentos às análises superficiais acerca dos motins e greves, normalmente explicados pelo diapasão da economia. Por considerarmos que

⁴² BOURDIEU, op.cit., p.190.

⁴³ Cf. SAVAGE, Mike. *Espaço, redes e formação de classe*. In: Revista Mundos do Trabalho. v.3. n.5. jan-jun/2011. pp.06-33.

as propostas desses autores, em grande medida, se complementam, nosso intuito será compreender o campo político mageense a partir de ferramentas de análise comumente empregadas pela história social. Veremos, por exemplo, como o problema da carestia e do desabastecimento de alimentos no município – entre outros aspectos ligados à insegurança estrutural dos moradores locais – configuravam como fios condutores para futuras mobilizações operárias e camponesas, reforçando o entendimento de que a multidão manifestante defende, sobretudo, direitos e costumes tradicionais, forjados por meio das experiências do grupo que a compõe.⁴⁴

Em continuidade, salientamos que a noção de uma “História vista de Baixo”⁴⁵ se apresenta como imperativa em nosso trabalho, até porque episódios como greves, manifestações públicas e atos de protesto serão amplamente analisados, configurando como mote para compreendermos as experiências dos tecelões e lavradores mageenses.

Vinculado a esta visão “dos de baixo”, nosso trabalho também utiliza como referência metodológica a produção indiana sobre “Estudos Subalternos”, sob vários aspectos, ressalvadas as distinções históricas que marcam o Brasil e a Índia. Primeiramente, pelo fato do país asiático apresentar certas similaridades conosco em relação ao duro retrato de desigualdade social, contendo grupos completamente marginalizados e vivendo precariamente, sobretudo no período que pretendemos estudar. Mais do que isso, por esta corrente historiográfica se esforçar em dar voz e vez a estes trabalhadores pobres, procurando métodos tanto para identificar suas origens, quanto para contar a história dessas pessoas vistas como pequenas.

Além disso, grande parte desta produção indiana dedicou-se ao estudo de trabalhadores têxteis, tal como nossa proposta, bem como procurou discutir os relatos típicos sobre o espaço de trabalho, no qual a fábrica era considerada um símbolo que celebraria o encontro do migrante rural com o desenvolvimento, revelando assim os princípios da modernidade. Nesta tese, porém, encontramos diversos migrantes rurais que rumaram para Magé e não garantiram um trabalho fabril, mantendo uma ocupação rural neste novo espaço, ainda que precariamente. Alguns chegavam a buscar por emprego nas fábricas de tecidos e não conseguiam; outros já se estabeleceram no município com o intuito de obter lotes em terras devolutas.

Salientamos que esta corrente historiográfica indiana adquiriu notoriedade, sobretudo, por meio da obra de Dipesh Chakrabarty, após pesquisas sobre os trabalhadores de Bengala, região localizada ao leste da Índia. Em seus estudos, o autor salientou a forte herança campo-

⁴⁴ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular e tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.152.

⁴⁵ A expressão original “History from Below”, título de um artigo de Thompson publicado no suplemento literário do jornal inglês *The Times*, em 1966, acabou por consagrar o termo e uma forma de abordagem histórica. Outro trabalho importante que tratou sobre este tipo de abordagem foi apresentado por Hobsbawm. Cf. HOBSBAWM, Eric J. *A história de baixo para cima*. In: _____. Sobre história. op.cit. pp.216-231.

nesa no país, onde a classe trabalhadora foi formada majoritariamente por migrantes rurais, que teriam mantido a uma forte influência de sua cultura tradicional no universo fabril. No entanto, esta “transferência” da cultura camponesa para a cidade foi duramente contestada por outros pesquisadores, como Rajnarayan Chandavarkar e Samita Sen, sob o argumento de que a cultura antiga também foi transformada ao longo do processo histórico pelo trabalho, pela política e pela experiência desses trabalhadores.

Em artigo traduzido e publicado recentemente no Brasil, a historiadora indiana Chitra Joshi ⁴⁶ afirmou que a jornada da aldeia para a cidade na Índia normalmente era descrita como uma história de progresso, tal como identificamos em parte da historiografia sobre o trabalho no Brasil. Ao identificar que a natureza da conexão entre a aldeia e a cidade era um tema recorrente nos textos sobre o trabalho na Índia, a autora reiterou que os fluxos humanos e materiais entre o mundo rural e urbano foram importantes na construção dos laços entre a cidade e o campo, no entanto sugeriu que as análises históricas têm valorizado mais a compreensão da relação dialética que os trabalhadores mantêm com os espaços que habitam e trabalham, seja na fábrica ou na lavoura.

Portanto, acreditamos que toda essa discussão sobre “Estudos Subalternos” nos permitirá uma abordagem mais densa sobre as relações entre o trabalho rural e fabril no município de Magé, com o intuito de apresentar contribuições profícuas ao debate proposto.

Apresentadas nossas opções metodológicas, trataremos agora de elencar as fontes que serão utilizadas em nossa pesquisa, com destaque para os relatos memoriais dos trabalhadores mageenses, os documentos produzidos pela Câmara Municipal de Magé, pela polícia política, pelos órgãos de informação e pelo judiciário brasileiro referente à atuação desses grupos, bem como reportagens publicadas em diversos periódicos da época.

As fontes serão reunidas e analisadas em sua diversidade, não apenas para realizarmos o cruzamento de dados, como também para traçar um bom panorama da trajetória dos trabalhadores rurais e urbanos e seu capital político. Utilizaremos de Estado, entrevistas e periódicos, sobretudo aqueles que mantinham uma circulação semanal ou diária, contendo informações preciosas sobre o cotidiano social no período focado neste estudo.

As principais fontes orais a serem utilizadas serão entrevistas realizadas pelo autor do presente trabalho, tanto por ocasião de sua dissertação de mestrado, quanto em pesquisas anteriores; depoimentos de moradores concedidos ao Grupo Centenário, por ocasião da comemoração dos cem anos de criação do distrito de Santo Aleixo, em 1992 (acervo de Ademir Calix-

⁴⁶ Cf. JOSHI, Chitra. *Espaços do trabalho e história social na Índia*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 2009. v.22. n.43. pp.05-30.

to); e entrevistas concedidas a Leonilde Medeiros/CPDA, Sônia Oliveira, Juçara Mello, Joana Figueiredo e Taiane Linhares em seus trabalhos, gentilmente disponibilizadas pelas pesquisadoras.⁴⁷

Ressaltamos que o recurso da história oral, após resultados práticos em países como o Reino Unido, Estados Unidos, México, Itália e França, tem adquirido bastante relevância no meio acadêmico, especialmente no Brasil. Por estarem estreitamente relacionados aos conceitos de memória e identidade, os trabalhos de história oral têm posto em xeque a tradição historiográfica centrada unicamente em documentos oficiais. Ao mesmo tempo, esse recurso também requer a devida precaução metodológica, onde a crítica e o cruzamento documental tornam-se fundamentais. Desse modo, a história oral constitui-se como um recurso inovador utilizado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudo referentes à experiência social de pessoas e de grupos.⁴⁸

Devido a íntima relação dessas fontes orais com os conceitos de memória e identidade, eles serão tratados neste trabalho basicamente a partir dos trabalhos de Michael Pollak.⁴⁹

Partindo do princípio de que a memória é seletiva e, sobretudo, um fenômeno construído social e coletivamente, Pollak buscou esquematizar tanto os tipos de memória, quanto os elementos que a constituem como tal. Em seus estudos, o autor observou a estreita ligação entre a memória e a identidade, na medida em que a própria memória é considerada um elemento constituinte do sentimento de identidade.

(...) A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade (...).⁵⁰

Também baseado em Michael Pollak, utilizaremos como referência o trabalho de Dulce Pandolfi, tendo em vista que suas reflexões, acerca do processo de construção de identidade e da memória do PCB, possuindo relação direta com o objeto de estudo da presente tese.⁵¹

⁴⁷ As entrevistas cedidas por Taiane Linhares foram realizadas durante a produção do documentário *Tear*, nas versões curta e longa metragem.

⁴⁸ Cf. ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 2 ed.; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 3 ed.

⁴⁹ Cf. POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989. 2 v. n.3. pp.03-15; _____. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. 5 v. n.10. pp.200-212.

⁵⁰ POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. op.cit. p.7.

⁵¹ Em seu destacado trabalho, a autora abordou em um de seus capítulos o que chamou de “cultura comunista” e suas características. Cf. PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e Companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1995. pp.35-49.

Como abordaremos memórias de militantes e trabalhadores – muitos deles protagonistas do período estudado – outra referência importante será o trabalho de Angela de Castro Gomes. Ao valorizar a perspectiva do tempo nas biografias, a autora defendeu que “*o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser ‘decomposto’ em tempos com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho, etc*”⁵² e que, por isso, ao pesquisarmos essas histórias de vida, devemos estar atentos para a fragmentação que o tempo pode sofrer conforme cada entrevistado e a fixação de sua imagem no contexto de estudo, principalmente quando tal indivíduo é mitificado.

Além das entrevistas, utilizaremos diversos documentos de Estado. No caso das atas da Câmara Municipal de Magé, elas reúnem diversos discursos, pronunciamentos, debates e projetos apresentados pelos vereadores naquele município. Portanto, essas atas também configuram como uma fonte relevante. Salientamos, porém, que o nosso intuito será analisar especificamente as sessões que abordem temas “quentes” pontuados em outras fontes.

Da mesma forma utilizaremos os documentos da polícia política e dos órgãos de informação, somente na medida em que complementam, ilustram ou contrapõem determinados aspectos analisados na pesquisa. O acervo da polícia política oriundo da antiga Divisão de Ordem Política Social (DOPS), órgão subordinado a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, encontram-se no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), sendo consultados termos de depoimento, partes de serviço, prontuários temáticos e individuais, além de outros documentos. Quanto aos documentos dos órgãos de informação, eles estão compilados no acervo do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão federal criado durante a ditadura, sendo disponibilizado o acesso por meio de documentos digitalizados pelo Arquivo Nacional (AN), em parceria com a CNV. Sobre o uso destes acervos, acreditamos que eles irão valorizar sobremaneira a presente tese, devido principalmente aos poucos estudos históricos realizados com esse tipo de documento referente ao estado do Rio de Janeiro.⁵³

Já em relação às fontes do judiciário – especificamente os inquéritos policiais que foram remetidos ao STM em 1965 – eles irão auxiliar na montagem de uma certa cronologia dos fatos, cotejados com as centenas de reportagens e diversas entrevistas que remetem aos

⁵² GOMES, Angela de Castro [org.]. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.13.

⁵³ Recentemente foi publicado um artigo sobre o uso de fontes do SNI relativas ao estado de Pernambuco. Cf. NASCIMENTO, Dmitri Felix do. *O Serviço Nacional de Informações (SNI): o sindicalismo em Pernambuco como alvo (1964-1967)*. In: Revista Crítica Histórica. a.5. n.10. dez/2014. pp.133-155. Sobre o uso de fontes da política política. Cf. FONTES, Paulo; NEGRO, Antonio Luigi. *Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical*. In: AQUINO, Maria Aparecida de; et al.[orgs]. *Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001. pp.157-179; e REZNIK, Luis. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

autos. Em nosso entendimento, configuraram como fontes centrais para esta tese, tanto pelo conteúdo, quanto pelo ineditismo de uma análise mais detida sobre esses dois processos, que reunia inúmeros depoimentos (sobretudo de trabalhadores), documentos, fotografias, reportagens jornalísticas, termos de qualificação e alegações de defesa, totalizando 1900 páginas.⁵⁴

De forma ainda insipiente, buscamos viabilizar o acesso aos documentos produzidos pela Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro, tendo em vista que alguns entrevistados apontaram que houve um aumento de processos trabalhistas impetrados pelo sindicato dos têxteis em Magé durante a gestão dos dirigentes comunistas. Da mesma forma, estudos sobre trabalhadores rurais em outras regiões do país destacaram que diversas organizações rurais moveram processos na Justiça do Trabalho, antes mesmo da sindicalização dessas entidades. O caso específico de Magé, porém, merece uma investigação mais detida sobre a existência desse tipo de fonte nos arquivos do judiciário fluminense, o que infelizmente não foi possível nesta pesquisa.⁵⁵

Outra fonte que se tornou fundamental foi o conjunto de reportagens veiculadas na imprensa brasileira, principalmente nos periódicos *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *O Globo*, *Diário de Notícias*, *Tribuna Popular*, *Imprensa Popular*, *Terra Livre*, *O Fluminense* e *Luta Democrática*, além de outros periódicos que publicaram, eventualmente, reportagens atinentes ao espaço-tempo proposto neste trabalho. Quase todos esses periódicos foram acessados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, disponibilizados na internet. Alguns, especificamente, foram consultados na seção de periódicos da Biblioteca Nacional ou disponibilizados e/ou transcritos por meio de outras fontes.

⁵⁴ Os dois processos do STM analisados – um sobre os trabalhadores rurais e outro sobre os têxteis de Magé – constam no acervo do projeto *Brasil Nunca Mais*, identificados como BNM 211 e BNM 302. Dirigido pela Arquidiocese de São Paulo, com o apoio de diversos pesquisadores durante as décadas de 1970 e 80, o projeto sistematizou informações de mais de um milhão de páginas contidas em 707 processos do STM, que revelavam as formas de repressão política no Brasil entre período de 1961 a 1979. O acervo encontra-se disponível para consulta no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), onde tivemos acesso e fotografamos os mencionados processos. Em 2013, o acervo foi digitalizado e disponibilizado na internet. Disponível em: <www.prr3.mpf.gov.br/bnmdigital>. Acessado em: 13/03/2014.

⁵⁵ Iniciamos uma pesquisa no setor Memorial do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT/RJ) em busca de processos da Justiça do Trabalho relativos à Magé. Infelizmente, os processos datados até a década de 1960 já foram descartados. No entanto, há livros devidamente organizados com todos os Acórdãos fluminenses desde a década de 1940. Este tipo de documento é bem resumido, mas apresenta informações relevantes. Como os livros são muitos e bastante volumosos (um para cada mês, em média), selecionei quatro deles a fim de realizar um precário, porém importante, inventário inicial de parte dessas fontes para a presente tese. Selecionamos os livros: 1957/1958 (o único que abrangia dois anos); Maio/1959; Maio/1962 e Maio/1963. Em quase todos, encontrei algo sobre Magé, a saber: a) 1957/1958: dois dissídios formalizados no TRT, um com o Sindicato de Santo Aleixo e outro com o Sindicato de Pau Grande, porém só conseguimos analisar o livro até o mês de junho de 1957; b) Maio/1959: uma ação movida por João Luiz de Alencar Junior contra o Sindicato de Santo Aleixo, que foi condenado à revelia por não comparecer à audiência. c) Maio/1962: uma ação movida por Narcisa Vieira contra a Fábrica Santo Aleixo (da Companhia Bezerra de Mello), onde a empresa recorreu alegando ilegalidade no fato do presidente do Sindicato, Astério dos Santos, ter redigido a petição inicial da autora e também configurado como testemunha. O tribunal negou o recurso da fábrica. d) Maio/1963: não encontrado explicitamente nenhum caso sobre Magé, embora houvesse vários acórdãos onde a Companhia América Fabril ou as Fábricas Unidas de Tecidos, Rendas e Bordados (empresas com fábricas em Magé e na cidade do Rio de Janeiro) eram citadas genericamente. Apenas dois acórdãos sobre a América Fabril apresentaram, entre parênteses, os nomes das fábricas (Cruzeiro e Mavilis). Não foi encontrado nenhum acórdão relacionado aos trabalhadores rurais de Magé.

Embora cada jornal tivesse sua especificidade, com linhas editoriais e interesses distintos, não foi nosso objetivo traçar um perfil detalhado de cada um, muito embora algumas características desses periódicos tenham sido apontadas ao longo dos capítulos. De qualquer modo, acreditamos que o uso intensivo da hemeroteca digital, coletando centenas de matérias e de diversas origens, minimize problemas metodológicos tradicionais ligados à análise de periódicos específicos em pesquisa, que obviamente exige uma abordagem mais circunstanciada sobre sua linha editorial. No levantamento que realizamos nos últimos anos para esta tese, selecionamos cerca de 1500 reportagens, distribuídas em quase cinquenta periódicos.

Ao lançar mão deste variado conjunto de fontes, pretendemos compreender como se dava a parceria entre os trabalhadores rurais e têxteis de Magé, tendo como hipótese central que, a partir da efervescência comunista no pós Segunda Guerra Mundial, os trabalhadores têxteis vivenciaram um forte processo de acumulação política, forjando novas formas de organização e lutas no campo político, protagonizando o surgimento de uma geração de trabalhadores bastante engajada, atuantes tanto na política institucional – com a eleição sucessiva de trabalhadores na Câmara de Vereadores – quanto no âmbito sindical, tendo este aprendizado sido assimilado, paulatinamente, pelos trabalhadores rurais, a partir das solidariedades de classe, da troca de experiências e de ações políticas conjuntas, motivadas por causas em comum.

Todo este cenário e seus desdobramentos, com a participação de diversos partidos políticos, lideranças, grupos e instituições atuantes no mundo do trabalho em Magé, sobretudo aqueles que buscavam dialogar com os tecelões e lavradores – Círculo Operário Católico, PSD, PCB, PTB, Tenório Cavalcanti, evangélicos, fábricas de tecidos, sindicatos e o próprio Estado – imprimiram uma intensa participação política e popular junto a esses trabalhadores, desenvolvendo uma certa noção de cidadania e servindo inclusive de base para movimentos e mobilizações posteriores a 1964.

O que nos intriga é que muitos movimentos sociais desencadeados após o rompimento democrático ainda teimam em traçar – no plano discursivo – uma forte distinção com a atuação dos trabalhadores brasileiros no período anterior ou mesmo renegam este aprendizado.

(...) A crítica ao ocultamento de significativas experiências da história dos trabalhadores no pré-1964, portanto, vem sendo reforçada em estudos que questionam as bases sobre as quais foi construída a oposição entre os chamados “novo” e “velho” sindicalismos. Entre ambos, o que se descortina são flagrantes linhas de continuidade, apesar de suas diferenças (...).⁵⁶

⁵⁶ SILVA, Fernando Teixeira da. *Breve história de erros e bodes expiatórios*, op.cit. p.192.

Destarte, esta oposição entre o “velho” e o “novo” sindicalismo derivou, em grande parte, daquela mesma visão pejorativa sobre os trabalhadores de 1930 a 64 que foi apresentada pelos teóricos clássicos do populismo no Brasil, bastante ancorada, aliás, no argumento de que a origem rural teria sido um fator determinante para a diluição da classe e sua despolitização.

Convém ressaltar que, na trajetória dos estudos sobre trabalho no Brasil, quando esta visão pejorativa se encontrava no auge, a opção adotada por muitos pesquisadores foi o de valorizar análises sobre o contexto anterior à chamada Revolução de 1930, particularmente as mobilizações operárias dos anos de 1910 e 1920, estas sim consideradas combativas e com “valores de classe”, em contraposição ao período tido como “populista”. Daí reforçava-se o mito do imigrante italiano radical liderando greves no Brasil, visão que deriva do mesmo paradigma que ainda emperra o diálogo necessário entre os historiadores da escravidão e do movimento operário. Em última análise, pode ser temerário identificar ecos velados da ciência eugênica do século XIX nesses debates, entretanto tornam-se imperiosas precauções metodológicas, tal como observaram Luigi Negro e Flávio Gomes ao indicar o mito do imigrante radical como uma fantasia “utópica e preconceituosa”.

(...) Utópica porque os trabalhadores europeus não eram em sua maioria rebeldes nem se sentiam italianos. Ou seja, nem sempre eram anarquistas e tampouco se declaravam italianos. (...) Esses imigrantes não traziam consigo, em segundo lugar, uma maciça experiência de envolvimento com partidos, greves e sindicatos. Havia, em acréscimo, divisões étnicas entre os imigrantes. Consequentemente, a desconcertante conclusão de Michael Hall é a de o nascente operariado industrial de São Paulo de origem imigrante ter contribuído para manter a classe operária em situação relativamente fraca e desorganizada. Muitos abraçavam identidades étnicas antes de mais nada, pois lhe assegurava um senso imediato de comunidade. (...) O mito do imigrante radical é também um preconceito porque, entre silêncios e esquecimentos, impede que o trabalhador local (a começar pelo escravo) apareça como protagonista das lutas operárias. (...) Enquanto o [italiano] Pascoal desembarca pronto para lutar, o operariado formado em solo brasileiro deve, nesta ótica, ou aceitar a liderança imigrante ou ficar de fora; quase um fura-greve. Deste modo, as imagens do trabalhador estrangeiro, branco, anarquista e rebelde, assim como a do trabalhador brasileiro longe das lutas, não passam de uma representação caricata do operariado do início do século XX. (...) Quando deixamos de lado a *grève* [termo derivado da língua francesa] e o mito do imigrante radical e nos dedicamos, em seguida, à pesquisa, encontramos *paredes* feitas por trabalhadores escravos ou trabalhadores livres nascidos e crescidos em solo nativo. Desse modo alargamos nossa visão e percebemos outras formas de protesto dos trabalhadores (...).⁵⁷

⁵⁷ NEGRO, Antonio Luigi; e GOMES, Flávio dos Santos. *As greves antes da “grève”: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX*. In: *Ciência e Cultura*. v.65. n.2. abr-jun/2013. p.56 e 57-58 passim. O brasileiro Michael Hall tem diversos trabalhos sobre as lutas operárias na capital paulista. Cf. HALL, Michael. *Entre a etnicidade e a classe em São*

Visando contribuir para a superação desses “muros” erguidos no debate acadêmico, o presente trabalho propõe analisar duas categorias de trabalhadores em conjunto, visando problematizar a dicotomia fábrica/fazenda, bem como abordar dois períodos históricos em continuidade, o pré e o pós-1964, a fim de ponderar o peso demasiadamente atribuído ao “fim da república populista” como fronteira para a historiografia da classe trabalhadora no Brasil.

Ao elegermos o município de Magé como objeto de estudo, buscaremos analisá-lo de forma ampla, não apenas bairros operários ou fazendas em conflito específicas, tendo em vista às interessantes imbricações rural/urbano que ele apresenta e os frutíferos caminhos de pesquisa já trilhados por outros cientistas sociais.

Neste sentido, a presente tese foi dividida em quatro capítulos. Os dois primeiros mais preocupados em apresentar o objeto de estudo em si, abordando as relações fabris e agrícolas existentes no município, bem como a constituição das suas principais forças políticas, desde a Segunda Guerra Mundial até 1962. E o terceiro e quarto capítulos destacando, respectivamente, as ações empreendidas pelos trabalhadores rurais e têxteis nos períodos entre 1962-65 e 1966-73.

Apresentadas nossas pretensões, acreditamos que esta tese poderá representar uma modesta contribuição aos estudos sobre história do trabalho, sobretudo devido ao seu caráter inovador de buscar uma articulação entre as lutas coletivas e a ação política dos trabalhadores urbanos e rurais em uma mesma análise. Além disso, enquanto universitário egresso das classes trabalhadoras analisadas neste estudo, podemos oferecer um certo diferencial epistemológico no exercício de compreensão daquele “código interno do grupo”, a partir das experiências familiares de origem de um *“historiador social vindo de baixo produzindo histórias vistas de baixo”*.⁵⁸

No que tange aos trabalhadores urbanos, nosso objeto está localizado fora dos grandes centros industriais do país, já que a maioria das pesquisas relativas ao tema ainda se restringe às capitais dos estados brasileiros e às cidades do estado de São Paulo. Já em relação aos trabalhadores rurais, grande parte das pesquisas ainda concentra-se nos estudos sobre o Nordeste, berço das Ligas Camponesas, ou a região oeste do estado de São Paulo e territórios frontei-

Paulo. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Frederico; e FRANZINA, Emilio [orgs.]. História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX). São Paulo: EDUSP, 2010. pp.49-64.

⁵⁸ CORD, Marcelo Mac. E. P. Thompson, a historiografia brasileira e a valorização das experiências dos trabalhadores. In: Trabalho Necessário. a.12. n.18. 2014. p.125. A questão dos “pesquisadores nativos” também foi apontada por José Sérgio Leite Lopes ao analisar as memórias dos trabalhadores de cidades industriais. Cf. LOPES, José Sérgio Leite. *Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais*. In: Mana: Estudos de Antropologia Social. v.17. n.3. dez/2011. p.591.

riços. Da mesma forma, esperamos que esta análise que propomos sobre Magé possa iluminar novos trabalhos sobre o próprio município, a Baixada Fluminense e outras regiões.

Ao apresentar esta tese, portanto, ratifico que nossa questão central será estudar a ação política dos trabalhadores rurais e urbanos de Magé, entre os anos de 1956 e 1973, compreendendo-os como sujeitos e atores sociais conscientes e capazes de influir decisivamente no processo histórico.

UMA CIDADE ENTRE O RURAL E O URBANO

Operário de Pau Grande / Precizou pedir socorro
Estava sendo acuado / Como cassa por cachorro.
A causa de tudo isso / Todos já sabem por que
Norek mal chega aqui / Muda a regra de viver.
Darcy a muito tempo / Nesta firma trabalhando
19 anos escrevendo / E seu serviço prestando.
Sem ao menos avisado / Norek mandou chamar
Você vai pra lavoura / Que tem outro em seu lugar.
Veja seu moço se pode / Norek com sua pachorra
Tirar um escriturário / E mandar para a lavoura.
Sabedor de tudo isso / Guilherme o foi procurar
Ou ele volta ao serviço / ou a fábrica vai parar.
Norek daqui é chefe / Diz ele aqui sou a Lei
Guilherme então responde / Isso amanhã eu verei.
Guilherme é nosso amigo / Presidente do Sindicato
Vendo o seu povo ofendido / dá um pulinho de gato.
Vendo o oprimido / Resolve então agir
Requerendo a Justiça / Essa não tardou em vir.
Chegando Dr. Amil / Homem de capacidade
Disse a Norek que o povo / Queria a sua amizade.
O Norek não quis saber / Não quis trégua nem arrego
Mandou chamar a Polícia / para o povo ficar com medo.
O povo então revoltado / Resolverão então parar
Vamos todos ao nosso posto / Mais não vamos trabalhar.
A Polícia chegou armado / De metralhadora e fuzil
Mais de vinte soldado / O que aqui nunca se viu.
Os operários umildes / quietos sem nada falar
Continuarão no seu posto / mas nada de trabalhar.
Mas o Capitão Abílio / Então com doze soldado
Para obrigar os operários / Até um foi espancado.
Um Capitão do Exército / Chegou com nosso adevogado
Apanhou eles em fragante / Que dali forão expulsado.
Norek diz eu vou embora / Fiquei tão envergonhado
Não pensei que uma coisinha / Daria tão mau resultado.
Perguntou Dr. Amil: o Sr. não sabia / Então me responde esta
Não sabe que uma faísca / Ensendeia uma floresta?⁵⁹

Eram os primeiros dias do ano de 1958 quando os trabalhadores da Fábrica Pau Grande foram surpreendidos com a transferência do escriturário Darcy Câmara. Após exercer suas funções por dezenove anos, ele foi “mandado trabalhar na lavoura” pelo gerente da fábrica, Tomás Norek. Não tardou para Darcy receber o apoio dos seus companheiros de trabalho, que

⁵⁹ Autor desconhecido. s/d. Cópia reprográfica cedida por Geclia Câmara (irmã de Darcy Câmara) a Felipe Ribeiro no ano de 2009. Acervo da família. Optou-se por manter a grafia original.

procuraram o sindicato dos têxteis e declararam greve de solidariedade, exigindo o retorno do escriturário às suas funções.

O presidente da entidade sindical, Guilherme de Carvalho, consultou o advogado da categoria, o Dr. Amil Alves, e buscou um acordo com o gerente, porém sem sucesso. Assim, na manhã do dia 08 de janeiro teve início o movimento grevista, que logo começou a ser noticiado em diversos jornais da Capital.

(...) O gerente chamou então um choque da Polícia Militar do Estado, composto de 60 homens armados com metralhadores, que, à força, tentaram obrigar os operários a retornar ao trabalho. Tudo inútil, no entanto. Às 18 horas, temeroso de represálias por parte dos operários, o gerente Morek [sic] tentou salvar, à sua maneira, a situação. Ofereceu ao empregado injustiçado um aumento de 40 centavos por hora em suas novas funções. O ridículo da proposta ascendeu ainda mais a ira dos operários de Pau Grande (...).⁶⁰

O destacamento militar convocado pela direção da fábrica era comandado pelo temido capitão Abílio Gomes Vieira, delegado de Magé, que já vinha sendo acusado de agressão a jornalistas e do assassinato de um grupo de pescadores na cidade, ambos os casos veiculados na imprensa. Durante sua investida na repressão ao protesto dos tecelões, foi noticiado que três operários grevistas haviam sido “*presos e espancados por uma guarnição da rádio patrulha*”, sob o seu comando.⁶¹

Diante deste cenário, a greve foi intensificada e já chegava ao terceiro dia de paralisação, tendo inclusive o sindicato apresentado novas reivindicações, tais como a melhoria no abastecimento de luz elétrica para o bairro, a viabilização de uma linha telefônica para a sede da entidade, a liberação de uma cota mensal (um quilo) de tecidos por operário a preço de custo e o retorno de Darcy Câmara ao trabalho. Caso não fosse readmitido na função de escriturário, ele deveria receber legalmente sua indenização trabalhista pelos dezenove anos dedicados à empresa, conforme argumentação do sindicato.

Para pôr fim ao impasse, foi convocada uma reunião entre os dirigentes sindicais e os diretores da fábrica, mediada pelo vice-governador Roberto Silveira; pelo diretor do jornal *Última Hora*, Luiz Fernando Bocayuva Cunha; pelo presidente do sindicato dos têxteis de Santo Aleixo, Astério dos Santos; pelo agente do Instituto de Aposentados e Pensionistas da Indústria (IAPI) de Magé, José Barbosa Porto; entre outros. A direção da fábrica relutou, mas acabou cedendo às reivindicações dos trabalhadores. Como contrapartida, a fim de recuperar suas perdas durante os dias de greve, a fábrica conseguiu, junto ao sindicato, que os operários

⁶⁰ *Última Hora*. 09/01/1958. p.5.

⁶¹ *Imprensa Popular*. 10/01/1958. p.8.

trabalhassem mais uma hora de expediente por dia, tendo porém que amargar Darcy Câmara como “o primeiro operário a ser indenizado pela América Fabril desde a sua fundação”.⁶²

Independente da veracidade relativa ao ineditismo desta indenização, o fato é que a greve de solidariedade à Darcy marcou decisivamente a memória daqueles operários têxteis, como podemos perceber no poema em estilo cordel que conta toda a história.

Poucos dias após os trabalhadores voltarem ao trabalho, o gerente Tomás Norek buscou desqualificar o movimento grevista, declarando à imprensa que a paralisação era “*parcial e ilegal*”, bem como defendeu a atuação da polícia, argumentando que não houve violências.

(...) Os operários já voltaram a trabalhar após uma greve parcial e ilegal, que terminou na última sexta-feira, depois de entendimentos com as diretorias da fábrica e do sindicato. Tudo teve origem na transferência de um funcionário de um setor por outro, ato rotineiro de administração. Os demais têxteis, solidários com seu companheiro de trabalho, recusaram-se a trabalhar, entrando em greve. Mas, não houve violências de espécie alguma. O delegado de Magé, capitão Abílio Vieira, agiu com muita calma. Não tem assim o menor fundamento as notícias sensacionalistas publicadas em alguns jornais (...).⁶³

Na mesma reportagem, foram confirmadas pela polícia a ocorrência de três prisões por desacato, mas o delegado enfatizou: “*não disparamos um só tiro e nossas metralhadoras e munição podem ser examinadas*”. Em seguida, o capitão Abílio foi retrucado pelo próprio Darcy Câmara, que destacou a ocorrência de “*violências contra senhoras e crianças, obrigadas a trabalhar sob a mira de metralhadoras*”, emendando que “*é verdade que não houve nenhum tiro, mas, se chegassem eles a isso, teríamos então uma carnificina, pois os trabalhadores não se deixariam fuzilar*”.

O escrivão, então com 33 anos de idade, era negro e filho de uma importante liderança operária em Pau Grande, Gilberto Câmara. Seu pai, também trabalhador na indústria têxtil, foi dirigente sindical e chegou a ser eleito vereador em Magé pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1950, tendo anteriormente também assumido a vereança em 1949, pelo mesmo partido, em decorrência da cassação dos vereadores comunistas no ano anterior, pois era suplente.

Darcy nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1924, quando seu pai trabalhava como soldador em uma fábrica de tecidos. A família rumou para Magé em 1932, quando o patriarca começou a trabalhar na Fábrica Pau Grande. Ao lado de sua casa, poucos anos depois, foi fundado o sindicato dos trabalhadores têxteis locais, do qual seu pai, Gilberto Câmara, se tornou presidente.

⁶² *Última Hora*. 11/01/1958. p.3.

⁶³ *O Globo*. 13/01/1958. p.3.



IMAGEM 2: Darcy Câmara.

Fonte: Acervo da família.

Assim como a maioria dos jovens do bairro, Darcy Câmara ingressou na fábrica de tecidos aos catorze anos de idade, tendo inclusive atuado como jogador, e mais tarde diretor, no Sport Club Pau Grande, agremiação mantida pela empresa têxtil. Na fábrica, não trabalhou muito tempo como tecelão, logo se tornou secretário-mestre da tecelagem, sendo responsável pela escrituração da produção por tear. Devido sua função “mais esclarecida”, era constantemente procurado pelos demais operários para que conferisse se os seus bilhetes de pagamento estavam corretos.

Com a intensificação dessa prática, associada a sua entrada no Partido Comunista do Brasil (PCB), Darcy Câmara tornou-se uma espécie de defensor velado dos trabalhadores têxteis. Embora não atuasse diretamente no sindicato, apoiava o petebista Guilherme de Carvalho, que era presidente da entidade, posição também adotada pelo demais pecebistas da região. O próprio pai de Darcy, também do PTB, era considerado um “companheiro de luta” devido ao seu frequente diálogo com os comunistas, que se abrigaram em diversas “legendas emprestadas” devido à cassação do PCB.⁶⁴

Quando percebia que algum salário ou acerto de demissão estavam incorretos, o escriturário orientava os tecelões a reclamar seus direitos junto à empresa e solicitar o apoio do sindicato para garantir o cumprimento da legislação trabalhista.

No entanto, ao descobrir essa “ajuda” de Darcy aos operários, o gerente da fábrica resolveu transferi-lo de cargo. Como uma espécie de castigo, mandou que ele fosse trabalhar na lavoura, em terras da própria fábrica. A população, obviamente, indignou-se.

⁶⁴ Entrevista concedida por Irun Sant’Anna a Felipe Ribeiro. 06/04/2006.

Como podemos perceber, esta “faísca”, de fato, “incendiou a floresta”, engendrando uma intensa mobilização política no município, tendo o operário estopim do conflito tornado-se líder incontestado desses trabalhadores, o que aliás lhe garantiu uma vaga na Câmara Municipal de Magé, poucos meses depois, sendo eleito vereador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Adiante, veremos o quanto este evento também configurou, para a presente pesquisa, como uma “faísca” para refletir sobre diversas outras questões.

“Aqui não existe legislação trabalhista. Quem faz a lei é a fábrica!”

Nas reportagens sobre esta greve de solidariedade em Pau Grande encontramos diversas denúncias relacionadas ao “*desrespeito às leis trabalhistas*”⁶⁵, que traziam à tona “*uma série de irregularidades e injustiças cometidas pela direção da Companhia*”⁶⁶. Dentre as queixas que foram veiculadas, muitas se referiam a privações de liberdade impostas aos trabalhadores, tais como o controle rigoroso de entrada e saída de pessoas no bairro por meio de um portão permanentemente guardado por “policiais particulares”, tendo em vista que a área da empresa (incluía a vila operária) era cercada por muros; a autorização regulamentar concedida pela América Fabril a esses guardas para adentrarem nas casas dos trabalhadores a qualquer hora, inclusive no período noturno; e a proibição de acesso a jornais e revistas na localidade, cuja venda era vedada pela fábrica.

Segundo o jornal *Última Hora*, essas arbitrariedades da empresa só chegaram ao conhecimento da imprensa devido as informações fornecidas pelo ex operário Sadi Alves de Mesquita, que “*por morar fora de Pau Grande, conseguiu de tudo nos dizer*”⁶⁷. Já o *Imprensa Popular* enfatizava o fato dos empregados serem obrigados a utilizar um uniforme azul em todo o bairro, “*como se fossem presidiários ou internos num campo de concentração*”⁶⁸. Inclusive, uma importante colunista do jornal, Ana Montenegro, ao abordar a questão dos tecelões de Pau Grande, afirmou que, se o episódio não fosse datado, “*pensaria que era coisa passada antes da libertação dos escravos*”:

(...) A metrópole é bem vizinha, embora, a respeito de direitos humanos, a justiça esteja tão longínqua como nos tempos dos navios negreiros, nos tempos em que os nossos irmãos negros eram caçados como animais, acorrentados, maltratados, humilhados, assassinados. Ali, na Raiz da Serra, município

⁶⁵ *Imprensa Popular*. 10/01/1958. p.8.

⁶⁶ *Última Hora*. 09/01/1958. p.5.

⁶⁷ *Última Hora*. 09/01/1958. p.5.

⁶⁸ *Imprensa Popular*. 10/01/1958. p.8.

de Magé, funciona uma industrial têxtil. Nada a opor, é claro. Pudessem multiplicar-se as indústrias têxteis para vestir a população quase despida do Brasil, não por exibição em Copacabana, mas por incapacidade aquisitiva, e eu estaria batendo palmas à multiplicação. Mas ali, na América Fabril, os teares são os troncos onde os donos de sempre amarram os operários, para produzir tecidos e lucros. O período de trabalho, a vida que a fábrica toma, impiedosa, e que empilha nos depósitos com os tecidos e os lucros, não sofre, não cansa, não chora, não se revolta durante apenas as oito horas de trabalho. O lar é uma espécie de senzala, onde continua o horário da fábrica, sob a mesma insegurança e a mesma ameaça. Os trabalhadores são acordados, não pelo apito da fábrica na madrugada, que mal se anuncia, mas em meio à noite, e arrastados para a prisão sob pancadas. Os panos passam bonitos e coloridos pelas suas mãos, mas impõe-se-lhes o uso permanente de macacões, mesmo fora do expediente de trabalho. Só falta um número de prisioneiro em cada macacão. Há uns dias atrás, amarrados aos troncos dos teares, vestidos com uniforme imposto como se fosse camisa de força, ameaçados e perseguidos, inseguros e atormentados, a força da solidariedade proletária acendeu-lhes no peito a chama da luta, quando velho companheiro de trabalho foi transferido para a lavoura. Teriam sido massacrados se não surdissem algumas autoridades. Ali no Estado do Rio, os operários têxteis lutaram pelos ‘direitos imortais dos homens’ do que fala o poema de Antônio Boto (...).⁶⁹

No jornal *O Globo*, embora a cobertura sobre o episódio tenha sido mais conciliadora e tardia, sendo publicada somente após o entendimento entre as partes, o operário Darcy Câmara fez questão de ressaltar, além de sua remoção arbitrária e contrária à legislação trabalhista, que o gerente Norek era “*austríaco de nascimento, naturalizado alemão*”⁷⁰, investindo justamente na imagem de “campo de concentração” construída pelo periódico *Imprensa Popular*.

Por outro lado, observamos que as queixas relacionadas às privações de liberdade não foram incluídas formalmente nas reivindicações apresentadas pelos trabalhadores durante a negociação para o fim da greve (abastecimento de luz elétrica para o bairro, linha telefônica para o sindicato e cota de tecidos para os operários), muito embora a exigência de um meio de comunicação mais rápido para a entidade sindical, o telefone, reforçasse a crítica que os jornais faziam ao excessivo controle de entrada e saída das pessoas em Pau Grande. Diante de

⁶⁹ *Imprensa Popular*. 14/01/1958. p.3. Ana Montenegro escrevia no jornal a coluna “Coisas que acontecem”. Era jornalista, advogada, poetiza e importante liderança no movimento feminista. Nasceu em 1915 na cidade de Quixeramobim/CE, cursou Direito e Letras no Rio de Janeiro e, em 1944, filiou-se ao PCB, tendo participado ativamente de publicações do partido, como os periódicos *O Momento* e *Seiva*, ambos editados em Salvador/BA. Na década de 1950, escreveu para os jornais *Correio da Manhã* e *Imprensa Popular*; e, na década seguinte, para as revistas *Estudos Sociais* e *Problemas*. Após a deposição do presidente João Goulart, em 1964, foi a primeira mulher a ser exilada do país, abrigando-se no México. Desde então, até 1979, atuou como membro da Federação Democrática Internacional das Mulheres. Em seguida, retornou ao Brasil, voltando a residir na Bahia, onde faleceu em 2006. Seu nome verdadeiro era Ana Lima, tendo adotado o pseudônimo Ana Montenegro para assinar seus artigos. Cf. *Ana Montenegro, sinônimo de mulher e comunismo*. Fundação Dinardo Reis (FDR). Disponível em <www.pcb.org.br>. Acessado em 28/10/2014.

⁷⁰ *O Globo*. 13/01/1958. p.3.

qualquer arbitrariedade da fábrica, os dirigentes sindicais poderiam facilmente entrar em contato com as “autoridades”.

De qualquer forma, há uma considerável distinção entre as denúncias dos trabalhadores e as da imprensa, que buscava caracterizar um duplo desrespeito, tanto ao que era preconizado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quanto a uma certa ideia de civilidade, de defesa dos “direitos imortais dos homens”, conforme citado por Ana Montenegro. Isso é bastante perceptível na matéria do *Última Hora*, quando o autor – repórter não identificado – citou uma declaração atribuída ao diretor da fábrica: *“Aqui não existe legislação trabalhista. Quem faz a lei é a fábrica!”*. Indignado, o autor da reportagem conclui: *“Isso é inconcebível no Brasil moderno. Não se compreende como, numa localidade distante do Rio cinqüenta quilômetros, a legislação trabalhista não seja respeitada e a Constituição pisoteada toda hora”*.⁷¹

Notemos que a proximidade de Magé com a então Capital Federal, o Rio de Janeiro, foi evocada para legitimar uma visão de “Brasil moderno”, ao passo que o desrespeito às leis e o controle exercido sobre as pessoas que trabalhavam e residiam junto à fábrica eram encardidos como algo antigo, arcaico, “tradicional”, similar a uma fazenda no período escravocrata, um “outro Brasil”.

Para os trabalhadores têxteis analisados, uma dualidade semelhante também se apresentava, porém sob outro prisma. Não que os tecelões se sujeitassem de bom grado ao controle patronal, mas aquele espaço da fábrica com vila operária era entendido por eles, ao menos naquele momento, como um “lugar de direitos”, ao passo que o trabalho na lavoura era considerado hierarquicamente inferior, tido como um espaço sem direitos minimamente definidos. Por isso, a transferência de Darcy Câmara logo foi interpretada pelos tecelões como um rebaixamento e até uma afronta à dignidade operária, reforçando assim a noção de “roça como castigo”, argumento proposto pela gerência da fábrica e assimilado, em parte, pelos operários.

Roça como castigo

O descompasso da legislação trabalhista entre os direitos garantidos aos empregados rurais e aos industriais e do comércio, bem como as apropriações que os trabalhadores fizeram desse arcabouço legal, vem sendo bastante estudados no mundo acadêmico. Vale ressaltar que esta divergência de tratamento distinguia o Brasil de vários países da América, entre eles a

⁷¹ *Última Hora*. 09/01/1958. p.5.

vizinha Argentina, onde os direitos do trabalho – quando aplicados à legislação – foram entendidos simultaneamente aos empregados rurais e industriais.

De fato, a CLT apresentava, logo no seu Artigo 7º do Título I, sua “*inaplicabilidade aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária*”. Entretanto, outro artigo da mesma legislação tornava obrigatório o registro em Carteira de Trabalho de qualquer atividade laboral, inclusive as rurais e/ou de caráter temporário. Além disso, nas últimas décadas, diversas pesquisas têm apontado para o forte impacto que a CLT imprimiu no mundo rural, estimulando inclusive a utilização dessas “brechas legais” pelos trabalhadores do campo por meio de ações impetradas contra os seus patrões na Justiça do Trabalho.⁷²

O que se observa é que havia entraves para a extensão da legislação trabalhista e sindical ao campo, o que não quer dizer que os trabalhadores rurais estavam excluídos do processo, como defendem alguns esquemas explicativos mais clássicos nas Ciências Sociais – ainda em voga – cuja tese privilegia a força política dos grandes proprietários de terras na manutenção das relações sociais tradicionais no campo, o que teria estimulado o governo brasileiro a ignorar qualquer ação que interferisse nos domínios dessa “elite agrária”.⁷³

Estudos acadêmicos mais recentes indicam que inovações legislativas relacionadas à política agrária foram implementadas no país, sobretudo a partir de 1934, quando o sistema de arrendamento de terras públicas foi extinto e a desapropriação passou a ser fixada com base no pagamento do último imposto devido, contrariando assim o interesse de muitos proprietários rurais, que atrasavam propositadamente a quitação do foro (taxa anual correspondente ao valor do imóvel) para sonegar tributos ao manter um valor mais baixo sobre suas terras⁷⁴. Outro exemplo foi uma lei de sindicalização rural promulgada em 1944, que acabou não sendo integrada à legislação no contexto pós Constituição de 1946, devido a forte pressão da Socie-

⁷² Cf. DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Niterói: tese de doutorado em História pela UFF, 2008; PRIORI, Angelo. *Legislação social e sindicalismo: um estudo sobre os trabalhadores rurais no norte do Paraná (1956-1963)*. São Paulo: dissertação de mestrado em História pela UNESP, 1994; _____. *O levante dos posseiros: a Revolta Camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo*. Maringá: Eduem, 2011; e WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Convém ressaltar que os trabalhos desses autores se destacaram por abordar tanto a luta por direitos no campo, quanto à luta pelo acesso a terra.

⁷³ Optamos por citar os trabalhos em ordem cronológica. Cf. IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930. Historiografia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. ed.2.

⁷⁴ Cf. LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. No entanto, convém ressaltar que trabalhos anteriores já haviam analisado, de forma pioneira, essa produção legislativa brasileira voltada para o campo, bem como os embates travados junto aos grandes proprietários de terras na medida em que essas leis eram postas em prática. Cf. CAMARGO, Aspásia. *A questão agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)*. In: FAUSTO, Boris. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1981. t.III. v.3; e VELHO, Otávio Guilhaume. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.

dade Rural Brasileira (SRB), entidade representante dos grandes proprietários. Desde então, menos de uma dezena de sindicatos rurais sobreviveram, particularmente aqueles ligados aos trabalhadores da indústria açucareira, que incluía os lavradores da cana-de-açúcar. Em 1954, o então Ministro do Trabalho, João Goulart, resgatou essa lei de sindicalização rural e buscou colocá-la em prática, porém sem sucesso.

Nesse campo de disputas, há que se ressaltar a “apropriação criativa” que muitos trabalhadores do campo empreenderam sobre os direitos trabalhistas preconizados na CLT, ainda que de forma distinta à concepção original dos seus formuladores⁷⁵. Simultaneamente, observamos uma intensificação nas formas de mobilização e lutas da categoria em prol desses direitos, entre elas a formação de sociedades simples registradas em cartórios de registro civil.

No município de Magé, por exemplo, foi organizada uma associação de lavradores, em 1956, sendo registrada em cartório no ano seguinte. Por sinal, esta entidade teve como grande incentivador e primeiro presidente, o ex operário têxtil Manoel Ferreira de Lima, que foi eleito vereador em 1954 e passou a atuar decisivamente na defesa dos trabalhadores rurais da região, muitas vezes em parceria com seus antigos companheiros de fábrica.⁷⁶

Em junho de 1957, durante o I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro, realizado na cidade de Petrópolis, o presidente do sindicato dos têxteis de Santo Aleixo, Astério dos Santos, chefiando uma delegação com vinte trabalhadores mageenses, declarou à imprensa que *“a reforma agrária é um problema fundamental do Congresso”*, argumentando que *“a terra deve ser entregue aos trabalhadores para que dela possam se utilizar livremente, concedendo-se ainda escolas para seus filhos, assistência hospitalar, ferramentas, máquinas e assistência técnica”*. O discurso do dirigente sindical têxtil reforçava a tese apresentada pelo presidente do Sindicato dos Empregados Rurais de Campos, Antônio João de Faria, também presente ao evento, para que fossem *“estendidas aos trabalhadores rurais as leis que já gozam os trabalhadores da indústria e do comércio, projeto esse que se acha em trânsito na Câmara dos Deputados”*, além de outras reivindicações, como a organização do Serviço Social Rural, nos mesmos moldes em que foram realizados para a indústria e o comércio; a realização de uma reforma agrária “em base popular”; e a fiscalização do trabalho na lavoura para assegurar o cumprimento das leis.⁷⁷

⁷⁵ DEZEMONE, Marcus. *Mundo Rural e Era Vargas: direitos, papel do campo e legislação social na historiografia recente*. In: Tempos Históricos. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2014. v.16. p.243. O autor apresenta em suas pesquisas análises de processos judiciais reivindicando direitos no campo, memórias de trabalhadores rurais e cartas enviadas por eles ao Presidente da República.

⁷⁶ Sua atuação parlamentar foi analisada em minha dissertação de mestrado. Cf. RIBEIRO, Felipe. *Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. São Gonçalo: dissertação de mestrado em História Social, FFP/UERJ, 2009. pp.172-186.

⁷⁷ *Imprensa Popular*. 07/06/1957. p.5.

Assim, ao retomarmos o cenário que motivou a greve de solidariedade em Pau Grande, verificamos o quanto este descompasso na legislação trabalhista era identificado pelos trabalhadores têxteis locais, pois embora o gerente declarasse que “*aqui não existe legislação trabalhista*” – conforme publicado pela imprensa – ou “*aqui sou a lei*” – como foi destacado no poema em estilo cordel – o espaço da fábrica com vila operária representava para eles, em contraposição ao trabalho na roça, a possibilidade de acesso à legislação trabalhista, incluindo direitos como jornada de oito horas diárias, férias remuneradas, proteção ao trabalho da mulher ou do menor, regulamentação dos acidentes do trabalho e da assistência ao acidentado, indenização por dispensa, salário mínimo, auxílio maternidade, instituição das convenções coletivas e utilização da justiça do trabalho.⁷⁸

É óbvio que diversos direitos garantidos pela CLT eram constantemente desrespeitados pelas fábricas, particularmente nas têxteis, onde a resistência patronal à aplicação da legislação trabalhista era bastante forte e vinha de longa data⁷⁹. Ainda assim, os operários dispunham de ferramentas políticas que poderiam ser acionadas em seu favor: a lei, o sindicato, a greve, a imprensa e as autoridades. Além disso, corroboravam para uma visão mais positiva do tear em relação à enxada as “benfeitorias” que a América Fabril oferecia a boa parte dos seus operários, tais como residência, água encanada, luz elétrica, ruas pavimentadas, escola, centro médico, entre outros serviços que atuavam diretamente na amenização da “insegurança estrutural dos trabalhadores”.⁸⁰

Tudo isso corroborava para a visão de “roça como castigo” ou “lugar que não tinha nenhuma lei”⁸¹, que foi evidenciada nessa greve em Pau Grande e estava diretamente ligada à atuação da América Fabril no município de Magé, mantendo trabalhadores tanto na indústria de tecidos, quanto na lavoura (local para onde Darcy Câmara foi transferido). E esta dupla atuação da empresa já se apresentava desde a fundação da fábrica, nas terras da antiga Fazenda Pau Grande.

⁷⁸ MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In: SCHWARCZ, Lília (org.). *História da vida privada: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 599. Os autores destacam que o trabalho na indústria e nos serviços (comércio, sobretudo) era considerado “um avanço” em relação ao trabalho no campo, porque representava, antes de tudo, o acesso aos direitos trabalhistas.

⁷⁹ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 3 ed. p.167.

⁸⁰ Cf. SAVAGE, Mike. *Classe e história do trabalho*. In: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidades e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: UNICAMP, 2004. pp.25-48; e _____. *Espaço, redes e formação de classe*. In: Revista Mundos do Trabalho. v.3. n.5. jan-jun/2011. pp.06-33.

⁸¹ Esta visão dos trabalhadores foi apontada em outros estudos: “*Trabalhava em fazenda, não tinha nenhuma [lei]. (...) Não tinha férias, não tinha horário. (...) Na indústria, chove ou faz sol, escurece, ganha. Na roça não*”, comparou o trabalhador Anésio de Oliveira. Cf. NEGRO, Antonio Luigi. *O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX*. In: Politeia: História e Sociedade. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2006. v.6. n.1. p.204.

Fábrica-Fazenda

Ao analisar o início desta indústria têxtil no município de Magé, estudos classificaram-na como uma “fábrica-fazenda”, por ocasião de sua instalação em 1878, tendo em vista que o empreendimento se destinava não apenas à produção industrial, como também às explorações agrícolas.⁸²

Em 1891, a então Companhia de Fiação e Tecidos Pau Grande comprou uma fábrica de tecidos no Distrito Federal (a Fábrica Cruzeiro) e adotou uma nova política administrativa, buscando a ampliação de sua produção têxtil e a expansão da empresa ao estabelecer fábricas em outras áreas. Em seguida, transformou-se na Companhia América Fabril, adquirindo maior projeção no país, sobretudo no cenário econômico pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando se tornou a mais importante empresa brasileira do ramo têxtil. Ainda assim, a categoria “fábrica-fazenda” continuava sendo levada em conta nas análises sobre a Fábrica Pau Grande.

Na realidade, o investimento da empresa na produção agrícola surgiu da necessidade de saneamento das áreas circunvizinhas, que eram alagadiças e bastante insalubres, sendo propícias a malária e outras febres endêmicas. Tudo isso provocava escassez, encarecimento e evasão da mão de obra têxtil, pois muitos operários resistiam em trabalhar (ou continuar trabalhando) na fábrica devido às más condições sanitárias. Juntamente com as operações mecânicas de drenagem, a solução encontrada foi o plantio de cana-de-açúcar em regime de parceria nos terrenos alagadiços, o que contribuiu decisivamente para o dessecamento do solo e, mais adiante, para a instalação de um engenho de aguardente. Assim, a Fábrica Pau Grande *“conseguiu ao mesmo tempo resolver os problemas de saneamento e estabilidade da mão de obra, iniciando paralelamente uma produção secundária que contribuía para rentabilidade da empresa”*.⁸³

Com o tempo, a América Fabril lançou mão de outras estratégias para intensificar sua “política de autossuficiência” iniciada no século XIX, tais como a instalação de uma fábrica de correias de sola para a transmissão de energia, chegando a fornecer seus produtos às demais fábricas têxteis de Magé; uma oficina que fabricava peças de reposição para as máquinas da fábrica e para os vagões dos trens que transportavam suas mercadorias; uma fábrica de polvilho, instalada a partir da plantação de mandioca, visando produzir goma para os tecidos;

⁸² Cf. WEID, Elisabeth von der; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *O Fio da Meada: Estratégia e Expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril 1878/1930*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. p.31.

⁸³ WEID. op.cit., p.57.

e uma olaria para a produção de tijolos que seriam utilizados na construção de casas para os operários e de novas instalações para a empresa. Da mesma forma, a fábrica passou a desenvolver uma produção agropecuária que servia para o consumo da própria vila. A fábrica foi adquirindo novas terras (fazendas vizinhas), a plantação de cana-de-açúcar passou a dividir espaço com outras lavouras, bem como foi difundida a criação de animais para corte e tração.

Embora o trabalho de Elisabeth Von der Weid e Ana Marta Rodrigues Bastos tenha abordado a expansão da Companhia América Fabril entre os anos de 1878 e 1930, a caracterização da filial desta empresa em Pau Grande como “fábrica-fazenda” repercutiu (e ainda repercute) em diversos estudos dedicados a períodos posteriores, especialmente as décadas de 1950, 60 e 70.⁸⁴

Sobre esta caracterização, as autoras afirmaram que as características de “fábrica-fazenda” em Pau Grande assemelhavam-se sobremaneira às outras vilas operárias têxteis surgidas no país durante a virada do século XIX para o XX e situadas em regiões rurais. No entanto, consideramos que este tema não foi devidamente aprofundado, sendo tais fábricas entendidas como parte de um “modelo de cidade-vila operária”, cuja existência correspondia a uma estratégia desenvolvida pelo empresariado têxtil do período, que visava “*garantir uma mão de obra fixa, hábil e sob controle, numa época em que ainda não se havia formado um ‘exército industrial de reserva’*”.⁸⁵

Inclusive, apontaram que a localização e o isolamento da fábrica no município de Magé foram determinantes nos rumos e no alcance da política desenvolvida pela Companhia América Fabril, em termos de construção de moradias e instalação de infraestrutura, aliadas ao estabelecimento de medidas de caráter social que visavam a permanência, o controle e a formação da força de trabalho.⁸⁶

Na década de 1920 a fábrica-fazenda já se havia tornado quase auto-suficiente, constituindo uma comunidade fechada, isolada e com vida própria. As famílias se distribuíam na produção; mulheres e crianças na maior parte das tarefas têxteis, e os homens na lavoura, manutenção, nos trabalhos pesados ou de responsabilidade na fábrica, na administração e no controle. Esta situação permitiu a extrema estabilidade dos trabalhadores da fábrica-fazenda (...). Apesar dessa ‘escola’ sistemática de formação operária, os in-

⁸⁴ Cf. PIMENTA, Ricardo Medeiros. *Retalhos de Memórias: Trabalho e Identidade nas Falas de Operários Têxteis do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: dissertação de Mestrado em Memória Social, UNIRIO, 2006. Este trabalho foi posteriormente publicado em versão livro, a qual passará a ser utilizada como referência deste autor. _____. *Retalhos de Memória: Lembranças de Operários Têxteis Sobre Identidade e Trabalho*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012. p.22; TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFRJ/CPDA, 2011. p.38.

⁸⁵ WEID, op.cit. p.158.

⁸⁶ As autoras citaram como referência José Sérgio Leite Lopes. Cf. LOPES, José Sérgio Leite. *Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa*. In: _____. [et.al]. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

divíduos nativos jamais perdiam seu caráter rural e, sempre que podiam, conseguiam local para a plantação de uma ‘rocinha’ particular. A maioria dos trabalhadores da fábrica, ao se aposentar, continuava na fazenda e cultivava canteiros nos fundos da casa ou em terrenos próximos, ou criava porcos ou galinhas. O fato de não sair do seu ambiente permitia a esses indivíduos manter sua origem e mentalidade rural, mesmo que sob intensa atividade e controle fabril.⁸⁷

Ao investir no termo “fábrica-fazenda”, Marco Antônio Teixeira observou semelhanças entre o bairro de Pau Grande e a cidade de Paulista/PE, pesquisada por José Sérgio Leite Lopes, onde a Companhia de Tecidos Paulista mantinha a única indústria deste ramo no município. A analogia foi reforçada, sobretudo, a partir da identificação de um *“padrão de cidade industrial em que as ‘chaminés’ subordinam a ‘cidade’”*. Nele, distinguem-se a *“superposição entre uma unidade econômica de atividades fabris e agrícolas centralizadas”* e a *“concentração de poderes do capital industrial e da propriedade territorial nas mesmas mãos”*, culminando com a *“interferência direta e visível da administração da fábrica sobre a vida social extrafabril dos trabalhadores”*.⁸⁸

A partir deste argumento, podemos identificar diversas outras empresas semelhantes às que funcionavam em Pau Grande e Paulista, inclusive de outros ramos industriais, como a Fábrica Nacional de Motores (FNM) no distrito de Xerém, em Duque de Caxias/RJ, por exemplo. Construída durante o Estado Novo e impulsionada pelo contexto da Segunda Guerra Mundial, a fábrica também se notabilizou por sua localização isolada, pela construção de vilas operárias, bem como por seu investimento na autossuficiência de uma “Cidade dos Motores”, que produziria seus próprios alimentos e teria seu comércio particular. Da mesma forma, esta indústria “de ponta” mantinha relações de trabalho bastante marcadas pelo exercício da subordinação com *“características militares, paternalistas e de controle social”*, com enorme ingerência na vida do trabalhador fora da fábrica.⁸⁹

Outro pesquisador a investir na noção de “fábrica-fazenda” foi Márcio Piñon de Oliveira, que em um estudo sobre a Companhia Progresso Industrial do Brasil, mais conhecida por Fábrica de Tecidos Bangu, classificou três períodos distintos da empresa em sua relação com o espaço urbano: (1) “fábrica-fazenda”, constituído a partir da implantação da fábrica na Fazenda Bangu em 1889, quando apresentou uma estrutura verticalizada e complementada por uma produção agroindustrial; (2) “cidade-fábrica”, que ganhou corpo durante a primeira grande expansão da produção têxtil da Companhia, nos anos que antecederam a Primeira

⁸⁷ WEID. op.cit., p.165.

⁸⁸ LOPES, José Sérgio Leite. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. Brasília, DF: Editora UNB; Marco Zero, 1988. pp.15-17.

⁸⁹ Cf. RAMALHO, José Ricardo. *Estado Patrão e Luta Operária: o caso FNM*. São Paulo: Paz e terra, 1989.

Guerra Mundial, quando demandou um maior grau de urbanização, com a construção de vilas operárias, articulado à produção fabril; e (3) “fábrica da cidade”, cuja configuração se iniciou em meados da década de 1930, com o processo de alienação patrimonial promovido pela companhia e a incorporação definitiva do subúrbio de Bangu à dinâmica do espaço metropolitano do Rio de Janeiro.⁹⁰

Entretanto, em meio a tantas “semelhanças” de experiências industriais, gostaríamos de pontuar que o “padrão fábrica com vila operária”, proposto por Leite Lopes, não se confunde com a noção de “fábrica-fazenda”, particularmente aquela associada à argumentação sobre origem e manutenção da uma mentalidade rural dos operários. Consideramos, portanto, esta noção pouco explicativa, sobretudo ao vincular isolamento e controle fabril com a ideia de “comunidade fechada”, correndo-se o risco de, em última análise, reforçar representações do tipo “fábrica como presídio ou campo de concentração”, “tear como tronco de escravos”, “casa de operário como senzala” ou “rural como sinal de atraso”, que são muito interessantes enquanto objeto de pesquisa, porém pouco produtivas para referendar argumentos acadêmicos.

A propósito, tem sido bastante debatida a relevância das “comunidades isoladas e fechadas” nas relações de trabalho e na formação da classe trabalhadora. Pesquisas como a de Stuart Macintyre sugerem que elas são mais propensas à militância política⁹¹. Mike Savage, no entanto, advertiu que uma classe demograficamente coesa pode tanto pender à organização política quanto à inércia, tornando-se, por isso, fundamental examinar os contextos em que as vidas operárias são vividas: *“tempo e espaço não como pano de fundo da análise histórica, mas (...) como parte intrínseca do próprio processo”*.⁹²

Interessante observar que, no caso específico do município de Magé, as “comunidades operárias isoladas” de Santo Aleixo (com duas fábricas de tecidos) e Pau Grande são justamente aquelas consideradas mais aguerridas e politizadas, o que inclusive lhe renderam os cognomes de “Moscouzinho” e “Stalingrado”⁹³, ao passo que o bairro operário da antiga

⁹⁰ Cf. OLIVEIRA, Márcio Piñon de. *Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro*. Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidade de Barcelona. v.10. n.218. ago/2006. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-51.htm>>. Acessado em 25 de abril de 2009; _____. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica na cidade*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado em Geografia, UFRJ, 1991.

⁹¹ Cf. MACINTYRE, Stuart. *Little Moscovs: communism and working-class militancy in inter-war Britain*. London: Croom Helm, 1980.

⁹² SAVAGE. *Classe e história do trabalho*, op.cit. p.38 e 44 passim.

⁹³ O cognome “Moscouzinho” é bastante recorrente em matérias jornalísticas e em entrevistas de antigos operários de Magé. O médico Irun Sant’Anna, no entanto, referiu-se ao cognome mencionado numa alusão aos bairros operários de Pau Grande e Meio da Serra, enquanto que Santo Aleixo e Andorinhas seriam “Stalingrado”, devido às expressivas votações do PCB nas eleições pós-Segunda Guerra. Cf. SANT’ANNA, Irun. *Brasil: país sem futuro?* Rio de Janeiro: Imprimatur, 1997. p. 155.

Companhia Mageense, localizado no centro da cidade, numa área mais urbanizada, era considerado pouco combativo ou resistente ao controle patronal.⁹⁴

Neste ínterim, o próprio Leite Lopes, em coautoria com Sylvain Maresca, em artigo sobre o jogador de futebol Garrincha, ex-tecelão em Pau Grande, mencionou sobre “*os mistérios da vida social cotidiana do grupo operário de onde ele proveio*”.

(...) Um dos enigmas próprios dos trabalhadores habitantes dessas cidades “paternalistas” com caráter de “instituição total” é que, ao olharmos de mais perto, descobrimos terem eles certa mobilidade, indisciplina e “liberdade”, que se exercia no próprio interior desse modo de dominação patronal que, além de sua produção industrial, controlava toda a sua vida social.⁹⁵

E a Fábrica Pau Grande era apenas uma dos quatro estabelecimentos têxteis que existiam no município durante o período estudado.

Padrão Fábrica com Vila Operária

Em Magé, a Companhia América Fabril foi pioneira no projeto “fábrica com vila operária”, posto em prática a partir da última década do século XIX, enquanto que os investimentos das fábricas Andorinhas e Santo Aleixo ainda eram escassos nesse sentido, só ocorrendo de forma mais efetiva após a década de 1930.⁹⁶

Na realidade, as fábricas Pau Grande, Andorinhas e Santo Aleixo, em dado momento, construíram vilas para seus empregados. A exceção seria a Fábrica Mageense (antiga Companhia Mageense), no centro da cidade, que chegou a construir casas para trabalhadores, porém sem as características de um bairro operário. Também cabe assinalar a existência das vilas das fábricas Estrela e Meio da Serra. Esta também do ramo têxtil, batizada com o nome de Come-ta e localizada bem na divisa com o município de Petrópolis, inclusive sendo motivo de disputas fiscais entre Magé e a cidade serrana; ao passo que aquela se dedica à produção de pólvora e está situada no bairro de Raiz da Serra, distrito de Inhomirim, sendo administrada à época pelo Ministério da Guerra e atualmente pelo Exército Brasileiro (EB). Apesar dessas duas

⁹⁴ Entrevista concedida por Irun Sant’Anna a Felipe Ribeiro. 06/04/2006. O médico comunista afirmava categoricamente que “*naquela fábrica o pessoal era de muito baixo nível político e sindical*”, onde “*os líderes eram pelegos por natureza, já nasceram pelegos...*”.

⁹⁵ LOPES, José Sérgio Leite Lopes; e MARESCA, Sylvain. *A Morte da “Alegria do Povo”*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1992. v. 20. p.121.

⁹⁶ Há referências de que a Fábrica Santo Aleixo, já em meados do século XIX, provia alojamentos para os seus empregados, tendo as mulheres um compartimento em separado. Esta iniciativa se justificava devido à distância que “*naturalmente forçava a moradia no próprio local da produção*”, pois mais da metade dos trabalhadores da fábrica era composta por colonos alemães oriundos de Petrópolis. Cf. OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. *Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F&S Editora, 1992. pp.146-147. No entanto, não consideramos este tipo de alojamento como inserido no padrão fábrica com vila operária apontado por José Sérgio Leite Lopes.

fábricas não configurarem como objeto de análise nesta pesquisa, julgamos interessante a citação, devido ao padrão semelhante às demais.

Essa combinação de fábrica com vila operária é bastante recorrente na bibliografia sobre industrialização e memória da classe trabalhadora, em diferentes campos de análise nas ciências sociais. Inclusive, diversos trabalhos citam as vilas operárias construídas pelas fábricas de tecidos em Magé.

Os estabelecimentos têxteis com moradias para trabalhadores foram uma característica do desenvolvimento industrial no interior do Estado do Rio de Janeiro. Exemplos são a ‘Fábrica Esther’ e a ‘Fábrica Andorinhas’, em Santo Aleixo, e o ‘Cotonifício Levy Gasparian’, estabelecido em Três Rios. A ‘Fábrica de Tecidos e Fiação Pau Grande’, fundada em Magé em 1878, gerou um importante núcleo fabril – Pau Grande, que nos anos de 1950 e 1960 tornou-se famosa como o local onde Mané Garrincha nasceu e começou sua carreira. A ‘Companhia América Fabril’ foi proprietária de várias fábricas no Estado do Rio de Janeiro, todas fornecendo casas para seus operários. Além de Pau Grande, contava com outras fábricas com moradias.⁹⁷

A principal referência nessas pesquisas é a obra de Leite Lopes, autor de diversos trabalhos sobre o tema, que definiu o padrão “fábrica com vila operária” como o resultado de uma configuração específica da relação entre a força de trabalho industrial e o patronato, que se constitui em “*uma situação onde a própria fábrica é proprietária das casas em que moram seus operários e é promotora da vida social extra-fabril da localidade*”.⁹⁸

Vale ressaltar que, desde a década de 1940, o próprio governo brasileiro começou a intensificar investimentos na construção de vilas operárias circunvizinhas às fábricas das empresas estatais. Nesse sentido, a construção da Usina Presidente Vargas, pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), na localidade de Santo Antônio da Volta Redonda, no Vale do Paraíba, Estado do Rio de Janeiro, tornou-se um ícone.⁹⁹

Afastada dos grandes centros urbanos, Volta Redonda foi emancipada do município de Barra Mansa e se transformou na cidade símbolo do trabalhismo, a “Cidade do Aço”. Na realidade, o município resumia-se a própria fábrica. Seu complexo fabril foi considerado uma cidade-industrial modelo para o país, habitada igualmente por operários-modelo, que formavam a “*grande família siderúrgica*”.

⁹⁷ GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. A industrialização brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos industriais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v.7. n.1. maio/2005. p.29. A Fábrica Esther, da citação, é a Fábrica Santo Aleixo, que foi rebatizada pela Companhia Bezerra de Mello.

⁹⁸ LOPES. *A Tecelagem dos Conflitos...*, op.cit. p.17.

⁹⁹ Convém registrar que alguns autores apontam distinções conceituais entre “fábrica com vila operária” e “company town”, carecendo ainda, a nosso ver, de maior debate. A CSN, por exemplo, já foi analisada sob as duas perspectivas. Cf. CORREIA, Telma de Barros. *De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular*. São Paulo: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, mai/2001. n.4. pp.83-98; e PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. *Capital, trabalho e moradia em complexos habitacionais de empresa: Serra do Navio e o Amapá na década de 1950*. In: AMARAL, Alexandre [et.al]. *Do lado de cá, fragmentos de História do Amapá*. Belém: Açaí, 2011. pp.461-468.

Pela mística e pelas condições que cercaram a constituição da CSN, a construção da usina e da cidade, pode-se dizer, sem temer cair em exagero, que Volta Redonda foi para os anos de 1940 o que a construção de Brasília representaria na segunda metade dos anos de 1950.¹⁰⁰

Nesse ínterim, compreendemos os bairros industriais de Magé como um “*caso particular do possível, no universo do padrão fábrica com vila operária*”.¹⁰¹ Entretanto, para isso, faz-se necessário mapear tanto suas particularidades em relação a outros municípios, quanto as distinções entre as diversas vilas operárias do município. Ressalta-se que não é objetivo desta tese apresentar um estudo mais minucioso sobre as estruturas de cada fábrica têxtil do município, porém, baseado em diversas pesquisas publicadas sobre estes empreendimentos, buscaremos pontuar aspectos que julgamos esclarecedores às questões levantadas na pesquisa.

De fato, a vila operária em Pau Grande apresentava certas peculiaridades, principalmente pelo fato de ser um bairro mais afastado do restante do distrito, existindo inclusive uma cerca ao redor do bairro e um pórtico com guardas da empresa em sua entrada, conforme já abordamos durante a análise da greve de solidariedade a Darcy Câmara. Nesse sentido, Pau Grande chegou a ser considerada uma “*cidade quase que independente do município*”.¹⁰²

Como vimos, os militantes comunistas comparavam o bairro operário aos espaços prisionais típicos de regimes autoritários. O vereador e dirigente sindical Astério dos Santos, chegou a declarar, em outubro de 1959, durante o IV Congresso Fluminense de Municípios, que o bairro de Pau Grande seria um “*Campo de Concentração*”.¹⁰³

Anos antes, em 1953, o jornal *Imprensa Popular* identificava o bairro como um “*feudo encravado na raiz da serra de Magé*”, explorando trabalhadores na fábrica e na lavoura¹⁰⁴. Além disso, o mesmo periódico, ao fazer a cobertura de uma eleição no sindicato dos têxteis local, informava que os trabalhadores votariam separadamente, de acordo com as seções existentes na fábrica, entre elas a seção da “Lavoura”.¹⁰⁵

¹⁰⁰ MOREL, Regina Lúcia M. *A construção da “família siderúrgica”: gestão paternalista e empresa estatal*. In: RAMALHO, José Ricardo [org.]. *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.51.

¹⁰¹ LOPES. *A Tecelagem dos Conflitos...*, op.cit. p.20.

¹⁰² SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé: Terra do Dedo de Deus*. op.cit., p.170. De fato, o bairro destoava do restante do distrito de Inhomirim, que possuía extensas terras oriundas das antigas fazendas do período imperial, todas já decadentes. A malha ferroviária da Estrada de Ferro Leopoldina também cortava o distrito, o que contribuiu decisivamente para a ocupação dessa região durante a “febre de loteamentos”, intensificada a partir da década de 1950. Atualmente, o bairro de Piabetá (localizado nas proximidades da antiga estação de trem “Entroncamento”) é considerado o segundo maior núcleo urbano de Magé e o principal centro comercial no município.

¹⁰³ Câmara Municipal de Magé (CMM). *Livro de Atas n.21 (10/11/1959 a 29/11/1960)*. fls.1v-2.

¹⁰⁴ *Imprensa Popular*. 04/03/1953. p.6.

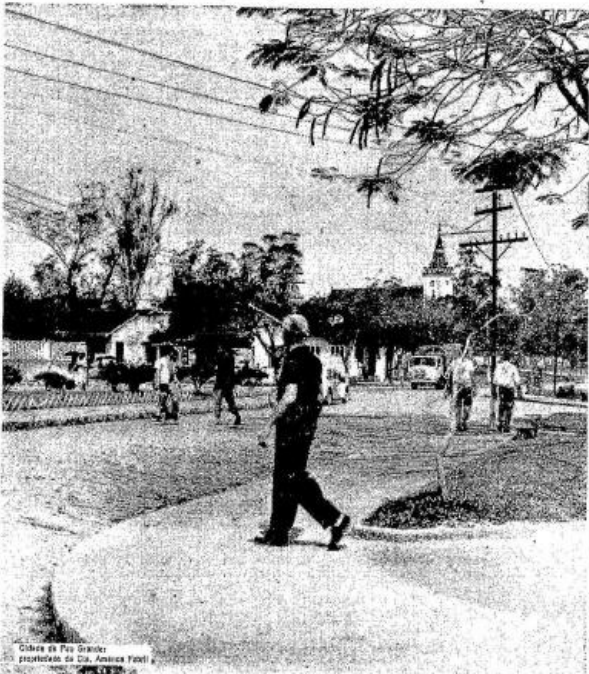
¹⁰⁵ *Imprensa Popular*. 21/07/1954. p.2. Em outro jornal, a “seção da Lavoura” foi chamada de “escritório da Lavoura”. Cf. *O Globo*. 13/01/1958. p.3.

Somos uma cidade. Escola, igreja, ruas pavimentadas, casas, jardins, hospital, farmácia, dentista e campo de futebol. Até lavoura e pecuária. Nosso "município" ocupa uma área de 57.500.000 metros quadrados. Somos uma comunidade que congrega 7.000 famílias. E não é apenas em Pau Grande, Mas também no Andaraí e na Penha do Caju, na Guanabara. Uma comunidade dedicada a um interesse que não é somente nosso. Produzir mais e melhores tecidos de algodão tem sido a nossa meta. E não pretendemos parar. Porque aquele interesse que não é somente nosso é seu, é do Brasil.

A América Fabril é isto:

- 4 grandes fábricas
- 5.300 operários
- 5 milhões de impostos por ano
- 900 milhões anuais à Previdência Social
- 28.400.000 lbs por ano
- 7.000.000 de kg de algodão por ano

só não temos Prefeitura...



Cidade de Pau Grande pertencente à Cia. América Fabril

CIA. AMÉRICA FABRIL 

IMAGEM 3: Peça Publicitária da América Fabril.

Fonte: *O Globo*. 06/11/1964. p.3.

Durante a década de 1960, a própria Companhia América Fabril, em anúncio publicado na imprensa carioca, valorizava a estrutura em torno de suas quatro fábricas de tecidos distribuídas nos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. A peça publicitária era acompanhada por uma fotografia da vila operária em Pau Grande e enfatizava que, embora as fábricas formassem um “município”, elas “não tinham prefeitura”, numa clara referência a autossuficiência da empresa: “*Somos uma cidade. Escola, igreja, ruas pavimentadas, casas, jardins, hospital, farmácia, dentista e campo de futebol. Até lavoura e pecuária*”.¹⁰⁶

De qualquer forma, reiteramos que convém certa precaução ao investir no termo “comunidade fechada”, pois ele denota aspectos semelhantes a de uma “instituição total”, o que não é o caso. Conforme já citamos, estudos específicos sobre esta mesma fábrica já apontaram

¹⁰⁶ *O Globo*. 06/11/1964. p.3.

que a vida social cotidiana desses trabalhadores têxteis revela diversas formas de resistência, inclusive no próprio espaço fabril.

Até mesmo dentro da fábrica, uma certa indisciplina e uma "cultura de oficina" podem desenvolver-se, parecendo quase indispensáveis para a boa gestão da produção. Além disso, graças à exploração autônoma de recursos oferecidos pela empresa - como a concessão de roçados operários ou de terrenos para cultivo, o uso das matas ao redor para fins materiais (lenha) ou para lazer (caça, especialmente de pássaros) -, esses operários, geralmente de origem camponesa, beneficiavam-se de condições de vida mais favoráveis do que poderíamos presumir, tendo em vista apenas os seus empregos industriais. Outras estruturas ainda estavam à sua disposição, como assistência médica, associações religiosas, grupos folclóricos, casa (...) e o clube de futebol.¹⁰⁷

No que tange a essas estruturas à disposição dos operários de Magé, convém pontuar que, ao passo que a Fábrica Pau Grande permaneceu, desde o século XIX até a década de 1970, administrada pela Companhia América Fabril, as demais fábricas de tecidos do município passaram por diversos proprietários, o que implicou em variadas formas de investimento dessas indústrias na vida social extrafabril. Porém, ao longo do período abordado no presente trabalho, mais especificamente entre os anos de 1956 e 1973, cada uma das fábricas têxteis analisadas manteve apenas um proprietário.

A que estava localizada no distrito sede do município pertencia à Fábrica Itatiaia de Tecidos S/A e inteiramente inserida ao centro urbano. Muito embora encontremos investimentos dessa empresa no ambiente extrafabril, sua atuação nos parece pouco significativa, sobre este aspecto, em comparação com as demais fábricas analisadas, sobretudo após ter enfrentado uma grave crise em 1952, quando encerrou suas atividades e provocou a venda da massa falida da Companhia Santo Amaro, então proprietária, no ano de 1956.¹⁰⁸

Ao reiniciar suas atividades, já como Fábrica Itatiaia, a empresa buscou promover “*imediate e completa recuperação das casas de moradia dos operários*” e colaborar “*materiamente na urbanização das terras onde se encontra localizada*”.¹⁰⁹

Interessante observar que, durante aquela crise, outras fábricas têxteis do município conseguiram incorporar boa parte dos operários desempregados. “*Certa ocasião, a Fábrica Itatiaia [Companhia Santo Amaro] parou de funcionar e as duas fábricas de Santo Aleixo mantiveram mais de 50% dos funcionários daquela fábrica*”, recordou um antigo operário.¹¹⁰

¹⁰⁷ LOPES; MARESCA. op.cit. p.121.

¹⁰⁸ A crise desta fábrica foi abordada em minha dissertação de mestrado. Cf. RIBEIRO, Felipe. *Operários à tribuna*, op.cit. pp.178-181.

¹⁰⁹ SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé: Terra do Dedo de Deus*. op.cit., p.172.

¹¹⁰ Entrevista concedida por Casimiro Virgínio da Rocha a Felipe Ribeiro. 1999.

As fábricas localizadas no distrito de Santo Aleixo eram a Andorinhas, pertencente à empresa Fábricas Unidas de Tecidos, Rendas e Bordados S/A desde 1935; e a Santo Aleixo, incorporada à Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello em 1941. A partir dessas novas administrações, o pequeno distrito de Santo Aleixo foi submetido gradativamente a uma nova dinâmica social, que resultou na emergência de uma cultura fabril bastante específica, a partir da centralidade do trabalho industrial têxtil e dos seus reflexos para além dos muros da fábrica, abarcando as experiências cotidianas desses trabalhadores.

Neste contexto, os nomes dos empresários que estavam à frente desses respectivos estabelecimentos industriais – Hermann Mattheis e Othon Lynch Bezerra de Mello – marcaram profundamente a memória da localidade, sendo recorrentemente lembrados como benfeitores de “*uma nova fábrica e também um novo Santo Aleixo*”.¹¹¹

Dotados de larga visão industrial, bastante inspirada nos modelos de cidades operárias americanas e europeias, os novos proprietários desenvolveram projetos voltados não apenas para suas empresas como também para a localidade circunvizinha: expandiram e otimizaram a geração hidroelétrica, para que assim atendessem com energia e água os habitantes, construíram vilas operárias para os trabalhadores, escolas, igrejas, ruas, praças, centros médicos, creches, cinemas, além de patrocinar grupos carnavalescos e clubes de futebol.

Estas transformações, indubitavelmente, impactaram a vida dos trabalhadores, sobretudo no que tange a uma nova concepção de lar operário. A despeito das intenções patronais de “civilizar” e “modernizar” o cotidiano extrafabril dos trabalhadores, observamos que este conjunto de ações empreendidas pelas fábricas configurou como uma espécie de linha de colonização ou “frente avançada de povoamento”¹¹², não apenas investindo na imobilização da força de trabalho, mas também como um símbolo dessas fábricas, servindo tanto como a materialização do seu discurso paternalista, quanto um dos principais elementos de sedução para recrutar novos trabalhadores (oferta de uma casa para morar). Grosso modo, buscava-se reforçar aspectos da “vida urbana” para as vilas operárias, como se as fábricas estivessem levando a “cidade” para o “interior”.¹¹³

(...) Em 1935, a fábrica [Andorinhas] possuía 70 casas para residências dos operários, sendo, na sua maioria, cobertas de zinco, não assoalhadas, sem instalações higiênicas e ainda, em grande parte, construídas de taboas e paus

¹¹¹ SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé: Terra do Dedo de Deus*. op.cit., p.162.

¹¹² OLIVEIRA, Sônia Maria Gonzaga de. *Montanhas de Pano: fábrica e vila operária em Santo Aleixo*. Rio de Janeiro: dissertação de Mestrado em Antropologia Social, MN/UFRJ, 1992. p.2.

¹¹³ O interior é aqui entendido como “categoria genérica que se refere aos mais diversos lugares de origem” e que “além da conotação de área distante, é também um local onde as pessoas são pobres e vivem ameaçadas em suas condições de sobrevivência”. Cf. ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a Fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. p.21.

a pique. Essas casas, que não correspondiam às necessidades dos operários, foram demolidas e substituídas por moradias confortáveis, com todos os requisitos modernos, forradas, assoalhadas e com instalações de luz elétrica. Possui hoje a fábrica 200 casas, além das que se acham em construção e projeto. Graças ao desenvolvimento da empresa, como também da localidade em geral, a ‘Andorinhas’ possui os seguintes estabelecimentos, os quais não existiam em 1935: açougue, farmácia, alfaiataria, casas para hóspedes [pequeno hotel], restaurante, consultório médico, cinema, duas escolas, sendo uma mantida pela fábrica, estando já em projeto a construção de uma creche e um novo edifício para escola dotado de melhores acomodações com possibilidades para o ensino profissional, de acordo com a lei em vigor (...).¹¹⁴

Além disso, cabe realçar outros aspectos bastante relevantes sobre as vilas operárias no distrito de Santo Aleixo. Primeiramente, a existência de duas empresas de médio a grande porte, com forte concentração operária, de ramo industrial idêntico e que foram instaladas na mesma área, que além de pequena era isolada dos centros urbanos. Na realidade, as fábricas Andorinhas e Santo Aleixo estavam localizadas apenas dois quilômetros uma da outra.

Aspecto também importante foi que a chegada dessas “novas administrações” nas fábricas coincidiu com o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Inevitavelmente, este contexto implicou de forma decisiva na formação da classe trabalhadora local e na consolidação de uma cultura fabril. Durante a guerra, o distrito vivenciou inúmeras transformações, por meio de vínculos “densos” e de “longo alcance”, mas que estavam diretamente ligadas às fábricas e seus trabalhadores, como a fundação do sindicato têxtil local, em 1941, de sua escola sindical dois anos depois, e a própria promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1942; a difusão de uma forte política social por parte das fábricas (com a construção de vilas operárias, entre outras ações), além dos diversos incentivos fiscais obtidos por essas empresas no chamado “esforço de guerra”, quando inclusive alguns direitos previstos na CLT chegaram a ser suspensos; além do fim do Estado Novo (1937-1945), seguido da forte atuação dos recém-criados partidos políticos, justamente no momento em que parte significativa dos trabalhadores brasileiros tornava-se eleitor.

Em meio a um forte discurso patriótico e nacionalista, típico deste período de conflito mundial, associado a um governo autoritário que apresentava uma legislação trabalhista como “dádiva”, mas que, logo em seguida, suprimiu parte dela em prol do esforço brasileiro para a guerra, os tecelões do distrito de Santo Aleixo passaram a ser tratados como verdadeiros “soldados da produção”, sob o lema “*trabalhar nas fábricas e lutar nas trincheiras*”.¹¹⁵

¹¹⁴ O Globo. 09/09/1942. p.6.

¹¹⁵ O Globo. 09/09/1942. p.6.

(...) Santo Aleixo foi um dos distritos do Brasil que mais trabalharam pelo nosso esforço de guerra em prol da FEB. Os teares trepidavam dia e noite, o seu ruído varava as madrugadas. Nós nos matávamos nas horas extraordinárias para que os nossos pracinhas pudessem partir logo. Queríamos que eles fossem ajudar os nossos aliados no esmagamento, o mais rapidamente possível, da besta nazista.¹¹⁶

Inclusive, grande parte desse discurso mobilizador foi também reforçada pela militância do PCB, que buscava atuar na associação que deu origem ao sindicato local, estrategicamente localizado na área fronteira entre as fábricas Andorinhas e Santo Aleixo, no bairro do Centro. Porém, inseridos em um contexto de forte enquadramento promovido pelo Estado Novo, a recém-criada entidade sindical têxtil, nas palavras do operário comunista José Rodrigues, teve que eleger como primeiro presidente “*um homem de confiança da fábrica*”, tendo em vista que ele assumiria o cargo “*num período de ditadura*”.¹¹⁷

Dessa forma, ao adotar uma poderosa estratégia de dominação dentro e fora do local de trabalho, as políticas de gestão dessas indústrias têxteis em Santo Aleixo, buscaram corroborar os laços corporativos entre os trabalhadores, as empresas e, por extensão, o Estado, levando-se em conta a existência de um regime autoritário no país desde 1937, o Estado Novo.¹¹⁸

Por outro lado, muito embora a presença concreta dessas duas fábricas em diversos setores da vida do operariado, reforçada pela proximidade geográfica entre elas, poderia induzir uma análise dessas duas vilas operárias de forma contígua, faz-se necessário pontuar que existiam particularidades em cada complexo fabril.

No que tange às vilas operárias, por exemplo, ao passo que o grupo Bezerra de Mello investiu basicamente em “casas de família”, a Fábrica Andorinhas, dos Mattheis, chegou a construir moradias específicas para operários solteiros, que ficou conhecida popularmente como “quartinhos”. Este aspecto implicava, obviamente, em estratégias específicas de contratação de mão de obra adotada por cada uma dessas empresas, sobretudo no período de maior oferta de empregos, no pós-guerra.

¹¹⁶ *Tribuna Popular*. 13/04/1946. p.8. Entrevista concedida pelo tecelão José Pereira da Silva.

¹¹⁷ Entrevista concedida por José Rodrigues a Felipe Ribeiro. 04/08/2006.

¹¹⁸ Esses laços corporativos entre trabalhadores, empresa e Estado foram abordados por Elina Pessanha e Regina Morel ao analisarem o caso da CSN. Cf. PESSANHA, Elina G. da Fonte; MOREL, Regina Lúcia de Moraes. Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*. Rio de Janeiro: out/1991. a.6. n.17. p.74.

Além disso, podemos observar que as especificidades de cada complexo fabril refletiram decisivamente na construção de múltiplas identidades entre os trabalhadores do distrito, conforme abordado por diversos estudos.¹¹⁹

Para além de uma identidade social em comum, como se as duas comunidades fabris (trabalhadores e patrões) formassem uma “Grande Família”, havia uma forte rivalidade entre os trabalhadores das duas fábricas, estendendo-se aos clubes de futebol e agremiações carnavalescas mantidas por elas. Eram os “de cima”, da Fábrica Andorinhas, e os “de baixo”, da Fábrica Santo Aleixo. Ao mesmo tempo, observamos outro laço de identidade constituído na localidade, surgido a partir da demanda comum dos trabalhadores por direitos sociais e políticos frente às arbitrariedades da fábrica e, por consequência, do Estado, configurando agora a rivalidade entre operários e patrões, por vezes simbolizada pelo sindicato, por algumas lideranças políticas ou por agremiações partidárias no pós-1945, como o PTB e o PCB.

Vale ainda ressaltar que as estratégias dos empresários têxteis, por diversas vezes, se associavam à política social da Igreja Católica, sobretudo por meio dos Círculos Operários, bem como se conjugavam com a atuação político partidária de lideranças do Partido Social Democrático (PSD). Tudo isso, sem dúvida, contribuiu para legitimar a visão do mito fundador de uma época áurea, que teria sido desencadeada a partir das administrações Mattheis e Bezerra de Mello, ao passo que também diferenciava bastante essas duas vilas operárias à que existia em Pau Grande, onde praticamente a fábrica exercia o “governo local de fato”, tal como observado por Leite Lopes na cidade de Paulista/PE¹²⁰, muito embora em nenhum dos casos analisados em Magé verificou-se o cenário de isolamento, monopólio territorial e emancipação político-administrativa (com a criação de um novo município).

¹¹⁹ Cf. OLIVEIRA, Sônia Maria Gonzaga de. *Montanhas de Pano*, op.cit.; PEREIRA, Aline Fernandes. *A Fábrica Santo Aleixo: a importância de uma indústria têxtil como exemplo de trabalho manufatureiro livre em uma sociedade escravista*. Vassouras/RJ: dissertação de Mestrado em História Social, USS, 2006; FIGUEIREDO, Joana Lima. *Fábrica Santo Aleixo: Magé, Arte e Patrimônio da Industrialização (1847-1979)*. Niterói: dissertação de Mestrado em Ciência da Arte, UFF, 2008; MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Fios da Rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949)*. Rio de Janeiro: tese de Doutorado em História, PUC-RIO, 2012; _____. *Identidade, memória e história em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril*. São Gonçalo: dissertação de Mestrado em História Social, FFP/UERJ, 2008; _____. *O compasso da vida no ritmo da fábrica: identidade e memória do cotidiano operário em Santo Aleixo*. São Gonçalo: monografia de graduação em História, FFP/UERJ, 2005; LAGE, Sofia Martins. *A Indústria Têxtil em Santo Aleixo: Processo de Industrialização em Santo Aleixo e seus impactos nas transformações do espaço urbano*. São Gonçalo: monografia de graduação em Geografia, FFP/UERJ, 2007; LOPES, Isabela Pereira. *Sonhos em Retalhos: a creche da Fábrica Andorinhas em Santo Aleixo-RJ (1946-1970)*. Niterói: monografia de graduação em Educação, UFF, 2006; LOURENÇO, Roberta da Silva. *Moscou brasileira: o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Santo Aleixo*. São Gonçalo: monografia de graduação em História, UNIVERSO, 2005; MARINS, Geilson de Sena. *Fábrica de Santo Aleixo: fundação em 1848 e memória da vila operária no século XX*. Niterói: monografia de graduação em História, UFF, 2006; RIBEIRO, Felipe. *Operários à tribuna*, op.cit.; _____. *Astério dos Santos, o operário: processo de acumulação política, memória e identidade dos trabalhadores têxteis de Santo Aleixo (1941-1964)*. São Gonçalo: monografia de graduação em História, FFP/UERJ, 2006. Este trabalho está prestes a ser publicado em versão livro. Cf. _____. *Memórias da Moscouzinho: os tecelões de Santo Aleixo e a liderança de Astério dos Santos*. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2015; e SOARES, Carla Rosa. *Magé: memória e história de uma comunidade fabril*. São Gonçalo: monografia de graduação em História, UNIVERSO, 2006.

¹²⁰ LOPES. *A Tecelagem dos Conflitos...*, op.cit. p.192.

Neste breve panorama, procuramos mapear algumas características da relação entre fábrica e operariado no município de Magé, bem como certas especificidades de cada complexo fabril. Tendo como enfoque o padrão “fábrica com vila operária”, verificamos que essas empresas apresentavam diferentes modalidades de dominação social no município, contribuindo para reforçar diferenciações internas nesse grupo de trabalhadores. Por outro lado, embora as fábricas exercessem uma forte subordinação para além da esfera da produção, suas políticas sociais tornaram-se um símbolo de segurança, tranquilidade e aconchego no imaginário dos tecelões mageenses, até porque veio ao encontro a uma preocupação bastante cara à insegurança estrutural vivida pela classe trabalhadora, a moradia. Esse aspecto foi evidenciado tanto nas falas dos operários reunidas em estudos sobre o local, quanto em pesquisas que abordam outras regiões e categorias profissionais.

(...) A possibilidade de morar nas vilas aparece em boa parte dos depoimentos dos trabalhadores e funcionários como algo extremamente positivo, associado a outras ‘vantagens’ oferecidas pela fábrica para manter sob seu controle um grupo de trabalhadores essencial para seu funcionamento. A carência de tudo na vida dos trabalhadores, a necessidade do emprego, o bem-estar da família, pareciam argumentos mais fortes do que a evidente limitação imposta aos moradores das vilas.¹²¹

“Nuvem de paz”, “dragão que comia gente” e “memórias de roça”

Embora as fábricas de tecidos denotassem para o município um perfil mais ligado ao mundo urbano, especialmente a partir dos seus investimentos extra-fabris, verificamos que as representações sociais sobre os seus trabalhadores e o lugar onde vivem estão bastante relacionadas a uma “forma de vida campestre”, talvez até por Magé configurar como uma pequena cidade, situada relativamente próxima a então capital do país, porém rodeada por uma extensa área verde. O fato é que a valorização da natureza, do bucólico e da tranquilidade encontra-se diversas vezes sobreposta a uma certa “urbanidade” que seria inerente à indústria.

A título de exemplo, gostaríamos de citar algumas memórias que foram construídas em torno da Fábrica Santo Aleixo, que ilustra bem o que pretendemos abordar.

(...) Tudo passou, meu filho. Tudo. Você um dia vai ser pai e vai também descobrir como são difíceis certos momentos na vida de um homem. Parece que nada dá certo, provocando um desespero interminável. Mas agora, não. Papai foi nomeado gerente da Fábrica de Santo Aleixo. Nunca mais vai faltar nada nos seus sapatinhos na noite de Natal. (...) Não chore, meu filho. Nós

¹²¹ RAMALHO, José Ricardo. *Estado Patrão*, op.cit. pp.101-102.

vamos ter uma casa muito grande. Um rio de verdade passa bem atrás. Grandes árvores e tantas, que serão só suas. Você pode fazer, armar balanços.¹²²

Foi recebendo esta notícia que o menino Zezé, personagem principal do livro *Meu Pé de Laranja Lima*, sentiu o retorno de uma “nuvem de paz” sobre sua família após severo período de desemprego. A obra, considerada o maior sucesso editorial de José Mauro de Vasconcelos, foi publicada pela primeira vez em 1968, chegando a ser traduzida para diversas línguas. Nela, o autor lançou mão de sua própria experiência de vida para discutir as dores e as angústias da infância diante das constantes mudanças de vida provocada pelos adultos.

José Mauro de Vasconcelos nasceu no bairro de Bangu, cidade do Rio de Janeiro, onde funcionava uma importante fábrica de tecidos, a Companhia Progresso Industrial do Brasil, presente em grande parte das histórias contadas em seu livro.

Para o personagem Zezé, a fábrica trazia más lembranças: “*Não gostava dela. (...) A Fábrica era um dragão que todo dia comia gente e de noite vomitava o pessoal muito cansado. Não gostava ainda porque Mister Scottfield fizera aquilo com Papai...*”.¹²³ O pai do protagonista havia discutido com um dos diretores da fábrica e, por isso, acabou sendo demitido, desencadeando um período de muitas dificuldades para a família. Toda essa angústia, porém, foi minimizada após seu pai conseguir um emprego na Fábrica Santo Aleixo, no município de Magé/RJ.

No contexto da obra, em particular, esta outra fábrica configurou como uma espécie de “porto seguro” para a família de Zezé, sendo inclusive valorizada a beleza do lugar onde ela estava localizada, com “rios de verdade” e “grandes árvores”. Embora o pai do protagonista não fosse propriamente tecelão, mas um gerente, esta peculiar representação da Fábrica Santo Aleixo se aproximou (e muito) de diversas outras caracterizações construídas por meio da memória operária e de publicações locais, que passaremos a analisar adiante.

A primeira delas refere-se ao livro *Magé durante o Segundo Império e os primeiros tempos da República: a história de uma abnegada mulher*¹²⁴, que conta a trajetória de Francisca D’Azevedo Paiva, poetisa, filha do capitão Gabriel de Azevedo Maia Lage, fazendeiro e chefe político local. Após um longo período de fausto e riqueza em sua família, “Chiquinha”,

¹²² VASCONCELOS, José Mauro de. *Meu pé de laranja lima*. São Paulo: Melhoramentos, 1975. pp.187-188.

¹²³ VASCONCELOS, op.cit. pp.63-64.

¹²⁴ FERNANDES, Antônio de Paiva. *Magé durante o Segundo Império e os primeiros tempos da República: a história de uma abnegada mulher*. Rio de Janeiro: s/ed, 1962.

como era conhecida a protagonista, passou enfrentar diversos dissabores, motivados pela dificuldade financeira.¹²⁵

Assim, Francisca teve que sair do convívio com seu pai, na fazenda, para acompanhar seu marido, José Alexandre, recém contratado pela Fábrica Santo Aleixo. Mais tarde, uma de suas filhas, Zoraida, casou-se com um pequeno comerciante local, Emygdio Fernandes, um dos alvos da primeira mobilização operária que se tem notícia na região: a “Greve do Pano”.¹²⁶

Santo Aleixo sempre fora habitado por gente pacata e de costumes morigerados. Centro essencialmente fabril, pois não havia pessoas afortunadas, nem tampouco a chamada classe burguesa, tão odiada pelos que professam o comunismo. Comerciantes e operários viviam em perfeita harmonia, um dependendo do outro. Mas aquela vida boa e pacata, fora quebrada com o advento do regime comunista da Rússia. Para ali convergiam os chamados delegados dos operários, que outra coisa não eram senão meros agitadores. Promoviam comícios de rua, e nas pregações revolucionárias pregavam o amor livre, a dissolução da família e a divisão de latifúndios. (...) Ao cair da tarde, enorme massa se postava diante da agência postal, na ânsia de adquirir números dos jornais abertamente comunistas (...). E naquele dia aprazado, os operários a um sinal convencionado (...) pararam as máquinas e entraram a praticar desatinos. O plano era por demais diabólico (...). Instalaram o ‘Soviet’ local, e em substituição a bandeira brasileira, hastearam a bandeira vermelha, com o dístico: ‘Viva Lenine’. A seguir, os amotinados saíram em delírio pelas ruas precedidos pela Banda de Música, entoando a Internacional de Moscou.¹²⁷

Para Antônio de Paiva Fernandes, autor da obra, esse movimento foi um “*plano diabólico de amotinados*”, sem, no entanto, deixar de descrevê-lo como fabuloso, mesmo que noutra perspectiva. Publicada em 1962, a obra deste escritor mageense foi permeada por uma forte posição anticomunista, típica da época em que foi concebida, mas que, ao mesmo tempo, apresentou a “Greve do Pano” de forma bastante apoteótica. Nota-se que seu discurso realça Santo Aleixo como um lugar “pacato e morigerado”, onde patrões e operários vivam em “per-

¹²⁵ A referida obra atribui o declínio agrícola do município de Magé, no final do século XIX, aos reflexos da abolição da escravatura e ao episódio conhecido como “Horrores de Magé”, no contexto da Revolta da Armada, em 1893-94. Na ocasião, contingentes da Marinha se opuseram ao governo do Marechal Floriano Peixoto, que se recusou a convocar eleições após a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca. Sendo Magé um ponto estratégico no fundo da Baía de Guanabara e uma cidade bem abastecida de víveres, ali se estabeleceram os marinheiros revoltosos, em 1893, tendo inclusive se apropriado da receita da Câmara Municipal e formado “batalhões patrióticos” com moradores locais. Em seguida, tropas governistas desembarcaram no Porto Estrela e partiram para invadir a cidade, sendo registrados casos de estupro, roubos, assassinatos, incêndios e outras destruições sob a responsabilidade da tropa florianista. Toda essa situação ocorrida em Magé foi registrada à época em uma série de reportagens realizadas pelo *Jornal do Brasil*, sob o título “*Horrores de Magé*”, como acabou sendo conhecido o episódio.

¹²⁶ A greve de 1918 foi assim denominada pelos operários mais antigos, conforme entrevistas concedidas por Waldomiro Pinto Carneiro e Benedito Queiroz Vieira ao Grupo Centenário, por ocasião da comemoração dos cem anos de criação do distrito de Santo Aleixo, em 1992. Acervo de Ademir Calixto. A greve também foi noticiada por jornais do Rio de Janeiro. Cf. *A Noite*: 22/11/1918. p.3.

¹²⁷ FERNANDES, *op.cit.* pp.54-57.

feita harmonia”; harmonia essa quebrada única e exclusivamente pelos “agitadores comunistas”, aqueles que “quebram” o contrato, segundo ele, estabelecido.

Outra representação interessante foi uma crônica publicada em 1963, numa revista comemorativa aos cinquenta anos de fundação do Guarany Futebol Clube, entidade que era mantida pela Fábrica Santo Aleixo. Organizada pela diretoria do clube, a revista trazia na matéria intitulada “*O Tradicional Guarany x Andorinhas*” a mística que envolvia o clássico entre os dois times operários, sendo este último mantido pela Fábrica Andorinhas, também localizada no distrito de Santo Aleixo.

Num pequeno ponto do território mageense, situa-se Santo Aleixo. Sua localização, ao pé Serra dos Órgãos, fornece-lhe encantos naturais de realce profundamente poéticos. À tarde, quando o crepúsculo desce a crista da montanha e a natureza se recolhe para entoar o cântico da noite, as sombras se estendem pelo leito deste amado e maravilhoso vale e o silêncio torna mais solene a voz melancólica do cair das suas cachoeiras. Suas paisagens, muitas das quais ainda desconhecidas, proporcionam inspirações de gratidão ao nosso Senhor, por ter com sua Divina Graça, sido tão generoso em nos oferecer tão simpático e atraente lugarejo. E tudo isso, nos dá um aspecto de que seu povo vive numa verdadeira paz entre seus irmãos. No entanto, existe um dia em que tal paz e a comunhão de verdadeira amizade entre seus filhos é ligeiramente estremecida. Dizemos ligeiramente pelo fato de tal estremecimento não atingir a solidez em que foi firmado o alicerce desta amizade. Sim, meus amigos, quando o Campeonato Mageense de Futebol assinala em sua tabela o clássico de maior envergadura municipal: Guarany Futebol Clube x Andorinhas Futebol Clube, os habitantes desta tão exaltada cidade experimentam modificações sensíveis em sua personalidade, a qual é sobreposta pelo sentimento de amor pelas cores do seu clube. Uma semana antes do jogo, os comentários são inúmeros (...) Os de cima evitam mesmo de vir cá embaixo. Os daqui, igualmente, se sentem desambientados em ir lá em cima. E é nesse clima de verdadeira tensão que chega o dia em que no campo os times e as torcidas se defrontam (...) Após o jogo, ou melhor, passado então mais ou menos uma semana, as torcidas vão assumindo novamente a sua forma. E a calma volta a reinar em Santo Aleixo. Seus filhos vão naturalmente voltando a um mesmo convívio. As hostilidades desaparecem, dando lugar a um outro sentimento de maior envergadura: o do trabalho e da ajuda desinteressada ao próximo, seja do lado de lá ou do lado de cá.¹²⁸

Percebemos similitudes entre esses dois discursos, quando Santo Aleixo foi apresentado como um lugar de “paz, amizade e comunhão”, onde somente situações extraordinárias, normalmente movidas por paixões fugazes, conseguem “ligeiramente” estremecê-lo. No primeiro, foi a paixão comunista; no outro a paixão pelo time operário.

¹²⁸ GUARANY FUTEBOL CLUBE. *Revista comemorativa do jubileu de ouro (1913/1963)*. Santo Aleixo, Magé/RJ: 1963. p.15 e p.17. passim.

Essas representações discursivas encontram eco nos depoimentos de alguns operários, indicando a presença de um forte fator de coesão entre os trabalhadores têxteis do local, como podemos perceber nas falas dos tecelões Jorge Lima e Maria Oneida, respectivamente:

(...) Santo Aleixo era um lugar animado, um lugar que gerava muito emprego. As fábricas geravam muito emprego na época. (...) Tudo ali em Santo Aleixo e Andorinhas girava em torno da economia das duas fábricas né. Era emprego para as crianças, assim... Entrava com quatorze anos e trabalha até aposentar... Muita gente em Santo Aleixo e Andorinhas aposentou novo porque entrou trabalhando ali aos quatorze anos. (...) As pessoas vinham de Magé trabalhar, de outros lugares... (...) Havia-se muito respeito, era muito bom. Você não via ninguém saindo, falando bandalheira no meio da rua. Você ia num clube, num baile, era muito respeitado, ninguém te faltava com respeito. Era uma época muito boa (...).¹²⁹

(...) Tinha o cinema, que tinha a primeira seção às 6 horas, e a segunda às 8 horas. Tinha também o refeitório do lado, onde fazia tarde dançante. Então a gente ia pra tarde dançante, e depois a gente ia pro cinema. No domingo e qualquer feriado que dava, que tivesse um filme bom, a gente assistia. A época era muito boa (...).¹³⁰

Percebe-se, ainda, que a centralidade do trabalho fabril fundamentou as lembranças e, por conseguinte, a identidade coletiva de toda uma geração, cuja vivência de uma época aparece como um “tempo áureo”, que não existe mais, no qual havia solidariedade, respeito, amor e onde as pessoas que “trabalhavam muito”. Este aspecto, inclusive, parece ter sido relevante na construção das memórias dos demais bairros operários de Magé.

Raros são os depoimentos que caracterizam a Fábrica Santo Aleixo como na metáfora do “*dragão que todo dia comia gente e de noite vomitava o pessoal muito cansado*”, tal como o menino Zezé definiu a Fábrica Bangu. Via de regra, as memórias que caracterizavam queixa e conflito são atribuídas a algum elemento externo, “fora de Santo Aleixo”, como o comunismo, já exemplificado anteriormente.

Gostaríamos de destacar igualmente o quanto as belezas naturais do lugar foram evocadas nas narrativas, semelhantes inclusive ao do trecho citado de *Meu Pé de Laranja Lima*. Cercado por belas serras e cachoeiras, Magé de fato despertava o interesse tanto de turistas e grupo de escoteiros, quanto da própria população local, que dispunha de uma forma de lazer “natural e gratuita”: “*A gente trabalhava até o sábado, chegava domingo o dia era nosso. (...) Entrava pro meio desses matos [para tomar banho de cachoeira e organizar piqueniques] a-*

¹²⁹ Entrevista concedida por Jorge Carlotto Lima a Joana Lima Figueiredo. 22/03/2008.

¹³⁰ Entrevista concedida por Maria Oneida Peclat a Juçara Mello. 18/01/2007.

quele grupo de moças. Sempre um pai junto”, recordou a operária Maria Oneida em outra entrevista.¹³¹

Porém, advertimos que este aspecto não deve ser interpretado, pura e simplesmente, como uma “mentalidade campestre” dos trabalhadores mageenses.

Ao contrário das famílias camponesas, que inculcam desde muito cedo nos filhos o senso de responsabilidade e projeto para tudo o que diz respeito à exploração agrícola e ao trabalho que ela requer, as famílias operárias manifestam de maneira geral uma grande permissividade quanto ao lazer de suas crianças, como que compensando antecipadamente a fatalidade do excesso de trabalho industrial. E nas fábricas situadas no meio rural, esses divertimentos juvenis concentram-se particularmente em torno da utilização dos “recursos naturais” oferecidos pela empresa.¹³²

Igualmente, ressaltamos que não só de “harmonia” vive a memória operária dos trabalhadores, aspecto por vezes superestimado em alguns estudos, tal como observou Mike Savage, que ainda advertiu sobre a necessidade de superação do antagonismo “social versus político”, equívoco que ele denominou como “erro do isso ou aquilo”.¹³³

No caso de Santo Aleixo, em particular, essa dicotomia normalmente relaciona o “social” à ideia de uma “comunidade” construída a partir dos benefícios oferecidos pela fábrica (patrocinando atividades religiosas, esportivas e carnavalescas), mas também reforçada pela relação de harmonia entre patrões e empregados; ao passo que o “político” é visto como algo “fora da ordem”, opondo-se e comprometendo a ideia de comunidade. No entanto, apontamos para relevantes intercessões existentes entre as caricaturas desses dois mundos, que vão desde militantes comunistas que caíram no samba e lideraram blocos patrocinados pela fábrica, até tecelões evangélicos que ingressaram no PCB sem deixar a igreja.

Diversas entrevistas com operários, mesmo as que valorizam o consenso, permitem análises que apontam para senões ao mito do tempo áureo das fábricas, como é possível observar – mais uma vez – na fala de Maria Oneida:

A gente perdia a mocidade da gente, a juventude, a adolescência [...] era uma escravidão, uma escravidão mesmo! Mesmo assim eu sou muito grata a essa fábrica, porque se não fosse ela... Eu tinha pouca experiência, pouco estudo. Casa de família? Ninguém aqui podia pagar empregada. Sair pra fora? De que jeito? Então pra mim, a fábrica foi uma mãe, uma mãe severa, mas foi uma mãe!

¹³¹ Entrevista concedida por Maria Oneida Peclat a Taiane Linhares. Cf. *Tear*. Documentário, curta metragem, 2013.

¹³² LOPES e MARESCA. op.cit. p.123.

¹³³ SAVAGE, Mike. *Classe e história do trabalho*, op.cit. p.39.

Assim sendo, as concepções da “nuvem de paz” e do “dragão que comia gente” – contidas no livro *Meu Pé de Laranja Lima* – estavam todas ali, sem determinações a priori, confrontando-se, imbricando-se e revelando-se de maneiras diversas, ora evidenciando o consenso, ora o conflito.

Convém ainda observar que esse antagonismo entre o social e o político, por diversas vezes, “flerta” com outra dicotomia ainda bastante presente nas Ciências Sociais, a do rural versus urbano. Novamente referindo-nos ao artigo de Leite Lopes e Maresca sobre Garrincha, onde apresentaram um estudo etnográfico sobre o jogador a partir do seu funeral e da repercussão de sua morte na imprensa, gostaríamos de enfatizar uma discussão levantada pelos autores que se tornou essencial para a presente Tese, justamente quando eles tratam da caracterização de Garrincha como camponês.

Para alguns jornalistas esportivos, esta era a justificativa para a originalidade do seu estilo de jogo (livre e descompromissado, embora alegre e admirável), bem como para o seu comportamento “não profissional”. Para Leite Lopes e Maresca, essas caracterizações evidenciavam sobremaneira o antagonismo camponês=amador)/operário=profissional (diria também rural/urbano) no imaginário dos escritores analisados, “*apagando a vila operária [onde Garrincha viveu] na imprecisão de um fundo longínquo de paisagem rural*”.¹³⁴

(...) 'Garrincha é uma árvore. Ele pertence à natureza'. Na verdade, talvez fosse mais adequado dizer que Garrincha pertencia a uma espécie determinada - e em via de extinção - do gênero humano brasileiro. Ele nasceu, cresceu e morreu homem da terra, ao mesmo tempo inocente e astuto como seus iguais, e, como eles, também, estrangeiro aos valores e formas de comportamento da cultura urbana. Pouco importa que meros 90 quilômetros separem Pau Grande do Rio de Janeiro - antes da irrupção da TV, a distância cultural entre os dois lugares era intransponível.¹³⁵

Para definir esse tipo de escritor, Raymond Williams criou, a partir de seu estudo sobre as noções de campo e cidade na bibliografia inglesa, a expressão “intelectuais metropolitanos”. Para o autor, esses escritores poderiam ser facilmente identificados não apenas por “desconhecerem o meio rural”, mas principalmente por herdarem, de fontes diversificadas, “*um velho desprezo pelo camponês, o matuto, o caipira, e que portanto tem como moeda corrente todo um repertório acumulado de estereótipos de um meio rural distante: leite, palha, animais e bosta são as palavras-chave que repetidamente levam à paródia e ao riso*”.¹³⁶

¹³⁴ LOPES e MARESCA. op.cit. p.126.

¹³⁵ WEISS, L.; e CASTELO, J. *O último inocente: Garrincha morreu sem entender o mundo, nem o futebol*. In: Isto É. Rio de Janeiro: 26/01/1983. Apud: LOPES e MARESCA. op.cit. p.130 [anexo 1].

¹³⁶ Cf. WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p.58.

E essas representações sobre o rural e o urbano são facilmente identificadas mundo afora, conforme destacam diversos estudos. Na Índia, por exemplo, há um grupo engajado de pesquisadores que se dedica a discutir os relatos típicos sobre os espaços de trabalho, onde a “*jornada da aldeia para a cidade é descrita como uma história de progresso*”, sendo a fábrica considerada como um símbolo que celebraria o encontro do migrante rural com o desenvolvimento, revelando assim os princípios da “modernidade”.¹³⁷

No Brasil, também encontramos estudos que levantam essa questão, sugerindo inclusive que a mentalidade de oposição entre campo e cidade teria recrudescido nos “momentos decisivos do processo de industrialização”, a partir de 1945, quando as migrações internas e a urbanização alcançaram um ritmo acelerado.

(...) Matutos, caipiras, secas: certamente era com esses olhos que, em 1950, dez milhões de cidadãos viam os outros 41 milhões de brasileiros que moravam no campo, nos vilarejos e cidadezinhas de menos de vinte mil habitantes. Olhos, portanto, de gente moderna, ‘superior’, que enxerga gente atrasada, ‘inferior’. A vida da cidade atrai e fixa porque oferece melhores oportunidades e acena um futuro de progresso individual, mas também porque é considerada uma forma superior de existência. A vida no campo, ao contrário, repele e expulsa.¹³⁸

Podemos também identificar elementos desse imaginário em matérias referentes ao início de carreira de Garrinha e ao primeiro título mundial de futebol, conquista pelo Brasil em 1958. Nas páginas do jornal *Última Hora*, o jovem jogador, então com 24 anos de idade, concedeu uma entrevista e foi apresentado aos leitores como o “simples tecelão que virou craque”. Na ocasião, foram destacadas pela reportagem falas do atleta mageense que contavam sua relação com o lugar onde morava.

(...) Sei que aqui é longe [do local de treinamento do Botafogo], mas não quero sair daqui. Nesse lugar nasci, criei-me e me projetei. Tenho apego a minha ‘roça’, onde os grandes e verdadeiros amigos moram aqui (...) Nunca tive a vaidade de morar em cidade grande, em Copacabana (...). Entrei de férias na fábrica e resolvi treinar lá em General Severiano (...). Os diretores da fábrica sempre disseram que se eu quisesse voltar, meu lugar estaria guardado [referindo-se ao receio de não emplacar no futebol e perder o emprego na tecelagem] (...). Bem, eu ganhava mil e quinhentos cruzeiros na fábrica. Fui para o Botafogo e assinei o primeiro contrato por mil e oitocentos cruzeiros mensais. O aumento de trezentos cruzeiros para quem vive na roça é uma grande coisa.¹³⁹

¹³⁷ JOSHI, Chitra. *Espaços do trabalho e história social na Índia*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 2009. v.22. n.43. p.15.

¹³⁸ MELLO e NOVAIS. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*, op.cit. p.574.

¹³⁹ *Última Hora*. 06/11/1957. p.16.



IMAGEM 4: Em sentido horário, Garrincha na Fábrica Pau Grande, em frente as casas da vila operária, no curral e passando pelo pórtico que dá acesso ao bairro.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Interessante observar que, nesta fala de Garrincha, a roça apareceu, em certa medida, como um lugar de dificuldades, onde “trezentos cruzeiros era grande coisa”, mas principalmente como lócus de agradáveis relações sociais, já que lá “moravam os verdadeiros amigos”, motivo que aliás minimizava sentimentos de repulsa. Por certo, sua visão passava longe daquela da “roça como castigo”, até porque, para ele, a roça não era exatamente o trabalho na lavoura – algo considerado negativo, mas sim o bairro de Pau Grande (ou até mesmo Magé) em comparação com a “cidade grande”.

No entanto, para além da visão do jogador de futebol que começou a disputar “pela-das” no campo do time da fábrica aos dez anos de idade e ingressou na seção de tecelagem como operário aos quatorze, fazemos questão de ressaltar o imaginário que foi construído por

boa parte da imprensa a respeito daquele lugar “*tranquilo e desconhecido*” que o “*filho da terra registrou no ‘mapa mundi’*” ao se tornar campeão mundial.¹⁴⁰

Após desembarcar no Brasil, Garrincha, juntamente com todo o selecionado brasileiro, foi recepcionado pelo Presidente Juscelino Kubitschek e depois seguiu “do Catete para Pau Grande”. Chegando ao bairro operário à uma hora da madrugada, foi recebido com pompa e circunstância por seus ex patrões e colegas de trabalho, além de ter sido homenageado por diversas entidades locais, como a Sociedade Musical Santa Cecília, a Associação dos Operários da América Fabril (que não era o sindicato¹⁴¹), a Escola de Samba Unidos do Morro, o Sport Club Pau Grande e até por uma companhia imobiliária, que lhe presenteou com uma chácara localizada no município. Entre os discursos proferidos durante a recepção ao craque, o *Última Hora* obviamente destacou a fala do seu diretor-superintendente, Luiz Fernando Bocayuva Cunha:

(...) Ele mostrara no Velho Mundo que o Brasil não é mais uma sub-raça, um país de homens sem fibra como até a pouco se dizia de nós. E era justamente por ter filhos como Garrincha e os valorosos comandados de Feola [técnico da Seleção] que o Brasil de hoje se projetava mais e mais no concerto das nações civilizadas. A vitória do homem, do trabalhador brasileiro se caracterizava na memorável conquista dos bravos jogadores.¹⁴²

Neste discurso também encontramos alguns elementos identificados por Leite Lopes e Maresca, em especial uma valorização da civilização industrial e urbana, tendo o trabalhador como grande vitorioso e símbolo de uma certa modernidade. À época, porém, a antítese não se deu entre Garrincha, como símbolo da indolência, e Pelé, do profissionalismo, mas sim em relação às seleções de 1950, que teria perdido a Copa em casa por “falta de fibra” e “excesso de degenerescência de raça”; e a de 58, superior e campeã nos campos europeus.¹⁴³

Dessa forma, reiteramos a importância de uma análise histórica detalhada, como em qualquer outra pesquisa, mas sobretudo quando se trata de questões tão complexas como as imbricações entre o rural e o urbano. Sem dúvida, torna-se imperioso atentar não apenas para o fenômeno social em si, como também para as visões e os referenciais que se apresentam tanto nas fontes, quanto na bibliografia. Como no caso de Garrincha, ainda que a sua imagem não correspondesse à idealização de um operário, sua vida foi construída de fato em torno de

¹⁴⁰ *Última Hora*. 02/07/1958. p.5.

¹⁴¹ Fundada em 1919, a Associação dos Operários da América Fabril constituía-se como uma agremiação patronal de caráter nitidamente assistencialista, atendendo não apenas aos operários da Fábrica Pau Grande, como também de outras indústrias têxteis da companhia no Distrito Federal: as fábricas Cruzeiro, no bairro do Andaraí; Bonfim e Mavilis, no Caju; e Carioca, na Gávea. WEID, op.cit., p.188.

¹⁴² *Última Hora*. 06/11/1957. p.16.

¹⁴³ Sobre os debates em torno do futebol e do pensamento social no país. Cf. LOPES, José Sérgio Leite. *Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro*. In: BATALHA; SILVA e FORTES. *Culturas de Classe*, op.cit. pp.121-163.

uma fábrica têxtil, tendo nascido em uma família de tecelões, residindo em vila operária, mas também caçando passarinhos nas matas e cultivando “memórias de roça”.

Os “roçados operários” e os “trabalhadores na roça da fábrica”

Ao abordarmos o caso de Darcy Câmara, uma das “faíscas” mais evidentes para a presente pesquisa foi o fato de uma grande empresa brasileira do ramo industrial têxtil manter trabalhadores tanto na fábrica, quanto na “roça”. Assim, os trabalhadores da Fábrica Pau Grande apresentavam um perfil de difícil definição: são tecelões e também lavradores?

Inicialmente, convém assinalarmos que diversos estudos registram a existência de empreendimentos industriais que lançavam mão da prática de conceder roçados às famílias operárias ou mesmo de grupos de trabalhadores que, por sua conta, mesclavam suas atividades laborais na indústria e na lavoura.

Por sinal, esses registros não se restringem ao Brasil. O próprio Engels, em sua obra que trata das habitações operárias no início da industrialização europeia, destacou que, mesmo com a introdução da maquinaria nas fábricas e a intensa “proletarização”, os trabalhadores não renunciavam à sua “*hortazinha e campozinho*”¹⁴⁴. Em seu capítulo sobre os tecelões ingleses, Thompson também ressaltou a existência, no início do XIX, “*de ganhos suplementares, provindos do cultivo de pequenas extensões de terra ou de hortas*”¹⁴⁵. Já tratando do século seguinte, encontramos referências aos incentivos dos industriais, também na Europa, para que seus trabalhadores cultivassem lavouras de subsistência, frente às crises de abastecimento motivadas pelas guerras, bem como no sentido de enfatizar “*um caráter pedagógico de uma atividade extrafabril que mantenha o operário ocupado nas suas horas de lazer*”, valorizando o apego a terra e ao trabalho em detrimento da boemia¹⁴⁶. No Brasil, além da própria Fábrica de Tecidos Paulista estudada por Leite Lopes, há outros exemplos de áreas industriais onde os trabalhadores cultivavam uma horta familiar.¹⁴⁷

¹⁴⁴ ENGELS, Friedrich. *Para a questão da habitação*. 1873. Disponível em: < http://ciml.250x.com/archive/marx_engels/portuguese/portuguese_engels_para_a_questao_da_habitacao_1873.pdf>. Acessado em 01/04/2013.

¹⁴⁵ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. São Paulo: Paz e Terra, 2012. v.2. ed.2. p.147.

¹⁴⁶ LOPES, A. *Tecelagem dos Conflitos...*, op.cit. pp.94-95. O autor chegou a citar o caso de uma fábrica têxtil francesa que mantinha em sua organização um “comitê dos jardins”, responsável pelo incentivo às hortas operárias. Esse modelo teria inclusive inspirado a concepção de uma fábrica de tecidos em Camaragibe/PE, vizinha à Paulista.

¹⁴⁷ Em relação aos trabalhos que abordam um eixo cronológico que perpassa ao desta tese, citamos como exemplo os clássicos de Juarez Brandão Lopes sobre trabalhadores têxteis em Minas Gerais e, dentre os que abordam outros ramos da indústria, os estudos de José Sérgio Leite Lopes, analisando os operários das usinas de açúcar de Pernambuco, e de Paulo Fontes, sobre os operários químicos em São Paulo. Todos indicaram a existência de “rocinhas” mantidas pelos grupos de trabalhadores pesquisados. Cf. LOPES, Juarez Brandão. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964. pp.27-28; _____. *Crise no Brasil arcaico*. São Paulo: Difel, 1967. p.28; LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o traba-*

Em relação às indústrias têxteis de Magé, as menções aos roçados operários não se restringiram a Pau Grande. Nos estudos sobre os trabalhadores da Fábrica Santo Aleixo, também encontramos registros de outras fontes de rendimento que sempre conviveram com o trabalho fabril, com destaque para as “rocinhas”. Segundo Sônia Gonzaga, a produção resultante deste cultivo servia para o consumo das famílias ou era vendido também em uma feira semanal que se realizava aos sábados, pela manhã, na praça em frente à fábrica. Esses pequenos roçados, muitas vezes conjugados com a criação de animais, se constituíam como estratégias de sobrevivência dos operários para complementar o seu trabalho assalariado.¹⁴⁸

(...) A roça era terra da Companhia que a gente podia plantar a vontade. A Companhia não implicava. (...) Não era terreno da gente não. Eu plantava um arama de mandioca desde menino, junto com meu pai. (...) Aí eu vendia pro pessoal daqui... (...) Meu pai contava que ele tocava duas engomadeiras de fio na fábrica pra ganhar três mil e quinhentos cruzeiros por dia em oito horas de trabalho, mas sempre tinha a lavoura dele, quer dizer, farinha não comprava, tinha sempre um porco no chiqueiro, tinha galinha, plantava algum milho também... (...).¹⁴⁹

No entanto, observamos nas entrevistas com antigos operários que, após a chegada da Companhia Bezerra de Mello, em 1941, não eram mais permitidas plantações no entorno da fábrica. Conforme assinalou Juçara Mello, a prática de concessão de terras aos tecelões para o cultivo de gêneros alimentícios foi sendo gradativamente abandonada pelos novos administradores da empresa, “*na medida em que a legislação social e trabalhista foi sendo posta em prática*”.¹⁵⁰

(...) O pessoal tinha e, ainda tem, era uma rocinha na estrada do Tamanqueiro [região mais afastada]. Isso os Othon nunca proibiram. O que não podia era plantar ou fazer casa de tijolo em volta da fábrica. As pessoas tinham rocinha, muitos quando eram solteiros. Pra juntar algum dinheirinho. Outros tem rocinha sempre (...).¹⁵¹

lho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p.118; e FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.95.

¹⁴⁸ OLIVEIRA, Sônia. *Montanhas de Pano*, op.cit. p.68. Ao pesquisarmos sobre a trajetória de Astério dos Santos (presidente do sindicato nas décadas de 1950 e 60), também encontramos referências sobre esta dupla jornada de trabalho, pois após o expediente no 1º turno da fábrica (das 5 às 13h) ele rumava para uma nova etapa na “roça”, até o pôr do sol. RIBEIRO, Felipe. *Memórias da Moscouzinho*, op.cit. p.32.

¹⁴⁹ Entrevista concedida por Paulo Lopes a Sônia Gonzaga. 08/09/1980. Apud: MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Fios da Rede*, op.cit. pp.158-159.

¹⁵⁰ MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Fios da Rede*, op.cit. p.160.

¹⁵¹ Entrevista anônima concedida por um ex-tirador de fiação e de maçarocadeira a Sônia Gonzaga. Cf. OLIVEIRA, Sônia. *Montanhas de Pano*, op.cit. p.68.

(...) Antes podia. A Companhia mesmo dava terreno, né. Você pedia terreno pra fazer uma plantaçãozinha e ele dava. No tempo do Seu Serafim Clares [antigo proprietário da fábrica], aquilo era uma beleza. Você via roça nesses morros todos aí. Hoje aqui não tem um pé de chuchu. O Othon, essa parte de plantação, ele não dava (...).¹⁵²

Fato semelhante parece ter ocorrido na Fábrica Andorinhas, pois antes da chegada dos Mattheis, em 1935, havia alguns terrenos cultivados nas proximidades da empresa, com torrefação de café e plantação de batatas. Inclusive, a concentração deste tubérculo em uma determinada área acabou dando nome a um futuro bairro do distrito, o Batatal. Além disso, serviu para batizar o cognome de um dos seus moradores, José Batateiro (José Pereira Leal Neto), definido como “*um sujeito fortão, (...) misto de lavrador e operário, trabalhava na fábrica, mas tinha seu cantinho lá também, onde plantava (...)*”.¹⁵³

Sobre a antiga Companhia Mageense, na sede do município, há poucos registros nesse sentido, porém encontramos um episódio bastante interessante, noticiado pelo jornal *Imprensa Popular* em 1954. Na ocasião, um grupo de ex-operários demitidos após a falência da Companhia Santo Amaro, então proprietária da fábrica, ocupou um terreno abandonado nas redondezas para dedicar-se a lavoura, como forma de sobrevivência, tendo inclusive enfrentado tentativas de despejo.¹⁵⁴

Como podemos depreender, os “roçados operários” foram utilizados com frequência pelos trabalhadores das fábricas de tecidos em Magé, seja por iniciativa própria ou mediante concessão das empresas. Na grande maioria dos casos, esse trabalho era complementar a sua atividade fabril, normalmente visando o complemento de renda ou formas de subsistência. Para o patronato, esta prática permitia o desenvolvimento de uma poderosa estratégia de dominação, inculcando uma certa “moral do trabalho” junto aos operários e exercendo controle sobre esta mão de obra para além do espaço fabril.

No caso específico da Fábrica Pau Grande, porém, o trabalho na roça apresentava uma dimensão bem mais complexa. Como já assinalamos, esta prática de conceder terras para o cultivo, embora tenha sido iniciada no século XIX com os propósitos de sanear aquela região alagadiça, fixar a mão de obra no entorno da fábrica e até aproveitar industrialmente as lavouras de cana e mandioca, não tardou para ser incorporada à dinâmica da própria empresa. Dessa forma, a fábrica passou a investir em uma produção complementar – agropecuária – para o

¹⁵² Entrevista concedida por Elpídio (?) a Sônia Gonzaga. 07/08/1980. O entrevistado informou ter nascido em 1897, tendo ingressado na Fábrica Santo Aleixo aos oito anos de idade e acompanhado diversas administrações. Apud: MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Fios da Rede*, op.cit. p.160.

¹⁵³ Entrevista concedida por Irun Sant’Anna. op.cit.

¹⁵⁴ *Imprensa Popular*. 22 de maio de 1954. p.2.

consumo da própria vila operária, propiciando o desenvolvimento concomitante da atividade agrícola e industrial, tendo em seu quadro de funcionários tecelões e trabalhadores na lavoura.

A partir do final da década de 1940, observamos um pesado investimento da Companhia América Fabril na modernização de sua indústria. Em 1952, foi inaugurada a Fábrica Santana, com novos equipamentos, maquinário e processos industriais, situada ao lado da setuagenária Fábrica Pau Grande, já considerada obsoleta.¹⁵⁵

E essas transformações também iriam repercutir no chamado “escritório da lavoura”, pois na segunda metade da década de 50 foi inaugurada uma nova unidade da Companhia América Fabril no município, justamente na área de produção agrícola da empresa.¹⁵⁶

A nova unidade estava localizada em Cachoeira, sendo responsável pelo alvejamento dos tecidos produzidos nas fábricas Pau Grande e Santana. Ao redor desse novo empreendimento, foram construídas algumas casas para trabalhadores e a empresa passou a exercer maior controle sobre a distribuição de terras na área.

(...) Além das casas das *vilas*, foram construídas outras, nos limites da fazenda, para marcar até onde iam as terras da Companhia. Essas casas eram distantes umas das outras e seus moradores podiam plantar alimentos nas terras. De acordo com o relato de antigos moradores, os que plantavam tinham que dar um terço de sua produção à empresa. Esses produtos também iam para o armazém da Companhia. O restante era para o consumo da casa e, se houvesse sobras, a empresa também comprava. Os antigos moradores contam que a fábrica não deixava que eles vendessem nada para fora. Mesmo assim, alguns saíam durante a madrugada, para ninguém ver, e vendiam os produtos em outros lugares, por preços melhores do que a fábrica pagava (...) Era também das fazendas que vinha a lenha necessária para alimentar as caldeiras das fábricas (...) No anos 50, (...) a fábrica (...) empregava, somente na parte rural, cerca de trezentos trabalhadores (...).¹⁵⁷

Nesse ínterim, convém distinguir esses “trabalhadores na roça da fábrica”, empregados na produção agropecuária da empresa, dos “roçados operários”, entendidos aqui como trabalho complementar a atividade fabril. Muito embora o ato de plantar seja comum entre eles, faz-se necessário discernir quem era funcionário do “escritório da lavoura”, mantendo vínculo empregatício com um setor específico da empresa, e o tecelão que de forma eventual ou constante cultivava gêneros alimentícios nas horas de folga, seja residindo na vila operária ou até mesmo na área da lavoura (já que nem todos conseguiam uma casa na vila). Esta diferencia-

¹⁵⁵ PIMENTA, op.cit. p.40.

¹⁵⁶ O terreno que deu origem a fábrica (da antiga Fazenda Pau Grande) foi se expandindo desde o final do século XIX, quando começaram a ser adquiridas diversas fazendas vizinhas (Cachoeira, Furtado, Porto Rico, entre outras), visando facilitar o acesso às fontes hídricas, bem como investir na produção agrícola complementar.

¹⁵⁷ ALENTEJANO, Paulo [et.al]. Assentamento Cachoeira Grande: Magé. In: *Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002. p.43 e 45 passim.

ção nos ajuda, inclusive, a compreender o caso da transferência de setor do escriturário Darcy Câmara.¹⁵⁸

Esses trabalhadores na roça da fábrica eram, em grande parte, meeiros, que tinham que repartir com a empresa entre um terço e a metade de sua produção. Esses produtos seriam comercializados no armazém da fábrica, uma espécie de mercado localizado junto à vila operária, mantido pela própria empresa ou mediante arrendamento. O restante era para o consumo doméstico do produtor, que era proibido de vender a terceiros, o que nem sempre era obedecido.

(...) Meu pai saía daqui às três horas da manhã, escondido, com os burros pra vender em outro lugar, porque vendia a mais do que aqui. (...) Se soubesse que vendia era punido [pela fábrica]. Então ele saía de madrugada pra vender fora, lá em Piabetá, em Imbariê, porque lá conseguia mais. Senão ficava escravo da fábrica o tempo todo (...).¹⁵⁹

Desse modo, observamos que esses trabalhadores em Pau Grande não se encaixavam, por exemplo, na tipificação de *Worker-Peasants* (colono-operário), tal como utilizado na pesquisa de Giralda Seyferth, pois eles não se caracterizavam como operários de origem camponesa que trabalhavam na fábrica e permaneciam como moradores da área rural, sendo proprietários das terras que cultivavam¹⁶⁰. Em Pau Grande, as terras eram cedidas pela empresa e o trabalho na roça era diretamente vinculado à cessionária, sendo a produção dividida entre as partes e a venda de excedentes do trabalhador proibida. Isso, porém, não impedia que algum membro da família sitiante trabalhasse na fábrica, normalmente as mulheres. Inclusive, há indicações de que havia uma divisão familiar na produção, sendo o trabalho feminino e infantil empregado, na maioria das vezes, em tarefas têxteis, ao passo que o masculino estava mais ligado à lavoura e às atividades consideradas mais pesadas ou de administração e controle, dentro e fora da fábrica.¹⁶¹

Da mesma forma, esses trabalhadores da Fábrica Pau Grande não se enquadravam no perfil jurídico adotado junto à indústria açucareira, que de forma semelhante possuía funcio-

¹⁵⁸ Marco Antônio Teixeira realizou ampla pesquisa a partir de entrevistas com antigos moradores da região, sugerindo que os trabalhadores na roça da fábrica não eram empregados em tarefas têxteis, assim como ao contrário. Porém, era possível conjugar o trabalho na fábrica e na lavoura, este último ocorrendo fora do horário de expediente da fábrica. TEIXEIRA, op.cit. p.44.

¹⁵⁹ Entrevista concedida por Geremias e Márcio a Leonilde Medeiros. 07/2001.

¹⁶⁰ Cf. SEYFERTH, Giralda. *Aspectos da proletarianização do campesinato no Vale do Itajaí (SC)*. In: LOPES, José Sérgio Leite [org.] *Cultura & identidade operária...*, op.cit. pp.103-120.

¹⁶¹ WEID. op.cit., p.164.

nários na lavoura de cana-de-açúcar e na usina, sendo os lavradores equiparados aos trabalhadores da indústria, o que normalmente não ocorria em outros setores.¹⁶²

Até o momento, não encontramos nenhuma evidência de que esses trabalhadores na roça da fábrica têxtil tenham acionado a Justiça do Trabalho para buscar os mesmos direitos dos tecelões. Até porque, a esta altura, já haviam sido julgadas várias ações trabalhistas nesse sentido e algumas vitoriosas, como foi o caso dos cortadores de cana da cidade de Assis, no interior de São Paulo. Eles obtiveram ganho de causa em 1958, conquistando o direito ao dissídio coletivo, à indenização e à estabilidade no emprego, nos mesmos moldes em eram previstos para os trabalhadores fabris da Usina Nova América, que mantinha uma fazenda homônima, onde trabalhavam os cortadores, como parte de um mesmo complexo industrial açucareiro.¹⁶³

Certamente, faz-se necessário uma análise mais detalhada sobre as relações de trabalho existentes entre a Companhia América Fabril e os seus funcionários no “escritório da Lavoura”. No que tange à mobilidade entre setores da fábrica, tendo em vista tecelões que foram para a “roça” e vice-versa, não encontramos casos recorrentes. No entanto, embora essas relações de trabalho tenham sido perseguidas, acabaram escapando às possibilidades desta tese, carecendo de maiores investigações.

Por ora, a “faísca” que mais nos interessa, sobretudo para compreendermos as ações políticas dos trabalhadores rurais e têxteis mageenses, é analisar o quanto a estratégia da Fábrica Pau Grande – ao construir uma unidade de alvejamento na área da lavoura e intensificar o seu povoamento – estava relacionada ao movimento migratório para a região durante as décadas de 1940 e 50 e aos projetos governamentais que buscavam incrementar a produção agrícola no município.

Sabemos que devido às suas necessidades de abastecimento com energia hidráulica, a fábrica passou a adquirir terras circunvizinhas, o que acabou potencializando investimentos agropecuários por parte da empresa. Agora, além das casas da vila operária, identificamos a construção de outras moradias, mais espaçadas, como se estivessem buscando demarcar a propriedade ou mesmo fixando os limites territoriais da América Fabril por meio desses sítios.

Mas, para esclarecermos esta questão, precisamos levar em conta as transformações ocorridas no município e na região da Baixada Fluminense.

¹⁶² WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 299.

¹⁶³ SILVA, Fernando Teixeira da. “*Justiça de Classe*”: tribunais, trabalhadores rurais e memória. In: *Revista Mundos do Trabalho*. v.4. n.8. jul-dez/2012. p.132.

De “Celeiro da Corte” a pólo industrial têxtil

Até a primeira metade do século XIX, Magé configurava como região central na produção de alimentos, destacando-se a farinha de mandioca, tendo sua economia baseada exclusivamente na utilização de mão-de-obra escrava¹⁶⁴. A proximidade com o Rio de Janeiro vinculava diretamente sua produção ao consumo da cidade-capital, sendo Magé conhecida, à época, como *Celeiro da Corte*.¹⁶⁵

Na realidade, não apenas Magé, mas praticamente todas as terras que margeavam os caminhos para o ouro de Minas Gerais, desde a sua descoberta no final do século XVII, passaram por uma intensa mudança com a colonização de áreas nunca antes ocupadas pelos portugueses e o posterior deslocamento do eixo econômico colonial para o centro-sul, tendo o Rio de Janeiro se beneficiado de forma destacada.

Inicialmente, as tropas de viajantes transportavam o ouro das minas a partir de uma rota que passava pelo porto de Paraty antes de chegar ao Rio. Posteriormente, construiu-se uma nova rota, mais direta e rápida, que passava pelos atuais municípios de Magé e Petrópolis, sendo chamada de “Caminho Novo”. Apesar de construída, a nova estrada não pôde ser logo utilizada, pois se fazia necessário a criação de um sistema agrário ao longo do caminho para o abastecimento dos viajantes. Um reflexo da ocupação dessas novas áreas foi a aquisição de terras por sesmarias, uma forma de apropriação que no século XVIII teve um relativo crescimento. Dessa forma, diversas granjas e fazendas foram surgindo ao longo da estrada para Minas Gerais e, progressivamente, as regiões mais produtivas foram se transformando em vilas, como ocorreu com Magé, em 1789. No século seguinte, essas fazendas consolidariam a cidade como uma pródiga produtora de alimentos.

¹⁶⁴ Cf. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. Niterói: Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1994.

¹⁶⁵ SANTOS, Renato Peixoto dos. *A Saga dos Ullmann (História de Magé de 1870/1950)*. Petrópolis: Gráfica Jornal da Cidade, 1988. p.25.



IMAGEM 5: Obra de August Brandmeyer, intitulada *Cultura do café: uma fazenda entre a cidade de Magé e as montanhas da Serra dos Órgãos*.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Já sua vocação industrial teve início a partir da decretação da tarifa Alves Branco, em 1844, quando o governo brasileiro elevou para até 60% os impostos sobre os artigos importados, inclusive os tecidos de algodão. Assim, houve um considerável estímulo à produção interna, protegendo a então incipiente indústria nacional. Aliado a isso, a posterior suspensão das taxas alfandegárias sobre máquinas e matérias-primas também favoreceu a criação de fábricas de fiação e tecelagem de algodão, setor tradicionalmente pioneiro no processo de industrialização, que atuou decisivamente no surto industrial ocorrido no Brasil na segunda metade do século XIX.

Dotada de notável potencial hidráulico, decorrente de sua geografia privilegiada ao pé da Serra dos Órgãos, Magé logo se notabilizou em abrigar indústrias têxteis, passando de uma região essencialmente agrícola para uma região industrial no século XX. Como esses empreendedores não podiam prescindir de tais recursos hidráulicos para fonte de energia, devido à dificuldade de acesso a fontes alternativas, as terras da região logo foram bastante cobiçadas para a implantação de indústrias.

Nesse processo, em 1848, foi fundada, por uma companhia americana, a Fábrica Nacional de Santo Aleixo, a primeira do gênero têxtil no Rio de Janeiro.¹⁶⁶ Em 1878, outro estabelecimento têxtil, a Fábrica Pau Grande, foi inaugurado em Magé. Na década de 1890, mais duas indústrias têxteis foram instaladas: a Fábrica Andorinhas, localizada no distrito de Santo Aleixo, e a Companhia de Fiação de Tecidos Mageense, na sede do município. A maioria delas foi construída em terras de antigas fazendas.

Entretanto, ao passo que o município despontava como um pólo industrial têxtil, diversos questionamentos surgiam sobre as causas do seu declínio agrícola, normalmente atribuídos aos reflexos da abolição da escravidão e ao episódio conhecido como “Horrores de Magé”, no contexto da Revolta da Armada, em 1893-94, que destruiu parte da cidade¹⁶⁷. Nesse ínterim, a ocorrência de diversos surtos de doenças (como varíola, febre amarela, gripe espanhola e malária), associada à insalubridade das terras mageenses, também causou pânico e muitos óbitos à população.¹⁶⁸

POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MAGÉ (1920-1970)

ANO	1920 ⁽¹⁾	1940	1950	1960	1970
POPULAÇÃO TOTAL ⁽²⁾	18.896	23.401	36.761	59.076	113.965

Tabela 1. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censos Demográficos (1940-1970)*.

- (1) Sobre os dados populacionais referentes ao ano de 1920. Cf. VASCONCELLOS, Clodomiro R. de. *Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro: 1922*. Rio de Janeiro: Presidência do Estado do Rio de Janeiro, 1922; e
- (2) Para essa pesquisa, os dados populacionais referentes aos municípios de Magé e Guapimirim constantes nos censos do IBGE foram unificados, tendo em vista que este era distrito daquele município durante o período pesquisado.

No início da década de 1930, quando a preponderância industrial já se tornava evidente, o prefeito Gilberto Bacellar demonstrava preocupação quanto a essas transformações econômicas em seus relatórios enviados ao interventor do Estado. Recorrendo à história do século XIX, quando Magé destacava-se na produção agrícola, o prefeito combateu o que ele denominou de “regime exclusivista da indústria”:

¹⁶⁶ A Real Fábrica de Fiação e Tecidos de Algodão do Catumbi (1815) e a Real Escola de Fábricas de Fiação de Algodão, Tecidos de Pano e Malha da Lagoa Rodrigo de Freitas (1819), ambas financiadas pelo governo de D. João VI, tiveram um breve período de existência, paralisando suas atividades em 1818 e 1822, respectivamente.

¹⁶⁷ Este argumento é bastante recorrente nas produções sobre a história da cidade. Cf. VIEIRA, Caroline Moreira. “Horrores de Magé”: as repercussões da Revolta da Armada na cidade de Magé. 1893-1894. São Gonçalo: monografia de graduação em História, FFP/UERJ, 2005; e MITRA DIOCESANA DE PETRÓPOLIS. *Os Horrores de Magé: 1894*. Magé: s/ed, 2002. Esta última publicação reuniu as reportagens veiculadas pelo Jornal do Brasil à época.

¹⁶⁸ Os surtos de doenças registrados na primeira metade do século XX em Magé e os seus impactos sobre a população foram abordados em minha dissertação de mestrado. Cf. RIBEIRO, Felipe. *Operários à tribuna*, op.cit. pp.85-91. A título de exemplo, destacamos que, somente entre os anos de 1942 e 47, foram computados 16.388 casos de malária com vítimas fatais no município, o que explica, em parte, o baixo crescimento populacional de Magé até a década de 1950, conforme dados do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu). Apud: SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé: Terra do Dedo de Deus*, op.cit. pp.201-202.

Já tivemos ocasião de chamar a atenção do Conselho Consultivo local para a particularidade que caracteriza a vida econômica deste município, que se resume no seguinte: as fábricas pagam os ordenados a seus operários; esses fazem suas compras no comércio local; e o comércio se reabastece na praça do Rio de Janeiro. De sorte que o numerário que entra no município por intermédio das fábricas, rapidamente e na sua quase totalidade se escoia novamente para fora, não deixando quase vestígios da sua circulação. Esse mal só poderá ser evitado quando a lavoura local estiver em condições de abastecer o comércio e ainda exportar os seus produtos. Só assim se irá fixando alguma riqueza dentro do nosso território.¹⁶⁹

A indústria de tecidos, cedo implantada em seu solo, deve este município um inestimável serviço. Quando o surpreendeu a decadência agrícola, foi ela que salvou do marasmo econômico. (...) Não é a indústria em si, evidentemente, que nos parece condenável; mas essa situação de absoluto exclusivismo em que se encontra Magé, ficando assim, a vida e o futuro do município na dependência imediata de uma única fonte de atividade econômica (...). Em tempos idos, já desfrutara Magé de dias assinaladamente prósperos, graças à sua atividade agrícola. (...) É chegado o momento de Magé retomar o rumo vitorioso, seguido no passado. O ressurgimento de sua atividade agrícola será o complemento necessário da sua intensa atividade industrial.¹⁷⁰

Todos estes questionamentos apontados pelo prefeito foram bastante influenciados pelas consequências da crise mundial de 1929 (a chamada “Grande Depressão”), quando a maioria das fábricas têxteis do município teve que interromper suas atividades temporariamente, causando desemprego e muita apreensão nos moradores ao longo dos anos de 1930. Sem dúvida, todos esses fatores (decadência agrícola, “Horrores de Magé”, insalubridade, doenças e, agora, o desemprego) se imbricaram naquele tempo e lugar, provocando uma situação marcada por graves problemas econômicos e sociais. Logo, os governantes trataram de investir em projetos que desenvolvessem a produção agrícola local, com o propósito de mesclar aquele “regime exclusivista”.

Ao final da década posterior, Magé já apresentava um perfil econômico considerado misto, do tipo agroindustrial, destacando-se a produção das indústrias de tecidos em detrimento da agricultura, porém de forma mais equilibrada.¹⁷¹

Interessante observar que, embora mantendo um pólo industrial têxtil consolidado, Magé era tipificada como agroindustrial em 1950, coadunando-se em parte aos resultados dos censos demográficos, que já apresentavam um interessante equilíbrio entre a população urba-

¹⁶⁹ MAGÉ (RJ). *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Interventor no Estado do Rio Comandante Ary Parreiras pelo Prefeito Gilberto H. de Bacellar*. Prefeitura Municipal de Magé: s/d, 1933. p.15.

¹⁷⁰ MAGÉ (RJ). *Relatório do Exercício apresentado ao Exmo. Sr. Comte. Ary Parreiras, D. D. Interventor do Estado do Rio de Janeiro, pelo Prefeito Municipal Gilberto Huet de Bacellar*. Prefeitura Municipal de Magé: s/d, 1934. pp.7-8.

¹⁷¹ PEDROSO, José. *O Rio de Janeiro: a cidade e o Estado*. Rio de Janeiro: s/d, 1950. p.363. Apesar das escassas informações, o autor apontou que a produção têxtil no município, em 1948, de acordo com a Prefeitura, registrou o valor de Cr\$ 111.464.9919,80, enquanto que a produção agrícola, em 1945, segundo o Ministério da Agricultura, alcançou a cifra de Cr\$ 2.016.008,00.

na e rural do município, particularmente se somarmos a primeira com a população suburbana. Sem dúvida, em termos de produção, a indústria de tecidos alcançava elevados índices e gerava vultosos recursos, senão a maioria deles, para a cidade. Entretanto, no que tange a distribuição da área geográfica do município e de seus moradores, havia um certo equilíbrio, que só veio a ser alterado a partir da década de 1970, praticamente recuperando, em percentuais, os índices do início dos anos 40, em que a população rural encontrava-se na faixa de 30%.

POPULAÇÃO URBANA, SUBURBANA E RURAL NO MUNICÍPIO DE MAGÉ (1940-1970)

ANO	URBANA	SUBURBANA	RURAL	POPULAÇÃO TOTAL
1940	9.854 (42%)	5.723 (25%)	7.824 (33%)	23.401
1950	13.268 (36%)	5.358 (15%)	18.135 (49%)	36.761
1960	29.686 (50%)	-	29.390 (50%)	59.076
1970	77.645 (68%)	7.061 (06%)	29.259 (26%)	113.965

Tabela 2. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censos Demográficos (1940-1970)*.

Da mesma forma, se observa um aumento populacional considerável no município, que praticamente quintuplicou o seu número de habitantes em trinta anos (1940-1970), ao passo que o Brasil pouco mais que duplicou sua população no mesmo período. Esta ascensão, embora tenha se dado tanto na área urbana, quanto na rural, foi muito mais significativa nesta última, registrando um aumento exponencial na ordem de 375% entre 1940 e 60. Já os habitantes da área urbana, durante o mesmo período, cresceram numericamente “apenas” 190%. Do ponto de vista quantitativo, portanto, podemos dizer que a população de Magé tornou-se “mais rural” justamente em um contexto de forte migração para o município no pós-guerra, atraída sobretudo pela oferta de empregos nas fábricas de tecidos.

Como vimos, as indústrias têxteis foram bastante beneficiadas durante a Segunda Guerra com o chamado “esforço de guerra”, conciliando um forte incremento na produção de tecidos com a supressão de diversos direitos trabalhistas recentemente consolidados. Este bom momento gerou inclusive um rápido retorno financeiro aos empresários, já que o setor têxtil havia sido incluído no conjunto de outras indústrias consideradas de “interesse nacional” durante a guerra.¹⁷²

No caso da Fábrica Santo Aleixo, por exemplo, adquirida em 1941 pela Companhia Bezerra de Mello, sua compra teria sido quitada pela nova proprietária “*em apenas quatro*

¹⁷² O oportunismo do empresariado brasileiro durante a conjuntura da guerra chegou a ser abordado em um memorando da Embaixada Americana, datado de 1944: “*É evidente que a Lei de Mobilização [esforço de guerra] dá à indústria têxtil controle autocrático sobre a sua força de trabalho e que essa indústria recorre a esse controle para responder à pressão que podia vir de baixo para cima (...)*”. Cf. COSTA, Hêlio da. *Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953)*. In: _____; FONTES, Paulo; FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Na luta por direitos: leituras recentes em História Social do Trabalho*. São Paulo: Unicamp, 1999. p.94.

meses (...), sem precisar investir um centavo sequer, apenas com a produção da própria fábrica”, conforme declarou o filho caçula do patriarca da empresa, Álvaro Bezerra de Mello. Em seguida, ainda aproveitando este contexto favorável, o grupo resolveu expandir seus negócios, passando a investir no ramo hoteleiro, fundando a Companhia Brasileira de Novos Hotéis, atualmente conhecida como a rede Hotéis Othon, uma das maiores do país.

Da mesma forma, os Bezerra de Mello logo passaram a investir pesadamente na reforma do prédio da fábrica, na inclusão de novos teares voltados para a produção de brins e zefires, além de desenvolver paulatinamente ações diretas sobre a vida social extrafabril dos seus trabalhadores, visando instituir na Fábrica Santo Aleixo e em seu entorno “os mesmos benefícios sociais de que gozam as demais organizações do Cotonifício Othon Bezerra de Mello”, em Pernambuco.¹⁷³

A Fábrica Andorinhas também teve suas instalações completamente reformadas a partir de 1935, tendo à frente o grupo Mattheis, destacando-se a construção de novos galpões, com cobertura em sheds, todos abastecidos por energia elétrica, além de uma divisão setorial mais acurada em todo o processo industrial, deixando de fabricar panos mais rústicos (como sacos, lonas e mesclas) para produzir tecidos mais finos (como tricolines, brins e mesclados). Ao mesmo tempo, investiu na construção de uma usina hidroelétrica e um açude para captação, represamento e distribuição de água tanto para a fábrica, quanto para a vila operária. No caso da Andorinhas, observa-se que o grupo empresarial já havia iniciado um audacioso plano de construções antes da guerra, que acabou sendo incrementado no decorrer do conflito, a partir de diversos incentivos governamentais.¹⁷⁴

No que tange à moradia, além da vila operária recém construída, já havia, desde o início do século XX, uma área próxima a esse açude que foi ocupada por operários que não tinham um lugar para residir. À época, a direção da fábrica permitiu que os próprios trabalhadores construíssem suas moradias em terras da empresa. As casas eram bastante simples, feitas de madeira ou pau-a-pique, onde não havia canalização apropriada para abastecimento de

¹⁷³ *Correio do Ceará*. 02/03/1942. Apud: MELLO, Juçara da Silva Barbosa de; RIBEIRO, Felipe. *Um complexo de redes bem tecido: os tecelões da Fábrica Santo Aleixo e suas relações para além do local de trabalho*. In: *Revista Mundos do Trabalho*. v.5. n.10. jul-dez/2013. p.171.

¹⁷⁴ O período da guerra, porém, não passou sem percalços para a direção da Fábrica Andorinhas. O gerente da empresa, Hermann Mattheis, era filho do proprietário, Otto Mattheis, e ambos eram alemães, sendo alvo de fortes críticas da militância comunista, sob a acusação de ligações com o nazismo. Não foi a toa que a empresa, em matéria que ocupou uma página inteira no jornal *Diário da Manhã*, publicada durante a guerra, fez questão de valorizar sua “obra de brasilidade”, com casas construídas para os operários, todas dotadas de todo conforto e higiene, além do belo aspecto, pois eram todas pintadas de verde e amarelo, e enfatizando que todos os novecentos operários da fábrica encontravam-se devidamente registrados no Ministério do Trabalho. Ao final, declarou o gerente à reportagem: “Aqui se trabalha para o desenvolvimento e o progresso da indústria nacional, e, portanto, pra a grandeza do Brasil, que tem o presidente Getúlio Vargas a animar-lhe os destinos para o futuro brilhante que lhe está reservado”. *Diário da Manhã*. 22/06/1943. p.3. Abordaremos esta questão mais detidamente nos próximos capítulos.

água e demais condições sanitárias. Esse bairro acabou ganhando o nome de Pau-a-Pique e, a partir da nova administração fabril, começou a ter várias de suas casas reconstruídas e devidamente abastecidas com água e energia elétrica, bem como foram reformados seus arruamentos e acessos, paulatinamente.

Indubitavelmente, a estrutura social organizada por essas empresas a partir da década de 1940, com a consolidação do sistema fábrica-vila operária, associada ao conseqüente aumento na oferta de empregos para as construções e a produção têxtil, provocou uma expressiva migração para o município, motivada inclusive por anúncios em jornais: “*Vagas para operários: o Serviço de Colonização e Trabalho dispõe de vagas para pedreiros, carpinteiros e operários em fábricas de tecidos no município de Magé*”.¹⁷⁵

Nesse íterim, verificamos uma grande entrada de mineiros, capixabas e nordestinos de um modo geral, além de fluminenses de outros municípios, em busca de empregos nas fábricas de tecidos. Em alguns casos, os migrantes já eram operários de outras fábricas da mesma companhia, como a América Fabril e a Bezerra de Mello. Mas pesquisas apontam que a imensa maioria migrou para Magé oriunda de áreas rurais, aspecto também reforçado nos depoimentos de diversos trabalhadores, quase sempre reforçado pela visão – já abordada anteriormente – da roça como algo negativo. “*Muita gente veio de fora para essas fábricas. Quanta gente veio da roça... Cada moça bonita... Analfabeta...*”.¹⁷⁶

Eu sou do Sana, distrito de Casimiro de Abreu. Vim pra cá [Santo Aleixo] com seis ou sete anos [na década de 1940]... A primeira a morar na casa da fábrica foi minha irmã que casou. Aí depois nós chegamos. Eu, minha irmã e meus dois irmãos. (...) Nós viemos pra cá por causa da fábrica, porque já não dava mais pra trabalhar na roça, a vida na roça tava muito difícil.¹⁷⁷

Trabalhava na roça, plantando milho, feijão, batata. (...) Lá tava ‘brabo’! A gente trabalhava o dia inteiro pra ganhar dois mil réis. (...) Eu cheguei aqui dia 28 de julho, dia 29 eu entrei na fábrica. (...) A gente se sentia feliz porque na roça tinha que trabalhar mais, só comia o que plantava, não ganhava dinheiro.¹⁷⁸

Em um estudo pioneiro sobre migração no município de Magé, realizado na década de 1970, Satie Mizubuti apresentou dados bastante relevantes e particularmente elucidativos para nossa pesquisa. Em seu trabalho empírico realizado nas sedes dos distritos, por meio da apli-

¹⁷⁵ *O Fluminense*: 27/07/1945. p.1.

¹⁷⁶ Entrevista concedida por Lúcia de Souza a Taiane Linhares. Cf. *Tear*. Documentário, curta metragem, 2013.

¹⁷⁷ Entrevista concedida por Maria Oneida Peclat a Juçara Mello. 18/08/2007.

¹⁷⁸ Entrevista concedida por Licério Ramos a Taiane Linhares. Cf. *Tear*. Documentário, curta metragem, 2013.

cação de 896 questionários e abarcando somente a categoria de população urbana, a autora indicou que, entre os consultados, 61,2% eram migrantes.¹⁷⁹

Embora tenha sinalizado que o ritmo de entrada de migrantes se deu de forma mais vigorosa a partir da década de 1950, ela ponderou que, no caso de Santo Aleixo, “*a sua perspectiva histórica é diversa*”, tendo “*este núcleo surgido ao redor das duas fábricas de tecidos instaladas (...), assim os migrantes para esse distrito entraram predominantemente antes de 1945*”.¹⁸⁰

Dessa forma, as fábricas têxteis desempenhavam um papel importante na ocupação industrial do distrito de Santo Aleixo, absorvendo 75,5% de sua população empregada¹⁸¹. Em relação ao bairro operário de Pau Grande, no distrito de Inhomirim, a autora reconheceu que essa proporção poderia ter sido alterada se um maior número de entrevistas tivesse sido realizado junto a indústria de tecidos da América Fabril, mas advertiu que “*tal procedimento não revelaria a real estruturação daquele distrito, pois diferentemente de Santo Aleixo, o distrito de Inhomirim é muito mais do que uma vila operária*”.¹⁸²

Por outro lado, entretanto, gostaríamos de ressaltar algo que foi muito bem observado por Sônia Gonzaga Oliveira em sua pesquisa, que em parte contraria este argumento de Mizubuti, mas se constitui como uma questão central para a presente tese: “*Viver em Santo Aleixo e trabalhar nas fábricas têxteis nem sempre significa morar nas vilas operárias, assim é que muitas são as famílias que habitam as colinas que circundam o lugar ou as fazendas existentes – os atuais posseiros*”.¹⁸³

De fato, não era fácil ter acesso às moradias oferecidas pelas fábricas. Neste processo migratório, muitos conseguiram emprego como tecelão e uma casa na vila operária; outros somente o emprego, passando a residir normalmente em bairros próximos ao local de trabalho; e ainda havia um grande número de pessoas (com suas respectivas famílias) que não conseguiram trabalho nas fábricas, muito menos uma casa na vila. Grande parte desse contingente de migrantes se instalou em áreas mais afastadas, nos arredores da Capela de Santo Aleixo, templo da época colonial que deu origem ao distrito, distante quase quatro quilômetros da fábrica mais próxima. “*Não havia condições do operário trabalhar aqui e morar fora. A gen-*

¹⁷⁹ MIZUBUTI, Satie. *Migrações no Brasil: Magé – um estudo de caso*. Niterói: Tese de Livre Docência em Geografia, UFF, 1975. pp.50-51.

¹⁸⁰ MIZUBUTI, Satie. *Migrações no Brasil*, op.cit. p.67.

¹⁸¹ MIZUBUTI, Satie. *Migrações no Brasil*, op.cit. p.95.

¹⁸² MIZUBUTI, Satie. *Migrações no Brasil*, op.cit. p.89.

¹⁸³ OLIVEIRA, Sônia. *Montanhas de Pano*, op.cit. p.35.

te às vezes morava em vários lugares. Viajava a pé uma hora pra lá dentro da fábrica”, recordou um antigo contramestre.¹⁸⁴

Desses migrantes, muitos que eram operários faziam questão de manter uma “rocinha” em seu quintal, de forma particular, cultivada no período de atividade extrafabril, conforme já apontamos, muito embora ainda não seja possível caracterizá-los, em tese, como “Weaver-Peasants”, pois as fontes não dão conta de que eles ocupavam as duas funções laborais propriamente, em um misto de trabalhador têxtil-trabalhador rural. No entanto, aqueles sem emprego e estabelecidos nas proximidades da Capela começaram investir em diversas “roças”, sobretudo na lavoura de alimentos, passando a trabalhar diretamente na agricultura e vendendo seus produtos na região. À época, boa parte daquelas terras – notórias no tempo do “Celeiro da Corte” – estava quase que em situação de abandono na década de 1940.

Vim para Santo Aleixo em 1944 e morei muito tempo no bairro da Capela, junto com minha família. Quando chegamos, a Capela de Santo Aleixo estava cerca por um ‘matagal’. Quem olhava de baixo [pois a igreja foi erguida numa pequena elevação], via menos da metade dela. Daí meu pai resolveu capinar tudo em volta, pois a capela estava abandonada. Naquele ano, nem teve festa, o povo foi apenas rezar no dia do santo. No ano seguinte é que passou a ter festa todo ano.¹⁸⁵

No cenário político, destacamos que, já na eleição municipal de 1947, os comunistas procuravam realizar estrategicamente comícios tanto nos bairros industriais (como Santo Aleixo e Pau Grande), quanto nas regiões predominantemente rurais do município, onde os candidatos discursavam sobre a questão da terra e a luta contra o latifúndio¹⁸⁶. Além disso, no próprio programa de governo defendido pelos comunistas havia menções claras e objetivas na busca de soluções para os problemas no campo, tais como o estímulo à produção agrícola, a distribuição gratuita de terras devolutas, a organização de feiras livres para o barateamento dos gêneros alimentícios, entre outras medidas.

(...) Substituição da ‘meia’ e da ‘terça’ pelo pagamento do arrendamento em dinheiro, na base do valor do alqueire, de acordo com a produtividade da terra e a natureza da produção. Reforma dos contratos agrícolas, dentro da esfera municipal, de sorte a livrar os lavradores dos despejos, expulsão da terra, sem indenização.¹⁸⁷

¹⁸⁴ Entrevista anônima concedida a Sônia Oliveira. Cf. OLIVEIRA, Sônia. *Montanhas de Pano*, op.cit. p.41.

¹⁸⁵ Entrevista concedida por Maria Astézia de Oliveira Pereira a Felipe Ribeiro. 07/1999. Interessante ressaltar que, em 1960, o vereador Astério dos Santos propôs à Câmara, por meio de um projeto de lei, que o dia 17 de julho (data em que se realizam festejos em honra a Santo Aleixo) fosse considerado feriado municipal, dedicado aos trabalhadores rurais.

¹⁸⁶ *Tribuna Popular*. 16/09/1947. p.8.

¹⁸⁷ *Tribuna Popular*. 19/09/1947. p.8.

Na década seguinte, o prefeito Waldemar Lima Teixeira, do PSD, fundou e tornou-se o primeiro presidente da Associação Rural de Magé, criada em 1952 e que tinha como objetivo principal cooperar com os criadores e lavradores locais, fornecendo-lhes rações e sementes, a fim de desenvolver a atividade agrícola mageense.

No governo municipal seguinte (1954-58), tendo à frente o prefeito Olívio de Mattos, também do PSD, foi iniciada uma obra de fundamental importância para a agricultura no município: a construção da Estrada Santo Aleixo–Piabetá, com dezesseis quilômetros de extensão, ligando os distritos de Santo Aleixo, Suruí e Inhomirim, tendo seu trajeto iniciado justamente do bairro da Capela. A construção dessa estrada visava, sobretudo, a valorização econômica da região, onde estavam localizadas as terras mais produtivas do município de Magé e com grande potencial agrícola. À época, inclusive, já se discutia a criação de um distrito agrícola no seu prolongamento.



IMAGEM 6: Início de construção da Estrada Santo Aleixo - Piabetá.

Fonte: SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé: Terra do Dedo de Deus*. op.cit., p.113.

Da mesma forma, com esta estrada, buscava-se criar uma nova rota de escoamento para os produtos industrializados no município, particularmente os têxteis. Embora não tenha

sido concluída de imediato (isso só ocorreu na década de 1980), a estrada teve um significado muito importante no que tange ao desenvolvimento da produção agrícola de Magé nas décadas de 1950, 60 e 70. Além disso, devido seu traçado cortar antigas fazendas do século XIX, a estrada acabou revitalizando a área, provocando uma reorientação territorial no município, pois com esta “nova frente de ocupação” a especulação das terras circunvizinhas tornou-se uma constante, favorecendo a comercialização das fazendas supervalorizadas, as disputas pela comprovação das propriedades, a falsificação de escrituras (grilagens), as ocupações informais (posseiros) e longas batalhas judiciais.

Também nesse período, em 1956, foi organizada a Associação dos Lavradores do Município de Magé, já mencionada, entidade que se opunha à Associação Rural presidida pelo ex-prefeito, agregando pequenos proprietários, posseiros e arrendatários.

Assim, verificamos que um novo fluxo migratório em direção à Magé adquiriu força entre fins dos anos de 1950 e início da década seguinte, já motivado pelas notícias de possíveis desapropriações de terra no município.¹⁸⁸

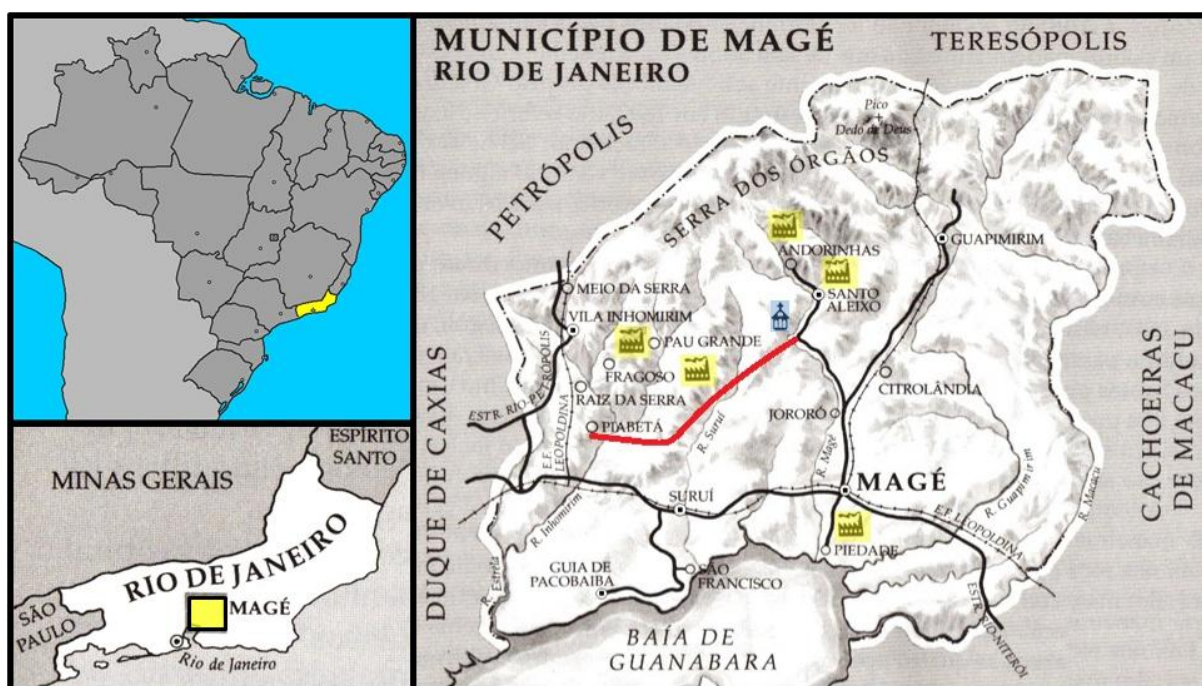


IMAGEM 7: Mapa do município de Magé, sendo indicados as fábricas têxteis (em amarelo), a Capela de Santo Aleixo (azul) e o traçado aproximado da Estrada Santo Aleixo-Piabetá (vermelho).

Fonte: Composição elaborada pelo autor.

¹⁸⁸ Este processo foi bastante estudado por Marco Antônio Teixeira. Cf. TEIXEIRA. op.cit. Outro trabalho importante foi publicado por Felipe Lindoso, que identificou a formação de uma pequena colônia japonesa às margens da Estrada Santo Aleixo-Piabetá, apoiada à época pela Cooperativa Agrícola de Cotia, com sede em São Paulo. Cf. LINDOSO, Felipe José. *O Campesinato e o Mercado: circuitos comerciais e reprodução camponesa*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado em Antropologia Social, MN/UFRJ, 1983. pp.133-142.

A propósito, não foi em vão que a Companhia América Fabril, proprietária da Fábrica Pau Grande, começou a investir na modernização de suas instalações justamente às margens da futura estrada, inaugurando uma unidade para alvejamento de tecidos – a Fábrica Santana – e incrementando a área de produção agrícola da empresa, com a construção de algumas casas para os trabalhadores e um maior controle sobre a distribuição de suas terras para a lavoura.

Essa estratégia utilizada pela empresa deve ser entendida como uma tentativa de proteger suas propriedades e arredores, servindo os sitiantes como verdadeiras “balizas humanas” que demarcariam suas pretensas terras. Além disso, distante do que possa parecer, a conjugação de produção industrial e agrícola capitaneada pela fábrica não se configurava – do ponto de vista do capital – como um sinal de “crise do Brasil arcaico e das suas relações de trabalho tradicionais”¹⁸⁹. Ao contrário, articulava-se com o que era entendido por moderno, pois essa dupla atuação da empresa permitia readequações ao longo do tempo, de acordo com as conjunturas.

E quando falamos em “pretensas terras da fábrica” é porque as propriedades alegadas pela América Fabril tornaram-se alvo de intensas críticas dos trabalhadores, da Associação dos Lavradores de Magé e do PCB, que por meio de diversos periódicos ligados ao partido passou a caracterizá-la como “companhia grileira e latifundiária”.

O conflito se arrastou pela década de 1960, tendo muitos jornais de grande circulação acompanhado o processo, sobretudo após as ordens de despejo e as manifestações públicas dos trabalhadores rurais no centro de Niterói, então capital do estado. Diversas manchetes sobre os conflitos de terra em Magé estamparam a primeira página dos jornais *Última Hora*, *O Fluminense* e *Luta Democrática*, o que favoreceu demonstrações de apoio junto a opinião pública, bem como pressionava as autoridades governamentais, parlamentares e judiciárias.¹⁹⁰

(...) Uma das táticas utilizadas pelo grupo nesta luta (...) foi justamente a de divulgá-la o máximo possível, indo às cidades, às praças, às autoridades. Nunca se tentou ‘esconder’ o que acontecia ali, nem suas razões. Pelo contrário, o desfecho vitorioso da luta dependia, em parte, de que a opinião pública soubesse o que acontecia (...), onde trabalhadores que faziam a terra produzir estavam sendo ameaçados por uma companhia que, além de não ser reconhecida como legítima proprietária, deixava a terra improdutiva.¹⁹¹

¹⁸⁹ Termo consagrado na produção de Juarez Brandão Lopes. Cf. LOPES, Juarez Brandão. *Crise no Brasil arcaico*, op.cit. p.15.

¹⁹⁰ Sobre o processo de publicização dos conflitos e sua importância para os movimentos sociais no campo. Cf. GRYNSZ-PAN, Mario. Conflitos: expressão pública e gênese de grupos sociais. *Sociologias*. Porto Alegre: jan/jun, 1999. a.I. n.1. pp.146-167.

¹⁹¹ SILVEIRA-LINDOSO, Maria José P. da. *O começo de tudo*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ: Seminário sobre “Conflitos no Campo no Estado do Rio de Janeiro, 29 e 30/10/1984. p.29.

A propósito, esta “publicização das lutas” era bastante estimulada pelos advogados das associações de lavradores e por líderes políticos que apoiavam o movimento. Interessante também observar a multiplicidade de denominações utilizadas para identificar estes trabalhadores ao longo do processo de lutas: institucionalmente, as entidades se apresentavam como associações de “lavradores”, nome genérico que não carregava simbolismo político; juridicamente, estes trabalhadores se apresentavam como “posseiros”, como forma de obter legalmente a terra por meio do usucapião; politicamente, a denominação “camponês” denotava algo mais consciente e mobilizado; por fim, junto ao Estado, sobretudo após a aprovação do Estatuto, em 1963, vingou a categoria “trabalhador rural”. Todas essas denominações permeiam os diversos documentos que tivemos acesso, sugerindo que cada uma era utilizada estrategicamente de acordo com a ocasião, até porque as lutas eram distintas, embora ligadas: a luta pela terra e por Reforma Agrária; e a luta trabalhista no campo.

Ademais, essa área de conflito não se restringia aos arredores da Companhia América Fabril, nem tampouco das demais fábricas de tecidos. Diversas faixas de terra localizadas ao longo da Estrada Santo Aleixo–Piabetá e em outros pontos específicos do município evidenciavam o quanto o rural e o urbano estavam imbricados na cidade de Magé.¹⁹²

Na realidade, como bem frisou Mario Grynszpan, todo o entorno da cidade do Rio de Janeiro sofreu um intenso aumento populacional a partir dos anos de 1930, tendo como principais causas externas as expulsões em massa de moradores do Nordeste, aceleradas pela própria mobilização política na região; e a erradicação de cafezais em Minas Gerais e no Espírito Santo, motivada sobretudo pela substituição da agricultura pela pecuária nesses estados. Ambas acabaram liberando uma potencial mão de obra migrante. No que tange às causas internas, os diversos projetos de saneamento e urbanização do entorno da Baía de Guanabara intensificou uma “eloquente venda de lotes residenciais”.¹⁹³

Nesse contexto, a atuação das imobiliárias também configurou como um importante elemento para compreendermos o “*avanço das áreas urbanas, levando à disputa pelo loteamento das terras que as margeavam*”.¹⁹⁴

¹⁹² Mário Grynszpan analisou sumariamente sete fazendas de Magé que estavam em litígio: Cachoeirinha, Cachoeira Grande, Tocaia, Camarão, São Nicolau, Vila Serrana e Maria Rola. Cf. GRYNSPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado em Antropologia Social, UFRJ, 1987. Porém, a partir de reportagens veiculadas na imprensa, encontramos outras fazendas disputadas no município, que carecem de maiores pesquisas: Sernambetiba, Santa Rosa, Rio do Ouro, Cordovil, Jardim, Santa Fé, Calundú, Morro da Onça, Cruz, Morro da Caxeta, Ribeira, Salgado, Morro do Coronel, Retiro e Sítio do Cacaú.

¹⁹³ GRYNSPAN, Mario. *Mobilização camponesa*, op.cit. 54.

¹⁹⁴ GRYNSPAN, Mario. *Movimentos sociais no campo no Estado do RJ (junho de 1961 – julho de 1962): documento de trabalho*. Texto para discussão no grupo “Movimentos Sociais no Campo”. São Paulo: Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura: CPDA/EIAP/FGV, 1 a 4/10/1980. p.3.

No município de Magé, particularmente, notabilizou-se os negócios realizados pela Imobiliária Durval de Menezes Ltda., cujo proprietário – que dava nome à empresa – era engenheiro civil, tendo trabalhado nas obras contra a seca no Nordeste e dirigido uma companhia de eletricidade em Corumbá/MS. Em 1927, ele mudou-se para o interior de São Paulo, onde foi encarregado de “*traçar e abrir o Patrimônio de Marília*”. Criado o novo município, elegeu-se vereador e foi escolhido entre seus pares para ser o primeiro prefeito da cidade.¹⁹⁵

Já na década de 1930, retornou ao Rio de Janeiro, onde inaugurou a imobiliária e passou a investir na formação de novos bairros. Em Magé, adquiriu terras de antigas fazendas para formar os bairros Cachoeirinha (à margem da Estrada Santo Aleixo–Piabetá), Nova Marília (em homenagem a cidade que administrou) e Piabetá (hoje o segundo maior núcleo urbano de Magé).

Encontramos, inclusive, a carta de um leitor do jornal *A Noite*, chamado Nestor Lentz, que foi publicada em 1950 e reclamava junto ao Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense uma fiscalização mais rígida no bairro Piabetá, localizado nas proximidades da antiga Estação Entroncamento, da Estrada de Ferro Leopoldina. De acordo com a carta, o bairro havia sido criado recentemente por Durval de Menezes, por meio de sua empresa, que adquiriu duas fazendas no local, loteou o terreno e iniciou obras para abertura de ruas e valas. Porém, a empresa responsável pelo loteamento não teria realizado um bom serviço de saneamento, a ponto das ruas do bairro estarem intransitáveis devido o represamento de água, causando a “volta das febres”, um risco para as “quase mil famílias do bairro, todas de prole numerosa”. O leitor prosseguiu afirmando que o fato já havia sido relatado à Prefeitura de Magé, que se omitiu, dizendo que nada podia fazer.¹⁹⁶

Sem dúvida, as condições de insalubridade geravam preocupações constantes aos governos, que as identificavam como um grande obstáculo a ser vencido na Baixada Fluminense, tal como salientou o próprio presidente Getúlio Vargas. Convidado ilustre para a inauguração do Serviço de Água e Esgoto em Magé, no ano de 1953, ele não pôde comparecer, devido a um imprevisto, mas seu discurso foi lido durante a solenidade.

(...) Não foi senão em 1930 que se começou o trabalho sistemático e organizado de saneamento dessa vasta área de terras férteis. (...) Urge agora que esse ingente esforço pela conquista das terras outrora alagadiças e insalubres da Baixada Fluminense seja coroado por uma política de colonização dirigida. (...) O povoamento da Baixada Fluminense é um dos primeiros encargos

¹⁹⁵ LARA, Paulo Corrêa de. *Comissão de Registros Históricos*. Informações fornecidas pelo projeto “Resgatando a História da Minha Rua”. Disponível em: <<http://www.asruasdemarilia.com.br/busca.php?texto=412&pagina=438&logradouro=16880>>. Acessado em 12/10/2012.

¹⁹⁶ *A Noite*. 03/04/1950. p.12.

que pretendo confiar ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, tão logo seja ele estabelecido (...).¹⁹⁷

O obstáculo da insalubridade em grande medida foi vencido, porém o “povoamento dirigido” da região lamentavelmente não passou de discurso governamental. Essa questão chegou a ser abordada brevemente por Satie Mizubuti em seu estudo sobre migração em Magé, indicando que os investimentos no município não cresceram em igual proporção com o do aumento populacional no período analisado, sendo bastante precários os serviços urbanos oferecidos em suas sedes distritais.¹⁹⁸

Embora tenha priorizado em seu universo de pesquisa a população urbana, a autora apresentou resultados reveladores em relação aos distritos de Suruí e Inhomirim, ambos atravessados pela Estrada Santo Aleixo–Piabetá. A despeito dos 61% de migrantes identificados na cidade, estes dois distritos mantinham, respectivamente, uma taxa de 84 e 86,2% de moradores oriundos de outros municípios, tendo Inhomirim o maior percentual registrado em todo o município, inclusive com grande incidência de ocupação de moradias intermediárias em outras cidades ao longo do processo migratório.¹⁹⁹

(...) Em Suruí, nota-se uma particularidade interessante. Até 1950 não se registrou [nos questionários] nenhuma entrada de migrantes; de 1950 a 60 começou a ocorrer o fenômeno da entrada, tendo crescido mais entre 1960 e 1974. (...) O distrito de Inhomirim tem significado representado por quatro conglomerados contíguos: Piabetá, Fragoso, Pau Grande e Inhomirim. (...) Este distrito, o mais populoso do município, tem em Piabetá um dinâmico centro comercial, com funcionamento aos domingos, quando para aí fluem populações da zona rural adjacente (...).²⁰⁰

Desta forma, o município de Magé foi se consolidando lenta e progressivamente como uma região importante na fabricação de tecidos, sem no entanto descuidar de sua produção agrícola, que manteve-se relativamente promissora. Ao analisarmos a trajetória de “Celeiro da Corte” a polo industrial, procuramos também demonstrar que essas transformações econômico-sociais não se deram como um “caminho sem volta” ou como substituta do modelo anterior. O rural e o urbano, a agricultura e a indústria atuaram de forma concomitante no município.

E embora este seja um estudo mais circunscrito e dedicado a uma pequena cidade, ele permite uma compreensão mais acurada de diversos outros lugares que, em maior ou menor

¹⁹⁷ VARGAS, Getúlio. *Discurso pronunciado na inauguração dos serviços de águas e esgotos de Magé*. s/d. 1953. Acervo CPDOC/FGV.

¹⁹⁸ MIZUBITI, Satie. *Migrações no Brasil*, op.cit. p.140.

¹⁹⁹ MIZUBITI, Satie. *Migrações no Brasil*, op.cit. p.51.

²⁰⁰ MIZUBITI, Satie. *Migrações no Brasil*, op.cit. p.67 e 96 passim.

grau, também vivenciaram essas transformações. A título de exemplo, temos o próprio Rio de Janeiro, que mesmo procurando manter sua capitalidade enquanto lócus da política nacional e um dos ícones da modernidade no país frente à nova capital (Brasília)²⁰¹, também se encontrava às voltas com os conflitos de terra no chamado “Sertão Carioca”²⁰², onde estava localizada justamente uma indústria têxtil, a Fábrica Bangu.

(...) Se você quer comparar, olhando de fora da fábrica Bangu, dali pra cima, havia boas estradas (...). Mas a agricultura estava lá de pé. (...) Santa Cruz era o bairro mais perto de Bangu e já pegava um lado assim de uma serra grande. Mais em cima Santíssimo, esse era só camponês e posseiro. Em Campo Grande, que tinha cara de cidadezinha mais desenvolvida no centro, de um lado tinha uma lavoura de plano, mas também um pedaço de serra (...). Depois, do outro lado de Campo Grande, baixava na direção da praia, tinha muita coisa e era só lavoura (...) Quer dizer, o predominante era isso.²⁰³

Por conseguinte, essa dinâmica entre o rural e o urbano na cidade de Magé provocou desdobramentos muito interessantes no mundo do trabalho, como pudemos perceber neste capítulo a partir das diversas “faíscas” decorrentes da greve de solidariedade à Darcy Câmara, que “incendiaram” tanto as relações sociais daquela “floresta”, quanto os estudos sobre ela.

²⁰¹ Sobre o conceito de capitalidade para o Rio de Janeiro. Cf. MOTTA, Marly. *Saudades da Guanabara*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

²⁰² Dentre os trabalhos sobre o “Sertão Carioca”. Cf. PEDROZA, Manoela. *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-1968)*. Porto Alegre: dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2003.

²⁰³ Entrevista concedida por Lyndolpho Silva, líder camponês que residiu naquele bairro operário. Cf. CUNHA, Paulo Ribeiro [org.]. *O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004. Série Memória & História. v.4. p.47.

AS FORÇAS ATUANTES NO CAMPO POLÍTICO

Um Governador, um Vice-Governador, dois senadores, 21 deputados federais, 62 deputados estaduais, 62 prefeitos, e cerca de dois mil vereadores serão eleitos hoje por 1 milhão 115 mil 176 eleitores, que se inscreveram para votar nas 4083 seções do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio. Para o pleito de hoje – que será policiado por cerca de 12 mil homens, do Exército e das Polícias Civil e Militar do Estado – está prevista uma abstenção entre 15 e 20 cento e um clima de absoluta tranquilidade, não tendo o Governador José de Carvalho Janotti intervido durante a campanha eleitoral, em favor de partidos ou candidatos.²⁰⁴

(...) Operam na área centrista os Srs. Paulo Fernandes, do PSD e com apoio de outras agremiações; Miguel Couto Filho, do PSP e registrado pelo PSP e UDN; e por fim Macedo Soares, do PL, PSB e dissidência udenista. (...) Também no ‘front’ extremista predomina a divisão. Os Srs. Tenório Cavalcanti (PST) e Badger da Silveira (PTB) empenham-se a fundo para dominar as classes populares. O primeiro penetrou a fundo nos meios sindicais e conseguiu ser apresentado como o candidato dos comunistas. E também incurSIONOU com êxito nas áreas trabalhistas e sua barganha com o Sr. Leonel Brizola lhe possibilitará fracionar o trabalhismo fluminense, que, apenas oficialmente, tem no Sr. Badger Silveira o seu candidato ao governo. (...) Nestes últimos dias todo o Estado do Rio foi tomado de grande entusiasmo por causa do pleito. (...) Jornais, estações de rádio e televisão deste Estado atuam fortemente na Baixada Fluminense. (...) Por isso é que os aspirantes ao Palácio do Ingá usam os meios de divulgação deste Estado para atingir os eleitores da Baixada Fluminense.²⁰⁵

As eleições de 07 de outubro de 1962 se restringiam aos níveis estadual e municipal, mas foram bastante marcadas pelo conturbado contexto político no país. No ano anterior, com a renúncia do presidente da República Janio Quadros, eleito pelo Partido Democrata Cristão (PDC) com o apoio da União Democrática Nacional (UDN), e a posse do vice-presidente João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a política nacional vivenciou situações de impasse. Herdeiro político de Getúlio Vargas, ex-ministro do Trabalho e bastante vinculado ao movimento sindical, o novo presidente era visto com maus olhos por setores conservadores, tanto é que os ministros militares tentaram impedir sua posse, o que acabou não ocorrendo. Porém, mediante proposta de uma ampla coalizão de forças políticas, João Goulart assumiu o cargo sob o regime parlamentarista, tendo como primeiro-ministro Tancredo de Almeida Neves, do Partido Social Democrático (PSD).

²⁰⁴ *Jornal do Brasil*, 07/10/1962. 1º Caderno. p.13.

²⁰⁵ *Correio da Manhã*, 07/10/1962. 1º Caderno. p.12 e 18 passim.

No caso específico do estado do Rio de Janeiro, o ano de 1961 também foi conturbado. Em fevereiro, o governador Roberto Silveira, do PTB, faleceu vítima de um acidente aéreo. Em seu lugar assumiu o vice-governador Celso Peçanha, do PSD, que permaneceu pouco mais de um ano no cargo, pois se licenciou para concorrer ao Senado Federal nas eleições de 1962. Por isso, em julho, foi empossado como governador o presidente da Assembleia Legislativa, José de Carvalho Janotti, também do PSD.

Durante a campanha para o governo fluminense, o irmão de Roberto, Badger da Silveira lançou-se candidato pelo mesmo partido. Seu principal adversário, Tenório Cavalcanti, do Partido Social Trabalhista (PST), era um influente político da Baixada Fluminense, que contava com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB)²⁰⁶ e de diversos setores sindicais. Registra-se ainda o fato de outros dois candidatos serem ex-governadores eleitos pelo PSD, mas que se desligaram do partido durante o mandato: Edmundo Macedo Soares, do Partido Libertador (PL), e Miguel Couto Filho, do Partido Social Progressista (PSP).

E ao contrário do “clima de absoluta tranquilidade” noticiado pelo *Jornal do Brasil*, a campanha para governador foi repleta de provocações e acusações, sobretudo entre Tenório e Badger, por meio dos respectivos jornais que os apoiavam, o *Luta Democrática* e o *Última Hora*. O candidato do PST chegou a comparar seu adversário com o irmão do jogador de futebol Pelé, “*que não joga no ‘scratch’*”, numa tentativa de desconstruir a imagem de que Badger teria os mesmos atributos do irmão Roberto Silveira²⁰⁷. Já os aliados do petebista buscaram denegrir a candidatura de Tenório denunciando que seu diploma de advogado seria falso, obtido em escola clandestina, além de acusá-lo de uma série de crimes aos quais responde processo, como roubo e extorsão, que só seriam devidamente julgados “*quando ele perder as imunidades parlamentares*”, já que era deputado federal²⁰⁸. No entanto, a grande briga entre eles foi para conquistar o apoio do governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, que se candidatava a deputado federal pelo Estado da Guanabara, tendo se notabilizado a nível nacional por liderar a chamada “Campanha da Legalidade”, defendendo a posse de João Goulart como presidente da República após a renúncia de Janio Quadros. Embora fosse do PTB, partido de Badger, Brizola foi procurado por Tenório, ex-udenista que se apresentava como nacionalista, democrático e defensor das reformas de base. Chegou a publicar em seu jornal, às vésperas das eleições, que ele e governador gaúcho estariam juntos, mas logo os petebistas publicaram uma carta em que Brizola declarava apoio ao companheiro de partido.

²⁰⁶ Desde 1960, o Partido Comunista do Brasil já havia alterado o nome da legenda para Partido Comunista Brasileiro, mantendo-se a sigla PCB.

²⁰⁷ *Luta Democrática*. 07/06/1962. p.5.

²⁰⁸ *Última Hora*. 27/09/1962. p.3.

Indubitavelmente, as eleições de 62 foram influenciadas por um contexto político bem mais amplo, que abrangia questões nacionais, como a posse do presidente João Goulart sob um parlamentarismo recém instaurado e a votação do plebiscito sobre a manutenção desse regime de governo, marcado para o início do ano seguinte; bem como questões internacionais, visto que desde 1961 o governo dos Estados Unidos da América (EUA) havia cortado suas relações diplomáticas com Cuba e tentado destituir o presidente do país Fidel Castro, sem obter sucesso, mas que aproximou o governo cubano à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Dessa nova aliança surgiria, em outubro de 1962, um dos episódios mais tensos da Guerra Fria, a chamada “Crise dos Mísseis”.

Em Magé, PSD e PTB novamente se encontravam frente a frente na disputa pelo governo municipal. Os trabalhistas apresentaram como candidato a prefeito José Barbosa Porto, segundo colocado no pleito anterior, tendo como vice Guilherme de Carvalho, presidente do sindicato dos têxteis em Pau Grande, ambos com o apoio dos comunistas. Já o PSD, tentava emplacar a manutenção de um rodízio do partido no governo entre Waldemar Lima Teixeira, eleito em 1950 e 58, e Olívio de Mattos, eleito em 1954 e agora outra vez candidato, tendo o vereador Moacyr Pimentel como companheiro de chapa a vice-prefeito.

Além do sindicalista Guilherme de Carvalho, foram candidatos pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) ao legislativo municipal o ex-vereador e presidente da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), Manoel Ferreira de Lima; e os já vereadores e líderes dos trabalhadores têxteis, Darcy Câmara e Astério dos Santos, buscando reeleição. Todos eles, petebistas e comunistas, apresentavam um discurso bastante sintonizado aos últimos acontecimentos políticos, procurando reforçar que falavam em defesa dos trabalhadores.

(...) Por um regime em que não haja a exploração do homem pelo homem, em que haja oportunidade para todos, em que os filhos dos operários e camponeses tenham oportunidade de serem tudo o que sonharem ser (...). É necessário em primeiro lugar libertarmos a nação da opressão econômica e política exercida pelos trusts estrangeiros, especialmente os americanos, e libertar os camponeses da opressão econômica e política dos latifundiários. Imperialismo e latifúndio são as causas das desgraças do Brasil (...) As últimas crises políticas tornaram bem claro para o povo que só os nacionalistas e democratas se batem pelas soluções que o país reclama (...) É claro que, nestas circunstâncias, ganharam muito mais importância no próximo dia 7 de outubro as eleições para senador, deputados federais e governador, cargos que por sua própria natureza têm influência precípua na esfera federal e, portanto, nos destinos da nação brasileira. (...) Quanto ao candidato a prefeito, creio que todos já sabem quem apoiamos. Apoio José Barbosa Porto à base de sua pregação nacionalista e democrática expressas num programa que atente às justas reivindicações do povo mageense. (...) O sentimento de oposi-

ção do povo mageense manifestou-se claramente nas duas últimas eleições. A soma dos votos dados aos partidos de oposição superou de muito aos votos dados ao PSD e seus aliados. Agora, que só uma candidatura oposicionista de peso aparece na arena política, tenho a convicção de que o povo mageense derrotará o PSD e inaugurará uma nova era de progresso para nossa terra.²⁰⁹

Assim como nos cargos executivos federais e estaduais, a eleição para prefeito e vice-prefeito ocorria separadamente e o resultado foi bastante acirrado: vitória do candidato do PTB José Barbosa Porto ao governo municipal e do candidato do PSD Moacyr Pimentel ao cargo de vice-prefeito. Como deputado estadual foi eleito o pessedista Waldemar Lima Teixeira. Para governador, foi eleito Badger Teixeira da Silveira, do PTB.

Para o parlamento mageense, foram eleitos dezessete vereadores, quatro além dos treze convencionais. Essa mudança ocorreu devido ao crescimento do número de eleitores no município, passando de 10.550 inscritos na última eleição, em 1958, para 17.091 em 1962. Levando-se em contra os últimos doze anos (1950-62), a quantidade de eleitores em Magé dobrou, de acordo com dados fornecidos pelo TSE.

ELEITORES NO MUNICÍPIO DE MAGÉ (1949-1962)

ANO	1949	1950	1958	1962
TOTAL DE ELEITORES	6.130	8.171	10.650	17.091

Tabela 3. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao analisarmos a apuração completa dos votos no município, encontramos elementos bastante interessantes para o estudo da correlação das forças políticas²¹⁰. Logo de início, ressaltamos que o candidato a governador mais votado em Magé não foi Badger da Silveira. Enquanto, em todo o estado, o petebista recebeu 33% dos votos, no município obteve somente 27% (3272 votos). Já Tenório Cavalcanti, que ficou em segundo lugar na disputa para o governo com 28%, em Magé foi o vencedor com 37% (4490 votos). Embora tenha obtido o apoio recente, porém decisivo, dos comunistas e até de alguns dissidentes do PTB, Tenório já vinha atuando no município há alguns anos, particularmente junto aos lavradores da região, como adiante.

Para o senado eram duas vagas e o deputado federal Aarão Steinbruch, do PTB, foi o mais votado, se elegendo juntamente com outro petebista, Vasconcelos Torres. Em Magé, a

²⁰⁹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). *Irun Santana Fala ao Povo Mageense*. Reportagem do jornal *O Progressista*, anexada ao prontuário individual de Irun Sant'Anna no Departamento de Polícia Política e Social (DPPS). s/d.

²¹⁰ Juízo Eleitoral da 20ª Zona - Magé. *Mapa totalizador referente às eleições realizadas em 07/10/1962 (resultado final)*. Magé: 18/06/1963. Documento elaborado pela escrivã eleitoral Dora Faro a pedido do Diretório Municipal do PSD. Acervo: CPDOC. Todos os dados de votação citados a seguir foram retirados desta fonte.

colocação dos candidatos se manteve, mas Steinbruch conquistou uma votação impressionante, apurando quase dois mil votos a mais que o segundo senador eleito. Foram 6488 votos contra 4542. Além disso, desbancou o ex-governador Celso Peçanha, do PSD, que recebeu 3978 votos em Magé. Ressaltamos que Aarão Steinbruch era advogado, tendo atuado na defesa de diversos sindicatos, incluindo no dos têxteis de Santo Aleixo²¹¹, além de ter sido o autor da Lei da Gratificação de Natal, popularmente conhecida como Lei do Décimo Terceiro Salário, instituída em julho de 1962. Esta lei foi resultado das campanhas pelo abono de Natal, que vinham sendo realizadas pelos trabalhadores brasileiros desde a década de 1940. *“Naquele tempo ninguém sonhava com o Décimo Terceiro e o Sindicato resolveu pedir Abono de Natal. Nós percorremos todas as fábricas, não ganhamos, mas já foi um início de luta”*.²¹²

Já para deputado estadual, foi eleito o ex-prefeito e principal liderança do PSD no município, Waldemar Lima Teixeira, sendo o candidato mais votado com 3205 sufrágios. Com a vitória, foi o primeiro político mageense a ser eleito para a Assembleia Legislativa desde o Estado Novo.

O legislativo municipal apresentou um considerável grau de renovação dos vereadores na Câmara, superior a 60%. O PSD conquistou a maior bancada, seguida pelo PTB. O PSP, a UDN e PSB empossaram dois parlamentares cada, sendo que os socialistas reelegeram sua bancada, formada pelos comunistas Darcy Câmara e Astério dos Santos, sendo este o segundo vereador mais votado do município, com 385 votos (na eleição anterior, em 1958, foi o mais votado com 470).

Na prefeitura, o trabalhista José Barbosa Porto obteve 6162 votos e o pessedista Olivio de Mattos 5792. Com o apoio decisivo dos comunistas, o PTB interrompeu uma hegemonia do PSD que vinha desde a primeira eleição pós Estado Novo, em 1947.

(...) Acentuamos, preliminarmente, não terem sido auspiciosos como desejávamos os resultados do último pleito. Por outro lado, ressentimos de motivos que nos autorizem a reputá-los desfavoráveis ao nosso glorioso partido. O fato de não termos conseguido eleger nosso candidato a prefeito municipal constituiu-se obviamente algo assas deplorável. Não obstante, constituímos uma bancada de sete vereadores pessedistas e, ainda, um do PL, por nós aqui reestruturado e, portanto, integrado na bancada, aumentando-a para oito membros. Elegemos também o vice-prefeito, um deputado estadual (o primeiro mageense a estrear na Assembleia Legislativa desde a Constituição de 46), além de termos contribuído expressivamente, com invejável disciplina e

²¹¹ Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ). *Conclusão do Acórdão 471-57*. Rio de Janeiro: 25/03/1957. p.1. Acervo do TRT-RJ.

²¹² Entrevista concedida por Paulo Lopes a Juçara Mello. 2005.

coesão, para a eleição dos deputados federais pessedistas que, entrosados conosco, concorreram ao pleito.²¹³

Embora derrotado no executivo, o PSD mageense sinalizou que “não estava morto”, obtendo a maior bancada na Câmara de Vereadores (incluindo o edil mais votado) e elegendo um deputado estadual e o vice-prefeito. Aliás, foi na campanha para o eventual substituto do chefe executivo municipal que os pessedistas demonstraram toda a sua sagacidade política. Cientes de que enfrentariam um nome forte do PTB, líder operário em Pau Grande e presidente do sindicato, o tecelão Guilherme de Carvalho, os pessedistas apostaram em um farmacêutico estabelecido no centro da cidade, Moacyr Pimentel, que vinha sendo eleito vereador ininterruptamente desde 1947. Além disso, tratou de “estimular” outra candidatura a vice-prefeito que disputasse votos com o dirigente sindical. A saída encontrada pelo PSD – conforme deixou escapar o próprio Waldemar Lima Teixeira na carta ao deputado Hamilton Xavier – foi “reestruturar” o Partido Libertador (PL) no município, que lançou como candidato o comerciante Renato Cozzolino, oriundo do mesmo distrito que o petebista. Ao final da apuração, Moacyr Pimentel foi eleito vice-prefeito com 5196 votos, Guilherme de Carvalho ficou em segundo com 3653, seguido do candidato do PL que apurou 1690 votos.

Dessa forma, do ponto de vista eleitoral, podemos elencar, grosso modo, três forças políticas em Magé no início da década de 1960: o PSD, a aliança PCB-PTB e Tenório Cavalcanti, todas buscando, em menor ou maior grau, conquistar capital político junto à classe trabalhadora. Como buscaremos pretendemos indicar ao longo deste capítulo, variadas forças atuavam no campo político mageense, particularmente nas suas relações com o mundo do trabalho, inclusive não se restringindo aos grupos tidos como “de esquerda”. Por entre esta trama, também despontaram diversas organizações que se entrecruzavam com essas forças e o mundo do trabalho, como fábricas, igrejas, associações, sindicatos, clubes de futebol, entre outros, como veremos a seguir.

Analisando as eleições de 1962 pelo retrovisor, propomos uma análise das trajetórias dessas principais forças políticas, no afã de desvendar essa rede de relações semeadas e tecidas junto aos trabalhadores. Entretanto, nosso roteiro não se dará unicamente por meio do estudo das forças em concorrência pelo poder no campo político. Utilizando a própria nomenclatura aplicada por Pierre Bourdieu para descrever essa relação de forças – que seria travada por intermédio do monopólio do direito de falar e agir em nome de uma parte ou da totalidade

²¹³ Diretório Municipal do PSD de Magé. Carta de Waldemar Lima Teixeira ao deputado Hamilton Xavier, Diretor do Departamento Eleitoral e de Organização do PSD-RJ. Magé: 24/01/1963. p.1. Acervo: CPDOC.

dos profanos (os cidadãos comuns)²¹⁴ – pretendemos aqui justamente analisar esse “*capital político acumulado no decurso das lutas passadas*”²¹⁵ a partir das experiências dos “profanos”, neste caso os trabalhadores rurais e têxteis de Magé, bem como suas implicações na formação dessas forças construídas na política institucional, baseada na representação. Desse modo, visamos superar, em termos de análise, a ruptura recorrente entre profissionais da política (representantes) e profanos (representados), investindo na compreensão dos diferentes tipos de rede de contato dos “de baixo” e suas variadas formas de mobilização.²¹⁶

O valor das lutas do passado

O Sr. Já ouviu falar na ‘União dos Operários das Fábricas de Tecidos’ de Santo Aleixo? Pois então escute. Quando acabou a Primeira Guerra Mundial em 1918, correu aqui um boato de que a revolução social havia estourado na Europa e no Rio de Janeiro. Imediatamente os líderes da União dos Operários das Fábricas de Tecidos, entre eles, o velho Guilhermino, fizeram um comício e depois marcharam a pé com o povo de Santo Aleixo com destino a Magé. O objetivo era tomar a cidade e dar-lhe um governo nitidamente operário e popular. Lá chegando o povo, que estava desarmado, foi recebido e dispersado a bala por forças policiais. Alguns de seus líderes foram presos e torturados selvagememente, outros caçados como feras pelos matos. Vive aqui ainda um velho, que dormiu dentro de um buraco, feito [no meio do] mato, durante mais de 15 noites.²¹⁷

A fala do tecelão contramestre Agenor dos Santos ao repórter do jornal comunista *Tribuna Popular* fez menção a uma das manifestações operárias mais antigas que se tem notícia em Magé: a “Greve do Pano”²¹⁸, ocorrida em novembro de 1918. A paralisação foi iniciada por meio de um sinal convencionado para que todos os tecelões suspendessem seu trabalho e carregassem para casa cortes de tecidos, daí o nome como ficou conhecida esta greve. Naquele mês, eclodiu uma greve geral no Rio de Janeiro e os primeiros a entrarem na luta foram os

²¹⁴ BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 2 ed. p.185.

²¹⁵ BOURDIEU, Pierre. op.cit. p.190.

²¹⁶ Sobre as redes de contato da classe trabalhadora (seus vínculos densos e de amplo alcance). Cf. SAVAGE, Mike. *Classe e história do trabalho*. In: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidades e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2004. pp.25-48; e _____. *Espaço, redes e formação de classe*. In: Revista Mundos do Trabalho. v.3, n.5. jan-jun/2011. pp.06-33.

²¹⁷ *Tribuna Popular*. 13/04/1946. p.8.

²¹⁸ Conforme já salientamos no capítulo anterior, a greve foi assim denominada pelos operários mais antigos em entrevistas, tendo o episódio, embora não denominado como “Greve do Pano”, sido noticiado por diversos jornais do Rio de Janeiro e relatado em um livro de memórias. Cf. FERNANDES, Antônio de Paiva. *Magé durante o Segundo Império e os primeiros tempos da República: a história de uma abnegada mulher*. Rio de Janeiro: s/ed, 1962. Ao pesquisarmos periódicos anteriores a 1918, encontramos outras referências a protestos e greves dos tecelões em Magé. Cf. *Jornal do Brasil*. 12/08/1898. p.2; *O Século*. 23/07/1910. p.2; *O Paiz*. 17/09/1911. p.3; e *A Noite*. 25/02/1915. p.2. Cabe, portanto, maior estudo sobre este período, que logicamente não abrange os objetivos deste trabalho. De qualquer forma, a “Greve do Pano” é a manifestação mais antiga nas memórias desses trabalhadores.

tecelões. Na Capital Federal, o movimento conhecido como “Insurreição Anarquista” logo foi sufocado pela polícia. Entretanto, em Magé, mais especificamente em Santo Aleixo, ele adquiriu um pouco mais de fôlego. Na ocasião, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos reivindicava liberdade de pensamento, seis dias de trabalho por semana, salário mínimo e oito horas de trabalho por dia.²¹⁹

Ao final, o impasse agravou a situação. Casos de depredações, dinamitamento e saques foram registrados por ocasião do movimento, que foi duramente reprimido pelas forças policiais. Operários que não concordavam com a greve ou estavam com medo da repressão procuravam dar fim aos tecidos, queimando-os, enterrando-os no quintal ou deixando-os no portão das fábricas, ao anoitecer. Mas alguns grevistas foram presos. Tanto é que na comemoração ao 1º de Maio de 1919, os dirigentes da União dos Operários em Fábricas de Tecidos realizaram, nas escadarias do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, *“um veemente protesto contra o encarceramento de cinco trabalhadores na cadeia de Magé, (...) por ocasião dos acontecimentos de novembro último”*.²²⁰

Interessante observar que esta greve também foi lembrada de forma heroica para além dos trabalhadores locais. No periódico comunista *Novos Rumos*, em 1962, em uma coluna chamada “Teoria e Prática”, Apolônio de Carvalho citava a greve dos tecelões de Magé “em 1920” (sic) como demonstração da *“inadiável necessidade de um partido político independente e de um programa de ação política”*²²¹. O próprio Otávio Brandão, um dos primeiros teóricos do PCB, em entrevista ao CPDOC/FGV, relatou ter conhecido um dos operários atuantes no movimento, o tecelão Guilhermino Leite, que desde então passou a compor uma “lista negra” das fábricas de tecidos, obrigando-o trocar de profissão²²². O jornal *Voz Operária*, ao publicar matéria, em 1950, sobre as lutas operárias no Brasil, assinada por Maurício Vinhas, também citou a greve ocorrida em Magé, porém em tom de crítica, pois os operários *“derrubaram as autoridades locais, mas – como eram anarquistas – cruzaram os braços e ficaram esperando que a felicidade descesse dos céus. Não é difícil imaginar o que desceu por causa desse erro ideológico, que desarmou os operários...”*²²³. Outra referência relevante é a do historiador russo Boris Koval, da Academia de Ciências da URSS, que elevou o episó-

²¹⁹ *Jornal do Brasil*. 23/11/1918. p.5.

²²⁰ *A Razão*. 02/05/1919. Apud. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Ano Vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p.244.

²²¹ *Novos Rumos*. 06 a 12/07/1962. p.4.

²²² REGO, Otávio Brandão. *Otávio Brandão (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993.

²²³ *Voz Operária*. 29/04/1950. p.8.

dio de 1918 em Magé à “*proclamação de uma República Operária, que durou alguns dias*”.²²⁴

A partir desta greve, começaram a surgir associações e sindicatos no município, sob diversas orientações. Uma das primeiras que se tem registro é a Associação dos Operários da América Fabril. Fundada em 1919, constituía-se como uma associação patronal da Companhia América Fabril, de caráter assistencialista, atendendo não apenas aos operários da Fábrica Pau Grande, em Magé, como também de outras indústrias têxteis da companhia no Distrito Federal: as fábricas Cruzeiro, no bairro do Andaraí; Bonfim e Mavilis, no Caju; e Carioca, na Gávea²²⁵. Também em 1919, jornais de Petrópolis noticiaram a ocorrência de “meetings” (reuniões) e greves dos operários da Fábrica Cometa, localizada no Meio da Serra, divisa entre o referido município e o de Magé.²²⁶

Em 1923, foi criada a Associação Beneficente Operária Mageense, com o objetivo de auxiliar seus sócios em caso de enfermidades e seus familiares em caso de falecimento. No ano de 1926, foi fundada a União Beneficente dos Operários da Fábrica Magé, que visava promover “*a união da classe, defender seus interesses legais, disseminar a instrução entre os associados, bem como prestar-lhes auxílio pecuniário*”.²²⁷ Essas associações mutualistas tinham que registrar seus estatutos em cartório e comunicar sua existência à polícia, mantendo-a informada das alterações estatutárias e das mudanças de diretoria, conforme preconizava o Código Civil de 1916 em relação às sociedades operárias.²²⁸

Paralelamente a estas associações, a União dos Operários das Fábricas de Tecidos de Magé, citada por Agenor dos Santos como responsável pela greve de 1918, manteve sua atuação na década seguinte, realizando reuniões juntos aos tecelões de cada fábrica, passeatas com banda de música e também comícios, onde propagavam a importância da vida associativa e estreitavam os laços entre os trabalhadores das indústrias locais, conforme notícia publicada no jornal da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro:

Os operários que trabalham na Fábrica de Tecidos Pau Grande enviaram-nos uma reclamação justa. Nessa fábrica labutam para mais de 200 operários. A sua diretoria é composta de ingleses violentos e [inelegível] que querem escravizar os trabalhadores, auxiliados, nessa prepotência, pelos capangas. Os

²²⁴ KOVAL, Boris. *História do Proletariado Brasileiro: 1857 a 1967*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. p.150.

²²⁵ WEID, Elisabeth von der; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *O Fio da Meada: Estratégia e Expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril 1878/1930*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. p.188.

²²⁶ FILHO, Oazinguito Ferreira da Silveira. *Anarquismo em Petrópolis?*. Instituto Histórico de Petrópolis. Disponível em: <http://www.ihp.org.br/colecoes/lib_ihp/docs/ofsf20071022t.htm>. Acessado em 01 de maio de 2009.

²²⁷ CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE MAGÉ. *Livro de Registro de Pessoas Jurídicas*. n.1.1910-1966. fls.25-36; 44-45.

²²⁸ BATALLA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. pp.20-21.

operários fabris de Santo Aleixo reclamam, porém, se não forem atendidos saberão defender sua dignidade.²²⁹

Ao final dos anos de 1920, é formada a Aliança Operária das Fábricas de Magé, entidade de orientação comunista, que chegou a manter uma escola para os tecelões na sede do município²³⁰. Tudo indica que a “aliança” herdou o capital político da “união”.

Apesar de ainda não configurar propriamente como um sindicato, a Aliança Operária conseguiu participar ativamente das mesas de negociação junto ao patronato, assim como manter relações estreitas com outras entidades de classe, conforme demonstra o conteúdo de um panfleto distribuído pelo Comitê de Apoio e Defesa dos Grevistas da Piedade, no Rio de Janeiro, em 1931, e apreendido pela polícia: “*Companheiros e companheiras das fábricas de tecidos do Rio, Niterói, Petrópolis, Magé, Santo Aleixo, São Paulo e todo Brasil... apoiemos os grevistas da Piedade!*”.²³¹

Também nos relatórios apresentados pela Prefeitura Municipal de Magé ao Interventor do Estado do Rio de Janeiro nos anos posteriores à Revolução de 1930, foi possível perceber a ocorrência de “*diversos incidentes de caráter social*”, sobretudo após a chamada “Lei de Sindicalização”, promulgada em 1931, reconhecendo e subordinando os sindicatos ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, recém criado. Nesse contexto, a Aliança Operária de Magé foi reorganizada, podendo participar mais ativamente das mesas de negociação junto ao patronato.²³²

Estas discussões passaram a ser frequentemente mediadas pelo prefeito interventor no governo municipal e acompanhadas por representantes do Departamento do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro.

(...) É fácil imaginar a importância capital que assumem para este Município as questões de ordem social, que receberam entre nós um incremento novo com a vitória da revolução, com a decretação de leis trabalhistas, e enfim com o eco das conquistas da sociologia moderna. Repetidas vezes temos sido chamados para solucionar casos operários, originados em desentendimen-

²²⁹ Voz do Povo. 09/06/1926. p.1.

²³⁰ MAGÉ (RJ). Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Interventor no Estado do Rio Comandante Ary Parreiras pelo Prefeito Gilberto H. de Bacellar. Prefeitura Municipal de Magé: s/d, 1933. p.13. Além da Aliança Operária, as fábricas Pau Grande e Mageense mantinham escolas para os operários, com cursos noturnos e diurnos.

²³¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). Catálogo de panfletos apreendidos pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social – DESPS (1933-1944). Rio de Janeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), 1999. Panfleto nº 242. p.45.

²³² Em 26/04/1931, um representante do Departamento Nacional do Trabalho visitou a localidade de Pau Grande, tendo em vista a resistência imposta pela Companhia América Fabril aos seus operários, não permitindo que se associassem aos trabalhadores de outras fábricas de tecidos do município. Na ocasião, foi consolidada a sindicalização destes tecelões e organizada a Aliança Operária de Magé, Andorinhas e Pau Grande. Cf. O Globo. 27/04/1931, p.1. Há também registros, via imprensa, de que o Ministério do Trabalho reconheceu, em 1934, o Sindicato da Lavoura do Município Fluminense de Magé, informação que carece de um estudo mais aprofundado. Cf. Correio da Manhã. 10/10/1934. p.2.

tos entre patrões e operários (...). Lutando com as dificuldades oriundas de uma legislação ainda recente e incompleta, aplicada a um meio, desprovido da necessária cultura social, explorado, por vezes, por pseudo líderes operários, temos felizmente conseguido, apesar de tudo, graças ao instinto clarividente e sensato da massa operária achar soluções satisfatórias para os casos proletários surgidos ultimamente neste Município (...).²³³

Por vezes, no entanto, as formas de atuação dos trabalhadores têxteis de Magé eram criticadas pelos mediadores dos conflitos, sob a alegação de que a “*interpretação e aplicação prática das novas leis sociais*”, bem como a “*percepção nem sempre exata do espírito da nova legislação, por parte dos proletários*” contribuíam para o estado de “*inquietação operária*”.²³⁴

Em situações de impasse, sentindo-se desrespeitados e com vários companheiros presos, membros da diretoria da Aliança Operária dirigiam telegramas ao Presidente da República, Getúlio Vargas, visando solucionar os problemas:

Operários Magé, representados pela Aliança Operária Magé, solicita Vossencia [Vossa Excelência] decretação medidas que importe comutação penas impostas todos criminosos primários, hoje em prisão. Ato este muito dignificará Vossencia encerramento atos de ditadura multiplicará certos corações brasileiros dupla simpatia ato justo humano patriótico Vossencia.²³⁵

Outro episódio que marcou a memória dos trabalhadores locais ocorreu em 11 de junho de 1935, agora influenciado pela rivalidade entre a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB). Após um conflito na cidade de Petrópolis, motivado por policiais e adeptos do integralismo, onde morreu um operário, os tecelões de Magé resolveram – em sinal de protesto – interromper suas atividades, permanecendo em greve por 23 dias seguidos.²³⁶

A ANL havia instalado um núcleo no município recentemente, no dia 19 de maio²³⁷, e a greve de solidariedade à cidade vizinha logo passou a reclamar pela soltura dos operários mageenses presos durante a repressão policial, bem como pela readmissão dos trabalhadores grevistas dispensados nas fábricas. Apesar de vitoriosa, a greve acabou não gerando nenhum movimento imediatamente posterior no município, em parte devido ao fracasso da chamada

²³³ MAGÉ (RJ). *Relatório do Exercício apresentado ao Exmo. Sr. Comte. Ary Parreiras, D. D. Interventor do Estado do Rio de Janeiro, pelo Prefeito Municipal Gilberto Huet de Bacellar*. Prefeitura Municipal de Magé: s/d, 1934. p.15.

²³⁴ MAGÉ (RJ). *Relatório...* op.cit. p.40.

²³⁵ ARQUIVO NACIONAL. *Gabinete Civil da Presidência*. Correspondências: Representantes de entidades de representação de classe. Fundo 35. Lata 7. 1934. Optou-se pela manutenção da ortografia original. Agradeço a Juçara Mello por disponibilizar material de sua pesquisa.

²³⁶ A greve foi bastante divulgada pelo jornal *A Manhã*, entre os dias 12/06 e 25/07/1935.

²³⁷ *A Manhã*. 22/05/1935. p.7.

Intentona Comunista, naquele mesmo ano. Inclusive, a Aliança Operária encerrou suas atividades em 1935.²³⁸

Convém ressaltar que, nos anos seguintes, a AIB também se estabeleceu em Magé, reunindo um número considerável de militantes. Nas eleições municipais de 1936, chegou a eleger o integralista Alberto Francisco Vieira, de Raiz da Serra, para a Câmara de Vereadores, sendo o terceiro candidato mais votado e “*com bastante folga*”²³⁹. Em sua posse, junto aos demais eleitos, ocorreu uma pequena desavença, pois, durante a execução do Hino Nacional, o Juiz Substituto que presidia a sessão não se colocou de pé, sendo advertido por um oficial do Exército Brasileiro (EB) presente. Ao responder o militar com certa ironia, o juiz foi acusado pelos “camisas verdes” de ser “*adepto das ideias antinacionalistas, de ser comunista!*”²⁴⁰.

Porém, assim como os aliancistas em 1935, os integralistas foram mal sucedidos numa tentativa de tomar o poder no país, em 38. O chamado Levante Integralista (ou Intentona Integralista) acabou levando milhares de militantes à prisão, sendo que a AIB já havia sido extinta, tal como as demais agremiações políticas, desde a decretação do Estado Novo em 1937, inaugurando um período de forte repressão no Brasil. Na realidade, desde as intentonas dos aliancistas e dos integralistas, o governo brasileiro começou a redefinir a atuação da chamada polícia política, que atuava oficialmente desde o início do século XX, mas que passou a ser um órgão também de prevenção e não apenas repressivo.

Apesar das distinções entre o integralismo e o nazismo, era comum encontrar na década de 1930 membros da AIB que eram simpáticos ao regime alemão. Em Magé, um dos líderes integralistas, que promovia desfiles no largo da cidade e discursos contrários ao anarquismo e ao comunismo, era Alcebíades de Castro Teixeira, conhecido como “Bibe”. Ele chegou a batizar um dos filhos com o nome “Hitler”. Mais tarde, se arrependeu e buscou o judiciário para alterar o nome do filho. Durante a Segunda Mundial, já tendo deixado o integralismo, atuou decisivamente no município em campanhas pela declaração de guerra do Brasil contra o Eixo, de apoio à Força Expedicionária Brasileira (FEB) e contra o fascismo.

Mas também existiam aqueles que não eram integralistas, mas que simpatizavam com o nazismo ou com a Alemanha, por vezes devido às origens familiares. O jornal *Correio de Magé*, lançado em 1937, embora se posicionasse contra a AIB, inclusive dando destaque a

²³⁸ *O Imparcial*. 22/05/1937. p.2. O fim da Aliança Operária foi recordado por um operário ao escrever uma carta ao jornal.

²³⁹ *A Offensiva*. 01/08/1936. p.2.

²⁴⁰ *A Offensiva*. 14/08/1936. p.2.

renúncia do deputado federal Jeovah Motta e seu desligamento do partido²⁴¹, trouxe em sua primeira edição a manchete: “*A Alemanha de Hitler será grande e forte*”.²⁴²



IMAGEM 8: Primeira edição do jornal *Correio de Magé* (25/04/1937).

Fonte: Acervo de Hernesto Franco Teixeira.

À época, o jornal era apelidado pelos adversários do prefeito José Ullmann Júnior como o “*Boletim da Prefeitura Municipal*”²⁴³, sobretudo por não abordar em suas páginas as graves denúncias contra o governo, veiculadas em diversos jornais do Rio de Janeiro, além da greve dos tecelões da Fábrica Magé (antiga Companhia Mageense), motivada por rebaixamento de salários e perseguições no local de trabalho. Um operário chegou a escrever uma carta que foi publicada no periódico *O Imparcial*, sem identificação.

(...) O atual prefeito não passa de um moço vaidoso (...). Regularização dos trabalhos nas fábricas de tecidos? Isto não lhe interessa, porque sempre foi inimigo dos operários. Escola para operários? Estes não tem necessidade de escolas. Tabelamento pra o comércio? Ele não poderá fazer porque prejudicará o seu sócio (...). Mas havemos de nos organizar em um forte sindicato e

²⁴¹ *Correio de Magé*. 13/06/1937. p.1.

²⁴² *Correio de Magé*. 25/04/1937. p.1.

²⁴³ *O Imparcial*. 16/06/1937. p.14.

pedir ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho a nomeação de um fiscal do trabalho no município de Magé, a fim de pôr termo ao flagrante desrespeito às leis e evitar a perseguição aos operários.²⁴⁴

Interessante observar que antes mesmo da eclosão da guerra, quando o avanço nazista ainda não tinha alcançado a Polônia, o termo “alemão” no Brasil já começava a ser carregado de sentidos (negativos, obviamente). Em 1938, por exemplo, o jornal carioca *O Radical* publicou matéria em primeira página sobre o “*constante desrespeito à legislação social trabalhista*” na Fábrica Andorinhas. Reforçando que a direção da empresa era de alemães, a reportagem denunciava que a carga horária era superior a oito horas diárias, sem que os operários recebam qualquer indenização, e ainda forçavam a recomposição dos feriados. Chegaram a transcrever um aviso da gerência que foi afixado na entrada da fábrica, informando que devido ao feriado do dia 1º de janeiro daquele ano, todos trabalhariam uma hora além do expediente durante oito dias para “recuperar as horas perdidas”. E os operários que se organizavam em comissões para solicitar à empresa o “abrandamento das perseguições” eram logo demitidos.

(...) A fábrica fica apenas duas horas do Rio de Janeiro, mas é distância suficiente para que toda a legislação social trabalhista seja esquecida e os fiscais do Ministério do Trabalho percam o ânimo de tomar providências. (...) O alemão gerente declara que lei, na fábrica, é sua vontade, e que aquele que não estiver satisfeito, e tiver a ousadia de qualquer reclamação, será sumariamente despedido. Atemorizados pela possibilidade de desemprego, já que, na sua maioria, são pais de família de numerosa prole, e radicados no lugar, os operários não se sindicalizam (...).²⁴⁵

E foi neste difícil contexto, marcado pelas restrições do Estado Novo e pela resistência da indústria têxtil em aplicar a legislação trabalhista, que os trabalhadores de Magé organizaram novos sindicatos. Em 1935, foi fundado o sindicato dos tecelões em Pau Grande e, no ano de 1939, foi organizada em Santo Aleixo uma associação profissional dos trabalhadores têxteis, filiada àquele sindicato. Este seria o núcleo que daria origem ao sindicato dos tecelões de Santo Aleixo, fundado em 1941 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 43.

Além disso, a atuação do sindicato em Pau Grande, que se restringia basicamente aos operários da fábrica homônima, se dava em disputa com a Associação dos Operários da América Fabril, criticando particularmente a proposição da associação em adotar um padrão moral

²⁴⁴ *O Imparcial*. 22/05/1937. p.2.

²⁴⁵ *O Imparcial*. 22/05/1937. p.2.

e disciplinar, adotando inclusive os mesmos critérios estipulados pela empresa para a admissão de seus empregados.²⁴⁶

(...) Exigia-se igualmente atestado de bons costumes e boa reputação fornecido pelas autoridades policiais. As questões de ordem política também eram consideradas, sendo proibido fazer propaganda contrária ao regime político vigente, ou mesmo pertencer a agremiações de caráter político. Assim, não se filiavam à AOAF [Associação dos Operários da América Fabril] os partidários do anarquismo, os grevistas e aqueles que tivessem sido expulsos do seu país, o mesmo ocorrendo com as mulheres cujos maridos não fossem filiados à entidade.²⁴⁷

Há também registros de que o próprio Ministério do Trabalho tenha questionado a ampla jurisdição da associação patronal, conforme despacho publicado na *Revista do Trabalho*, ligada ao próprio ministério:

Um sindicato local não pode estender sua jurisdição a outra localidade em que haja sindicato da mesma profissão devidamente reconhecido. (...) Não há margem legal de amparo a reclamação da Associação de Operários de América Fabril. Trata-se de um sindicato local, com sede no Distrito Federal, que pretende estender o seu raio de atividade a municípios de outros Estados, ou seja, até Pau Grande, distrito do Município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.²⁴⁸

Por outro lado, o Sindicato de Santo Aleixo atuava em nome dos operários de três fábricas: Santo Aleixo, Andorinhas e Magé, sem a existência de outra entidade concorrente. Este possuía, portanto, maior representatividade no seio do operariado mageense, já que sua base territorial era constituída pelo distrito sede da municipalidade e o de Santo Aleixo, instituindo, via de regra, o direito de representar a maioria dos tecelões do município. Convém aqui resgatar, no entanto, a fala do operário José Rodrigues, citada no capítulo anterior, relembrando que o sindicato em Santo Aleixo, ao ser fundado, elegeu um presidente “*de confiança da fábrica*” diante de “*um período de ditadura*”.²⁴⁹

Com o advento da Segunda Guerra, particularmente após a declaração de beligerância do Brasil ao Eixo, verificou-se uma série de transformações no mundo do trabalho. No dia 1º

²⁴⁶ Consta que essa associação funcionou concomitantemente ao sindicato, ao menos até o final da década de 1950. Cf. SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé: Terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. p.216.

²⁴⁷ WEID, Elisabeth von der; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. op.cit. p.188.

²⁴⁸ *Revista do Trabalho*. a.5. n.10. out/1937. Apud: PAULA, Amir El Hakim de. *As territorialidades dos sindicatos no Brasil do início do Século XX aos anos de 1930*. 1º Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2008. p.303. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/294-306amir.pdf>>. Acessado em 02 de maio de 2009.

²⁴⁹ Entrevista concedida por José Rodrigues a Felipe Ribeiro. 04/08/2006. A fundação do sindicato e suas formas de atuação durante o Estado Novo foi analisada em minha dissertação de mestrado. Cf. RIBEIRO, Felipe. *Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. São Gonçalo: dissertação de mestrado em História Social, FFP/UERJ, 2009. pp.48-69.

de Maio de 1942, o presidente Getúlio Vargas convocava os trabalhadores brasileiros para um período de muita labuta e sacrifício, que passaria a ser conhecido como “esforço de guerra”. Assim, o governo decretou uma série de leis que, respondendo às pressões dos industriais, em particular os têxteis, suspendia a vigência de diversos direitos trabalhistas. Em Magé, cidade que mantinha quatro fábricas de tecidos à época, os teares “trepidavam dia e noite” e os tece-lões atuavam como verdadeiros “soldados da produção”.

No entanto, toda essa mobilização também produziu efeitos colaterais. Com a efervescência dos discursos contra o fascismo e as campanhas populares de apoio aos soldados brasileiros que lutavam no front, surgiram em diversas partes do país os chamados comitês democráticos progressistas, que congregavam trabalhadores, diretores sindicais, comerciantes, empresários, gerentes das fábricas, religiosos e o próprio prefeito da cidade. Esses comitês foram decisivos para o desenvolvimento de ideias e práticas voltadas para a democracia. Para os trabalhadores, particularmente, a reunião de diversos setores da sociedade dedicados a discutir “política” foi essencial diante das mudanças que estavam por vir, como o fim do longo período ditatorial do Estado Novo, o retorno do processo eleitoral no país e a incorporação de parte significativa dos trabalhadores neste novo eleitorado.

E neste momento de protagonismo político assumido pelos trabalhadores têxteis após a Segunda Guerra Mundial, o PCB soube articular, com expressiva eficiência, um discurso voltado para esses operários. No caso de Magé, ao evocar ícones da memória local – como a “Greve do Pano”, as greves da ANL e a luta contra o integralismo²⁵⁰ – os comunistas se apresentaram como herdeiros dessas lutas do passado, configurando como um adversário a ser batido pelas demais forças políticas.

A guerra e a “prática de relações de classe de novo tipo”

Quando submarinos alemães abateram diversos navios brasileiros, em meados de 1942, em especial no litoral dos estados da Bahia e de Pernambuco, causando a morte de centenas de pessoas, manifestações em diversos pontos do país exigiam que o governo declarasse guerra ao Eixo. E assim foi feito, ao final do mês de agosto, para em seguida se discutir o en-

²⁵⁰ Na inauguração da sede do PCB em Santo Aleixo, prestigiada com a presença do secretário-geral do partido Álvaro Ventura, o jornal *Tribuna Popular* enfatizou que o local “tem uma grande tradição de luta patriótica e anti-facista”, onde “o integralismo não conseguiu penetrar”, não sendo “jamais permitido que os vende-pátrias plinianos se organizassem” ou “sequer vestissem as suas odiosas camisas verdes”. Note-se que, no nível de discurso, nazismo e integralismo eram praticamente sinônimos para os comunistas, assim como os próprios adversários de esquerda. Em sua fala, o secretário-geral advertiu os trabalhadores presentes quanto aos “manejos do inimigo” para um “golpe da 5ª coluna nazi-integral-trotskista”. Cf. *Tribuna Popular*: 04/07/1945. p.8.

vio de uma força militar às áreas de conflito, sendo constituída a FEB somente no ano seguinte. Em meados de 1944, embarcou rumo ao front na Itália seu primeiro contingente. Com o fim da guerra, os vitoriosos militares brasileiros foram recepcionados com pompa nas ruas do centro do Rio de Janeiro, desfilando diante de diversas autoridades e do grande público presente.

Nos estudos sobre este período da história brasileira, ainda persiste – mesmo que de forma residual – a valorização excessiva de uma possível contradição entre a “vitória mundial da democracia” durante a guerra e a “ditadura doméstica varguista”, sugerindo inclusive que o retorno vitorioso da FEB ao país teria precipitado o fim do Estado Novo. No entanto, conforme vem apontando trabalhos mais recentes, esta visão deriva do argumento construído pelo próprio grupo político que articulou a queda do presidente Vargas em 1945, composto por muitos militares de alta patente. Cabe questionar, como sugere Francisco César Alves Ferraz, “*se seus soldados realmente pensavam como seus generais anti-Vargas*”.²⁵¹

Embora fuja aos objetivos desta tese uma análise mais detalhada sobre o tema, gostaríamos de enfatizar a necessidade de que mais estudos sobre as experiências dos trabalhadores brasileiros durante a Segunda Guerra venham à tona, sobretudo aqueles dedicados em compreender as suas formas de apropriação e resignificação da legislação trabalhista.²⁵²

A relevância do período no qual a guerra ocorreu (particularmente dos anos 1941 a 1945), no que diz respeito à reconfiguração das relações de trabalho no Brasil está bem estabelecida na literatura. (...) Diversos dos trabalhos (...) mencionam aspectos da Guerra e suas consequências no país como parte do contexto de consolidação do projeto varguista de incorporação dos trabalhadores a uma nova forma de cidadania. Nenhum deles, entretanto, atribuiu ao envolvimento do Brasil na confrontação global um papel decisivo nas mudanças ocorridas tanto na configuração da classe trabalhadora quanto na política trabalhista do regime justamente naquele momento (...).²⁵³

²⁵¹ FERRAZ, Francisco César Alves. *O Brasil na guerra: um estudo de memória escolar*. In: Anais do IV Seminário “Perspectivas do Ensino e História”. Ouro Preto: UFOP, 2001. Disponível em <<http://www.ichs.ufop.br/perspectivas/anaais/GT1402.htm>>. Acessado em 02/01/2015. O autor possui diversos trabalhos sobre o tema. Cf. _____. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

²⁵² Estudos importantes foram realizados sobre os trabalhadores e o desenvolvimento das chamadas “indústrias de base”, analisando, em parte, o período da Segunda Guerra, considerado fundamental para este ramo da indústria no país. Cf. RAMALHO, José Ricardo. *Estado Patrão e Luta Operária: o caso FNM*. São Paulo: Paz e terra, 1989; SILVA, Leonardo Ângelo da. *Industrialização, relações de classe e participação política: da criação da CSN à emancipação de Volta Redonda (1941-1954)*. Seropédica: dissertação de mestrado em História, UFRRJ, 2010; e PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial*. Belém: Paka-Tatu, 2014. Estudos que também abrangem parcialmente o período da guerra, embora não atrelados a nenhum ramo industrial específico, foram realizados por John French. Cf. FRENCH, John. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classes em São Paulo, 1900-1950*. São Caetano do Sul: Hucitec, 1995; e _____. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

²⁵³ FORTES, Alexandre. *Os impactos da Segunda Guerra Mundial e a regulação das relações de trabalho no Brasil*. In: Nuevo Mundo, Mundos Nuevos. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2014. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/66177>>. Acessado em 02/01/2015. Sobre os “diversos trabalhos” citados pelo autor. Cf. GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 3 ed; FRENCH, John. *O ABC dos operários*, op.cit.; PAOLI, Maria Célia. *O trabalhador urbano na fala dos outros*. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.).

Em nosso estudo, destacamos que o campo de batalha não se dava apenas no estrangeiro. Enquanto os soldados da FEB lutavam nas trincheiras, os soldados da produção labutavam intensamente nas fábricas, sob a lógica do sacrifício em prol da Pátria. Neste ínterim, os discursos nacionalistas adquiriram uma enorme força, mexendo com o país de cima a baixo e potencializando uma dinâmica aparentemente incontrolável de mobilização popular. Experiência essa que implicou diretamente no protagonismo da classe trabalhadora pós 1945. Parafraseando a máxima ainda persistente nos estudos sobre os reflexos da guerra no país, diria que, desde o ingresso do Brasil no conflito mundial, o fim do Estado Novo foi precipitado e não propriamente no retorno da FEB.

(...) Combatemos de todos os meios e modos o nazi-fascismo, pois que, cada operário brasileiro, está constituído em guarda vigilante (...). O combate à ‘quinta coluna’ é permanente e sincronizado com a atitude das autoridades administrativas e policiais do município (...). Nós, trabalhadores de Magé, encaramos esta guerra de ânimo forte, (...) cheios de esperança na aurora que virá depois de tanta treva e tanto sofrimento (...).²⁵⁴

Em entrevista ao periódico *O Globo*, durante longa reportagem sobre Magé que ocupou uma página inteira, o presidente da associação profissional dos trabalhadores têxteis de Santo Aleixo, Marciano Macedo de Freitas, ao falar em nome de todos os tecelões do município, buscou reforçar o que já havia dito em um telegrama enviado dias antes ao presidente da República e publicado no mesmo jornal: solidarizando-se com as autoridades constituídas, defendendo o “*fortalecimento da frente de produção*”, a concretização da “*sagrada união nacional para a defesa da Pátria*” e colocando os operários à disposição “*para defender de armas na mão o Brasil*”, comparecendo aos quartéis, se fosse necessário, a fim de garantir “*a vitória das Nações Unidas*”.²⁵⁵

Cultura e identidade operária. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987. pp.53-101; e SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

²⁵⁴ *O Globo*. 09/09/1942. p.6.

²⁵⁵ *O Globo*. 01/09/1942. p.3.

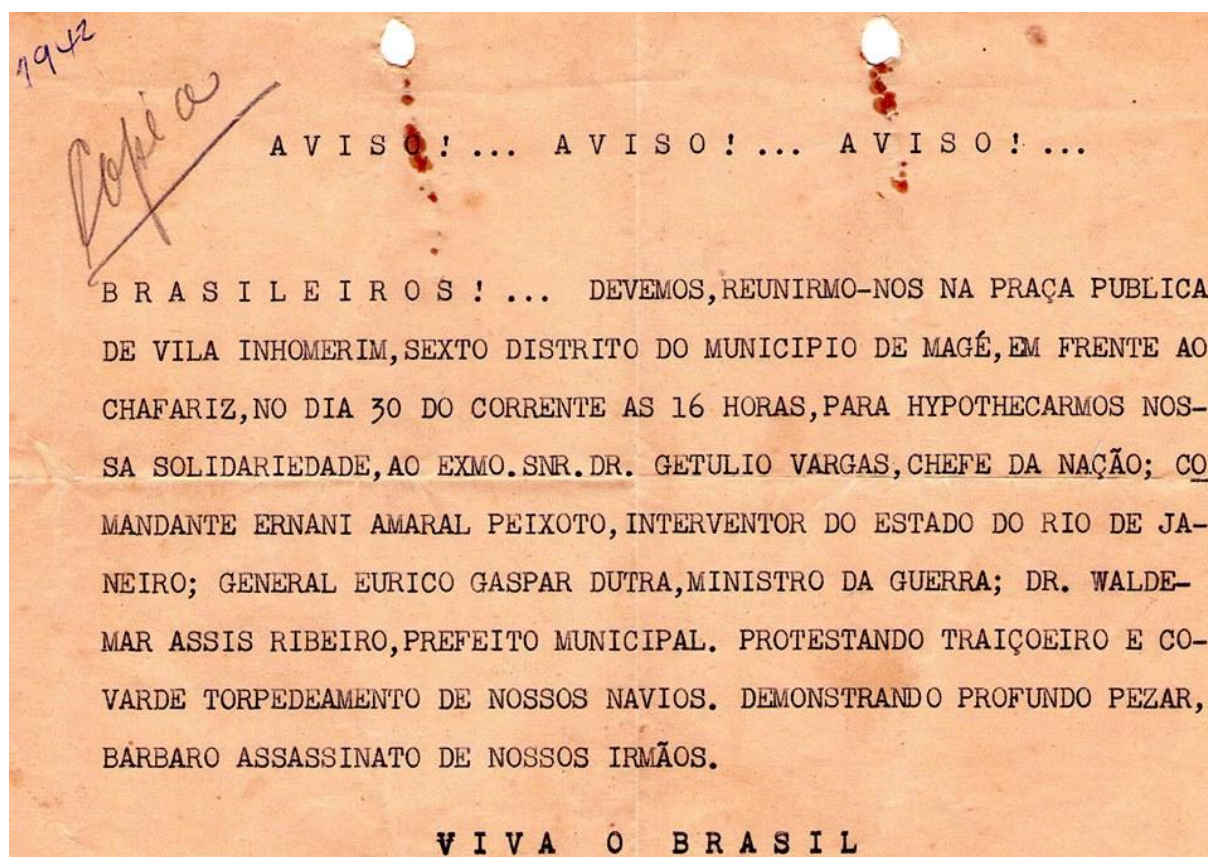


**IMAGEM 9: Convocação em Magé para protestar contra o torpedeamento de navios brasileiros
(?/08/1942).**

Fonte: Acervo de Antônio Carlos Pinto Guedes.

Logo que se espalhou a notícia dos primeiros torpedeamentos no litoral brasileiro, foi promovido na cidade um comício de protesto contra as agressões dos alemães, tendo a “*participação de elementos de todas as camadas locais*”²⁵⁶. Dias depois, uma missa foi celebrada na Igreja Matriz de Magé “*pelo repouso das almas dos nossos patrícios sacrificados*”²⁵⁷. Os operários da Fábrica Pau Grande, coligado aos companheiros das demais unidades da América Fabril no estado, chegaram a contribuir para uma campanha patrocinada por Oswaldo Aranha em favor dos familiares dos marinheiros e soldados brasileiros vitimados no ataque alemão²⁵⁸. No Dia da Independência, o tradicional desfile cívico organizado pela prefeitura foi marcadamente influenciado pelos últimos acontecimentos, onde “*se destacava o operariado das diversas fábricas mageenses*”.²⁵⁹

A partir dessas mobilizações iniciais, começaram a surgir diversas comissões de apoio à FEB no município (inclusive com seções distritais, femininas e de fábrica), campanhas para

²⁵⁶ *O Radical*. 01/08/1942. p.2.

²⁵⁷ *O Globo*. 28/08/1942. p.2.

²⁵⁸ *Correio da Manhã*. 04/09/1942. p.1.

²⁵⁹ *O Globo*. 09/09/1942. p.4.

o envio de agasalhos de lã e de cartas aos combatentes e também para a doação em dinheiro visando o financiamento de parte da construção de um navio de guerra “*tipo caça-submarinos*”. Além disso, comitivas de Magé participaram da instalação do Congresso Ajudista, na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), que congregou diversas comissões para reforçar o “*apoio moral e material aos bravos combatentes*”.²⁶⁰

A maioria dessas ações estava ligada à Liga de Defesa Nacional, entidade criada no Rio de Janeiro, ainda na Primeira Guerra Mundial. Delegações da liga foram recebidas em Magé pela Comissão de Ajuda à FEB local, “*integrada por negociantes, industriais, funcionários, operários, agricultores e profissionais liberais*”. Em um desses eventos, reuniu grande quantidade de pessoas que vinham em ônibus ou caminhões de diversas partes do município. Chegaram até a organizar partidas de futebol com os clubes da recém-criada Liga Mageense de Desportos (LMD). Ao final, eram realizados leilões para angariar fundos de apoio aos expedicionários, inclusive com as bolas utilizadas durante os jogos, exceto duas, que foram oferecidas à FEB para que “*os nossos soldados jogassem futebol nas ruas de Berlim*” após a vitória.²⁶¹

No desembarque dos expedicionários no Rio de Janeiro, uma nova comissão foi organizada na cidade para recepcionar os mageenses que lutaram no front. Eles percorreram todos os distritos, em caravana, sendo saudados pela população, além de ser condecorados com medalhas e homenageados com uma placa de bronze para “perpetuar os seus feitos”. Aproveitamos para ressaltar que, a partir de uma análise mais atenta dos nomes daqueles que compunham essa comissão de recepção, podemos perceber a força mobilizadora da guerra, reunindo pessoas das mais diversas ocupações. Entre os 37 integrantes citados estavam o prefeito municipal, o presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Magé, o gerente da Fábrica Santo Aleixo, um pastor evangélico, comerciantes, tecelões, dirigentes sindicais, além de membros da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e da LMD. Nas seções distritais de recepção, encontramos personagens que, mais tarde, ocupariam importantes cargos públicos no município.²⁶²

Já a América Fabril, por meio de sua associação de operários, homenageou os 36 trabalhadores da companhia que integraram a FEB, em especial um que faleceu em combate, o

²⁶⁰ Nesta pesquisa observamos que o jornal *O Globo* foi um dos que mais publicou matérias sobre a mobilização no município durante a guerra, registrando a atuação das comissões e campanhas citadas. Cf. *O Globo*. 21/10/1942. p.2; 25/10/1944. p.7; 09/02/1945. p.5; e 26/06/1945. p.13.

²⁶¹ *Gazeta de Notícias*. 27/07/1944. p.5.

²⁶² *Tribuna Popular*. 22/06/1945. p.2. Entre os que ingressaram na carreira política durante o pós-45 (apenas os eleitos), identificamos dois que foram prefeitos pelo PSD, um que foi vice-prefeito e vereador pelo PSD, três que foram vereadores pelo PSD, dois que eram comunistas e foram vereadores por legendas emprestadas e um que foi vereador pelo PTB, totalizando nove dos 37 integrantes da comissão de recepção. Três deles, no mínimo, eram operários têxteis.

expedicionário Octacílio de Souza, que era tecelão na Fábrica Pau Grande²⁶³. Durante a cerimônia, o presidente da comissão que organizou o evento parabenizou os “pracinhas operários” e, referindo-se ao período de sacrifícios imposto pela guerra, fez questão de salientar que “*aos trabalhadores da indústria têxtil coube uma das maiores parcelas desse esforço gigantesco*”.²⁶⁴

Desse modo, caracterizamos este momento específico de “congraçamento patriótico e nacionalista” durante a Segunda Guerra Mundial como a “marcação” definida por Bourdieu²⁶⁵, uma espécie de balizamento no processo da produção ideológica, a partir do qual se supõe uma preparação especial, uma aprendizagem necessária em que se adquire saberes específicos, produzidos e acumulados através de processos históricos do presente e do passado, para uma participação mais efetiva no campo político. Em outras palavras, consideramos que foi a partir deste contexto derivado do conflito mundial que a classe trabalhadora consolidou-se como “a menina dos olhos” da política brasileira, exigindo todo um esforço do Estado, dos partidos e das diversas instituições para conquistá-la, pois era a fiel da balança nos momentos mais decisivos (não só eleitorais), ao passo que ela própria, a classe trabalhadora, também empreendia formas de organização e ações mais autônomas.

Em nível nacional, destacamos como decisivos para essa efervescência os discursos contra o fascismo e pró-democracia, o advento do trabalhismo, as campanhas populares de apoio à FEB, o fim do longo período ditatorial do Estado Novo, o retorno do processo eleitoral no país, o surgimento de um eleitorado que incorporou parte significativa dos trabalhadores. Já em nível municipal, o reconhecimento dos sindicatos têxteis, as novas administrações fabris que consolidaram o padrão “fábrica-vila operária” e ampliaram as oportunidades de emprego, a valorização sistemática das “lutas do passado” dos tecelões mageenses e a reunião de diversos setores da sociedade local para discutir “política” também foram cruciais para essa “marcação”.

Inclusive, percebemos o quanto estas reuniões foram dando lugar, paulatinamente, a intensas disputas políticas, sendo o Comitê Democrático Progressista de Santo Aleixo, criado em 1º de julho de 1945, um bom exemplo disso.²⁶⁶

Embora fosse um instrumento fomentado pelo próprio PCB e amplamente divulgado no jornal do partido por meio da coluna “*A vida dos comitês populares*”, ao congregar – na

²⁶³ *Diário Carioca*. 28/10/1945. p.5.

²⁶⁴ *Diário da Noite*. 31/10/1945. p.8.

²⁶⁵ BOURDIEU, Pierre. op.cit. p.170.

²⁶⁶ Ao que tudo indica, o Comitê Democrático Progressista foi precedido pelo Comitê Democrático Anti-Fascista de Santo Aleixo, que era representado basicamente por “*operários e camponeses*”. Cf. *Tribuna Popular*. 21/06/1945. p.5. Não encontramos referências sobre ele após o surgimento do novo comitê, de composição mais abrangente.

mesma mesa – trabalhadores locais, diretores sindicais nomeados como interventores, comerciantes, empresários, gerentes das fábricas têxteis, o padre paroquiano e o próprio prefeito da cidade, esses comitês foram decisivos para o desenvolvimento de ideias e práticas voltadas para a democracia no município.²⁶⁷

Após um período de organização provisória, foi empossada a primeira diretoria eleita do comitê, tendo como presidente o eletricitista Georgino Ferreira de Mesquista, que depois se tornaria investigador e subdelegado de polícia no distrito, sendo tachado pelos comunistas como “perseguidor de operários”. Já o PCB obteve duas vagas na direção, com José Muniz de Melo e Pompeu Hortêncio Pereira na Comissão de Finanças. Como orador na cerimônia de posse, destaca-se o Juiz de Paz Álvaro Teixeira Pinto, que era membro do PSD local.²⁶⁸

Em seguida, o comitê promoveu uma espécie de sabatina com o prefeito Ivan Mariz no sindicato dos têxteis em Santo Aleixo. De acordo com o jornal comunista *Tribuna Popular*, o evento foi aberto ao público e contou com a presença de muitos moradores. Na ocasião, o interventor municipal afirmou que se sentia muito bem em tratar com o povo face a face, discutindo os problemas daquele distrito, e “*logo surgiram do próprio seio da massa vozes que falavam ao prefeito das mais sentidas reivindicações locais*”. Eram pedidos para conserto de estradas e de serviços de luz elétrica, construção de pontes, viabilização de um meio de transporte marítimo para ligar Magé ao Rio de Janeiro, administração de melhores preços nas passagens de ônibus, no serviço de luz e na venda de leite, bem como fiscalização na venda de querosene a litro (inibindo “atentados ao sistema métrico”) e de peixes (pois havia indícios de açambarcamento).

O prefeito respondeu aos questionamentos e se comprometeu em solucionar a maioria das demandas, ressaltando que deviam existir outros organismos como aquele comitê em todos os distritos do município, pois “*contatos daquele tipo é que formam os verdadeiros administradores*”. Ao final, em nome dos presentes, o operário Agenor dos Santos, membro do PCB local, argumentou que aquela audiência “*foi uma notável demonstração de prática de relações de classe de novo tipo*”. E prosseguiu:

²⁶⁷ Os comitês eram incentivados por Prestes como forma de desmascarar os demagogos e provocadores fascistas: “*pela organização do povo em organismos que lhe sejam próprios, em amplos comitês ou comissões nos locais de trabalho, nas ruas e bairros, comitês populares democráticos que, unidos, pouco a pouco, de baixo para cima, constituirão, num futuro mais ou menos próximo, as organizações democráticas populares da cidade, região e Estado até a grande união nacional (...)*”. Cf. Manifesto: União Nacional para a democracia e o progresso, em 23/05/1945. In: CARONE, Edgar. *O PCB (1943-1964)*. Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: Difel, 1982. v.2. pp.36-37. Sobre outros trabalhos que abordaram a atuação dos comitês populares. Cf. FRENCH, John D. *O ABC dos operários*, op.cit.; e SILVA, Leonardo Ângelo da. op.cit..

²⁶⁸ *Tribuna Popular*. 03/07/1945. p.2.

(...) Os trabalhadores, os industriais progressistas e os homens de governo deviam meditar bem o significado de reuniões como esta. Nós, aqui em Santo Aleixo, temos consciência de que estamos pondo em prática a verdadeira política de união nacional, para a democracia e o progresso da Pátria.²⁶⁹

Embora textualmente nossa alusão à “prática de relação de classe de novo tipo” esteja pautada na conversa dos trabalhadores “face a face” com o prefeito no sindicato, registrada justamente por um periódico comunista interessado no caso, propomos expandi-la a partir de outros exemplos desse mesmo grupo que reforçam o argumento de que a experiência da guerra provocou intensas transformações não apenas no local de trabalho, mas principalmente na vida fora das fábricas, estabelecendo variados vínculos, densos e de amplo alcance. Inclusive, acreditamos que essa argumentação possa auxiliar no estudo de diversos outros grupos e casos.

Meses antes da audiência com o prefeito Mariz, houve outro encontro de tecelões de Magé com um chefe executivo de governo, onde essa nova relação de classe também se mostrou evidente. Recebidas pelo governador no Palácio do Ingá para uma “manifestação política”, em março de 1945, as representações operárias de Niterói, São Gonçalo, Magé, Teresópolis, Nova Iguaçu e Duque de Caxias foram devidamente cortejadas pelo interventor fluminense Ernani do Amaral Peixoto. Em seu discurso, afirmava que *“a presença de tantos lutadores era para ele um nobre e grande estímulo”*, sobretudo por se tratar de *“homens de tanto espírito de compreensão e de renúncia”*. Certamente, se referia aos sacrifícios impostos aos trabalhadores durante a guerra, por isso se comprometera a empregar *“todos os esforços a fim de melhorar as condições de vida dos que trabalham e lutam”*. Entretanto, o conteúdo mais revelador desta conversa ainda estava por vir. Ao final do encontro, o governador declarou que esperava *“contar com o concurso dos trabalhadores fluminenses para que, apoiando o nome do General Eurico Gaspar Dutra, não sofresse a política social do presidente Vargas solução de continuidade”*.²⁷⁰

Àquela altura, o brigadeiro Eduardo Gomes já havia sido anunciado – semanas antes – como o candidato de oposição ao cargo de presidente da República. Para o Estado Novo, uma possível eleição presidencial já vinha sendo discutida internamente, ao menos, desde 1942. Nesses planos, vislumbrava-se a candidatura do próprio Getúlio Vargas à “sucessão” e também a formação de um partido com bases nas massas trabalhadoras, elementos que também ajudam compreender a intensidade das iniciativas desencadeadas pelo Ministério do Trabalho no período. Entretanto, diante da forte candidatura oposicionista e das complexas perspectivas

²⁶⁹ *Tribuna Popular*. 04/08/1945. p.8.

²⁷⁰ *O Globo*. 16/03/1945. p.11.

políticas, Vargas decidiu não se candidatar mais, passando a ser ventilado o nome do General Dutra, logo apoiado por Amaral Peixoto.²⁷¹

Durante o primeiro semestre de 1945, as forças políticas ligadas a Getúlio Vargas se mobilizaram em duas organizações partidárias: PSD e PTB, mas os petebistas não conseguiram consolidar o seu partido em território fluminense logo de início, sobretudo devido a atuação do governador Amaral Peixoto, que se empenhou fortemente em transformar o estado do Rio de Janeiro em um dos principais redutos pessedistas, flertando inclusive com a classe trabalhadora, a quem pediu apoio ao candidato Dutra, como vimos, e advertiu que a “política social de Vargas” corria o risco de sofrer interrupção.²⁷²

A disposição do interventor em estabelecer sua tutela sobre as camadas de baixa renda e a incipiente presença de um proletariado urbano constituem fatores explicativos da débil repercussão dos trabalhos de organização do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) fluminense. Examinando as ligações de Amaral Peixoto com os representantes sindicais e com os diretórios trabalhistas municipais percebe-se que esse partido constituiu, inicialmente, um mero apêndice do PSD-RJ (...).²⁷³

Contudo, as articulações do governador não se deram sem percalços. O presidente dos têxteis de Santo Aleixo, Alberto Nascimento, por exemplo, que estava presente à reunião no Palácio do Ingá, mesmo tendo se tornado dirigente sindical por nomeação do Ministério do Trabalho, era membro do Comitê Democrático Anti-Fascista, grupo formado basicamente por comunistas, tendo inclusive assinado uma mensagem de solidariedade a Luis Carlos Prestes, em junho de 45, por sua “*atitude digna com o momento nacional*”.²⁷⁴

²⁷¹ Nossa principal referência sobre as primeiras articulações para a eleição presidencial, sua organização, a questão partidária, os embates, os impasses e a campanha eleitoral de 1945 foi o capítulo “*Do Trabalhismo ao PTB*”, de Angela de Castro Gomes. Cf. GOMES. *A invenção*, op.cit. pp.265-298. A propósito, embora consideremos que o Ministério do Trabalho foi utilizado durante o Estado Novo como instrumento para garantir a continuidade de Vargas no poder e instituir um “império trabalhista”, conforme apontou John French, não investimos na argumentação – do mesmo autor – de que a legislação trabalhista foi uma “*manipulação política oportunista*”, “*com jeito de fraude*” ou uma “*jogada cínica*” em que “*nunca se pretendeu que funcionasse*”. Cf. FRENCH. *Afogados*, op.cit. pp. 13-21 e 40; e COSTA, Hélio; FONTES, Paulo; FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Na luta por direitos: leituras recentes em História Social do Trabalho*. São Paulo: Unicamp, 1999. p.188. (Pensar a América Latina: entrevista de Daniel James e John French. pp.181-210).

²⁷² Interventor à frente do governo fluminense desde 1937 e genro de Getúlio Vargas, Amaral Peixoto buscou intensificar suas visitas a diferentes localidades, mesmo as de difícil acesso, sobretudo a partir de 1944, inaugurando benfeitorias, pronunciando discursos, sondando forças políticas e conclamando seus correligionários a ingressarem em seu futuro partido. Em nível nacional, os interventores do Rio de Janeiro, de Pernambuco (Agamenon Magalhães) e de Minas Gerais (Benedito Valadares) seriam os pilares para a criação do PSD.

²⁷³ CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e Pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. Niterói: tese de doutorado em História, UFF, 1995. p.155.

²⁷⁴ *Tribuna Popular*. 21/06/1945. p.5. Ao ser libertado da prisão, Prestes declarou apoio ao presidente Getúlio Vargas, difundindo a tese de “União Nacional”, adotada pelo PCB. Nesse ínterim, despontou no país o chamado Movimento Queremista, que, apoiado por trabalhistas e comunistas, defendeu a permanência de Vargas no poder e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, tendo à frente o próprio presidente. Cf. FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997; _____. *Queremismo, trabalhadores e cultura política: soberania popular e aprendizado democrático*. In: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. v.28. n.1. pp.69-84; e MACEDO, Michelle Reis

Por sinal, no mesmo dia em que foi veiculada essa mensagem do comitê no *Tribuna Popular*, o periódico *Diário da Noite* publicou matéria sobre a visita de Amaral Peixoto ao município, sendo recebido e acompanhado pelo prefeito Ivan Mariz. A comitiva percorreu os distritos de Inhomirim, Suruí, Guia de Pacobaíba e Magé (sede), inaugurou alguns serviços públicos e visitou a Fábrica Pau Grande. Note-se que o interventor estadual não foi ao distrito de Santo Aleixo, nem tampouco visitou a subsede do sindicato dos têxteis no centro de Magé, inaugurada recentemente pelo presidente do sindicato de Santo Aleixo²⁷⁵, que também não prestigiou a visita do governador. Especulações à parte, o fato é que Amaral Peixoto deixou claro o seu objetivo, “*agradecendo as manifestações de apoio ao Partido Social Democrático e a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra, escolhido pelo povo brasileiro para ser o continuador da obra do presidente Getúlio Vargas*”.²⁷⁶

Paradoxalmente, na medida em que a guerra mundial propriamente dita chegava ao fim, o conflito interno se acentuava no país. E para completar o quadro de disputas políticas, poucas semanas após a deposição de Getúlio Vargas, em outubro de 45, o PCB reformulou sua diretiva queremista e resolveu lançar candidato próprio a presidente: Iedo Fiúza. Em Magé, a campanha do partido foi intensa, provocou reações e divisões.

No Comitê Democrático Progressista, as boas relações foram bastante abaladas após uma conferência religiosa organizada no Cine Andorinhas, de propriedade da fábrica homônima. Na ocasião, o orador convidado para o evento, Monsenhor Uchôa, teria afirmado que, se tivesse que escolher entre o comunismo e o nazismo, preferia este último para o Brasil. E disse isso justamente nas cercanias da fábrica dos alemães Mattheis. Foi o suficiente para o membro da Comissão de Finanças do comitê, Pompeu Hortêncio, que também era Secretário Político do PCB local, enviar um telegrama de protesto em nome do Comitê Democrático Progressista ao presidente Getúlio Vargas relatando ocorrido²⁷⁷. Pouco depois, o próprio Hortêncio se retratou explicando que a responsabilidade pelo envio do telegrama era dele, sendo assim uma iniciativa individual e não uma opinião do comitê.²⁷⁸

No sindicato, embora fosse celebrada a eleição de uma nova diretoria, no início de 1946, até então ocupada por um interventor, os comunistas logo iriam perceber que não seriam mais bem quistos por lá. O presidente eleito Jair Rosa de Arruda, o “Zica”, que chegou a

de. *Trabalhadores e cidadania no Brasil: o movimento queremista e a democratização de 1945*. Niterói: dissertação de mestrado em História, UFF, 2008.

²⁷⁵ *Diário da Manhã*. 10/06/1945. p.1.

²⁷⁶ *Diário da Noite*. 21/06/1945. p.5.

²⁷⁷ *Tribuna Popular*. 17/10/1945. p.4.

²⁷⁸ *Tribuna Popular*. 25/10/1945. p.3.

ser apontado pela polícia política como membro do PCB, posteriormente passou a ser considerado uma “*pedra no sapato dos comunistas*”.²⁷⁹

Logo em seguida, o comunista Pompeu Hortêncio Pereira sofreria um atentado ao sair do sindicato, sendo agredido a pauladas e ferido com canivete, episódio bastante explorado pela imprensa do partido²⁸⁰. Em seguida, foram registradas pelo jornal iniciativas que seriam interpretadas como uma tentativa de “acabar com os comunistas”: a chegada de um promotor público para fixar residência nas proximidades do sindicato, a criação do Centro Pró-Melhoramentos de Magé – “repleto de integralistas” – em concorrência ao comitê e a perseguição empreendida pela polícia a muitos operários ligados ao partido. Para completar, pouco após deixar a interventoria no sindicato, Alberto Nascimento foi nomeado prefeito de Magé pelo governador.

Todas essas diferenças surgidas no comitê, indubitavelmente, iriam desaguar na articulação de novas forças políticas no município, que buscariam se estabelecer a partir de uma rede de contatos com organizações diretamente relacionadas ao mundo do trabalho.

O PSD e a liderança de Waldemar Lima Teixeira

Após eleger Dutra como presidente, em 1945, e Edmundo de Macedo Soares como governador fluminense, no início de 1947, o PSD passou a intensificar suas ações visando a eleição municipal, que seria realizada em outubro daquele ano. Nessas articulações políticas, não apenas os pessedistas, mas todos os demais partidos passaram a levar em conta determinados aspectos observados nas urnas.²⁸¹

A maior constatação, desde a eleição presidencial, foi o surgimento do trabalhador como eleitor, garantindo que, a partir de agora, eles não poderiam mais prescindir desse ator fundamental da política brasileira.

(...) O eleitorado cresceu muito numericamente, não havendo termos de comparação com as experiências anteriores, mesmo com as das eleições de 1933-34, que já haviam incorporado o voto feminino. O novo ator político responsável tanto por este inchamento quanto pela própria lógica surpreendente do resultado das urnas era, sem dúvida, a classe trabalhadora. (...) o fu-

²⁷⁹ Entrevista concedida por Irun Sant’Anna a Felipe Ribeiro. 06/04/2006.

²⁸⁰ *Tribuna Popular*. 04/04/1946. p.8.

²⁸¹ Em 02/12/1945 foram realizadas eleições para Presidente da República e para a Assembleia Nacional Constituinte (senadores e deputados federais); em 19/01/1947, eleições para governadores de estado, deputados estaduais e suplentes de senadores; e no dia 28/09/1947 seriam realizadas eleições municipais para prefeito e vereadores, além da eleição para vice-governador.

turo seria dos partidos de massa e não mais dos partidos dos notáveis, que não respondiam verdadeiramente à questão da participação política.²⁸²

Além disso, passadas as eleições federais e estaduais, incluindo a escolha de parlamentares para a Assembleia Nacional Constituinte, já era possível diagnosticar os principais partidos do país. Além da evidente força dos pessedistas, o PCB cresceu de modo estrondoso. Para a Constituinte, elegeu dezessete deputados federais e um senador. No Distrito Federal, alcançou a maioria na Câmara de Vereadores. Em São Paulo, nas eleições estaduais, obteve o terceiro lugar no total de votos, superando inclusive a UDN. Tendo seu número de simpatizantes e aderentes aumentado de forma considerável, o PCB já era considerado, em 1947, como o quarto maior partido do país, com cerca de duzentos mil militantes (nas estimativas mais otimistas).²⁸³

Em Magé, confirmando sua intensa militância comunista, os comunistas despontaram como a segunda maior força partidária no município durante as eleições estaduais. De acordo com a apuração dos votos distribuídos por legendas partidárias, em um total de 4.195 sufrágios, mais dezessete em branco e 208 nulos, o PSD saiu na frente com 1.552 votos (equivalente a 36,99%), acompanhado pelo PCB, com 1.223 (29,15% dos votos válidos).²⁸⁴

Entretanto, toda essa efervescência teve que enfrentar uma severa realidade: o fortalecimento do anticomunismo, principalmente com o advento da Guerra Fria. O governo brasileiro passou a endossar as decisões da diplomacia norte-americana no período e as campanhas veiculadas pelo partido foram intensamente reprimidas. Por fim, em maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) resolveu cancelar o registro do PCB. A partir daí, ocorreu uma longa batalha judicial acerca da possível cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo partido. Eles passaram a ficar sem legenda, embora com mandato legitimado pelas urnas. Outra questão era o pleito municipal que seria realizado em setembro daquele ano, pois o PCB já despontava como um dos principais partidos do país e planejava ampliar seu espaço na política brasileira.

Diante da força da militância pecebista (independente da cassação do partido) e da pouca inserção do PTB junto ao operariado mageense, o PSD buscou estabelecer uma apro-

²⁸² GOMES. *A invenção*, op.cit. p.294.

²⁸³ O historiador e militante comunista Jacob Gorender destacou: “o PCB dizia ter 200 mil militantes naquela época. Não tenho comprovação de que isso seja verdadeiro, mas o fato é que talvez houvesse 200 mil fichas de filiados, que caíram nas mãos da polícia”. Cf. GORENDER, Jacob. *O ciclo do PCB: 1922-1980*. In: FORTES, Alexandre. *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Argos, 2005. p.169.

²⁸⁴ *Diário da Justiça do Estado do Rio de Janeiro*. 22/02/1947. pp.1-2 (Resultado da 20ª Junta Apuradora: Magé).

ximação com as diretorias dos sindicatos têxteis e também com os administradores das respectivas fábricas.

Durante as comemorações ao Dia do Trabalho no sindicato de Santo Aleixo, em 1947, quando também eram celebramos os quatro anos de funcionamento da Escola Sindical 1º de Maio, lá estava no palanque o candidato a prefeito de Magé, José Ullmann Júnior, do PSD. Ele já havia ocupado o cargo de prefeito em 1936, tendo sido afastado durante o Estado Novo, em fins de 38, sob a acusação de irregularidades na venda de terrenos da prefeitura. Para facilitar sua aproximação junto aos sindicatos do município, foi importante a atuação de Virgílio Luiz Nogueira, operário da Fábrica Magé (antiga Companhia Mageense) e membro da diretoria sindical desde a presidência de Alberto Nascimento. Ele já havia ingressado no PSD e também era candidato a vereador.

O candidato a prefeito também participava de partidas de futebol promovidas no campo do Andorinhas Futebol Clube, entidade esportiva mantida pela fábrica homônima. Essas partidas já eram habituais, quando operários, dirigentes sindicais, gerentes e até o dono da empresa “batiam uma bolinha”.

(...) No campo do Andorinhas quase sempre tinha uma pelada. Era o pessoal da fábrica, jogando uma turma contra a outra. (...) Teve até um ano em que a Fábrica de Andorinhas formou dois times: o Glória e o Sem Rival. Seu Hermann Mattheis, dono da fábrica, jogava no Glória, com um uniforme azul e branco. Seu ‘Pequenino Gouveia’, que era do Sindicato, era o juiz das partidas, mas sempre roubava para o time de Seu Hermann... [risos].²⁸⁵

A propósito, o futebol parece ter sido determinante no futuro do PSD no município. Após a saída de Ivan Mariz da prefeitura, em abril de 1946, foram nomeados, no intervalo de um ano, três interventores em Magé. Além dessa instabilidade, a situação se agravava na medida em que um antigo prefeito interventor, Jacob Israel Averbach, atuava junto aos comunistas e vislumbrava candidatar-se ao governo local²⁸⁶. Então, a solução encontrada pelo PSD foi atender a um antigo pedido de Ivan Mariz: nomear como prefeito um comerciante que se notabilizava como dirigente do Guarany Futebol Clube, time mantido pela Fábrica Santo Aleixo. Embora fosse engenheiro, Mariz foi jogador de futebol profissional do Fluminense e da Seleção Brasileira, tendo se aproximado da LMD e dos clubes de futebol locais durante os dois

²⁸⁵ Entrevista concedida por Casimiro Virgínio da Rocha a Felipe Ribeiro. 1999.

²⁸⁶ Israel Averbach permaneceu na prefeitura entre dezembro de 1939 e junho de 1942, tendo se aproximado bastante do médico comunista Irun Sant’Anna (que chegou a Magé em 1940) e dos trabalhadores têxteis locais.

anos em que permaneceu na prefeitura, particularmente na atuação dessas entidades desportivas nas mobilizações de apoio à FEB ²⁸⁷.

(...) Um fato engraçado que papai contava pra gente é que ele só lia a parte dos esportes no jornal. Ele não gostava de política de jeito nenhum. Seu Waldemar Mello, também comerciante e amigo de infância é que desde cedo mostrava interesse pelas questões políticas. (...) Na época foi nomeado prefeito interventor de Magé o Dr. Ivan Mariz (...) Então ele fez amizade com papai por causa do futebol. Ele foi uma das pessoas, junto com Waldemar Mello, que viam a liderança de papai, que ‘fizeram a cabeça’ do governador para nomeá-lo interventor (...). ²⁸⁸

O dirigente em questão era Waldemar Lima Teixeira. Filho e neto de comerciantes, que foram proprietários de fábricas de cerveja em Magé, começou a trabalhar aos treze anos de idade como caixeiro no estabelecimento de um tio. Mais tarde, conseguiu comprar ser próprio armazém. Apaixonado por futebol, também foi na juventude que começou a atuar em seu clube de coração, o Guarany, onde construiu uma interessante trajetória, tendo sido desde atleta até dirigente do clube. Durante a crise das indústrias têxteis, no início da década de 1930, Waldemar foi um dos comerciantes que ajudou a manter o time no período sem patrocínio da fábrica.

Em 1942, passou a participar das reuniões da LMD e, junto com ela, de algumas mobilizações durante a guerra. Em 45, foi um dos integrantes da comissão distrital para recepção dos expedicionários no município e, para completar, o seu clube sagrou-se campeão mageense pela primeira vez. Por meio do seu trabalho no Guarany e com o incentivo do amigo Waldemar Mello, seu nome passou a ser ventilado no PSD, sendo por fim nomeado interventor. Assumiu o cargo em março de 1947 e diante de um momento decisivo para o partido: a eleição municipal.

Interessante observar que, a partir de suas experiências no futebol, Waldemar Lima Teixeira construiu relações próximas tanto com as direções das fábricas, quanto com a Igreja Católica. Tendo ocupado papel de liderança em uma das organizações mais importantes na promoção da vida social extrafabril – e fundamental para o estabelecimento de um padrão fábrica com vila operária, o dirigente do clube desenvolvia constantemente práticas de admi-

²⁸⁷ A LMD foi fundada durante a guerra, em 29/07/1942. O médico comunista Irun Sant’Anna, que atuava no Serviço Nacional de Malária no município, chegou a participar da organização de um time de futebol formado por guardas sanitários, chegando até a disputar o campeonato mageense promovido pela liga: “(...) O Serviço de Malária funcionava num sítio alugado (...). Então, na frente, tinha aquela casinha da fazenda onde funcionava a repartição e, atrás, um bruto de um terreno. O Gustavo Ferraz [diretor da repartição] veio falar comigo: ‘Ih, Doutor, o pessoal tá maluco aí... Disse que se roçar vai dar um campo de futebol’ (...) E decidi: ‘Ah, vamos formar um time?’ (...) Por influência minha, a bandeira do time tinha que ser vermelha e ter uma estrela, já que a União Soviética, além da foice e do martelo, tinha uma estrela dourada. Eu num podia botar a foice e o martelo... (...)”. Cf. Entrevista concedida por Irun Sant’Anna, op.cit.

²⁸⁸ Entrevista concedida por Nito Lima Teixeira a Juçara Mello. 05/01/2005.

nistração e negociação (que se associavam à sua ocupação como comerciante), bem como de representação política externa e interna, pois tinha legitimidade ao falar em nome do Guarany para além do clube, ao passo que também lhe era exigido o compromisso de corresponder aos anseios de torcedores e sócios, oriundos basicamente da classe trabalhadora têxtil. Tudo isso sem mencionar os diversos laços estabelecidos – para além da rivalidade – com os demais times do município, reforçados sobremaneira desde a criação da LMD. Assim, embora “não gostasse de política”, conforme assinalou seu filho, a atuação desportiva de Waldemar Lima Teixeira, extensiva a outros dirigentes de clubes de futebol, inevitavelmente já lhe franqueava para esse universo.²⁸⁹

Vale destacar que essas relações se intensificaram concomitantemente a uma nova dinâmica social vinculada às medidas administrativas intensificadas pelas fábricas de tecidos de Magé. Muitas delas, aliás, a partir de novos proprietários. Buscando consolidar projetos voltados para a localidade circunvizinha à fábrica, essas empresas investiram diretamente na transformação da vida social extrafabril dos trabalhadores, pauta que formalmente também integrava o projeto do Estado Novo. De certa forma, ao adotar uma poderosa estratégia de dominação dentro e fora do local de trabalho, as políticas de gestão das indústrias têxteis magenses, independente das distinções, corroborou sobremaneira os laços corporativos entre os trabalhadores têxteis, as empresas e, por extensão, o Estado, levando-se em conta a existência de um regime autoritário no país.²⁹⁰

Muitas vezes essas estratégias empresariais também se associavam à própria política social da Igreja Católica, através dos Círculos Operários, movimento religioso cultural católico que, inspirado na Encíclica *Rerum Novarum*, objetivava preparar o operariado para o desenvolvimento, a industrialização e a urbanização, compatibilizando sua doutrina às transformações do chamado “mundo moderno”, embora não perdendo seu viés conservador, marcadamente anticomunista.²⁹¹

²⁸⁹ Reflexões importantes sobre esses “times de fábrica” são encontradas nos trabalhos de José Sérgio Leite Lopes, Leonardo Pereira e Juçara Mello. Cf. LOPES, José Sérgio Leite. *Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro*. In: BATALHA; SILVA e FORTES. *Culturas de Classe*, op.cit. pp.121-163; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Football mania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000; e MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Associativismo recreativo e formação de identidades: elementos constitutivos de uma cultura fabril*. In: Fronteiras. Florianópolis: 2009. n.17. pp.171-187.

²⁹⁰ Fundados num período de intenso estreitamento dos laços entre o Estado e o movimento operário, via representação sindical, os sindicatos de Santo Aleixo e de Pau Grande logo se enquadraram à doutrina do Estado Novo, requisito, aliás, básico para o reconhecimento e autorização de funcionamento da entidade, materializados através da Carta Sindical. Mas ressaltamos que esse enquadramento promovido pelo governo brasileiro não buscava um mero controle do operariado, como também sua adesão e mobilização em favor de sua doutrina, difundida a partir de um discurso político voltado exclusivamente para os trabalhadores. Cf. GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2005. 3 ed. Convém destacar a participação de comunistas na fundação destes sindicatos em Magé.

²⁹¹ Cf. SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *A Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ: FAPERJ, 2002.

Em Magé, era comum as fábricas patrocinarem a construção de templos católicos e a organização de festas religiosas. Em certos casos, os operários, além de trabalhar nas obras, concordavam que a empresa descontasse “uns quebrados” do seu salário para financiar as construções.²⁹²

Tomando como exemplo o próprio distrito onde residia Waldemar Lima Teixeira, convém destacar que as ações da Igreja Católica eram sempre apoiadas pela irmã do proprietário da Fábrica Santo Aleixo, Alcina Lynch Bezerra de Mello, responsável pela política social da empresa, participando inclusive da criação do Apostolado da Oração na comunidade, em agosto de 1944. Em outubro do mesmo ano, ela tornou-se presidente do grupo, tendo o pároco de Magé, padre José Galdino da Costa, como diretor²⁹³. Desde então, uma série de ações combinadas entre a fábrica e a Igreja foram desenvolvidas, mesmo durante o afastamento temporário de “Dona Alcina”, em virtude de uma viagem que faria ao Recife, cidade onde a Companhia Bezerra de Mello também possuía fábrica de tecidos.²⁹⁴

Em seguida, chegou a Santo Aleixo o padre José de Albuquerque, designado para a função de capelão das duas fábricas têxteis. O sacerdote criou o Círculo Operário Católico na região, realizava vários atendimentos junto às famílias operárias e também organizava procissões, onde recitava preces como “*São Miguel Arcanjo, livrai-nos do comunismo ateu*”.²⁹⁵

Além de criar o Círculo Operário, o novo capelão também encampou uma antiga ideia de “Dona Alcina” para construir, na pedreira localizada no bairro do Poço Escuro, uma gruta dedicada a Nossa Senhora de Lourdes, a quem era devota. Para a construção da gruta, a Fábrica Santo Aleixo disponibilizou o terreno, as imagens e cerca de cinquenta operários para o início das obras.

A primeira missa celebrada no local ocorreu em 05 de maio de 1947. Porém, a cerimônia de inauguração da gruta só foi realizada meses depois, no dia 21 de setembro, juntamente com a inauguração de uma ponte construída pela prefeitura naquelas proximidades. Oficialmente, a cerimônia teve de aguardar até que sua idealizadora, Dona Alcina, estivesse presente. Na ocasião, ela chegou a doar vários terços que foram benzidos e distribuídos aos fiéis. Todavia, a “parceria” entre a Igreja e o prefeito Waldemar Lima Teixeira para as inaugurações, justamente às vésperas da eleição municipal, mais pareceu uma tentativa de favore-

²⁹² Entrevista concedida por Waldomiro Pinto Carneiro ao Grupo Centenário. 1992. Acervo Ademir Calixto. Em sua fala, especificamente, abordava a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Andorinhas, obra que levou muitos anos para ser concluída, chegando a ser suspensa diversas vezes por falta de recursos.

²⁹³ Cf. *1º Livro de Atas do Apostolado de Oração de Santo Aleixo*. Acervo: Ademir Calixto.

²⁹⁴ Sobre a atuação da Companhia Bezerra de Mello. Cf. MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Fios da Rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949)*. Rio de Janeiro: tese de Doutorado em História, PUC-RIO, 2012.

²⁹⁵ Entrevista concedida por Joaquim dos Santos a Taiane Linhares. Cf. *Tear*. Documentário, longa metragem, 2014.

cer a campanha do PSD, que disputava voto a voto com os comunistas, todos abrigados na legenda do PTB, já que o seu partido havia sido cassado.

Por sinal, esta relação entre Estado e Igreja não se restringia a aspectos locais, como constatamos em uma carta confidencial emitida do Palácio do Catete, pelo Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, José Pereira Lima, ao Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, sobre a movimentação dos comunistas às vésperas das eleições municipais fluminenses, em 1947:

(...) No domingo, realizam-se as primeiras eleições municipais, no estado do Rio de Janeiro. Não estou interessado em política partidária, nem escreveria a vossa eminência, mesmo que o estivesse. Trata-se, porém, de fato que transcende do pleno partidário para se projetar no plano social. Os comunistas estão organizando o que chamam 'O Cinturão Vermelho' em torno do Distrito Federal. Querem tomar conta das prefeituras de Petrópolis, Duque de Caxias, Nilópolis, São Gonçalo, etc...etc. É candidato na primeira delas o Dr. Yedo Fiúza. Os Partidos estão entrando em acordo com os comunistas. Parece-me que não é lícito a um católico votar em candidatos bafejados pelos comunistas. Há necessidade de uma palavra de advertência. E só quem tenha autoridade, pode dá-la (...) O senhor presidente da república reconhece a minha iniciativa. (...) Há candidatos comunistas, aliados dos comunistas e candidatos sem ligações com eles. Parece lícita uma boa escolha por partidos católicos. Urge pois, uma orientação que estará nas mãos da Igreja (...)²⁹⁶

De fato, a preocupação era compartilhada. Ao passo que o governo brasileiro já apresentava claros sinais de intolerância à militância comunista, a Igreja Católica consolidava-se como um dos principais ícones do anticomunismo.

(...) A expansão do Partido Comunista após a segunda Guerra Mundial também estimulou a Igreja a repensar a sua missão. Os comunistas eram o quarto partido do país em 1946 e eram especialmente fortes no Rio de Janeiro. Dado o anticomunismo da Igreja, o sucesso do PC instigava muita preocupação. A expansão do comunismo era vista como um sinal de decadência da cultura católica e dos valores tradicionais. (...) A ameaça comunista era uma das maiores preocupações dentro da Igreja.²⁹⁷

Ainda na seara do anticomunismo, alguns setores da imprensa também adquiriram notoriedade. O *Correio da Manhã*, por exemplo, um dos principais jornais brasileiros à época,

²⁹⁶ CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. *Carta enviada por José Pereira Lima ao Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara*. Rio de Janeiro: 26/09/1947. Apud: ROBAINA, Igor Martins Medeiros. *A Favela entre a Cruz e a Espada: A criação da Fundação Leão XIII e o ordenamento sócio-habitacional carioca (1947-1962)*. São Gonçalo: FFP/UERJ: dissertação de mestrado, 2009. Conteúdo do documento gentilmente cedido por Igor Robaina, a quem agradeço.

²⁹⁷ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.56.

chegou a exortar em seu editorial que era preciso “*colocar uma barreira no caminho da epidemia do comunismo*”.²⁹⁸

Ao final, em Magé, foi eleito o candidato a prefeito do PSD, José Ullmann Júnior, que venceu o candidato dos comunistas, Jacob Israel Averbach, por pequena diferença de votos. Entretanto, na Câmara Municipal, os pecebistas conquistaram as quatro vagas obtidas pelo PTB (além da primeira suplência), dentre os treze vereadores eleitos. Além do médico Irun Sant’Anna, foram empossados o operário da Fábrica Pau Grande Feliciano Costa, o operário da Fábrica Santo Aleixo Agenor dos Santos, o comerciante e ex-tecelão José Muniz de Melo e, como suplente, o operário da Fábrica de Pólvora Argemiro da Cruz Araújo.²⁹⁹

Embora tenham conquistado uma adesão bastante significativa, os comunistas não passaram ilesos aos “traumas”. Em menos de um ano de mandato, esses vereadores, inclusive o primeiro suplente, sofreram um duro processo de cassação, iniciado na própria Câmara pelos membros do PSD, sob a liderança do presidente do parlamento, o médico Radamés Marzullo. Os pessedistas argumentavam que aqueles vereadores eleitos pelo PTB eram declaradamente comunistas, todos fichados no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e que o próprio parecer do Procurador Regional Eleitoral, consultado pela Câmara, sugeria a cassação dos mandatos, cabendo então ao legislativo municipal despachar nesse sentido. Desse modo, em 13 de agosto de 1948, o legislativo mageense votou pela cassação dos vereadores comunistas. Mas eles não desistiram. O caso chegou a ser debatido no Congresso Nacional e noticiado em jornais de grande circulação. Além disso, eles recorreram à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e iniciaram uma intensa campanha pelo resgate de seus mandatos. Após alguns meses de tramitação, a Comissão de Justiça da ALERJ opinou favoravelmente ao restabelecimento do mandato dos vereadores comunistas, em 1º de dezembro de 1948, tendo como relator o deputado pessedista Hamilton Xavier, do PSD. Os comunistas mageenses festejaram bastante, realizando comícios em diversos pontos do município – sobretudo nos bairros operários – e aguardavam a próxima sessão da Câmara Municipal para retomarem seus mandatos.

Cumprindo determinações do Sr. Delegado-Adjunto desta Divisão, segui para o município de Magé, chefiando uma turma de investigadores (...). Devidamente comandado, seguiu também para aquele município, um choque da Polícia Militar do Estado, composto por 12 soldados, armados de fuzil e cacetete; todo este pessoal seguiu para aquela comarca, a fim de proceder policiamento de ordem política e social, em virtude de constar estarem os comu-

²⁹⁸ *Correio da Manhã*. 30/11/1946. Apud: KOVAL, Boris. op.cit. p.381.

²⁹⁹ A campanha eleitoral de 1947 foi analisada mais detidamente em minha dissertação de mestrado, no capítulo 1 intitulado “*Primeira eleição municipal pós Estado Novo*”. Cf. RIBEIRO. *Operários à tribuna*, op.cit. pp.26-83.

nistas daquela localidade, chefiados pelo Dr. Irun San'Anna e Israel Jacob Averbach, ambos ferrenhos adeptos do vigarista Luis Carlos Prestes, brasileiro por casualidade e russo por perversidade, fazendo comício em praça pública em prol do PCB e soltando fogos na via pública em grande quantidade sem a devida autorização (...). Nos referidos comícios-volante, os oradores atacaram o prefeito e a Câmara local, e bem assim a Polícia, taxando-os de Fascistas, além de adiantarem também que haviam ganho a causa na Assembleia Legislativa do Estado e que iriam voltar aos seus antigos postos, carregados pelos braços dos operários que os elegeram e que neste dia iriam exigir que fosse feito feriado em todo aquele município afim de melhor festejarem a vitória, aparentemente do PTB, mas que na realidade, nada mais é do que do PCB (...) Esclareço ainda que a intenção dos componentes daquela Câmara não é boa, pois que consta que se os vereadores expulsos daquela Casa tiverem efetivamente ganho de causa, eles não permitirão que os vereadores comunistas expulsos tomem mais assento naquela Casa, o que acarretará, ao meu ver, graves consequências, em virtude de, além de ser atrevido o Irun, a massa comunista de Magé está, como sabemos, concentrada nas fábricas de tecidos lá existentes (...).³⁰⁰

O desfecho de todo esse processo de cassação ocorreu no mês de março de 1949, durante a primeira sessão da Câmara Municipal de Magé após a decisão da ALERJ. Os ex-vereadores, ao tentarem retornar às suas funções, foram impedidos pela polícia, sendo expulsos da casa legislativa³⁰¹. E a repressão aos comunistas não se restringiu àqueles com mandato eletivo na Câmara. Diversos operários ligados ao partido também foram perseguidos, inclusive dentro das fábricas.

Fui preso, tirado de dentro da fábrica, 6:30 da manhã, na época do Eurico Gaspar Dutra (...). Me tiraram de dentro da fábrica, me levaram para a delegacia e aí o 'pau comeu'. Depois me botaram dentro de um carro... me jogaram no mato e me bateram muito, depois me levaram pra Niterói, eu fiquei lá três dias... eles batiam mesmo pra valer, não sei como é que aguentei tudo isso.³⁰²

Pouco após a cassação definitiva dos vereadores comunistas de Magé, os pessedistas articularam uma visita do governador e correligionário Edmundo de Macedo Soares. Na ocasião, o governador reinaugurou o Hospital de Magé e, posteriormente, seguiu para Santo Aleixo, onde visitou a Fábrica Andorinhas, almoçando com a diretoria da empresa, tendo também visitado o sindicato local, presidido por Jair Rosa de Arruda, agora também membro do PSD. Ao recepcioná-lo, em um palanque armado na vila operária, Waldemar Lima Teixeira

³⁰⁰ *Relatório do Comissário Chefe da Seção de Ordem Social, Nabuco da Silveira Couto, ao Comissário Geral Heráclito da Silva Araújo*. Niterói: 08/12/1948. p.1. Acervo: APERJ.

³⁰¹ Os vereadores comunistas foram substituídos pelos suplentes petebistas: Gilberto Câmara, Francisco Mustrange, Paulo Barenco e Maria Clara Rocha, então presidenta do diretório distrital do PTB em Inhomirim. Ao assumir o cargo na Câmara, ela se tornou a primeira mulher empossada vereadora no município de Magé.

³⁰² Entrevista concedida por Paulo Lopes. op.cit.

aproveitou a oportunidade para lançar uma nota de desagravo ao governador devido “*a campanha de ataques que lhe movem elementos estranhos ao meio e a classe trabalhista, que possui sentimentos cristãos e tem como ideal a grandeza e a prosperidade do Brasil*”³⁰³.

Ressaltamos que Waldemar Lima Teixeira referiu-se aos comunistas como “*elementos estranhos ao meio*”, indicando uma disputa política desses dois grupos na conquista do operariado local. Além disso, uma visita do governador ao sindicato, bem após a cassação dos parlamentares que representavam um forte grupo ligado aos trabalhadores locais, buscava demonstrar à população que o governo estava contra o comunismo, não contra os operários.

A tentativa de aproximação também se dava devido a um intenso ciclo de greves dos trabalhadores têxteis nos municípios de Magé, Niterói, Nova Friburgo e Petrópolis, entre os anos de 1948-49. O movimento reivindicava o cumprimento imediato do reajuste salarial de 40%, estabelecido pelo TRT-RJ em dissídio coletivo no ano anterior, e o fim da chamada Lei de Assiduidade Integral, que condicionava o aumento de salário do trabalhador à ausência de faltas e/ou atrasos do trabalhador. Ao todo, conseguiu mobilizar treze fábricas fluminenses e duas em Magé – Andorinhas e Pau Grande.

Desde ontem acham-se em greve os operários da Fábrica Pau Grande (...) São mil têxteis que há muito reivindicam um aumento de salários (...), exigindo pagamento imediato de 40% de aumento sem cláusula de assiduidade. Os grevistas acham-se reunidos na sede do Sindicato da fábrica, onde também se acha a Comissão de Reivindicações. A polícia fluminense, com as habituais violências, enviou para a frente do Sindicato uma força de 20 praças embaladas e um grupo de investigadores que procuram desalojar os operários, mas estes mostram-se dispostos a não abandonar o Sindicato (...).³⁰⁴

Novamente, a repressão policial foi bastante dura, tendo somente os operários de Nova Friburgo obtido vitórias concretas, com a garantia do aumento salarial previsto em dissídio e a redução da taxa de assiduidade para 80%. Em Magé, com o retorno dos grevistas ao trabalho, os investigadores utilizaram as próprias dependências das fábricas para colher depoimentos, fato registrado nos próprios termos de declaração da polícia e obviamente bastante explorado pelos jornais que apoiavam a greve: “*Os operários da ‘Andorinhas’ estão sendo interrogados pelos policiais nos próprios escritórios da fábrica*”, sendo “*submetidos a torturantes interrogatórios*” e “*obrigados a assinar uma declaração ditada pelos policiais*”.³⁰⁵

³⁰³ *O Fluminense*. 22/03/1949. p.1.

³⁰⁴ *A Cidade*. 03/05/1949. Recorte de jornal, não paginado, incluído em prontuário da polícia política. Acervo: APERJ. Conteúdo do documento gentilmente cedido por Luciana Pucu, a quem agradeço.

³⁰⁵ *Folha do Povo*. 03/09/1948. Recorte de jornal, não paginado, incluído em prontuário da polícia política. Acervo: APERJ.

Durante o ciclo de greves, o presidente do sindicato em Santo Aleixo, o pessedista Jair de Rosa de Arruda, também foi duramente criticado, pois “*em vez de colocar-se ao lado dos seus companheiros [apoando a greve], juntou-se a outros lacaios do patrão*”. Por isso, os trabalhadores resolveram “*se organizar numa grande comissão, com subcomissões em todas as seções*”.³⁰⁶

Ao analisarmos este movimento, convém registrarmos algumas observações que julgamos relevantes para esta tese. Inicialmente, interpretamos essas seguidas greves, articuladas a nível estadual, como um dos “efeitos colaterais” da mobilização desencadeada no período da guerra. Após serem conclamados ao esforço e ao sacrifício, tendo que enfrentar horas a mais de trabalho sem remuneração, racionamento de alimentos, entre outras restrições, os trabalhadores agora estavam cobrando o preço de sua resignação, até porque aquele ambiente de diálogo entre “os de cima” e “os de baixo”, ensaiado durante o conflito mundial, acabou sendo abandonado e seguido de forte repressão às reivindicações da classe trabalhadora. Outra questão importante é salientar que esses aderentes ao movimento de greve não estava restrito aos militantes comunistas, mas incluíam diversos trabalhadores mobilizados para a luta tanto de garantia de direitos, quanto de novas conquistas, contribuindo decisivamente para ressignificações e reinvenções do discurso estatal e da própria legislação trabalhista. Por fim, faz-se necessário indicar o quanto a construção simbólica da guerra ainda permeava os discursos reivindicatórios em prol dos trabalhadores. Assim, encontramos diversas referências que investem na identificação da nacionalidade italiana ou alemã dos “opositores”, como a Fábrica Andorinhas “*de propriedade dos alemães nazistas*”³⁰⁷ ou o gerente “*italo-brasileiro*” e “*patrício de Mussolini*” na Fábrica Santo Aleixo³⁰⁸. Não raro, essas “nacionalidades” também eram atribuídas ao prefeito “Ullmann” e ao vereador “Marzullo”.

Em 1950, pouco antes de sua primeira candidatura a prefeito, Waldemar Lima Teixeira foi surpreendido com o rompimento do governador Macedo Soares com o PSD, o que provocou dissidências em diversos municípios fluminenses, culminando com a publicação do “Manifesto aos Fluminenses”, apoiando o governador e repudiando a falta de suporte do partido em seu governo. Os signatários desse panfleto conclamavam seus correligionários a cerarem fileiras em torno de Macedo Soares. Assinaram este manifesto o prefeito de Magé José Ullmann Junior e o ex-presidente da Câmara Radamés Marzullo.³⁰⁹

³⁰⁶ *Folha do Povo*. 09/11/1948. Recorte de jornal, não paginado, incluído em prontuário da polícia política. Acervo: APERJ.

³⁰⁷ *Folha do Povo*. 03/09/1948. op.cit.

³⁰⁸ *Folha do Povo*. 09/11/1948. op.cit.

³⁰⁹ CASTRO. *Amaralismo e Pessedismo fluminense*, op.cit. p.206.

José Ullmann Junior se aproximou da UDN e do Partido Ruralista Brasileiro (PRB), visando o lançamento de vereadores para as eleições municipais que se aproximavam, enquanto que Radamés Marzullo, seu aliado, filiou-se ao PTB e candidatou-se ao governo magueense, com o apoio do prefeito. Por outro lado, o ex-prefeito interventor e agora candidato Waldemar Lima Teixeira resolveu permanecer no partido, sendo fiel ao ex-governador Ernani do Amaral Peixoto, que se candidatava para retornar ao governo fluminense. Ambos foram vitoriosos e Waldemar Lima Teixeira tornou-se a principal liderança política do PSD no município, braço direito de Amaral Peixoto na região, mantendo significativo apoio popular e estreitas relações com os proprietários das fábricas de tecidos locais.

Nas eleições de 1950, os comunistas magueenses abrigaram-se no Partido Trabalhista Nacional (PTN) e lançaram diversos candidatos, porém, evitaram mencionar o nome da legenda pela qual concorriam. Durante a campanha, apresentavam-se como “candidatos de Prestes”, assim como os demais comunistas do país.

Na Câmara de Vereadores, os comunistas elegeram dois representantes pelo PTN: o eletricitário José Aquino de Santana e o operário da Fábrica Pau Grande Petronilho Alves. Por ocasião da posse dos parlamentares, porém, o tecelão não pôde ser diplomado devido a problemas de documentação. Em seu lugar assumiu como suplente a operária da Fábrica Andorinhas Ilza Gouvêa, tendo Petronilho assumido o cargo ao final do mandato. Já para a prefeitura de Magé, os comunistas lançaram como candidato Valdemar de Souza, mais conhecido como “Valdo” ou “Russo”, que ingressou no PCB após uma briga, quando acudiu o Dr. Irun por ocasião de sua expulsão da Câmara de Vereadores, em 1948, tendo os dois sido presos e acusados de agressão aos policiais. A votação do candidato do PTN, porém, foi impugnada, a pedido da UDN, do PSD e do Partido Democrata Cristão (PDC), sob a alegação de que o concorrente era comunista.³¹⁰

O sindicato como escola e a aliança PCB-PTB

Há quanto tempo / que não ouço o apito / nem o barulho do tear
O silêncio é profundo / parece até que o mundo / vai se acabar
Não saiu o pagamento / é tão grande o meu tormento / minha vida é um horror
Eu repito todo dia / sindicato é fantasia / Cadê o direito do trabalhador?³¹¹

³¹⁰ *Diário da Justiça do Estado do Rio de Janeiro*. 25/02/1951. p.1.

³¹¹ *Imprensa Popular*. 12/02/1954. p.6. Jornal ligado ao PCB, sendo fundado originalmente com o nome de *Tribuna Popular*, em 1945. Com a cassação do partido, foi deixando de circular paulatinamente, reaparecendo em 1951 com o nome de *Imprensa Popular*, saindo de circulação definitivamente em 1958.

Este samba de revolta foi composto pelo tecelão Luís Bastos Filho, recém dispensado pela Fábrica Magé (antiga Mageense), devido ao processo de falência da Companhia Santo Amaro, sua então proprietária. Desapontado pelo fato do sindicato não ter impedido o fechamento da empresa, que acabou por demitir centenas de trabalhadores, sem o recebimento dos salários atrasados, o operário resolveu enviar uma carta ao *Imprensa Popular*, divulgando a canção que fez para a Escola de Samba União do Canal e protestando contra sua entidade sindical de classe.

Publicada na coluna “*O que vai pelas empresas*”, onde os leitores tinham a oportunidade de se expressar diretamente, a matéria apresentou um aspecto muito significativo da relação entre o PCB e os trabalhadores locais. Nem tanto pela publicação do samba de revolta, mas sobretudo pelo comentário da redação do periódico comunista sobre a música, buscando ponderar a crítica do autor e também “ensinar” ao operário sobre a importância do sindicato para a categoria:

Atendendo ao pedido que nos fez o tecelão, publicamos a carta na íntegra. Queremos observar, entretanto, sua incompreensão em relação ao sindicato. Ao invés de considerá-lo uma fantasia, Luis Bastos e seus companheiros prejudicados deveriam, sim, ingressar todos no sindicato e exigir de sua diretoria providências imediatas. Talvez a diretoria não tenha conseguido levar o caso à vitória justamente por falta de um apoio da massa. E senão for esse o caso e, sim, o de traição aos operários, a estes cabe substituir seus dirigentes e colocar em seus lugares trabalhadores honestos e lutadores. Nunca, porém, abandoná-lo, pois os dirigentes passam e o sindicato fica, como órgão que é de defesa da classe operária.³¹²

Na realidade, desde meados de 1951, a Fábrica Magé começou a atrasar o pagamento dos salários dos seus empregados, chegando à sua paralisação definitiva no ano seguinte. Causando grande apreensão junto aos operários demitidos, a questão logo tomou conta dos debates na Câmara Municipal. E o primeiro vereador a se pronunciar sobre a referida crise foi o operário da fábrica e dirigente sindical Virgílio Luiz Nogueira, recém saído do PSD e ingresso no PTB.

(...) O vereador Virgílio Luiz Nogueira apresenta um requerimento no sentido de ser enviado ao Ministro do Trabalho um ofício expondo a situação em que se acha cerca de mil operários da Companhia Santo Amaro, a qual só efetua os pagamentos quinzenais com a greve branca. Declara que a administração da Cia. Santo Amaro deixa de merecer a menor confiança dos operários, achando-se a mesma em grande atraso ao pagamento de férias, gestantes e auxílio enfermidade (...).³¹³

³¹² *Imprensa Popular*. 12/02/1954. p.6.

³¹³ CMM. Livro de Atas n.17 (31/01/1951 a 03/11/1954). fl.36v.

Naquele mesmo mês, em novembro de 51, a Câmara recebeu um telegrama do Ministro do Trabalho, que anunciou sua visita à Magé para estudar a situação da fábrica. Entretanto, iniciou-se o ano de 1952 e a crise tomou maiores proporções. Na primeira reunião legislativa do ano, os vereadores Modesto Clóvis de Castilho (UDN), Virgílio Nogueira (PTB), Gilberto Câmara (PTB) e José Aquino de Santana (PTN) protestaram quanto à “*inclemência das autoridades*” acerca do tema e apresentaram uma indicação em plenário para que fossem enviados telegramas ao Presidente da República, Governador do Estado e Ministério do Trabalho, solicitando providências para “*a situação de fome em que se acham os operários*”.³¹⁴



IMAGEM 10: Manchete sobre a greve dos trabalhadores têxteis da Companhia Industrial Santo Amaro

Fac-símile do *Imprensa Popular*. 22/05/1951. p.1.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Nas reuniões seguintes, o vereador Moacyr Pimentel (PRB) também apresentou duas indicações sobre o assunto, solicitando ao presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA) auxílio financeiro aos operários da fábrica, bem como a abertura de crédito especial junto à prefeitura, em caráter de urgência, no valor de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) para subsidiar as famílias operárias mais necessitadas. Analisada em plenário, essa última

³¹⁴ CMM. Livro de Atas n.17, op.cit. fls. 59-59v.

indicação foi aprovada por unanimidade e de forma solene, com “*todos de pé em respeito à situação angustiosa do operariado*”.³¹⁵

O próprio prefeito Waldemar Lima Teixeira fez menção a situação dos operários em um relatório municipal referente ao ano de 1952:

(...) Não podemos deixar de nos referir a grave crise que no ano de 1952 atingiu aos operários do 1º Distrito [sede da municipalidade], com a paralisação, agora em definitivo, da Companhia Santo Amaro. Somos os primeiros a reconhecer que os governos do Estado e da União não podem ser responsabilizados pelo estado financeiro daquela fábrica. Porém somos forçados a reconhecer que naquele transe nos faltou a Assistência Social que poderia ter sido proporcionada pelo próprio fundo sindical. Foram baldados os nossos esforços visando esse objetivo. Nesse sentido, invocamos o testemunho do vereador Virgílio Luiz Nogueira, cujos discursos inflamados proferidos nesta Casa foram natural brado de revolta de um chefe trabalhista que se orgulha em ser o defensor dos direitos de sua classe (...).³¹⁶

No decorrer da crise, ao final do ano de 1952, a Fábrica Andorinhas conseguiu incorporar boa parte dos operários desempregados do distrito sede, amenizando o problema. No ano seguinte, o vereador Virgílio Nogueira, já de volta ao PSD, fez questão de lembrar em plenário do “*primeiro aniversário festejado pelos operários aproveitados pela Fábrica Unidas de Tecidos, Rendas e Bordados S/A, em Santo Aleixo, outrora integrantes da Companhia Santo Amaro*”.³¹⁷

Interessante observar que, embora tenha se movimentado bastante na busca de soluções para os trabalhadores desempregados, o vereador e dirigente sindical Virgílio Nogueira não conseguiu se reeleger em 1954. O presidente do sindicato de Santo Aleixo, Jair Rosa de Arruda, também candidato a vereador pelo PSD, teve o mesmo destino que o companheiro de diretoria e não foi eleito. Por outro lado, conquistaram vaga na Câmara de Vereadores os ex-operários João Gomes de Assumpção, de Pau Grande, pelo PTB³¹⁸; e Manoel Ferreira de Lima, de Santo Aleixo, pelo PSB, legenda que passou a abrigar os comunistas.

Embora novamente PSD e PTB estivessem em campos opostos na política municipal, a disputa para a prefeitura se deu entre pessedistas e comunistas. De um lado, no PSD, o prefeito Waldemar Lima Teixeira apoiou como sucessor Olívio de Mattos, de Inhomirim, um ex-jogador de futebol e Fiscal de Rendas no estado. Para vice-prefeito, lançou a candidatura de Waldemar Mello, presidente do partido, comerciante, amigo de infância e companheiro de Guarany Futebol Clube, o mesmo que insistiu para sua nomeação a prefeito interventor. De

³¹⁵ CMM. Livro de Atas n.17, op.cit. fls. 61-66v.

³¹⁶ MAGÉ (RJ). Relatório à Câmara Municipal de Magé: Exercício de 1952. Prefeitura Municipal de Magé: s/d, 1953. p.22.

³¹⁷ CMM. Livro de Atas n.17 (31/01/1951 a 03/11/1954). fl.168.

³¹⁸ CMM. Livro de Atas n.18 (06/11/1954 a 12/07/1955). fl.23.

outro, no PSB, os comunistas lançaram a candidatura do médico Irun Sant'Anna ao cargo de prefeito. Para a Câmara de Vereadores, o partido lançou diversos candidatos “patriotas e democratas”, grande parte deles operários têxteis.

Conforme depoimento do próprio médico Irun Sant'Anna, sua campanha era “*bem palpável*”. No entanto, os comunistas mageenses sofreram outro duro golpe, com a cassação de sua candidatura: “*dois dias antes, foi cassado o meu registro*”³¹⁹. Com isso, o candidato do PSD a prefeito, Olívio de Mattos, venceu o pleito de 1954 e o vice de sua chapa, Waldemar Mello, foi o candidato mais votado de todo o município, comparando inclusive com o cargo majoritário.

Na legislatura de 1955-58, os parlamentares continuaram demonstrando preocupação com os operários ainda desempregados da Fábrica Magé. Nesse sentido, o vereador Elcides Teixeira dos Santos (UDN) apresentou um requerimento verbal solicitando urgentes providências acerca do caso, no sentido de por termo às dificuldades que vem passando os operários, e sugeriu até o envio de um telegrama ao Presidente da República, recebendo o apoio dos vereadores Manoel Ferreira de Lima e João Gomes Assumpção.

Por fim, em dezembro de 1956, durante reunião extraordinária na Câmara Municipal, foi aprovada por unanimidade uma mensagem do Prefeito que previa a redução pela metade dos débitos do Banco do Brasil e da Companhia Itatiaia no processo de transferência (recebimento) da massa falida da Companhia Santo Amaro.³²⁰

Vale ressaltar que, em 1956, o município de Magé possuía quatro indústrias têxteis funcionando simultaneamente: as fábricas Santo Aleixo e Andorinhas, no distrito de Santo Aleixo; e as fábricas Pau Grande e Santana, ambas da Companhia América Fabril, no distrito de Inhomirim. Ao todo, essas empresas empregavam 3.995 pessoas, entre administração, operários e aprendizes. Para o ano seguinte, essas estatísticas incluiriam os dados da Fábrica Magé, no distrito sede, recém restabelecida.³²¹

Simultaneamente, Magé possuía uma razoável produção agrícola, mas que carecia de maiores investimentos. Até então, buscava-se fortalecer determinadas fazendas de maior porte, como a Santa Constança, de propriedade do Curtume Carioca, no distrito de Guapimirim. Especializada no processamento do couro cru, a empresa adquiriu essas terras em 1938, durante a atuação do Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense no município, investindo pesadamente na plantação da acácia negra, de cuja casca é extraído o tanino, utilizado para

³¹⁹ Entrevista concedida por Irun Sant'Anna a UNE. 14/10/2004. Cf. *Projeto Memória do Movimento Estudantil*. Disponível em <<http://www.une.org.br/2011/09/depoimentos>>. Acessado em 12/10/2014.

³²⁰ CMM. *Livro de Atas n.19 (15/07/1955 a 15/07/1958)*. fl.83.

³²¹ SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé...* op.cit., p.187.

curtir o couro. Em 1942, por exemplo, o empreendimento mantinha trezentos “colonos” e também uma produção agropecuária complementar, comprometendo-se a construir casas para esses trabalhadores e prestar-lhes assistência social, médica e laboratorial.³²²

Diversos governos municipais vinham buscando dinamizar a agricultura local desde a década de 1930, porém sempre esbarravam no problema do transporte para escoamento dos produtos, questão que não residia propriamente na carência de rodovias e ferrovias, mas sobretudo no que tange as estradas vicinais. Outra carência era a falta de investimentos para auxiliar o pequeno proprietário rural. Em resposta a algumas dessas demandas, o prefeito Waldemar Lima Teixeira fundou, em 1951, a Associação Rural de Magé, que tinha tendo por finalidade principal “*cooperar com os criadores e lavradores locais, fornecendo-lhes rações e sementes*”³²³. Já o prefeito Olívio de Mattos, por meio de um convênio com o governo estadual, iniciou a construção da Estrada Santo Aleixo – Piabetá, em 1956, “*aproveitando área das melhores terras de Magé*” e sendo de “*importância vital para a economia do município*”.³²⁴

Nesse contexto, começava a despontar a liderança do vereador Manoel Ferreira de Lima na defesa dos trabalhadores rurais do município. Nascido na cidade de Triunfo, em Pernambuco, trabalhou como lavrador na juventude, tendo ingressado no Exército Brasileiro aos 19 anos. Como militar, participou das tropas que garantiram a chamada Revolução de 1930 e combateu a Revolta Constitucionalista de 32, em São Paulo. Deixou a carreira militar em 35, partindo para o município de Magé, onde trabalhou como operário em três fábricas de tecidos. Ligando-se ao movimento comunista como operário, participou ativamente da efervescência política em torno do PCB na década de 1940, atuando inclusive na formação do sindicato. Devido sua militância em comissões de fábrica, acabou sendo demitido e incluído numa “lista negra” das indústrias de tecidos locais, ficando desempregado por bastante tempo. A partir de então, rumou para o campo e começou a se engajar na luta ao lado dos lavradores, justamente em um período de intensos debates acerca da estrutura fundiária do país. Assumindo um papel de liderança no município, manteve contato com outros líderes camponeses ligados ao partido, como Bráulio Rodrigues e José Pureza, os pioneiros no movimento associativo de trabalhadores rurais na Baixada Fluminense.³²⁵

³²² *O Globo*. 23/09/1942. p.4.

³²³ SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé...* op.cit., p.209.

³²⁴ SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé...* op.cit., p.28.

³²⁵ A Associação de Pedra Lisa, chamada Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, foi fundada por Bráulio Rodrigues em 1948, constando como a primeira organização de lavradores da Baixada Fluminense. Em 1949, José Pureza organizou a criação de uma comissão de lavradores em Xerém, que seria o embrião da Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF). Cf. GRYNSPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: dissertação em Antropologia Social, UFRJ, 1987.

(...) Ele trabalhou na fábrica de Andorinhas e depois saiu, depois trabalhou na fábrica de Magé, mas já participava dessas lutas [operárias], então também saiu da fábrica de Magé. Depois foi para o campo e começou a lutar no campo pela desapropriação de fazenda, essas coisas (...).³²⁶

Em abril de 1956, já eleito vereador, Manoel Ferreira de Lima utilizou a tribuna da Câmara para direcionar um apelo a todos os vereadores no sentido de amparar os lavradores residentes na Fazenda Sernambetiba, em Inhomirim, que estavam sendo despejados por força de decisão judicial, organizando inclusive uma reunião exclusivamente para a solução desse caso.³²⁷

Reunindo-se com os trabalhadores rurais da localidade Estrela Velha, em Inhomirim, o vereador orientou que eles formassem uma comissão e fossem à Câmara Municipal para pressionar os parlamentares. E a estratégia surtiu o efeito esperado: o líder dos lavradores da Estrela Velha, Diógenes Peçanha, esclareceu, em plenário, os problemas enfrentados por seus pares. Antes disso, diversos vereadores dirigiram-se à comissão para esclarecimentos e ocuparam a tribuna da Câmara para hipotecar solidariedade aos lavradores “*que em comissão superlotaram as dependências desta Casa reivindicando direitos que julgam possuir*”.³²⁸

Com a palavra o vereador Manoel Ferreira Lima colocando-se ao lado dos lavradores que, no seu modo de pensar, acham-se abandonados pelos poderes públicos, sendo espoliados em seus direitos pelos grileiros que se dizem donos das terras. (...) Requer seja permitido ao Sr. Diógenes Peçanha esclareça de viva voz a situação daquela comissão. O Sr. Presidente promete atendê-lo na Ordem do Dia. (...) Esgotada a matéria em pauta para a presente reunião, o Sr. Presidente solicita ao vereador Joaquim de Oliveira Câmara introduzir no plenário o Sr. Diógenes Peçanha a fim de que o mesmo esclareça aos Srs. vereadores as ocorrências no lugar denominado Estrela Velha. Após os devidos esclarecimentos, o Sr. Presidente aconselha os lavradores presentes a se manterem com calma, evitando e não revidando as provocações até o pronunciamento dos poderes competentes.³²⁹

Tudo isso ocorria em meio à construção da Estrada Santo Aleixo – Piabetá, obra que gerou uma intensa valorização das terras circunvizinhas, acompanhadas de diversos conflitos entre proprietários, grileiros e posseiros. Desse modo, buscando dar maior representatividade aos trabalhadores do campo junto aos poderes públicos, Manoel Ferreira de Lima foi um dos fundadores e primeiro presidente da Associação dos Lavradores do Município de Magé, em

³²⁶ Entrevista concedida por Lúcia de Souza a Juçara Mello, 10/10/2007.

³²⁷ CMM. Livro de Atas n.19 (15/07/1955 a 15/07/1958). fl.49.

³²⁸ CMM. Livro de Atas n.19 (15/07/1955 a 15/07/1958). fl.65v.

³²⁹ CMM. Livro de Atas n.19, op.cit. fls.65v-66v.

1956, porém só registrada em cartório no ano seguinte. Agregando proprietários, posseiros e arrendatários, a entidade se opunha às práticas da Associação Rural de Magé e tinha como principal objetivo “evitar lutas estéreis”³³⁰. Com a intensificação das atividades da associação, em 1959, Manoel Ferreira de Lima participou da criação da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), chegando a ser presidente da entidade, que se formou a partir da base da Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF), sendo mais tarde integrada a Associação de Pedra Lisa.

Assim como ocorria nas representações dos trabalhadores têxteis, diversas forças políticas e organizações disputavam poder na FALERJ, majoritariamente comunista, e a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ), formada em 1960 para conter o avanço da federação concorrente e bastante influenciada pelos Círculos Operários Católicos fluminenses.

No mesmo ano em que foi fundada a associação de lavradores, o PCB conquistou uma posição chave no meio sindical de Magé: a presidência do sindicato de Santo Aleixo, com a eleição do operário Astério dos Santos, em setembro de 1956. O processo eleitoral, porém, foi bastante conturbado.

O presidente do Sindicato dos Têxteis de Santo Aleixo recusou-se a entregar a direção de sua entidade ao vice-presidente, não aceitando, portanto, a intervenção do Ministério do Trabalho (...). Tão logo soube da notícia, o presidente do Sindicato, através do alto-falante instalado na fachada da sede, conclamou os trabalhadores a resistir à ameaça contra a liberdade sindical, tendo os têxteis acorrido em massa e se reunindo em Assembleia Permanente (...). Em frente ao sindicato foi colocada uma faixa, conclamando os trabalhadores a defender sua entidade de classe. Através do alto-falante continuavam os operários a protestar contra a violência e se declaram dispostos a não permitir o esbulho ministerial.³³¹

Tendo ingressado aos catorze anos de idade na Fábrica Santo Aleixo e passado por um intenso processo de aprendizagem política, sobretudo por meio das reuniões clandestinas do PCB na década de 1940, onde seu irmão mais velho Agenor dos Santos e seu padrinho José Muniz de Melo já militavam, o tecelão Astério logo passou a se destacar nas atividades promovidas pelos comunistas e a assumir-se como tal³³², chegando a participar do Comitê

³³⁰ CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DA CIDADE DE MAGÉ. *Livro de Registro de Pessoa Jurídica n.1: 1910-1966*. fl.141. Consta a seguinte formação da diretoria da Associação dos Lavradores do Município de Magé: Manoel Ferreira de Lima (Presidente), Erondino Ribeiro (Vice-presidente), Juci Melin (1º Secretário), Francisco Ribeiro Garcia (2º Secretário), Marciano de Oliveira Barbosa (1º Tesoureiro), Lourival Vasconcelos (2º Tesoureiro) e Sebastião José de Souza e José Anunciado dos Santos (Comissão Fiscal).

³³¹ *Imprensa Popular*, 30/04/1957. p.1.

³³² No nascimento de seu primeiro filho, Astério dos Santos demonstrou o desejo de batizá-lo com o nome de Luiz Carlos, numa clara referência a Prestes, o que não foi aceito pela família. Porém, conseguiu driblar essa resistência homenageando

Democrático Progressista de Santo Aleixo no imediato pós guerra e a constar numa “*Relação dos comunistas mais fervorosos do 2º distrito*”, ao lado de mais de vinte outros nomes, conforme documentação da polícia política.³³³

Demitido da Fábrica Santo Aleixo, em 1949, por participar da campanha pelo Abono de Natal, passou a trabalhar em Niterói, na Fábrica de Tecidos Maruy, onde permaneceu por dois meses, e depois rumou à Petrópolis, junto com a família, sendo admitido pela Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE) durante a construção da subestação de Areal. De volta a Santo Aleixo, em meados de 1950, já desempregado, integrou temporariamente uma equipe de serventes contratados para a construção do Grupo Escolar Joaquim Leitão.

Em seguida, por intermédio do tio e vereador comunista José de Aquino Santana, Astério dos Santos foi readmitido pela CBEE, agora na função de eletricista, para trabalhar na subestação de Santo Aleixo, localizada a poucos metros de sua casa, no bairro do Pico. Com um ano de trabalho foi promovido a operador de terceira classe. Contudo, no ano seguinte, em janeiro de 1952, foi demitido por um motivo bastante curioso: sendo responsabilizado por uma queima de fogos realizada em comemoração ao aniversário de Luiz Carlos Prestes.³³⁴

Novamente desempregado e com certa dificuldade em conseguir emprego fixo, devido a seu posicionamento ideológico, Astério dos Santos recorreu ao prefeito Waldemar Lima Teixeira. Inclusive, muitas pessoas o procuravam para que intercedesse junto aos gerentes da fábrica por um emprego. O prefeito logo o incluiu numa equipe de serventes contratados, com carteira assinada, pelo departamento de engenharia do estado para a construção da adutora que levaria água de Santo Aleixo à Magé. Dez meses após o pedido inicial, Waldemar Lima Teixeira conseguiu que Astério dos Santos fosse readmitido na Fábrica de Santo Aleixo, em fins de 1953.

Apesar de se apresentar como um “regenerado” para conquistar o auxílio do prefeito, Astério dos Santos na realidade não abandonou suas posições políticas. Muito pelo contrário, em pouco tempo articulou sua candidatura à presidência do Sindicato sem que a direção da

um dos fundadores do PCB, Astrojildo Pereira, ainda que descaracterizando a grafia do nome, batizando seu filho como Hastrogildo.

³³³ APERJ. *Relação dos elementos comunistas que estão à frente do chamado movimento subterrâneo, no Segundo Distrito do Município de Magé*. Relatório do investigador Georgino Ferreira de Mesquita. Santo Aleixo: 02/02/1948. p.1.

³³⁴ Embora a demissão tenha sido justificada devido aos fogos de artifício no aniversário de Prestes, familiares de Astério enfatizam que ele não participou de nenhuma comemoração deste tipo naquele ano. Porém, ao analisarmos o prontuário individual de Astério dos Santos no acervo da polícia política, encontramos outra motivação para a sua dispensa. A partir de uma Parte de Serviço do investigador Saul Cunha Carvalho ao Comissário Geral da Divisão de Ordem Política e Social (DOPS), foi considerado temerário que um “*conhecido elemento vermelho*” fosse responsável por “*tomar conta da distribuição da força elétrica*” em Santo Aleixo. Em seguida, o Delegado Chefe da DOPS, Alvim Souza, enviou ofício reservado à direção da CBEE. A empresa prontamente respondeu à missiva, afirmando que “*a circunstância de um empregado professar ideologias extremistas não autoriza sua dispensa por parte do empregador*”, no entanto, atendendo à informação da polícia política e por se tratar de funcionário admitido há pouco tempo, resolveu “preventivamente” dispensar Astério dos Santos do seu quadro de funcionários. Cf. APERJ. *Prontuário 18.896*. s/d.

fábrica tomasse conhecimento. Quando sua chapa foi registrada, foi informado que, em caso de derrota, perderia novamente o emprego. Porém, saiu-se vitorioso, derrotando, por 546 a 391 votos, a chapa encabeçada pelo presidente Jair Rosa de Arruda, o “Zica”, candidato à reeleição, no cargo que ocupava há quase dez anos consecutivos.³³⁵

Vale salientar que a vitória de Astério dos Santos no Sindicato logo provocou uma forte reação, não apenas da chapa derrotada, como também da direção da fábrica e do principal chefe político local. “*Quem colocou meu pai na fábrica foi Waldemar Lima Teixeira. Ele deve ter se arrependido muito, porque ele formou uma chapa, se tornou presidente do Sindicato e deu muito trabalho para os donos das fábricas, e deixou seu Waldemar mal*”, recordou Célia dos Santos, filha de Astério.³³⁶

Apesar da eleição da chapa “*A União faz a Força*”, houve diversas tentativas de impedimento para sua posse. Pela primeira vez, o PCB conseguiu eleger um dos seus militantes como presidente sindical em Magé, e por ampla vantagem de votos. Conforme a reportagem do *Imprensa Popular* apontou, “*maquinações para impedir a posse do candidato eleito*”, Astério dos Santos, estariam sendo motivadas tanto pelo presidente que não se reelegeu, movendo um processo contra o candidato eleito, mediante a alegação de que Astério, em 1947, o teria acusado de receber 31 mil cruzeiros dos donos das fábricas para perseguir operários; quanto pelas próprias fábricas, que teriam intimidado os operários, ameaçando-os de demissão, caso não apoiassem a chapa do “Zica”. Ainda de acordo com o *Imprensa Popular*, tais conspirações foram instruídas pelo chefe político do PSD, Waldemar Lima Teixeira.

Agora os meios patronais e seus prepostos não receberam com agrado o fato do Sr. Astério ter sido eleito presidente do sindicato. Comenta-se mesmo que o Sr. Waldemar Lima Teixeira anda espalhando aos quatro ventos que o sindicato é um ponto chave na localidade e ele, como chefe político, não permitirá que o mesmo fique em mãos de pessoas que não se subordinem a seus interesses políticos. O fato é que os trabalhadores não olham com simpatia tais maquinações e estão dispostos a defender sua vontade soberana manifestada nas urnas, exigindo respeito à liberdade sindical e a posse dos candidatos eleitos.³³⁷

A diretoria encabeçada por Astério dos Santos tomou posse em 28 de outubro de 1956, sendo prestigiada pela presença do vice-governador Roberto Silveira, do presidente da Federação dos têxteis, de uma delegação do sindicato de Pau Grande, bem como de comissões de

³³⁵ *Imprensa Popular*. 21/09/1956. p.6. Chapa eleita: Astério dos Santos (presidente); Ivan Paulo de Araújo (secretário); Angelo Nascimento (tesoureiro); Aristides Monçores, Ary Silva e Amador Soares (suplentes); Manoel José Gama, Waldemar Caldeira e Wilson da Costa Carvalho (Conselho Fiscal); José Carvalho da Silva, Manoel Araújo e Olimpio de Carvalho (Suplentes do Conselho Fiscal); Astério dos Santos, José Dias Guerra e Helio de Paula (Representantes no Conselho da Federação); João José Maria Golinelli, Roberto José de Oliveira e Antônio Silva (Suplentes no Conselho da Federação).

³³⁶ Entrevista concedida por Célia dos Santos a Juçara Mello, em 08/01/2005. Acervo da pesquisadora.

³³⁷ *Imprensa Popular*. 28/09/1956. p.6.

outras categorias profissionais, como vidreiros, padeiros, barbeiros, operário navais, da construção civil, carris e açougueiros³³⁸. Em abril de 1957, porém, o Ministério do Trabalho acautou o pedido da chapa derrotada e determinou a exclusão do candidato Astério dos Santos da chapa eleita no sindicato, por meio de despacho publicado em seu boletim e no Diário Oficial da União. Esta decisão ministerial logo provocou a reação dos trabalhadores de Santo Aleixo, que realizaram manifestações favoráveis à chapa vitoriosa em frente à sede da entidade, ostentando uma faixa com os dizeres: “*Tudo pela Liberdade Sindical – Contra a Ameaça de Intervenção*” e colhendo assinaturas para o envio de telegramas ao Presidente da República, ao seu Vice e ao Ministro do Trabalho, em sinal de protesto.

Por fim, a resistência dos trabalhadores locais surtiu o efeito desejado e a decisão do ministério foi revogada, embora as perseguições aos dirigentes da nova diretoria mantiveram-se bastante ativas, a ponto do presidente Astério ter sido agredido por policiais e seu secretário “anavalhado” nas proximidades de um bar em Santo Aleixo.³³⁹

Na mesma época, elegeu-se presidente do sindicato dos têxteis em Pau Grande, o operário Guilherme de Carvalho, um dos fundadores do PTB na região. Apesar disso, o petebista dialogava bastante com os militantes do PCB. O ex-vereador comunista Petronilho Alves, inclusive, fazia parte da mesma diretoria.

(...) Nós sempre marchávamos juntos! Interessante: políticas diferentes, mas amigos... Ele [Astério dos Santos] tinha um partido... Eu era do PTB (...) Daí a gente dizia assim: ‘políticas diferentes, mas amigos na reivindicação da classe’. (...) Nós não discutíamos política, discutíamos a vida sindical dos trabalhadores.³⁴⁰

Este breve relato da peleja que foi travada para conquistar a direção sindical, garantir a posse da nova diretoria eleita e a sua permanência até o fim do mandato, indubitavelmente configura como um bom exemplo para desconstruir a noção de “cupulismo”³⁴¹, pois o que se observa é uma nítida mobilização dos trabalhadores pela base. Aliás, a trajetória do grupo que elegeu Astério dos Santos como presidente do sindicato foi marcada, justamente, por um trabalho de base, em concorrência às direções sindicais tidas como conservadoras. Esta geração

³³⁸ *Imprensa Popular*. 30/10/1956. p.4.

³³⁹ *Imprensa Popular*. 22/05/1957. p.5. As agressões também foram denunciadas na Câmara Federal pelo deputado Aarão Steinbruch, do PTB, que protestou “*contra as arbitrariedades policiais verificadas em Magé contra os trabalhadores, mais notadamente contra o presidente do Sindicato*”. Cf. *Luta Democrática*. 23/05/1957. p.5.

³⁴⁰ Entrevista concedida por Guilherme de Carvalho a Felipe Ribeiro, em 2000.

³⁴¹ Algumas análises consideram o movimento sindical pré-1964 demasiadamente benevolente ao corporativismo varguista, tendo favorecido as cúpulas sindicais em detrimento das bases, no que ficou consagrado nas Ciências Sociais como “Sindicalismo Populista” ou “peleguismo”. Esses estudos normalmente são atribuídos como produto das análises *weffortianas*. Cf. WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do pós-guerra*. Estudos CEBRAP. São Paulo: abr-jun/1973. v.4. Porém, cabe ressaltar que diversos trabalhos tem procurado questionar estas análises. Cf. COSTA. *Na luta por direitos*, op.cit.

de trabalhadores é reflexo direto do contexto imediato pós Segunda Guerra e da efervescência comunista que caracterizou o período. Sem espaço na entidade sindical, sobretudo após a cassação do PCB em 1947 e dos vereadores comunistas no ano seguinte, esses trabalhadores têxteis reunidos em torno do partido começaram a organizar comissões de operários (também conhecidas como comissões de fábrica), elegendo representantes dentro do local de trabalho e questionando diretamente os patrões para a resolução de problemas, sem passar pelo sindicato. Dessas comissões, surgiram novas lideranças (que mais tarde se tornariam dirigentes sindicais) e campanhas que até hoje são lembradas pelos tecelões.

Outro ponto importante foi que, em março de 1957, quando a posse de Astério ainda era contestada junto ao Ministério do Trabalho, seu nome foi indicado para o pleito da Federação dos Trabalhadores Têxteis do Rio de Janeiro, quando foi eleito membro do Conselho Fiscal³⁴². Tudo leva a crer que essa foi uma tentativa de reforçar o apoio da categoria, a nível estadual, na defesa do mandato do dirigente sindical de Magé. Pouco adiante, em maio, o próprio Astério seria um dos signatários (o único representante de seu município) no manifesto da Frente Nacionalista no Rio de Janeiro.

Logo, esta frente se desdobraria numa série de atividades e grupos, como o I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Rio, realizado na cidade de Petrópolis, em junho de 1957; o I Congresso Nacionalista Fluminense, realizado no ano seguinte, na sede da Assembleia Legislativa, em Niterói; e a formação da Frente Parlamentar Nacionalista, que buscava ampliar os seus representantes nas eleições de 1958.

Em nível estadual, foi articulada uma surpreendente chapa entre o PTB e a UDN, além do PCB clandestino, para eleger como governador o trabalhista Roberto Silveira e pôr fim a hegemonia do PSD nos governos fluminenses. Não só o candidato do PTB era integrante da Frente Nacionalista, como também outros que foram lançados candidatos em diversos cargos. Entre os têxteis, o presidente do sindicato em Niterói, Almir Reis Neto, disputava a vice-prefeitura da cidade; e Astério dos Santos, presidente do sindicato em Santo Aleixo, concorria ao cargo de vereador.

Apoiado pelas forças nacionalistas do Estado do Rio, o Sr. Roberto Silveira desenvolve ativa campanha, como candidato ao governo fluminense. Com sua presença já se realizaram no interior grandes comícios (...) No de Magé foi enorme a receptividade e a população daquele município, onde há uma boa concentração operária, ovacionou os oradores num 'meeting' que se prolongou até às 23 horas (...).³⁴³

³⁴² *Imprensa Popular*. 17/03/1957. p.6.

³⁴³ *Voz Operária*: 20/09/1958. p.5.

Nas eleições em Magé, especificamente, os comunistas buscaram novas estratégias, sobretudo em relação ao cargo majoritário de prefeito. Diferente das duas eleições anteriores, em que lançou comunistas ao governo municipal e ambos tiveram suas candidaturas cassadas, o PCB de Magé resolveu aliar-se ao PTB, apoiando para o cargo de prefeito José Barbosa Porto, um ex-funcionário do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) no município.

Entretanto, a vitória seria bastante difícil de ser conquistada. Como adversários, Porto enfrentou dois ex-prefeitos mageenses com forte potencial eleitoral: José Ullmann Junior, pela UDN; e Waldemar Lima Teixeira, pelo PSD. Este último foi apoiado pelo então prefeito e correligionário Olívio de Mattos. Vale lembrar que, mantendo-se abrigados no Partido Socialista Brasileiro (PSB), os comunistas lançaram vários candidatos à Câmara Municipal de Magé, sobretudo operários atuantes nos sindicatos.

Ao fim do pleito, foi eleito governador do estado o candidato Roberto Silveira, do PTB, ao passo que, em Magé, o ex-prefeito Waldemar Lima Teixeira sagrou-se vencedor nas urnas, passando governar o município pela terceira vez, tendo agora como vice-prefeito João Seixas Junior, também do PSD. Já os comunistas, conseguiram eleger dois de seus candidatos a vereadores: os trabalhadores têxteis Astério dos Santos, de Santo Aleixo, e Darcy Câmara, de Pau Grande, ambos pelo PSB.

A nova composição da Câmara Municipal de Magé, empossada em 1959, apresentou novidades em relação às legislaturas anteriores, pois apesar da maior bancada ainda ser do PSD, o partido do prefeito, esses eram apenas cinco parlamentares, sendo a maioria absoluta dos vereadores de partidos adversários. Além disso, houve uma significativa renovação política na Câmara, com o ingresso de diversos vereadores em seu primeiro mandato.

Ao longo dos debates legislativos, o PSD buscava se favorecer diante das cisões na aliança PCB-PTB, já que os comunistas mantinham proximidade apenas com alguns setores trabalhistas, sobretudo àqueles mais ligados ao meio sindical. Enquanto isso, o presidente do PTB mageense, Dr. Radamés Marzullo, adversário dos comunistas de longa data (responsável pela cassação dos vereadores comunistas eleitos em 1947), assistia a essa coligação com reservas. Tal situação foi inclusive explicitada pelo vereador do PTB Paulo Leitão Junior, por ocasião de sua posse, quando criticou o candidato do seu partido ao governo municipal, declarando que se inspirava no presidente Radamés Marzullo e que apoiaria, portanto, o prefeito Waldemar Lima Teixeira. Ao final da mesma reunião, porém, solicitou retificação no registro

de seu discurso afirmando que “*apoiaria indicações do Sr. Prefeito sempre que elas visassem o bem estar coletivo*”.³⁴⁴

Por outro lado, o PSD também teve perdas significativas. Um de seus vereadores eleitos, Emigdio Dutra de Farias, logo no início do mandato, buscou transferir-se para a UDN, seu antigo partido, que fazia oposição ao governo de Waldemar Lima Teixeira. Por ocasião da mudança partidária, a bancada da UDN comemorou o seu retorno ao “partido da eterna vigília”, mas pouco depois o vereador dedicou-se a organização do PST em Magé.³⁴⁵

A despeito das constantes mudanças de partido registradas na política municipal, o PSD já vinha passando por uma grave crise em todo estado, particularmente desde que o governador Miguel Couto Filho se desligou do partido, levando consigo diversos aliados. No que tange ao PSD em âmbito municipal, antes mesmo da eleição de 1958, o próprio diretório já havia indicado a necessidade de “*intensificação eleitoral e organização dos departamentos trabalhista e feminino*”³⁴⁶, pois de fato observamos que havia poucos trabalhadores filiados neste período, sendo ainda mais difícil encontrar mulheres atuando no partido, sobressaindo em seus quadros um grande contingente de comerciantes, que ocupavam quase a metade do diretório.

No início da década de 1960, a situação se agravou, pois embora o PSD tenha proposto uma ampliação no número de vagas do diretório, de trinta para sessenta membros, “*tendo em vista o crescimento do partido em todos os distritos do município*”³⁴⁷, sua ligação direta com membros da classe trabalhadora reduziu sobremaneira. Antigos dirigentes sindicais que militavam no partido, como Jair Rosa de Arruda e Virgílio Nogueira, por exemplo, foram candidatos a vereador em 1962, respectivamente, pelo PTB e pelo PL, sem falar nos filiados recém falecidos, como Ramiro Duarte Pinto, que foi dirigente da Aliança Operária nos anos 30. Diante desse quadro, operários ligados a Waldemar Lima Teixeira tentaram lançar uma chapa de oposição aos comunistas no sindicato, buscando inclusive atrair trabalhadores que militavam no PCB. “*Uma vez me fizeram uma proposta para concorrer com Astério dos Santos à presidência do sindicato, mas eu não aceitei. Como é que eu ia concorrer com Astério, meu amigo do peito?...*”³⁴⁸. Por outro lado, alguns nomes de peso, outrora abrigados em outros partidos, ingressaram no PSD, como o Dr. Radamés Marzullo, mas que faleceu pouco depois.

³⁴⁴ CMM. Livro de Atas n.20 (18/07/1958 a 06/11/1959). fl.22.

³⁴⁵ Luta Democrática. 23/08/1961. p.3.

³⁴⁶ Diretório Municipal do PSD de Magé. Ata de Reunião do Diretório Municipal. Magé: 30/03/1958. p.2. Acervo: CPDOC.

³⁴⁷ Diretório Municipal do PSD de Magé. Ata de Reunião do Diretório Municipal. Magé: 09/06/1963. p.2. Acervo: CPDOC.

³⁴⁸ Entrevista concedida por Paulo Lopes a Juçara Mello. 2005.

Neste panorama, foi possível perceber o quanto as experiências dos trabalhadores e suas relações com os sindicatos configuraram como uma escola, propiciando aprendizados, mobilizações coletivas e o surgimento de novas lideranças que mais tarde conquistaram as diretorias dessas entidades, a partir de comissões de fábrica. Tudo isso, somado a conjunturas mais amplas, propiciou a aliança PCB-PTB em Magé, que se estabeleceu centrada na atuação sindical têxtil, mas também se espalhou junto a outras categorias, como a dos trabalhadores rurais.

A “luta democrática” de Tenório Cavalcanti

As memórias sobre a atuação política de Tenório Cavalcanti em Magé estão diretamente ligadas aos conflitos de terra que se intensificaram no início da década de 1960. De acordo com os relatos dos próprios trabalhadores rurais, homens a mando do deputado ocupavam terras no município e dividiam em lotes para distribuí-los a migrantes oriundos basicamente do Espírito Santo e de estados do nordeste, parte deles inclusive trazida pelo próprio Tenório, que ainda hoje é lembrado como “*companheiro dos trabalhadores*” e “*braço forte dos posseiros*”.³⁴⁹

Sobre sua trajetória – uma das mais notórias da política fluminense e de projeção nacional – muito já se produziu, entre livros, filmes e pesquisas acadêmicas. Por ser um personagem aparentemente controverso, repleto de nuances em seus posicionamentos, mas também instigante e cercado por uma certa mitologia do justiceiro, que mesclava sua atuação como “advogado do povo” e “pistoleiro vingador das multidões”, Tenório Cavalcanti consagrou-se como o “homem da capa preta”, sempre acompanhado de sua inseparável metralhadora “Lurdinha”. Porém, não pretendemos estabelecer aqui uma discussão teórica mais específica sobre as relações construídas por Tenório no campo político fluminense, nem tampouco enquadrá-las em categorias conceituais.³⁵⁰

Conforme já apontamos, nosso intento será mapear sua atuação no campo político magense, em especial nas suas relações com o mundo do trabalho. E, de fato, dentre as forças

³⁴⁹ Cf. TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ. Seropédica, RJ: mestrado pelo CPDA/UFRRJ, 2011. pp.59-64.

³⁵⁰ Dentre as produções que discutem os principais códigos, linguagens e práticas que permitem explicar o fenômeno Tenório Cavalcanti, destacamos os trabalhos de Israel Beloch, que investe na categoria “coronelismo urbano”; Mário Grynspar, que diversamente de Beloch utiliza os conceitos de “patronagem” e “clientelismo”; e Claudio Silva, que, dialogando com as noções de “populismo”, caracteriza o “tenorismo” como uma espécie de “udenismo popular”. Cf. BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986. ed.2; GRYNSPAN, Mario. *Os Idiomas da Patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti*. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1990. n. 14; e SILVA, Claudio Araújo de Souza e. *A virtude dos sacrifícios versus a ciência das transações: Tenório Cavalcanti e o campo político do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: doutorado em Ciências Sociais pela UERJ, 2012.

políticas analisadas neste capítulo, Tenório Cavalcanti cronologicamente foi “o último a chegar”, porém não menos importante. Ao pesquisarmos as matérias publicadas sobre o município em seu periódico, o “*Luta Democrática*”, foi possível mapear as primeiras incursões do parlamentar de Duque de Caxias em terras mageenses.

O “jornal de Tenório” foi fundado em 1954, com sede no Rio de Janeiro, então Capital Federal, e grande tiragem de exemplares, logo passando a inaugurar sucursais em bairros cariocas, como Campo Grande; na capital do Estado do Rio de Janeiro, Niterói; na cidade de Duque de Caxias, obviamente, e em outras da Baixada Fluminense, inclusive Magé. Por meio do *Luta Democrática*, Tenório investia no alargamento de seu raio de ação política em território fluminense, angariando mais correligionários.

(...) Buscando afirmar-se como uma nova liderança no contexto nacional, Tenório o fazia, também, procurando constituir-se em legítimo representante e porta-voz daquele que se impunha como um novo ator na cena política. Por isso mesmo, seriam estabelecidos vínculos com as organizações camponesas existentes no Estado, passando Tenório e seu jornal a apoiar, estimular e dar cobertura a ações suas como as invasões de terras. Num contexto de crescente mobilização, no entanto, os próprios homens de Tenório passariam a promover tais ações. (...) E a experiência na formação de grupos armados, se mostrariam fundamentais (...) Tão logo uma fazenda era ocupada, Tenório, em Brasília, e também o *Luta Democrática*, começavam a exercer pressão visando sua desapropriação e entrega aos camponeses (...) ³⁵¹

As primeiras matérias publicadas sobre Magé em seu jornal se referem à instalação do diretório municipal da UDN, em junho de 1954, já vislumbrando as eleições daquele ano, em “*mais uma viagem do deputado pelo interior do Estado, visitando municípios fluminenses*”. Inclusive, o diretor de propaganda do diretório, Paulo Leitão Junior, passou a ser correspondente do *Luta Democrática* em Magé. Neste sentido, tanto o surgimento desse veículo de imprensa, quanto essas caravanas, configuravam como uma tentativa de Tenório em expandir seu eleitorado para além de Duque de Caxias, tendo em vista que, nas eleições de 1950, ele foi eleito deputado federal – ela primeira vez – obtendo a quarta e última vaga da bancada udenista, com apenas 9.072 votos. ³⁵²

Na cerimônia de inauguração do diretório, o deputado defendeu, em detrimento do salário mínimo, o que chamou de “salário justo”. Para ele, “*o primeiro é um artifício, com a exclusiva finalidade de trazer popularidade para um presidente popular [referia-se a Vargas] e conduzir milhões aos institutos. O segundo é o pagamento justo para o operário que merece e deve perceber mais do que o suficiente para a subsistência e educação dos seus filhos*”. Ao

³⁵¹ GRYNSPAN. *Os Idiomas da Patronagem*, op.cit. p.15.

³⁵² SILVA.. *A virtude dos sacrifícios versus a ciência das transações*, op.cit. p.58.

mesmo tempo em que dirigia suas críticas ao governo federal, Tenório denunciou o governador Amaral Peixoto – um antigo adversário – pelo “*abandono e pela corrupção que entravam o progresso do Estado*”.³⁵³

Poucos meses depois, durante a convenção do diretório municipal, apresentou os pretendentes udenistas ao próximo pleito, em todos os cargos eletivos, entre eles o candidato a prefeito Anibal Antônio da Silva e Argeu Couto de Brito, “*da América Fabril*”. Na reportagem, o jornal destacou o discurso do senador e candidato ao governo fluminense José Carlos Pereira Pinto, que vislumbrava um futuro promissor para Magé “*quando a administração converter esse município em celeiro da Capital da República*”. Em seguida, o deputado Abelardo Maia discursou sobre o trabalhismo, que para ele significava “servir àqueles que trabalham e não se servir dos que trabalham”, argumentando que “*os que se servem dos que trabalham atrelaram, mediante negociações mesquinhas e vergonhosas, o PTB ao maior inimigo dos trabalhadores, o PSD*”. Ao final, quando um jovem se referiu a Amaral Peixoto como “*um comandante que enjoa na barca da Cantareira*” (numa alusão ao período em que ele foi oficial da Marinha), Tenório logo o advertiu afirmando que o governador “*não enjoa nem na barca do Estado do Rio, sacodida pela onda de inquietação política*” e que, por isso, “*nós é que estamos enjoados do Sr. Amaral Peixoto*”.³⁵⁴

Vale ressaltar que essa rivalidade entre Tenório Cavalcanti e Amaral Peixoto remontava ao período do Estado Novo, quando o político de Caxias envolveu-se em sérios conflitos com o Coronel Agenor Barcelos Feio, então Secretário de Segurança do interventor. No pós-guerra, a situação se agravou quando Amaral teria lhe convidado a ingressar no recém criado PSD e não obtido sucesso, na medida em que Tenório condicionava sua adesão ao partido, entre outros pedidos, à demissão de diversos integrantes da polícia naquele município. Desde então, tornou-se um inimigo declarado do antigo interventor, passando a ser, juntamente com seus aliados, duramente perseguido pela “gang de Amaral Peixoto”.³⁵⁵

Por isso mesmo encontramos uma série matérias no *Luta Democrática* dando conta de denúncias sobre conivências das autoridades policiais de Magé com os jogos de azar e as “casas de lenocínio”, constantemente atribuídas ao delegado e membro do PSD local Abílio Gomes Vieira (o mesmo que atuou na repressão à greve em favor de Darcy Câmara, abordada no primeiro capítulo deste trabalho). O delegado era acusado de prender arbitrariamente adversários políticos dos pessedistas durante a campanha eleitoral e de proteger contraventores no

³⁵³ *Luta Democrática*. 19/06/1954. p.3. Para um estudo mais aprofundado sobre a atuação da UDN. Cf. BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

³⁵⁴ *Luta Democrática*. 11/08/1954. p.8.

³⁵⁵ GRYNSPAN. *Os Idiomas da Patronagem*, op.cit. pp.10-11.

chamado “jogo do bicho” em “*retribuição ao seu trabalho na eleição*”³⁵⁶. Essas denúncias tornaram-se mais frequentes após a inauguração de uma sucursal do jornal na cidade, em setembro de 1954, durante a campanha eleitoral, tendo o seu diretor, Oswaldo de Freitas, registrado queixa contra o delegado Abílio por espancamento.³⁵⁷

De acordo com o jornal, a cada notícia veiculada, o delegado rumava em direção a Rádio Magé, inaugurada recentemente, para se defender das acusações, pois a emissora “*pertencia ao deputado pessedista José Pedroso*” e “*órgão oficial do PSD em Magé*”.³⁵⁸

Do ponto de vista eleitoral, o pleito de 1954 foi bastante proveitoso para Tenório Cavalcante, que obteve 1.050 votos em Magé³⁵⁹, entre os cerca de quarenta mil que conquistou no Estado, tornando-se o deputado federal fluminense mais votado naquele ano. Além disso, após publicar reportagens sobre o atraso de salários aos funcionários da Rádio Magé, o deputado udenista acabou adquirindo a emissora³⁶⁰, posteriormente transformada na Rádio Difusora de Duque de Caxias, em 1957, integrando a Organização Tenório Cavalcante, que reunia o jornal, a rádio e buscava a concessão de um canal de televisão.

Passada a eleição de 54, o *Luta Democrática* permaneceu apresentando diversas denúncias contra o delegado Abílio, mesmo após o fechamento de sua sucursal no município, ocorrida no início de 1956³⁶¹. Essas matérias recorrentemente se referiam à “*jogatina amparada pelo governo para amealhar o dinheiro necessário sem qualquer procedência*”. Afirmavam que o jogo clandestino era uma “*instituição legal no Estado do Rio*” e citavam o Coronel Barcelos Feio, recém eleito deputado federal pelo PSD, como mentor de uma “*caixinha do jogo do situacionismo fluminense*”³⁶². Um cassino que funcionava em Magé, no distrito de Guia de Pacobaíba, sempre era mencionado pelo jornal, cujo funcionamento era liberado “*com o consentimento do delegado*”³⁶³. O interessante é que Tenório, embora criticasse a prática, afirmava que “*sem ser contra o jogo, jamais o admitiu como instrumento de corrupção*”.³⁶⁴

³⁵⁶ *Luta Democrática*. 02/11/1954. p.1.

³⁵⁷ *Luta Democrática*. 19/11/1954. p.5.

³⁵⁸ *Luta Democrática*. 02/11/1954. p.5; e 09/11/1954. p. 4.

³⁵⁹ *Luta Democrática*. 29/10/1954. p.4.

³⁶⁰ *Luta Democrática*. 15/08/1956. p.7. A transferência da Rádio Magé para Duque de Caxias também foi registrada em livros que versam sobre a história do município. Cf. SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé...* op.cit., p.215; e COELHO, Mário. *Magé do meu tempo: memórias, prosa e verso*. Magé: s/d, 2012. p.88.

³⁶¹ *Luta Democrática*. 29/02/1956. p.3. O jornal chegou a publicar o anúncio: “*não temos mais sucursal em Magé, nem representante ou correspondente*”.

³⁶² *Luta Democrática*. 24/11/1954. p.1.

³⁶³ *Luta Democrática*. 30/03/1958. p.1. Este cassino, que funcionou “com o beneplácito da polícia”, também foi citado pelo jornalista Mário Coelho em suas memórias: “Taxis para transportar os frequentadores estacionavam na Rua Álvaro Alvim, na Cinelândia”. Cf. COELHO. *Magé do meu tempo*. op.cit. pp.57-58.

³⁶⁴ *Luta Democrática*. 06/10/1961. p.3. Tenório também se colocava como favorável à regulamentação do chamado “Jogo do Bicho”. Convém ressaltar que outros jornais também criticavam a conivência da polícia com o funcionamento do Cassino em Magé. Cf. *A Noite*. 09/01/1962. p.9; *Última Hora*. 09/06/1961. p.3.

A ofensiva sobre o “Capitão Abílio” se recrudesceu após o assassinato de pescadores em Mauá, Guia de Pacobaíba, que estaria vinculado a um rendoso negócio de currais de peixes. Batizado como a “Chacina de Magé”, o jornal acompanhou todo o rumo das investigações até o julgamento, nos mesmos moldes já apontados por Grynspar – “*com manchetes escandalosas, fotos e descrições detalhadas de crimes*”³⁶⁵ – sempre acusando o delegado como sendo um dos mandantes dos assassinatos. Exigia, inclusive, a exoneração de Abílio, sob a alegação de que “*sem o afastamento do delegado de Magé, mais este crime ficará impune*”.³⁶⁶

O próprio Tenório Cavalcanti, em sua coluna diária no jornal, abordou em outro episódio as rivalidades que mantinha com o delegado de Magé, sugerindo que elas vinham de longa data. Na ocasião, o deputado enaltecia o governador Miguel Couto pela nomeação de Paulo Mauriti para a Secretaria de Segurança:

(...) Agora mesmo fomos alvejados pelo ódio de um indivíduo que cresceu como capanga do amaralismo fluminense. O delegado de Polícia de Magé, serviçal do amaralismo, quis renovar as façanhas, abolidas por Miguel Couto, agredindo um repórter e ameaçando outros, inclusive de *Luta Democrática*, o mais visado, por ser o responsável do meu jornal. (...) A providência de Paulo Mauriti foi pronta e eficaz. (...) Mandou investigar a procedência do fato, pela imprensa noticiado, prometendo punição da autoridade atrabiliária, truculenta. (...) ³⁶⁷

Vale ressaltar que, neste contexto, o governador pessedista Miguel Couto já evidenciava discordâncias com aliados do seu antecessor e presidente estadual do partido, Amaral Peixoto, fato que culminaria com seu desligamento do partido, pouco depois. Para os pessedistas, este rompimento representou uma “*grave crise pela qual está passando o Partido Social Democrático em todo o Estado*”. Em Magé, particularmente, a parceria do governo municipal com o governo de Miguel Couto foi decisiva para diversos investimentos na cidade, com destaque para os convênios que previam a construção de estradas, “*especialmente a que está sendo construída pelo Prefeito Olívio de Mattos ligando Entroncamento a Santo Aleixo*”.³⁶⁸

A propósito, os primeiros registros que encontramos de conflitos ocorridos a partir da abertura dessa estrada foram noticiados no jornal *Luta Democrática*, por meio de uma carta

³⁶⁵ GRYNSPAN. *Os Idiomas da Patronagem*, op.cit. p.13.

³⁶⁶ *Luta Democrática*. 14/04/1957. p.1.

³⁶⁷ *Luta Democrática*. 13/12/1956. p.3. O delegado de Magé era oriundo da Polícia Militar, tendo ingressado na corporação em 1925, como soldado, passando por diversas graduações até chegar ao oficialato, no ano de 1942, tendo sido promovido a capitão em 54. Residia na cidade desde o início da década de 1940 e em sua carreira militar “*participou ativamente das revoluções de 30, 32 e 35*”. Cf. SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé...* op.cit., p.40.

³⁶⁸ Diretório Municipal do PSD de Magé. Ata de Reunião do Diretório Municipal. Magé: 30/03/1958. p.2. Acervo: CPDOC.

enviada pelo lavrador Diomedes Pinto Machado, em 1956, da Fazenda Cachoeirinha. Embora a carta não tenha sido publicada na íntegra, a matéria destacou que o lavrador falava em nome de duzentas pessoas e denunciava “os martírios e perseguições que sofrem por parte dos donos da fazenda, que armados com seus capatazes, obrigando os agregados a derrubar as plantações que tinham para plantar capim”, não os indenizando pelos prejuízos causados. O único trecho reproduzido da carta consistia num apelo: “*Não queremos sair da roça e sim que nos paguem com justiça*”³⁶⁹. No ano seguinte, o jornal publicou que o deputado estadual Zulmar Batista (PSB) solicitava ao Secretário de Segurança providências contra as atividades de grileiros no município de Magé³⁷⁰, fato que voltou a se repetir em 1958 na Assembleia Legislativa, quando o deputado José Bernardo (PTB) assumiu a tribuna do parlamento para dar conhecimento de um abaixo-assinado subscrito por moradores de Magé, apelando às autoridades para “*frustrar as atividades dos grileiros na Fazenda do Lago*”.³⁷¹

Ao se aproximar as eleições de 1958, uma forte inflexão se deu na atuação política de Tenório Cavalcanti. Tendo a candidatura do trabalhista Roberto Silveira ao governo do Estado consolidado uma surpreendente aliança PTB-UDN e o PSD lançado como seu concorrente um antigo amigo e aliado de Tenório, Getúlio de Moura, o deputado de Caxias resolveu contrariar a decisão do seu partido, apoiando o pessedista. Este episódio, associado ao ascendente desempenho eleitoral de Tenório, sendo novamente o deputado federal fluminense mais votado, evidenciava seu notável capital político independente da UDN, fazendo com que mais tarde ele rompesse definitivamente com o partido, em 1960.³⁷²

Nos dois anos seguintes, a atividade política do deputado se intensificou bastante, tendo sido candidato, em 1960, pelo Partido Rural Trabalhista (PRT) ao governo do Estado da Guanabara, criado após a transferência da Capital Federal para Brasília; e, em 62, candidatou-se a governador fluminense e a deputado federal, agora pelo PST.

Interessante observar que em sua campanha a governador da Guanabara, embora já engajado na mobilização de trabalhadores rurais e com atuação forte no chamado “Sertão Carioca” (antiga zona rural da cidade do Rio de Janeiro), Tenório Cavalcanti procurava manter um discurso afastado de grupos “de esquerda”, conforme demonstrou durante um comício em Sepetiba ao tratar da mística em torno de sua famosa capa preta, que possuía forro interno na

³⁶⁹ *Luta Democrática*, 18/10/1956. p.6.

³⁷⁰ *Luta Democrática*, 04/12/1957. p.6.

³⁷¹ *Luta Democrática*, 08/08/1958. p.3.

³⁷² Na coluna “*Diálogos nas Ruas*”, os otimistas partidários de Tenório esperavam alcançar, ao menos, cem mil votos e argumentavam: “*Não será difícil, basta a votação de Nova Iguaçu, Nilópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti e Magé, e o reforço de outros núcleos da Baixada Fluminense*”. Cf. *Luta Democrática*, 24/08/1958. p.3. Ao final da eleição, Tenório foi eleito com “apenas” 46.029 votos.

cor vermelha: “Era melhor ter aquele vermelho como um anteparo aos maus, aos ladrões, do que ver ‘outro vermelho’ implantado entre o povo. Seu vermelho não representa ideias extremistas, mas ia servir para levar o povo ao poder”.³⁷³

Ficando em terceiro lugar nesta eleição, Tenório logo retornou seu foco político para a Baixada Fluminense, já vislumbrando sua candidatura ao governo do estado do Rio de Janeiro. Logo no início de 1961, já desferia críticas à Guanabara, após noticiar que caminhões do governo da antiga capital transportavam e desembarcavam mendigos em cidades vizinhas. “Mas não é somente ladrões e assaltantes com que o governo carioca presenteia o Estado do Rio. Poucos dias faz [sic], também um caminhão de mendigos foi despejado nas imediações do município de Magé, pois acha o Sr. Carlos Lacerda que os mendigos da Guanabara devem ser mantidos e cuidados pelos fluminenses”.³⁷⁴

Por outro lado, o trágico falecimento do governador Roberto Silveira, em 61, reorientou paulatinamente as alianças políticas fluminenses. O vice Celso Peçanha, do PSD, apoiado por Tenório em 58, assumiu o governo. Nesse período, já percebemos o quanto as matérias referentes aos conflitos no campo adquiriam destaque nas páginas do *Luta Democrática* e, a partir de abril daquele ano, começaram a ser publicadas diversas matérias sobre Magé relacionadas ao tema. Quase a totalidade delas referentes ao distrito de Suruí, noticiando particularmente problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais do “Sítio da Conceição”, com a queda de uma ponte.³⁷⁵

(...) Caiu há oito meses a única ponte que permitia aos lavradores daquele local transportarem suas mercadorias, quer para Magé, quer para Caxias. Agora, tem que fazer um rodeio por Pau Grande, ou então, enfrentar em lombo de burro até Suruí, para obterem condução. O prefeito de Magé esqueceu daquele distrito e aquela gente está tendo prejuízo, entre culturas que se perdem por falta de condução ou encarecimento pelo transporte. (...) ³⁷⁶

Tendo em vista que “Magé e suas terras, griladas muitas e a maior parte inculta, volta e meia anda na seção das reclamações”, o jornal *Luta Democrática* noticiou que os mora-

³⁷³ *Luta Democrática*. 31/05/1960. p.2.

³⁷⁴ *Luta Democrática*. 20/02/1961. p.3. Esta lamentável prática tornou-se rotineira e depois passou a incluir crimes de assassinato de mendigos, cujos corpos normalmente eram encontrados na Baixada Fluminense, no que ficou conhecida, anos depois, como “Operação Mata-Mendigo”, sendo responsabilizados à época o governador Lacerda e autoridades policiais. Cf. *Última Hora*. 30/01/1963. p.10.

³⁷⁵ Em seu estudo, Marco Antônio Teixeira analisou este sítio – por ele denominado como Fazenda Conceição de Suruí – além de outros locais em conflito, como a gleba América Fabril e a Fazenda Cachoeira Grande, todas áreas vizinhas entre si e localizadas nas proximidades da Estrada Piabetá – Santo Aleixo. O “Sítio Conceição”, porém, ficava um pouco mais distante dos demais, existindo até um outro pequeno caminho que levava do sítio àquela estrada. Na outra extremidade, bem mais distante, encontrava-se a Rodovia Rio-Magé, que separava o sítio e o centro do distrito, onde havia uma estação de trem. Cf. TEIXEIRA, op.cit.

³⁷⁶ *Luta Democrática*. 05/05/1961. p.5. Um mês antes, o jornal reclamava que uma rede de valas elaborada por lavradores na Fazenda Funchal e que servia para a drenagem do terreno havia sido destruída por engenheiros do Departamento de Estradas e Rodagem (DER). Cf. *Luta Democrática*. 05/04/1961. p.4.

dores locais – leia-se Suruí – fundaram o Instituto de Divulgação, Estatística, Instrução e Administração (IDEIA), que “começou um levantamento, inclusive fotográfico, das glebas ocupadas ou não, daquela zona”, tendo entregue um dossiê com este levantamento ao governador Celso Peçanha, que visitou o distrito.³⁷⁷

A esta altura, também já se iniciava uma aproximação entre o grupo de Tenório Cavalcanti e a direção da FALERJ, presidida por Manoel Ferreira de Lima, que tem dinamizado as associações de lavradores em todo estado e orientado a entidade “*nos caminhos das reivindicações da justiça social cristã*”³⁷⁸. Simultaneamente, o *Luta Democrática* intensificava a cobertura de diversos conflitos relacionados à questão do acesso a terra, tanto no espaço urbano (sobretudo no que tange às favelas cariocas), quanto no espaço rural, onde normalmente as notícias relatavam disputas entre posseiros, proprietários e “*grileiros mancomunados com os poderes públicos e amparados pela polícia*”.³⁷⁹

Em franca campanha ao governo fluminense, Tenório ainda buscava obter apoio dos possedistas, chegando a propor uma aliança a lideranças do partido, como o Gouveia de Azevedo e Hamilton Xavier: “*Da outra vez eu socorri o PSD [referindo-se ao apoio nas eleições de 58]. Agora vocês querem dividi-lo. Parece-me mais acertado unirem ombros comigo e libertarmos de vez a Velha Província do marasmo em que tem vivido*”.³⁸⁰

No decorrer dessas investidas junto ao PSD, acabou ocorrendo um encontro em Magé que – para os objetivos deste capítulo – simbolizou a reunião das principais forças políticas atuantes no município. Estavam sendo realizados os festejos de aniversário da cidade e o prefeito Waldemar Lima Teixeira, então candidato a deputado estadual, organizou uma movimentada programação com desfile cívico, apresentações culturais, comícios e caravana percorrendo os distritos, com destaque para as visitas aos sindicatos dos têxteis de Santo Aleixo e Pau Grande, presididos respectivamente pelo comunista Astério dos Santos e pelo petebista Guilherme de Carvalho, parceiros na aliança PCB-PTB³⁸¹. Dentre os membros da comitiva estavam o governador do estado Celso Peçanha, o presidente do PSD fluminense Amaral Peixoto e o deputado federal Tenório Cavalcanti, que levou sua emissora de rádio e seu jornal para cobrir todo o evento.³⁸²

³⁷⁷ *Luta Democrática*. 07/07/1961. p.5.

³⁷⁸ *Luta Democrática*. 17/06/1961. p.4.

³⁷⁹ SILVA. *A virtude dos sacrifícios versus a ciência das transações*, op.cit. p.126.

³⁸⁰ *Luta Democrática*. 16/06/1961. p.4.

³⁸¹ A visita do governador também foi veiculada em outros jornais. No periódico *Diário Carioca*, por exemplo, foi destacado um trecho do discurso de Celso Peçanha na entidade sindical de Santo Aleixo, afirmando que “*é sempre agradável visitar aquele sindicato, pois nele estive como deputado federal [então pelo PTB], vice-governador e agora como governador*”. Cf. *Diário Carioca*. 14/06/1961. p.5; *Diário de Notícias*. 11/06/1961. p.6.

³⁸² Poucos meses depois, Tenório Cavalcanti e Celso Peçanha seriam condecorados na Câmara Municipal de Magé com o título de “Cidadão Mageense”. Cf. *Luta Democrática*. 25/08/1961. p.1.

(...) Cerca de 11h, chegaram o governador e o prefeito Lima Teixeira à Fábrica Esther, em Santo Aleixo, onde eram aguardados pelos alunos do Grupo Escolar e Ginásio locais, operários e muito povo. A seguir, as autoridades e comitiva dirigiram-se ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Magé e Santo Aleixo. (...) O presidente do Sindicato saudou as autoridades, congratulando-se com a honra dispensada aos magesenses pela alta administração do Estado, vindo participar das festas aniversárias. Abordou ainda aspectos da atividade sindical, sendo muito aplaudido. O governador Celso Peçanha agradeceu e num vibrante discurso ocupou-se das reivindicações de Magé e dos operários de fiação, hipotecando-lhes seu apoio. O governador, na ocasião, contribuiu com quarenta mil cruzeiros para as obras de ampliação do Sindicato, registrando-se outras contribuições de personalidades presentes. (...) Depois dirigiram-se a Pau Grande, onde diretores e operários da Companhia América Fabril receberam os visitantes com brilhante sessão solene, após o que o governador visitou o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Vila Inhomirim, onde nova sessão solene teve lugar (...).³⁸³



IMAGEM 11: Solenidade no Sindicato de Santo Aleixo, reunindo (da esquerda para a direita) o prefeito Waldemar Lima Teixeira, o deputado Tenório Cavalcanti, o presidente da entidade Astério dos Santos, o governador Celso Peçanha (acompanhado da esposa) e o líder do pessedista Amaral Peixoto

Fac-símile do *Luta Democrática*. 20/06/1961. p.4.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Mas não se enganem, prezados leitores. As eleições de 1962 se aproximavam e essa aparente harmonia estava com os dias contados...

³⁸³ *Luta Democrática*. 20/06/1961. p.4.

A HIDRA DE “FOICE E MARTELO”

(...) Assim, quando os operários forem à greve, os camponeses ocuparão as terras; e, quando os camponeses ocuparem as terras, os operários irão à greve em seu apoio. Nem o mais forte exército do mundo poderá esmagar essa aliança de operários e camponeses.³⁸⁴

As ações conjuntas entre os trabalhadores rurais e têxteis de Magé já despertavam a preocupação das autoridades judiciárias há algum tempo. E não apenas as estreitas ligações entre os presidentes dos respectivos sindicatos, mas sobretudo as manifestações de apoio mútuo entre as categorias nos momentos de dificuldade.

Durante o acirramento dos conflitos de terra no município, no início dos anos de 1960, quando relevantes contingentes de trabalhadores rurais foram despejados por ordem judicial e refugiaram-se em outras fazendas da região, diversas comissões de operários e dirigentes sindicais (incluindo os têxteis) foram visitá-los para prestar apoio e doar roupas, sapatos, medicamentos e gêneros alimentícios, “*numa verdadeira campanha de solidariedade entre o trabalhador do asfalto e o homem do campo*”, conforme enfatizaram alguns jornais à época.³⁸⁵

Em novembro de 1962, chegou a ser instaurado um inquérito policial na Delegacia de Magé, por ordem do juiz da comarca, sendo vários trabalhadores investigados por “*liderarem mobilizações sindicais e a ocupação de uma área pertencente à Companhia América Fabril [proprietária da Fábrica Pau Grande], com o objetivo de desencadear, na prática, a Reforma Agrária*”.³⁸⁶

No âmbito nacional, o protagonismo político conquistado pela classe trabalhadora também era visto com reservas, principalmente quando era associado à ascensão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seu livre trânsito junto ao governo do presidente João Goulart. Poucos dias após o famoso Comício de 13 de Março de 1964, por exemplo, o Jornal do Brasil discutia o prognóstico de que a situação mais parecia um “*barril de pólvora prestes a explodir*”.³⁸⁷

³⁸⁴ Panfleto apreendido pela polícia na sede do sindicato dos trabalhadores rurais em Magé. Este trecho foi citado pelo Juiz da cidade Nicolau Mary Júnior ao decretar, em 26/07/1963, a prisão preventiva de mais cinco acusados de esbulho possessório, estelionato, incitamento à violência e subversão à ordem pública, em inquérito instaurado na delegacia local. In: BNM 302. fl.432.

³⁸⁵ *Terra Livre*. Fev/1963. p.5; *Luta Democrática*. 22/05/1963. p.5; e *Última Hora*. 20/09/1963. p.2.

³⁸⁶ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985. ed.5. p.126. Dentre os processos do acervo, o BNM 302 é “*o mais antigo a apurar episódios ligados ao meio rural*”.

³⁸⁷ *Jornal do Brasil*. 22/03/1964. 1º Caderno. p.20. Apud: GRZYNSZPAN, Mario. *Conflitos: expressão pública e gênese de grupos sociais*. In: Sociologias. Porto Alegre: jan/jun, 1999. a.1. n.1. p.149.

Para muitos, era como se a analogia contida no símbolo mor do comunismo – a foice e o martelo – bem como a célebre frase de Marx no final do Manifesto: “*Trabalhadores, unidos!*” – tivesse se tornado uma realidade no Brasil, servindo inclusive como principal argumento para o movimento civil-militar que tomou o poder em 1964.

No município de Magé, em “*face à conjuntura política do Brasil motivada pela Revolução Democrática, eclodida no Estado de Minas Gerais, nos últimos instantes do mês de março do ano em curso*”, a Câmara Municipal deu início, na tarde do dia 02 de abril, mais precisamente às 15h30min, a uma sessão permanente que tinha por objetivo “*limpar Magé, a Terra do Dedo de Deus, da influência comunista e evitar derramamento de sangue*”.³⁸⁸

A histórica sessão cassou o mandato de dois vereadores e acelerou o processo de “impeachment” contra o prefeito da cidade. Iniciada sob a invocação a Deus, à sombra da “*Cruz de Cabral*”, com o respeito e a profunda gratidão às Forças Armadas, registrando votos de louvor a Carlos Lacerda, baluarte da Democracia; valorizando lutas históricas da “*Terra de Tiradentes*”, como os feitos de Guararapes e Farroupilhas; invocando a Pátria, a família, a Bandeira Nacional e a mulher brasileira, por seu extraordinário papel em nossa formação moral; fazendo um minuto de silêncio em memória de todos aqueles que tombaram vítimas do comunismo; e tendo como convidados de honra o deputado estadual Waldemar Lima Teixeira e o vice-prefeito Moacyr Pimentel (ambos do Partido Social Democrático – PSD), além do Promotor Público e do Delegado de Polícia, essa apoteótica sessão permanente, que varou a madrugada e só foi encerrada às 23h30min do dia seguinte, decidiu cassar por unanimidade os mandatos dos vereadores Astério dos Santos e Darcy Câmara, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que “*com suas presenças nesta Casa, no meio de cidadãos democráticos (...) vem, os comunistas, maculando os mais puros princípios de Liberdade Cristã do povo mageense*”. Em seguida, também cassou os suplentes de vereador pelo PSB: Irun Sant’Anna, José Dutra e Manoel Ferreira de Lima. Na ocasião, todos os vereadores e suplentes do partido encontravam-se foragidos.

Além disso, buscaram apressar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada recentemente, destinada a apurar acusações de má utilização de dinheiro público por parte do prefeito de Magé José Barbosa Porto, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tido como comunista, e que sofreria “impeachment” em 06 de maio de 1964. Em seu lugar assumiu interinamente o vice-prefeito Moacyr Pimentel, sendo mais tarde, em 1966,

³⁸⁸ Câmara Municipal de Magé (CMM). Livro de Atas n.25 (30/12/1963 a 28/04/1964). fl.59.

substituído por um interventor federal: o comandante Lauro Guaranys Guimarães, oficial da Marinha do Brasil.

No âmbito sindical, as sedes das entidades foram invadidas pela polícia e a Delegacia Regional do Trabalho resolveu intervir nas direções. No sindicato dos trabalhadores têxteis de Santo Aleixo, por exemplo, onde o vereador Astério dos Santos era presidente e ocupava um cargo de direção na respectiva Federação, todos os seus dirigentes passaram a ter “*policiais da DOPS fluminense no seu encalço*”³⁸⁹, sendo inclusive instaurado um inquérito policial para investigar atos de subversão que teriam sido organizados pela entidade. Deposta toda a direção, foi estabelecida uma junta governativa, tendo como presidente Alexandre Magalhães Neto, secretário Adalberto Pinheiro de Souza e tesoureiro Rolien Dias Castilho.³⁹⁰

O ex-vereador por Magé e líder sindical dos eletricitários, José Aquino de Santana foi preso na Delegacia da cidade e o sindicato que presidia em Niterói também sofreu intervenção federal. Em relação ao sindicato dos trabalhadores rurais de Magé não há registros de intervenção, mas depoimentos de antigos lavradores sinalizam que a entidade permaneceu fechada por alguns anos após o golpe.³⁹¹

Na ocasião, o ex-presidente do sindicato, Manoel Ferreira de Lima, que também era suplente de vereador e membro da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ)³⁹², encontrava-se foragido desde que sua prisão preventiva foi decretada, em julho de 1963, pelo Juiz de Magé, em decorrência daquela investigação policial iniciada no ano anterior.

Após a destituição do presidente João Goulart, este inquérito adquiriu ainda mais “relevância”, compondo posteriormente um longo processo no Superior Tribunal Militar (STM), que só foi concluído em 1970. Os autos indicavam que os trabalhadores rurais passaram a ocupar fazendas no município apoiados pelo prefeito José Barbosa Porto, eleito com apoio do PCB, e por vereadores comunistas, entre eles Darcy Câmara e Astério dos Santos.

O médico e suplente de vereador Irun Sant’Anna ocupava, em abril de 1964, o cargo de assessor técnico do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), quando teve

³⁸⁹ *Última Hora*. 06/04/1964. p.3.

³⁹⁰ DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO (RJ). *Portaria nº SS/40*, de 11/05/1964. O documento assinala que “a entidade se encontrava em estado de abandono, face à fuga de seus diretores”, tendo sido por isso “determinada a intervenção”. Acervo: Ministério do Trabalho. Conteúdo do documento gentilmente cedido por Heliene Nagasava, a quem agradeço.

³⁹¹ Marco Antônio Teixeira, ao pesquisar no acervo do sindicato, encontrou um hiato no livro de atas entre 1962 e 68. Cf. TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFRRJ/CPDA, 2011. p.79. Abordaremos sobre esta questão mais adiante.

³⁹² Em outubro de 1963, a FALERJ se adequou à regulamentação sindical no campo, sendo transformada em Federação dos Pequenos Lavradores e Trabalhadores Autônomos do Estado do Rio de Janeiro, criando assim as condições para a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em dezembro do mesmo ano.

sua prisão decretada, sendo detido em setembro, respondendo a inquérito instaurado pelo Ministério do Exército, a fim de apurar as atividades dos componentes do PCB.

Como é possível observar neste breve cenário, a deflagração do movimento civil-militar de 1964 repercutiu de forma avassaladora no município de Magé, tornando-o palco de acontecimentos que marcaram sobremaneira a memória da cidade, não apenas com a invasão das sedes dos sindicatos pela força policial, mas principalmente com a perseguição a vários trabalhadores, inclusive dentro das fábricas e fazendas. Todos eram considerados comunistas, muitos deles equivocadamente.

À primeira vista, ao relacionarmos o conteúdo do panfleto utilizado pelo Juiz para justificar a prisão dos “subversivos”, as ações e os discursos daqueles que aderiram ao golpe e até mesmo algumas leituras acadêmicas sobre o período, poderíamos apontar que a articulação entre classe trabalhadora e o PCB é essencial para a compreensão desse contexto específico pré-64, similares inclusive ao contexto nacional.

No entanto, neste terceiro capítulo, gostaríamos de discutir mais aprofundadamente esta assertiva, mediante análise das formas de organização e lutas dos têxteis e lavradores no município, enfatizando suas interseções, ações conjuntas, relações partidárias e institucionais, bem como suas vinculações em um contexto mais amplo, bem como questionando o destaque normalmente atribuído ao PCB em detrimento da atuação dos trabalhadores e de outras referências políticas.³⁹³

E para iniciar esta problematização, consideramos apropriado retomar o panfleto citado pelo Juiz Nicolau Mary Júnior, anexado integralmente em outra parte do processo (porém com alguns trechos ilegíveis). Intitulado “*Comitê de Fábrica: Arma de Defesa e de Ataque*”, consistia num folheto de quinze páginas, cujo principal objetivo era minimizar a importância dos sindicatos para a solução dos problemas dos trabalhadores nas empresas, pois “*como está [burocratizado e pouco representativo] serve para muito pouco*”. Por outro lado, procurava estimular a criação de comitês de fábrica, entendido como um organismo que representava todos os trabalhadores e “*semente dos futuros conselhos de operários e camponeses com que os oprimidos e exploradores de hoje exercerão o poder amanhã*”.³⁹⁴

Assinado pelo Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) e publicado entre 1962-63 (não consta data específica), o panfleto relatava a formação de alguns comitês de fábrica no estado de São Paulo e indicava a formação dos primeiros “Conselhos” em empre-

³⁹³ Sobre a crítica aos estudos que atribuem aos comunistas e, de certa forma, ao próprio PCB uma “*espécie de monopólio de ser esquerda no Brasil*”. Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições*. In: FOR-
TES, Alexandre (org.). *História e Perspectivas da Esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Argos, 2005. p.174.

³⁹⁴ BNM 302. fl.259 (anexo). p.03 e 11 passim.

sas fluminenses, particularmente no município de São Gonçalo. Citando trechos do Programa de Transição da IV Internacional, afirmava que o caminho vitorioso a ser trilhado pelos trabalhadores “*não está nas eleições, nos partidos do governo e dos patrões, nem no parlamentarismo, nem no presidencialismo*” e que “*os problemas da classe operária, bem como os problemas gerais do país, só serão resolvidos quando a própria classe operária, aliada aos camponeses, tomar o poder para si e expulsar todos os seus inimigos: patrões, policiais, políticos, militares, banqueiros, latifundiários e imperialistas*”.³⁹⁵

Embora não configurasse como um partido político legalizado, inclusive criticando de forma veemente todo sistema eleitoral, o PORT chegou a lançar candidatos para as eleições de 1962, por meio da legenda do PSB, sobretudo em território paulista, seu principal reduto. Na ocasião, também defendia a formação de “comitês de fazenda”, para que, junto às comissões de fábrica, propiciassem a aliança operária e camponesa, compondo milícias e construindo assim o “partido revolucionário”.³⁹⁶

Na argumentação do Juiz de Magé para justificar as prisões preventivas, além do referido panfleto, constavam outros documentos que foram recolhidos pela polícia por meio de dois mandados de busca e apreensão, em maio de 1963. Primeiramente foi vasculhada a sede do PSB no centro da cidade, que também servia de sede para o sindicato dos trabalhadores rurais e como residência para o seu presidente, Manoel Ferreira de Lima. Em seguida, a polícia partiu para a sede do Centro Pró Melhoramentos de Piabetá, presidido pelo vereador Darcy Câmara, que havia cedido este espaço para que o sindicato ali organizasse uma seção de atendimento aos lavradores do distrito de Inhomirim. Na ocasião, não foram realizadas buscas na sede sindicato dos têxteis, constantemente utilizada para reuniões e eventos sindicais dos lavradores, entretanto o seu presidente – e também vereador – Astério dos Santos foi convocado para prestar depoimento junto à delegacia.

Nestas apreensões foram encontrados outros panfletos, livros, exemplares de diversos jornais, bilhetes, cartas, relações de sindicalizados, cerca de duzentas fotografias 3x4 de lavradores, folhas com anotações contábeis, recibos de pagamentos realizados ao sindicato e até documentos atribuídos à célula municipal do PCB, como uma “ordem do dia” e um “plano de trabalho para noventa dias”, ambos não datados, mas provavelmente elaborados entre 1960-61. Estes últimos, particularmente, também tiveram trechos citados pelo Juiz em sua argumentação, como as orientações para “*ajudar o funcionamento da [então] Associação de La-*

³⁹⁵ BNM 302. fl.259 (anexo). pp.11-12.

³⁹⁶ NETO, Murilo Leal Pereira. *O movimento trotskista e a República democrática (1946-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; e REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp.144-146 e 157 passim.

vradores de Magé” e “levantar as reivindicações da massa, especialmente a posse da terra imediata”.³⁹⁷

Dentre os jornais recolhidos e anexados aos autos, além de exemplares do *Terra Livre* e *Última Hora*, destacou-se a primeira (e única) edição do jornal *Tiradentes*, publicação local produzida em parceria pelos sindicatos dos têxteis (de Santo Aleixo e Pau Grande) com o sindicato dos lavradores do município. Ele foi lançado no Dia do Trabalho, em 1963, como um órgão oficial das classes camponesa e operária, tendo como lema “*Isolados nada somos, unidos seremos fortes!*”. No mesmo mês em que publicaram o jornal, foi realizada a operação policial de busca e apreensão para compor os autos do processo.



IMAGEM 12: Primeira edição do jornal *O Tiradentes* (01/05/1963).

Fac-símile do processo BNM 302. fl.281.

Fonte: Projeto Brasil Nunca Mais Digital (bnmdigital.mpf.mp.br).

Estaria, portanto, uma organização trotskista influenciando decisivamente as ações dos trabalhadores rurais e têxteis de Magé? Adiantamos que não. Como salientou Murilo Pereira Neto, tanto o PORT quanto outra agremiação brasileira seguidora de Leon Trotsky, o Partido Socialista Revolucionário (PSR), contribuíram bem mais para a formação de uma corrente de pensamento na intelectualidade brasileira do que para a sedimentação de suas ideias junto à

³⁹⁷ BNM 302. fl.431.

classe trabalhadora, tendo em vista que os dois partidos mantinham pequenas organizações, que juntas reuniam, segundo estimativas, cerca de trezentos militantes.³⁹⁸

No caso analisado, o panfleto do PORT parecia ser “mais um” entre os diversos enviados ao sindicato, conforme observou o próprio presidente Manoel Ferreira de Lima: “*os volantes apreendidos chegam ao sindicato por remessa de diversas pessoas*”.³⁹⁹

De fato, as agremiações trotskistas não encontraram eco junto à classe trabalhadora de Magé, mas para o Juiz Mary Júnior aquele trecho do panfleto sobre a aliança operária e camponesa – à qual “nenhum exército poderia esmagar” – vislumbrava aquilo que chamou de “*objetivo final dos subversivos*”.⁴⁰⁰

O interessante é que os autos do processo, já em sua fase inicial, forneciam subsídios para identificar variadas forças políticas que atuavam no cenário investigado, mas que acabaram não sendo apontadas nesta etapa do inquérito. Investiu-se, como em tantos outros casos (inclusive acadêmicos), na simples representação da foice e o martelo.

Retomando a discussão do capítulo anterior sobre as forças políticas que atuavam no campo político mageense, em especial nas suas relações com o mundo do trabalho, analisaremos episódios que se tornaram decisivos para a construção do argumento de que esses trabalhadores estavam pondo em risco a Segurança Nacional.

As formas de luta dos trabalhadores rurais

(...) Eu fazia levantamento no cartório através de advogados, então eu ordenava que não pagasse mais aquela renda ao suposto proprietário. Então eu provocava a luta. (...) Ele requeria ao juiz para o despejo daqueles lavradores que não queriam pagar. E então o juiz, mediante aquele documento da pequena área, requeria o despejo. Dentro do tempo, de acordo com a lei, então protestávamos juridicamente. (...) Logo acompanhávamos uma parte dirigida ao governador do estado pedindo a desapropriação da área, porque aquela área está sendo ocupada por um suposto proprietário. É o grileiro que tinha uma pequena área e aproveitava assim de uma grande área.⁴⁰¹

A fala de Manoel Ferreira de Lima explicita uma das formas mais recorrentes de luta adotadas pelos trabalhadores rurais de Magé visando o acesso a terra. Em sintonia com outras associações de lavradores fluminenses, uma espécie de protocolo foi sendo forjada a partir das próprias experiências dos trabalhadores: identificação da área em conflito, aproximação com os trabalhadores locais, pesquisa cartorial, “provocação da luta” junto ao grileiro, espera do

³⁹⁸ NETO, Murilo. op.cit. p.163.

³⁹⁹ BNM 302. fl.363.

⁴⁰⁰ BNM 302. fl.432.

⁴⁰¹ Entrevista concedida por Manoel Ferreira de Lima a Leonilde Medeiros. 1982.

pedido judicial de despejo, apelação ao juiz “de acordo com a lei” reforçando o tempo que os trabalhadores estavam naquelas terras e, por fim, o pedido de desapropriação junto aos governos.⁴⁰²

Com a identificação de diversas fazendas em conflito no município, em meados da década de 1950, o então vereador Manoel Ferreira passou a “*reunir os camponeses, vítimas de grilagens*”, estabelecendo um núcleo da Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF) em Magé, tendo que enfrentar tanto as ações violentas de capangas que amedrontavam trabalhadores rurais em nome de pretensos proprietários de terras, quanto as posturas deletérias de juízes e forças policiais.⁴⁰³

Desde a sua formação, em 1956, a Associação dos Lavradores de Magé esteve em intenso contato com organizações de trabalhadores rurais em Nova Iguaçu e Duque de Caxias, reunidas em torno da ALF, entidade vinculada à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Logo, os líderes camponeses desses municípios – Manoel Ferreira de Lima, Bráulio Rodrigues e José Pureza, respectivamente – iriam se tornar dirigentes da primeira federação da categoria em território fluminense – a FALERJ – e despontar como “*sinônimo de luta pela posse da terra*”, propagando “*os ideais de resistência à expulsão para diferentes regiões do estado*”.⁴⁰⁴

Nesta trajetória, de ALF à FALERJ, os trabalhadores rurais organizados começaram investindo na legislação que previa o usucapião laboral, preceito contido na Constituição de 1946 que possibilitaria ao lavrador o domínio do solo em que atuava, por meio de sentença declaratória em juízo, desde que tenha tornado aquela terra produtiva, nela fixado morada e comprovado o seu tempo de uso, conforme determinado. Entretanto, como relatou o próprio José Pureza, “*isso era uma ilusão de classe, pois, apesar de estar na lei, nunca conseguia*”, tendo logo passado a investir na desapropriação das terras, “*revirando os cartórios*”.⁴⁰⁵

(...) Essa reforma agrária nós não sabíamos mesmo como iniciar, mas de acordo com a nossa luta, a realidade que aparecia, nós começávamos. Errava, depois se afastava, voltava, começava de novo pra acertar, até chegarmos a uma certa conclusão, que pegamos mais ou menos o fio da meada (...) Porque os grileiros, eles sempre tinham os seus padrinhos e afiliados, em que procurava atrapalhar tudo. Então foi quando achamos por bem lutar pela de-

⁴⁰² Ao analisar as lutas pela terra na Baixada Fluminense durante as décadas de 1950 e 60, por meio da imprensa, Mario Grynszpan desenvolveu um interessante estudo, cujo objetivo não se restringia aos conflitos em si, mas buscava compreender os processos de produção das expressões públicas do litígio. Nesse sentido, por exemplo, o autor identificou que a designação de “posseiro” tornou-se uma categoria fundamental na batalha jurídica pela posse da terra. Cf. GRYSZPAN, Mario. *Conflitos: expressão pública e gênese de grupos sociais*. In: Sociologias. Porto Alegre: jan/jun, 1999. a.I. n.1. pp.146-166.

⁴⁰³ Terra Livre. Fev/1956. p.3.

⁴⁰⁴ SILVA, Luiz Rogério Oliveira da. *As representações travestidas de militante*. In: História Social. Campinas: Unicamp, 1996. n.3. pp.56-57.

⁴⁰⁵ Entrevista concedida por José Pureza a Leonilde Medeiros. 20/02/1980.

sapropriação das terras. Então nós começamos a fazer levantamento das terras do estado. A luta pela desapropriação era uma luta que, inclusive, o povo da cidade achava bonito, apoiava. Mas quando a gente chegava nos poderes públicos, ele só com uma palavra, ele acabava tudo, toda aquela luta...(...) ⁴⁰⁶

Nas memórias dessas lideranças, o curto mandato do governador Roberto Silveira, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi considerado um momento importante. “*O governo que mais fez*”, pois “*galgamos um pouco quando ele entrou*”, afirmou Pureza ⁴⁰⁷. De fato, o governo petebista apoiou diversas iniciativas dos trabalhadores rurais fluminenses, particularmente a realização da I Conferência de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro, em 1959, evento que propiciou a fundação da FALERJ, entidade bastante vinculada ao PCB. Outra medida favorável foi a criação do Plano Piloto de Ação Agrária, que chegou a desapropriar algumas fazendas onde havia conflitos ⁴⁰⁸. O plano “*tinha como objetivo fazer a reforma agrária*”, recordou Manoel Ferreira de Lima, para logo em seguida ponderar: “*mas ele não funcionou bem, foi um princípio de luta*”. ⁴⁰⁹

De fato, o projeto sofreu duras críticas na Assembleia Legislativa pela bancada da União Democrática Nacional (UDN), partido que compunha a coligação que elegeu o governador. Diante das pressões, o plano piloto acabou sendo modificado (mudou até de nome), passando a receber críticas dos comunistas e da FALERJ, que até então mantinham boas relações com Roberto Silveira. Por fim, o governo fluminense articulou a formação de outra federação, em 1960, que passaria a ter vínculos com o Círculo Operário Católico, também dedicado à mobilização dos trabalhadores rurais em concorrência aos comunistas ⁴¹⁰. A Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ) manteve sua atuação até o governo Badger da Silveira, época em que foi preterida pelo Ministério do Trabalho, devido ao reconhecimento da FALERJ à regulamentação sindical, passando a ser chamada pelos adversários como “*federação fantasma*”. Mesmo com a entidade “*fora de ação*”, trabalhadores rurais ligados à FLERJ e aos circulistas seriam decisivos no contexto pós-64, como veremos adiante.

⁴⁰⁶ Entrevista concedida por José Pureza a Eliane Cantarino, entre 1979-1983, e veiculada no documentário *Sementes em Trincheiras*, produzido por Marcelo Hernandez (2006). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dqtNKg4uNao>>. Acessado em 13 de dezembro de 2014.

⁴⁰⁷ Entrevista concedida por José Pureza a Leonilde Medeiros. 20/02/1980.

⁴⁰⁸ GRYNSPAN, Mario. *O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.71.

⁴⁰⁹ Entrevista concedida por Manoel Ferreira de Lima a Leonilde Medeiros. 1982.

⁴¹⁰ GRYNSPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: dissertação em Antropologia Social, UFRJ, 1987. pp.240-243. O autor ressaltou que, a princípio, o próprio Bráulio Rodrigues chegou a ocupar a função de tesoureiro na primeira direção da FLERJ, em julho de 1960. Porém, em dezembro do mesmo ano, jornais publicaram que Bráulio foi eleito secretário da FALERJ. Cf. *Última Hora*. 14/12/1960. p.4. Manoel Ferreira de Lima chegou a abordar esse momento, ao ser perguntado sobre como essas três lideranças (Pureza, Bráulio e ele) dirigiram a federação por tanto tempo sem divergências internas aparentes: “*Nós não tínhamos assim uma ambição de um querer superar o outro*”, enfatizou Manoel, para em seguida recordar que, naquela eleição “*o Bráulio divergiu e apresentou uma chapa. (...) Sendo derrotado, aceitou ser secretário*”. Cf. Entrevista concedida por Manoel Ferreira de Lima a Leonilde Medeiros. 1982.

O fato é que no decorrer do ano de 1961, após o falecimento de Roberto Silveira e a posse de Celso Peçanha no governo fluminense, o PCB e Tenório Cavalcanti iniciaram conversações para estabelecer uma aliança visando o pleito do ano seguinte ⁴¹¹. E a pauta dos trabalhadores rurais ligados à FALERJ parece ter sido determinante para esta parceria.

(...) O Tenório Cavalcanti, até certo tempo, ele foi muito reacionário (...). Mas depois ele reconheceu que ele tava sendo antipatriótico (...). O Tenório fechou o acordo com a esquerda, então a esquerda dá apoio a ele para o governo do Estado do Rio. Então, dentro desse acordo, ele daria à esquerda três secretarias (...). Ficou firmado para ele dá apoio à reforma agrária no Estado do Rio. Ai justamente, ou por consciência própria ou por interesse político, ele deu apoio e passou a nos dar apoio na federação (...). Depois desse acordo, ele passou a dá apoio geral. ⁴¹²

A despeito desse acordo “pela cúpula”, ressalta-se que o deputado de Duque de Caxias já vinha estabelecendo relações com alguns grupos de lavradores em áreas de conflito, tanto em território fluminense, quanto na Guanabara. Sua campanha ao governo da antiga capital, em 1960, por exemplo, esteve intimamente ligada aos problemas do Sertão Carioca, embora mediada por discursos avessos ao comunismo. Já no estado do Rio de Janeiro, Tenório teria tentado “sabotar” a presidência de Manoel Ferreira na FALERJ – como o próprio dirigente recordou – “carregando lavradores para reuniões da entidade, por intermédio de um representante”. ⁴¹³

Porém, o episódio que praticamente selou a parceria entre PCB e Tenório foi o conflito ocorrido na Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias, no mês de agosto de 1961, após uma ordem judicial de despejo. Os posseiros chegaram a organizar uma resistência armada, cavando inclusive trincheiras em pontos estratégicos da região. Diante desse quadro de tensão e tendo em vista que os advogados da FALERJ não conseguiam demover o juiz da cidade de suas decisões, “*pois espichava tudo como comunista*”, Pureza resolveu procurar o deputado federal, com reduto político naquele município e também advogado, para que ele pudesse defender os lavradores. “*Botei o Tenório, pois precisava ganhar aquela luta com o juiz*”. Ao final, após grande repercussão na imprensa, o governo fluminense solicitou a revogação da

⁴¹¹ O trabalho de Claudio Silva ofereceu uma interessante abordagem sobre a “guinada de Tenório para a esquerda”. Cf. SILVA, Claudio Araújo de Souza e. *A virtude dos sacrifícios versus a ciência das transações: Tenório Cavalcanti e o campo político do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: doutorado em Ciências Sociais pela UERJ, 2012. pp.183-204.

⁴¹² Entrevista concedida por Manoel Ferreira de Lima a Leonilde Medeiros. 1982.

⁴¹³ Entrevista concedida por Manoel Ferreira de Lima a Leonilde Medeiros. 1982.

decisão judicial e demonstrou interesse em desapropriar a área em litígio. Desde então, Tenório tornou-se um aliado do PCB.⁴¹⁴

A novidade era que o antigo deputado udenista passava, paulatinamente, a incorporar em seu vocabulário político palavras de ordem contra o imperialismo e o latifúndio, e a favor da reforma agrária. E esta mudança já apresentava os seus primeiros sinais um ano antes das eleições, quando Tenório começou a criticar de forma mais incisiva – e justamente sobre questões ligadas ao campo – a atuação do governador pessedista Celso Peçanha, seu então aliado. Por meio do jornal *Luta Democrática*, em agosto de 1961, publicou uma espécie de “carta aberta” ao governador fluminense:

(...) Meu caro Celso, (...) fazíamos campanha política juntos, você protestando nos comícios contra a ação nefasta dos grileiros e defendendo os direitos sonogados ao homem rural. Disse, há dias, que o lavrador fluminense precisa mais de assistência do que de terras. A frase não prima à luz da realidade. E pode servir de instrumento sabotador à reforma agrária em marcha (...). Você no governo do estado fluminense está desligado da disciplina partidária, porque não é o governador apenas dos pessedistas, mas de todos os coestaduanos [sic]. No tempo do Sr. Roberto Silveira (justiça se faça), esses fatos deploráveis sofreram uma interrupção, graças as tentativas populares do saudoso governante. Agora, na sua administração, recrudescer a exploração do homem rural. Os tratores derrubam lavouras e os capangas incendeiam a roça na calada da noite (...). Se os poderes são independentes e o Executivo nada pode fazer nos casos afetos ao Judiciário, resta-lhe o recurso da desapropriação dessas fazendas, porque se você tardar com a sua prometida assistência, quando esta chegar à procura daqueles desgraçados, não os encontrará, provando, de modo cruel, a invalidade da sua frase, pois por falta de assistência, perderam as terras.⁴¹⁵

No mês seguinte, o deputado voltou ao tema, agora em sua coluna diária, analisando a questão, pontuando conflitos ocorridos em alguns municípios e indicando responsáveis:

As violências e perseguições aos lavradores de Itaguaí não são um caso isolado no Estado do Rio. Muito menos fato inédito. Ainda há pouco tivemos em Duque de Caxias caso idêntico e em Nova Iguaçu, Magé, Macaé e outros municípios fluminenses. Grileiros atrevidos impedem, pela força, que lavradores pacatos e humildes possam explorar a terra tranquilamente. Não culpamos de todo o Sr. Celso Peçanha por isso, embora não concordemos com a sua omissão, que tanto prejuízo traz aos que procuram, lavrando a terra, tirar dela o sustento seu e da família. Mas há outros responsáveis pela situação vexatória que atravessa o homem do campo. No Estado do Rio, por exemplo, os deputados estaduais, que ainda não votaram uma lei de verdade, freando a especulação dos que vivem de loteamentos de terras, a maior praga que ataca a agricultura fluminense. Também a justiça tem sua enorme responsabi-

⁴¹⁴ O conflito na Fazenda São Lourenço e a aproximação com Tenório Cavalcanti foram narrados por José Pureza em entrevistas e no seu livro memórias. Cf. Entrevista concedida por José Pureza a Leonilde Medeiros. 20/02/1980; e PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. pp.53-56.

⁴¹⁵ *Luta Democrática*. 18/08/1961. p.1.

lidade, pois muitas vezes as sentenças baseadas no texto frio da lei e nas provas dos autos criam para dezenas, centenas de famílias camponesas, situações indescritíveis, quase sempre de surpresa. Em tudo isso, porém, há uma nota, agora, animadora, os lavradores, não apenas fluminenses, mas de todo o país, começam a perceber que só eles mesmos lograrão, unidos, solucionar os seus problemas. Dá gosto de ver o espírito de solidariedade entre eles (...). Esses homens tomaram consciência de que qualquer derrota sofrida numa frente afetarà toda a sua luta, no sentido de ver apressada a reforma agrária, que lhes trará a melhoria de vida tão almejada. Os grileiros, os latifundiários e os seus serviçais, enquanto possam assegurar as vantagens decorrentes de uma estrutura agrária ultrapassada, fa-lo-ão com unhas e dentes. Não cederão um milímetro apenas por piedade à vida desgraçada de milhões de brasileiros. São homens de coração empedernidos, habituados a olhar a miséria alheia com o desprezo de quem a considera um aval inevitável ou espécie de sustentáculos de seus privilégios inomináveis. O ponto triste, nesses episódios, é assistir a impassividade ou ação retardada de governantes que se jactam de ter o apoio das classes menos favorecidas, concorrendo indiretamente para que pobres famílias (...) sofram violências que não merecem, decepcionando-se com os que tudo lhes prometem antes de eleitos para em seguida faltarem sem a menor cerimônia (...).⁴¹⁶

Nesse ínterim, se fortalecia a imagem de Tenório Cavalcanti como líder “*capaz de conter a sanha dos espoliadores das massas camponesas*” na Baixada Fluminense, sendo inclusive reconhecido por diversos trabalhadores da região⁴¹⁷. Em Magé, esse vínculo se intensificou ao longo do ano de 1961, tendo Tenório prestado assistência e segurança aos lavradores locais, tudo isso acompanhado de seguidas matérias em seu jornal sobre a luta pela terra no município. Inclusive, foi nesta época que o *Luta Democrática* passou a estampar, nas páginas com notícias fluminenses, uma caixa de texto fixa que destacava os nomes de oito cidades: Niterói, São Gonçalo, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Itaguaí, Barra do Piraí e Magé, denotando que elas seriam mais recorrentes no periódico.

Vale ressaltar que, neste momento, diversos jornais já cobriam, em maior ou menor grau, os conflitos de terra fluminenses. De acordo com Manoel Ferreira de Lima, os representantes das associações de trabalhadores rurais se reuniam na FALERJ, em Niterói, às segundas-feiras, e debatiam os problemas da categoria no estado, cada um relatando a situação de seu respectivo município. Em seguida, a federação tornava público “*as injustiças que estavam sendo praticadas*”, via imprensa. “(...) *À tarde, nós dávamos entrevistas nos jornais (...). Nós tínhamos o próprio jornal, a Luta Democrática, nós tínhamos o Correio da Manhã, nós tínhamos a Última Hora, nós tínhamos... Tinha um bando de jornais, mais ou menos uns dez (...).*”

⁴¹⁶ *Luta Democrática*. 27/09/1961. p.3. Pouco depois, o governador Celso Peçanha seria agraciado com a Medalha do Mérito Agrícola, por seu “*interesse sempre demonstrado na solução dos problemas da classe rural*”. A condecoração foi oferecida pela Confederação Rural Brasileira (CRB), entidade de proprietários, parceiros e arrendatários agrícolas. Cf. *A Noite*. 01/11/1961. p.7.

⁴¹⁷ *Luta Democrática*. 20/03/1962. p.5.

*Nós escolhíamos uma comissão para dar entrevistas. Então todo mundo ficava sabendo do que estava passando no Estado do Rio (...)”.*⁴¹⁸

Em nível nacional, o movimento dos trabalhadores rurais também ganhava corpo e passava a ter mais destaque nos meios de comunicação, sobretudo a partir de novembro de 1961, quando foi realizado o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, com participação de milhares de delegados, oriundos de vinte estados brasileiros e representando variadas forças políticas atuantes no mundo do trabalho rural: comunistas, Ligas Camponesas, Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER), setores da Igreja Católica, entre outras, tendo ainda o apoio de sindicatos operários, do movimento estudantil, de diversos partidos políticos e do próprio Presidente da República, que esteve presente ao evento. Convocado pela ULTAB, o congresso foi precedido por diversas conferências estaduais preparatórias e marcado pela divergência entre a entidade organizadora, ligada ao PCB, e as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, sendo aprovada, ao final, uma resolução conjunta que defendia uma “reforma agrária radical”, proposta enfatizada pelas Ligas. Desde então, consagrou-se o lema “*na lei ou na marra*”, que significava privilegiar a ação direta dos camponeses na luta pela reforma agrária, com ou sem apoio legal. E toda a repercussão do evento e de suas proposições foi fundamental para o reconhecimento dos trabalhadores rurais como ator político importante no Brasil, tendo a reivindicação de acesso a terra se tornado um dos temas prioritário para a política nacional, e que não poderia ser mais ignorado.⁴¹⁹

Nós, da diretoria da FALERJ, realizamos conferências em vários municípios do estado do Rio de Janeiro, para preparar a participação no Congresso de Belo Horizonte. A maior parte era de associações da Baixada Fluminense (...). O tema que mais se discutia nessas conferências era sobre acesso a terra, ajuda para plantio, dragagem dos valões que existiam naquela época, assentamento de quem já estava na terra como posseiro e necessidade de garantia para quem estava na terra poder continuar nela. Nós levamos mais de trezentos delegados, de trem. Tivemos um trem especial, uma Maria-fumaça, cedido pela Central do Brasil, só para levar o povo daqui. Para alimentação, cada um deu um pouco. O pessoal trouxe sanfona, violão, viola e fomos cantando daqui até lá. (...) Fomos cantando um hino que nós mesmos fizemos (...) A letra falava sobre a luta no campo, mas a música era a de uma igreja evangélica. Foi um sucesso muito grande, todo mundo aplaudia. (...) Nin-

⁴¹⁸ Entrevista concedida por Manoel Ferreira de Lima a Leonilde Medeiros. 1982.

⁴¹⁹ GRYSZPAN Mario; e DEZEMONE, Marcus. *As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; e REIS, Daniel Aarão. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.220. Outros trabalhos importantes sobre este período foram produzidos por Aspásia Camargo e Leonilde Medeiros. Cf. CAMARGO, Aspásia. *Questão agrária, crise de poder e reformas de base (1930-1964)*. In: FAUSTO, Boris (org.). História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano. São Paulo: Difel, 1991. v.3. t.3. ed.5. pp.121-224; e MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60*. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos. História do marxismo no Brasil. Campinas: Unicamp, 2000. v.4. pp.211-248.

guém foi para lá porque ia ganhar isso ou aquilo. Foi para conquistar aquilo que se queria. No congresso, a gente viu que havia uma divergência de opinião entre o pessoal das Ligas, que eram comandadas pelo companheiro Francisco Julião, o pessoal da ULTAB e os do Rio Grande do Sul que faziam parte do MASTER, que era liderado pelo Leonel Brizola, governador daquele estado. Mas, apesar de tudo, não houve conflitos (...). O presidente João Goulart compareceu ao congresso. Quando ele foi falar, todos gritavam: “Na lei ou na marra! Na lei ou na marra!”. Ele não falou nada, nem sim, nem não (...)”⁴²⁰

A visão de que não houve conflito no congresso em Belo Horizonte, porém, diverge do relato do presidente da ULTAB e organizador do evento, Lyndolpho Silva, que lembrou alguns casos exemplares do “diálogo tenso com outras forças”⁴²¹. No próprio estado do Rio de Janeiro, também em novembro de 61, surgiram tensões entre a FALERJ e outras lideranças que despontavam no campo. Um dos casos mais emblemáticos e ainda de difícil compreensão ocorreu em Cachoeiras de Macacu, na localidade de São José da Boa Morte, quando um levante com cerca de quatrocentos lavradores – considerado “mais radical” – ocupou as manchetes de diversos jornais fluminenses. O líder do movimento, Mariano Beser, se apresentava como presidente da União das Ligas Camponesas do Estado do Rio de Janeiro e assessor da FALERJ, sendo logo desmentido pelo presidente da entidade, Manoel Ferreira: “*Esse cidadão que fala em ‘paredón’, em ‘técnicas de guerrilha’ e movimentos armados, quer passar por comunista para incompatibilizar os justos movimentos reivindicatórios dos lavradores (...), visando criar um clima de inquietação entre os lavradores e a FALERJ*”⁴²². Buscando separar “o joio do trigo” nesse campo de disputas, os dirigentes da federação, incentivados por integrantes do PCB e do PTB, desencadearam uma vexatória campanha contra Beser, acusando-o de traidor e agente a serviço da CIA (a central de inteligência dos EUA).⁴²³

A despeito de tudo isso, o congresso representou o ápice de um processo – ainda que inicial – de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. E bons frutos logo começariam a ser colhidos já no ano seguinte, com o processo que regulamentava o direito à sindicalização no campo e com a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), ao passo que,

⁴²⁰ SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Seropédica: Mauad X, EDUR, 2008. pp.38-39.

⁴²¹ CUNHA, Paulo Ribeiro [org.]. *O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004. Série Memória & História. v.4. pp.89-93. Dentre os estudos que apresentam um bom panorama dos debates que se travaram em torno do congresso. Cf. WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. pp.308-324.

⁴²² *Última Hora*. 22/11/1961. p.5. Matérias também foram publicadas em outros jornais. Cf. *O Globo*. 20/11/1961. p.25; *A Noite*. 20/11/1961. p.1; *Correio da Manhã*. 22/11/1961. p.1; *Diário de Notícias*. 22/11/1961. p.2; *Jornal do Brasil*. 22/11/1961. p.5; *Luta Democrática*. 22/11/1961. p.1; *Diário Carioca*. 27/11/1961. p.1; e *O Fluminense*. 28/11/1961. p.12.

⁴²³ Um dos estudos que mais avançou na compreensão deste conflito foi produzido por Luiz Rogério da Silva, que chegou a entrevistar alguns personagens importantes, entre eles o próprio Mariano Beser. Cf. SILVA, Luiz Rogério Oliveira da. *As representações travestidas de militante*. In: *História Social*. Campinas: Unicamp, 1996. n.3. pp. 51-86.

em 1963, seria aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, projeto que já tramitava no parlamento brasileiro há uma década. No estado do Rio de Janeiro, em particular, dezenas de fazendas foram desapropriadas nesse período, seja por ato do governo federal ou fluminense. Além disso, foi bastante significativa a eleição de uma nova diretoria para a ULTAB, realizada durante o congresso em Belo Horizonte, que embora mantendo Lyndolpho Silva na presidência, alçou lideranças fluminenses aos cargos de tesoureiro: José Pureza; 1º vice-presidente: Manoel Ferreira de Lima; e suplente do Conselho Fiscal: Bráulio Rodrigues.⁴²⁴

Por outro lado, no que tange à reforma agrária, considerada tema central das demandas camponesas, os frutos colhidos foram tantos – e tão variados – que chegaram a apodrecer, pois dezenas de projetos de reforma agrária foram discutidos no Congresso Nacional e nenhum foi aprovado.

Sob este aspecto, podemos dizer que boa parte desse impasse também foi motivada pelo contexto internacional, marcado pela Guerra Fria. A título de exemplo, ao mesmo tempo em que a Igreja Católica publicava a encíclica *Mater et Magistra*, do Papa João XXIII, em 1961, incorporando definitivamente a questão agrária em sua doutrina social⁴²⁵; diversos movimentos políticos revolucionários recentes – e vitoriosos – demonstravam o quanto a participação dos camponeses poderia ser decisiva na construção de governos socialistas, como o cubano e o chinês.⁴²⁶

Nesse ínterim, entre aqueles que se apresentavam como representantes dos trabalhadores rurais, podemos encontrar setores católicos mais conservadores, sob forte influência dos circulistas, bem como outros em constante diálogo com as esquerdas, tendo como exemplo a Ação Popular (AP); ao passo que no campo das esquerdas encontramos tanto setores que adotavam posições mais reformistas e legalistas, normalmente vinculadas ao PCB, quanto àqueles que defendiam ações autointituladas como radicais e diretas, visando mudanças mais profundas no país, representados pelas Ligas Camponesas e por grupos dissidentes do PCB. Tudo sem falar na ação poderosa dos fazendeiros e latifundiários, organizados basicamente em torno da Sociedade Rural Brasileira (SRB).

(...) A conjuntura anterior ao golpe de 1964 foi um momento-chave nos debates em torno da questão da terra, em que se digladiaram defensores e opositores da reforma agrária. A opinião conservadora teve papel destacado en-

⁴²⁴ O'DWYER, Eliane Cantarino. *Prefácio*. In: PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p.11; e SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Seropédica: Mauad X, EDUR, 2008. P.39.

⁴²⁵ GUIMARÃES, Juarez Rocha. *O cristianismo e a formação da moderna questão agrária brasileira*. In: _____; PAULA, Delsy Gonçalves de; e STARLING, Heloisa Maria Murgel (org.). *Sentimento de reforma agrária, sentimento de República*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. pp.200-201.

⁴²⁶ GRZYNSZPAN Mario; e DEZEMONE, Marcus. op.cit. pp.217-218.

tre os adversários das reformas, entretanto, o quadro ideológico e os alinhamentos políticos foram mais complexos do que pode parecer a um olhar superficial. Além dos conservadores, argumentos liberais, nacionalistas, socialistas e desenvolvimentistas alimentaram as polêmicas políticas e ideológicas da época, confrontando-se e, eventualmente, mesclando-se nas diversas propostas que surgiram para enfrentar a questão agrária. O tema da reforma agrária polarizou o debate político nos anos 1960 (...).⁴²⁷

Rumo à aliança operário-camponesa

Muito embora os movimentos organizados de trabalhadores rurais incluíssem em suas pautas a luta por direitos trabalhistas no campo, observamos que no estado do Rio de Janeiro a prática se deu de forma mais intensiva na luta pelo acesso a terra. Havia, por certo, uma antiga tradição sindical, desde a década de 1930, dos empregados da lavoura canavieira no município de Campos⁴²⁸, que fortalecia a proposta de extensão aos trabalhadores rurais da legislação que já gozavam os trabalhadores da indústria e do comércio. No entanto, em outras regiões do estado, particularmente na Baixada Fluminense (incluindo o município de Magé), as mobilizações no campo se estabeleceram basicamente em torno dos posseiros.⁴²⁹

O próprio Manoel Ferreira afirmou que, dentre os trabalhadores ligados à FALERJ, praticamente *“não tinha assalariado, era mais de posseiros”*, mas enfatizou que a entidade também *“pleiteava os mesmos direitos que tinha o operário, da cidade, e do campo não tinha”*, argumentando que não se investiu na separação do movimento por tipo de trabalhador rural, como assalariado, posseiro, parceleiro ou meeiro. *“Nós não quisemos lançar mão, nós vimos que era um meio de chocar lavrador com lavrador, então vimos que era improdutivo”*. E esta visão também era compartilhada pela associação em Magé. Além disso, essas entidades de defesa dos lavradores também buscavam estabelecer ações conjuntas com diversas categorias de trabalhadores urbanos, a fim de fortalecer o movimento no campo.

(...) Nós tínhamos uma aliança com os marítimos, com os operários, com os ferroviários e mesmo com os motoristas, essa turma toda. Então na hora quando o grileiro tinha homens armados, quando a polícia dava apoio no município aos grileiros (...), nós concentrava a massa de todos os setores. Então muitas vezes nós tínhamos quarenta moradores, vinte ou trinta, mas nós então aparecíamos ali com quatrocentas, quinhentas, oitocentas pessoas

⁴²⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Do outro lado da cerca: os conservadores e a reforma agrária*. In: GUIMARÃES, Juarez Rocha; PAULA, Delsy Gonçalves de; e STARLING, Heloisa Maria Murgel (org.). *Sentimento de reforma agrária, sentimento de República*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p.252.

⁴²⁸ Cf. GRYSZPAN, Mario. *Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República*. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; e ALBERI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. pp.116-155.

⁴²⁹ GRYSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa*, op.cit. p.287. Em outros estados, como em São Paulo, o número de trabalhadores rurais assalariados era grande, principalmente na produção de café e açúcar. Cf. CUNHA, Paulo Ribeiro [org.]. *O camponês e a história*, op.cit. p.62 e 104 passim; e WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada*, op.cit. pp.279-287.

de vários setores e com isso pressionávamos o governo. Nós conseguíamos o afastamento da polícia, a defesa da área. Nós usávamos esse método.⁴³⁰

A descrição deste “método de luta” nos remete, indubitavelmente, aos estudos pioneiros de Eliane Cantarino, que por meio de uma série de entrevistas realizadas com Pureza, Bráulio e Manoel Ferreira – considerados o “tripé” da militância camponesa fluminense entre as décadas de 1940 e 60 – observou um certo fio condutor nessas trajetórias e narrativas. Primeiramente, os três eram migrantes e oriundos “das lutas operárias”: Pureza nasceu em Alagoas, tendo migrado para o Rio de Janeiro, onde trabalhava na construção civil; Bráulio era mineiro, indo trabalhar na construção da usina siderúrgica em Volta Redonda; e Manoel era pernambucano, tendo rumado para as fábricas de tecidos em Magé. Pureza e Bráulio partem para fazendas na Baixada, respectivamente nos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, enquanto Manoel mantém sua atuação na mesma cidade. Interessante observar que todos eles buscaram em suas entrevistas reduzir a influência do PCB na decisão de irem para o campo, enfatizando que era a ideia de uma “aliança operário-camponesa” que os moviam no afã de organizar os trabalhadores rurais.⁴³¹

Em Magé, essa pretensa aliança entre têxteis e lavradores já vinha sendo acalentada desde o imediato pós Segunda Guerra. Na eleição municipal de 1947, por exemplo, os comunistas - abrigados no PTB – procuravam realizar estrategicamente comícios tanto nos bairros industriais (como Santo Aleixo e Pau Grande), quanto nas regiões predominantemente rurais do município, onde os candidatos discursavam sobre a questão da terra e a luta contra o latifúndio⁴³². Além disso, em seu próprio programa de governo havia menções claras e objetivas na busca de soluções para os problemas no campo, tais como o estímulo à produção agrícola, a distribuição gratuita de terras devolutas, a organização de feiras livres para o barateamento dos gêneros alimentícios, entre outras medidas.

(...) Substituição da ‘meia’ e da ‘terça’ pelo pagamento do arrendamento em dinheiro, na base do valor do alqueire, de acordo com a produtividade da terra e a natureza da produção. Reforma dos contratos agrícolas, dentro da esfera municipal, de sorte a livrar os lavradores dos despejos, expulsão da terra, sem indenização.⁴³³

⁴³⁰ Entrevista concedida por Manoel Ferreira de Lima a Leonilde Medeiros. 1982.

⁴³¹ Eliane Cantarino endossou, de certa forma, o argumento de que a atuação dos três líderes não era controlada pelos quadros do PCB, reforçando inclusive que a gestação desse movimento camponês coincidiu com um período de desarticulação do partido, após a cassação de 1947, em plena clandestinidade. No entanto, faz-se necessário registrar que as trajetórias dessas lideranças estiveram em intensa sintonia com o partido, sobretudo no período em que dirigiam a FALERJ. Cf. O'DWYER, Eliane Cantarino. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. Rio de Janeiro: tese em Antropologia Social, UFRJ, 1988. pp.35-36; e entrevista da pesquisadora veiculada no documentário *Sementes em Trincheiras*, produzido por Marcelo Hernandez (2006).

⁴³² *Tribuna Popular*. 16/09/1947. p.8.

⁴³³ *Tribuna Popular*. 19/09/1947. p.8.

Conforme já abordamos, o processo de cassação dos mandatos dos vereadores comunistas no município, entre 1948 e 49, foi seguido por uma dura repressão à militância, inclusive com registros de ação policial e prisões dentro das fábricas. Nesse contexto, convém destacar que tanto Astério dos Santos, no ano de 49, quanto Manoel Ferreira de Lima, em 50, foram dispensados das fábricas devido a participação em comissões de fábrica. Ambos eram integrantes do PCB, intensificaram sua militância no contexto da Segunda Guerra Mundial e atuavam na formação de comissões dentro das empresas têxteis. Este tipo de organização operária servia como uma das bases de mobilização do partido, inclusive em concorrência aos dirigentes sindicais adversários.

O percurso para a constituição dessas comissões era frequentemente muito semelhante: surgia algum problema (demissão de um determinado operário, imposição de maior número de tarefas por operário, supressão de algum direito, entre outros); promovia-se uma paralisação do trabalho e elegia-se uma comissão de negociação. A empresa, por sua vez, convocava os representantes dos trabalhadores para debater o problema. Em certos casos, a empresa também convocava o sindicato para as negociações, no entanto, muitas delas ocorriam diretamente com as comissões, paralela à estrutura sindical, o que aliás servia para os comunistas se diferenciarem dos demais. O problema que é que, dependendo do “nível de mobilização”, a polícia política também era convocada.

(...) Os nomes dos membros da comissão são registrados pela DOPS, às vezes alguns sofrem demissão, sob a alegação de terem desacatado chefias, advogados ou o próprio empresário – algumas vezes consegue-se sua readmissão. Trata-se, aqui, portanto, de organização pouco formalizada – não vamos encontrar, neste caso, comissão com sede, estatutos, membros permanentes – mas não por isso, menos efetiva. É lícito supor que a experiência conquistada nesses conflitos pontuais pudesse ser retomada em momentos de mobilização da categoria.⁴³⁴

Fora da fábrica, porém, Astério e Manoel traçaram caminhos distintos. O primeiro resolveu sair da cidade, trabalhando pouco tempo em Niterói e depois se estabelecendo com toda a família em Petrópolis. Esperou a “poeira baixar”, voltou para Santo Aleixo pouco depois de um ano e conseguiu retornar à fábrica⁴³⁵. Já Manoel, tendo trabalhado em três indústrias têxteis locais desde que migrou, em 1935, para Magé, acabou sendo incluído em uma “lista negra” após a demissão derradeira. Diante deste quadro, sem conseguir emprego, foi

⁴³⁴ NETO, Murilo Leal Pereira. *A fábrica, o sindicato, o bairro e a política: a “reinvenção” da classe trabalhadora de São Paulo (1951-1964)*. *Mundos do Trabalho*. In: Revista Mundos do Trabalho. v.1. n.1. jan-jun/2009. p.235.

⁴³⁵ RIBEIRO, Felipe. *Memórias da Moscouzinho: os tecelões de Santo Aleixo e a liderança de Astério dos Santos*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015. p.18.

trabalhar na roça. Nas eleições de 1954, elegeu-se vereador “*trabalhando no campo*” e sendo “*eleito pelos trabalhadores*”, conforme relatou o próprio Manoel em outra entrevista.⁴³⁶

Mas faz-se necessário observar certas peculiaridades desse parlamentar recém-eleito. O médico comunista Irun Sant’Anna, por exemplo, o caracterizou como um “*líder rural que vivia buscando na Bíblia similitudes com o marxismo*”⁴³⁷. Já o grupo Tortura Nunca Mais, que o homenageou com a Medalha Chico Mendes, na década de 1980, o classificou como um líder que demonstrou, na prática, a possibilidade de unir o marxismo ao cristianismo⁴³⁸. De fato, Manoel Ferreira de Lima congregava na Igreja Batista desde a década de 1930 e sempre utilizava trechos da Bíblia em seus discursos.

(...) Meu marido fazia campanha e a campanha dele era toda a favor do trabalhador (...), e tinha gente na Igreja que não gostava dele. Ele só fazia campanha política baseada na palavra de Deus. Meu marido era político com honestidade. Ele fazia uns cartõezinhos com o capítulo 5 de Tiago, ele gostava muito porque nesse capítulo chama a atenção dos ricos (...).⁴³⁹

Esses cartões citados por sua esposa foram bastante utilizados durante a campanha para vereador em 1954. Eram confeccionados de próprio punho e seu conteúdo evidenciava o quanto a dimensão religiosa é parte integrante da experiência da classe trabalhadora, podendo até ser decisiva em certos casos.⁴⁴⁰

Ao Deus Trino: Fé, Oração, Ação. Manoel Ferreira de Lima. Em defesa do homem físico, moral e espiritual. Quem tem mais deve ajudar quem tem menos, ou restituir aquilo que não foi ganho com honestidade ao legítimo dono. Quem praticar desta maneira terá um lugar nos céus. Porque o Reino de Deus não é comida nem bebida, mas justiça e paz, e alegria no Espírito Santo. Ele exercerá o seu juízo sobre as gentes, e repreenderá a muitos povos; e estes converterão as suas espadas em enxadões e as suas lanças em foices; não levantará espada nação contra nação, nem aprenderão mais a guerrear.⁴⁴¹

Eleito vereador, Manoel Ferreira tornou público o problema vivenciado pelos trabalhadores rurais de Estrela Velha e conseguiu uni-los para a formação de uma associação de lavradores. Fundada a entidade, requereu à mesa diretora da Câmara de Vereadores a criação de

⁴³⁶ Entrevista concedida por Manoel Ferreira de Lima a Sônia Gonzaga. 01/12/1980.

⁴³⁷ SANT’ANNA, Irun. *Brasil: País sem Futuro?*. Rio de Janeiro: Imprimatur, 1997. p.156.

⁴³⁸ TORTURA NUNCA MAIS. *Manoel Ferreira de Lima*. Disponível em <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/medalha/manoel-ferreira-de-lima>>. Acessado em 18 de abril de 2014.

⁴³⁹ Entrevista concedida por Lúcia de Souza a Juçara Mello. 10/10/2007.

⁴⁴⁰ Dentre as referências sobre o tema, destacamos o estudo de E. P. Thompson sobre a classe trabalhadora inglesa. Ao apontar que dissidências da Igreja Anglicana, surgidas após a chamada Revolução Gloriosa, impactaram diversos setores da sociedade, inclusive os trabalhadores subalternos, o autor destacou que as lutas das dissidências por liberdade religiosa também repercutiram na luta por liberdades civis, configurando como “*os germes adormecidos do radicalismo político, prontos para germinar logo que semeados num contexto social promissor e favorável*”. Cf. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. v.1. ed.6. p.43.

⁴⁴¹ Conteúdo de um dos cartões distribuídos por Manoel Ferreira de Lima durante a campanha eleitoral (1954).

uma comissão que estudasse uma maneira de extinguir os latifúndios no município, como também solicitou a permanência na cidade de um funcionário da Secretaria Estadual de Agricultura, ficando à disposição da associação para auxiliar no combate a saúva.

Durante o mandato, também apresentou projeto de lei para concessão de um auxílio financeiro à associação que presidia. O projeto demorou bastante para tramitar no legislativo, chegando a ser incluído na Ordem do Dia em três reuniões, porém não discutido por “*falta de número para deliberar*”. Sempre colocado como a última matéria a ser discutida nas reuniões, alguns vereadores deixavam o plenário justamente no momento em que o projeto entrava em pauta, como também, em uma oportunidade, foi solicitado o encerramento da reunião por “*ter sido ultrapassada a hora regimental*”. Por fim, o projeto foi posto em discussão, recebendo uma emenda que diminuiu a subvenção solicitada.⁴⁴²

No mesmo ano em que foi fundada a associação de lavradores, Astério dos Santos venceu a eleição para presidente do sindicato dos têxteis, em 1956, elegendo-se vereador dois anos depois, juntamente com seu companheiro de partido Darcy Câmara, que havia se notabilizado como personagem central de uma greve de solidariedade dos operários em Pau Grande, fato que também pôs em pauta as relações que aquela empresa mantinha com seus trabalhadores na fábrica e na roça.

Interessante registrar que, no ano de 1958, pouco antes das eleições, encontramos uma reportagem sobre os têxteis de Magé debatendo em assembleia um dissídio para aumento salarial da categoria. Na fotografia publicada junto à matéria estavam os dirigentes sindicais Astério dos Santos e Ivan Barros de Araújo, o advogado do sindicato Aarão Steinbruch, o diretor do jornal *Última Hora* Luiz Fernando Bocayuva Cunha e o dirigente da FALERJ Bráulio Rodrigues da Silva.⁴⁴³

Logo no início do mandato na Câmara, Astério dos Santos pôs em votação um projeto de lei que reconhecia a associação de lavradores como de utilidade pública, autorizando a municipalidade a conceder um auxílio financeiro para a construção de sua sede própria, importância essa oriunda da “*verba rural*”. Porém, somente o reconhecimento institucional foi aprovado. Posteriormente, Darcy Câmara solicitou em plenário ajuda material à escola primária mantida pela associação, como também enviou ofício ao governador fluminense Roberto Silveira solicitando incluir as fazendas Cachoeira, Santana e Camarão, além da região do Rio

⁴⁴² CMM. Livro de Atas n.19 (15/07/1955 a 15/07/1958). fl.109.

⁴⁴³ *Última Hora*. 15/08/1958. p.6. Mais tarde, em 1961, durante as comemorações ao Dia do Trabalho, o sindicato têxtil de Santo Aleixo e a associação de lavradores de Magé promoveram um evento conjunto, com a presença de diversos oradores, seguido de uma passeata, ao final da tarde. Cf. *Salve o 1º de Maio de 1961*. Panfleto com a programação do Dia do Trabalho. Seção de “Correspondências”. 1961. Acervo: Câmara Municipal de Magé.

do Ouro, em seu Plano Piloto de Ação Agrária. A maioria dessas fazendas estava localizada às margens da Estrada Santo Aleixo – Piabetá, sendo a “região do Rio do Ouro” uma das faixas de terra reivindicadas pela Companhia América Fabril como sua propriedade e pela associação de lavradores como devoluta e grilada.⁴⁴⁴

Nas memórias de Manoel Ferreira de Lima, o conflito nesta área começou a se intensificar após a publicação do relatório de João Brant, membro de uma comissão estadual para analisar a situação fundiária daquelas terras, sendo constatado que a América Fabril possuía legalmente apenas uma parte. “*O resto ela grilava (...) e explorava os trabalhadores duramente*”.⁴⁴⁵

De certa forma, a conjuntura favorecia uma aliança operário-camponesa, não apenas pela relação próxima entre as lideranças, construída desde a década de 1940, mas sobretudo pelo fato da questão agrária no município envolver diretamente uma fábrica de tecidos, que já vinha sendo duramente criticada pelo movimento operário têxtil, agora de braços dados com os trabalhadores rurais, passando a empresa a ser atacada duplamente.

Na luta contra a fábrica “grileira e latifundiária”

(...) O que houve com os camponeses que ocuparam terras no 6º distrito [Inhomirim] do município de Magé não difere muito do que tem acontecido em vários outros lugares. Encontrando terras férteis abandonadas, sem qualquer cerca ou placa, mas já com alguns benefícios feitos pelo governo estadual, tais como saneamento e estradas, diversas famílias começaram, há mais de dez anos, a ocupá-las. Assim cerca de 1.000 famílias plantaram a terra, ótima pela fertilidade e pela proximidade dos grandes centros consumidores (40 minutos do Rio), dando vida ao que estava abandonado. As coisas iam perfeitamente, em calma, (...) até que surgiu em cena a Fábrica América Fabril, sediada em Pau Grande.⁴⁴⁶

A América Fabril, que possui apenas 11.650 metros quadrados de terra no sexto distrito de Magé, já há algum tempo está se apoderando das terras próximas, chegando a atingir um total de 2.000 alqueires do Estado [fluminenses] proibindo a entrada de lavradores para o cultivo da terra. Os camponeses, conhecedores da ilegalidade com que age a companhia grileira e latifundiária, procurando fugir da miséria em que vivem e evitar que seus filhos

⁴⁴⁴ Além do requerimento via legislativo municipal, a FALERJ também encaminhou missiva ao governo fluminense no mesmo sentido. Cf. *Última Hora*. 23/12/1960. cad.2. p.4.

⁴⁴⁵ Entrevista concedida por Manoel Ferreira de Lima a Leonilde Medeiros. 1982; e a Sônia Gonzaga. 01/12/1980. Nas entrevistas, Manoel associa João Brant ao plano agrário do governo Roberto Silveira. Em nossa pesquisa, encontramos apenas uma referência à Brant: como presidente de uma comissão para analisar a situação das terras da localidade Parque Estrela, em Imbariê, município de Duque de Caxias, sendo nomeado pelo diretor do Plano Piloto de Ação Agrária, porém já no governo Celso Peçanha. Cf. *Correio da Manhã*. 24/12/1961. p.5.

⁴⁴⁶ *Novos Rumos*. 01 a 07/02/1963. p.7.

morram de fome, resolveram entrar nas terras dos latifundiários grileiros, que aumentam cada vez mais. (...) ⁴⁴⁷

Assim os jornais *Novos Rumos* e *Terra Livre* – ambos ligados ao PCB – apresentaram as disputas pela terra no município de Magé, no ano de 1963. As reportagens tratavam das mobilizações ocorridas na região acerca da questão agrária, principalmente nas proximidades da região do Rio D'Ouro, em terras que seriam da Companhia América Fabril, proprietária das fábricas de tecidos Pau Grande e Santana, vizinhas às áreas em litígio.

Convém ressaltar que foi a partir da construção da Estrada Santo Aleixo – Piabetá, iniciada em 1956, acompanhada da consequente valorização das terras circunvizinhas, que os conflitos de terras se tornaram mais frequentes no município. Desde então, diversas famílias rumaram para essas áreas, buscando fixar moradia e obter trabalho – grande parte dedicando-se à produção agrícola – ao passo que outros atores sociais começaram a reivindicar a propriedade dessas terras, muitos deles ilegalmente. Neste ínterim, até 1962, verificamos diversos registros na imprensa denunciando a ação de capangas armados contra lavradores no município, incluindo casos de ameaças, agressões e até assassinatos.

O lavrador Inácio Rosa foi vítima de uma brutal e covarde agressão (...) por parte do indivíduo Demercindo de Tal. Inácio Rosa não conhecia o seu agressor, e passava de bicicleta em Cordovil, [no] 3º distrito de Magé [Gua-pimirim] (...), quando foi agredido a pau na cabeça, o que lhe provocou grande derramamento de sangue. A opinião geral é que o agressor foi pago pelo grileiro Mauro Abrão, com quem Inácio Rosa trava luta judicial por questão de terra (...). O fato foi denunciado à polícia, em Magé, e a Associação dos Lavradores daquele município, da qual Inácio Rosa é associado, protesta contra o banditismo (...) e exige a punição do capanga, que em 1957 agrediu um outro sitiante em Cordovil e, segundo consta, assassinou outra pessoa a foice antes de passar a residir ali. ⁴⁴⁸

Em outro caso, posseiros das fazendas Estrela Velha, Mato Grosso, Sandra Macaco, Santa Fé, Salgado, Imbariê e Rio Doce estavam sendo desalojados por “*grileiros com capangas armados e o beneplácito da polícia local*”. Lavradores disseram à reportagem que foram surpreendidos por tratores derrubando casas e plantações, e qualquer tentativa de resistência era recebida com ameaças pelos capangas: “*ou sai ou morre!*”. Neste episódio, a lavradora Ernesta Lopes da Silva foi agredida a facão, o posseiro Antônio Januário foi assassinado e Nicolau Januário – provavelmente um familiar da vítima – foi preso e “*só saiu com Habeas Corpus*”. ⁴⁴⁹

⁴⁴⁷ *Terra Livre*. Jan/1963. p.6.

⁴⁴⁸ *Terra Livre*. Jun/1960. p.7

⁴⁴⁹ *Luta Democrática*. 13/08/1961. p.1.

Conforme já assinalamos, muitos desses conflitos passaram a ser mediados pela associação de lavradores e, consequentemente, pela FALERJ, sendo também incorporados às pautas de reivindicações – e proposições – de diversos dirigentes sindicais, parlamentares e partidos políticos.

Ao buscarmos compreender os meandros do conflito que se estabeleceu em Magé entre posseiros e América Fabril, consideramos que os autos do inquérito instaurado na delegacia da cidade – depois revertido em Ação Penal junto ao STM – configuram como um documento primordial de pesquisa, principalmente ao cotejá-la com outras fontes.

O inquérito policial foi iniciado em novembro de 1962, em atendimento à requisição do Juiz Nicolau Mary Júnior, tendo à frente o delegado Wilson da Silva Jardim, que havia substituído Abílio Gomes Vieira recentemente, por ocasião de sua campanha a vereador no município, sendo eleito pelo PSD naquele ano.⁴⁵⁰

Antes disso, porém, no mês de setembro, a Companhia América Fabril enviou um telegrama ao governador fluminense José de Carvalho Janotti, informando que as terras da empresa estavam sendo *“invadidas por inúmeras pessoas que para ali são levadas em bandos por caminhões”*, sob a argumentação de que essas ações estariam sendo organizadas por *“pessoas ou grupos interessados em subverter a ordem pública, porquanto levam grande quantidade de alimentos que armazenam nas matas, demonstrando o firme propósito de lá se estabelecerem e que constitui um assalto”*.⁴⁵¹

Simultaneamente, a empresa entrou com uma ação judicial solicitando reintegração de posse das propriedades denominadas Cachoeira, Furtado e Porto Rico (área também conhecida genericamente como Rio do Ouro), tendo obtido rapidamente uma liminar do juiz de Magé em seu favor. Entrementes, o governo fluminense acionou a Secretaria de Segurança Pública, enviando à cidade um agente policial exclusivamente para proceder *“minuciosas investigações em torno das lamentáveis acontecimentos que se desenvolveram na região em litígio”*⁴⁵². E foi justamente com base no relatório produzido por este agente que o juiz determinou a instauração do inquérito.

Em uma detalhada Parte de Serviço, contendo oito páginas, o investigador Idemar da Silva Soares relatou que foi várias vezes à região, caracterizada por uma extensa área de terras, cujos limites e confrontações não lhe foi possível determinar, porém seu acesso era *“facilitado por estradas”*. Afirmou ter encontrado caminhões transportando *“grande quantidade*

⁴⁵⁰ Luta Democrática. 05/09/1962. p.5.

⁴⁵¹ Cópia de telegrama enviado por Jaime dos Santos Figueiredo, advogado da Companhia da América Fabril. In: BNM 302. fl.28.

⁴⁵² BNM 302. fl.27.

de madeira e lenha” – retiradas das matas – e um “*rol de pessoas que pareciam ir apossar-se de terras (...), afora grande quantidade de homens que seguiam a pé*”. Apreendeu bilhetes e colheu informações, indicando que “*três indivíduos disputam a primazia no encaminhamento dos lavradores para ocuparem as terras*”: Orlando Jacintho, Aprígio Ferreira da Silva e Terezinha Villanova, todos recebendo “*ordens de Gerson Chernicharo, que por sua vez deve obedecer ordens superiores*”.⁴⁵³

De acordo com o investigador, Gerson, “*que se diz agrônomo*”, era presidente da Associação dos Lavradores de Santo Antônio, sediada em Duque de Caxias. Orlando teria ligações com a Federação dos Círculos Operários Fluminenses e a FLERJ, ambas sediadas em Niterói, “*parecendo que ele recebe auxílio dessas federações para fundar uma associação*”, porém seria o responsável pela cobrança de matrícula e das mensalidades dos lavradores da região em favor da associação presidida por Gerson. Já Aprígio, conhecido como “Baiano”, teria se dirigido para aquelas terras no início de 1962 e passado a liderar os posseiros juntamente com Orlando, tendo inclusive organizado a invasão de outras propriedades “*pela força*”, juntamente com Terezinha Villanova.⁴⁵⁴

Este grupo liderado por Gerson Chernicharo, de fato, obedecia a ordens superiores, não identificadas pelo investigador naquela ocasião, mas que se tratava do deputado federal Tenório Cavalcanti, então candidato ao governo fluminense. Conforme acompanhamos em seu jornal *Luta Democrática*, as primeiras incursões do parlamentar junto aos lavradores de Magé se deram a partir de Suruí, nas proximidades da Estrada Santo Aleixo – Piabetá, e posteriormente desembocaram nas terras reivindicadas pela América Fabril, próximo ao Rio do Ouro, que cortava a estrada. Gerson era o representante de Tenório naquela região e se apresentava como presidente tanto da associação mencionada no relatório policial, quanto da Central Agrícola do Estado do Rio de Janeiro, entidade também sediada em Santo Antônio, Duque de Caxias. Nas eleições de 62, ele foi candidato a deputado estadual pelo mesmo partido, o PST.⁴⁵⁵

⁴⁵³ BNM 302. fls.30-31. A atuação de Gerson é lembrada ainda hoje por alguns moradores da região, conforme apontou Marco Antônio Teixeira em seu estudo, ao realizar uma entrevista no ano de 2010. “*Tinha um tal de doutor Gerson, ele vinha uma vez por semana. Tinha gente que trabalhava pra ele (...) Dividia a terra e mandava os trabalhos*”. Cf. Cf. TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ. Sero-pédica, RJ: mestrado pelo CPDA/UFRRJ, 2011. p.62.

⁴⁵⁴ BNM 302. fls.31-34. Realizando entrevistas com posseiros locais no início da década de 1980, Maria José Silveira-Lindoso encontrou referências a Aprígio como membro da “Turma do Tenório”. Ao chegar à região, ele instalou um boteco no Rio do Ouro, que teria servido de base para o movimento. “*Foi a partir desse boteco e do seu dono que começou a invasão*”. Cf. SILVEIRA-LINDOSO, Maria José Rios Peixoto da. *A ambiguidade na transformação: um estudo sobre a ideologia*. São Paulo: dissertação em Ciência Política, USP, 1983. p.33.

⁴⁵⁵ Gerson Chernicharo não chegou a ser eleito, recebendo apenas 48 votos no município. Cf. Juízo Eleitoral da 20ª Zona - Magé. *Mapa totalizador referente às eleições realizadas em 07/10/1962 (resultado final)*. Magé: 18/06/1963. Documento elaborado pela escrivã eleitoral Dora Faro a pedido do Diretório Municipal do PSD. Acervo: CPDOC.

(...) Às margens do Rio do Ouro localiza-se a Estação 2 da Central Agrícola do Estado do Rio. A terra presta-se a várias culturas e os lavradores, num trabalho de sol a sol, arrancam ao solo o milho, a batata, o feijão, etc. Infelizmente, a área lavrada é muito pequena. Grileiros mantêm vastidões de terras inativas na região, dificultando a expansão do esforço dos lavradores, ameaçados de despejo. Acompanhando o deputado Tenório Cavalcanti, a reportagem da Luta Democrática esteve no local (...). Entretanto,, a finalidade principal da visita de Tenório Cavalcanti a Rio do Ouro foi outra. Motivou a ida do líder fluminense à Estação nº 2 da Central Agrícola o convite feito pelos lavradores ao candidato do povo ao Ingá, através do líder camponês Gerson Chernicharo, candidato a deputado estadual, para que fosse ele lançar a primeira pedra do edifício onde se instalarão o posto médico, salas de reunião, escola, biblioteca e cooperativa.⁴⁵⁶

Às vésperas da eleição, Tenório esteve novamente em Magé, agora visitando diversos distritos, porém priorizando os bairros operários em Santo Aleixo e Pau Grande, bem como a “*colônia agrícola*” do Rio do Ouro.

(...) Tenório falou aos camponeses (...). Assegurou que, no governo, iria fazer uma reforma agrária, para dar terra a quem vive na terra. Disse que os camponeses não seriam absolutamente perseguidos, por que a polícia, com ele no poder, seria um órgão de proteção do povo e não uma máquina de opressão dos que trabalham e dos que querem viver em paz. Disse aos camponeses que eles tinham um encontro com ele no dia 7, quando se dirigissem para as urnas, votando em seu nome para governador, pondo uma cruz no quadrinho ao lado de Tenório, o primeiro da lista de candidatos (...).⁴⁵⁷

Convém ressaltar que, àquela altura, o candidato Tenório Cavalcanti e os comunistas – via ala dissidente do PSB fluminense – já estavam em sintonia, atuando juntos na região. E os comunistas logo foram identificados pelo investigador em seu relatório, inclusive nominalmente: Manoel Ferreira de Lima, Darcy Câmara, Irun Sant’Anna, Astério dos Santos e Valdemar de Souza. Eles teriam como propósito investir na “*subversão social*” e por isso “*entraram em entendimentos com Gerson Chernicharo, passando a colaborar com ele*”. Ainda segundo o agente policial, mesmo com a ação de reintegração de posse obtida pela empresa, o movimento de pessoas levadas por Gerson se intensificou, chegando a um total de “*quase quatro mil*”.⁴⁵⁸

Independente dessa quantidade parecer exagerada, a questão da migração para o município parece ter sido realmente intensa. Ao longo do inquérito, são constantes as referências –

⁴⁵⁶ *Luta Democrática*. 20/03/1962. p.5. Esta Central Agrícola e suas respectivas estações foram recorrentes no jornal ao longo do ano de 1962. Ao que tudo indica, não possuíam registro formal, mas configuravam como uma espécie de “projeto piloto” do candidato para estimular a agricultura fluminense. Posteriormente, a escola chegou a funcionar no Rio do Ouro, em um prédio alugado, tendo como professora Terezinha Villanova, conforme declarações de Orlando Jacintho e Gerson Chernicharo em depoimento. Cf. BNM 302. fls.58v e 400.

⁴⁵⁷ *Luta Democrática*. 04/10/1962. p.5.

⁴⁵⁸ BNM 302. fls.34-35.

sobretudo em depoimentos – acerca da chegada de “*indivíduos estranhos a localidade*”, oriundos “*de outros municípios [fluminenses] e mesmo do Estado do Espírito Santo*” ⁴⁵⁹. Embora ainda não tenhamos dados mais substanciais sobre esse processo, é possível supor que as notícias de “terras disponíveis para plantar” em Magé, durante a década de 1960, apresentaram efeitos populacionais similares às notícias de emprego nas fábricas de tecido nos anos 40. Muitas delas veiculadas no próprio jornal de Tenório, por meio de anúncios, com maior incidência a partir de 1959:

Sítios e chácaras em Magé. Sem entrada e sem juros. Centro de grande produção, todas as ruas abertas com valas laterais, sítios demarcados, muita água, matas e rios. Fornecimento gratuito de mudas. Cooperativa em final de organização e escola pública em funcionamento. Condução de trens e ônibus passando junto ao loteamento. Reserve um lugar em nossas caminhonetas, sem qualquer despesa. ⁴⁶⁰

Um dos migrantes que foram intimados pela polícia a depor foi o lavrador Antônio Dias Fonseca, de 29 anos, que se mudou para a Fazenda Porto Rico em setembro de 1962, por intermédio de Gerson Chernicharo. Ele havia saído com sua família do município fluminense de Campos “*onde era colono na lavoura de café*” ⁴⁶¹. Outro depoente foi o lavrador Aldamaro de Oliveira, de 24 anos, que saiu do estado do Espírito Santo em 1961 e rumou para Duque de Caxias, onde trabalhou na construção civil, partindo para o Rio do Ouro no ano seguinte “*para lhe ser entregue um terreno*”, cercado por “*diversas pessoas com seus barracos prontos e fazendo lavouras*” ⁴⁶². Os lavradores japoneses Hitoski Nakamura, de 49 anos, e Kasuthoshi Tadaki, de 45, vieram de regiões distintas. Nakamura residia na localidade de Papucaia, entre Itaboraí e Cachoeiras de Macacu, indo para Magé em 1962 por intermédio de um compatriota que lhe informou que lá “as terras eram boas” ⁴⁶³. Já Tadaki trabalhava no Núcleo Colonial de Santa Cruz e morava em Itaguaí, em fins de 62, quando uma caravana passou por lá convidando “*todos que quisessem ganhar terra, que embarcassem no caminhão, porque ia haver distribuição (...) nas proximidades da fábrica América Fabril*”, tendo transportado “*umas sessenta pessoas*” ⁴⁶⁴. Residente no estado da Guanabara, Manoel Firmi-

⁴⁵⁹ BNM 302. fl.64.

⁴⁶⁰ *Luta Democrática*. 26/02/1959. p.4. Os anúncios de venda de terrenos não era nada incomum em jornais da época, porém o conteúdo deste, em especial, tornou-se significativa, por valorizar aspectos mencionados em outras fontes e relacionados a atuação de Tenório Cavalcanti na região, como a cooperativa, a escola e os caminhões. Embora a data seja um pouco anterior ao período mais forte do movimento migratório, trabalhamos com a hipótese de que o “resultado” desses anúncios não se dava em curto prazo, sem contar que diversos outros anúncios foram publicados em edições de anos posteriores e, provavelmente, também veiculados na Rádio Difusora de Duque de Caxias.

⁴⁶¹ BNM 302. fl.67.

⁴⁶² BNM 302. fl.84.

⁴⁶³ BNM 302. fl.670v.

⁴⁶⁴ BNM 302. fl.324.

no dos Santos, de 36 anos, encontrava-se empregado quando “teve notícias que no município de Magé, num determinador lugar, estavam sendo distribuídas terras para lavradores”, resolvendo partir para esta empreitada, pois “tencionava melhorar [de vida] para ir apanhar sua família no Norte”⁴⁶⁵.



IMAGEM 13: Fotografias de membros da Associação de Lavradores de Magé, apreendidas pela polícia.

Fac-símile do processo BNM 302. fl.252.

Fonte: Projeto Brasil Nunca Mais Digital (bnmdigital.mpf.mp.br).

⁴⁶⁵ BNM 302. fl.87.

E ainda havia trabalhadores da própria região, como os sitiantes da empresa têxtil, entre os quais Mario Nogueira, de 55 anos, que “*trabalhavam calmamente em suas lavouras, cumprindo suas obrigações decorrentes do contrato que firmaram com a Companhia América Fabril*”⁴⁶⁶; bem como aqueles que trabalhavam na lavoura “*pra uns e outros*”, como Carlos Telles, de 24 anos, que se assustou com “*uma leva enorme de pessoas estranhas*” para “*serem colocadas em terras à margem daquela estrada de rodagem*”.⁴⁶⁷

Esses são apenas alguns exemplos, entre dezenas de depoimentos colhidos pela polícia ao longo do processo, de pessoas que largaram tudo (ou quase tudo) e partiram em direção ao município de Magé buscando uma vida nova⁴⁶⁸. Para o investigador Idamar, entretanto, nem todos eram lavradores, “*dada a sua visível inadaptação ao trabalho rural*”. Segundo ele, os “verdadeiros” trabalhadores rurais são indivíduos que “*merecem amparo, em vez de reprimendas; compreensão, em lugar de represálias; trata-se de homens que vem suportando terríveis humilhações por não poderem dispor de um mínimo necessário à subsistência da família, em geral, numerosa*”, pois – prossegue o relatório – “*na sua desilusão não escondem sua mágoa pelos prejuízos morais e materiais que vêm sofrendo por acreditarem nas promessas de falsos líderes*”.⁴⁶⁹

Nesse sentido, os argumentos que permearam boa parte do inquérito foram, primeiramente, não reconhecer que algumas lideranças eram trabalhadores. Até mesmo na qualificação dos interrogados era comum encontrar trechos como, por exemplo, “*se diz lavrador*”, em referência a Manoel Ferreira de Lima, ou “*consta que nunca trabalhou em sua vida*”, numa alusão a Astério dos Santos⁴⁷⁰. Em seguida, reforçaram que uma das consequências das invasões era a devastação de extensas áreas florestais para venda de lenha, particularmente nas proximidades do manancial que abastecia as duas unidades da América Fabril e sua respectiva vila operária, “*pondo em risco flagrante (...) não só a fábrica como também a população da localidade denominada Pau Grande*”, conforme assinalaram os peritos do Departamento de

⁴⁶⁶ BNM 302. fl.78. Cópias de contratos foram anexadas aos autos do processo. “*A partir de janeiro de 1962, a América Fabril fez contrato de parceria individual com todos os lavradores que residem em suas terras*”, relatou o lavrador parceiro Manoel Paulo Filho. Cf. BNM 302. fls.310-311 e 307v passim.

⁴⁶⁷ BNM 302. fl.86.

⁴⁶⁸ Embora fuja aos objetivos centrais desta tese, enfatizamos a necessidade de um estudo mais detido sobre este fluxo migratório para Magé. Em seu estudo sobre o tema, Satie Mizubuti abarcou somente a categoria da população urbana. Nas poucas incursões analíticas que apresentou acerca da população rural baseou-se em um estudo anterior que havia realizado sobre Itaboraí, então município vizinho. A autora chegou a destacar que o distrito de Inhomirim possuía uma “zona rural adjacente”, marcada pela multiplicação dos “loteamentos periurbanos”, em que “*antigas fazendas, sítios ou chácaras têm sido transformadas pelos seus proprietários em ‘mercadorias’ de comércio especulativo*”, mas não se aprofundou sobre este aspecto, permanecendo, portanto, a lacuna. Cf. Mizubuti, Satie. *Migrações no Brasil: Magé – um estudo de caso*. Niterói: Tese de Livre Docência em Geografia, UFF, 1975. p.131.

⁴⁶⁹ BNM 302. fls.35-36.

⁴⁷⁰ BNM 302. fls.5 e 82 passim.

Polícia Técnica ⁴⁷¹. Outro argumento foi enfatizar o recolhimento que as associações realizavam junto aos posseiros para o pagamento de mensalidades e da joia (valor pago no ato de inscrição em uma sociedade, semelhante a uma matrícula), constando inclusive na denúncia oferecida pelo promotor da comarca Ellis Hermydio Figueira, em junho de 1963, após uma primeira fase de investigações: *“modestos lavradores, ludibriados com as murmurejadas de ‘gratuitas distribuições de terras’, por parte do sindicato e associações de lavradores, são despojados indevidamente de importâncias, de cujo ganho se fez em trabalhos penosos”*, ao passo que para os líderes do movimento, segundo o promotor, a *“distribuição das respectivas glebas aos seus prosélitos”* tornou-se um *“negócio rendoso”*. ⁴⁷²

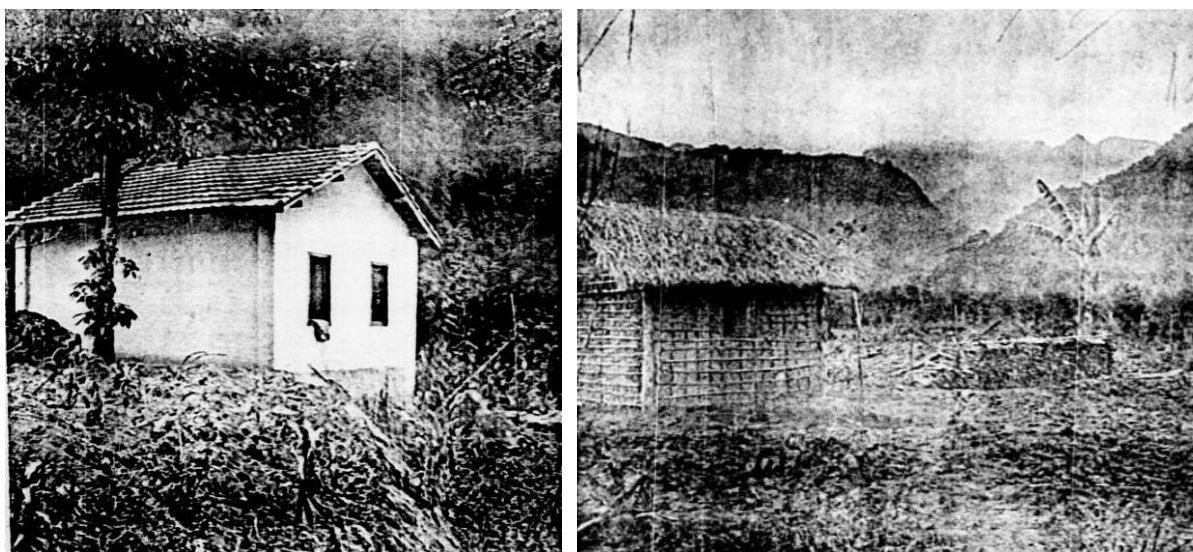


IMAGEM 14: Fotografias periciais caracterizando a casa de um sitiante da América Fabril (à esquerda) e o casebre de pau a pique construído por posseiros (11/12/1962).

Fac-símile do processo BNM 302. fl.116 e 129 passim.

Fonte: Projeto Brasil Nunca Mais Digital (bnmdigital.mpf.mp.br).

Tudo isso sem mencionar as acusações habituais de que os líderes dos posseiros estavam elaborando *“planos subversivos tendentes à implantação de um estado de convulsão social”*, tendo em vista que *“sem os suportes da lei, lançaram-se aos processos violentos”* ⁴⁷³. Sob este aspecto, porém, a singularidade – ao menos para aquele município – era o registro de que homens armados percorriam a região em defesa dos posseiros. Dentre os depoimentos, destacamos a fala do advogado da América Fabril, Jayme dos Santos Figueiredo,

⁴⁷¹ BNM 302. fl.9. O extenso laudo pericial, datado de 11/12/1962, foi ilustrado com 34 fotografias da região em litígio. Cf. BNM 302. fls.100-136.

⁴⁷² BNM 302. fls.9 e 11 passim.

⁴⁷³ BNM 302. fl.10.

afirmando que, devido a atuação desses “bandos” nas terras de sua cliente, o gerente da fábrica teria solicitado a cessão de três soldados à fábrica de pólvora Estrela, vinculada ao Exército Brasileiro (EB), para que pudessem vistoriar a área do manancial e da usina que abastece o bairro de Pau Grande. O advogado foi ainda mais incisivo ao afirmar que os posseiros “*estão ali a mando do deputado Tenório Cavalcanti*”, que “*garantiria a permanência nas terras*”.⁴⁷⁴

Esta singularidade teria inclusive motivado conflitos entre as lideranças ligadas a Tenório e ao PCB, principalmente após a derrota eleitoral do deputado ao governo fluminense. “*Ele ofereceu até algumas ajudas, sabe como é... (...) De homens mesmo, pra valer, né. Nós rejeitamos apoio armado, Não quisemos porque era de uma fonte duvidosa. Então não aceitamos*”, recordou Manoel Ferreira de Lima em uma entrevista⁴⁷⁵. E durante as investigações afirmou em depoimento que Gerson Chernicharo, devido a divergências políticas, teria se afastado daquela região aproximadamente em dezembro de 1962 e depois “*desapareceu*”, juntamente com outros aliados.⁴⁷⁶

Interessante destacar que, entre os meses de junho e dezembro de 1962, a associação dos lavradores em Magé se transformou em “dois sindicatos”, justamente no período em que diversos projetos, decretos e portarias relativos à sindicalização rural estavam sendo aprovados, no afã de que as associações de trabalhadores rurais – até então somente registradas em cartório como pessoa jurídica – se transformassem em entidades sindicais, devidamente reconhecidas pelo Ministério do Trabalho. Na ocasião, já existiam e estavam sendo fundadas diversas associações no país, vinculadas a variadas forças políticas, inclusive na mesma jurisdição. Todas buscavam “chegar à frente” para alcançar o reconhecimento oficial enquanto sindicato, o que na prática inviabilizaria as atividades da associação adversária.⁴⁷⁷

Em Magé, conforme apontou Marco Antônio Teixeira em sua pesquisa, “*há duas datas diferentes para a fundação do sindicato neste município*”. A primeira referência, encon-

⁴⁷⁴ BNM 302. fls.52-53. A questão da defesa armada que o deputado oferecia aos posseiros da região também foi citada por Marco Antônio Teixeira e Silveira-Lindoso, a partir das memórias de antigos moradores. “*Tenório sempre falava no grupo: ‘se precisar matar, eu que vou matar’. Vocês que precisam trabalhar, vocês trabalhem*”, disse um posseiro anônimo. Cf. TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFRJ/CPDA, 2011. pp.61-62; e SILVEIRA-LINDOSO, Maria José Rios Peixoto da. *A ambiguidade na transformação: um estudo sobre a ideologia*. São Paulo: dissertação em Ciência Política, USP, 1983. pp.32-33.

⁴⁷⁵ Entrevista concedida por Manoel Ferreira de Lima a Leonilde Medeiros. 1982.

⁴⁷⁶ BNM 302. fl.360. Gerson também deixou claro, em depoimento, suas desavenças com Manoel Ferreira, que teriam se iniciado por “*ciúmes do mesmo, devido ao seu trabalho assistencial*”. Afirmou ter fundado a Associação de Lavradores de Santo Antônio, porém sua organização teve “*caráter provisório*”, funcionando por cinco meses e depois se dissolveu. Cf. BNM 302. fl.399.

⁴⁷⁷ Essa corrida entre diferentes forças políticas na busca pela carta sindical de suas respectivas entidades também foi marcada por barganhas no interior da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR), conforme indicou Fernando Barcellos em seu estudo sobre a ação sindical no campo fluminense, em especial no subitem “*Os conflitos por terra e os primeiros passos do sindicalismo*”. Cf. BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFRJ/CPDA, 2008. pp.19-25.

trada entre as atas arquivadas na própria sede do sindicato, indicava que a fundação da entidade teria ocorrido em 02 de junho de 1962, antes mesmo da lei que regulamentaria oficialmente a sindicalização rural, porém os registros dessa mesma ata salientavam que uma das primeiras providências a serem tomadas pela entidade seria o seu reconhecido sindical perante o Ministério do Trabalho ⁴⁷⁸. Já a segunda referência foi encontrada nos jornais *Terra Livre* e *Última Hora*, indicando que, em 25 de novembro daquele ano, a associação dos lavradores em Magé havia se transformado em sindicato, inclusive de acordo com a regulamentação sindical rural recém instituída ⁴⁷⁹. E foi esta entidade que recebeu, no ano seguinte, “*a primeira carta sindical para uma associação de lavradores, transformada agora em sindicato*”. ⁴⁸⁰

Por hora, mais importante do que a data de fundação é a análise da composição das diretorias, tendo em vista que – como bem observou Marco Antônio – nenhum dos membros eleitos em junho compõe a direção empossada no mês de novembro. E essas formações distintas evidenciam, em grande parte, as disputas internas no seio desse grupo de trabalhadores rurais. Ressaltamos que a primeira diretoria era basicamente orientada pelo grupo de Tenório Cavalcanti, com destaque para o presidente Orlando Jacintho e o suplente do conselho fiscal Aprígio da Silva; ao passo que a segunda era composta, sobretudo, por pessoas ligadas à militância comunista, como o presidente Manoel Ferreira de Lima, o vice Valdemar de Souza e o membro do conselho fiscal João Inácio da Silva ⁴⁸¹. A principal exceção seria Gerson Chernicharo, também eleito para a suplência do conselho fiscal, mas – como afirmou Manoel Ferreira em seu depoimento – logo se desentendeu com o grupo, “*doou um valor ao sindicato em dezembro*” e se afastou. ⁴⁸²

As desavenças, porém, não significaram um rompimento entre essas forças políticas, nem tampouco o afastamento de Tenório Cavalcanti das mobilizações camponesas. O que observamos é uma inflexão nos métodos utilizados, passando a conformar o que José Pureza

⁴⁷⁸ Consta a seguinte formação da diretoria sindical eleita em junho de 1962: Orlando Jacintho (Presidente); Antônio Firmino (Secretário); Auro Gomes (Tesoureiro); Ernestino de Souza Guarino, Honorato Alves e Manoel Carvalho (suplentes da Diretoria); Alfredo Barreto, Severino Gangorra e América Pereira (Conselho Fiscal); e Moises dos Santos, José Pereira e Aprígio da Silva (suplentes do Conselho Fiscal). Cf. TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFRJ/CPDA, 2011. pp.75-76.

⁴⁷⁹ Consta a seguinte formação da diretoria sindical eleita em novembro de 1962: Manoel Ferreira de Lima (Presidente); Valdemar de Souza (Vice-presidente); Benício Fonseca (Tesoureiro); Adalberto Marques (Procurador); José Desidério, José Antonio de Oliveira e Manoel Ferreira Rodrigues Filho (Conselho Fiscal); e João Inácio da Silva, Francisco Macial, Raimundo Menagatti, Gesso Chanichorro [leia-se Gerson Chernicharo], Antônio de Azevedo e Onofre Vieira (suplentes do Conselho Fiscal). Cf. *Terra Livre*. Jan/1963. p.6.

⁴⁸⁰ *Última Hora*. 01/10/1963. p.2.

⁴⁸¹ O comunista Valdemar de Souza já tinha se candidatado a prefeito da cidade, em 1950, e João Inácio militava no PCB ao lado de sua esposa Edna Nunes, tecelã em Santo Aleixo e candidata diversas vezes a vereadora e deputada estadual. O casal migrou de Casimiro de Abreu para Magé no início da década de 1940. Enquanto Edna trabalhava na fábrica e lutava “*como uma fera ao defender seus companheiros*”, João Inácio “*conservou seus hábitos de mateiro, vivendo da colheita de plantas medicinais*”. Cf. SANT’ANNA, Irun. *O garoto que sonhou mudar a humanidade*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2011. p.84.

⁴⁸² BNM 302. fl.360.

denominou como “nova forma de luta”. “*Aos companheiros que queriam topar o negócio no gatilho, nós aconselhamos que não era possível, porque não dava certo. (...) O fato é que nós ganhamos a opinião da massa e modificamos a forma de luta, levando todo mundo pra Niterói*”.⁴⁸³

O próprio Pureza citou o caso da América Fabril em seu livro de memórias, argumentando que “*a resistência armada nem sempre demonstra ser a forma mais adequada para evitar os despejos*”. Recordou que naquela região atuava um “*elemento que dirigia os camponeses visando seu próprio interesse*” e “*apelidava o nosso movimento de subversivo*”, o que teria afastado muitos camponeses dos representantes da FALERJ. Segundo o autor, ele recolhia dinheiro dos lavradores sob a alegação de que o montante seria usado para cuidar dos interesses do grupo, mas após o juiz conceder uma liminar em favor da empresa têxtil para a reintegração de posse, os lavradores acabaram procurando a federação. Quando foi ao encontro do “tal elemento” em Magé, ele teria defendido uma “resistência à bala” frente ao iminente despejo, tendo inclusive combinado uma senha com os lavradores da região: ao lançar fogos de artifício, eles apareceriam “*com armas e munições*”. Desconfiando disso, Pureza teria feito o “*teste dos foguetes*” – conforme recordou – para provar que a ideia de uma resistência armada não surtiria efeito e, de fato, os lavradores não atenderam aquela convocação. A partir daí que a FALERJ e a associação local “*deram encaminhamento da luta*”, passando a denunciar “*em praça pública a violência contra os lavradores*”.⁴⁸⁴

Pesquisadores como Silveira-Lindoso, que analisou especificamente este grupo de trabalhadores rurais mageenses, e Mario Grynszpan, abordando o movimento na Baixada Fluminense, também apontaram para a relevante significado dessas manifestações públicas.

(...) Nesse momento, já o movimento social desencadeado pela ‘invasão’ assumia uma nova feição, pois outras forças sociais – que não os jagunços do Tenório – começaram a participar do movimento e de sua condução. (...) Adotando a tática de pressionar as autoridades através de manifestações públicas, a federação [FALERJ] organizou uma manifestação em Niterói.⁴⁸⁵

(...) A imposição de uma determinada expressão pública dos conflitos e de seus atores era igualmente parte dos conflitos e se fazia tanto por meio da imprensa quanto de manifestações promovidas nas cidades. Juntamente com as ações na Justiça, as denúncias à imprensa e as manifestações nas cidades eram dimensões das lutas de resistência, articulando-se, portanto, às ações dos lavradores nas próprias áreas, buscando ali permanecer o máximo de tempo possível, neutralizando as violências dos grileiros. As manifestações

⁴⁸³ Entrevista concedida por José Pureza a Leonilde Medeiros. 20/02/1980.

⁴⁸⁴ PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. pp.57-58.

⁴⁸⁵ SILVEIRA-LINDOSO, Maria José Rios Peixoto da. *A ambiguidade na transformação: um estudo sobre a ideologia*. São Paulo: dissertação em Ciência Política, USP, 1983. p.35.

traziam a situação vivida pelos posseiros para a cidade, tornando-a próxima, atribuindo-lhe visibilidade (...).⁴⁸⁶

Num nível mais superficial, as manifestações nas cidades serviam para tornar visível, aos cidadãos, a situação vivida pelos lavradores. Mais profundamente, no entanto, elas contribuíram para transformar aquilo que, normalmente, seria uma questão localizada entre um grileiro e um grupo de posseiros, resolvida através de jagunços ou da própria polícia, numa questão social. Desta forma, produzia-se um debate em torno da questão, atraía-se a solidariedade aos setores urbanos e procurava-se deslegitimar a ação dos grileiros, dificultando, ao mesmo tempo, decisões favoráveis a estes por parte da polícia ou da justiça (...).⁴⁸⁷

Por certo, não cabe aqui traçar uma dualidade entre militantes comunistas como defensores da “resistência legal” versus correligionários de Tenório como ícones da resistência armada. Uma forma de luta não anulava necessariamente a outra e esta distinção está mais relacionado à memória construída pelas lideranças da FALERJ, na tentativa de se desvencilhar da aliança que selaram com o deputado de Duque de Caxias. Por isso, ressaltamos que, à época, embora o PCB e a ULTAB priorizassem em suas teses as ações legais, formas de luta armada eram, de quando em vez, estimuladas pela imprensa comunista e por alguns grupos ligados ao partido, conforme assinalou a pesquisadora Leonilde Medeiros. A autora inclusive citou como exemplo o próprio caso de ocupação das terras reivindicadas pela América Fabril, que nas páginas do *Terra Livre* foi elogiada devido os camponeses da região terem começado “*a reforma agrária que o governo está retardando tanto a fazer, acuado pelos latifundiários que formam a maioria do nosso Congresso*”.⁴⁸⁸

O recurso às armas ou à lei, a aproximação maior ou menor com as autoridades constituídas, as ocupações de terra não podem ser derivados estritamente dos diferentes momentos da trajetória do PCB. A imprensa é eloquente em indicar que essas opções têm que ser entendidas por meio do recurso a elementos mais complexos, como as concepções dos quadros locais do partido, as disputas políticas regionais ou estaduais, que compunham o quadro político no qual as ações se davam, o que incluía inclusive as disputas por falar em nome desse segmento que então se organizava, a própria capacidade do partido em expressar as reivindicações dos ‘camponeses’, fazendo com que nas palavras de ordem mais gerais, o que era considerado como seu interes-

⁴⁸⁶ GRYSZPAN, Mario. *Conflitos: expressão pública e gênese de grupos sociais*. In: Sociologias. Porto Alegre: jan/jun, 1999. a.I. n.1. p.154.

⁴⁸⁷ GRYSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: dissertação em Antropologia Social, UFRJ, 1987. pp.148-149.

⁴⁸⁸ *Terra Livre*. Jan/1963. p.6. Relembremos que a FALERJ atuou em formas de resistência armada na Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias, no ano de 1961; e também na região do Imbé, localizada no município de Campos, em 1963, quando terras de uma usina “grileira” foram ocupadas por trezentos lavradores. Pureza também destacou esses casos em seu livro. Cf. PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. pp.53-57 e 75-90 passim.

se, em algum momento expressassem as experiências vivenciadas por esses segmentos (...).⁴⁸⁹

As passeatas pela desapropriação

Amanhecia aquela sexta-feira, dia 11 de janeiro de 1963, e a família de lavradores, instalada em posse circunvizinha à Fábrica Pau Grande, acordou bastante apreensiva, pois um despacho judicial de despejo estava prestes a ser concretizado. Cerca de 150 soldados da Polícia Militar, acompanhados por agentes da polícia política e até por capatazes da América Fabril, se aproximavam da área de conflito para garantir a ordem do juiz. Um filme passava pela cabeça do casal capixaba, que havia deixado há pouco mais de um ano sua terra natal, sendo praticamente expulsos pelo “*mundo sem lei da fronteira agrícola*”, que arrancou do campo, entre outros, diversos colonos das fazendas de café do Espírito Santo, como foi o caso dessa família e de tantas outras naquela região. Diante de uma “*vida cheia de incertezas, vida sem grandes esperanças*”, o casal resolveu partir para o Rio de Janeiro, carregando seus filhos, pois o que lhe restava era “*aventurar-se*”.⁴⁹⁰

Já em território fluminense, souberam por uma emissora de rádio que havia terras disponíveis no município de Magé, onde uma cooperativa estava sendo organizada e, em breve, uma tal reforma agrária se tornaria realidade. Assim como outros migrantes recém chegados, gastaram praticamente todo o pouco dinheiro que tinham para “comprar o direito” de outro posseiro que – amedrontado com as perseguições de policiais e capangas – resolveu se retirar daquela área em litígio⁴⁹¹. Instalando-se naquelas terras, o casal construiu sua nova casa em mutirão com os demais posseiros. Eram cabanas bem modestas, normalmente feitas de sapê. E logo iniciaram uma pequena plantação, também modesta, que servia mais para subsistência. A simplicidade das casas e plantações, porém, não era em consequência apenas da falta de recursos do grupo, mas uma recomendação das próprias lideranças do movimento, que advertiam a todos: “*Olha, vocês num faz casa, não... faz barraco de capim porque vai haver despejo. De-*

⁴⁸⁹ MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60*. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos. *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2000. v.4. pp.235-236.

⁴⁹⁰ Cf. MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In: SCHWARCZ, Lília (org.). *História da vida privada: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp.578, 580 e 586 passim.

⁴⁹¹ Há diversas referências nas entrevistas à “compra de direitos”, sugerindo um certo rodízio de pessoas naquela área. Quando posseiros mais antigos resolviam deixar o grupo, vendiam “suas terras” a outros (muitas vezes recém chegados), alegando que, quando viesse a desapropriação, o novo posseiro receberia a sonhada escritura. Neste acordo informal, ao comprar “o direito da terra”, aquele migrante recebia a chamada “escritura do abraço”, conforme recordações de trabalhadores rurais que permaneceram na luta. “*Os teimosos ficaram; os medrosos vendiam barato mesmo...*”. Cf. Entrevista anônima concedida por cinco lavradores a Leonilde Medeiros. 30/09/1982.

*pois que houver despejo é que nós vai consertar tudo isso. Tem que haver despejo primeiro”.*⁴⁹²

O despejo realmente aconteceu, mas após uma longa e dramática disputa que se estendeu entre os meses de novembro de 1962 a janeiro de 63. Como já mencionamos, o juiz de Magé concedeu liminar em favor da América Fabril logo que a empresa impetrou uma ação de reintegração de posse, sendo também instaurado inquérito policial para investigar as ações dos “invasores”. Desde então, o despejo era prometido. Os posseiros pediram ajuda à associação de lavradores de Magé, que acabou tomando as rédeas do movimento e também se reorganizando como sindicato.⁴⁹³

O primeiro mandado de despejo previa a retirada dos posseiros no dia 20 de dezembro, às vésperas do Natal, e a FALERJ negociava seu adiamento junto à América Fabril e ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), por intermédio dos advogados do Plano Agrário⁴⁹⁴. No decorrer das tratativas, o despejo acabou sendo remarcado para depois da celebração natalina, porém acabou não se concretizando por conta da recusa do governador José de Carvalho Janotti em atender ao titular da Comarca de Magé, que havia requerido o apoio de tropas policiais. Indignado com a postura de Janotti, o Juiz Nicolau Mary Júnior solicitou intervenção federal no governo fluminense por desobediência à decisão judicial, pedido encaminhado para apreciação dos desembargadores do TJRJ. Mediante a ameaça, o governador recuou em sua decisão e enviou as tropas solicitadas para Magé, que chegaram a acampar nas proximidades da área.⁴⁹⁵

Porém, a nova tentativa de despejo, remarcada para o dia 29, foi suspensa a pedido do governo federal, alegando a proximidade dos festejos de fim de ano, o grave problema social que seria provocado com a decisão judicial e também por conta do plebiscito que seria realizado no dia 06 de janeiro, decidindo a permanência do sistema parlamentarista ou o retorno ao presidencialismo.⁴⁹⁶

A essa altura dos acontecimentos, diversos jornais intensificaram a cobertura sobre o conflito. Alguns chegaram a enviar repórteres para o Rio do Ouro, colhendo inclusive alguns raros depoimentos de lavradores que, aparentemente, não estavam à frente do movimento.

⁴⁹² Entrevista anônima concedida a Maria José Silveira-Lindoso. Cf. SILVEIRA-LINDOSO, Maria José Rios Peixoto da. *A ambiguidade na transformação: um estudo sobre a ideologia*. São Paulo: dissertação em Ciência Política, USP, 1983. p.34.

⁴⁹³ PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. pp.56-57.

⁴⁹⁴ *Última Hora*. 19/12/1962. pp.1 e 3. O Plano Agrário era um órgão estadual remanescente do Plano Piloto de Ação Agrária, desenvolvido no governo Roberto Silveira.

⁴⁹⁵ *O Fluminense*. 27/12/1962. p.1.

⁴⁹⁶ *O Fluminense*. 29/12/1962. p.1.

Percorrendo algumas palhoças, tivemos oportunidade de observar a extrema penúria das famílias nela residentes e de ouvir suas desditas. O lavrador Francisco da Silva Rosa, pai de treze filhos, sete dos quais pequenos, declarou que ali chegara há dois anos. Como crente que é, afirmou que, ao examinar a qualidade da terra, não teve dúvida de que estava diante do paraíso. E, então, começou a plantar de tudo, porque tudo dava. Agora, vê-se na contingência de ficar ao desabrigo e sem ter o que dar aos filhos. Aliás, vamos reproduzir textualmente suas últimas palavras à reportagem: “Eu aqui sofro calado e não peso no bolso de ninguém. Com meus filhos trabalho da manhã à noite e todos nós comemos o que esta abençoada terra nos dá. Por que, meu Deus, só aparece que nos queira prejudicar?”. O Sr. Wantuil de Azevedo Ramos, pai de cinco filhos e que já possui um neto, é esposo de D. Perciliana Correia. Com a fisionomia abatida disse: “Vim do Espírito Santo há dois anos na mesma leva dos outros. Esquecido neste recanto, onde só aparece quem nos quer explorar, não vivo bem, é verdade, mas não passo fome. Entretanto, sinto-me apavorado. Por que nos deixaram plantar e só agora nos querem expulsar?”. E concluiu: “Quem é mais útil ao país: aquele que ‘pranta’ ou o que fica na cidade só ‘cumendo’?”. (...) Finalmente, colhemos as impressões do lavrador mais antigo na Fazenda Rio do Ouro [a reportagem não cita seu nome]. Há 42 anos mora ali mesmo com sua mulher Lurdes Soares e mais quatro filhos. O menor, de nove meses, chama-se Aleixo, homenagem que prestou ao padroeiro do lugar que se chama Santo Aleixo. (...) Muito conformado ao saber que seria despejado, se limitou a dizer: ‘Eu só queria saber onde andam os candidatos que passaram por aqui, antes de 7 de outubro. Só falavam em reforma agrária e até nos prometeram máquinas. pelo que vejo vou acabar acompanhado com minha família lá na Assembleia [Legislativa]’ (...).⁴⁹⁷



IMAGEM 15: Fotografias da manifestação dos lavradores em Niterói.

Fac-símile do *O Fluminense*. 09/01/1963. p.1.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

⁴⁹⁷ *O Fluminense*. 30/12/1962. pp.1 e 11 passim. Durante o inquérito policial, o ex subdelegado do distrito de Inhomirim, Antônio José Fares, declarou que “o local das invasões, quando próximo das eleições, passou a exercer atração sobre vários candidatos que para lá compareciam amiúde”, recordando da presença do vereador comunista Darcy Câmara, candidato à reeleição; dos candidatos a prefeito José Barbosa Porto (PTB) e Olívio de Mattos (PSD); além do candidato ao governo fluminense Tenório Cavalcante (PST) e de seu jornal *Luta Democrática*. Cf. BNM 302. fl.608.

Poucos dias depois, já tendo sido realizado o plebiscito, os lavradores de Magé partiram para a capital fluminense, em 08 de janeiro de 1963. De acordo com o relato de Pureza, que se encontrava em Magé desde a véspera, o transporte para Niterói foi obtido com muita dificuldade. Primeiramente, no dia 07, conseguiram o caminhão de um comprador de lenha, porém com pouco combustível. Um pequeno grupo seguiu neste caminhão até Piabetá, onde receberam apoio financeiro de um *“conhecido do tesoureiro do sindicato”*. Abasteceram o caminhão e passaram a madrugada transportando lavradores do Rio do Ouro até a praça de Piabetá, próximo a estação de trem. No dia 8, pela manhã, conseguiram o auxílio de mais dois caminhões, além de contribuições dadas por trabalhadores que passavam a caminho do emprego. Então partiram para o centro de Niterói. *“Mulheres e crianças tiveram preferência no caminhão. O restante do povo foi dividido em comissões (...). Pegavam o trem e depois, na Praça XV, atravessaram de barcas para Niterói. O ponto de encontro foi marcado na praça São João”*. Já no centro da capital, os lavradores conseguiram uma bandeira brasileira junto ao sindicato dos rodoviários, estenderam-na em plena praça e as lideranças começaram a discursar aos curiosos, contando toda a situação deles e pedindo a *“solidariedade do povo às crianças dos lavradores, sem alimentação desde a véspera”*. Em pouco tempo, a bandeira foi coberta por contribuições em dinheiro, chegando a *“encher três vezes”*.⁴⁹⁸

Sabidamente, os lavradores buscavam o apoio da população em prol de suas reivindicações, bem como enfatizavam em entrevistas aos jornais que, caso o despejo se confirmasse, iriam mendigar no centro da capital. Realizaram passeatas no centro da cidade e acamparam frente à Assembleia Legislativa. Enquanto isso, lideranças do movimento buscavam o apoio de parlamentares para intermediar um encontro com o governador, conforme destacou o jornal *O Fluminense*, que acompanhou o caso por bastante tempo.

Cerca de trezentas famílias de lavradores da Fazenda de Rio D'Ouro, situada em Magé, se concentraram ontem nas imediações do edifício sede da Assembleia Legislativa, ali pernoitando ao relento. Ameaçados de despejo, os camponeses vieram reivindicar o apoio dos parlamentares, tendo o presidente da Federação dos Lavradores de Magé, Sr. Manoel Ferreira de Lima, mantido demorada palestra com o deputado Sá Rego, por intermédio de quem solicitou audiência ao governador Carvalho Jannotti. Como o chefe do Executivo alegasse se encontrar muito atarefado, o encontro, segundo chegou ao nosso conhecimento, somente se deu tarde da noite. (...) Falando ao "O Fluminense", o camponês Demócrito Antunes Belmonte declarou o seguinte: "Quando chegamos a Rio D'Ouro, tudo era mato, puro. Com o nosso esforço lavramos a terra e transformamos a cobiçada área numa região fértil. Agora, a ambição de latifundiários nos atirara na mais negra miséria. Sou pai de cinco filhos e, como eu, muitos outros também têm família numerosa. Por isso, não ofere-

⁴⁹⁸ PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. pp.59-60.

ceamos resistência a polícia. Já que a Justiça determinou o despejo, podem derrubar e queimar os nossos barracos. Pacificamente, protestamos na Avenida Amaral Peixoto. Com as nossas mulheres e crianças, acamparemos em toda a extensão daquela artéria e imploraremos a caridade pública”.⁴⁹⁹

(...) Após parlamentarem com o Governador Carvalho Janotti, tiveram a desilusão de ouvir do chefe do Governo que nada poderia fazer. De volta a Assembleia Legislativa, como já fosse tarde da noite e a condução (ônibus) só sairia pela manhã, os lavradores e suas famílias, alguns com crianças recém-nascidas, pernoitaram no prédio da Assembleia Legislativa, dormindo, inclusive, nas cadeiras do plenário.⁵⁰⁰

Sem obter uma resposta positiva das autoridades, os lavradores de Magé acabaram sendo surpreendidos com a efetivação do despejo, no dia 11. Plantações foram destruídas e barracos derrubados ou incendiados. De acordo com lavradores que permaneceram na posse e não foram à Niterói, o gerente da América Fabril acompanhou toda a ação de despejo, tendo inclusive ameaçado: “*Se a invasão voltasse, os métodos agora seriam diferentes*”. Denunciaram ainda – ao periódico *Última Hora* – que o Juiz de Magé “*sempre foi muito ligado ao gerente Aníbal Ferreira*” e “*nem ao menos quis ver de perto os nossos dramas*”. Com o marido em Niterói na passeata, a lavradora Maria Ferreira Amorim disse à reportagem que foi acordada pelas autoridades para a consumação do despejo: “*Nem deu tempo de tirar o berço do meu garoto*”. Já Ramira das Neves reclamava não ter para onde ir, reivindicando que “*aos menos eles nos deem um canto de terra para construirmos um sapê para nossos filhos*”.⁵⁰¹

O *Luta Democrática* também publicou reportagem sobre o despejo, caracterizado como “*mais uma violência contra o homem do campo*”, sendo registrados “*toda a sorte de arbitrariedades, incêndios e saques*”. Na ocasião foi entrevistada a lavradora Primitiva Pereira da Silva, que não era posseira, mas sitiante da América Fabril. Mesmo assim, teve sua plantação incendiada durante o despejo, tendo recebido uma indenização da empresa têxtil que foi considerada por ela como irrisória. Perguntada se iria acionar a Justiça, a lavradora respondeu que não, pois “*ali tudo se arranjará favorável a companhia*”.⁵⁰²

No mesmo dia do despejo, à tarde, os lavradores que estavam em Niterói partiram para protestar em frente ao prédio do TJRJ e “*acabaram dormindo no saguão contíguo aos cartó-*

⁴⁹⁹ *O Fluminense*. 09/01/1963. p.1. Convém mencionar que este periódico, sediado em Niterói, além de enfatizar as declarações dos lavradores “ameaçando mendicância” em caso de despejo, vinha tecendo diversas críticas à “*proliferação de mendigos nas ruas da capital*”, chegando a afirmar que “*parece que vivemos numa cidade nordestina*”, repleta de “*cadáveres ambulantes*”. Cf. *O Fluminense*. 10/01/1963. p.1. Destacamos também que a questão da mendicância – e não a pobreza – foi motivo de críticas no estado da Guanabara neste período, sendo posteriormente o governo Lacerda acusado de planejar as “operações mata-mendigo”, já citadas anteriormente neste trabalho.

⁵⁰⁰ *O Fluminense*. 11/01/1963. p.7.

⁵⁰¹ *Última Hora*. 12/01/1963. p.3. O jornal caracterizou a ação de despejo como um “*show de brutalidade policial*”.

⁵⁰² *Luta Democrática*. 12/01/1963. pp.1-2. Ressalta-se que o jornal não fez qualquer referência à FALERJ, como os demais periódicos. Um deles, inclusive, chegou a publicar uma reclamação que lavradores de Magé teriam apresentado contra Gerson Chernicharo, por “*ter-lhes abandonado na hora que eles mais precisavam*”. Cf. *Última Hora*. 14/01/1963. p.2.

rios da Vara Criminal, transformando-o em albergue”, tendo as crianças se alimentado com leite doado por “*peessoas desejosas de prestar sua solidariedade aos flagelados*” e preparado “*na cozinha do Sindicato dos Rodoviários*”⁵⁰³. Durante a noite, o governador assinou o decreto que desapropriou a área em litígio, sendo publicado no dia seguinte.⁵⁰⁴

Com a notícia da desapropriação, um grupo de lavradores partiu, no dia 12, para protestar em frente à casa do Juiz de Magé – que residia em Niterói – reivindicando a suspensão judicial do despejo⁵⁰⁵. Receoso, o magistrado chegou a se refugiar em um quartel do 3º Regimento de Infantaria do Exército, mas não tardou para que a suspensão fosse conquistada pelos posseiros. “*(...) Foi todo mundo para a FALERJ. Aí nós falamos: ‘Vamos pressionar o juiz!’ (...) Fomos ‘no peito’. Não era comum fazer isso. Era considerado um desrespeito*”, recordou Bráulio Rodrigues⁵⁰⁶. A maioria dos lavradores retornou para Magé em ônibus do Serviço Estadual Rodoviário e de Viação Elétrica (SERVE), cedidos pelo governo fluminense.

Quanto ao “desrespeito” citado por Bráulio, podemos dizer que ele repercutiu fortemente em dois sentidos opostos. Primeiramente, as passeatas em Niterói pela desapropriação das terras em conflito com a América Fabril configuraram como um símbolo da conquista de direitos na memória dos trabalhadores rurais de Magé, sendo lembrado em diversos outros momentos decisivos na trajetória deste grupo – e não apenas pelas lideranças camponesas, como também pelos mais modestos lavradores, como aquela família capixaba que veio “se aventurar” em Magé. Por outro lado, no entanto, as passeatas também consagraram esses trabalhadores como “subversivos” que estavam pondo em risco a Segurança Nacional, especialmente aos olhos do Poder Judiciário.

A própria declaração de José Pureza aos jornais à época – falando em nome da FALERJ – evidenciava um clima de tensão entre os Poderes: “*(...) O processo de desapropriação já estava pronto há muito tempo, mas que só não havia sido assinado ainda porque o ato melindraria a Justiça, já que esta havia determinado o despejo*”.⁵⁰⁷

Independente da cautela do governo fluminense em decidir pela desapropriação, não tardou para o pedido de intervenção federal, solicitado pelo Juiz de Magé, voltar à pauta no TJRJ, o que teria provocado a renúncia do governador Janotti no dia 18 de janeiro, assumindo

⁵⁰³ O Fluminense. 12/01/1963. p.1.

⁵⁰⁴ Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. 12/01/1963. pp.1-2.

⁵⁰⁵ De acordo com os depoimentos pesquisados, houve outra ida de lavradores para Niterói no decorrer da luta pela desapropriação, porém não foi possível precisar quantas “idas” foram realizadas à Capital.

⁵⁰⁶ SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Seropédica: Mauad X, EDUR, 2008. p.35.

⁵⁰⁷ Última Hora. 14/01/1963. p.2. Grifo nosso.

em seu lugar justamente o presidente do tribunal Luis Miguel Pinaud ⁵⁰⁸. Quanto às lideranças mais proeminentes do movimento dos lavradores de Magé, todas foram enquadradas na Lei de Segurança Nacional (LSN), sendo que o Juiz Nicolau Mary Júnior ainda tentou efetuar a prisão dos vereadores Darcy Câmara e Astério dos Santos, logo após as passeatas em Niterói, sob a alegação de que “*estavam insuflando os posseiros à resistência*”. ⁵⁰⁹

De fato, a parceria entre os trabalhadores rurais e urbanos foi muito importante ao longo dessas manifestações públicas, destacando-se a atuação dos têxteis em Magé e dos rodoviários em Niterói, aspecto inclusive valorizado por José Pureza em entrevista ao *Terra Livre*, quando visitou a redação do jornal, em São Paulo, acompanhado do presidente da ULTAB, Lyndolpho Silva, logo após a desapropriação.

(...) Àqueles posseiros não restou outra alternativa senão a de passar à luta pela desapropriação daquelas terras. E assim, sob comando da federação e da associação local e com a ajuda dos sindicatos operários, os posseiros fecharam suas casas e marcharam para a cidade de Niterói (Capital do Estado), e com a solidariedade moral e material do povo acamparam na praça pública, e daí passaram para o Palácio da Justiça e de lá só saíram quando obtiveram [sic] dos desembargadores a promessa da desapropriação, com a qual já estava de acordo o Governador do Estado (...). Não tendo o juiz cumprido sua palavra, os lavradores, num grande comício em Magé, explicaram ao povo da cidade o que ocorria (...). Uma grande comissão de mulheres e operários foram à Fazenda Rio do Ouro levar roupas, sapatos e muitas outras coisas para aqueles lavradores. ⁵¹⁰

“Avolumou mais a luta”

O clima no país era de intensa radicalização. Embora o PCB fosse a mais proeminente força política no campo das esquerdas, a disputa se dava não apenas com o PCdoB, mas também com a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP), a AP, as Ligas Camponesas dirigidas por Francisco Julião, além de alguns setores do PTB, tendo à frente o deputado federal Leonel Brizola. Interessante ressaltar que, enquanto os setores mais conservadores da política nacional sentiam-se ameaçados pelo PCB, a maioria desses agrupamentos de esquerda o consideravam um partido “reformista”, aliado da burguesia, sobretudo após sua aliança com o PTB.

⁵⁰⁸ A despeito de especulações, o motivo oficial da renúncia do governador foi a atuação do Juiz de Magé, que havia solicitado intervenção federal no governo fluminense sob a alegação de descumprimento de ordem judicial. Na ocasião, tropas estaduais não foram enviadas à Magé para apoiar uma ação de reintegração de posse da América Fabril. A ameaça do Judiciário foi sentida de tal maneira pelo governador que a desapropriação daquela área foi postergada ao máximo para não “melindrar a Justiça”.

⁵⁰⁹ *O Fluminense*. 12/01/1963. p.1.

⁵¹⁰ *Terra Livre*. Fev/1963. p.5.

Com essa aproximação junto aos trabalhistas, o PCB – que já mantinha considerável influência no movimento popular – também passou, paulatinamente, a conquistar espaço e cargos na estrutura do Estado.

(...) Em aliança com os petebistas, detinham o controle de grande número de sindicatos, federações e confederações de trabalhadores urbanos e rurais. Os comunistas também participavam ativamente da criação de diversas intersindicais, regionais e nacionais, que atuavam à margem da estrutura oficial. Dentre elas a mais importante foi o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), criado em agosto de 1962 e fortemente influenciado pelo PCB. Também em aliança com o PTB, o PC detinha o controle da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI). Nesse mesmo período os dirigentes comunistas, sobretudo Luiz Carlos Prestes, tinham livre trânsito junto às elites governamentais, inclusive junto ao Presidente da República.⁵¹¹

Nesse sentido, a aliança PCB-PTB também foi fundamental na campanha pelo presidencialismo em 1963, que foi restabelecido por larga margem de votos. Em Magé, os eleitores também decidiram pelo retorno ao antigo sistema de governo, inclusive por uma percentagem superior à nacional, 86% contra 82%, respectivamente. Ao todo, 13.816 mageenses compareceram às urnas, sendo que 11.923 não aprovaram o ato adicional que instituiu o parlamentarismo no Brasil.⁵¹²

Com o resultado incontestado do plebiscito que garantiu ao país o retorno ao presidencialismo, os debates na Câmara de Magé, especificamente, passaram a apresentar um tom cada vez mais nacionalizado, como demonstra o discurso proferido em plenário por Astério dos Santos, em junho de 1963.

(...) Com a palavra o vereador Astério dos Santos, dizendo ser o momento de alta expectativa, quando algumas arestas precisam ser aparadas, mas prefere se deter em consideração sobre dois males que precisam ser evitados, pois constituem inimigos da Pátria. De um lado a penetração imperialista em nossa economia; de outro o latifúndio, de mentalidade recalcada. É grande a responsabilidade da Casa, que precisa meditar bastante e colocar-se na defesa da soberania da Pátria. O povo reconquistou pelo plebiscito o Regime Presidencialista. Necessário se faz que o Presidente da República faça as reformas de base, principalmente a agrária, para fixar o camponês à terra. Disse, ainda, que se divorciam no país os três Poderes e continua dizendo não abrir mão das prerrogativas de que dispõe na defesa das forças progressistas e dos trabalhadores. Faz então um apelo no sentido da união dos Poderes no benefício da Pátria e que os problemas são muito mais sociais do que jurídicos. Protesta contra o Código do Processo Civil que ampara o despejo dos lavradores e finaliza dizendo que os partidos devem atentar bem para esses

⁵¹¹ PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e Companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1995. pp.187-188.

⁵¹² TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE-RJ). *Resultado Final da 20ª Junta Apuradora: Magé*. Documento assinado pelo Secretário da Comissão Apuradora, Manoel Picanço Goulart. Niterói: 14 de janeiro de 1963.

problemas, procurando equacioná-los para fazer do Brasil uma pátria livre e poderosa (...).⁵¹³

Interessante observar que, a despeito da aliança PCB-PTB a nível nacional, esses parceiros tratavam intensas disputas em território fluminense, particularmente desde as eleições de 1962, quando se encontravam em campos opostos⁵¹⁴. O petebista Badger da Silveira assumiu o governo em fins de janeiro de 1963 e manteve com os comunistas uma relação distante, porém não intransigente. Neste caso, entre os comunistas estavam os principais dirigentes sindicais fluminenses – na cidade e no campo – que vinham inclusive atuando de forma bem articulada.

Em relação aos trabalhadores rurais, por exemplo, Badger nomeou como diretor do Plano Agrário o padre Antônio da Costa Carvalho, então assistente da Federação dos Círculos Operários Fluminenses. Também ligado a FLERJ – a tal “federação fantasma” – o padre Carvalho estimulou a formação de organizações de lavradores nos municípios em oposição à FALERJ, entrando diretamente na disputa com os comunistas pelo reconhecimento sindical de suas entidades. De acordo com Mario Grynszpan, que entrevistou em sua pesquisa tanto Badger quanto lideranças camponesas daquele período, o encaminhamento da questão agrária ocupou lugar de destaque na seara de divergências entre o governador e os comunistas.⁵¹⁵

Para Manoel Ferreira de Lima, Badger pretendia implantar a reforma agrária “*de uma maneira política*”, buscando “*afastar todos os elementos de esquerda do campo*” – reprimindo-os, porém de forma “*não muito agressiva*”.

(...) O objetivo dele era justamente afastar toda a esquerda e então só ficar gente dentro do sistema do PTB, limitado (...). Então surgiram vários choques (...). Ele chegou a reprimir, mas de uma maneira não muito agressiva (...). O Badger não era simpático à federação. Então tentou dividir como padre Carvalho. Surgiu uma ‘federação fantasma’, que não foi à frente (...).⁵¹⁶

⁵¹³ CMM. Livro de Atas n.23 (22/03/1963 a 26/07/1963). fl.57v.

⁵¹⁴ No início da década de 1960, o governo fluminense atravessou um momento bastante instável. Após a morte de Roberto Silveira, sucederam-se três mandatos de curta duração: Celso Peçanha (1961-1962), José de Carvalho Janotti (jul/1962-Jan/1963) e Luis Miguel Pinaud (Jan/1963). Cabe aqui ressaltar a carência de estudos sobre política fluminense entre os meados das décadas de 1950 e 60. Dentre os poucos que abordam esse período, mesmo que indiretamente, destacam-se os estudos sobre movimentos sociais no campo, utilizados nesta tese.

⁵¹⁵ GRYSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: dissertação em Antropologia Social, UFRJ, 1987. p.248. Outros trabalhos que abordam as ações do governo Badger da Silveira no campo, abrangendo todo o estado. Cf. MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Lutas sociais no campo no Rio de Janeiro (Relatório de Pesquisa)*. UFRJ/CPDA, 1984. mimeo; O'DWYER, Eliane Cantarino. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. Rio de Janeiro: tese em Antropologia Social, UFRJ, 1988; e BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFRJ/CPDA, 2008.

⁵¹⁶ Entrevista concedida por Manoel Ferreira de Lima a Leonilde Medeiros. 1982. Interessante observar que na memória das lideranças camponesas ligadas ao PCB a “federação fantasma” sempre é atrelada ao governo Badger da Silveira, embora tenha sido fundada durante (e com o apoio) do governo Roberto Silveira, que se elegeu em aliança com os comunistas.

Manoel referia-se à disputa vencida pela FALERJ, que se transformou na Federação dos Pequenos Lavradores e Trabalhadores Autônomos do Rio de Janeiro, em outubro 1963, para se adequar à nova legislação sindical. A reunião foi realizada na sede da federação dos trabalhadores têxteis, sediada em Niterói, tendo eleito José Pureza como Presidente.⁵¹⁷

Ao falar sobre Badger da Silveira, por exemplo, Pureza lembrou de uma conversa que teria tido com o governador, já na condição de presidente da federação. Segundo ele, *“pressionado por fazendeiros, grileiros e latifundiários”*, Badger teria reclamado da atuação da entidade por estar *“tomando tudo que é terra”* e *“chamando todo mundo de grileiro”*. Em resposta, o líder camponês afirmou que muitas escrituras eram falsas e que, por isso, o governo tinha que desapropriar as terras. Tendo o governador alegado falta de verba para as indenizações, Pureza lhe explicou que, como os grileiros não tem documentos para comprovar a propriedade, essa indenização seria *“a mesma coisa que Vossa Excelência meter a mão no bolso, tirar a quantia e depois botar no outro bolso”*, pois sem comprovação o dinheiro retornaria aos cofres do Estado. Indagado sobre como sabia disso, respondeu que a federação já tinha feito levantamento nos cartórios das regiões em litígio, no que teria respondido o governador fluminense: *“Mas você também sabe que a gente é obrigado a fornecer uma força policial quando o juiz pede”*. José Pureza, então, teria encerrado a conversa nos seguintes termos: *“O irmão de Vossa Excelência também era governador, era obrigado a isso, mas nunca aconteceu...”*.⁵¹⁸

De fato, a posição do governador acerca da reforma agrária era muito distinta da proposta dos comunistas. Embora a defendesse publicamente, criticando inclusive a protelação desta matéria no Congresso Nacional, advertia aos lavradores fluminenses para que não se envolvessem com os “agitadores” (leia-se: representantes da FALERJ). Para Badger, a reforma agrária deveria se tornar realidade sem, no entanto, fugir aos princípios da Lei e da Justiça.

Esta sua posição “mais legalista” também se refletiu em outros episódios, como na realização do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, por exemplo. Previsto para ocorrer no estado da Guanabara, o evento foi impedido pelo governador udenista Carlos Lacerda sob a alegação de que *“a Constituição e as leis proíbem propaganda de guerra”*. Com isso, o congresso foi transferido para a capital fluminense, sendo realizado na sede do sindicato dos operários navais, em Niterói. Na ocasião, Badger emitiu nota oficial explicando que sua permissão considerou *“que a Constituição brasileira garante a liberdade de reunião e de pensamen-*

⁵¹⁷ Terra Livre. Nov/1963. p.4. Esta nova entidade sindical é a atual Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG-RJ).

⁵¹⁸ Entrevista concedida por José Pureza a Leonilde Medeiros. 20/02/1980.

to”, mas enfatizou que “o governo fluminense está atento a toda e qualquer manifestação que importe em transgressão a preceitos de nossa Carta Magna”.⁵¹⁹

Por conta dessa postura, o governador – embora petebista e aliado do presidente da República – chegou a ser apelidado por Tenório Cavalcanti como “IBADger”, numa referência ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), entidade de oposição ao governo João Goulart, na qual o padre Carvalho era próximo. O deputado federal de Duque de Caxias – que havia perdido a eleição para governador – não contava mais com a parceria dos comunistas, porém mantinha ligações com grupos camponeses e apoiava diversas medidas do governo brasileiro, incluindo as reformas de base. Por meio do seu jornal, Tenório criticava a política agrária de Badger da Silveira e veiculava apelos ao governador para que ele tivesse “ao menos um gesto nobre”, não impedindo “que a SUPRA continue o seu trabalho profícuo”, desapropriando terras fluminenses em favor dos camponeses.⁵²⁰

Já o PSD, semelhante à posição que assumiu junto ao governo Goulart, mantinha com Badger uma relação razoavelmente cordial, ao menos até o final de 1963, quando as críticas aos dois governos petebistas se tornaram mais veementes. Algo semelhante ocorreu em Magé, tendo o deputado estadual Waldemar Lima Teixeira investido no trabalho “junto às bancadas pessedista e governista, no sentido de carrear melhoramentos para o nosso município”. O parlamentar, que chegou a integrar a mesa diretora na Assembleia Legislativa, buscou traçar normas de conduta política para a bancada do PSD na Câmara de Vereadores: “não façam obstinada e sistemática oposição ao governo municipal”, apesar do prefeito Porto – segundo o pessedista – conduzir o governo “de modo rancoroso e vingativo” para com os membros do partido.⁵²¹

Em âmbito estadual, portanto, o apoio político das lideranças camponesas e operárias ligadas ao PCB se dava basicamente por meio de um grupo de parlamentares eleito em 1962, como os deputados federais Demisthoclides Baptista e Adão Pereira Nunes; e os deputados estaduais Aristóteles de Miranda, Élzio Ramalho e Afonso Celso Nogueira Monteiro⁵²². Este último, particularmente, eleito pelo PSB, era advogado e atuava na defesa de diversos sindicatos, tendo se destacado também no apoio aos lavradores de Magé durante as passeatas em Niterói, relação que se estreitou nos anos posteriores.⁵²³

⁵¹⁹ *Jornal do Brasil*. 27/03/1963. p.4.

⁵²⁰ *Luta Democrática*. 26/06/1963. p.3.

⁵²¹ Diretório Municipal do PSD de Magé. Ata de Reunião do Diretório Municipal. Magé: 09/06/1963. p.1. Acervo: CPDOC.

⁵²² Eles foram apresentados durante a campanha como os “candidatos apoiados pelos comunistas no Estado do Rio”. Cf. *Novos Rumos*. 30/09/1962. p.4.

⁵²³ O apoio do deputado foi bastante valorizado nas entrevistas de José Pureza e Manoel Ferreira de Lima.

(...) Participamos, como membro do PCB, o Partidão, de uma reforma agrária ‘na marra’, como se dizia na época, ‘invasão’ como se diz hoje. O líder incontestado deste movimento foi o então deputado estadual pelo PSB, Afonso Celso Nogueira Monteiro, que, apesar de socialista, seguia a linha do Partidão. Tratava-se de dividir entre camponeses sem-terra uma fazenda sobre a qual a Fábrica de Pau Grande (...) detinha posse ilegal, por grilagem, na região do Rio D’Ouro, no município de Magé. A invasão vitoriosa assentou cerca de 200 famílias. Quase todas, em poucos meses, resolveram o problema de sua subsistência por uma série de coincidências felizes: proximidades da CEASA, o grande mercado centro consumidor, no Rio de Janeiro; a ajuda técnica da Cooperativa de Cotia (havia 19 japoneses entre os camponeses sem-terra contemplados); o núcleo agrícola cresceu rápido (...). E um detalhe curioso, não menos importante para os que depreciam o trabalhador rural brasileiro: durante vários anos, nos concursos realizados para premiar os melhores produtores, o vencedor foi o ‘japonês’ João Simplicio (...).⁵²⁴

A partir dessa experiência considerada vitoriosa no Rio do Ouro, os lavradores de Magé – articulados com lideranças sindicais têxteis, o prefeito e alguns parlamentares – passaram a estabelecer novas frentes de atuação no município, visando a desapropriação de outras fazendas. Um exemplo dessa intensa articulação foi o próprio jornal *Tiradentes*, produzido em conjunto pelos sindicatos dos têxteis e dos lavradores de Magé e lançado em 1º de maio de 1963.⁵²⁵

Nas palavras de Manoel Ferreira de Lima, “*com o decorrer do tempo, avolumou mais a luta*”⁵²⁶. E, indubitavelmente, tudo isso repercutiu nas diligências do processo de investigação instaurado na delegacia da cidade.

(...) Nos meses de março e abril do corrente ano [1963], invadiram vastas áreas que compreenderam a fazenda da ‘Cachoeirinha’, de propriedade de Durval de Menezes, e integrante do patrimônio da Imobiliária Durval de Menezes Ltda, e ‘Sítio Santa Amélia’, pertencente ao General Antônio Gomes Carvalheiro, cujas ocupações importaram no ilegítimo apossamento de lotes, lavoura branca, pequenos matagais para venda de lenha, etc. Como resultado do ilícito procedimento, nova eclosão se fez sentir contra a ordem político social, instaurando novas ações protetoras de posse, outorga judicial de manutenção do direito dos proprietários esbulhados, que sob o império da agitação social se impôs à custódia da própria força militar estadual, por requisição do Poder Judiciário local. Ainda, recentemente, novas invasões vieram a se registrar, já agora no 4º distrito do município de Magé [Suruí], tudo por inspiração dos mencionados indiciados, os quais usando dos processos

⁵²⁴ SANT’ANNA, Irun. *Brasil: país sem futuro?* Rio de Janeiro: Imprimatur, 1997. pp.50-51. Ressalta-se, no entanto, que a Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA-RJ) só foi inaugurada na década de 1970. Quanto aos japoneses e a Cooperativa de Cotia, trataremos deste tema no próximo capítulo. Cabe ainda destacar que, em outro livro, o Dr. Irun se referiu à luta no Rio do Ouro como “*uma reforma agrária que, sob o ponto de vista burguês, deu certo*”, construída a partir da “*combinação de ação revolucionária (ocupação de fazenda grilada pela têxtil América Fabril, dona de Pau Grande), com ação parlamentar e táticas populares de política*”. Cf. SANT’ANNA, Irun. *O garoto que sonhou mudar a humanidade*. Rio de Janeiro: Fundação Dinardo Reis, 2011. p.73.

⁵²⁵ Interessante observar que a imagem do líder inconfidente vinha sendo invocada pela Frente Nacionalista Fluminense desde a sua formação, em 1958. E muitas das lideranças sindicais de Magé participavam deste movimento.

⁵²⁶ Entrevista concedida por Manoel Ferreira de Lima a Sônia Gonzaga. 01/12/1980.

anteriores dirigiram a ocupação das fazendas ‘Marilândia’ e ‘Caioba’, de propriedade do cidadão Benjamin da Fonseca Rangel e do ‘Vale das Cascatas’, pertencente a Imobiliária Goulart Ltda. (...).⁵²⁷

Todas essas ocupações se deram ao longo da Estrada Santo Aleixo – Piabetá e resultaram na publicação de diversas matérias no jornal *Última Hora*. Alguns jornalistas do periódico, inclusive, foram convocados pelo responsável do inquérito a prestar depoimentos em Magé, sob a acusação de “*dar cobertura publicitária às invasões de terras*”.⁵²⁸

Iniciadas em maio, logo após a ocupação da fazenda Cachoeirinha, as reportagens traçaram comparações com outras áreas de litígio no estado, afirmando que os lavradores de Magé “*reeditam drama do Imbé*”⁵²⁹. Quanto à origem dos posseiros, afirmava que eles vinham do próprio município, dos bairros Piabetá, Raiz da Serra e Pau Grande; de Duque de Caxias, dos bairros de Imbariê e Saracuruna; e de Casimiro de Abreu, do distrito de Barra de São João.⁵³⁰

Tal como ocorreu em Rio do Ouro, houve ameaças de capangas na área, apoio judiciário e policial em favor dos alegados proprietários, o despejo e o protesto dos lavradores. No entanto, em Cachoeirinha, dias após a expulsão, os posseiros resolveram voltar à gleba “na marra”, armados com foices e carregando as bandeiras do Brasil e da FALERJ. A lavradora Ana Alves de Oliveira, que chegou a ser entrevistada durante a ação de retomada da área, disse ter chorado ao encontrar “*sua choupana queimada e, entre as cinzas, procurava suas economias que afirma ter esquecido ali*”.⁵³¹

(...) Parece não existir mais dúvidas de que a vitória dos camponeses já está assegurada, pois tanto o Plano Agrário, como a SUPRA já confirmaram que as terras são devolutas (...). Estamos promovendo a revolução agrária pacificamente. Não desejamos briga com ninguém, mas também não fugiremos da raia e, se necessário for, aqui morreremos (...).⁵³²

Já considerando o conflito em Cachoeirinha como “praticamente vitorioso”, o movimento resolveu ocupar uma fazenda vizinha, que seria do general Carvalheiro. Dentre os posseiros dessa nova área, muitos teriam vindo do município de Trajano de Moraes, após serem expulsos de outra área em litígio. Além disso, o *Última Hora* identificou um tio do jogador de futebol Garrincha, chamado Luis Gonzaga, entre lavradores que participaram da ocupação em

⁵²⁷ Denúncia apresentada pelo Promotor de Justiça Ellis Hermydio Figueira, em 25/06/1963. In: BNM 302. fl.8.

⁵²⁸ BNM 302. fl.10.

⁵²⁹ *Última Hora*. 03/05/1963. p.1.

⁵³⁰ *Última Hora*. 08/05/1963. p.2.

⁵³¹ *Última Hora*. 08/05/1963. p.2.

⁵³² Declaração de Levy Martins dos Santos. Cf. *Última Hora*. 10/05/1963. p.2.

Magé. Na ocasião, também surgiram boatos de que os camponeses iriam “invadir a cidade”, fazendo com que muitos comerciantes fechassem as portas com medo.⁵³³

Em junho de 1963, tropas da polícia militar foram encaminhadas para a área de conflito e um novo despejo foi realizado, tendo os lavradores acampado em uma área próxima, na fazenda Tocaia. A essa altura o juiz de Magé já vinha sendo “*violentamente acusado de fascista e pau mandado dos grileiros, pelos camponeses do município e pelo deputado Afonso Celso na Assembleia Estadual*”.⁵³⁴

Convocado a depor na Delegacia de Magé, Manoel Ferreira de Lima questionou a legitimidade dos pretensos proprietários da Fazenda São José da Cachoeira, também conhecida como Cachoeirinha:

(...) O declarante (...) tomou conhecimento de outras invasões de terras no quarto distrito deste município de Magé [Suruí], na Fazenda da Cachoeira Pequena, de propriedade de Durval de Menezes, segundo lhe consta, pois entende que há dúvida quanto a legitimidade da propriedade; que o declarante tem informações que as terras distribuídas a Durval de Menezes, parte pertence ao Estado e outras são de pequenos proprietários detentores do usucapião, mas esclarece que não dispõe de documentos a respeito (...).⁵³⁵

Na mesma semana, o jornal *Luta Democrática* publicou denúncia apresentada por um trabalhador rural através de um bilhete, dando conta de que os policiais enviados à Fazenda Cachoeirinha pelo juiz de Magé, Mari Júnior, “*estão praticando uma série de inomináveis violências contra os lavradores, que estão até sendo espancados*”.⁵³⁶

Novamente foram organizadas passeatas em Niterói, visando pressionar o governo estadual pela desapropriação. Dessa vez, inclusive, os trabalhadores da capital estavam sendo convocados pelos sindicatos dos rodoviários, metalúrgicos, operários navais e operários da construção civil para “*uma grande concentração (...) em frente às barcas, de protesto contra os despejos de camponeses de Magé e Paracambi*”.⁵³⁷

Em Magé, outra manifestação foi convocada para, em frente à Câmara Municipal, os trabalhadores prestarem solidariedade aos vereadores Darcy Câmara e Astério dos Santos, por eles terem defendido os lavradores na Fazenda Cachoeirinha durante a ação de despejo e depois convocados a prestar esclarecimentos na delegacia.⁵³⁸

⁵³³ *Última Hora*. 15/05/1963. p.2.

⁵³⁴ *Última Hora*. 10/06/1963. p.2. Matéria também foram publicadas nas edições de 08/06/1963. p.2; e 14/06/1963. pp.1-2.

⁵³⁵ BNM 302. fls.360-361v.

⁵³⁶ *Luta Democrática*: 11/06/1963. p.5.

⁵³⁷ *Última Hora*. 14/06/1963. p.2.

⁵³⁸ *Luta Democrática*. 13/06/1963. p.5; e *Última Hora*. 14/06/1963. p.2.

Dentro do parlamento municipal, durante a sessão, o vereador pessedista Abílio Vieira pediu a palavra, solicitando que a Câmara seja solidária aos vereadores que forem chamados à Justiça, prestando-lhes apoio moral, pois, segundo ele, *“embora a Câmara não possa se responsabilizar pela vida particular ou tendências de ideologia dos vereadores, deve-lhe assistência e conforto nas horas difíceis”*. No entanto, logo em seguida, o vereador Abílio encaminhou um pedido de urgência *“no sentido desta Casa Legislativa congratular-se com os Excelentíssimos Senhores Juiz de Direito, Promotor Público, Delegado de Polícia, Secretário de Segurança Pública do Estado e Presidente do Tribunal de Contas, pela atitude (...) face à atual crise por que passa o nosso município”*. Foi o bastante para se estabelecer uma intensa discussão entre os vereadores:

(...) Com a palavra o vereador Astério dos Santos, consignando o seu protesto contra a atuação das autoridades face ao problema criado na localidade denominada Cachoeirinha, inclusive intimando vereadores a depor. Diz que a movimentação dos camponeses vem se registrando como um movimento pacífico, embora enérgico e que ele tem orientado os lavradores no sentido de resolver o seu litígio sem os excessos propalados pelos boateiros, como o de que a cidade ia ser invadida pelos lavradores. (...) Diz que os jornais divulgam notícias dadas por telefonemas anônimos e que cabe à Câmara, como órgão político, desbaratar os boatos. Em aparte, o vereador magid Repani inquiriu sobre a veracidade ou não da notícia (...) referente à realização de uma concentração, hoje, na escadaria da Câmara. Respondendo o vereador Astério dos Santos, diz que não está a par, mas que a própria Constituição garante ao povo o direito de se reunir e por isso a reunião poderia se realizar. (...) Reafirma o seu protesto e chama a atenção da Casa para a necessidade de votar imunidade para os vereadores, a exemplo da lei de autoria do Senador Vasconcellos Torres, que ora tramita no Congresso, não para abuso, mas para salvaguardar os direitos dos senhores vereadores (...).⁵³⁹

Neste contexto, a sede do PSB local, que também abrigava o sindicato dos trabalhadores rurais e o seu presidente, já havia sido vasculhada pela polícia, o que gerou veementes protestos do líder do partido Darcy Câmara em plenário. *“Atos como este em nosso país só se teve conhecimento quando foram tentados golpes fascistas em nossa Pátria, pois tudo faz crer que isto seja uma articulação ampla, pois o Sindicato dos Estivadores em Santos no momento está sob intervenção. Por esse motivo, requeiro ao Senhor Presidente que seja consignado em ata o nosso protesto”*.⁵⁴⁰

Visando minimizar a pressão policial sobre o dirigente camponês Manoel Ferreira de Lima – que vinha sendo qualificado como um “desocupado amealhando rendas de humildes lavradores” – o prefeito José Barbosa Porto resolveu nomeá-lo para um cargo comissionado.

⁵³⁹ CMM. Livro de Atas n.23 (22/03/1963 a 26/07/1963). fls.49-49v.

⁵⁴⁰ CMM. Livro de Atas n.23 (22/03/1963 a 26/07/1963). fl.47.

Entretanto, sua decisão só piorou as coisas. No parlamento municipal, o porta-voz da oposição foi justamente o presidente da casa, Paulo Barenco, do PSD. Em meio às discussões, o referido vereador acusou o prefeito de ser comunista e afirmou que teria, inclusive, documentos que comprovariam suas relações com o PCB.

(...) Nesse momento o Senhor Presidente passa a presidência da mesa ao Primeiro Secretário (...) Usa a palavra, a seguir, o vereador Paulo Barenco, que levanta veemente protesto contra a nomeação do cidadão Manoel Ferreira de Lima para servidor desta municipalidade, quando o mesmo está sendo procurado e inquirido na Justiça e talvez seja até mesmo processado por vadiagem e subversão da ordem, e que só foi nomeado para ter condições de defesa, pois não podia provar o contrário. Prossegue dizendo que na campanha política, quando os adversários proclamavam em praça pública que o Senhor José Barbosa Porto professava ideologia comunista, o povo não acreditava, mas que agora, diante dos acontecimentos que vem se processando, paira uma dúvida na opinião pública motivada principalmente pela participação de comunistas notórios na administração pública e que ele, vereador Paulo Barenco, possuía documentos que fazem acreditar que sua Excelência é comunista (...).⁵⁴¹

O curioso foi que Paulo Barenco declarou estar impedido de apresentar suas provas, tendo em vista que esses documentos eram secretos, *“fornecidos por órgãos oficiais”*⁵⁴². Provavelmente, foram obtidos junto à polícia política, que empreendia constantes investigações no município. Em seguida, o juiz da cidade começou a decretar a prisão preventiva de diversas pessoas que estariam envolvidas na luta dos lavradores por terra.⁵⁴³

Em agosto, parte das terras reivindicadas pelos camponeses chegou a ser desapropriada, por meio de um decreto onde o presidente João Goulart declarava de interesse social o lugar denominado “Campanha”, em Iriri, distrito de Suruí; e a Fazenda São José da Cachoeira (ou Cachoeirinha), então pertencente à Imobiliária Durval de Menezes Ltda. A desapropriação, declarada de urgência, tinha por objetivo *“melhorar o aproveitamento de sua exploração, o rendimento econômico e à implantação de planos especiais de colonização e cooperativa de povoamento e trabalho agrícola”*⁵⁴⁴. No entanto, meses depois, muitos desses lavradores acabaram sendo alojados em pavilhões da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, em São Gonçalo, aguardando a regularização daquelas terras por parte da SUPRA.⁵⁴⁵

⁵⁴¹ CMM. Livro de Atas n.23 (22/03/1963 a 26/07/1963). fls.50v-51.

⁵⁴² CMM. Livro de Atas n.23 (22/03/1963 a 26/07/1963). fl.58v.

⁵⁴³ Última Hora. 02/07/1963. p.3. Na reportagem, os lavradores reclamavam que *“depois de receberem ajuda do Plano Agrário (alguns sacos de arroz e feijão, pás e enxadas), já esgotaram essas provisões e continuam sem meios para fazer colheita, já que permanecem sem trabalho à beira da estrada (...) porque não tem terra para arar”*.

⁵⁴⁴ BRASIL. Decreto nº 52.356. 14/08/1963.

⁵⁴⁵ Correio da Manhã: 22/02/1964. p.1.

Em fins de 1963, a articulação em torno da defesa dos lavradores cresceu sobremaneira. Além dos sindicatos têxteis da cidade e do deputado Afonso Celso, o Conselho Sindical do Estado do Rio, que compreendia diversas categorias, passou a atuar decisivamente junto ao movimento camponês, pois já vinha organizando diversas frentes de mobilização popular para pressionar as instâncias de governo em favor dos interesses dos trabalhadores. Por sinal, o presidente do conselho, Almir Reis Netto, também era presidente da federação dos têxteis fluminenses. Por meio dessa articulação, foi criada uma Comissão de Assistência aos Lavradores, composta por representantes de variadas categorias profissionais. Tendo como objetivo *“levantar fundos para doá-los aos camponeses”*, a comissão chegou a visitar áreas em conflito no município de Magé, *“entregando alimentos, roupas, remédios, acompanhada de médicos, dentistas, sanitaristas e assistentes sociais”*.⁵⁴⁶

Interessante observar que o discurso predominante no movimento dos lavradores fluminenses, de certo modo, respondia a algumas demandas dos chamados “trabalhadores urbanos”, como o combate à carestia de alimentos e às miseráveis condições de vida dos operários. Conforme lembrou Manoel Ferreira de Lima, citando uma argumentação que apresentou ao Juiz que o investigava: *“Fiz uma exposição dizendo a ele que a nossa luta de reforma agrária no Brasil era diferente da Itália, de Cuba, da Rússia, etc. Pois bem, nós temos como objetivo aumentar o número de proprietários, não só prender o pessoal no campo para evitar criar favela na cidade, mas também a fornecer mais produção para os trabalhadores da cidade para evitar uma série de misérias”*.⁵⁴⁷

Em sintonia com essas articulações, os têxteis também apresentavam pautas específicas para a categoria. Em julho de 1963, por exemplo, mais de cinquenta mil tecelões dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, reunidos em torno do Pacto de Unidade e Ação (PUA), ameaçavam entrar em greve, devido à resistência dos empresários em negociar um aumento salarial e rever os acordos sindicais que haviam sido expirados. Os têxteis de Niterói, Petrópolis e Santo Aleixo – em Magé – lutavam por um aumento de 90%; os operários de Pau Grande, também em Magé, exigiam 80%; enquanto que os tecelões de Friburgo teriam costurado um acordo com os patrões. Estes impasses entre “as partes”, inclusive, levou o presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), desembargador Cesar Pires Chaves, a defender a criação de um “TRT fluminense”, diante do crescente número de processos oriundos dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, além da Guanabara. O desembargador recomendava

⁵⁴⁶ *Última Hora*. 20/09/1963. p.2.

⁵⁴⁷ Entrevista concedida por Manoel Ferreira de Lima a Sônia Gonzaga. 01/12/1980. Este discurso também foi recorrente na fala de José Pureza. Cf. Documentário *Sementes em Trincheiras*, produzido por Marcelo Hernandez (2006).

também a instalação de novas Juntas de Conciliação e Julgamento, “*sobretudo agora com os benefícios da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais*”.⁵⁴⁸

Por sinal, a instalação de uma Junta de Conciliação e Julgamento em Magé era uma reivindicação antiga dos têxteis, tendo o próprio presidente do sindicato e vereador Astério dos Santos apresentado em plenário um requerimento neste sentido para aprovação na Câmara Municipal. O documento – endossado pela casa legislativa – visava fortalecer a legitimidade do pedido.⁵⁴⁹

(...) Astério, como presidente do Sindicato, saía de Santo Aleixo com um grupo de operários para Niterói no Ministério do Trabalho, na Previdência Social, defendê-los (...). Não cansava de ir para Niterói com uma comissão nas juntas de conciliação e julgamento. (...) Conseguiu aposentadoria pra muita gente, remuneração por insalubridade, cumprimento de leis que não eram respeitadas. Baseava-se bastante numa lei que garantia aos operários têxteis se aposentarem mais cedo por incapacidade visual e auditiva.⁵⁵⁰

Nesse contexto, cabe também ressaltar que a construção da nova sede do sindicato representou o coroamento de uma época considerada áurea para os tecelões mageenses, marcada pela garantia e conquista de diversos direitos. Erguido no mesmo terreno onde estava localizada a antiga sede – uma pequena casa onde a entidade foi fundada, em 1941 – o novo prédio teve sua construção iniciada em 1959 e foi viabilizada a partir de recursos do imposto sindical, de operários trabalhando sem remuneração e de financiamento público e pessoal. O Serviço Social da Indústria (SESI) e o governo do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, realizaram doações para a obra. Outro recurso financeiro utilizado para financiar parte da construção foi um empréstimo obtido junto ao sindicato dos têxteis em Pau Grande. “*Quem botou a laje, a cobertura do sindicato de lá [em Santo Aleixo] foi o sindicato daqui! Emprestou, naquela época, 250 mil réis [cruzeiros]*”, lembrou o então presidente Guilherme de Carvalho, garantindo inclusive que guardava uma cópia do recibo de pagamento do referido empréstimo.⁵⁵¹

⁵⁴⁸ Última Hora. 31/07/1963. p.2.

⁵⁴⁹ Última Hora. 24/08/1960. p.4.

⁵⁵⁰ Entrevista concedida por José Rodrigues a Felipe Ribeiro. 04/08/2006. A propósito, encontramos no acervo do TRT-RJ alguns acórdãos que tratavam de questões apresentadas à Justiça do Trabalho pelos tecelões de Magé. Em um deles, particularmente, constava que o presidente do sindicato, Astério dos Santos, havia redigido a petição inicial da operária Narcisa Vieira, da Fábrica Santo Aleixo, bem como estava indicado como única testemunha da trabalhadora. A participação direta do dirigente sindical no processo foi contestada pela Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello, proprietária da empresa, por meio de um recurso ordinário, que teve seu provimento negado pelo Tribunal, sob a alegação de que “*dirigente sindical não está impedido de depor a favor do sindicalizado, se de fato é o único que tem conhecimento*” e “*nada importa que para ela tenha redigido a Inicial*”, pois “*pelo contrário, o testemunho perante o Juiz é um verdadeiro munus [imperativo] público, não podendo o presidente do sindicato recusar o seu depoimento*”. Cf. TRT-RJ. Acórdão 902-62. Rio de Janeiro: 07/05/1962. p.1. Acervo do TRT-RJ.

⁵⁵¹ Entrevista concedida por Guilherme de Carvalho a Felipe Ribeiro, em 2000.

Outra figura importante durante a construção da nova sede foi o ex operário José Rodrigues, que na época era comerciante. Como reconhecimento, ele foi convidado a cortar a fita simbólica de inauguração do novo prédio. “*Doei tábuas, cimento e consegui ajuda de alguns engenheiros amigos, dois pedreiros e o empréstimo de dois caminhões. Até mulheres pegavam areia do rio, quebravam pedra nas horas de folga!*”, afirmou José Rodrigues.⁵⁵²

A cerimônia de inauguração, realizada em 26 de janeiro de 1964, foi noticiada pelo jornal *Última Hora*. Na programação do evento, destacava-se a festa de formatura do curso de corte e costura, que era oferecido pelo próprio Sindicato e resolveu convidar como paraninfo o então deputado Leonel Brizola (que não pôde comparecer); e a retreta com a Banda de Música Nossa Senhora da Conceição, da paróquia local. Na ocasião, o jornal também anunciou que o presidente da entidade, Astério dos Santos, seria candidato a deputado estadual nas próximas eleições, previstas para 1966 (candidatura que não foi possível devido à repressão pós 1964).⁵⁵³

E na condição de virtual candidato, o vereador Astério dos Santos travou uma verdadeira sabatina com o deputado estadual Waldemar Lima Teixeira, durante sessão solene convocada pela Câmara Municipal para que o “*primeiro deputado mageense desta República*” prestasse relatório de suas atividades na Assembleia Legislativa. Aliás, o conteúdo do debate só foi citado na ata da reunião seguinte, a pedido de Astério dos Santos.

(...) Primeiramente, o edil perguntou se era verdadeira a notícia oficiosa de que o deputado Waldemar Lima Teixeira integra a Frente de Mobilização Popular na Assembleia. Obtendo resposta positiva, argui o edil porque o deputado Lima Teixeira não participa desse movimento no município, tendo sua Excelência respondido que participaria de bom grado do mesmo se o convite lhe fosse feito extensivo aos seus colegas de partido, a fim de que pudesse haver um diálogo, de vez que há pontos divergentes que devem ser debatidos. A seguir o vereador Astério dos Santos pergunta como o ilustre parlamentar encara o problema do latifúndio, mormente no município de Magé. Responde o deputado Lima Teixeira que o pensamento do seu partido não é fechar as portas à reforma agrária, haja vista a existência de vinte projetos oriundos de parlamentares pessedistas sobre esse magno problema, mas que o PSD em grande parte é integrado por pequenos latifundiários, aos quais tem o dever de defender. Quanto às terras dos grandes latifundiários que permanecem improdutivas, é favorável, desde que se dê condição aos lavradores para o cultivo da terra. Prosseguindo o vereador Astério dos Santos, pergunta qual a posição do PSD com relação à desapropriação das terras às margens das estradas, das ferrovias e açudes. Responde o deputado que o assunto é de exclusiva competência do Presidente da República e, nesse sentido, a Constituição é clara. (...) Finalmente, o vereador Astério dos Santos perguntou como sua Excelência assiste a submissão da Pátria aos ‘trusts’ estrangeiros. Respondendo à pergunta, o deputado Lima Teixeira diz que é fa-

⁵⁵² Entrevista concedida por José Rodrigues a Felipe Ribeiro. 04/08/2006.

⁵⁵³ *Última Hora*: 20/01/1964. p.7.

vorável ao investimento de capitais estrangeiros, não só americano, mas de qualquer outro país que tenha condição, desde que seja regulamentado por uma lei de remessa de lucros (...).⁵⁵⁴

E todo este efervescente panorama evidenciava muito mais que a defesa do governo João Goulart e das reformas de base. A questão mais premente e delicada se referia à forma para se chegar aos objetivos e às necessidades dos trabalhadores. “*Tudo que pedíamos ao Jango ele alegava que não tinha apoio e a gente ‘decreta, presidente!’*”, ‘*decreta, presidente!’*...”, recordou o antigo tecelão e militante comunista José Rodrigues.⁵⁵⁵

Indubitavelmente, estes questionamentos implicavam numa ruptura da aliança nacional entre o PTB (leia-se Presidente da República) e o PSD, optando-se pela aprovação das reformas de base por meio de uma ampla pressão popular em detrimento da formação de uma Frente Progressista ou Frente Única, conforme foi defendida pelo deputado petebista San Tiago Dantas, visando compor uma maioria no Congresso, de perfil mais moderado, para garantir a aprovação das reformas, ainda que sujeita às concessões que viriam do debate parlamentar. Por fim, venceu o entendimento de que o parlamento não configurava como uma representação “autêntica” do povo brasileiro e que era preciso dar voz e vez às massas, posição consolidada com a realização do Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964.

(...) De Niterói, o Conselho Sindical do Estado do Rio informou ao CGT que virão cerca de 25 mil fluminenses ao comício, sendo 15 mil da Capital [Niterói] e 10 mil do interior. De Caxias e Magé virão 10 ônibus e 2 trens especiais.⁵⁵⁶

(...) Reivindicações de reformas, ‘encampação das refinarias’, ‘cadeia para os tubarões’ e ‘legalidade para o PCB’ foram os principais motivos das faixas, cartazes e impressos que proliferaram no comício de ontem junto à Central. Em sua maioria, foram mobilizados pelo CGT, PUA e outras organizações sindicais. Os manifestantes ostentavam, também, retratos do presidente João Goulart e um trecho da ‘carta testamento’ de Getúlio Vargas aparecia numa das faixas: ‘o povo de quem fui escravo não será mais escravo de ninguém’”.⁵⁵⁷

⁵⁵⁴ CMM. *Livro de Atas n.25 (30/12/1963 a 28/04/1964)*. fls.7-8. Gostaríamos de destacar que este debate, realizado em 1964, foi travado por dois personagens nativos que tiveram a sua “marcação” justamente no contexto de efervescência política desencadeado durante a Segunda Guerra. De “pequeno comerciante apaixonado por futebol” e “simples tecelão que tinha como hobby andar a cavalo e cultivar roça”, Waldemar Lima Teixeira e Astério dos Santos mergulharam no mundo da política e tornaram-se figuras importantes a nível municipal e estadual. Construíram trajetórias distintas, porém ligadas pelas experiências em um determinado espaço e por um período de intensos aprendizados políticos.

⁵⁵⁵ Entrevista concedida por José Rodrigues a Felipe Ribeiro. 04/08/2006.

⁵⁵⁶ *Correio da Manhã*. 12/03/1964. p.1.

⁵⁵⁷ *Correio da Manhã*. 14/03/1964. p.8.

A greve que pôs em risco a Segurança Nacional

Eram cinco horas da madrugada de uma quinta-feira, dia 26 de março de 1964, e a jovem tecelã acordava para mais um dia de trabalho na fábrica. Levantou-se rapidamente para não “perder a hora”, afinal estava há poucos meses neste emprego, obtido graças aos inúmeros pedidos de familiares que eram operários mais antigos na empresa. A concorrência foi grande pela vaga, mas por ser filha de tecelões e já residir em uma das casas da vila operária sua candidatura acabou sendo favorecida.

Antes de sair de casa para mais um dia de labuta, a tecelã fez uma pequena pausa para o café da manhã. Havia, no entanto, um inconveniente: a escassez de açúcar na mesa dos trabalhadores, devido a problemas de abastecimento e ao consequente encarecimento do produto no comércio local. Como paliativo, a tecelã (assim como boa parte dos trabalhadores vizinhos) lançou mão de um artifício bastante utilizado no período de escassez na Segunda Guerra: sua bebida matinal era preparada com caldo de cana-de-açúcar em substituição à água, como de costume. Assim, o café obtinha um sabor levemente adoçado, sendo normalmente acompanhado por alguns pães “de ontem” untados com manteiga.

Ao chegar à fábrica de tecidos – sempre uns quinze minutos antes de iniciar o expediente, pois era responsável por ligar as máquinas do seu setor – a jovem tecelã foi surpreendida pela movimentação de operários em frente ao pátio da empresa, formando um piquete. O sindicato havia decretado greve e a ordem era que ninguém “tocasse” as máquinas. A jovem logo foi abordada por um operário mais antigo, dirigente sindical, sob a orientação de que entrasse na fábrica, fosse para o seu respectivo setor, mas permanecesse imóvel ao lado da maquinaria até “segunda ordem”. A tecelã ficou bastante perturbada, com receio de ser advertida pelo gerente, que havia conseguido este emprego a pedido de sua família, bem como de ser acusada de “traidora” ou “fura greve” por seus pares. A cada movimento estranho junto à maquinaria, o dirigente sindical que fiscalizava no setor a manutenção do movimento franzia a testa, com olhar de desaprovação, e socava o punho cerrado na palma da outra mão, visando dissuadir os operários que tentassem voltar ao trabalho. “*Quem não fizesse greve, entrava no pau!*”, recordou outra operária.⁵⁵⁸

⁵⁵⁸ Entrevista concedida por Maria Oneida Péclat e veiculada no documentário *Tear*, produzido por Taiane Linhares (2013). Disponível em <www.youtube.com/watch?v=lc917aJdfjo>. Acessado em 31 de março de 2014.

Mais tarde, todos saberiam o motivo daquela greve: a sonegação de açúcar por um comerciante local. Porém, ao contrário do que se imaginava, este aparente despretenso episódio “deu pano pra manga”.⁵⁵⁹

(...) Me lembro bem que teve uma época que estava faltando arroz, feijão, açúcar. Eu não sei se na época faltava mesmo ou se o pessoal escondia pra vender mais caro. Alguém foi no armazém (...) e queria pagar só o valor da tabela... Começou então uma grande confusão (...). Acabou todo mundo indo parar na delegacia de Magé (...).⁵⁶⁰

De fato, a chamada “Greve do Açúcar” é bastante citada em depoimentos de operários, embora nem sempre registrados com o devido rigor acadêmico. As lembranças da jovem tece-lã, aqui descritas, por exemplo, deixaram a zona do interdito por meio de uma conversa in-formal com o autor, um “bate papo sem compromisso”, o que muito provavelmente não seria possível em uma entrevista gravada, pois para muitos operários ainda é um tabu relatar publi-camente suas lembranças relacionadas ao movimento civil-militar que tomou o poder em 1964. Particularmente, no município de Magé, a invasão policial aos sindicatos, as prisões indiscriminadas de operários e a forte repressão que se estabeleceu desde então, permane-ce-ram como memórias subterrâneas durante muito tempo.⁵⁶¹

Com a abertura de inúmeros Inquéritos Policiais Militares (IPM) no país, a partir de abril daquele ano, visando enquadrar os “comunistas e subversivos” na LSN, foi justamente este episódio da “Greve do Açúcar” que foi utilizado pelo Delegado de Magé, argumentando que dirigentes sindicais haviam incitado os operários têxteis a promoverem um atentado con-tra o Promotor Público da cidade, ao visitar o local do conflito.⁵⁶²

Deste modo, a partir do conceito de economia moral⁵⁶³, pretendemos identificar as principais reivindicações apresentadas por estes grevistas, buscando analisar suas principais formas de ação política, bem como compreender o quanto as questões mais cotidianas, para além do espaço fabril, influenciaram os operários em suas tomadas de decisão. Assim sendo, nossa abordagem não irá privilegiar as lutas por melhores salários e direitos trabalhistas, mas principalmente as questões do dia-a-dia desses trabalhadores que residiam no município.

⁵⁵⁹ A expressão “deu pano pra manga” é bastante popular no Brasil. Surgiu a partir de uma analogia à previsão do tecido necessário para a confecção de uma camisa. Quando a quantidade do pano é menor que a prevista e, mesmo assim, a costureira consegue finalizar a peça, utiliza-se esta expressão, pois, embora em pouca quantidade, o tecido serviu até para a confecção das mangas da camisa. Em sentido figurado, “deu pano pra manga” significa algo surpreendente, inesperado, que rendeu bem mais do que o esperado.

⁵⁶⁰ Entrevista concedida por Nito Lima Teixeira a Juçara Mello. 05/01/2005.

⁵⁶¹ Sobre memórias subterrâneas, ressaltamos os trabalhos de Michael Pollak. Cf. POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989. 2 v. n.3. pp.03-15

⁵⁶² Cf. BNM 211. fl.3.

⁵⁶³ Cf. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Particularmente, os capítulos 4 (pp.150-202) e 5 (pp.203-266).

Entre estas questões cotidianas podemos citar a falta de abastecimento de alimentos na cidade, a oscilação constante da inflação e o seu impacto nos preços dos produtos e no orçamento das famílias trabalhadoras, os problemas com o transporte público na cidade, a carência de habitação para os operários e o preço dos aluguéis, a ocorrência de surtos de doenças na região, enfim, todos esses elementos que caracterizavam o quadro de insegurança estrutural vivido pelos trabalhadores no período.⁵⁶⁴

Contra a carestia e por melhores condições de vida

Desde as primeiras greves que se tem notícia no município de Magé, a pauta da carestia de vida já estava posta. Na chamada “Greve do Pano”, ocorrida em 1918 e ainda forte na memória operária local, por exemplo, um dos principais alvos dos trabalhadores grevistas foi o armazém do comerciante Emygdio Fernandes.

(...) Assacavam as maiores infâmias contra Crespi, Matarazzo e outros capitalistas, e de permeio insuflavam os operários contra o comércio local, confundindo-os com os grandes trustes e consórcios. (...) O nome de Emygdio Fernandes encimava a lista dos agitadores, como o primeiro a ter a casa comercial saqueada e a residência dinamitada. (...) Ao cair da tarde, centenas de amotinados armados de espingardas, facões e mais o que puderam arrebatar, estavam diante do seu estabelecimento e gritavam estridentemente: ‘Morra Emygdio Fernandes!’ e a turba em coro respondia: ‘Morra!’ (...).⁵⁶⁵

No entanto, foi a partir da efervescência comunista durante a Segunda Guerra Mundial que os trabalhadores de Magé passaram a intensificar suas manifestações contra a carestia. Por sinal, a postura tomada pelo PCB na articulação junto aos tecelões de Magé notabilizou-se justamente por não renegar suas experiências anteriores, mas legitimando-as como parte do processo de aprendizado desses trabalhadores.

Também neste período, as indústrias de tecidos locais começaram a incrementar sua política social, nos moldes do padrão fábrica com vila operária⁵⁶⁶. E uma das ações empreendidas pela direção das empresas foi a criação de cooperativas, proporcionando a venda de gêneros alimentícios aos operários, efetuadas a crédito e descontadas na folha de pagamento

⁵⁶⁴ Cf. SAVAGE, Mike. *Classe e história do trabalho*. In: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidades e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2004. pp.25-48; e _____. *Espaço, redes e formação de classe*. In: *Revista Mundos do Trabalho*. v.3. n.5. jan-jun/2011. pp.06-33.

⁵⁶⁵ FERNANDES, Antônio de Paiva. *Magé durante o Segundo Império e os primeiros tempos da República: a história de uma abnegada mulher*. Rio de Janeiro: s/ed, 1962. pp.54-58.

⁵⁶⁶ Cf. LOPES, José Sérgio Leite. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. Brasília, DF: Editora UNB; Marco Zero, 1988.

dos trabalhadores. Embora a intenção fosse oferecer mercadorias de primeira necessidade a preços módicos, percebemos que muitos operários não encaravam a cooperativa como um bom negócio.

(...) A cooperativa tinha tudo pra vender, mas eu nunca comprava lá, porque a gente acabava ficando endividado. As coisas lá eram meio caras. Eu via gente que na hora do pagamento não tinha nada pra receber porque ficava tudo para pagar a conta da cooperativa.⁵⁶⁷

(...) O pai fazia a compra que não dava para o mês inteiro. Não dava para comprar mais porque o salário já ficava todo lá. (...) Essa era a luta dos operários: ganhavam pouco e ficavam presos à cooperativa. O contracheque já vinha vazio.⁵⁶⁸

Ciente da insatisfação dos trabalhadores, sobretudo nas formas de acesso aos gêneros alimentícios, o PCB lançou mão de um importante instrumento que dispunha para aprimorar este contato “face a face” com o operariado: os jornais ligados ao partido, que recorrentemente publicavam reportagens sobre a situação dos tecelões na cidade.

Por ocasião da inauguração da sede do PCB em Santo Aleixo, em 1945, por exemplo, o jornal destacou a atuação dos dirigentes locais do partido no trato dos problemas “*mais sentidos pelos trabalhadores*”, tais como a falta de leite, que prejudicava no combate a mortalidade infantil e às enfermidades da criança; a quantidade escassa de escolas para a juventude; a ausência de um refeitório nas fábricas de tecidos, obrigando muitos operários a se alimentarem “*sentados na calçada*”; e as precárias instalações elétricas e sanitárias, dentro da fábrica e fora dela.⁵⁶⁹

Vale ressaltar, que o PCB manteve uma atuação intensa na cidade entre as décadas de 1940 e 60, chegando a eleger diversos representantes na Câmara Municipal de Magé, mesmo que por “legendas emprestadas”, após a cassação do partido em 1947. Mesmo na clandestinidade, os comunistas locais organizaram uma série de campanhas e associações, visando a mobilização dos trabalhadores em torno do partido. Uma delas, porém, gostaríamos de destacar, sobretudo por dirigir-se às mulheres operárias ou esposas de operários: a Liga Feminina de Santo Aleixo, fundada em 1946.

⁵⁶⁷ Entrevista concedida por Almir de Castilho a Juçara Mello. 10/03/2005.

⁵⁶⁸ Entrevista concedida por Evonete de Araújo Souza e Luiz Porfírio de Souza à Taiane Linhares, durante a produção do documentário *Tear* (2013). Acervo da produtora.

⁵⁶⁹ *Tribuna Popular*. 04/07/1945. p.8.

Conforme noticiado pelo *Tribuna Popular*, a entidade reivindicava, entre outras coisas, a luta por mais pão, leite e carne, e contra os preços extorsivos dos gêneros de primeira necessidade, “*contra as filas, o câmbio negro, a fome e a carestia*”.⁵⁷⁰

Conforme já assinalamos, os vereadores comunistas eleitos em 1947 e cassados no ano seguinte discursavam, desde a campanha, propondo a distribuição gratuita de terras devolutas e organização de feiras livres para o barateamento dos gêneros alimentícios. Chegaram, inclusive, a organizar postos eleitorais junto às vilas operárias, a fim de estabelecer um contato direto entre os vereadores e a população. Na inauguração de um desses postos, os vereadores destacaram a questão da carestia dos gêneros alimentícios e sobre os salários dos operários das fábricas de tecidos de Magé, onde os “*vencimentos por quinzena que não dão nem para uma semana*”.⁵⁷¹

Com a eleição de Waldemar Lima Teixeira para a prefeitura, em 1950, logo a cooperativa das fábricas de tecidos e o prefeito seriam alvo dos comunistas. O *Imprensa Popular* chegou a denunciar que a direção da Fábrica Santo Aleixo havia entregue o edifício destinado à cooperativa ao prefeito pessedista. Ele também era comerciante e – segundo o jornal – queria “*enriquecer da noite para o dia*”, pois “*serve mal aos trabalhadores, roubando tanto no peso, como no preço das mercadorias*”.⁵⁷²

Dois dias depois, nova denúncia sobre esta cooperativa, reclamando a falta de leite. Sem o produto, enfatizava o periódico, “*de nada serve a creche instalada na própria empresa, pois as tecelãs não podem alimentar seus filhos nos intervalos dos expedientes*”.⁵⁷³

Na Fábrica Mageense, localizada no centro da cidade, os operários entraram em greve reivindicando salários atrasados e a direção da empresa decidiu fechar o seu armazém de abastecimento, conhecido como cooperativa, “*numa tentativa de quebrar, pela fome, o ânimo de luta dos operários*”.⁵⁷⁴

Interessante observar que boa parte das reivindicações dos trabalhadores era publicada nos jornais do PCB, mas também levada à tribuna da Câmara de Vereadores pelos representantes do partido. Certa ocasião, o vereador comunista José Aquino de Santana protestou em plenário contra a atitude de policiais que “*maltrataram pessoas que vinham angariando assinaturas*”. Tratava-se de um abaixo-assinado para a volta da carrocinha de pão e leite em Santo Aleixo. Porém, o vereador Aníbal Magalhães justificou a postura da polícia, “*porquanto as*

⁵⁷⁰ *Tribuna Popular*. 17/11/1946. p.4.

⁵⁷¹ APERJ. *Relatório do investigador Edson Braga Machado ao Comissário Geral Heráclito da Silva Araújo*. Niterói: 26/04/1948. p.1.

⁵⁷² *Imprensa Popular*. 27/03/1951. p.5.

⁵⁷³ *Imprensa Popular*. 29/03/1951. p.5.

⁵⁷⁴ *Imprensa Popular*. 23/05/1951. p.4.

duas senhoras [que recolham assinaturas] infelizmente são suspeitas, sendo que uma é esposa de um comunista fichado”.⁵⁷⁵

Esta questão, inclusive, foi suscitada a partir de uma carta enviada ao *Imprensa Popular*. Nela, um operário reclamava que um comerciante de Petrópolis, que vinha fornecendo pão e leite à população a preços módicos, foi impedido pela prefeitura por meio de aplicação de multas e exigência de pagamento de impostos. De acordo com o jornal, um dos maiores produtores de leite da cidade seria tio do prefeito e, por isso, o governo municipal teria enviado fiscais para enquadrar o tal comerciante de Petrópolis. Em resposta, a Liga Feminina de Santo Aleixo desencadeou uma vigorosa campanha pela volta do comerciante, colhendo adesões de operários por meio de um abaixo assinado. Durante a campanha, policiais agrediram duas senhoras que colhiam assinaturas.⁵⁷⁶

Críticas também foram proferidas, via jornal, à Fábrica Pau Grande e sua “*cooperativa para inglês ver*”, com preços “*incrivelmente mais altos que os do Rio [de Janeiro]*”⁵⁷⁷. Meses depois, um morador deste bairro operário enviou uma carta ao *Voz Operária* denunciando que a “despensa” (nome dado à cooperativa) “*vende mais caro que os armazéns sujeitos à fiscalização e impostos*”, chegando a apresentar um quadro demonstrativo entre os preços da “despensa” e dos armazéns de Inhomirim, distantes três quilômetros de Pau Grande. O quilo do feijão, por exemplo, era majorado pela cooperativa em sessenta centavos; o arroz apresentava uma diferença superior a dois cruzeiros; já a banha – produto com maior diferença de preço – era vendida a quatro cruzeiros mais caro do que nos armazéns.⁵⁷⁸

A postura da Fábrica Andorinhas, particularmente do médico da empresa, Dr. José Borrajo, também foi condenada. Tudo isso devido ao discurso que o profissional de saúde proferiu durante a Festa das Crianças, tratando sobre o problema da alimentação dos menores e recomendando que todos comessem frutas, queijo, leite, ovos e carne. Para o *Imprensa Popular* esta declaração foi definida como “*demagogia em lugar de medidas contra a carestia*”, posição reforçada pelo depoimento de uma operária que afirmou ter alimentado seu filho antes da festa, no almoço, com um “*prato de feijão puro*”, pois o custo de vida era alto e os salários eram miseráveis.⁵⁷⁹

⁵⁷⁵ CMM. Livro de Atas n.17 (31/01/1951 a 03/11/1954). fl.104.

⁵⁷⁶ *Imprensa Popular*. 22/11/1952. p.4. Reportagens sobre a falta de trigo e pão em Magé também foram publicadas em outros jornais, porém salientando que o prefeito Waldemar Lima Teixeira estava envidando esforços para a solução do problema. Cf. *A Noite*. 28/12/1952. p.2.

⁵⁷⁷ *Imprensa Popular*. 04/03/1953. p.6.

⁵⁷⁸ *Voz Operária*. 18/07/1953. p.2.

⁵⁷⁹ *Imprensa Popular*. 22/10/1953. p.2.

Em meados da década de 1950, o vereador Manoel Ferreira de Lima se dedicou ao combate da carestia dos gêneros alimentícios, solicitando inclusive a instalação de postos de fornecimento do Serviço de Alimentos da Previdência Social (SAPS) no município, principalmente nos bairros operários. Também solicitava ao governo municipal aferição nas balanças do comércio e criticava a atuação da Comissão de Preços, que estava “*permitindo um verdadeiro descalabro nos preços dos gêneros de primeira necessidade*”.⁵⁸⁰

Por sinal, desde a criação da Comissão Federal de Abastecimentos e Preços (COFAP), em 1951, observa-se que as reivindicações por melhores condições de vida, sobretudo no que tange a alimentação, foram adquirindo maior força em todo o país. Certamente, a própria decisão do governo em criar uma comissão de abastecimento e preços já seria uma tentativa de solucionar os graves problemas sobre o custo de vida, crescentes desde o pós guerra.⁵⁸¹

Órgão diretamente subordinado ao então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a COFAP era composta por representantes governamentais – sobretudo de ministérios – bem como de órgãos da imprensa, dos industriais e dos próprios trabalhadores. Como instâncias auxiliares da COFAP, foram instituídas nos estados da federação as Comissões de Abastecimento e Preços (COAP) e, nos municípios, as Comissões Municipais de Abastecimento e Preços (COMAP).⁵⁸²

Estudos recentes demonstram as fortes investidas dos sindicatos de trabalhadores em controlar a COFAP e as COAP's, propondo até tabelas com índices de “preços justos” sobre os itens de primeira necessidade⁵⁸³. Já em 1955, visando questionar os índices anunciados pelo governo, entidades sindicais fundaram, em São Paulo, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), organização que também realizava estudos sobre os problemas econômicos enfrentados pelas famílias operárias, contando inclusive com a colaboração de estudantes universitários. Essas pesquisas serviriam, em grande medida, para fundamentar as reivindicações da classe trabalhadora.⁵⁸⁴

Neste contexto, no município de Magé, os comunistas conseguiram vencer as eleições para dirigir os sindicatos têxteis, bem como organizaram uma associação de lavradores. Si-

⁵⁸⁰ CMM. *Livro de Atas n.19 (15/07/1955 a 15/07/1958)*. fl.76v. À época, a COMAP era presidida pelo prefeito Olívio de Mattos. Cf. SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé: Terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. p.209.

⁵⁸¹ Após a Segunda Guerra Mundial, houve uma considerável escassez de cereais no país e a constatação de profundos problemas urbanos, entre eles o desabastecimento de alimentos, desencadeando uma série de greves ao final da década de 1940, que se estenderam pelos anos 50. Cf. MUNHOZ, Sidnei J. *Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)*. In: *Diálogos*. Maringá: UEM, 2002. v.2. n.6. pp.45-50.

⁵⁸² BRASIL. Lei nº 1522. 26/12/1951.

⁵⁸³ NETO, Murilo Leal Pereira. *A Reinvenção do Trabalhismo no “Vulcão do Inferno”: um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964)*. São Paulo: Doutorado em História pela USP, 2006. pp.201-202.

⁵⁸⁴ CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na justiça do trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr, 2011. p.96.

multaneamente, trabalhadores têxteis diretamente ligados a essas novas diretorias também se elegeram vereadores nos pleitos de 1958 e 62, evidenciando desde então um certo protagonismo do PCB na cidade.⁵⁸⁵

Na Câmara Municipal de Magé, a questão do abastecimento de alimentos para os operários foi capitaneada pela dupla de vereadores comunistas Darcy Câmara e Astério dos Santos, com o apoio decisivo de parlamentares de outros partidos. Logo no primeiro ano de mandato, em 1959, o vereador Domingos José Dias Guerra, do Partido Social Progressista (PSP), apresentou um projeto de lei que concedia o auxílio de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) em gêneros alimentícios para os operários da Fábrica Santo Aleixo, que se encontravam em greve. Darcy Câmara chegou a incluir uma emenda aumentando o valor do auxílio para Cr\$ 320.000, 00 (trezentos e vinte mil cruzeiros), com o objetivo de que cada operário recebesse, ao menos, Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) em mercadorias, tendo em vista que eram 320 trabalhadores na referida fábrica. No entanto, a emenda não recebeu o apoio da maioria dos vereadores, sendo aprovada a proposta inicial do vereador do PSP. Durante a reunião na Câmara, o vereador Astério dos Santos recebeu tanto críticas, quanto demonstrações de apoio, ainda que singelas, por parte dos parlamentares.

(...) O vereador Astério dos Santos agradece em nome dos trabalhadores a aprovação do projeto. Os vereadores Paulo Leitão Junior e Mário Fernandes Maia sugerem uma comissão de vereadores nomeada pelo Sr. Presidente, uma vez que acham que a presidência do Sindicato se acha incompatibilizada com a direção da fábrica. O vereador Paulo Leitão Junior diz que ouviu de um operário a afirmativa de que a direção da fábrica estava incompatibilizada com o presidente do Sindicato e que cabia ao Sindicato zelar pelos interesses dos trabalhadores. O vereador Domingos José Dias Guerra aparteia para dizer que realmente existe a luta entre o Sindicato e a empresa. O vereador Mário Fernandes Maia volta ao ponto de vista de sugerir uma comissão de vereadores para entrar em entendimentos com a fábrica, alertando a todos que existe uma campanha contra o comunismo e ainda muitos aproveitadores que nestas oportunidades levam os operários ao sacrifício. Continua o vereador Mário Fernandes Maia dizendo que não é comunista, entretanto a sua esposa continuará em greve, solidária com os demais operários. O vereador Emigdio Dutra de Farias pede um aparte para dizer que o que está acontecendo, aconteceria com qualquer presidente do Sindicato (...).⁵⁸⁶

O impasse entre a Fábrica Santo Aleixo e os operários se agravou de tal forma, que a Câmara de Vereadores chegou a convocar uma reunião extraordinária somente para tratar desse caso. Novamente, o vereador Domingos José Dias Guerra tomou a palavra apresentando

⁵⁸⁵ Pesquisei sobre a atuação desses vereadores comunistas e sua relação com o operariado em minha dissertação de mestrado. Cf. RIBEIRO, Felipe. *Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. São Gonçalo: Mestrado em História Social pela FFP/UERJ, 2009.

⁵⁸⁶ CMM. Livro de Atas n.20 (18/07/1958 a 06/11/1959). fl.51v.

requerimentos a diversas autoridades, entre as quais o Presidente e Vice-Presidente da República, o Congresso Nacional, o Ministro do Trabalho, o Governador do Estado, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o Delegado Regional do Ministério do Trabalho, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, o Secretário Estadual de Segurança Pública, o Delegado Municipal e o jornal *O Fluminense*, versando sobre os conflitos ocorridos em Santo Aleixo, entre a Companhia Bezerra de Mello, proprietária da fábrica, e os operários da seção da Tecelagem, bem como denunciar “*as medidas antissociais que a referida firma vem adotando naquela empresa, responsabilizando-a por qualquer anormalidade que por ventura venha a acontecer*”.⁵⁸⁷

Apesar de solucionada a questão, com os tecelões retornando ao trabalho e a fábrica se comprometendo em melhor assistir seus operários, o enfrentamento dos vereadores comunistas com os proprietários das fábricas e o prefeito permaneceu. De quando em vez, esses embates tornavam-se explícitos em plenário, e por vezes recebia o reforço do vereador Domingos José Dias Guerra, que chegou a trocar de partido no início de 1960, deixando o PSP para ingressar no PTB.

(...) Solicita a palavra o vereador Domingos José Dias Guerra para comunicar à Casa a perseguição do Sr. Prefeito em mandar judicialmente a Sra. Luiza Reis, proprietária da Pensão Luiza, pagar seu débito para com esta municipalidade. (...) Recebe um aparte do vereador Mário Fernandes Maia, que lhe adverte que o Sr. Prefeito estava apenas cumprindo ao requerimento do vereador Domingos José Dias Guerra, que solicita de S. Exa. que cobrasse, ou melhor, executasse todos os devedores do município, ao que responde o vereador Domingos José Dias Guerra que o que se verificava de início era o protecionismo a favor dos poderosos. Solicita a palavra o vereador Astério dos Santos para comunicar à Casa que encontrava-se no escritório da Bezerra de Mello em Santo Aleixo, quando entrou o fiscal da municipalidade e este entabulou conversações com a direção da fábrica no sentido desta resgatar o seu débito amigavelmente com a prefeitura. Aparteia o nobre vereador Domingos José Dias Guerra para provar mais uma vez que o Executivo não estava agindo imparcialmente, só executando os pobres devedores. Nesse ínterim, contra-aparteia o nobre vereador Mário Fernandes Maia para vir em defesa do Sr. Prefeito. E como os ânimos estavam chegando ao auge, o Sr. Presidente adverte uma, duas e repetidas vezes os três vereadores na tribuna, não sendo atendido. Nesta altura, devido o calor da discussão, sua Excelência assim suspende a sessão por tempo indeterminado (...).⁵⁸⁸

De fato, nem todas essas iniciativas surtiram o efeito desejado, porém isso não impediu que os discursos dos vereadores comunistas reverberassem para além da Câmara. A presente

⁵⁸⁷ CMM. Livro de Atas n.20 (18/07/1958 a 06/11/1959). fl.53v.

⁵⁸⁸ CMM. Livro de Atas n.22 (30/11/1960 a 13/02/1962). fls.4v-5.

constatação ancora-se, inclusive, em outros trabalhos acadêmicos, que tiveram como objetos de pesquisa outras regiões do país, mas também chegaram a conclusões nesse sentido.

Analizando a atuação dos representantes operários no parlamento local, fossem eles comunistas ou trabalhistas, percebemos a presença de vários dos temas que perpassavam a experiência da classe trabalhadora e a construção de sua cidadania no período. Esses debates, em muitos momentos, extrapolavam as atribuições específicas do Legislativo municipal e o transformava em palco de um debate político ideológico muito mais amplo. Simultaneamente, porém, buscavam definir uma forma de intervenção legislativa capaz de assegurar os direitos dos trabalhadores no âmbito das questões urbanas (condições de vida, transporte, cultura e lazer, etc.).⁵⁸⁹

Fortalecidos por visões morais sobre dignidade operária, justiça e libertação dos “de baixo” frente aos apuros vividos pela classe trabalhadora (evidenciadas nas falas em plenário sobre o “*proteccionismo a favor dos poderosos*” e “*só executando os pobres devedores*”), e principalmente pela adesão de grande parte dos trabalhadores às suas propostas, comunistas e trabalhistas se articularam visando enfrentar a hegemonia do PSD no município.

Neste ínterim, o apoio do jornal *Última Hora*, ligado ao PTB, foi fundamental. Diversas matérias passaram a ser publicadas sobre as atividades dos sindicatos de Magé e de seus representantes eleitos na Câmara Municipal. Inicialmente eram veiculadas na seção chamada “*Coluna do Trabalhador*”, do jornalista e militante sindical da categoria Jairo Mendes; em seguida o jornal passou a publicar essas matérias na coluna “*UH nos Municípios*”, tendo Waldir Cardoso como correspondente na cidade.

Em relação à carestia de vida, o periódico publicou, em 1961, sobre dois requerimentos de Astério dos Santos apresentados no plenário da Câmara: um questionando os altos preços dos aluguéis, especialmente aqueles cobrados pelas fábricas nas vilas operárias⁵⁹⁰; e outro contra os preços abusivos de gêneros alimentícios, solicitando a reestruturação da COAP e COMAP, inclusive reivindicando maior participação de representantes de entidades de classe em suas instâncias de decisão. Essas reclamações se davam, sobretudo, “*em virtude de comerciantes gananciosos estarem elevando os preços das mercadorias de primeira necessidade, a pretexto da elevação do salário mínimo*”.⁵⁹¹

⁵⁸⁹ FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Garamond, 2004. p.441.

⁵⁹⁰ *Última Hora*. 06/01/1961. p.6.

⁵⁹¹ *Última Hora*. 07/01/1961. p.6.

O jornal *O Globo* também publicou uma denúncia feita por Astério dos Santos na Câmara, dando conta de que o posto local do SAPS estava “*desviando mercadorias há muito tempo e vendendo-as a comerciantes locais*”.⁵⁹²

Outra iniciativa que abrangeu intensa mobilização popular foi na elaboração de um abaixo-assinado, contendo 464 signatários, com o objetivo de reduzir em 50% os preços das passagens de ônibus em algumas linhas municipais. No desenrolar dos acontecimentos, chegaram a defender que uma nova empresa de ônibus atuasse na cidade, pois a população estava insatisfeita com o serviço prestado pela atual.⁵⁹³

A questão do direito de greve também foi debatida diversas vezes pelos vereadores Astério dos Santos e Darcy Câmara. Eles protestavam contra a prisão de líderes sindicais, apoiavam movimentos grevistas empreendidos por outras categorias e criticavam todos aqueles que militavam contra os interesses da classe trabalhadora. Em 1961, por exemplo, quando foi proposta a concessão do título de Cidadão Mageense a Georgino Ferreira de Mesquita, os vereadores comunistas foram os únicos a votarem contra, alegando que não iria homenagear quem foi “*espancador de operários quando exercia o cargo de subdelegado de Polícia no 2º Distrito [Santo Aleixo]*”⁵⁹⁴. E o posicionamento político da dupla provocava inúmeras reações dos vereadores adversários em plenário.

(...) Era difícil aos vereadores (...) contê-los em seus veementes pronunciamentos radicais e sistemáticos, ditados por suas direções partidárias. Quantas vezes, lembro-me bem, teve a Presidência que acionar a campanha da Mesa para serenar ânimos e impor a ordem no aceso de tantos debates, quase sempre iniciados pela dupla Astério/Darcy, a chamada ‘Ala Esquerda’ do Legislativo mageense.⁵⁹⁵

(...) Pede a palavra o vereador Pedro Botelho, recriminando a atitude do vereador Astério dos Santos, que ao invés de tratar de assunto referente ao nosso município, e que venha trazer realmente benefícios à coletividade mageense, vem sistematicamente entrando com requerimentos de moção de aplausos aos líderes sindicais, ao Presidente da República, ao Vice-Presidente da República, aos deputados federais e senadores, para tratar com urgência ao Direito de Greve e outras coisas, que nem de leve toca e traz benefício para o nosso município (...).⁵⁹⁶

⁵⁹² *O Globo*. 14/03/1963, p.3.

⁵⁹³ *Última Hora*. 08/01/1964, p.5.

⁵⁹⁴ CMM. *Livro de Atas n.22 (30/11/1960 a 13/02/1962)*. fl.55.

⁵⁹⁵ Depoimento redigido por Plácido Agra Neto a Felipe Ribeiro. Out/1999.

⁵⁹⁶ CMM. *Livro de Atas n.21 (10/11/1959 a 29/11/1960)*. fl.12.

A luta contra os “exploradores do povo”

Terminou em agressão o incidente ocasionado pela distribuição irregular do açúcar no posto do SAPS. O subchefe do posto, Sr. Américo Thomás, foi o causador dos fatos ao agredir em plena rua o Sr. Joaquim dos Santos, que dias antes fora reclamar, à frente de uma comissão, contra a desorganização com que o produto vinha sendo vendido. Os fatos tiveram sua origem com a chegada ao posto do SAPS de 800 quilos do produto para venda à população. Como a venda estivesse sendo feita de maneira desordenada, sem limite de cota para comprador, uma comissão dirigiu-se ao subchefe Américo Thomás, que se negou a atender às solicitações, alegando que recebera ordens para vender qualquer quantidade. Nesse ínterim, surgiu o subdelegado de Polícia, Jair Arruda, que obrigou o SAPS a efetuar a venda de maneira mais racional. No distrito [policial], para onde foi levado, o agressor recebeu proteção dos policiais, por interferência do deputado Waldemar Lima Teixeira, que se empenhou para conseguir sua liberdade.⁵⁹⁷

Sob título “*Magé: acabou em agressão a distribuição de açúcar*”, o jornal *Última Hora* noticiava o episódio que seria uma espécie de ensaio para a tal “Greve do Açúcar”. Por coincidência, a matéria foi publicada justamente no fatídico 25 de março de 1964. Naquele mesmo dia, à tarde, teria início aquele movimento grevista que foi parar em um processo do STM.

A partir dos personagens citados na reportagem, associados a episódios recentes no país, podemos compreender de que forma a questão da carestia de vida tornou-se premente.

Em 1961, ainda no governo do presidente Jânio Quadros, foi estabelecido um plano de liquidação da COFAP. Com a renúncia do titular e a assunção do vice João Goulart, porém, foi repensada a criação de um novo órgão dedicado ao enfrentamento do alto custo de vida no país. Assim surgiu a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), criada em 1962. Desde então, o governo brasileiro passou a empreender uma fiscalização mais rigorosa junto aos comerciantes. No ano seguinte, também foi criado o Comissariado de Defesa da Economia Popular (CODEP), órgão fiscalizador específico dos preços dos gêneros alimentícios.

Com a inflação em disparada e uma iminente crise de abastecimento no país, a SUNAB buscava amenizar os impactos desses problemas, sobretudo entre os trabalhadores mais pobres. No mesmo ano de sua criação, por exemplo, o departamento desenvolveu campanhas para a venda de gêneros de primeira necessidade diretamente ao consumidor, evitando assim os intermediários, considerados um dos principais responsáveis pelo encarecimento dos preços. Foi o caso da “Operação Arroz”, realizada em Niterói, quando foram vendidas mais de

⁵⁹⁷ *Última Hora*. 25/03/1964. p.7.

trinta toneladas do produto à população mediante preços mais baratos. A operação chegou a contar com o apoio de militares, devido à grande aglomeração no local.⁵⁹⁸

No entanto, foi o açúcar que gerou maiores problemas para a SUNAB neste período. Desde o final de 1963, jornais noticiavam pesquisas realizadas no comércio varejista de gêneros alimentícios, apontando o desabastecimento do produto girando em torno de 50%, inclusive com severas críticas ao departamento “*por achar normal a falta de açúcar*”.⁵⁹⁹

Talvez como resposta aos questionamentos que vinha sofrendo, a SUNAB distribuiu, em fevereiro do ano seguinte, cerca de 72 toneladas de açúcar que haviam sido sonegadas no município fluminense de Campos, um dos maiores produtores de cana-de-açúcar do país à época.⁶⁰⁰

Para complicar ainda mais a situação do desabastecimento, cerca de quatro mil trabalhadores fluminenses da indústria de refino de açúcar iniciaram uma greve geral naquele mês, solicitando aumento salarial e abono, justamente devido à elevação do custo de vida. Paralelamente, mais de vinte mil operários nas lavouras e nas usinas de Campos, Macaé e Resende estavam firmes em aderir à paralisação do pessoal do refino.⁶⁰¹

Conseqüentemente, a SUNAB teve que autorizar o aumento no preço do quilo do açúcar, passando a custar cento e quarenta cruzeiros nas cidades de São Paulo, Niterói, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis e na Guanabara. Já em Brasília, o quilo subiu para cento e cinquenta e cinco cruzeiros, passando o gênero a ser recordista no aumento de preços nos últimos tempos, segundo os jornais⁶⁰². Além do aumento, foi decidido um plano de distribuição do açúcar entre as regiões do país a fim de evitar desabastecimento e a revolta da população, que ameaça o comércio por sua “ganância altista”.⁶⁰³

Neste ínterim, o governo brasileiro, por intermédio do Ministério da Justiça, passou a utilizar parte das dependências da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores visando à instalação de um presídio para sonegadores de mercadorias e majoradores de preços.⁶⁰⁴

⁵⁹⁸ *Última Hora*. 18/12/1962. p.1.

⁵⁹⁹ *Correio da Manhã*. 10/01/1964. 1º caderno. p.5.

⁶⁰⁰ *Última Hora*. 01/02/1964. p.3.

⁶⁰¹ *Última Hora*. 26/02/1964. p.3.

⁶⁰² *Correio da Manhã*. 28/02/1964. 1º caderno. p.2.

⁶⁰³ *A Noite*. 28/02/1964. p.2.

⁶⁰⁴ A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, localizada no município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro, foi inaugurada em 1883, sendo a primeira do gênero a ser criada pelo governo imperial do Brasil. Este importante centro de recepção e distribuição de (i)migrantes funcionou até o ano de 1966. Atualmente, as instalações da antiga hospedaria abrigam unidades militares da Marinha do Brasil (MB), que em convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) mantém no local um Centro de Memória aberto à visitação pública, mediante agendamento. Disponível em <www.hospedariailhadaflores.com.br>. Acessado em 12 de dezembro de 2014.

Conhecidos popularmente como "tubarões" e "exploradores do povo", os comerciantes incursos na chamada Lei de Economia Popular ⁶⁰⁵ eram detidos e transferidos para a Ilha das Flores, sendo que os de origem estrangeira ainda poderiam ser deportados.

A fim de prover a segurança da ilha que estava sendo utilizada como presídio, lá foi instituído um quartel policial, vinculado ao Departamento Federal de Segurança Pública, órgão subordinado ao Ministério da Justiça ⁶⁰⁶. A guarnição deste quartel seria composta por servidores que, após a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, optaram pelo serviço público federal, os chamados “policiais optantes” ⁶⁰⁷. Em uma reportagem do *Correio da Manhã*, constava que este efetivo policial na ilha era formado por dez tenentes, um subtenente, dezoito sargentos e 188 cabos e soldados, todos optantes da Polícia Militar da Guanabara. A matéria também destacou que, entre os detidos, três comerciantes já haviam passado pela Ilha das Flores como imigrantes recém chegados ao Brasil. ⁶⁰⁸

Convém ressaltar que essas medidas tomadas pelo governo brasileiro foram amplamente divulgadas pela imprensa e, de fato, “caíram na boca do povo”. Durante o Comício pelas Reformas de Base, realizada em frente à Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, era possível visualizar diversas faixas e cartazes em meio à multidão, entre as quais: “*Pedimos cadeia para os exploradores do povo*”, “*Fora com os tubarões*” e “*Jango, a Ilha das Flores é um paraíso. Ilha Grande para os tubarões*”. ⁶⁰⁹

Nos jornais, muitos colunistas chegaram a publicar crônicas ou notas bem humoradas sobre a campanha capitaneada pelo Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, contra os especuladores de preços. A coluna “Flagrantes”, por exemplo, publicada no *Correio da Manhã* por “J., J. & J” (pseudônimo atribuído ao jornalista José Álvaro), chegou a veicular duas notas sobre o tema. Em uma delas, intitulada “Infratora”, o colunista tratava do inconformismo de um cidadão com a “*cupidez de uma mariposa copacabanense*” (provavelmente uma comerciante gananciosa), ameaçando denunciá-la aos “comandos” do Ministério da Justiça: “*Ou você toma jeito ou ainda vai parar na Ilha das Flores*” ⁶¹⁰. Em outra nota, intitulada “Aperto”, o colunista foi sarcástico:

⁶⁰⁵ BRASIL. Lei nº 1.521. 26/12/1951.

⁶⁰⁶ BRASIL. Decreto nº 53.844. 25/03/1964.

⁶⁰⁷ Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

⁶⁰⁸ *Correio da Manhã*. 18/03/1964. p.9. Esta mesma reportagem destacou que a Hospedaria da Ilha das Flores abrigava em suas dependências, naquela ocasião, cerca de seiscentos lavradores que foram despejados de fazendas localizadas no município de Magé e estavam aguardando um posicionamento da SUPRA, visando a desapropriação daquelas terras.

⁶⁰⁹ *Correio da Manhã*. 14/03/1964. 1º caderno. p.8. Os dizeres do último cartaz faziam alusão ao Presídio da Ilha Grande, localizado no município de Angra dos Reis, também no estado do Rio de Janeiro. Este espaço prisional foi instituído no início da década de 1930, durante o governo do presidente Getúlio Vargas.

⁶¹⁰ *Correio da Manhã*. 26/03/1964. 2º caderno. p.1.

Milicianos do Ministro da Justiça, depois de uma incerta nos pastéis e empanadas de um luso incauto, queriam despachá-lo para um veraneio na Ilha das Flores, em virtude dos pastéis exagerarem no ar encanado e das empanadas sonegarem a competente azeitona. Somente à custa de muitos rogos e promessas, o negociante de pastéis e empanadas sem coração conseguiu escapular à fera equipe (...).⁶¹¹

No jornal *Última Hora*, o famoso colunista Stanislaw Ponte Preta, pseudônimo do escritor Sérgio Porto, também publicou uma crônica que abordava a questão do controle de preços. Intitulada *“Dedo duro é a melhor forma para se voltar a Portugal”*, o autor descrevia o dilema de “Manuel I”, um português que estava triste por não ter dinheiro para regressar à sua terra natal. Ao ver seu amigo tão triste, “Manuel II” procurou ajudá-lo. *“Sim! Dois ‘manuéis’”*, explicou o cronista, *“o outro não era Joaquim, como costuma acontecer em histórias lusas que só tem um Manuel”*. Assim, Manuel II, dono de um armazém, apresentou uma proposta “irrecusável” ao deprimido Manuel I:

Tu vais trabalhar uns dias no meu armazém! (...) Ficas lá e cobras a cebola a um preço bem superior ao da tabela, percebes? (...) Eu telefono para a tal CODEP e mando avisar ao Sr. Jurema que roubas no peso. (...) Então ligou para o CODEP e fez a denuncia. Os fiscais foram lá, prenderam Manuel I e o levaram para a Ilha das Flores, de onde foi deportado e está agora, feliz, na sua Lisboa.⁶¹²

No município de Magé, a repercussão de todas essas medidas contra a carestia também era intensa, sendo reforçada por várias lideranças operárias. Para o Comício da Central do Brasil, caravanas com trabalhadores de diversas partes do país desembarcaram no centro do Rio de Janeiro. Conforme já assinalamos, dos municípios de Duque de Caxias e Magé partiram dez ônibus e dois trens especiais, transportando operários e trabalhadores rurais a fim de prestigiarem o movimento pelas Reformas de Base. Os vereadores comunistas Astério dos Santos e Darcy Câmara também foram ao evento.

Cinco dias após o comício, em sessão realizada na Câmara de Magé, o vereador David Pinto d’Almeida, do PTB, apresentou um requerimento, em caráter de urgência, para ser enviado à presidência da SUNAB, protestando contra a falta de gêneros de primeira necessidade no município, que foi aprovado por unanimidade.⁶¹³

Naquela mesma semana, a federação dos têxteis fluminenses, entidade em que Astério dos Santos era um dos diretores, desencadeava ampla campanha por um abono de emergência para a categoria – reajuste no salário até o término dos acordos sindicais vigentes – reunindo

⁶¹¹ *Correio da Manhã*. 20/03/1964. 2º caderno. p.1.

⁶¹² *Última Hora*. 25/03/1964. p.7.

⁶¹³ CMM. *Livro de Atas n.25 (30/12/1963 a 28/04/1964)*. fl.43.

cerca de trinta mil operários têxteis. A campanha era justificada pela federação devido ao alto custo de vida apurado, ao final do ano anterior, em diversos municípios. Entre eles, Magé apresentava uma elevação na ordem de 70,73%.⁶¹⁴

Pouco depois, o vereador Astério dos Santos também apresentou um requerimento para apreciação do plenário da Câmara Municipal, este destinado diretamente ao Presidente da República, reclamando providências no sentido de evitar irregularidades na entrega de gêneros alimentícios. E também foi aprovada.⁶¹⁵

Vale ressaltar que este último requerimento foi apresentado no mesmo dia em que houve o caso de agressão no posto do SAPS, após questionamentos sobre a forma de distribuição de açúcar. O personagem que teria sido agredido, Joaquim dos Santos, era irmão de Astério; e o subchefe do posto era “protegido” do deputado Waldemar Lima Teixeira.

No dia seguinte, 25 de março, esses dois líderes políticos novamente estariam envolvidos em mais um conflito, a chamada na “Greve do Açúcar”. A manifestação foi motivada após o cabo da polícia militar Gilberto Lopes da Silva descobrir que um comerciante local, chamado “Aristides” – cunhado de Waldemar Lima Teixeira – sonegava o produto aos clientes mais pobres, o que caracterizaria crime contra a economia popular. Ao invés de levá-lo à delegacia, o policial obrigou o comerciante a vender o açúcar, sem restrições. No dia 26, o sindicato declarou greve e um grupo de trabalhadores se aglomerou em frente ao estabelecimento para protestar. Foi enviado reforço policial e, inclusive, o Promotor Público acompanhou a diligência em uma viatura que chegou a ser apedrejada por manifestantes nas proximidades do conflito. Por fim, alguns operários foram detidos, sendo acompanhados pelo presidente do sindicato e posteriormente liberados. Ao surgir o boato de que Astério dos Santos encontrava-se preso na delegacia, as demais fábricas de tecidos do município e parte dos ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina declararam greve de solidariedade.⁶¹⁶

Encerrada a greve, os ânimos aparentemente serenaram, com os operários retornando ao trabalho nas fábricas e o comércio funcionando como de costume. No entanto, o movimento civil-militar que destituiu o presidente João Goulart em 1º de abril de 1964, repercutiu de forma avassaladora no município de Magé, não apenas com a invasão das sedes dos sindicatos pela força policial, mas principalmente com a perseguição de vários trabalhadores, inclusive dentro das fábricas.

⁶¹⁴ *Última Hora*. 20/03/1964. p.2.

⁶¹⁵ CMM. *Livro de Atas n.25 (30/12/1963 a 28/04/1964)*. fl.53.

⁶¹⁶ BNM 211. fls.26v; 66v e 67v passim.

Vários deles, bem como moradores, foram presos e/ou conduzidos à delegacia de polícia de Magé para prestar depoimento em inquéritos que foram abertos visando apurar “atos de subversão”, quase todos considerados comunistas⁶¹⁷. Muitos deles indevidamente.

(...) Em 64, houve uma loucura lá sabe. Negócio de comunismo, né... Inventaram negócio de comunismo! Foram uns dias muito tristes (...). Muito chefe de família ali apanhou desnecessariamente. Se falava assim: ‘ah, fulano de tal é comunista!’. O cara tava trabalhando, o cara entrava pra trabalhar e a polícia ia lá onde é que tava trabalhando... Arrebenta! E já começava a bater de lá, saía batendo numa pessoa. (...) Houve muita caguetação [denúncias]. (...) Muitos apanharam, mas apanharam muito, levaram o nome de comunista. Muitos apanharam inocentemente. Até hoje se fala comunista mas, em verdade mesmo, a gente nem sabe o que é comunista... Eles falavam assim pra um meio de atingir as pessoas sabe...⁶¹⁸

No Estado do Rio de Janeiro, que era considerado, como o Estado de Pernambuco, um dos grandes centros de atividades comunistas no País, situavam-se as sedes de grandes sindicatos e numerosas células comunistas. (...) A ação do Coronel Campelo [novo Secretário Estadual de Segurança Pública] estendeu-se rapidamente a todo o Estado do Rio, com prisões de inúmeros comunistas (...). Muitos escritórios, sedes de sindicatos e residências de agentes comunistas foram varejados pela Polícia, auxiliada por destacamento do Exército. A espécie e volume do material subversivo apreendido é impressionante.⁶¹⁹

(...) Na época da Revolução, (...) danaram a prender gente a torto e a direito, gente que nem nunca tinha entrado naquele sindicato. Meu tio, (...) já estava aposentado, sentado no sofá, vieram e prenderam ele também. Prenderam também Nelson, meu cunhado, minha irmã e um outro tio meu. Eles não tinham nada haver com o sindicato! (...).⁶²⁰

Durante a noite de 03 de abril, os mandatos dos vereadores Astério dos Santos e Darcy Câmara, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), foram cassados por seus pares. Como convidado ilustre, o deputado estadual Waldemar Lima Teixeira, ao discursar, fez questão de louvar a atitude da Câmara, que “*ajudando o saneamento político do município, cassou, de forma acertada, o mandato de dois elementos comunistas*”.⁶²¹

Diante de todo este cenário que envolveu a “Greve do Açúcar” – aquela que pôs em risco a Segurança Nacional – consideramos que ainda há um aspecto pouco estudado em relação à classe trabalhadora, particularmente sobre os valores que ela constrói a partir de suas experiências, de suas lutas passadas.

⁶¹⁷ Em Santo Aleixo, Joaquim dos Santos e Valdemar de Souza foram presos como agitadores. O irmão de Astério dos Santos foi acusado de incitar a depredação do comércio local. Cf. *O Globo*. 06/04/1964. p.10.

⁶¹⁸ Entrevista concedida por Hermínio Santos a Joana Figueiredo. 06/04/2008.

⁶¹⁹ *O Brasil Despertou a Tempo*. Suplemento jornalístico publicado pelo novo governo em colaboração com a Agência Nacional. s/d. abril/1964. p.5. Acervo do autor.

⁶²⁰ Entrevista concedida por Lúcia de Souza a Juçara Mello. 10/10/2007.

⁶²¹ CMM. *Livro de Atas n.25 (30/12/1963 a 28/04/1964)*. fl.70.

Ao analisarmos mais detidamente o processo do BNM 211 e as diversas outras fontes sobre os operários de Magé, observamos que as mobilizações dos trabalhadores diante do problema de carestia de vida tornaram-se mais intensas não exclusivamente pelo aumento de preço dos gêneros de primeira necessidade, mas sobretudo devido aos casos relacionados a distribuição inadequada e sonegação de alimentos.

Em certo sentido, era como se a majoração dos preços, embora considerada injusta pelos operários, fizesse parte do jogo, tendo em vista o entendimento de que a crise de abastecimento seria para todos e, até certo ponto, o comércio teria que repassar para o consumidor ou “dividir a crise” com ele, desde que não fosse de forma abusiva. Vale ressaltar que, em muitos casos, as relações entre operário e comerciante eram antigas e, em muitos casos, mantinham laços familiares e/ou afetivos, favorecendo até vendas a crédito no armazém e formas de pagamento bastante negociadas, elementos que indubitavelmente contribuíam para amenizar conflitos entre as partes.

Para os dirigentes sindicais, os índices de majoração eram motivo de disputa, a ponto das entidades de classe produzir pesquisas sobre o custo de vida para concorrer com os índices do governo – normalmente mais baixos – durante as negociações salariais. Mas, em última instância, os aumentos de preços eram utilizados como um dos principais argumentos nos debates por reposição e reajustes salariais que pesavam em favor dos trabalhadores.

Por outro lado, a má fé na distribuição de gêneros e sua sonegação seletiva seriam consideradas imperdoáveis pelos operários, sem dúvida algo muito pior do ponto de vista moral. Nestes casos, quando descobertos, a crise de abastecimento explicitamente deixava de ser “para todos” e passava a prejudicar somente os “de baixo”, ferindo assim uma certa visão de dignidade operária.

Reconhecemos que estas observações são bastante complexas para se demonstrar empiricamente e, simultaneamente, negligenciadas em grande parte dos debates sobre os mundos do trabalho. No entanto, acreditamos que o exercício de análise proposto nesta tese contribui sobremaneira para evitarmos a temerosa tendência de estudar o trabalhador como correia de transmissão de partidos, sindicatos, associações, clubes, fábricas, enfim, muitas vezes deixando de reconhecê-lo como ator fundamental, sujeito de sua própria história, defendendo seus direitos e lutando por novas conquistas sociais e melhores condições de vida.

Tendo como referência a legislação, indubitavelmente todas as práticas aqui elencadas – majoração, sonegação e favorecimento – são enquadradas na forma de crime contra a economia popular. Já as relações sociais são estabelecidas sobre outros matizes, forjadas a partir da experiência. Neste sentido, faz-se necessário uma análise mais abrangente.

Nos autos do BNM 211, inclusive, há referências que podem reforçar este argumento. Em seu primeiro depoimento colhido na delegacia, após passar 53 dias foragido, Astério dos Santos enfatizou que “*a confusão por causa do açúcar originou-se na conduta do comerciante que teria colocado uma lata de fornecida e dito: ‘Quem não pudesse viver, morresse!’*”⁶²². Já Waldemar Lima Teixeira, prestando depoimento na condição de testemunha, confirmou que os fatos narrados na denúncia ocorreram na loja comercial do seu cunhado por causa de açúcar:

(...) O incidente surgiu com um cabo da Polícia Militar (...) que mandou uma menina devolver o açúcar em virtude do preço superior ao da tabela (...). Daí em diante começou a aglomeração na porta da venda, que chegou a atingir mais de oitocentas pessoas; que o depoente ficou no interior junto com outro amigo do seu cunhado”.⁶²³

Dessa forma, podemos inferir o quanto a frase do comerciante – “Morra quem não pode pagar!” – denunciava a “*imoralidade de lucrar com as necessidades do povo*”⁶²⁴, a ponto de rapidamente insuflar oitocentos trabalhadores em torno do seu armazém. Tanto as ações do comerciante, que era parente e protegido do deputado, quanto as atitudes do subchefe do SAPS, acusado de má distribuição de gêneros, favorecimento de compradores e sonegação para revenda ao comércio local, desprestigiavam incisivamente os “sacrifícios” daqueles trabalhadores têxteis frente à escassez de açúcar, como o paliativo da jovem tecelã e de tantos outros trabalhadores ao utilizar caldo de cana para o preparo do seu café da manhã.

Sem dúvida, o PCB foi um ator importante nesse contexto da Greve do Açúcar, sobretudo por manter significativa adesão junto aos operários, por longo período. Porém, distinta da análise que permeou quase todo o BNM 211, a greve não foi simplesmente uma “*simulação de justas reivindicações*” visando a “*implantação da mazorca vermelha*”, mas sim uma manifestação de defesa de direitos, tanto os legalmente constituídos quanto os simbólicos, forjados a partir de valores e costumes daquele grupo de trabalhadores ao longo de sua trajetória.

Assim, antes de pôr em risco a Segurança Nacional, a Greve do Açúcar eclodiu a partir da interpretação dos operários de que algumas de suas premissas morais estavam sendo ameaçadas, estimulando-os à ação política em prol de suas demandas.

⁶²² BNM 211. fl.85. Nesta mesma época, um episódio semelhante ocorreu em Pau Grande, quando trabalhadores têxteis organizaram uma manifestação em frente à fábrica. Como represália, o gerente Rafael Cozzolino teria amarrado um monte de capim no portão e dito que “*os operários tinham que comer capim*”. Cf. PIMENTA, Ricardo Medeiros. *Retalhos de Memória: Lembranças de Operários Têxteis Sobre Identidade e Trabalho*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012. p.77.

⁶²³ BNM. fl.120.

⁶²⁴ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.257.

1964 e a perseguição aos trabalhadores

Na memória dos trabalhadores têxteis de Magé, a invasão da sede do seu sindicato por forças policiais tornou-se um marco. “*Com a revolução, o sindicato foi invadido pelos militares, que queimaram documentos, móveis e tudo mais. Boa parte da nossa história virou cinzas!*”, recordou o operário Jorge Ferreira dos Santos, que foi presidente da entidade no final da década de 1990.⁶²⁵

Nos primeiros dias de abril de 64, diversos jornais já noticiavam sobre diligências realizadas por forças policiais no sindicato. Na ocasião, o novo Secretário de segurança Pública do estado, Coronel Hugo Sá Campelo, disse à imprensa que o material subversivo apreendido em território fluminense já chegava a quinze toneladas. Porém, no que tange ao sindicato dos têxteis de Magé, havia muitas informações desencontradas:

(...) Em Magé, no sindicato dos tecelões, foram recolhidos fardas de marinheiro usadas pelos pelegos para penetrarem no sindicato dos metalúrgicos, por ocasião do motim dos subalternos da Marinha. (...) A polícia política do Estado do Rio já iniciou os inquéritos contra líderes sindicais e comunistas.⁶²⁶

(...) No sindicato dos tecelões de Magé, a Divisão de Ordem Política e Social apreendeu grande quantidade de farda de marinheiro. As autoridades ainda não conseguiram saber em seus mínimos detalhes para que tal roupa seria usada.⁶²⁷

(...) Dentre o material apreendido, o Coronel Sá Campelo mostrou um gorro de marinheiro, doado como “souvenir” ao sindicato dos têxteis de Santo Aleixo e Magé. O autógrafo do marujo dizia no oferecimento: “Para testemunhar a vitória popular dos marinheiros, fuzileiros e do povo brasileiro”.⁶²⁸

Interessante observar que esta “grande quantidade de farda de marinheiro” – que na realidade era apenas um “souvenir” – chegou a ser utilizada no início das investigações para caracterizar a formação de um Grupo dos 11 no município, tendo à frente o presidente do sindicato Astério dos Santos. No inquérito aberto pela Delegacia de Magé, no dia 29 de maio, justamente onze pessoas – operários em sua maioria – foram convocadas a prestar depoimentos, já na qualidade de réus.

⁶²⁵ Entrevista concedida por Jorge Ferreira dos Santos a um jornal local. Cf. *Informativo Colégio 1º de Maio*. Santo Aleixo: mar/1999. p.5.

⁶²⁶ *Jornal do Brasil*: 08/04/1964. p.1.

⁶²⁷ *Última Hora*: 09/04/1964. p.7.

⁶²⁸ *O Estado de São Paulo*. 07/04/1964. p.9.

O fato foi que, em novembro de 64, o promotor registrou no processo que gostaria de saber exatamente o que foi apreendido no sindicato, argumentando que tratava-se “*de elemento fundamental à composição material das indicições feitas*”, tendo em vista que o próprio delegado citou nos autos que “*os documentos e todo material que estava na sede do sindicato de Santo Aleixo foram recolhidos pelo pelotão da PM no dia após a revolução e transportados por um ônibus para a Secretaria de Segurança Pública*”.⁶²⁹

Desde então, verificou-se no processo o início de um “jogo de empurra” entre os órgãos do estado, todos reiterando que a apreensão não ocorreu sob sua responsabilidade. A Secretaria de Segurança Pública (a mesma que anunciou, via imprensa, ter recolhido as fardas) afirmou que havia uma tropa da Polícia Militar à disposição da Divisão de Polícia Política e Social (DPS) e que não poderia responder pelo material apreendido. Por sua vez, a DPS informou que não havia “*nenhum comunicado ou expediente a respeito*”, sugerindo que fossem consultados o Comando da Polícia Militar e a Delegacia de Polícia de Magé. Ao final, todos esses órgãos reiteraram, em Juízo, que não foram responsáveis pela diligência, nem tampouco poderiam informar sobre o material que foi recolhido. Enquanto isso, o prazo processual ia chegando ao fim e o Juiz acabou recebendo a denúncia sem nenhuma prova material contra os acusados, tanto é que indeferiu o pedido de prisão preventiva solicitada pelo delegado, “*por não encontrar informativos ou indícios suficientes da autoria*”⁶³⁰. Mas o processo seguiu com a convocação dos réus e de testemunhas para interrogatório.

O que mais nos chama a atenção neste imbróglio é que aparentemente não foi expedido nenhum Auto de Busca e Apreensão referente à diligência no sindicato, bastante distinto aliás do que ocorreu no inquérito contra trabalhadores rurais, instaurado em 1962, já mencionado. Nele há buscas e apreensões devidamente registradas, todas realizadas na entidade sindical da categoria antes de 64 (o que não a exime de outros excessos policiais). Mas, sem dúvida, causou-nos estranheza que nenhuma autoridade tenha apresentado o material recolhido, pois de fato o sindicato foi ocupado por forças policiais. O delegado chegou até especular a existência de armas e coquetéis “molotov” nas dependências da entidade, o que não foi confirmado.

De qualquer forma, a condução deste inquérito foi bastante criticada, não apenas por advogados de defesa, mas também por promotores e juízes que emitiram algum tipo de parecer ao longo do processo. Um dos defensores chegou a afirmar, ao apresentar um recurso, que o processo estava “*volumoso e até certo ponto confuso*”; outro definiu o inquérito policial

⁶²⁹ BNM 211. fls.70v e 64.

⁶³⁰ BNM 211. fl.78v.

como “*cheio de vícios e defeitos*”; enquanto que o ministro relator do STM, ao absolver todos os acusados, em 1966, argumentou sobre a “insegura” sentença emitida pela Justiça Comum, que “*não se arrimou nem na denúncia, nem na prova dos autos para condenar os apelantes*”.

Na portaria de instauração do inquérito, o delegado propôs a apuração de atividades suspeitas dos acusados, porém não as definindo propriamente. O cenário escolhido para a investigação foi a chamada “Greve do Açúcar”. De início, a acusação argumentou que “*a pretexto de se insuflarem contra o preço de mercadoria doméstica, levantaram os imputados a população contra as autoridades, quase provocando verdadeira hecatombe social*”, denunciando-os pela formação de um Grupo dos 11.⁶³¹

Na medida em que as provas não eram obtidas em Juízo, a denúncia sofria mutações, até chegar ao enquadramento de três dos onze acusados na LSN, por atentado contra a vida de um magistrado (no caso, o promotor que teve sua viatura apedrejada). Ao final, como já dissemos, todos foram absolvidos por falta de provas.

No entanto, a condução do processo não foi criticada somente em seu caráter jurídico (por vícios e imprecisões), mas principalmente no que tange ao tratamento dispensado aos acusados. O primeiro problema levantado pelos advogados de defesa foi o fato dos seus clientes terem sido “*inexplicavelmente*” interrogados na fase do inquérito policial como acusados e não como testemunhas. Por isso mesmo, procuraram desqualificar todos os depoimentos prestados na delegacia: “*sem assistência de um defensor*” e “*frontalmente em desacordo*” com o que foi prestado perante o Juiz, este sim “*sem a menor suspeita de coação e com inteira liberdade*”⁶³². Essas críticas e denúncias, inclusive, chegaram a ser veiculadas no jornal *Última Hora*:

(...) Amigos dos presos políticos que se encontram na cidade de Magé, todos encarcerados há mais de 50 dias, estiveram na redação do UH para denunciar o delegado de polícia local, que está submetendo os presos a toda sorte de torturas, inclusive espancamentos sucessivos, que já causou a surdez de um deles: o vereador Astério.⁶³³

(...) De Magé chega, agora, a denúncia de que dois vereadores que tiveram os seus mandatos cassados – Darcy e Astério – estão recolhidos. Ambos foram violentamente espancados, a tal ponto que Astério estava completamente surdo. Na mesma promiscuidade do cárcere superlotado estão vários lavradores e trabalhadores detidos “para averiguações” há mais de 50 dias (...) Também 37 “presos políticos” detidos na Baixada Fluminense, sob a acusação de integrarem “Grupos dos 11”, foram encaminhados pela DOPS (...).⁶³⁴

⁶³¹ BNM 211, fl.3.

⁶³² BNM 211, fl.141.

⁶³³ *Última Hora*. 15/07/1964. p.2.

⁶³⁴ *Última Hora*. 18/07/1964. p.3.

Em setembro, foi divulgado e apreendido pela polícia política um manifesto assinado pelo diretório do Partido Libertador (PL), hipotecando solidariedade ao prefeito Porto, que havia sido cassado pela Câmara Municipal, bem como denunciando uma *“nova onda de perseguição no município, onde já foram presas várias pessoas”*.⁶³⁵

Os maus tratos durante a prisão também foram recordados por Manoel Ferreira de Lima em uma entrevista. Com prisão preventiva decretada desde 1963, ele resolveu se esconder no município de Itaboraí, mas acabou sendo detido pela polícia no dia 08 de abril.

(...) Fui conduzido pra prisão de Itaboraí e naquela prisão passei sacrifícios. (...) Com dois dias veio um elemento oficial, me reconheceu e ainda disse o seguinte: ‘Ainda tá vivo? É muita sorte!’ (...) Mais ou menos no dia 11 a polícia de Magé foi me tirar (...). Me algemaram, os braços pra trás, vim sendo espancado desde Itaboraí até Magé, só na cara (...). Pois bem, chegando na cadeia (...) mais de dez me pisaram a pele, me seguraram, isto é, algemado, então a mais de dez fiquei um mulambo. Fiquei duas horas quase sem sentido (...). Fui tirado pra presença do Juiz e ele então me fez a pergunta: onde é que eu estava refugiado quando da prisão preventiva. E eu contei onde estava e ele ficou um pouco duvidoso porque eu tava vizinho aqui do município. Pois bem, eu estava ali, e na hora eu disse ao Dr. Juiz que já estava quatro dias sem alimentação e que não aguentava mais pancada. (...) Então o juiz ordenou que me desse alimentação e que não me espancasse mais (...).⁶³⁶

Embora os militantes do PCB ou suspeitos de ligação com o partido fossem o principal alvo da repressão pós-64, outros personagens políticos da região também receberam duras investidas do “novo governo”. O deputado federal Tenório Cavalcanti, juntamente com seus auxiliares e trabalhadores simpatizantes, foi um tópico exemplo disso⁶³⁷. Ele teve seu mandato cassado em 15 de junho de 1964 e chegou a passar nove meses preso, tendo depois se refugiado em um sítio no município de Duque de Caxias, de onde passou a coordenar obras sociais, não retornando à vida política partidária.⁶³⁸

Não é à toa que durante o longo processo atinente aos trabalhadores rurais toda essa diversidade de lideranças políticas foi indiciada e/ou intimada a depor em Juízo. Em 1965, quando o processo ainda tramitava na Justiça Comum, foi determinado o confinamento domi-

⁶³⁵ *Correio da Manhã*. 09/09/1964. p.3 e 6 passim.

⁶³⁶ Entrevista concedida por Manoel Ferreira de Lima a Sônia Gonzaga. 01/12/1980.

⁶³⁷ Logo após a derrubada de Goulart, o governo militar buscou acelerar a votação de uma lei que regulamentasse o direito de greve. Na ocasião, o deputado Tenório Cavalcanti teceu críticas à rapidez com que o projeto estava sendo votado: *“Desde 1946 ao ano da graça de 1964 (...) a Câmara teve tempo de sobra para cumprir uma determinação constitucional. Foi preciso fazer-se uma revolução para que a Câmara despertasse da letargia em que se encontrava durante décadas e votasse, em 48 horas, praticamente, uma lei regulando o direito de greve. E vamos votar, Sr. Presidente, uma lei de cujo conteúdo 90% dos deputados praticamente não estão inteirados. (...) E os trabalhadores, os líderes sindicais não foram ouvidos (...)”*. Cf. *Diário do Congresso Nacional*. 27/05/1964. Seção I. p.3570.

⁶³⁸ SILVA, Claudio Araújo de Souza e. *A virtude dos sacrifícios versus a ciência das transações: Tenório Cavalcanti e o campo político do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: doutorado em Ciências Sociais pela UERJ, 2012. pp.203-205.

ciliar de Tenório e a prisão de vários de seus auxiliares, todos acusados de “*promover agitações na zona rural daquele município fluminense (Magé)*”⁶³⁹. Quando o processo foi transferido para o STM, o promotor logo apresentou denúncia contra Tenório Cavalcanti e Darcy Câmara, acusados como autores intelectuais do plano subversivo em Magé, que envolvia outros réus.⁶⁴⁰

Porém, a repressão não se restringiu às lideranças dos trabalhadores. O estudo de Marco Antônio Teixeira, por exemplo, apontou para diversas formas de repressão no campo, entre as quais os despejos compulsórios realizados por forças militares ou por policiais privados, os jagunços. Na percepção dos trabalhadores pesquisados, todos eles estavam vinculados a algum grileiro, que seria o mandante das ações. Neste sentido, os trabalhadores rurais foram “duplamente perseguidos” no pós 64, seja pelos entes estatais ou pelos pretensos proprietários das terras, o que reforçava aquela noção de que a roça é um local “onde não há direitos”. Vale ressaltar que Teixeira encontrou relatos de prisões, espancamentos, assassinatos e até desaparecimentos de trabalhadores rurais no município.⁶⁴¹

Quanto aos pretensos proprietários, mesmo aqueles que tiveram as terras que reivindicavam desapropriadas, muitos aproveitaram a deposição do governo João Goulart para retomar o controle dessas áreas. No caso da Fazenda Cachoeirinha, por exemplo, Durval de Menezes logo tratou de promover o loteamento das terras, que passou a ser conhecida como Granja São José da Cachoeirinha. Esta prática normalmente é associada a processos de grilagem, onde o “dono” busca desfazer-se do imóvel assim que surge uma segurança jurídica em torno da propriedade, geralmente dividindo-a em lotes para obter maior rendimento.⁶⁴²

Inclusive, no caso da Imobiliária Durval de Menezes Ltda, faz-se necessário registrar que um desses lotes foi doado à Igreja Católica para a construção de uma capela em homenagem ao padroeiro da antiga fazenda. A igreja já começou a ser construída em 1964 e foi concluída em dois anos.

Quanto aos tecelões, “*se alguém reivindicasse seus direitos, deixava de pertencer ao vínculo empregatício, além de serem dados como comunistas, baderneiros, sendo até presos, torturados e espancados*”, lembrou o ex-operário Antônio Carlos Guimarães Soares⁶⁴³. E

⁶³⁹ O Estado de São Paulo. 06/07/1965. p.4.

⁶⁴⁰ Correio da Manhã. 29/11/1968. p.9. O jornal de Tenório também cobriu sua ida à Magé para prestar depoimento ao Juiz. Recusando a “pecha” de comunista, o ex deputado declarou: “Sou nacionalista e faço disso profissão de fé”. Cf. Luta Democrática. 13/07/1965. pp.1-2.

⁶⁴¹ Cf. TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ. Seropédica, RJ: mestrado pelo CPDA/UFRRJ, 2011. pp.67-75.

⁶⁴² Cf. PRIORI, Ângelo Aparecido. O levante dos posseiros: a Revolta Camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo. Maringá: Eduem, 2011.

⁶⁴³ Entrevista concedida por Antônio Carlos Guimarães Soares a um jornal local. Cf. Informativo Colégio 1º de Maio. Santo Aleixo: mar/1999. p.5.

muitos trabalhadores mageenses passaram por maus bocados, sendo patrulhados inclusive nos locais de trabalho. Esse quadro repercutia inclusive junto aos seus familiares. Muitos filhos daqueles que eram acusados de subversão não conseguiam emprego nas fábricas do município, devido à “fama” dos pais. Outros, mais novos, percebiam diferenças no tratamento dos amigos na escola, pois muitos eram orientados por seus responsáveis a não ficar conversando com filho de comunista ou preso político.

Grande parte desses relatos tem vindo à tona nos últimos anos, dando visibilidade a memórias até então subterrâneas. E essa abertura se deve aos estudos sobre o tema realizados em Magé. No ano de 2013, por exemplo, foi lançado o documentário “Tear”, produzido por Taiane Linhares, abordando as memórias dos trabalhadores têxteis do distrito de Santo Aleixo, com destaque para o período de repressão pós-64.

(...) Quando houve o golpe, a revolução, o que aconteceu? Começou a caça às bruxas. Todos aqueles, sendo ou não sendo comunistas, foram presos dentro da fábrica (...). A polícia entrou na fábrica e pegou meu pai. Foi arrastando o meu pai de dentro da fábrica direto para a delegacia. Xingaram ele de tudo quanto foi nome, de comunista safado (...). Naquela mesma noite, levaram ele pra Magé. Ele veio no dia seguinte, sem a camisa, sem a aliança e sem o calçado. O corpo dele era sangue pisado puro, de tanto que ele apanhou.(...) Agora posso falar com você abertamente, mas durante a ditadura não se podia conversar (...).⁶⁴⁴

Em outro trecho do documentário, os trabalhadores abordaram a questão da greve – tida como “coisa de comunista” por uma ex operária entrevistada. Ela, no entanto, reiterava em sua fala que gostava bastante das conquistas alcançadas por meio da greve, embora não concordasse com greves em si e as atitudes dos grevistas. Eis que, na sequência, o ex operário e dirigente sindical Licério Ramos afirmou enfaticamente: “*Eu não era grevista, mas reivindicador dos meus direitos!*”.⁶⁴⁵

Ao analisarmos os BNM’s 211 e 302 mais detidamente, percebemos que, de fato, os investigadores, promotores e juízes identificavam as claras ligações entre as categorias de trabalhadores rurais e têxteis no município, bem como suas relações com partidos políticos e seus líderes. Entretanto, normalmente não compreendiam as dissensões entre esses grupos e acabavam refugiando-se em uma interpretação caricata, onde o comunismo estava por todos

⁶⁴⁴ Entrevista concedida por Evonete de Araújo Souza e veiculada no documentário *Tear*, produzido por Taiane Linhares (2013). Disponível em <www.youtube.com/watch?v=lc917aJdfjo>. Acessado em 31 de março de 2014.

⁶⁴⁵ Entrevista concedida por Licério Ramos e veiculada no documentário *Tear*, produzido por Taiane Linhares (2013). Disponível em <www.youtube.com/watch?v=lc917aJdfjo>. Acessado em 31 de março de 2014.

os lados e – no caso da parceria entre as categorias em Magé – era praticamente a personificação do símbolo “a foice e o martelo”.

Como exemplo, gostaríamos de citar uma nota oficial da Comissão Diretora de Relações Públicas do Exército Brasileiro, publicada em julho de 1964, sobre o chamado “plano de subversão”.

(...) Há dias esta Comissão divulgou documento referente à situação dos Grupos dos 11, no Estado do Rio de Janeiro (...). Hoje vamos divulgar nova informação a respeito da subversão no Estado (...). Trata-se de um plano de guerrilha do PCB para aquele Estado e de previsão para o armamento de elementos subversivos que ali atuavam (...). Fazendo-se a comparação das duas organizações subversivas [Grupo dos 11 e Plano de Guerrilha do PCB], vê-se que existe ora uma complementação, ora uma superposição. Como quer que seja, ocorre maior densidade num cinturão em torno da Baía de Guanabara, ao qual alguém já denominou com muita propriedade: ‘Cinturão Vermelho’, isto é, as áreas de Itaguaí, Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Petrópolis, Magé, São Gonçalo e Niterói.⁶⁴⁶

Interessante ressaltar que o projeto de um “Cinturão Vermelho” no entorno da Baía de Guanabara, citado na nota oficial do Exército em 1964, já era motivo de preocupação às vésperas das eleições municipais de 1947, tendo Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República alertado o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro sobre a movimentação dos comunistas no estado do Rio de Janeiro, inclusive na região da Baixada Fluminense, conforme já vimos no capítulo anterior. Antes de avançarmos neste debate, porém, convém esclarecer que, ao selecionarmos um documento datado de um período bem anterior, não pretendemos reforçar simplesmente a “curiosidade” da mesma expressão – “Cinturão Vermelho” – ter sido utilizada em 1947 e 64 por representantes do governo federal.

O fato é que, para além da expressão, este período anterior foi evocado com bastante frequência nos IPM’s para denunciar os chamados subversivos no pós-1964. A vida pregressa daqueles que atuavam em mobilizações populares ou qualquer outra “pista” – como o panfleto trotskista encontrado pela polícia – seriam utilizadas como “prova de acusação” no afã de comprovar que esses trabalhadores ameaçavam a Segurança Nacional.

(...) Os tentáculos do polvo foram derrubados, as ventosas deixaram de sugar o operariado; mas por quanto tempo?! A hidra comunista é igual a fênix, animal mitológico que renascia de suas próprias cinzas”.⁶⁴⁷

⁶⁴⁶ *Diário da Noite*. 24/07/1964. p.8.

⁶⁴⁷ Argumentação do Promotor de Justiça Ivan Anatócles da Silva Ferreira, em 31/08/1965, nos autos da ação penal movida contra Astério dos Santos e outros. Cf. BNM 211. fl.134.

O FERRAMENTAL POLÍTICO E A FÊNIX

(...) Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos, nesta oportunidade, fazer um veemente apelo ao Ministro do Trabalho e Previdência Social, Dr. Júlio Barata, em virtude do ofício que recebemos do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Santo Aleixo, firmado pelos senhores Pedro Jerônimo da Silva, Presidente, e Dejahir Henrique de Oliveira, Secretário, vazado nos seguintes termos: ‘(...) solicitar através deste a interferência de V. Exa. na reparação de um engano que se cometeu pelas autoridades encarregadas da correção salarial em nossa região. Como até o ano de 1964 os trabalhadores de Magé percebiam salários de Zona Industrial e passamos, daquele ano em diante, a perceber salários de Zona Agrícola, estranhamos aquela medida, por ser nosso município totalmente industrial (...)’.⁶⁴⁸

Em 1970, o presidente do sindicato dos têxteis em Santo Aleixo, Pedro Jerônimo da Silva, enviou um ofício ao deputado federal fluminense Luiz de Araújo Braz, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), solicitando ao parlamentar que intercedesse junto ao Ministério do Trabalho para a inclusão de Magé na categoria de Zona Industrial, posição que o município ocupava até 1964, quando passou a ser considerado como Zona Agrícola.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o país seria dividido em regiões correspondentes aos estados e ao Distrito Federal, tendo cada região sua respectiva Comissão de Salário Mínimo. Mediante proposta dessas comissões ou requerimento das entidades sindicais, o Ministério do Trabalho dividiria uma região em zonas ou subzonas, tendo como parâmetro “*a identidade das condições necessárias e normais da vida nas respectivas regiões*”. A partir desta classificação ministerial, competia às comissões fixar o salário mínimo para cada região, zona ou subzona sob sua jurisdição. No entanto, em dezembro de 1964, uma lei revogou todos os artigos da CLT referentes às Comissões de Salário Mínimo, transferindo suas atribuições ao Departamento Nacional de Emprego e Salário (DNES), órgão criado por meio da mesma lei e diretamente subordinado ao ministro, com o objetivo de “*estudar, coordenar e executar a política salarial e de emprego no país*”.⁶⁴⁹

(...) A dinâmica ficou assim: o DNES apresentava as tabelas salariais propostas pelo governo, as quais as confederações de trabalhadores e empregadores deveriam analisar e pronunciarem-se em dez dias (portanto, sem tempo para grande mobilização das bases), para depois irem ao Conselho Consulti-

⁶⁴⁸ Diário do Congresso Nacional. 20/08/1970. Seção I. pp.4048-4049.

⁶⁴⁹ BRASIL. Lei nº 4.589. 11/12/1964.

vo de Emprego e Salário (CCES), que determinaria os patamares e enviaria a decisão ao Presidente da República. (...) Isto significa que o controle social feito pelas Comissões de Salário Mínimo, desde a época do Estado Novo, aquele caminho ‘por dentro’ do Estado, foi abolido em dezembro de 1964, ao mesmo tempo em que as rotas ‘por fora’ – greves e ameaças – estavam cada vez mais impraticáveis (...). Foi o governo quem passou a propor os patamares de reajuste para o salário mínimo, sem a possibilidade de consulta às bases sindicais, pois o prazo para as confederações decidirem era de apenas dez dias (...); e a decisão final cabia a um conselho [refere-se ao CCES] formado por, em tese, duas figuras do governo, duas patronais e duas de trabalhadores, do que se pode concluir que não havia qualquer possibilidade de disputa pelos patamares (...).⁶⁵⁰

Cientes destes entraves e da política de arrocho salarial promovida pelo governo, os sindicalistas de Magé optaram em não investir propriamente na luta por reajuste dos têxteis, mas por uma “reclassificação econômica” do município, o que na prática proporcionaria um aumento nos vencimentos da categoria, caso o pedido fosse acatado. Para reforçar a argumentação do sindicato no ofício ao deputado federal, foram encaminhados diversos dados oficiais sobre a cidade, obtidos junto à agência municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dentre eles, destacamos que Magé possuía cinco fábricas de tecidos, 5.765 operários sindicalizados, uma população total estimada em 78.631 habitantes, 19.703 estudantes em todos os níveis escolares, 1.943 imóveis rurais cadastrados no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), além de informações sobre as receitas arrecadadas na cidade pelos governos federal, estadual e municipal.⁶⁵¹

Com base nesta argumentação, o parlamentar levou à tribuna da Câmara o “apelo” dos têxteis de Magé – ao invés de um “protesto” – frente ao “engano” das autoridades governamentais – e não a “injustiça” – por ter “rebaixado” a classificação do município, inclusive salientando que os “*signatários do mencionado expediente*” eram “*líderes equilibrados e incontestes de sua classe*”.

(...) De acordo com os dados que acabamos de ler, entendemos ser justo o pedido de revisão formulado às autoridades encarregadas da correção salarial (...) no sentido de mandar incluir o município de Magé na categoria de Zona Industrial, possibilitando, destarte, novos critérios de fixação do salário mínimo. Deve ser dito, ainda, que o município de Magé está localizado na área do Grande Rio, entre os municípios de Duque de Caxias e São Gonçalo, considerados Zona Industrial. É, portanto, o apelo que fazemos ao Conselho Na-

⁶⁵⁰ SILVA, Nauber Gavski da. *O “mínimo” em disputa: salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (c. 1940 – c. 1968)*. Porto Alegre: tese em História, UFRGS, 2014. p.283.

⁶⁵¹ Dados fornecidos pelo Chefe da Agência Municipal do IBGE, Alcebíades Teixeira Filho, ao sindicato têxtil de Santo Aleixo. In: *Diário do Congresso Nacional*. 20/08/1970. Seção I. pp.4048-4049. No que tange à estimativa populacional de 78.631, ela havia sido realizada pelo instituto em 1968, porém o Censo de 1970 registraria o quantitativo de 113.965 habitantes para Magé, conforme assinalamos no primeiro capítulo desta tese.

cional de Política Salarial, em especial ao Ministro Júlio Barata, em favor dos trabalhadores fluminenses, que são gratos às conquistas alcançadas depois do Movimento Revolucionário de 1964 (...).⁶⁵²

Neste ínterim, destacamos que o Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS) foi criado em 1963, durante o governo João Goulart, como órgão de assessoramento ao Poder Executivo para estabelecer mecanismos de reajuste aos servidores de autarquias federais⁶⁵³. Entretanto, no ano seguinte, após a deposição de Goulart, o conselho foi reorganizado e suas atribuições estendidas ao setor privado, devendo ser previamente submetida à sua apreciação “qualquer alteração de caráter geral que possa influir nas tabelas de salários, gratificações e demais vantagens” do pessoal das entidades governamentais, bem como “no mercado de trabalho”⁶⁵⁴. Logo, o Ministério do Trabalho e Previdência Social passaria a contar com três órgãos para a definição de reajustes salariais: o Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho (SEPT), o CNPS e o DNES, este último ainda contando com o CCES em sua estrutura⁶⁵⁵. Deste modo, buscava-se superar a disparidade nos índices do custo de vida, já que as classes trabalhadoras vinham questionando os indicadores econômicos do governo com base em outros estudos. Diante dessa “rebelião dos índices”, o governo começou a alterar, por meio de uma série de dispositivos legais, os trâmites para os reajustes, promovendo uma “epidemia de leis, decretos e decretos-lei” e impondo uma “ditadura salarial”, seguindo as deliberações do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), plano lançado oficialmente em novembro de 1964 e que buscava a estabilidade econômica do país, sobretudo por meio do arrocho nos salários e do controle da inflação.⁶⁵⁶

Por isso mesmo, o discurso do deputado Luiz Braz pode ser interpretado sob duas dimensões. A primeira caracterizada pela incongruência em caracterizar os trabalhadores fluminenses como “gratos às conquistas alcançadas depois do Movimento Revolucionário de 1964”, na medida em que o seu “apelo” foi motivado justamente pelo “engano” cometido por este movimento. Por certo, aquele contexto político não era favorável para críticas acintosas ao governo, ainda mais para um arenista. Por outro lado, porém, a despeito das contrariedades, buscou-se apresentar – no limite do possível – algumas reivindicações dos tecelões junto ao Ministério do Trabalho, por meio da ação sindical e parlamentar.

⁶⁵² *Diário do Congresso Nacional*. 20/08/1970. Seção I. pp.4048-4049.

⁶⁵³ BRASIL. Decreto nº 52.275. 17/07/1963.

⁶⁵⁴ BRASIL. Decreto nº 54.018. 14/07/1964.

⁶⁵⁵ BRASIL. Lei nº 4.725. 13/07/1965.

⁶⁵⁶ CORRÊA, Larissa Rosa. *A “rebelião dos índices”: política salarial e Justiça do Trabalho na ditadura civil-militar (1964-1968)*. In: GOMES, Ângela de Castro; e SILVA, Fernando Teixeira da [org.]. *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2013. pp.275-280. Sobre as mudanças na legislação trabalhista a partir de 1964. Cf. SILVA, Claudiane Torres da. *Justiça do Trabalho e ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)*. Niterói: dissertação em História, UFF, 2010.

E é justamente esta relação entre trabalhadores, sindicatos e política institucional frente a um governo autoritário que buscaremos compreender neste capítulo, enfatizando não somente os aspectos da repressão aos trabalhadores rurais e têxteis de Magé, mas principalmente suas formas de luta, resistência e mobilização no período compreendido entre a segunda metade da década de 1960 e o início dos anos 70.

Rearticulação das forças políticas

“Praticamente a Revolução conseguiu desbaratar todos os revolucionários”, sentenciou Manoel Ferreira de Lima. A frase, levando-se em conta seus termos “ao pé da letra”, parece até uma ironia. Mas a “revolução” da qual o líder camponês se referiu foi o movimento civil-militar de 1964, que destituiu o presidente João Goulart e perseguiu diversos trabalhadores ligados às propostas do governo deposto, como ocorreu com o próprio entrevistado.⁶⁵⁷

Conforme já vimos, logo após o golpe, houve uma verdadeira “caça as bruxas”, com a prisão de lideranças, cassação de mandatos, intervenção em sindicatos, repressão nos locais de trabalho e condução coercitiva de trabalhadores para “averiguações” em delegacias e outros órgãos. Tudo isso, somado à nova política trabalhista, representou a interrupção de um crescente processo de mobilização da classe trabalhadora brasileira. Porém, como bem ressaltou Leonilde Medeiros em uma análise sobre o meio rural após 1964 (que julgamos extensiva a outras áreas do mundo do trabalho), a instauração do governo Castelo Branco causou uma intensa *“desarticulação das lutas em curso, mas não o seu desaparecimento”*.⁶⁵⁸

Neste sentido, encontramos diferentes grupos que buscavam representar as reivindicações mais prementes dos trabalhadores de Magé. Por outro lado, gostaríamos de destacar que essa desarticulação política não se restringiu às forças consideradas “subversivas”, mas também àquelas que aderiram ao golpe, como o Partido Social Democrático (PSD).

Interrompida sua hegemonia na prefeitura em 1962, com a vitória de José Barbosa Porto, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), os pessedistas – apesar da recomendação inicial do seu partido para que não fosse feita uma *“obstinada e sistemática oposição ao governo municipal”* – logo partiriam para um duelo. Por sinal, o principal opositor ao prefeito petebista não estava na Câmara Municipal, mas na Assembleia Legislativa: o deputado Walde-
mar Lima Teixeira.

⁶⁵⁷ Entrevista concedida por Manoel Ferreira de Lima a Leonilde Medeiros. 1982.

⁶⁵⁸ MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar*. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014. Coleção Estado de Sítio. p.195.

No ano seguinte, os vereadores da cidade chegaram a se reunir, em sessão secreta, com o objetivo de promover uma *“aproximação entre o Sr. Prefeito e o deputado mageense pelo PSD”*. Na ocasião, o presidente da Câmara falou em *“passar uma esponja nas intrigas passadas”*, sendo constituída uma comissão, com parlamentares de diversos partidos, para buscar o entendimento entre os dois.⁶⁵⁹



IMAGEM 16: Waldemar Lima Teixeira e José Barbosa Porto em 1963.

Fonte: acervo de Ademir Calixto.

Em um primeiro momento, os ânimos aparentemente serenaram. No início de 1964, porém, após os vereadores retornarem do recesso legislativo, o então líder do governo na Câmara, Magid Repani, do Partido Social Progressista (PSP), pôs seu cargo à disposição do prefeito sob a alegação de que *“só se afastou da liderança por ter de denunciar ao público os gastos exorbitantes feitos por funcionários municipais, mas que encontrou a melhor ressonância por parte do Prefeito e a disposição de punir os culpados”*.⁶⁶⁰

Indubitavelmente, a denúncia do ex líder do governo caiu literalmente como uma bomba no parlamento. De imediato, o líder do PSD, Fernando Guimarães Batista, solicitou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para a devida apuração das denún-

⁶⁵⁹ Câmara Municipal de Magé (CMM). *Ata da Sessão Secreta da Câmara Municipal de Magé: realizada em 19 de julho de 1963*. fls.01-03. Ressaltamos que esta sessão secreta nem chegou a ser registrada no livro de atas convencional.

⁶⁶⁰ CMM. *Livro de Atas n.25 (30/12/1963 a 28/04/1964)*. fl.13v.

cias de desvio de dinheiro público e empreguismo no governo Porto ⁶⁶¹. Havia também a denúncia do vereador pessedista Paulo Barenco, que afirmou em plenário ter tido acesso a documentos que comprovariam as relações do prefeito com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), conforme citamos no capítulo anterior.

Essas “provas”, obtidas junto à polícia política estadual, viriam a público exatamente na sessão do dia 02 para 03 de abril de 1964, quando o vereador Barenco “*tira do bolso um documento onde o nome do Senhor José Barbosa Porto consta como membro do Partido Comunista (...), além de outro que tem firmado entre os mesmos com direito a cinco secretarias*”. ⁶⁶²

Tratavam-se, na realidade, de um abaixo-assinado solicitando o registro do PCB, que foi endossado por 94 pessoas no mês de fevereiro de 1962; bem como um protocolo de intenções entre o PTB e a “*corrente comunista do município*” em apoio à candidatura de Porto, celebrado no mês de junho do mesmo ano, sendo definido, entre outras coisas, que o vice na chapa seria o dirigente sindical têxtil Guilherme de Carvalho, que o candidato – caso eleito – criaria seis novas secretarias municipais, comprometendo-se reservar ao menos 5% do orçamento para cada uma delas, e que os cargos políticos no governo seriam ocupados pelos partidos aliados na proporção dos votos obtidos por cada legenda signatária do protocolo, podendo obter adesões partidárias até sessenta antes do pleito. Na ocasião, a “corrente comunista” foi representada por Manoel Ferreira de Lima, João Inácio da Silva e Irun Sant’anna. Ambos os documentos foram registrados em cartório e, posteriormente, copiados pelos órgãos de informação. ⁶⁶³

Mais adiante, outras provas seriam utilizadas contra o prefeito do PTB, tanto no processo de “impeachment”, quanto no pedido de suspensão de direitos políticos feito pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN): um telegrama enviado ao presidente Goulart e um manifesto à população do município, ambos hipotecando solidariedade ao governo que estava sendo deposto.

(...) Quando da eclosão do Movimento Revolucionário, expediu telegrama a João Goulart, na qualidade de prefeito de Magé/RJ, apresentando ‘seu mais

⁶⁶¹ As denúncias de desvio de dinheiro público eram relacionadas a gastos considerados excessivos com transportes em viagens financiadas pela prefeitura e as de empreguismo concentravam-se na nomeação de Manoel Ferreira de Lima (quando já estava respondendo a processo sobre os conflitos de terra em Magé) e de uma das filhas de Astério dos Santos para cargos no governo municipal. Cf. CMM. *Livro de Atas n.25 (30/12/1963 a 28/04/1964)*. fls.63-63v. Embora não fizesse parte da denúncia apresentada, convém ressaltar que outro filho do vereador Astério dos Santos havia sido nomeado para o cargo de contínuo da Câmara Municipal. Cf. CMM. *Portaria n° 9/62*. 10/09/1962.

⁶⁶² CMM. *Livro de Atas n.25 (30/12/1963 a 28/04/1964)*. fl.64.

⁶⁶³ Conselho de Segurança Nacional (CSN). *Documentação organizada com vistas à aplicação do artigo 4° do Ato Institucional n° 5: Manoel Ferreira de Lima*. 30/05/1969. pp.21-25. Acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Arquivo Nacional (AN).

leal apoio e solidariedade’ e ‘aguardando vossa ordem e orientação, pois aqui em nosso município estamos unidos e coesos em torno da intocabilidade de vosso mandato, que é o mandato do próprio povo, e em torno das reformas reclamadas pela própria consciência nacional’. No dia 1º, lançou manifesto ao ‘Povo Mageense’, expressando (...) a sua ‘esperança de que aqueles contumazes perturbadores da ordem e da paz nacional jamais encontrarão guarida nos nossos corações e consciências’ (...).⁶⁶⁴

“*O que seria se o vice-prefeito não fosse do PSD?*”, questionou o vereador Plácido Agra Neto, do PTB, diante da ofensiva na Câmara Municipal para cassar o mandato do prefeito Porto. Aliás, esta sessão legislativa do dia 02 para o dia 03 de abril foi suspensa diversas vezes, seja para apaziguar os ânimos ou para que vereadores fossem ao gabinete do prefeito negociar uma saída para a crise e ao Fórum tratar com o Juiz e o Promotor Público em obediência a um “*chamado do Poder Judiciário*”. Ao final, Porto foi convencido a solicitar uma licença para tratamento de saúde, enquanto a CPI daria prosseguimento às investigações, sendo o vice Moacyr Pimentel logo convocado para assumir o cargo. Por ocasião de sua posse como prefeito, no próprio dia 03, estavam reunidos na Câmara os principais responsáveis pela derrubada do prefeito petebista: o delegado José Silva de Oliveira, o promotor Ellis Hermydio Figueira, o juiz Nicolau Mary Júnior, o deputado estadual Waldemar Lima Teixeira, os vereadores pessedistas Abílio Gomes Vieira, Fernando Guimarães Batista e Paulo Barenco, e até o secretário do diretório municipal do partido Clóvis Modesto Castilho, ex vereador e militante integralista, que chegou a discursar à tribuna.⁶⁶⁵

Porém, esta união entre PSD, polícia e Poder Judiciário duraria pouco tempo. Note-mos, por exemplo, que nesta sessão não estava presente outro importante nome do partido em Magé, o comerciante e ex vice-prefeito Waldemar Mello.

Durante a caçada aos elementos tidos como subversivos, imediatamente após o golpe, sua família passou por momentos de grande apreensão, pois um dos filhos do pessedista, o jovem universitário Darlan Mello, havia se “contaminado” por ideias comunistas. No inquérito instaurado para investigar a ação dos trabalhadores têxteis no município, diversos depoimentos indicaram que Darlan encontrava-se na sede do sindicato, em Santo Aleixo, no dia 1º de abril, tendo inclusive proferido discurso de apoio à entidade.⁶⁶⁶

⁶⁶⁴ CSN. *Ata da 49ª Sessão*. 01/07/1969. p.129. Acervo do SNI no AN. Nesta sessão, o presidente da República resolveu suspender os direitos políticos de Porto por dez anos. A íntegra do telegrama e do manifesto consta em seu prontuário individual no SNI. Cf. Serviço Federal de Informação e Contra Informação (SFICI). *Extrato do Prontuário de José Barbosa Porto*. 08/06/1964. pp.15-16. Neste mesmo mês, com a criação do SNI, o SFICI foi extinto, sendo sua estrutura incorporada ao novo órgão de informação. Cf. BRASIL. *Lei nº 4.341/64*. 13/06/1964.

⁶⁶⁵ CMM. *Livro de Atas n.25 (30/12/1963 a 28/04/1964)*. fls.64, 66, 70 e 70v passim. O jornalista Mario Coelho chegou a apontar em suas memórias que Clóvis Castilho foi “*um dos responsáveis pela cassação do prefeito*”. Cf. COELHO, Mário. *Magé do meu tempo: memórias, prosa e verso*. Magé: s/d, 2012. p.68.

⁶⁶⁶ BNM 211. fls. 15v, 17v e 26v passim.

No entanto, seu nome praticamente desapareceu do inquérito, não chegando sequer a ser convocado oficialmente para prestar depoimento. De acordo com familiares, “pessoas influentes” no município, entre eles titulares de cartórios, intercederam junto ao juiz local para que liberasse o rapaz, que foi apenas admoestado na delegacia, recebendo diversas recomendações. Quanto aos livros que inspiravam Darlan Mello em sua militância, foram logo queimados no quintal da casa da família.

Outra situação semelhante ocorreu com o comerciante Aristides, cujo estabelecimento tornou-se palco para a deflagração da chamada Greve do Açúcar. Cunhado de Waldemar Lima Teixeira, ele foi preso, pagou fiança para se defender em liberdade, porém seu processo foi “*inexplicavelmente arquivado*”, como afirmou o próprio Juiz de Magé.⁶⁶⁷

Quanto a novo prefeito, Moacyr Pimentel, ele mantinha intensa ligação com o promotor Ellis Hermydio Figueira, chegando inclusive a nomear sua esposa como Procuradora do Município.⁶⁶⁸

A propósito, o promotor Figueira, embora ainda não fosse magistrado, tornou-se vítima do “atentado” que enquadrou Astério dos Santos na LSN, mas sequer foi ouvido durante o inquérito. Ademais, este mesmo promotor que foi recebido com pompa pela Câmara Municipal após golpe – chamado de “campeão da liberdade e da democracia” – tornou-se, em maio de 1964, sócio cotista da Auto Viação Itambi, empresa que prestava serviços na cidade, bem como foi investigado pela “Revolução”, anos depois, por suspeitas de participação na venda ilegal de terras em Magé; ao passo que, dentre as acusações que pesavam contra os trabalhadores rurais e têxteis locais, estavam a “luta por melhorias no transporte coletivo” e as “ocupações de terras para a reforma agrária”.

Em relação aos antigos correligionários pessedistas – Moacyr Pimentel e Waldemar Lima Teixeira – convém observar que, em suas declarações como testemunhas nos inquéritos instaurados na delegacia de Magé para investigar os “subversivos” do município, concedidas em 1965, àquela posição mais agressiva identificada no imediato após golpe foi dando lugar, paulatinamente, a uma postura mais condescendente, lançando mão de expressões como “*não vi*”, “*não posso afirmar*”, “*nada mais a declarar*” ou “*não vejo em nenhum deles elemento tido como comunista*”.⁶⁶⁹

⁶⁶⁷ BNM 211. fl.164.

⁶⁶⁸ O caso chegou a compor um processo que investigou as relações do então promotor de Magé com o Juiz Pirajá Pires, entre outros. Cf. Subcomissão Geral de Investigações no Rio de Janeiro (SGL/RJ). *Processo nº 54/1969*. Acervo do SNI no AN. Convém ressaltar que a nomeação da esposa do promotor também foi citada por Mário Coelho, afirmando ainda que o promotor Figueira “*praticamente geriu a prefeitura*” no período em que Pimentel governou. Cf. COELHO, Mário. *Magé do meu tempo: memórias, prosa e verso*. Magé: s/d, 2012. p.111.

⁶⁶⁹ BNM 211. fls.120-121.

Já o vereador e ex delegado Abílio Gomes Vieira, foi eleito presidente da Câmara Municipal ainda em 1964 e, posteriormente, assumiu a prefeitura da cidade diante da renúncia de Pimentel. De acordo com Mario Coelho, que na época era autorizado a “*prestar serviços de divulgação dos trabalhos da Câmara*”⁶⁷⁰, a ascensão política de Abílio Vieira foi bastante motivada por sua ambição em assumir a prefeitura no contexto após 1964, “*tendo, obviamente, de passar pela presidência do Legislativo*”, cargo então ocupado pelo vereador Ideal de Souza Bastos.

(...) Abílio sabia que ele [Ideal Bastos] recebia da municipalidade a quantia de vinte mil cruzeiros para prestar serviço odontológico à população carente de Piabetá e adjacências, embora fosse apenas ‘prático licenciado’ (...). Junto com sua patota, [Paulo] Barenco, Maximino [José Pacheco] e Fernando Guimarães Batista realizaram uma sessão secreta para julgar o presidente por esse ‘crime’. Trancaram a porta, mas eu coloquei o ouvido nela e pude acompanhar trechos dos debates. Abílio disse que a acusação era séria e propunha a cassação do mandato do colega. Hipocritamente, dentro do planejado, Fernando Guimarães Batista pediu a palavra, disse que na verdade Ideal havia cometido esse delito, mas, como tinha serviços prestados à Revolução, sugeria que ele renunciasse e fosse perdoado (...).⁶⁷¹

Ainda segundo o jornalista, Abílio teria obtido uma nomeação para Moacyr Pimentel como Agente Fiscal Estadual, em troca de sua renúncia, mediante pedido feito ao interventor Paulo Torres⁶⁷². Por outro lado, o *Jornal do Brasil* noticiou a renúncia afirmando que Pimentel “*resolveu trocar seu mandato por uma nomeação de Escrivão de Coletoria (...), conseguida pelo deputado Peixoto Filho, a quem apoiará nas próximas eleições fluminenses*”.⁶⁷³

Tudo isso sem falar na abertura de uma CPI para apurar denúncias apresentadas pelo vereador Magid Repani no plenário da Câmara de Magé, em junho de 1965, sobre a formação de um “*Esquadrão da Morte*”, que teria por finalidade assassinar o juiz Nicolau Mary Júnior, o ex promotor Ellis Hermydio Figueira (na ocasião, já Subprocurador do Estado), o presidente da Câmara Abílio Gomes Vieira e o prefeito Moacyr Pimentel. A comissão tinha trinta dias para concluir seu relatório, porém o prazo foi prorrogado – em igual período – por duas vezes, sendo ao final adiado *sine die*, ou seja, por tempo indeterminado.⁶⁷⁴

⁶⁷⁰ Cf. CMM. Portaria nº 1/64. 07/08/1964.

⁶⁷¹ COELHO, Mário. *O Golpe de 64 em Magé*. In: A Verdade. Magé: a.17. n.615. 01 a 15/05/2001. p.3.

⁶⁷² Paulo Torres era militar e assumiu o governo fluminense em maio de 1964. Seu antecessor, o petebista Badger da Silveira, chegou a ser preso logo após o golpe, no dia 02 de abril. Foi reconduzido ao cargo dias depois, porém sob forte pressão para renunciar ao governo, devido sua ligação com o então presidente João Goulart. Acabou sendo deposto, no dia 1º de maio, mediante um processo de “impeachment”.

⁶⁷³ *Jornal do Brasil*. 01/06/1966. p.14.

⁶⁷⁴ Cf. CMM. Portaria nº 16/65. 11/06/1965; Portaria nº 19/65. 09/07/1965; Portaria nº 20/65. 13/08/1965; e Portaria nº 21/65. 13/09/1965.

Especulações à parte, o fato é que os primeiros anos após o golpe foram bastante turbulentos e repletos de incertezas políticas no país. Inicialmente, o governo do presidente Castelo Branco sinalizava para a manutenção da eleição presidencial em 1965, o que acabou não ocorrendo. No mês previsto para a realização do pleito, foi publicado o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que extinguiu os partidos políticos então existentes. Além disso, a partir de diversos dispositivos legais – publicados ao longo daquele ano – restringiram-se sobremaneira as possibilidades de criação de novos partidos, chegando a exigir como requisito mínimo a adesão de 120 deputados federais e vinte senadores para a formação de organizações com “*atribuições de partidos políticos enquanto estes não se constituem*”⁶⁷⁵. Estas seriam as bases para o estabelecimento do bipartidarismo no Brasil.

Em Magé, logo se formariam os diretórios do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e da ARENA. Os emedebistas se instalaram oficialmente na cidade em maio de 1966, tendo o vereador Magid Repani como presidente, Fernando Guimarães Batista como secretário e, como vogais, o deputado Waldemar Lima Teixeira, o vereador Paulo Barenco, Paulo Leitão Júnior, Júlio Benício Correia e o professor Carlos Camacho⁶⁷⁶. O diretório arenista foi instalado pouco depois, tendo como presidente o vereador Abílio Gomes Vieira.⁶⁷⁷

Com a renúncia de Moacyr Pimentel, o presidente da Câmara e da ARENA assumiu a prefeitura no dia 1º de junho de 1966. Porém, Abílio Vieira permaneceu no cargo pouco mais de um mês, sendo logo substituído pelo interventor federal, o oficial da Marinha Lauro Guarany Guimarães, nomeado em virtude da extinção do mandato de Porto e da renúncia de Pimentel, até que fosse realizado um novo pleito (previsto para aquele ano), conforme estabelecia a nova legislação.⁶⁷⁸

Desse modo, antigos companheiros do PSD – que estavam unidos em 64 – passariam a atuar em campos opostos, uns na ARENA, outros no MDB. E isso, de certa forma, também se aplicou aos membros dos demais partidos e das forças políticas atuantes no período anterior ao bipartidarismo, muito embora alguns procuravam passar ao largo deste sistema dual.

Parafraseando o líder camponês Manoel Ferreira de Lima, podemos dizer que o

⁶⁷⁵ BRASIL. *Ato Complementar nº 4*. 20/11/1965.

⁶⁷⁶ Recorte de jornal cuja data atribuída é 06/05/1966. In: CMM. *Publicações sobre acontecimentos do Poder Legislativo*. fl.5v. Este livro, que continha colagens com matérias jornalísticas (raramente com a referência completa indicada), foi instituído pelo presidente da Câmara Abílio Vieira no ano de 1966, com o objetivo de “*registrar as notícias publicadas pelos jornais sobre os acontecimentos do Poder Legislativo mageense*”, conforme constava em seu Ato de Abertura. Na época, aproveitou-se um antigo livro de registro de requerimentos de vereadores, datado de 1960, entretanto foram poucas as páginas que continham as colagens de jornal, logo caindo em desuso.

⁶⁷⁷ *Luta Democrática*. 24/08/1966. p.3. Meses antes, durante a organização do diretório regional arenista fluminense, o vereador mageense Abílio Vieira já era cotado como “*provável presidente da ARENA no município*”. Cf. *O Globo*. 28/02/1966. p.12.

⁶⁷⁸ BRASIL. *Ato Complementar nº 5*. 10/12/1965.

movimento civil-militar de 1964 “*praticamente conseguiu desbaratar o campo político*”, provocando uma intensa rearticulação das diversas forças e tendo que “renascer das próprias cinzas”, cenário que também repercutiu nas formas de organização dos trabalhadores, como veremos a seguir.

Intervenções e eleições nos sindicatos têxteis

(...) Apesar de terem sido presos, assim que colocados em liberdade, elementos que pertenciam às entidades sindicais do Estado do Rio de Janeiro, de imediato, trataram de articularem-se a fim de voltarem a ocupar as cúpulas sindicais. Naturalmente que não vão querer aparecer em tais cúpulas, diretamente, mas através de elementos seus, que bem trabalhados já estão atentos para disputarem as eleições, assim que forem autorizados. Para isto muito contribui a liberdade que gozam, movimentando-se para cada canto sem a menor objeção das autoridades (...). Trabalham ativamente para, na primeira oportunidade, lançarem a contra revolução. Esperam apenas que sejam determinadas as eleições nos sindicatos para que, chapas compostas com os chamados inocentes úteis, que facilmente passariam numa triagem policial, venham concorrer com possibilidade de êxito de se elegerem, quando, então, farão o que lhes for mandado. Nesse sentido, já existem em quase todas as categorias, sob intervenção, chapas prontas para serem lançadas (...).⁶⁷⁹

Um ano após a derrubada do presidente João Goulart, os órgãos de informação do governo brasileiro já demonstravam preocupação quanto ao retorno de antigas lideranças aos sindicatos. No informe secreto do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER) intitulado “*Articulação Comunista no Estado do Rio de Janeiro*”, por exemplo, foi analisada a atuação de diversos dirigentes sindicais que perderam seu mandato em 1964 – incluindo os de Magé – e estariam se organizando para um retorno às suas respectivas entidades.

(...) Em Magé foram presos alguns diretores dos dois Sindicatos de Trabalhadores em Fiação e Tecelagem (Santo Aleixo e Inhomirim). Um deles, Astério dos Santos, presidente do de Santo Aleixo, era inclusive vereador e teve seu mandato cassado, vivia agitando, não só a Baixada [Fluminense], mas também em outros municípios, onde comparecia, ora como político, ora como membro da Federação dos Trabalhadores Têxteis, já que fazia parte da diretoria. Mais de uma greve política contou com sua participação ativa. Já está solto e em franca movimentação, procurando articular o esquema subversivo, fomentando descrédito no meio das classes contra os atuais membros das juntas dos dois sindicatos. (...).⁶⁸⁰

⁶⁷⁹ Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER). *Informe nº 112/65*. 20/04/1965. p.1 e 3 passim. Acervo do SNI no AN. Ao longo da pesquisa, não foi possível identificar de forma precisa se nos sindicatos analisados houve intervenção ou instituição de uma junta governativa. Na própria portaria do Ministério do Trabalho que nomeou uma nova diretoria para o sindicato em Santo Aleixo, por exemplo, foram citadas as duas denominações. Dessa forma, optamos em citá-las, nesta pesquisa, sem maiores distinções conceituais, ambas de forma genérica.

⁶⁸⁰ Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER). *Informe nº 112/65*. 20/04/1965. p.1 e 3 passim. Acervo do SNI no AN.

No caso da junta governativa nomeada pelo Ministério do Trabalho para o sindicato em Santo Aleixo, dois membros mantinham relações bastante próximas com a direção da Companhia Bezerra de Mello e com membros do PSD local, principais adversários da antiga diretoria. O presidente da junta, Alexandre Magalhães Neto, contramestre de tecelagem na Fábrica Santo Aleixo, era irmão de Ildes Magalhães, homem de confiança da empresa, que trabalhava no escritório, bem como sobrinho de Aníbal Magalhães, pessedista freqüentemente eleito vereador entre as décadas de 1950 e 70. Além disso, o pai do interventor, Alexandre Magalhães, era chefe na seção de remeteção da mesma fábrica e um dos grandes beneméritos do Guarany Futebol Clube ⁶⁸¹. Já o tesoureiro da junta, Rolien Dias Castilho, que também trabalhava na Companhia Bezerra de Mello, era sobrinho de Justiniana Cidade Teixeira, esposa do deputado pessedista Waldemar Lima Teixeira. Sobre o secretário da junta, Adalberto Pinheiro de Souza, não encontramos maiores informações.

Entretanto, o que mais nos chamou a atenção neste informe foi o indicativo de que membros da UDN estariam ao lado da antiga diretoria do sindicato, como o vereador Alcy de Moraes Vidal e seu correligionário Manoel José Rodrigues, conhecido como “Manoel Gravatinha”, que foi vereador na legislatura de 1959 a 62. De acordo com os investigadores, este grupo estaria recebendo instruções do advogado Francisco Chermont, que atuava como consultor jurídico junto às diretorias desses sindicatos têxteis antes do golpe. ⁶⁸²

(...) Ocorre também no município de Magé uma concentração de elementos bem comprometidos com os esquemas agitadores, da pretensa república sindicalista que pretendiam instaurar em nosso país. Além de Astério dos Santos, Guilherme de Carvalho, presidente do Sindicato de Fiação e Tecelagem de Vila Inhomirim, reúnem-se mais: José Aquino de Santana, ex-presidente do Sindicato de Energia Hidroelétrica de Niterói; Rodolpho de Freitas Rocha (vulgo Rodolfo Valentino), do mesmo sindicato; vereador Alcy Vidal, e chefe político da UDN, na casa de quem se reúnem o indivíduo conhecido como ‘Gravatinha’, assim como elementos dos municípios vizinhos de Petrópolis, Teresópolis, Caxias, Nilópolis, Meriti, Itaboraí, Rio Bonito, São Gonçalo, Cachoeira de Macacu, etc., a fim de receberem instruções partidas de Francisco Chermont, que até o momento não foi localizado pela polícia, mas que será, se um dos apontadores for ‘apertado’. (...) ⁶⁸³

Ao buscarmos reconstituir a atividade sindical dos trabalhadores rurais e têxteis de Magé nos primeiros anos após o golpe, embora de forma incipiente e ainda carente de fontes,

⁶⁸¹ Nos 50 anos do clube, Alexandre Magalhães foi homenageado como “o Torcedor nº 1” e um dos seus “*mais frequentes colaboradores (...), quer orientando, quer financiando despesas com ajudas e prêmios aos atletas*”. Cf. GUARANY FUTEBOL CLUBE. *Revista comemorativa do jubileu de ouro (1913/1963)*. Santo Aleixo, Magé/RJ: 1963. p.18.

⁶⁸² O advogado chegou a ser homenageado durante a inauguração da nova sede do sindicato em Santo Aleixo. Cf. *Última Hora*. 20/01/1964. p.7.

⁶⁸³ Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER). *Informe nº 112/65*. 20/04/1965. p.1 e 3 passim. Acervo do SNI no AN.

reunimos dados que permitem traçar um breve panorama, bem como apontar questões bastante caras ao estudo do período, que envolvem perseguições aos antigos dirigentes, controle estatal nos sindicatos, implantação de uma nova política trabalhista, repressão aos trabalhadores e formas de resistência e ação política.⁶⁸⁴

A tentativa udenista de participação no movimento sindical, por exemplo, ocorreu em 1965, tendo em vista o fim do mandato da junta governativa. No mês seguinte ao informe da EMAER, em maio, o Ministro do Trabalho e Previdência Social Arnaldo Sussekind prorrogou, por noventa dias, a intervenção no sindicato dos têxteis em Santo Aleixo, “*para que, dentro desse prazo, sejam realizadas eleições, não podendo concorrer às mesmas a administração anterior por infringir ao art. 521 da CLT*”. O artigo assinalado proibia candidaturas nos sindicatos que fossem ligadas a “*qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação*”, ou seja, todos os membros da diretoria “comunista” deposta no ano anterior estavam inelegíveis para aquele pleito sindical.⁶⁸⁵

Convocada para o dia 29 de julho, a eleição – ao que parece – não foi realizada. De acordo com o *Diário Carioca*, o vereador udenista Alcy de Moraes Vidal, que teria sido registrado “*como candidato único*” ao pleito, foi “*recolhido preso para o DOPS, em Niterói*”. Na ocasião, o jornal chegou a enfatizar que ele seria “*o primeiro udenista a disputar uma liderança sindical no Estado*”.⁶⁸⁶

Quanto ao ex vereador Manoel “Gravatinha”, também udenista e indicado no informe da EMAER, sua atuação foi interrompida por ter falecido antes da eleição no sindicato.

De fato, é preciso investigar mais amiúde a dinâmica desse pleito, abordagem que indubitavelmente fugiu às possibilidades desta tese. No entanto, duas questões logo se impõem para uma posterior análise: a tentativa de mobilização da UDN no meio sindical, aspecto evidenciado em fontes variadas relacionadas à Magé, bem como o registro de uma candidatura sindical à margem do que era permitido pela legislação, pois os requisitos mínimos eram, en-

⁶⁸⁴ Os estudos sobre intervenção sindical durante o regime militar ainda são escassos e dispersos. Boa parte deles se restringe ao levantamento dos registros de intervenções na busca de compor um quadro estatístico a nível nacional. Entre os raros estudos de caso, boa parte se dedica aos sindicatos do estado de São Paulo. Recentemente, os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) deu um novo impulso ao estudo do tema, tendo inclusive uma de suas pesquisadoras se dedicado a um projeto de pós-doutoramento. Cf. ESTEVEZ, Alejandra. *As intervenções sindicais durante a ditadura militar brasileira (1964-1988)*. Rio de Janeiro: projeto de pesquisa de pós-doutorado em História, Política e Bens Culturais, CPDOC/FGV, 2014. O estudo pretende se concentrar nas seguintes categorias: petroleiros, bancários, metalúrgicos, ferroviários e portuários.

⁶⁸⁵ BRASIL. *Diário Oficial da União*. 04/08/1965. p.7724. Embora assinado no dia 18 de maio, o despacho só foi publicado no Diário Oficial em agosto, porém no dia seguinte à assinatura os jornais já noticiavam: “*Intervenção chega ao fim em mais de 56 sindicatos do país*”, incluído na lista o dos têxteis de Santo Aleixo. Cf. *Correio da Manhã*. 19/05/1965. p.9. Quanto ao artigo 521, ele foi amplamente utilizado pelo Ministério do Trabalho para evitar que antigas diretorias retornassem ao sindicato, mesmo que a inocência dessas lideranças fosse comprovada processualmente. Sobre a atuação do Ministério do Trabalho nos primeiros anos após o golpe, Helene Chaves está concluindo uma pesquisa de mestrado pelo CPDOC que abordará o tema, cujos resultados preliminares vêm sendo apresentados em eventos acadêmicos.

⁶⁸⁶ *Diário Carioca*. 29/07/1965. p.5.

tre outros, ter dois anos de atividade laboral – no caso, ser trabalhador têxtil – e seis meses de inscrição no quadro social do sindicato.⁶⁸⁷



IMAGEM 17: Reunião de dirigentes sindicais de Magé com o Ministro do Trabalho, em 1969.

Da esquerda para a direita: Alcy Vidal, Júlio Barata, Luiz Braz, Dejahir Oliveira e Pedro Jerônimo.

Fac-símile do *Informativo Colégio 1º de Maio*. 21/09/1998. p.2.

Fonte: acervo Felipe Ribeiro.

Convém ainda observar que, em 1968, Alcy Vidal – já filiado à ARENA – foi um dos responsáveis, juntamente com o deputado federal arenista Luiz Braz, pela aproximação deste sindicato com o Ministério do Trabalho visando a instalação de uma escola ginásial para os operários. Durante as tratativas, houve inclusive um encontro, no ano seguinte, entre os dirigentes sindicais Pedro Jerônimo da Silva e Dejahir Henrique de Oliveira, o ex vereador Alcy Vidal, o deputado Luiz Bráz e o Ministro do Trabalho Júlio Barata.⁶⁸⁸

⁶⁸⁷ BRASIL. Decreto Lei nº 8.080/45. 11/10/1945. Este dispositivo legal alterava itens da CLT, entre eles o artigo 529, que tratava das condições para votar e ser votado nas eleições sindicais.

⁶⁸⁸ *Informativo Colégio 1º de Maio*. Suplemento especial “30 anos de História”. 21/09/1998. n.16. p.2. Esta escola, registrada em 1968, iniciou suas atividades na sede do sindicato no ano seguinte, com a denominação de Ginásio Comercial 1º de Maio. Mais tarde, já com sua sede própria, a escola transformou-se em Colégio Cenecista 1º de Maio, instituição de ensino que funcionou até a primeira década do século XXI, atualmente desativada. Desde a sua fundação, tinha como entidade mantenedora a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), da qual o deputado Luiz Braz era bastante ligado, tendo posteriormente assumido a direção cenecista a nível estadual. Atualmente, a CNEC é um dos maiores grupos educacional do

De qualquer forma, verificamos que, apesar da eleição sindical prevista para 1965, os antigos dirigentes da junta governativa permaneceram no cargo. No ano seguinte, por exemplo, chegaram a ser recebidos – juntamente com outros líderes sindicais de Magé – pelo governador fluminense Paulo Torres no Palácio do Ingá. Na ocasião, teriam expressado “*apoio e solidariedade pela administração que vem realizando no Estado do Rio*”.⁶⁸⁹

No dia seguinte à notícia deste encontro, o presidente do sindicato Alexandre Magalhães Neto veiculou na imprensa uma carta que foi entregue ao governador, que com seu “*acentuado espírito democrático vem ouvir as necessidades e reivindicações mageenses*”. O dirigente sindical, que afirmava “*representar a massa trabalhadora*” (segundo ele, girando em torno de cinco mil operários têxteis), apresentou as seguintes reivindicações na missiva: auxílio financeiro para a conclusão das obras da nova sede do sindicato, inaugurada em janeiro de 1964, cujas instalações contavam com um gabinete médico para atendimento à população e uma escola de corte e costura; doação de uma ambulância para atender os associados e a população em geral; fornecimento de material escolar aos 120 alunos da escola de alfabetização e de admissão ao ginásio, instalada na subsede em Magé; e ajuda financeira para instalação de um gabinete odontológico na sede em Santo Aleixo.⁶⁹⁰

Em 1967, o jornal *O Fluminense* chegou a publicar que o presidente Alexandre Magalhães Neto havia sido afastado temporariamente do cargo por um grupo de associados, sob a alegação de que ele teria praticado atos “*particulares não compatíveis com a função*”. De acordo com a matéria, esta decisão estava sendo “*detidamente examinada*” pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT), sob a alegação de que o grupo de associados responsável pelo afastamento – cujos integrantes não foram apontados pelo jornal – havia negligenciado quanto ao direito de defesa do então presidente.⁶⁹¹

Apesar de não encontrarmos mais elementos sobre este caso, chamamos a atenção pelo fato do tesoureiro Rolien Dias Castilho ter sido enviado pelo sindicato, poucos meses após a notícia do afastamento do presidente, para compor o Conselho de Representantes da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, conforme edital publicado na imprensa.⁶⁹²

A propósito, naquela oportunidade a federação era presidida por Pedro dos Santos, dirigente oriundo de Petrópolis e recém eleito. Em uma análise superficial, podemos dizer que

país, atuando desde a educação básica até o ensino superior, tendo como diretor-presidente o deputado federal Alexandre Santos, do Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB). Disponível em <site.cniec.br>. Acessado em 14 de março de 2015.

⁶⁸⁹ Recorte de jornal cuja data atribuída é 06/04/1966. In: CMM. *Publicações sobre acontecimentos do Poder Legislativo*. fl.4v.

⁶⁹⁰ *Diário de Notícias*. 07/04/1966. p.4.

⁶⁹¹ *O Fluminense*. 13/4/1967. p.2.

⁶⁹² *Diário de Notícias*. 02/06/1967. p.8.

ele teve uma ascensão rápida no meio sindical, tendo sido eleito presidente do sindicato têxtil em Cascatinha no ano de 1966 e da federação já no ano seguinte. Entretanto, Pedro dos Santos despontou como uma importante figura de resistência sindical às ações repressoras do governo, chegando a ter seus direitos políticos cassados por dez anos, sob a acusação de “*abrigar elementos subversivos dispensados pelas fábricas*” e fazer campanha cerrada contra o governo federal e as medidas implementadas pelo PAEG, em especial a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).⁶⁹³

(...) Em julho de 68, no dia 20, fez um comício em Santo Aleixo, apoiado por elementos subversivos, com finalidade de levar insatisfação ao meio operário. (...) Vem desenvolvendo articulações na Baixada Fluminense e em Petrópolis (...). Nas últimas eleições foi candidato a deputado estadual pelo MDB – município de Magé, apesar de residir em Petrópolis. Em sua campanha fez declarações subversivas e anti revolucionárias, em comícios e em estações de rádio (...).⁶⁹⁴

Não sabemos, ao certo, com quem Pedro Santos mantinha relações em Magé, tampouco identificamos trabalhadores atuando junto ao novo presidente da federação. Mas o fato é que, a partir de 1968, um outro grupo passou a dirigir o sindicato em Santo Aleixo, tendo à frente Pedro Jerônimo e Dejahir Oliveira. O primeiro chegou a trabalhar nas duas indústrias têxteis do distrito, estando na tecelagem da Fábrica Santo Aleixo quando foi eleito presidente. Já Dejahir era motorista da Fábrica Andorinhas, tendo ocupado, no início da década de 1960, a presidência do Andorinhas Futebol Clube, ocasião em que inaugurou o Ginásio Esportivo Hermann Mattheis, congregando sede social, salão de festas e quadra poliesportiva. A partir dessa experiência, decidiu lançar-se candidato a vereador pelo PTB nas eleições de 62, conquistando somente 56 votos⁶⁹⁵. Apesar da filiação petebista, passou incólume ao período de repressão pós 64, até porque não era uma figura tão notória naquele contexto.

Casado com a professora Enite Bastos de Oliveira, então diretora do Grupo Escolar Avelino Barcelos, juntos tiveram a ideia de fundar um curso ginásial na localidade, tendo em

⁶⁹³ O FGTS, ainda hoje em vigência, foi instituído em 1966. Consiste, basicamente, em uma conta poupança aberta pela empresa em nome do trabalhador na Caixa Econômica Federal, visando “assisti-lo” em caso de demissão sem justa causa. Mensalmente, o empregador deve depositar nesta conta o valor correspondente a 8% do salário pago ao respectivo trabalhador no mês anterior. No entanto, esta medida deu início, na prática, ao fim do direito à estabilidade no emprego, então previsto na CLT, mediante comprovação de dez anos de trabalho na mesma empresa. Aderindo ao novo sistema, inicialmente de forma facultativa, o trabalhador automaticamente abria mão do direito à estabilidade. Para além das questões financeiras, no afã de desonerar as empresas, já que o empregado estabilizado era visto como “menos produtivo”, o FGTS também implicou no enfraquecimento dos trabalhadores “mais combativos”, pois a estabilidade, em certa medida, configurava como um relevante instrumento político, impossibilitando sua demissão sem justa causa. Cf. VALERIANO, Maya Damasceno. *O processo de precarização das relações de trabalho e a legislação trabalhista: o fim na estabilidade no emprego e o FGTS*. Niterói: dissertação em História Social, UFF, 2008.

⁶⁹⁴ CSN. *Ata da 48ª Sessão*. 29/04/1969. pp.240-241. Acervo do SNI no AN.

⁶⁹⁵ Juízo Eleitoral da 20ª Zona - Magé. *Mapa totalizador referente às eleições realizadas em 07/10/1962 (resultado final)*. Magé: 18/06/1963. Documento elaborado pela escrivã eleitoral Dora Faro a pedido do Diretório Municipal do PSD. Acervo: CPDOC.

vista que muitos operários não possuíam renda suficiente para prosseguir seus estudos, além de muitos abandonarem a escola devido ao trabalho nas fábricas. Apresentaram a proposta a Pedro Jerônimo e resolveram formar uma comissão para pôr a ideia em prática. Neste contexto é que houve a aproximação da diretoria com o ex vereador Alcy Vidal e o deputado Luiz Bráz.⁶⁹⁶



IMAGEM 18: Corpo docente do Ginásio Comercial 1º de Maio em frente ao sindicato em Santo Aleixo.

Fac-símile do *Informativo Colégio 1º de Maio*. 21/09/1998. p.1.

Fonte: acervo Felipe Ribeiro.

Convém ainda ressaltar que a proposta da nova diretoria sindical agradava – e muito – o governo federal, que investia em um perfil mais assistencialista para os sindicatos. O próprio Ministro do Trabalho Júlio Barata, ao palestrar na aula inaugural da Faculdade de Direito de Curitiba, elencou o que considerava como “três requisitos para a definição de um sindicato

⁶⁹⁶ Não possível precisar, durante a pesquisa, se a proposta de criação do ginásio se deu antes ou depois da eleição de Pedro Jerônimo no sindicato, pois após o período de afastamento do presidente Alexandre Magalhães Neto, em 1967, o registro seguinte que encontramos foi um edital veiculado pelo sindicato na imprensa, em 69, assinado pelo secretário Dejahir Oliveira. Cf. *Diário de Notícias*. 27/06/1969. p.6.

ideal”: prover maior liberdade de associação, livre de grupos ideológicos antinacionais, comunistas e partidários; estar integrado aos órgãos do poder público, em uma engrenagem marcada pela disciplina da subordinação hierárquica; e ampliar a prestação de serviços assistenciais, tendo em vista que o sindicato é um importante instrumento de justiça social.⁶⁹⁷

A proposta do curso ginasial no sindicato, além de ter sido incentivada pelo governo federal, que chegou a oferecer bolsas de estudos aos alunos, também foi apoiada pela direção da Fábrica Andorinhas, que em 1972 doou um terreno ao colégio para a construção de sua sede própria; e pela prefeitura, que disponibilizou subvenções ao curso.⁶⁹⁸

Obviamente que essa “harmonização” dos interesses dos trabalhadores – via sindicato – com os do governo, no caso do curso ginasial, não significava ausência de divergências entre as partes. O próprio Pedro Jerônimo, por exemplo, em um edital publicado em 1970, convocava os trabalhadores para uma reunião no sindicato cuja pauta era esclarecer sobre a aposentadoria para as mulheres aos 25 anos de trabalho e a atuação da entidade no campo educacional; convocar estudantes e responsáveis para a assinatura das respectivas bolsas de estudos obtidas pelo sindicato; mas também debater sobre o andamento do dissídio coletivo de 1968, então em julgamento de agravo.⁶⁹⁹

Já no sindicato em Pau Grande, nos chamou a atenção o fato daquele informe da E-MAER, de 1965, ter mencionado a direção da fábrica como um dos fatores de risco às ações “revolucionárias” do governo Castelo Branco. Sob este aspecto, os investigadores teceram duras e reveladoras críticas à postura da Companhia América Fabril em Magé.

(...) As classes empregadoras também tem sua parcela de culpa. As mais beneficiadas com a Revolução foram as categorias econômicas. No entanto, ainda hoje temos conhecimento de medidas postas em prática por patrões que só servem para irritar os trabalhadores, jogando-os contra as juntas que dirigem algumas entidades, fazendo com que eles vivam sonhando com a volta ao passado (...). A indústria América Fabril, fábrica de Inhomirim, Magé, que por determinação de sua diretoria, deixou de fazer o desconto das mensalidades do sindicato, em folha [de pagamento], como sempre o fez, apenas visando desacreditar a junta, alegando inclusive que não existe mais sindicatos no país. Com isso obriga a queda das rendas próprias da entidade, que mal está podendo viver. Outra decisão antipática da mesma empresa foi a recusa em discutir a revisão salarial com o sindicato, obrigando a instauração do dissídio. Quando o trabalhador reclama, a direção da empresa manda reclamar na junta e quando esta tenta resolver o problema, não tem acolhida

⁶⁹⁷ *Correio da Manhã*. 06/03/1970. p.10.

⁶⁹⁸ CMM. *Lei* nº 364/1973. Disponível em <<http://camaramage.rj.gov.br/legislacao/leis-municipais>>. Acessado em 14 de março de 2015. Interessante observar que tanto o nome do colégio, alusivo ao Dia do Trabalho, quanto a sua direção, que foi entregue a pastores evangélicos, corroboravam para a visão de que o sindicato estava próximo ao ideal proposto pelo ministro.

⁶⁹⁹ *Diário de Notícias*. 15/08/1970. p.6.

por parte da empresa. Não é de se estranhar que este fato venha ocorrer numa organização que tem como responsável Fernando Gasparian (...).⁷⁰⁰

Interessante observar que Fernando Gasparian, que havia chegado ao posto de diretor superintendente da América Fabril em 1963, após se tornar acionista majoritário da empresa, era considerado um “empresário nacionalista”, bastante ligado ao governo João Goulart, defensor das reformas de base. Com o golpe, assumiu posição contrária às medidas econômicas adotadas pelo novo governo, via PAEG, e por isso teria sofrido perseguições políticas.⁷⁰¹

Nesse ínterim, observamos que, a partir de 1965, surgiu uma série de denúncias nos jornais contra a empresa têxtil de Gasparian, sendo acusada de transferir centenas de tecelões de suas fábricas no Rio de Janeiro para Pau Grande, em Magé, incluindo “*grande número de operárias, algumas em estado adiantado de gestação*”, que alegavam “*não ter condição física, nem financeira para se locomoverem diariamente da Guanabara até a nova empresa onde deveriam trabalhar*”⁷⁰²; bem como de reduzir ilegalmente os salários dos operários da Fábrica Mavilis, no bairro carioca do Caju, “*até níveis inferiores ao salário mínimo, para forçá-los, dessa forma, e através de transferências de local de trabalho e de mudança de horário, a abandonarem seus empregos, sem indenização*”.⁷⁰³

Isso levou a América Fabril veicular um comunicado na imprensa para esclarecer as “tendenciosas notícias de caráter sensacionalista” que vinham sendo publicadas nos jornais, inclusive sobre depredações que teriam sido verificadas na fábrica da companhia em Magé após uma manifestação operária. “*Em que pese as dificuldades econômico-financeiras que atravessa o país, os pagamentos por parte da empresa, de suas obrigações salariais, estão rigorosamente em dia*”, dizia o comunicado. Juntamente ao documento da empresa, foi veiculada uma nota assinada pelo presidente do sindicato em Pau Grande, Oswaldino do Vale, e por um representante da federação, Lealtino Soares Filho, que desmentia notícias “*de estarem os trabalhadores da Fábrica Pau Grande e Fábrica Santana, da Companhia América Fabril,*

⁷⁰⁰ EMAER. *Informe nº 112/65*. 20/04/1965. p.1 e 3 passim. Acervo do SNI no AN.

⁷⁰¹ CARRIJO, Maicon Vinícius da Silva. *Cientistas sociais e historiadores no mercado editorial do Brasil: a Coleção Estudos Brasileiros da Editora Paz e Terra (1974-1987)*. São Paulo: tese em História, USP, 2013. pp.77-78. Em sua pesquisa, o autor abordou bastante a trajetória do empresário e editor Fernando Gasparian, que na década de 1970 fundou o jornal *Opinião*, periódico da imprensa alternativa contrário ao regime militar; e adquiriu a editora Paz e Terra, cuja produção foi objeto de análise na mencionada tese. Convém ressaltar que Gasparian era presidente do sindicato patronal têxtil em São Paulo, entidade que sofreu intervenção em 1964, sob a alegação de que seus dirigentes mantinham ligações com comunistas.

⁷⁰² *O Globo*. 23/11/1965. p.3.

⁷⁰³ *Correio da Manhã*. 12/02/1966. p.10. Nessas matérias, o nome de Fernando Gasparian recorrentemente despontava como responsável por toda situação e que ele estaria “*ganhando tempo*”, ao adiar uma solução para o caso, para forçar demissões e “*empregar menores com contratos de três meses e horário das 13:30 as 22:00*”.

*ambas localizadas em Pau Grande, com seus salários atrasados em três meses. A bem da verdade, informamos estarem tais pagamentos em dia”.*⁷⁰⁴

Sobre o caso de depredação citado pela empresa, poucos dias depois do comunicado uma comissão de deputados da Assembleia Legislativa fluminense, designada para apurar as ocorrências que envolveram a polícia militar e os operários da Fábrica Pau Grande, encaminhou ao presidente do parlamento estadual seu relatório, cujo conteúdo logo foi divulgado pelos jornais. Salientamos que este é um dos primeiros registros que encontramos de manifestações operárias em Magé após o golpe. Embora não seja possível precisar o que estava sendo reivindicado pelos trabalhadores naquela oportunidade, as fontes evidenciam que a mobilização foi duramente reprimida pela polícia.

(...) Os parlamentares verificaram a veracidade das informações que acusam oficiais e praças da PM de terem praticado violências contra os trabalhadores, inclusive agressão a tiros de que saíram feridas várias pessoas, entre as quais a Sra. Arina Alves, atingida por um projétil de pistola calibre 45. Ficou apurado também que quinze operários foram presos em Pau Grande, sendo que doze já se acham em liberdade e três permanecem incomunicáveis nos xadrezes do DOPS. Foi preso também – segundo a comissão – o retardado mental Hilário de Freitas, que passava no local quando foi agarrado e metido no tintureiro [carro de polícia] (...).

Ao longo do ano de 1966, a situação se agravou, tanto com o recrudescimento das denúncias contra a América Fabril, devido às seguidas dispensas de operários sem justa causa, que *“ainda não receberam as importâncias a que tem direito nos termos da legislação vigente”*, e transferências de trabalhadores entre as fábricas da companhia, em sua maioria com destino à Fábrica Pau Grande, todas interpretadas como ilegais pela imprensa. Sobre Fernando Gasparian, as acusações davam conta que o empresário estava *“retendo vultosa importância”* graças às parcelas salariais não pagas, que já se tornavam corriqueiras e *“sem correção monetária dos débitos trabalhistas”*.⁷⁰⁶

Ao final do ano, em novembro, os operários da Fábrica Pau Grande entraram em greve devido ao adiamento do dissídio coletivo, retornando ao trabalho após quatorze dias de parali-

⁷⁰⁴ *Correio da Manhã*. 27/03/1966. p.3. Acreditamos que Oswaldino do Vale tenha sido um interventor sindical, porém não obtemos maiores dados sobre as direções sindicais em Pau Grande no pós 64.

⁷⁰⁵ *Correio da Manhã*. 01/04/1966. p.9. Por meio do Processo nº 1.701/66, instaurado pela polícia política fluminense e elencado em um documento do SNI, identificamos que esta paralisação ocorreu no dia 24/03/1966. A investigação tinha como objetivo *“apurar responsabilidade criminal de quem as tiver, na greve ilegal e atos de violência dela decorrentes, eclodida pelos operários das fábricas de tecidos Pau Grande e Santana”*. Cf. Justiça Militar: 3ª Auditoria da 1ª Região Militar. *Relação de todos os processos entrados na Auditoria, a partir de abril de 1964, relativos a delitos previstos na LSN*. 17/04/1969. p.49. Ao suspender os direitos políticos e cassar o mandato do senador Aarão Steinbruch, o CSN destacou sua atuação em Magé, dando *“cobertura a agitação de operários na região de Pau Grande”*, ocorrida em 1966. Cf. CSN. *Ata da 45ª Sessão*. 16/01/1969. p.101. Acervo do SNI no AN.

⁷⁰⁶ *Correio da Manhã*. 09/08/1966. p.11.

sação. Os tecelões, que aguardavam uma decisão da Justiça do Trabalho para a solução do caso, também reclamavam o pagamento de dois meses de salários atrasados e férias não gozadas há dois anos. Por conta disso, famílias operárias – tecelões e seus dependentes – estavam passando por toda a sorte de privações. “*Esperam que com seu retorno ao trabalho a Companhia América Fabril se decida abrir a farmácia e o reembolsável existentes ali, a fim de que possam adquirir remédios e gêneros de primeira necessidade*”.⁷⁰⁷

O clima de tensão provocou uma nova onda de greves em 1967, que chegou a ser celebrada pelo jornal comunista *Voz Operária* em um artigo intitulado “*Os sindicatos são instrumentos da ditadura?*”, assinado por Mauro Brito. Para o periódico, a mobilização dos trabalhadores de Magé era interpretada como parte de um movimento mais amplo, refletido em diversas greves ocorridas pelo país.

(...) Realizam-se movimentos grevistas, alguns por reajustamentos salariais, a maioria deles devido ao atraso no pagamento de salários. A greve de maior duração foi a dos trabalhadores em usinas de açúcar na cidade de Cabo, em Pernambuco. A de caráter mais violento foi a dos têxteis de Pau Grande, no Estado do Rio, onde os trabalhadores levantaram barricadas para enfrentar a reação policial. Apesar de todas as restrições impostas pela ditadura, realizaram-se eleições sindicais, congressos, conferências e encontros regionais de trabalhadores. A ditadura, em muitas eleições sindicais, e nos conclaves citados, teve que ‘engolir’ plataformas de reivindicações aprovadas, nas quais a tônica foi o combate à ditadura. Esta atividade vem demonstrar a necessidade de aproveitar, sempre, as mínimas possibilidades legais existentes e de estarmos onde estão as massas (...).⁷⁰⁸

No ano seguinte, parece que a mobilização começou a conquistar resultados mais concretos, tendo o Departamento Nacional de Salário (DNS) fixado um percentual de 57,68% para o reajuste salarial dos tecelões das Fábricas Pau Grande e Santana, em Magé.⁷⁰⁹

Em relação ao sindicato, propriamente, são escassas as fontes disponíveis, conforme já assinalamos. Sabemos, porém, que Severino Querino dos Santos era o dirigente indicado pela entidade, em 1967, para compor o Conselho de Representantes da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis.⁷¹⁰

⁷⁰⁷ *Correio da Manhã*. 01/12/1966. p.7. O reembolsável, mencionado na matéria, era uma espécie de “supermercado”, que começou a ser construído pela empresa em outubro de 1964 para atender aos operários das Fábricas Pau Grande e Santana. Cf. *Correio da Manhã*. 08/10/1964. p.10. Na ocasião, foi celebrado o lançamento da pedra fundamental dos novos melhoramentos, em cerimônia que comemorava os oitenta anos de idade do presidente da América Fabril, o conselheiro José Augusto Bezerra de Medeiros, também conhecido como o “Varão de Seridó”.

⁷⁰⁸ *Voz Operária*. 01/08/1967. p.6.

⁷⁰⁹ *Correio da Manhã*. 02/10/1968. p.11. O DNS e o Departamento Nacional de Mão de Obra (DNMO) eram órgãos subordinado diretamente ao DNES. Cf. BRASIL. *Lei nº 4.923/65*. 23/12/1965.

⁷¹⁰ *Diário de Notícias*. 02/06/1967. p.8.

Quanto a Guilherme de Carvalho, presidente do sindicato deposto com o golpe, consta que foi eleito vereador pela ARENA no pleito de 1966, tomando posse em janeiro do ano seguinte ⁷¹¹. Em dezembro, juntamente com outros companheiros de sua época, foi impedido pelo DRT de concorrer às eleições sindicais em Pau Grande, tendo dado entrada em um processo junto ao Ministério do Trabalho, em 68, contestando o seu alijamento do pleito sindical, pedido que foi indeferido pelo diretor geral do Departamento Nacional do Trabalho (DNT) Ildélio Martins, em março de 69, com base na alínea “a” da Portaria nº 40/65, que definia como elegíveis “*todos os associados em pleno gozo dos seus direitos sindicais e civis*”, desde que comprovado os dois anos de atividade laboral e seis meses de inscrição no quadro social do sindicato. ⁷¹²

(...) No presente processo, Rubens de Souza, Guilherme de Carvalho e Carlos Sampaio, associados do sindicato (...) e candidatos a membros da diretoria no pleito de 07/12/1967, querem que seja reconsiderada a decisão da Delegacia Regional do Trabalho do referido Estado, a qual os impediu de concorrerem ao mencionado pleito. (...) Resolvo indeferir o pedido de reconsideração em apreço, por falta de amparo legal (...). ⁷¹³

Ainda em 1969, o vereador Guilherme de Carvalho foi preso pelo Exército Brasileiro (EB) ⁷¹⁴, tendo renunciado ao cargo poucos meses depois, em julho. ⁷¹⁵

Ao longo desta pesquisa, o mandato de Guilherme de Carvalho como vereador constituiu-se como uma “novidade”, somente identificada na fase final da elaboração da tese. Desse modo, fugiu às nossas possibilidades uma pesquisa mais detida sobre sua atuação na Câmara, embora julgássemos muito importante. De qualquer forma, gostaríamos de registrar que, ao conceder sua entrevista no ano 2000, o ex dirigente sindical em nenhum momento mencionou que havia sido eleito vereador pela ARENA, somente orgulhava-se em dizer que “*tinha três mil e poucos eleitores*” e que isso “*era gente pra caramba*”. Gostava mais de lembrar do período em que era presidente do sindicato e das lutas dos trabalhadores antes de 1964. ⁷¹⁶

⁷¹¹ O Globo. 31/01/1967. p.6.

⁷¹² BRASIL. Portaria nº 40/65. In: Diário Oficial da União. 26/01/1965. p.968.

⁷¹³ Diário Oficial da União. 16/04/1969. p.3249. Convém registrar que causou-nos estranheza o enquadramento utilizado para indeferir o pedido de Guilherme de Carvalho, pois aparentemente ele cumpria os requisitos assinalados. Neste íterim, a alínea “d”, da mesma portaria, parecia mais coerente aos olhos do regime militar: “*má conduta devidamente comprovada, incluindo perda temporária ou definitiva dos direitos políticos*”.

⁷¹⁴ CMM. Ata da 9ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão do Terceiro período legislativo. 23/04/1969. p.1. In: SGI/RJ. Processo nº 19/1969. Acervo do SNI no AN.

⁷¹⁵ CMM. Ofício nº 038/70. 20/02/1970. p.1. In: SGI/RJ. Processo nº 85/1969. Acervo do SNI no AN.

⁷¹⁶ Entrevista concedida por Guilherme de Carvalho a Felipe Ribeiro, em 2000. Também encontramos registros sobre reuniões de Astério dos Santos com arenistas em 1970. Para o SNI, o ex dirigente estava “*ultimamente desenvolvendo grande atividade e nos últimos dias foi visto na ante sala do prefeito atual para um contato (ignora-se o assunto). Diz-se protegido do Sargento Wladimir, do 1º G CAN 90 [unidade “responsável” pelo município]. Teve um encontro com Armando Almeida no Bar Elite em Magé e dali saíram para a casa de Hugo Alves Braga, candidato a vereador pela ARENA*”. Cf. SNI. Informe nº 9311 da Agência do Rio de Janeiro. 06/11/1970. Acervo do SNI no AN.

Neste contexto em que Guilherme de Carvalho foi preso, em 1969, dentre os dois inquéritos policiais instaurados na delegacia de Magé e remetidos da Justiça comum ao Superior Tribunal Militar (STM), em cumprimento ao Ato Institucional nº 2 (AI-2), o que investigava a atuação dos trabalhadores têxteis – BNM 211 – havia sido concluído desde 1966, tendo o STM reformado a sentença e absolvido por unanimidade os condenados Astério dos Santos, José Santiago e Antônio Silva, que cumpriam pena de três anos de reclusão. Os demais acusados, no mesmo inquérito, foram absolvidos no ano anterior, por falta de provas. Já o inquérito relacionado aos trabalhadores rurais – BNM 302 – encontrava-se em sua fase final, tendo sido concluído em 1970, absolvendo os acusados sob a alegação de prescrição da ação penal.

Vale ressaltar que, ao longo desses processos, por diversas vezes os acusados – e outras pessoas ligadas a eles – foram detidos arbitrariamente pela polícia política, sofrendo todo o tipo de violações dos seus direitos, inclusive sendo “apertados” pelos órgãos de informação, conforme evidenciado naquele informe do EMAER. Embora tenham sido absolvidos ao final dos inquéritos, convém destacar um aspecto já observado por Marco Aurélio Vannucchi: o castigo aos acusados vinha, na prática, antes mesmo do julgamento, a partir de “corretivos” que comumente não constavam nos autos: prisões arbitrárias, depoimentos mediante coação, torturas e constrangimentos.⁷¹⁷

Por isso mesmo, a conclusão dos processos judiciais não representou o fim da perseguição política, pois os passos dessas pessoas continuaram a ser seguidos por bastante tempo, até porque com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, a repressão foi bastante intensificada.

Sindicato dos trabalhadores rurais “fechado”

Se as fontes relativas aos sindicatos têxteis de Magé são escassas, no que tange aos anos de 1960, após a deposição de Goulart, situação mais grave é a dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Conforme apontou Marco Antônio Teixeira em seu estudo, ao consultar as atas sindicais a partir de 1962, a reunião seguinte só foi registrada em julho de 1968. Obviamente que a ausência de atas não pode ser considerada como sinônimo de ausência de lutas.

⁷¹⁷ MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi. *A regra do jogo: o julgamento de opositores do regime militar brasileiro*. In: KOENER, Andrei [org.]. *História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises*. São Paulo: IBCCRIM, 2006. pp. 203-226. Sobre a atuação do STM e o processamento dos interrogatórios neste período. Cf. SILVA, Angela Moreira Domingues da. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*. Rio de Janeiro: tese em História, Política e Bens Culturais, CPDOC-FGV, 2011; e JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, EDUSP, 2013.

Porém, ao passo que encontramos alguns registros sobre a atuação dos têxteis de Magé no período, em fontes escritas variadas, o mesmo não ocorreu em relação aos camponeses.

Por outro lado, no entanto, em relação aos registros orais, os pesquisadores que se dedicam a analisar os trabalhadores rurais de Magé dispõem de uma boa quantidade de depoimentos, concedidos com certa frequência entre a década de 1970 e os dias atuais. Já os depoimentos de tecelões se tornaram mais frequentes a partir dos anos de 1990, ainda assim com raras menções ao período do regime militar.

Deposto o presidente João Goulart, o governo Castelo Branco, ao mesmo tempo em que intensificou a repressão sobre as lideranças em áreas de conflito, nomeou um grupo de trabalho para elaborar dispositivos legais direcionados à questão fundiária no país. Este grupo, comandado pelo Ministro do Planejamento Roberto Campos, foi o responsável pela elaboração do Estatuto da Terra, promulgado em novembro de 1964⁷¹⁸, mas que logo receberia críticas de grupos que apoiaram o golpe, especialmente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), conforme assinalou Rodrigo Patto Sá Motta.

(...) Para desespero dos defensores da grande propriedade rural, o projeto enviado ao Congresso pelo primeiro governo ‘revolucionário’ não diferia significativamente das propostas reformistas do regime deposto. (...) O Estatuto da Terra constituía um texto legal amplo e detalhado, configurando um apolítica coerente para modificar a estrutura agrária do país, apresentada como necessária em face das demandas por justiça social no campo. Para além dessa meta social, que encerrava nas entrelinhas o desejo de despolitizar o debate e retirar o conteúdo radical dos projetos reformistas – diminuindo o espaço para a atuação das esquerdas no campo – o Estatuto tinha como motivação modernizar a economia brasileira, pois o documento via na distribuição de terras uma maneira de aumentar a produtividade do campo e fortalecer a industrialização (...).⁷¹⁹

Entretanto, como também destacou Motta, embora fossem identificadas semelhanças entre os dois governos nesta seara, havia uma diferença fundamental, pois a reforma agrária defendida pelo governo militar *“tinha um viés técnico e apolítico, e vinha conectada a uma ofensiva repressiva contra os líderes dos camponeses e trabalhadores rurais”*.⁷²⁰

No caso dos trabalhadores rurais de Magé, convém recordar que eles já vinham sendo duramente reprimidos desde 1962. Quando o movimento civil-militar tomou o poder, dois

⁷¹⁸ BRASIL. Lei nº 4.504/64. 30/11/1964.

⁷¹⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Do outro lado da cerca: os conservadores e a reforma agrária*. In: GUIMARÃES, Juarez Rocha; PAULA, Delsy Gonçalves de; e STARLING, Heloisa Maria Murgel (org.). *Sentimento de reforma agrária, sentimento de República*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. pp.254-255.

⁷²⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Do outro lado da cerca: os conservadores e a reforma agrária*. In: GUIMARÃES, Juarez Rocha; PAULA, Delsy Gonçalves de; e STARLING, Heloisa Maria Murgel (org.). *Sentimento de reforma agrária, sentimento de República*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p.255.

anos depois, o presidente do sindicato Manoel Ferreira de Lima já se encontrava foragido da Justiça e o vice, Valdemar de Souza, seu substituto eventual, logo foi preso para “averiguações”⁷²¹, tendo fugido em seguida para evitar uma nova prisão.⁷²²

Em relação às desapropriações decretadas até 1964 no município pelo governo federal, Castelo Branco revogou todas elas, por meio de dois decretos⁷²³. Quinze dias depois, foi publicado um novo dispositivo legal, agora dispondo sobre a criação de áreas prioritárias de emergência para a reforma agrária, entre elas a Baixada Fluminense e, conseqüentemente, o município de Magé⁷²⁴. De antemão, porém, o governo advertiu que “*a desapropriação, um dos instrumentos da reforma agrária, e não o mais importante, só será executado pelo IBRA [Instituto Brasileiro de Reforma Agrária] em casos de extrema necessidade, depois de esgotados todos os recursos legais de que dispõe o governo*”⁷²⁵. Diante dessas difíceis condições, os planos de reforma agrária raramente saíam do papel.

Já em relação às entidades sindicais rurais, reconhecidas pelo Ministério do Trabalho no final do governo Goulart, muitas sofreram intervenção logo após o golpe, particularmente na região Nordeste, onde as Ligas Camponesas exerciam considerável influência. Embora ainda careça de um levantamento mais sistemático das intervenções sindicais no campo, pesquisas apontam, por exemplo, que na região da Zona da Mata, em Pernambuco, 38 dos quarenta sindicatos rurais sofreram intervenção já em 1964, sendo que 27 deles foram submetidos a mais de um processo de intervenção até 1967.⁷²⁶

No estado do Rio de Janeiro, aparentemente os sindicatos rurais não sofreram intervenção imediatamente, ao menos a maioria deles. Devido ao período de “caça as bruxas”, perseguindo e prendendo diversos dirigentes, as atividades sindicais acabaram paralisadas. Isso só veio a mudar depois de uma aproximação entre o padre Antônio da Costa Carvalho, ex diretor do Plano Agrário, e o governo militar.

⁷²¹ *O Globo*. 06/04/1964. p.10.

⁷²² TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFRRJ/CPDA, 2011. p.95. Consta, inclusive, que o presidente interino do sindicato dos trabalhadores rurais de Magé atuou na Guerrilha do Caparaó, no estado do Espírito Santo. Cf. ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. *A guerrilha esquecida: memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a ditadura militar no Brasil*. Vitória: dissertação em História, UFES, 2014. p.139. Segundo a autora, Valdemar de Souza utilizava o codinome “Camilo” em sua militância, mas junto à população local se apresentava como “Pedro”.

⁷²³ *O Estado de São Paulo*. 07/10/1965. p.3. Sobre o conteúdo dos decretos. Cf. BRASIL. Decreto nº 56.961/65. 01/10/1965; e _____. Decreto nº 56.962/65. 01/10/1965.

⁷²⁴ BRASIL. Decreto nº 57.081/65. 15/10/1965.

⁷²⁵ *O Globo*. 25/10/1965. p.14. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) foram criados em substituição à Superintendência de Política Agrária (SUPRA), por meio do mesmo decreto que instituiu o Estatuto da Terra. Cf. BRASIL. Lei nº 4.504/64. 30/11/1964.

⁷²⁶ CARNEIRO, Ana; e CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília, DF: MDA, 2011. p.27.

Conforme já vimos, grande parte dos sindicatos rurais fluminense era controlada “*por elementos da esquerda*” e o grupo do Padre Carvalho, ligado aos Círculos Operários Católicos, despontava como principal concorrente. Com a sua aproximação junto aos militares, a Federação dos Pequenos Lavradores e Trabalhadores Autônomos do Rio de Janeiro – antiga FALERJ – logo sofreu intervenção, conforme recordou o líder rural Acácio Fernandes, que era dirigente sindical, ligado ao Padre Carvalho, no município de São Gonçalo.

(...) Veio a Revolução e os sindicatos quase que na sua totalidade foram esmagados, tolhidos. Não sei por que São Gonçalo não sofreu muito diretamente prisões. Por ocasião da Revolução, eu não cheguei a ser preso, só fui depor. Ficou parado o sindicato. No início de 65, amigos do Círculo Operário se interessaram em fazer uma atuação na federação, que estava sob intervenção. Estava fichada a federação e queriam abrir a federação. Então fui solicitado a fim de que pudesse dar uma colaboração na federação. Aceitamos, eu, [José Neto] Agostinho e um rapaz de Magé, filho de um japonês, de nome Tadaki [provavelmente Kasuthoshi Tadaki, citado no capítulo anterior] (...) A primeira fase foi reorganizar os sindicatos que estavam fechados, com alguns elementos presos e outros foragidos. Foi uma tarefa muito difícil mesmo (...). A Revolução foi em 64. O trabalho começou em 65 (...).⁷²⁷

Neste ínterim, a presença de um “japonês de Magé” na primeira diretoria da federação após 1964 é bastante sintomática, sobretudo pelo fato de muitos lavradores locais traçarem uma distinção entre “eles” e os japoneses, normalmente relacionada ao apoio que eles recebiam da Cooperativa Agrícola de Cotia desde a chegada ao município. Como cooperados, detinham uma “vantagem técnica” sobre os demais lavradores, tendo orientação adequada e acesso a crédito para compra de equipamentos, ferramentas e produtos químicos para a agricultura. Assim, eles não se limitavam aos cultivos mais tradicionais – como aipim, milho e banana – dedicando-se principalmente à produção de hortigranjeiros, tendo inclusive “*ensinado o cultivo de legumes aos migrantes capixabas e do norte fluminense*”. Por isso mesmo, esses japoneses estavam vinculados ao comércio atacadista de alimentos desde antes da desapropriação das terras, ao passo que os “brasileiros” viviam uma situação de extrema insegurança, sem crédito, orientação ou qualquer tipo de apoio institucional, que só viria mais tarde com a atuação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RJ). “*Hoje já tem brasileiro que planta muito melhor que japonês*”, disse um lavrador anônimo entrevistado por Felipe Lindoso.⁷²⁸

⁷²⁷ Entrevista concedida por Acácio Fernandes dos Santos a Leonilde Medeiros. 26/10/1982.

⁷²⁸ Ao que tudo indica, os japoneses configuraram como um “exemplo” a ser seguido pelos lavradores de Magé. Cf. LINDOSO, Felipe José. *O campesinato e o mercado: circuitos comerciais e reprodução camponesa*. Rio de Janeiro: dissertação em Antropologia Social, UFRJ, 1983. pp.133-142. O capítulo 8 deste trabalho analisa exclusivamente a atuação dos japoneses no município.

Ao contrário dos orientais, os demais trabalhadores rurais de Magé tinham dificuldades em comercializar no mercado atacadista, dedicando-se principalmente ao circuito da feira e da “pedra”, ponto de comercialização semiatacadista localizado próximo à estação de trem, bastante procurado por feirantes e quitandeiros. A principal feira estava localizada em Piabetá. No entanto, em muitos casos, a linha férrea era utilizada para levar os produtos dos lavradores a outros circuitos, transportando “*suas mercadorias para os grandes mercados e feiras da Zona da Leopoldina*”.⁷²⁹

(...) Nós entramos e não tínhamos segurança nenhuma. Mas o japonês entrou com mais regalia que a gente, porque eles eram mais organizados e tinham a própria cooperativa, que dava força pra eles. Então eles já entraram com muito mais facilidades, comprando máquinas e conseguindo crédito (...).⁷³⁰

Embora reconhecidos pelos trabalhadores rurais por terem lutado ativamente pela desapropriação, tendo inclusive financiado o transporte e uma “roupa melhor” para que um dirigente sindical do município fosse até Brasília defendê-los, são raros os registros de perseguição policial aos japoneses de Magé, o que talvez possa ter contribuído para a participação, ainda que representativa, de um oriental na diretoria da federação em 1964.

O dirigente José Neto Agostinho também relembrou das limitações impostas pelo período. Oriundo das lutas sindicais no município de Barra Mansa, ele também fazia parte do Círculo Operário.

(...) Eu era uma pessoa benigna à Revolução. (...) Porque exatamente o pessoal que estava no outro movimento era chamado de comunista. Tinham fugido, presos, etc. (...) Esse grupo da Igreja, mais acomodado, era eu que comandava. Esse é um fato que eu vim constatar depois (...). Com a Revolução fomos designados a dirigir o movimento sindical no Estado do Rio. Naquela época eleição era um negócio proibido. Era intervenção e o Padre Carvalho foi encarregado de nomear interventores. Aí o Acácio [Fernandes] foi nomeado interventor da federação (...). Fez um trabalho muito bom. Não era fácil trabalhar em sindicato em 64, 65. (...) ⁷³¹

Neste processo, os novos dirigentes da entidade – posteriormente transformada em Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG-RJ) - começaram a percorrer os municípios fluminenses, visitando cada sindicato e conversando com os

⁷²⁹ CMM. *Publicações sobre acontecimentos do Poder Legislativo*. fl.7. Esta matéria foi assinalada como publicação do *Diário de Notícias*. 15/05/1966. não paginada. Referia-se a um pedido da Câmara Municipal para a permanência do ramal Guapi-Magé, previsto para ser extinto pela Rede Ferroviária Federal (RFF). Na ocasião, foi argumentado pelos vereadores que esta linha férrea “*serve a uma população de mais de dez mil pessoas*” e que a sua retirada “*prejudicaria enormemente os pequenos plantadores e trabalhadores que dependem daquele trem para o seu ganha-pão*”.

⁷³⁰ Entrevista anônima concedida por cinco lavradores a Leonilde Medeiros. 30/09/1982.

⁷³¹ Entrevista concedida por José Neto Agostinho a Leonilde Medeiros. 09/11/1982.

trabalhadores. A recepção, porém, nem sempre era receptiva. *“Os trabalhadores reagiram muito negativamente. Medo pelo que sofreram, pelo que passaram, pela injustiça que foi feita com eles (...). Não havia a possibilidade de trazer os mesmos elementos que atuavam no sindicato. Então o pessoal recuava, porque o elemento que ele confiava não podia”*, explicou Acácio. *“O lavrador não acreditava na federação, a maior parte deles. Depois das prisões, apareceram esses caras que eles nunca viram...”*, justificou Agostinho.

Para Leonilde Medeiros, a manutenção da organização sindical no campo – embora recentemente instituída pelo governo deposto – era importante para o regime militar, que se constituía baseado em propostas econômicas autointituladas “modernizadoras”. *“Não se tratava de eliminar o sindicalismo rural, mas sim de lhe dar outra direção, mais condizente com os novos tempos”*.⁷³²

Neste sentido, o grupo do Padre Carvalho buscou implementar uma nova postura para o movimento sindical rural, investindo sobretudo na assistência aos agricultores. *“O que tem aí no PRORURAL, não tenha dúvida que foi o nosso movimento, nós que pedimos. A luta dessa ala de 1965 a 70 e poucos era só na base do assistencialismo”*, afirmou Agostinho.⁷³³ Para Acácio, essa burocratização sindical ganhou força por não haver condição de resistência. *“Os sindicatos se engajaram tanto no FUNRURAL, se engajaram no programa a ponto de praticamente perder de vista a sua luta (...). Os sindicatos ficavam responsáveis por administrar a parte dos benefícios, de médico, de dentista, instalando ambulatórios”*.⁷³⁴

Outra iniciativa que foi encampada pelo regime militar foi o oferecimento de cursos de formação aos trabalhadores rurais, visando tanto motivar o ingresso de trabalhadores no quadro de associados, quanto forjar um novo perfil de liderança sindical. A título de exemplo podemos citar a Ilha das Flores, em São Gonçalo, que sediou até 1966 uma hospedaria de imigrantes – à época subordinada ao Ministério da Agricultura – e que passou a abrigar o Centro Nacional de Treinamento (CENATRE), subordinado ao Departamento de Cooperativismo e Extensão Rural do INDA, visando promover cursos para pessoal técnico, administrativo e líderes rurais.⁷³⁵

⁷³² MEDEIROS, Leonilde Servolo. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989. p.88.

⁷³³ Entrevista concedida por José Neto Agostinho a Leonilde Medeiros. 09/11/1982. O Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) foi instituído em 1971. Cf. BRASIL. *Lei Complementar nº 11/71*. 25/05/1971.

⁷³⁴ Entrevista concedida por Acácio Fernandes dos Santos a Leonilde Medeiros. 26/10/1982. O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) foi criado em 1963, sendo mantido pelo regime militar para atuar em conjunto com o PRORURAL. Cf. BRASIL. *Lei nº 4.214/63*. 02/03/1963.

⁷³⁵ O CENATRE funcionou na ilha até 1968, quando lá foi instalado o Destacamento Especial da Ilha das Flores, um aquartelamento militar destinado a receber presos políticos encaminhados pelo 1º Distrito Naval. Disponível em <http://hospedariailhadasflores.com.br/historico_item_09.asp>. Acessado em 15 de março de 2015.

Além disso, documentos obtidos pelos órgãos de informação junto a Federação dos Círculos Operários Fluminenses ajudariam a evidenciar essa distinção entre os dois grupos que lideravam os trabalhadores rurais fluminenses até 64, servindo inclusive para endossar acusações contra dirigentes comunistas. Batizados em seu conjunto como “Relatório do Padre Carvalho”, esses documentos chegaram a compor um dossiê contra Manoel Ferreira Lima, onde era apontado como *“um dos homens que mais agitaram o Estado do Rio de Janeiro, principalmente no setor rural”*, de acordo com o conteúdo do tal “relatório”.⁷³⁶

No entanto, na medida em que iam adquirindo a confiança dos trabalhadores e começavam a defender de forma mais veemente suas reivindicações, esses novos dirigentes ligados aos Círculos Operários também passariam a ser mal vistos pelo regime militar. José Agostinho relatou que, a partir de 1968, todos eles eram considerados elementos ameaçadores do regime. *“Menos perigosos do que os que estavam fugidos. Mas também nossos passos eram controlados rigorosamente (...). Então em 68, quando veio o AI-5, eu e o Acácio fomos presos como comunistas”*. Após dois meses de reclusão, foram soltos – segundo ele – a pedido do Ministro do Trabalho. *“Como nós somos comunistas se eu sou recebido pelo Ministro Jarbas Passarinho?”*.⁷³⁷

(...) Aí o negócio começou a embolar porque aí a gente entrou com garra mesmo para defender o trabalhador: era carteira assinada, era salário, problema de despejo. A gente caía em cima mesmo, mas não fomos compreendidos pela Polícia Federal [sic] e pelo DOPS. Aí começaram as perseguições (...). Nessa época, qualquer um podia chegar com um bilhetinho denunciando que fulano era isso, aquilo, comunista e tal. A gente é que tinha que provar, sem conhecer o processo. Eles não explicavam nada (...).⁷³⁸

Em relação à Magé, os dirigentes que foram interventores na federação recordaram que o conflito só cessou no município depois da desapropriação. *“Não houve nesse período de que estamos falando [lutas] em termos de resistência. Em Magé houve, mesmo no tempo em que eu estava lá (...). Mais intenso, menos intenso, mais tenso, menos tenso, mas nunca deixou de ter conflito”*, explicou Acácio, que depois de um período na FETAG fluminense,

⁷³⁶ CSN. Documentação organizada com vistas à aplicação do artigo 4º do Ato Institucional nº 5: Manoel Ferreira de Lima. 30/05/1969. Exposição de Motivos. p.3. Acervo do SNI no AN.

⁷³⁷ Entrevista concedida por José Neto Agostinho a Leonilde Medeiros. 09/11/1982.

⁷³⁸ Entrevista concedida por Acácio Fernandes dos Santos a Leonilde Medeiros. 26/10/1982. Sobre essas denúncias, muitas delas eram investigadas pela Comissão Geral de Investigação (CGI) e por suas subcomissões distribuídas pelos estados. De fato, na época, uma simples carta acusatória, sem acompanhamento de provas concretas, seria o suficiente para a abertura de um processo. Sobre o município de Magé, encontramos alguns no acervo do SNI, onde as acusações de “corrupção” e “comunismo” eram frequentes. Entre os processos, podemos citar um que reivindicava o “impeachment” do prefeito Juberto Telles, solicitado por um vereador que o acusou de má gestão; o que pedia a cassação do presidente da Câmara Municipal Felipe Figueiras, vereador pela ARENA, acusado de ser “elemento comunista” por um dos seus pares, obviamente adversário político; e ainda outro que pedia a cassação do vereador Paulo Leitão Junior, sendo inclusive anexado aos autos o ato de sua expulsão do Exército, datado de 1951, para caracterizá-lo como um elemento “contrário à Revolução e às Forças Armadas”.

foi designado para atuar na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), tendo por isso utilizado a expressão “mesmo no tempo em que eu estava lá”.

Interessante observar que a atuação deste grupo de interventores na federação, embora concebida inicialmente “de cima para baixo”, via Círculo Operário, acabou construindo uma relação bastante próxima com os trabalhadores rurais de Magé, consolidando-se na memória deste grupo como o período do “andar”, expressão identificada por Silveira-Lindoso.

(...) Andar foi a categoria mais usada para se falar de como os lavradores de Cachoeira [Grande] haviam reagido às ameaças. Pode ser entendida como um sinônimo de ‘lutar’ ou como uma forma de luta. Pode até parecer, sem dúvida, uma forma de luta um tanto burocrática, já que o andar significava ir aos escritórios e tribunais acompanhando o processo, ir atrás dos juízes e das autoridades, ‘pedindo’ ou ‘pressionando’ por uma solução a favor dos lavradores de Cachoeira. Quem *andava* era geralmente um grupo, não todos. Iam a Magé [centro da cidade], Niterói, Guanabara, segundo a necessidade.⁷³⁹

Neste “andar” em busca de uma solução para o caso dos lavradores em litígio com a América Fabril – na principal área de conflito rural no município – também surgiram algumas lideranças “de base”, como foi o caso de Salvador Oliveira Santos, um pedreiro que morava em uma favela carioca e partiu para Magé em busca de terra e trabalho na lavoura. Apesar de ter chegado à região entre os anos de 1961 e 62, Salvador afirmou ter conhecido o sindicato somente após dez anos, quando participou de um curso na federação, a convite do dirigente Antônio Ernesto, outra liderança de base, que despontou nas primeiras eleições após a “reabertura” do sindicato, em fins da década de 1960.

Destacamos ainda o fato de Salvador – mesmo já ocupando o cargo de presidente do sindicato quando foi entrevistado – só considerar a existência da entidade após golpe, justamente no período do “andar”, ao passo que suas lembranças anteriores a 1964 – de maior mobilização camponesa – foram atribuídas à atuação da associação de lavradores.

(...) Antes de 64 foi quando o pessoal de Cachoeira Grande, da América Fabril, se organizou, se reuniu. Aí começamos a organizar um pessoal, porque naquela época se falava muito em reforma agrária e o pessoal começou se organizando. (...) Quando veio essa Revolução, aquele pessoal, uns foram

⁷³⁹ SILVEIRA-LINDOSO, Maria José Rios Peixoto da. *A ambiguidade na transformação: um estudo sobre a ideologia*. São Paulo: dissertação em Ciência Política, USP, 1983. p.48. Nessas “andanças”, os dirigentes também relatavam abusos que ocorriam nas terras em Magé, logo denunciados por parlamentares e pela imprensa: “Na semana passada, o deputado João Smolk (MDB) denunciou na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro que cinco mil [sic] pequenos proprietários rurais do distrito de Santo Aleixo, em Magé, estão sendo ameaçados de despejo por grileiros, que contam para isso com o apoio de policiais”. Cf. *Voz Operária*. 01/07/1967. p.3. Simultaneamente, os próprios órgãos de informação buscavam obter notícias detalhadas sobre os conflitos de terras: “Consta que no município de Magé, na localidade de Cachoeirinha, próximo a Suruí, houve recentemente uma invasão de ‘grileiros’ que espancam os agricultores, queimam as suas plantações e os ameaçam de todos os modos, objetivando afastá-los das terras que ocupam, as quais supõe-se pertencer à União. Foi programada uma reunião pelos interessados para o dia 28/01/1971 na sede do Grupo Escolar Roberto Silveira, situado nos fundos da fábrica de tecidos”. Cf. Comando da 3ª Zona Aérea (COMZAE-3). *Informe nº 009/71*. 27/01/1971. p.1. Acervo do SNI no AN.

presos, apanharam, outros sumiram. O sindicato não existia, existia a associação dos lavradores. (...) Muitos ficaram ali, não desistiram, querendo ficar com a terra. (...) O dono da terra começou a querer tirar o povo cá de todo jeito. Aí a associação continuava, já passou a ser sindicato (...).⁷⁴⁰

E essa posição tornou-se ainda mais evidente em outra entrevista, dessa vez anônima, concedida por cinco lavradores, quando um deles explicou que as “idas a Niterói”, ocorridas em 1963, não tinham nada a ver com o período do “andar”, após o golpe.

(...) O sindicato funcionava de uma maneira muito precária, era muito enroscado. Mas depois o sindicato se organizou e ‘segurou a peteca’. A briga forte mesmo foi através do sindicato (...). O sindicato não começou de cima para baixo e sim de baixo para cima (...). Não houve concentração [em Niterói]. O que houve foi na ‘bucha quente’ mesmo. Isso de concentração não existiu. Essa concentração foi 62 para 63, quando o sindicato ainda estava fraco e o pessoal então se mobilizava muito (...).⁷⁴¹

Ironicamente, nesta fala, o “sindicato fraco” era o que “se mobilizava muito”, enquanto que o “organizado” brigava e “segurava a peteca”. Neste sentido, gostaríamos de destacar o quanto a noção de “sindicato forte” estava ligada à época de maior conquista desse grupo: o tão sonhado acesso a terra, alcançado a partir das desapropriações na década de 1970. Por outro lado, não podemos deixar de observar que as manifestações realizadas em Niterói, no início dos anos 60, ainda configuravam como um poderoso “lugar de memória” para esses trabalhadores, fazendo inclusive com que alguns “confundissem” e mencionassem essas idas à capital fluminense ao falar das lutas ocorridas após golpe. Assim, no contexto da desapropriação “pra valer”, não houve concentração nas ruas de Niterói, porém no discurso desses camponeses, direta ou indiretamente, àquela experiência influenciou decisivamente nesta vitória.⁷⁴²

Crise nas fábricas têxteis e “desmoralização do latifúndio”

Em 1970, quando o sindicato dos têxteis enviou ofício ao deputado Luiz Braz solicitando a “reclassificação econômica” de Magé, para que seus operários voltassem a receber um salário de Zona Industrial, as fábricas de tecidos do município já vinham apresentando sinais de esgotamento. Na realidade, a produção têxtil enfrentava uma crise a nível nacional, menos

⁷⁴⁰ Entrevista concedida por Salvador Oliveira Santos, Manoel Ferreira de Lima e Alexandre (...), a Leonilde Medeiros. 23/08/1982.

⁷⁴¹ Entrevista anônima concedida por cinco lavradores a Leonilde Medeiros. 30/09/1982.

⁷⁴² A importância “da passeata e da concentração em Niterói” nas memórias deste grupo de trabalhadores também foi evidenciada por Maria Silveira-Lindoso. Cf. SILVEIRA-LINDOSO, Maria José Rios Peixoto da. *A ambiguidade na transformação: um estudo sobre a ideologia*. São Paulo: dissertação em Ciência Política, USP, 1983. p.36.

sentida apenas pelas indústrias paulistas, que investiram pesadamente na modernização de sua estrutura para competir no mercado internacional. Dentre as fábricas de Magé, a filial da América Fabril em Pau Grande foi a primeira que evidenciou esse momento de crise.

(...) O suporte tecnológico das fábricas da América Fabril não era suficiente para reestruturar todos os seus parques industriais, e tal fato mostrava-se latente (...), quando algumas fábricas começariam a fechar suas portas devido à perda de mercado. Este panorama foi influenciado não só pela modernização da indústria paulista, mas por investimentos em novas tecnologias por parte de várias outras fábricas. Ao que parece, a América Fabril não deixou de investir na tecnologia de sua produção, entretanto, sua ramificação e extensão – devido ao grande número de fábricas – acabaram por deixá-la ‘lenta’ no novo cenário de reestruturação e flexibilidade do trabalho, tempo e espaço. (...) As unidades ainda em funcionamento restringiam-se apenas às fábricas Santana, em Pau Grande, e Deodoro, no bairro do mesmo nome. Entretanto, as demissões em massa foram, mesmo ali, uma constante.⁷⁴³

Em certa medida, podemos relacionar as notícias de transferência de operários da companhia, na segunda metade da década de 1960, deixando as demais unidades fabris rumo à Pau Grande, como um sintoma do mau momento vivido pela empresa. Por outro lado, julgamos necessária uma pesquisa mais específica que analise o quanto as relações entre a Companhia América Fabril e os governos militares prejudicaram a empresa, particularmente no que tange ao seu diretor superintendente Fernando Gasparian, que em 1969 resolveu deixar o país, acompanhado de sua família, alegando que teria sofrido ameaças de prisão através de interlocutores do governo brasileiro. Na ocasião, Gasparian partiu para Londres, onde atuou como professor universitário.⁷⁴⁴

Em agosto de 1970, jornais noticiavam que operários da América Fabril, em Magé, estavam com salários atrasados há meses, sobrevivendo por meio de pequenos vales emitidos

⁷⁴³ PIMENTA, Ricardo Medeiros. *Retalhos de Memória: Lembranças de Operários Têxteis Sobre Identidade e Trabalho*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012. p. 40 e 42 passim. O autor também indicou o avanço da fibra sintética no mercado internacional como uma das possíveis causas da crise têxtil brasileira, ainda bastante dependente da fibra natural, de algodão. A relação entre a “pouca modernização” fabril e a “perda de competitividade no mercado”, sobretudo internacional, também foi apontada por Telma Bessa e Allana Araújo em um estudo sobre a Fábrica de Tecidos de Sobral, no Ceará. A pesquisa ainda apontou a crise no setor algodoeiro, no final da década de 1960, como possível causa para o processo de decadência da indústria têxtil, especialmente no nordeste. Cf. BESSA, Telma; e ARAÚJO, Allana. *Sobral: outros olhares, outras memórias, outras histórias*. Sobral: Instituto ECOA, 2012. pp.82-83. Para enfrentar este momento difícil para a indústria têxtil, muitas fábricas no país, inclusive em Magé, passaram a priorizar o setor de fiação, em detrimento da tecelagem. Na Fábrica Santo Aleixo, por exemplo, o setor de tecelagem chegou a encerrar suas atividades no início da década de 1970, sendo alguns operários transferidos para a fiação. Porém, muitos não conseguiram “*dar produção*” e foram dispensados. Cf. Entrevista concedida por Elizabeth Lelles a Taiane Linhares. Cf. *Tear*. Documentário, longa metragem, 2014.

⁷⁴⁴ CARRIJO, Maicon Vinícius da Silva. *Cientistas sociais e historiadores no mercado editorial do Brasil: a Coleção Estudos Brasileiros da Editora Paz e Terra (1974-1987)*. São Paulo: tese em História, USP, 2013. p.96. De acordo com o autor, o filho do empresário, Marcus Gasparian, chegou a afirmar que seu pai, de acionista majoritário da América Fabril em 1963, “foi obrigado a vender suas ações a um preço irrisório devido à perseguição política. (...) Naquele tempo, era o Banco do Brasil que financiava os empresários nacionais e o governo passou a cortar o crédito da América Fabril. (...) A situação chegou a um ponto tal que os demais acionistas pediram para que o meu pai saísse da empresa”. O trabalho também traz um registro do próprio Gasparian, dizendo que saiu da empresa “para que elas não fossem mais perseguidas como estavam sendo”.

pela empresa. Na ocasião, o candidato a deputado estadual e membro da Juventude Arenista, Fernando Andrade, compareceu em Pau Grande para solidarizar-se com os tecelões e buscar uma solução. *“O candidato arenista recolheu informações sobre o drama dos trabalhadores e encaminhou-as ao senador Paulo Torres, para que este solicite a ação do Ministério do Trabalho, no sentido de intervir para que tal anomalia seja corrigida”*.⁷⁴⁵

No ano seguinte, porém, a companhia entrou com um pedido de concordata, considerada *“a maior já distribuída no foro da Guanabara”*. Com três fábricas de tecidos localizadas na antiga capital do país e duas em Magé, a direção da América Fabril decidiu encerrar suas atividades, comprometendo-se a pagar suas dívidas no período de dois anos. No pedido, apresentado em juízo, alegou *“recesso no comércio de tecidos, dificuldades na ampliação da sua linha de crédito, pressão dos seus credores, responsabilidades fiscais e encargos sociais”* para justificar sua concordata.⁷⁴⁶

Pegos de surpresa com a notícia e ainda com salários atrasados, muitos operários chegaram a receber cortes de tecidos como forma de indenização, tendo as fábricas Pau Grande e Santana encerrado suas atividades, de fato, em agosto de 1971. Procurado pelos jornais para se posicionar diante do caso, o presidente do sindicato dos têxteis em Pau Grande, Manoel Ferreira Netto, *“pouco quis declarar, frisando apenas que todas as providências já estão sendo tomadas, e deixou que o advogado do sindicato respondesse por ele”*.⁷⁴⁷

Neste ínterim, porém, não apenas os têxteis, mas também os trabalhadores rurais passaram a enfrentar um período de muitas incertezas, pois a desapropriação das terras da América Fabril – decretada pelo governo fluminense em 1963 – ainda não havia sido suspensa, conforme ocorreu a nível federal. Vencido o prazo de pagamento atinente ao ressarcimento da desapropriação, a América Fabril resolveu ingressar em juízo para reaver suas terras⁷⁴⁸. Mesmo obtendo ganho de causa no processo de reintegração de posse, a direção da companhia reiterava, junto à imprensa, que não estava em seus planos mover nenhuma ação de despejo contra as famílias camponesas que residiam nas terras. *“Seria um crime, uma desumanidade, mover ação de despejo contra essa gente”*, afirmou um dos seus diretores, Rui Solberg. Apesar disso, o presidente da FETAG fluminense, Acácio Fernandes dos Santos, já havia encaminhado um memorial ao governador Raimundo Padilha solicitando providências em defesa das 232 famílias que residiam naquelas terras. No entanto, assessores do governo estadual

⁷⁴⁵ *Diário de Notícias*. 06/08/1970. p.1.

⁷⁴⁶ *Jornal do Brasil*. 28/07/1971. p.21.

⁷⁴⁷ *O Fluminense*. 15 e 16/08/1971. cad.2. p.7.

⁷⁴⁸ *Jornal do Brasil*. 12/05/1971. p.16.

negavam que o gabinete tenha recebido qualquer documento da FETAG, tampouco o secretário de Segurança Pública, “a quem estaria afeto o problema”.⁷⁴⁹



IMAGEM 19: Fachada do prédio do sindicato em Pau Grande.

Fac-símile do *O Fluminense*. 06/10/1971. p.1.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

De qualquer forma, logo os órgãos de segurança estariam atentos à questão. Em um informe confidencial do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), por

⁷⁴⁹ *Diário da Noite*. 13/05/1971. p.2. O envio do relatório da FETAG ao governo do estado já havia sido noticiado pela imprensa no mês anterior, após um encontro entre o presidente da federação e o governador Padilha para tratar sobre o caso. Cf. *Correio da Manhã*. 17/04/1971. p.3.

exemplo, encontramos a citação de uma reportagem publicada pelo jornal *Tribuna da Imprensa* no dia 13 de maio de 1971. Intitulada “*Governo abandona camponeses de Magé e agora eles serão despejados*”, a matéria foi transcrita na íntegra pelos agentes, que não chegaram a tecer comentários, indicando apenas que “*Este Centro tomou conhecimento e divulga o seguinte: (...)*”.

(...) Os camponeses de Magé, Estado do Rio, estão na crista do desespero: vão ser despejados quando, por incrível que pareça, tem direitos adquiridos. (...) Diante do fato, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro enviou memorial assinalando o grave problema a diversas autoridades (...). Nele a exposição é dramática e, não sem razão, assume uma atitude crítica, quanto ao desleixo com que foram tratados os lavradores daquela região. A certa altura, afirma: ‘Nenhum dos governadores fluminenses, de 1963 à presente data, apesar de reiteradas solicitações da FETAG-RJ, se mostraram dispostos ao cumprimento do dever legal (depósito da importância devida, devido à desapropriação)’. E prossegue o memorial: ‘Estavam, pois, 232 famílias, 1540 pessoas, em posição indefinida à espera de um procedimento indispensável à sua tranquilidade. Mesmo sabedores de que poderiam, de um momento para outro, serem obrigados a desocuparem as terras, por desleixo das autoridades, retirando do solo o seus sustento e alimentando grande parte da população do Grande Rio. Prova de que basta existir terra para que o homem a cultive de maneira precisa e de jeito a beneficiar toda a coletividade. (...) Aqui está a desmoralização do latifúndio. A afirmação evidente de que consiste no direito da propriedade de terra o passo inicial para a Reforma Agrária Brasileira’. (...) O memorial mostra que após decorridos cinco anos de qualquer ato desapropriatório – e se a importância estabelecida por lei não é depositada por quem desapropriou – este remédio legal é considerado caduco. Foi justamente o que aconteceu. Passaram-se os cinco anos e agora a América Fabril ingressou no juízo com a devida ação para reaver suas terras. Sem outra alternativa legal, o Juiz da Comarca de Magé concedeu a medida solicitada, sendo a área devolvida aos antigos proprietários. Aproximadamente dois mil hectares de terras agricultáveis e que estavam sendo cultivados foram retirados das mãos laboriosas de trabalhadores para serem retalhados em lotes de 15 x 30, transformados nos loteamentos perniciosos, os quais primam por aniquilar o ‘Cinturão Verde’ e destruir as reservas florestais, além de prejudicar os mananciais (...). Duas centenas de famílias sendo jogadas à sorte, tangidas do seu lugar de trabalho (talvez o mais duro), desamparadas, sem ter para onde ir, sem dúvidas forçadas a aumentar as favelas, a mendicância, a prostituição, a delinquência, etc. (...) Tudo poderia ter sido evitado, bastando o prosseguimento do ato de desapropriação com consequente depósito. Um mero entendimento do governo do Estado do Rio de Janeiro com o Federal, após a criação do INCRA e a situação estaria resolvida (...). Instado pela FETAG, em 1969, o INCRA realmente procedeu a um levantamento da região (...). Todas as famílias deram objeto de entrevistas e devidamente contatadas. O resultado do levantamento seguiu então para a presidência daquele instituto, sob o protocolo nº 1163/69, portanto há dois anos, sem que medidas concretas surgissem disso (...).⁷⁵⁰

⁷⁵⁰ CISA. *Informe nº 131/71*. Seção Rio de Janeiro. 19/05/1971. pp.1-3. Acervo do SNI no AN. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi criado em 1970, incorporando todas as responsabilidades do IBRA e do INDA, que foram extintos no mesmo dispositivo legal. Cf. BRASIL. *Decreto Lei nº 1110/70*. 09/07/1970. Desse modo, o protocolo de 1969, do qual se refere a FETAG, deve ter sido registrado em um desses órgãos extintos.

No que tange aos têxteis, a federação da categoria também passou a cobrar uma posição do governo, tendo em vista a grave situação dos antigos operários da América Fabril. No início de 1972, o Ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto prometeu à entidade que iria viabilizar a opção de compra das fábricas da companhia em concordata ⁷⁵¹, afirmando também que o governo pretendia “ajudar” a futura proprietária. ⁷⁵²

Entretanto, a solução imediata adotada pelo governo foi viabilizar a troca de direção da América Fabril, evitando, por hora, sua falência. Algumas unidades fabris chegaram, inclusive, a ser reabertas pela companhia, entre elas a Fábrica Santana, em Magé. Dois dias antes, os operários foram convocados a comparecer ao serviço, nos horários de costume. *“Muita gente chorou quando, às 4h20min, a Fábrica Santana apitou: era a esperança de ver a fábrica voltar a funcionar (...). Na Fábrica Pau Grande, os operários foram informados de que ela não iria funcionar e que eles receberiam o aviso prévio”*, relatou o *Jornal do Brasil* ao acompanhar a reabertura da fábrica. Há meses, muitos operários estavam vivendo da venda dos panos que a companhia distribuiu como “pagamento” de salários atrasados, tendo muitos compradores de tecidos – oriundos de outros municípios – que se aproveitaram da situação de penúria dos tecelões para barganhar preços menores. Outros trabalhadores começaram a cultivar hortas na localidade, a fim de ajudar na sua subsistência e de outros desempregados. *“A horta foi criada em setembro do ano passado e a primeira colheita significou um fracasso, porque os operários não entendiam bem de agricultura. Conseguiram apenas algumas espigas de milho”*, prosseguiu o jornal. Com o tempo, porém, a horta foi ampliada, a partir da organização de cursos promovidos por meio de uma parceria entre o Ministério da Agricultura e a Igreja Católica, que também forneciam sementes e remédios para as plantações. ⁷⁵³

Naquele ano, por ocasião dos estudos para implantação do Distrito Industrial em Duque de Caxias, já se considerava *“urgente a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento agrícola no município de Magé, para transformá-lo no maior produtor agrícola da área, tendo em vista a qualidade do solo e as facilidades de meios de transporte”* ⁷⁵⁴, ao passo que o INCRA também indicava a pretensão de se projetar uma *“agrovila”* naquela região do município. ⁷⁵⁵

⁷⁵¹ *Jornal do Brasil*. 06/01/1972. p.21.

⁷⁵² *Correio da Manhã*. 07/01/1972. p.8.

⁷⁵³ *Jornal do Brasil*. 02/03/1972. p.18.

⁷⁵⁴ *Correio da Manhã*. 14/01/1972. p.5.

⁷⁵⁵ *Diário de Notícias*. 17/11/1972. p.7.

Em julho de 1973, o governo federal desapropriou, por meio de decreto, “*parte do imóvel rural denominado Conjunto Agro-Industrial América Fabril*”, indicado como propriedade da companhia homônima e localizado na Zona Prioritária da Reforma Agrária ⁷⁵⁶. Ao INCRA cabia pôr em execução o mencionado decreto. Após realizar uma perícia nessas terras, o instituto constatou que a América Fabril não era proprietária de toda a área desapropriada, evidenciando assim que boa parte das terras era “grilada”, tal como argumentavam os representantes dos trabalhadores rurais desde a década de 1950. ⁷⁵⁷

Conforme já salientamos, esta desapropriação foi a primeira registrada no estado do Rio de Janeiro desde 1964 e tornou-se um marco importante na trajetória dos trabalhadores rurais fluminenses. A partir desta conquista, as lutas no campo adquiriram novo fôlego.

Ao analisar diversos episódios de luta pela terra no estado, compreendo o período entre 1969 e 1979, Leonilde Medeiros apontou que vários desses conflitos se davam em terras que já haviam sido desapropriadas antes de 1964. Como grande parte delas foi devolvida aos “antigos proprietários” nos anos seguintes, os conflitos acabaram reacendendo justamente “*no momento em que os donos ou pretensos donos passaram à ofensiva procurando desalojar os posseiros*”. ⁷⁵⁸

No município de Magé, particularmente, logo após a desapropriação de 1973, foi obtida uma nova junto à Fazenda Conceição de Suruí, localizada na outra margem da Estrada Santo Aleixo – Piabetá ⁷⁵⁹. A esta altura, o próprio governo municipal buscava recursos para recuperar esta via, “*atualmente sem condições de tráfego*”, mas de “*enorme importância, por atravessar a maior região agrícola de Magé*”. ⁷⁶⁰

Ao passo que a luta pela terra começava a apresentar resultados mais concretos aos trabalhadores rurais mageenses, os tecelões enfrentavam momentos bastante difíceis, com as frequentes ameaças de despejo nas vilas operárias, devido à crise das fábricas de tecido. Inicialmente, os operários com mais de 35 anos de serviço estavam sendo “*obrigados a se aposen-*

⁷⁵⁶ BRASIL. Decreto nº 72.420/73. 02/07/1973. Dias antes da promulgação do decreto presidencial, a decisão já havia sido noticiada pela imprensa, com destaque para o trecho da exposição de motivos assinada pelo Ministro da Agricultura, onde afirmava que nesta região “*se evidencia tensão social*”. Cf. *Diário de Notícias*. 30/06/1973. p.3.

⁷⁵⁷ O resultado da perícia do INCRA foi abordado por Marco Antônio Teixeira. Cf. TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFRJ/CPDA, 2011. pp.30-32. Ressalta-se que a área desapropriada não compreendia todas as terras em conflito com a América Fabril. A área próxima ao galpão do alvejamento da Fábrica Santana, por exemplo, permaneceu sob controle da companhia até a década de 1980.

⁷⁵⁸ MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro (Relatório de Pesquisa): dez anos de luta pela terra (1969-1979)*. Rio de Janeiro: CPDA, 1983. mimeo.

⁷⁵⁹ BRASIL. Decreto nº 75.146/74. 27/12/1974.

⁷⁶⁰ *Jornal do Brasil*. 02/09/1973. p.3; e 16/09/1973. p.6.

tar e se retirarem das residências”, tanto na vila da Fábrica Pau Grande, quanto na Fábrica Santo Aleixo.⁷⁶¹

Na ocasião, o vereador Aristeu Sobrinho, do MDB, um ex contramestre tecelão da América Fabril em Pau Grande, começou a denunciar o caso na imprensa, logo recebendo o apoio de correligionários, como o deputado estadual Fernando Leandro, que chegou a contratar um advogado “*para defender empregados aposentados das fábricas de tecidos que ocupam casas de propriedade das empresas e estão agora ameaçados de despejo*”, propondo inclusive a venda das casas aos operários⁷⁶². Porém, as fábricas conseguiram, em juízo, uma ordem de despejo contra os tecelões aposentados, considerando que “*não há mais vínculo empregatício*” entre a empresa e o “inquilino”.⁷⁶³

E o mais interessante neste processo foi que, não obtendo do sindicato dos têxteis o apoio que esperavam, alguns operários – residentes em Pau Grande e nas proximidades da Fábrica Santana – acabaram pedindo, anos mais tarde, que o sindicato dos trabalhadores rurais os defendesse. Conforme indicou Marco Antônio Teixeira em sua pesquisa, por também serem “lavradores” – “*uma vez que vários deles utilizavam parte do terreno das suas casas para o cultivo de produtos para a própria subsistência ou mesmo para a comercialização*” – esses operários puderam recorrer ao outro sindicato quando foram ameaçados de despejo, tendo obviamente contribuído para esta escolha a experiência bem sucedida da entidade na desapropriação de terras junto à companhia.⁷⁶⁴

A chegada dos pesquisadores e as memórias dos trabalhadores

“*Você vai fazer uma prova e contar sobre a vida da gente lá na universidade?*”, indagou a ex tecelã da Fábrica Santo Aleixo à Sônia Gonzaga⁷⁶⁵, que iniciou seu trabalho de campo em Magé no final da década de 1970. Além de Gonzaga, diversos pesquisadores também rumaram para o município neste momento, preocupados em compreender os mais variados aspectos da vida dos lavradores e operários locais. Em comum, todos eles se dedicaram – em maior ou menor intensidade – a registrar memórias desses trabalhadores.

⁷⁶¹ *Diário de Notícias*. 06/07/1983. p.5.

⁷⁶² *Jornal do Brasil*. 06/07/1973. p.30.

⁷⁶³ *Diário de Notícias*. 08/06/1973. p.8.

⁷⁶⁴ TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFRJ/CPDA, 2011. p.157.

⁷⁶⁵ Entrevista anônima concedida por uma ex espuladeira e bobineira a Sônia Gonzaga. Cf. OLIVEIRA, Sônia. *Montanhas de Pano: fábrica e vila operária em Santo Aleixo*. Rio de Janeiro: dissertação de Mestrado em Antropologia Social, MN/UFRJ, 1992. p.30.

Em relação aos camponeses, a chegada desses pesquisadores coincidiu com o momento de retorno das antigas lideranças ao cenário político, como José Pureza, Bráulio Rodrigues e Manoel Ferreira de Lima, bem como o encontro deles com os novos dirigentes sindicais. *“Fui com eles no Curtume [Carioca] contar a história de Cachoeira Grande, da América Fabril...”*, disse Manoel Ferreira de Lima em uma entrevista.⁷⁶⁶

Este resgate das lutas do passado, sem dúvida, encorajou os trabalhadores rurais em mobilizações posteriores, tendo em vista que muitas áreas de conflito ainda estavam sem solução no município, como foi o caso da Fazenda Santa Rosa, no bairro da Capela, em Santo Aleixo. Neste litígio, que se estendeu ao longo das décadas de 1970 e 80, os lavradores chegaram a enfrentar o padre local, por ter alegado que parte das terras era da Igreja, tendo inclusive os trabalhadores solicitado o afastamento do sacerdote da paróquia.⁷⁶⁷

Por outro lado, com o avanço das desapropriações na região e a criação de assentamentos, tanto dirigentes sindicais, quanto pesquisadores teceram críticas à *“subordinação do campesinato dentro do sistema capitalista”*, ao evidenciarem uma célere substituição do *“trabalho familiar pelo trabalho assalariado, subsumindo assim ao capitalismo e perdendo a condição camponesa”*, o que inclusive repercutiu na representação sindical.⁷⁶⁸

(...) O padrão mudou um pouco da época da desapropriação. Quase todos eram sindicalizados. Hoje em dia se tornaram proprietários patronais. (...) Aqueles que lutaram pela terra hoje são patrões, cresceram. Muitos já com dois ou três empregados. Muitos já se desligaram do sindicato. (...) Não incentivam para que seus empregados venham se filiar ao sindicato (...).⁷⁶⁹

Quanto aos trabalhadores têxteis – tal como Thompson se referiu à atuação dos teceletes na Inglaterra durante o século XIX – sua história *“está permeada pela lenda de um pas-*

⁷⁶⁶ Entrevista concedida por Salvador Oliveira Santos, Manoel Ferreira de Lima e Alexandre (...), a Leonilde Medeiros. 23/08/1982.

⁷⁶⁷ Diferente do que ocorria em outros municípios da Baixada Fluminense, onde vários padres apoiavam as mobilizações dos trabalhadores, em Magé essa relação com a Igreja foi mais tensa. As paróquias localizadas na cidade eram diretamente subordinadas à Diocese de Petrópolis, à época dirigida pelo Bispo Dom Manoel Pedro Cintra, *“de tendência conservadora, em cuja diocese presta eficiente colaboração ao I Exército”* e que *“imprime uma linha pastoral que procura impedir a ação do clero ‘progressista’”*. Cf. SNI. Informe 221/19/AC/90. Agência Central. 25/07/1980. p.2.

⁷⁶⁸ LINDOSO, Felipe José. *O campesinato e o mercado: circuitos comerciais e reprodução camponesa*. Rio de Janeiro: dissertação em Antropologia Social, UFRJ, 1983. p.175. O tema também foi abordado por Silveira-Lindoso, indicado no próprio título do trabalho. Cf. SILVEIRA-LINDOSO, Maria José Rios Peixoto da. *A ambiguidade na transformação: um estudo sobre a ideologia*. São Paulo: dissertação em Ciência Política, USP, 1983. Já o médico Irun Sant’Anna, ao se referir à luta pela terra na região do Rio do Ouro, afirmou que aquela experiência foi *“uma reforma agrária que, sob o ponto de vista burguês, deu certo”* e que *“hoje, os descendentes daqueles então miseráveis, sujos e analfabetos, estão disputando entre si as fortunas dos pais”*. Cf. SANT’ANNA, Irun. *O garoto que sonhou mudar a humanidade*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2011. p.73.

⁷⁶⁹ Entrevista concedida por Salvador Oliveira Santos, Manoel Ferreira de Lima e Alexandre (...), a Leonilde Medeiros. 23/08/1982.

sado melhor”⁷⁷⁰. Diante do processo de decadência deste ramo da indústria no município, iniciada na década de 1970 e que se prolongou por quase duas décadas em algumas empresas, seus operários interpretavam o fechamento das fábricas como uma ameaça à sua identidade social, como se a fábrica, ao “parar de rodar”, também fizesse a “vida parar de rodar”.⁷⁷¹

Neste sentido, a vida desses tecelões era bastante marcada pela centralidade do trabalho fabril, que impactava inclusive as relações construídas para além dos muros do estabelecimento industrial. Com a paralisação das fábricas, toda uma dinâmica social foi posta em xeque, comprometendo não apenas as fontes de emprego na localidade, mas a moradia dessas famílias operárias, sua alimentação, suas práticas de esporte e lazer, seu acesso a equipamentos de saúde e educação, enfim, reforçando ainda mais a insegurança estrutural vivida pela classe trabalhadora.

Não é a toa que, ao analisarmos mais detidamente as memórias desses operários, logo percebemos que o período entre as décadas de 1940 e 60 configuraram para eles como um “lugar de memória”⁷⁷², onde a valorização de uma “harmonia social” entre trabalhadores e patrões convive com um certo orgulho do município ter sido conhecido como um “moscouzinho”, devido às lutas operárias.

A propósito, aspectos semelhantes também foram observados por José Sérgio Leite Lopes em sua pesquisa sobre a Fábrica de Tecidos Paulista, em Pernambuco.

(...) Entre 1976, quando iniciei a pesquisa de campo, e 1983, aumenta enormemente o desemprego, com o fechamento (talvez definitivo) das fábricas (...). Desde 1976 que a sensação de insegurança no mercado de trabalho ressentida pelos filhos dos ex operários da *companhia*, elaborada no contexto das trocas de impressões comparativas entre jovens e velhos operários no interior da família e da vizinhança, reforça o modelo de ‘idealização do passado’ a respeito do ‘sistema Paulista’, modelo que, como já assinalamos, enfatiza implicitamente a exploração maior embutida nas formas de dominação presente. E este contexto explica em parte a importância dada pelos operários de Paulista à narração do seu passado, marcado pela interiorização da dominação, mas também, pela resistência e pelo conflito (...).⁷⁷³

⁷⁷⁰ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. São Paulo: Paz e Terra, 2012. v.2. ed.2. p.145.

⁷⁷¹ OLIVEIRA, Sônia. *Montanhas de Pano: fábrica e vila operária em Santo Aleixo*. Rio de Janeiro: dissertação de Mestrado em Antropologia Social, MN/UFRJ, 1992. p.52. Em outros termos, esta constatação também é salientada por Ricardo Pimenta. Cf. PIMENTA, Ricardo Medeiros. *Retalhos de Memória: Lembranças de Operários Têxteis Sobre Identidade e Trabalho*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012. p.102.

⁷⁷² NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC, dez/1993. n.10. p.7. Artigo publicado originalmente em uma edição francesa. Cf. NORA, Pierre (Org.). *Les Lieux de Mémoire*. I La République. Paris: Gallimard, 1984. pp.18-42.

⁷⁷³ LOPES, José Sérgio Leite. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. Brasília, DF: Editora UNB; Marco Zero, 1988. p.584.

No caso de Magé, especificamente, esta idealização do passado diante da iminente paralisação das fábricas foi bastante reforçada pelo falecimento de alguns personagens centrais desse passado, que remetiam a esta época considerada áurea, como o “eterno prefeito” Waldemar Lima Teixeira, falecido em 1973; o líder sindical Astério dos Santos, em 1977; e o jogador de futebol Garrincha, em 1983. No que tange aos dirigentes sindicais, particularmente, os trabalhadores esperavam uma ação mais concreta na defesa de seus interesses, porém eles “tomavam café com o gerente da fábrica e pouco se impunham”, relataram alguns tecelões.

(...) O sindicato existe há muito tempo. (...) Depois com o esforço da diretoria que o Astério dos Santos era presidente, aí que foi indo (...). Conseguiram fazer aquela sede. E foi daí pra cá que o sindicato evoluiu, né? (...) Igual a Astério nunca teve presidente não. Eu acredito que nunca teve e nunca terá, sabe? Ele foi um grande presidente mesmo... que ele era um sujeito muito honesto, muito enérgico. Não tem ninguém pra continuar o trabalho dele... Ainda há esse fracasso da fábrica aí, né? (...) Ta uma situação ruim. Apesar de que esse rapaz que é presidente [do sindicato] não é má pessoa. Mas não é uma pessoa de certo punho, né? Conforme precisa ter (...).⁷⁷⁴

Essa visão, em parte, também se aplicava em relação aos antigos proprietários das fábricas, como Antônio Ribeiro Seabra, falecido em 1941; Othon Bezerra de Mello, em 1949; e Hermann Mattheis, em 1973, sendo recorrentes as referências memoriais operárias de que, antes dessas administrações, o trabalho “*não era canja não!*” e depois “tudo melhorou”. Por outro lado, a idealização daquele tempo se revigorava mediante a crítica aos sucessores desses empresários – filhos, netos ou administrações profissionalizadas – todos considerados responsáveis pelo fechamento das fábricas. Para muitos trabalhadores, isto não aconteceria no “tempo dos velhos”.⁷⁷⁵

Indubitavelmente, o novo cenário que se apresentava aos trabalhadores de Magé no início da década de 1970, com os camponeses conquistando a terra e os operários sob a ameaça de despejo – quase uma “inversão” das condições que encontramos décadas atrás – estimulou outras formas de mobilização e lutas. Novas e rearticuladas forças atuavam na busca por capital político e, como vimos, a classe trabalhadora lançou mão de todo ferramental disponível em um contexto autoritário para resistir às contrariedades e propor pautas, ainda que mí-

⁷⁷⁴ Entrevista anônima concedida por um ex contramestre e delegado sindical a Sônia Oliveira. Cf. OLIVEIRA, Sônia. *Montanhas de Pano: fábrica e vila operária em Santo Aleixo*. Rio de Janeiro: dissertação de Mestrado em Antropologia Social, MN/UFRJ, 1992. pp.59-60.

⁷⁷⁵ PIMENTA, Ricardo Medeiros. *Retalhos de Memória: Lembranças de Operários Têxteis Sobre Identidade e Trabalho*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012. pp.71-72.

nimas, de reivindicações, havendo inclusive linhas de continuidade entre os trabalhadores do período do “velho” e do “novo” sindicalismo.

Para alguns analistas – entre políticos e pesquisadores – o papel assumido pelos trabalhadores brasileiros durante o primeiro decênio após a deposição de Goulart não foi o de protagonista, tal como idealizado. No entanto, o que observamos em Magé e pretendemos lançar luz ao debate por meio desta tese é que os trabalhadores rurais e têxteis analisados, a despeito de inúmeras limitações, mantiveram acesa a chama da luta por melhores condições de vida, “renascendo das suas próprias cinzas” frente à ditadura, em uma analogia similar a da fênix proposta pelo Promotor de Justiça Ivan Ferreira, muito embora aquela hidra – tida como comunista – não representasse somente a foice e o martelo, mas uma verdadeira caixa de ferramentas de ação política.

Ao analisarmos as diversas formas de organização e lutas dos trabalhadores rurais e têxteis de Magé, entre 1956 e 73, conseguimos mapear os diversos partidos, grupos e instituições atuantes no mundo do trabalho na cidade. Conforme apontamos ao longo desta tese, essas experiências realçaram junto aos trabalhadores uma certa noção de cidadania, bem como um forte estímulo à participação popular na política.

Acreditamos que esta noção foi sendo construída a partir de questionamentos sobre condições de trabalho inadequadas, do aprendizado com lutas passadas e da identificação do sindicato como um canal de acesso aos direitos trabalhistas já estabelecidos e de conquista para novas reivindicações. Convém ressaltar que o sindicato, enquanto entidade de classe, não foi entendido em nossa pesquisa unicamente sob a concepção e o enquadramento conferidos pelo Estado, mas sobretudo como aquele que foi resignificado pelos trabalhadores ao longo de suas trajetórias.

Desse modo, acreditamos que estes referenciais de cidadania foram tecidos e semeados ao longo das experiências do trabalho, mediante um processo de aprendizado e acumulação política – contínuo e contingente – que foi adquirindo paulatinamente mais força, extrapolando a seara das atividades estritamente laborais.

Desde o fim do Estado Novo, com o retorno do processo eleitoral e o surgimento do trabalhador brasileiro como eleitor, o campo político não pôde mais prescindir desse novo ator fundamental, sobretudo na medida em que os próprios trabalhadores estabeleciam conexões entre suas atividades sindicais ou associativas e a política institucional, visando tanto a garantia quanto a ampliação de conquistas sociais.

De “soldados da produção” durante o conflito mundial, os trabalhadores brasileiros passariam a exigir a “fatura” das autoridades após um período de tanto esforço não recompensado. Como efeito colateral da guerra, eles assumiram um destacado protagonismo político no país, que se estendeu pelas décadas seguintes.

Crescentes numericamente, os trabalhadores rurais e urbanos atravessaram os anos de 1950 mobilizando-se em sindicatos e comitês de fábrica e de bairro, onde articulavam e tornavam públicas suas demandas. Em um período de forte discurso nacionalista, eles eram enaltecidos pelas autoridades como “braços” do desenvolvimentismo. No entanto, em suas formas de organização, lutas e participação política, esses homens e mulheres laboriosos queriam também ser a “cabeça”, exigindo que suas reivindicações e propostas fossem incluídas na pauta dos debates sobre o desenvolvimento do país.

Estudando a trajetória dos trabalhadores rurais e têxteis de Magé, logo percebemos uma forte presença do Partido Comunista Brasileiro (PCB), como se fosse uma espécie de fio condutor das mobilizações dos trabalhadores locais. No entanto, tal presença passava longe da caracterização de um “super PCB”, altamente articulado e “subversivo”, prestes a proclamar uma revolução. Tampouco, a atuação do partido deve ser interpretada como benevolente ao corporativismo varguista, tendo favorecido a cúpula sindical em detrimento das bases. Sendo Magé um município onde as fronteiras entre o rural e o urbano eram bastante tênues, a estratégia que permeou o partido a de mobilizar os trabalhadores locais em duas frentes bem definidas e articuladas: buscando maior capital político nos sindicatos operários, por meio das comissões de fábrica (sustentáculo de seu crescimento político), com o objetivo de alcançar a direção dessas entidades; e investindo na organização dos trabalhadores rurais, por meio de associações que lutavam pelo acesso a terra e pela incorporação de direitos trabalhistas no campo, ambas abarcando os fenômenos da migração para áreas de loteamentos, da batalha jurídica entre posseiros, Estado, proprietários e grileiros, e das especificidades desses trabalhadores pobres, normalmente marginalizados pela sociedade.

A propósito, esta ascensão dos comunistas não se deu a partir da ação isolada do partido, que ainda se encontrava na clandestinidade, mas mediante uma série de estratégias e alianças com outros partidos no afã de manter vivo o seu discurso.

Ressaltamos que o espaço institucional permitia a expressão de uma variedade de correntes políticas no país, o que também acabou canalizando diversas demandas sociais da classe trabalhadora, a partir de grupos, partidos e instituições concorrentes que também buscavam estabelecer um diálogo com os “de baixo”, alguns sendo inclusive bem sucedidos.

Em Magé, especificamente, verificamos um forte embate entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Enquanto isso, os comunistas na clandestinidade – abrigados em outras legendas – e Tenório Cavalcanti – sem forte identificação partidária – “corriam por fora” na disputa por capital político no município, mas todos – incluindo petebistas e pessedistas – buscando aproximações com a classe trabalhadora.

A especificidade do município de Magé, no que tange a articulação dos trabalhadores dessas duas categorias, foi abrigar várias fábricas de um mesmo ramo industrial, alçando a cidade como relevante polo têxtil fluminense, ao passo que também mantinha um considerável território com potencial agrícola, parte dele inclusive sendo de propriedade de uma fábrica de tecidos. Agregando grande contingente de trabalhadores, entre operários, lavradores, posseiros, meeiros, arrendatários, parceiros, colonos, camponeses e pequenos proprietários ru-

rais, o município tornou-se foco de uma intensa militância comunista, que sinalizava para uma aliança operário-camponesa.

Porém, não consideramos que foi propriamente o comunismo, mas as múltiplas experiências na seara da política (onde o PCB estava incluído e mantinha significativa adesão) que forjaram junto aos trabalhadores a interpretação de que eram, de fato, sujeitos de sua própria história, defendendo seus direitos e lutando por novas conquistas sociais. Talvez essa seja a chave para compreendermos toda a reação ao avanço das lutas democráticas que se travavam no país antes de 1964.

Ao finalizarmos esta pesquisa, portanto, reforçamos o nosso argumento de que a ação desses trabalhadores mageenses, mediante um aprendizado acumulado no decurso de lutas passadas, fortaleceu sobremaneira a noção de participação política e popular, desenvolvendo assim uma noção de cidadania bastante vinculada a visões morais sobre a dignidade operária, a justiça e a libertação dos “de baixo” frente aos apuros vividos pela classe trabalhadora.

Apesar do forte enquadramento por parte do Ministério do Trabalho e da repressão policial, verificamos que o discurso estatal, dos partidos e a própria legislação trabalhista foram por vezes resignificados e reinventados pelos trabalhadores. Por isso mesmo que, de forma alegórica, enfatizamos no título desta tese a proeminência da foice, do martelo e de outras ferramentas políticas, todas contribuindo – à sua maneira – na constituição de uma certa noção de cidadania, a ponto de manter formas de resistência após 1964.

BIBLIOGRAFIA:

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 2 ed.
- ALENTEJANO, Paulo [et.al]. Assentamento Cachoeira Grande: Magé. In: *Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.
- ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. *A guerrilha esquecida: memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a ditadura militar no Brasil*. Vitória: dissertação em História, UFES, 2014.
- ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a Fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- AMARAL, Luciana Pucu Wollmann do. *Soou o apito: experiência operária e identidade de classe dos trabalhadores da Companhia Fluminense de Tecidos do Barreto – Niterói – RJ*. São Gonçalo: dissertação em História Social, FFP/UERJ, 2010.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985. ed.5.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). *Catálogo de panfletos apreendidos pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social – DESPS (1933-1944)*. Rio de Janeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), 1999.
- AUED, Bernardete Wrublewski. *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro – PCB – e Ligas Camponesas (1955-64)*. Florianópolis: Editora UFSC, 1986.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Ano Vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFRRJ/CPDA, 2008.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- _____. *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências*. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidades e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.
- BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986. ed.2.
- BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BESSA, Telma; e ARAÚJO, Allana. *Sobral: outros olhares, outras memórias, outras histórias*. Sobral: Instituto ECOA, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 2 ed.

CAMARGO, Aspásia. *A questão agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)*. In: FAUSTO, Boris. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1981. t.III. v.3

CARONE, Edgar. *O PCB (1943-1964)*. Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: Difel, 1982. v.2.

CARNEIRO, Ana; e CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília, DF: MDA, 2011.

CARRIJO, Maicon Vinícius da Silva. *Cientistas sociais e historiadores no mercado editorial do Brasil: a Coleção Estudos Brasileiros da Editora Paz e Terra (1974-1987)*. São Paulo: tese em História, USP, 2013.

CARVALHO, Diego. *Partidos e alianças políticas na “Moscouzinho do Brasil”: os comunistas e as eleições municipais de outubro de 1947 em Jaboatão-PE*. Niterói: dissertação em História, UFF, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. ed.2.

CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e Pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. Niterói: tese de doutorado em História, UFF, 1995.

CAVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da Silva. *Sujeitos no imaginário acadêmicos: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. Campinas: Cadernos AEL, 2009. v.14.n.26.

COELHO, Mário. *Magé do meu tempo: memórias, prosa e verso*. Magé: s/d, 2012.

CORD, Marcelo Mac. *E. P. Thompson, a historiografia brasileira e a valorização das experiências dos trabalhadores*. In: *Trabalho Necessário*. a.12. n.18. 2014.

CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: padrões e empregados na justiça do trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr, 2011.

_____. *A “rebelião dos índices”: política salarial e Justiça do Trabalho na ditadura civil-militar (1964-1968)*. In: GOMES, Ângela de Castro; e SILVA, Fernando Teixeira da [org.]. *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2013.

CORREIA, Telma de Barros. *De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular*. São Paulo: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, mai/2001. n.4.

CORTE, Andréa Telo da [org.]. *Amaral Peixoto: história, memória, política*. Niterói: Museu do Ingá, 2012.

COSTA, Hélio; FONTES, Paulo; FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Na luta por direitos: leituras recentes em História Social do Trabalho*. São Paulo: Unicamp, 1999.

CUNHA, Paulo Ribeiro [org.]. *O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004. Série Memória & História. v.4.

DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Niterói: tese em História, UFF, 2008.

_____. *Mundo Rural e Era Vargas: direitos, papel do campo e legislação social na historiografia recente*. In: Tempos Históricos. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2014. v.16.

DULCETTI, Glaucé Luna Garcia. *Assentamento Cachoeira Grande: formas de sociabilidade*. Rio de Janeiro: dissertação em História, Política e Bens Culturais, CPDOC/FGV, 2006

ENGELS, Friedrich. *Para a questão da habitação*. 1873.

ESPÍNDOLA, Cláudia dos Santos. *Comunidade de Cachoeira Grande: de operários fabris a agricultores assentados*. Rio de Janeiro: dissertação, UFRJ/CPDA, 2004.

ESTEVEZ, Alejandra. *As intervenções sindicais durante a ditadura militar brasileira (1964-1988)*. Rio de Janeiro: projeto de pesquisa de pós-doutorado em História, Política e Bens Culturais, CPDOC/FGV, 2014.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930. Historiografia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FERNANDES, Antônio de Paiva. *Magé durante o Segundo Império e os primeiros tempos da República: a história de uma abnegada mulher*. Rio de Janeiro: s/ed, 1962.

FERRAZ, Francisco César Alves. *O Brasil na guerra: um estudo de memória escolar*. In: Anais do IV Seminário “Perspectivas do Ensino e História”. Ouro Preto: UFOP, 2001.

_____. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. *Queremismo, trabalhadores e cultura política: soberania popular e aprendizado democrático*. In: Varia História. Belo Horizonte: UFMG, 2002. v.28. n.1.

_____; e REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FIGUEIREDO, Joana Lima. *Fábrica Santo Aleixo: Magé, Arte e Patrimônio da Industrialização (1847-1979)*. Niterói: dissertação de Mestrado em Ciência da Arte, UFF, 2008.

FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_____; NEGRO, Antonio Luigi. *Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical*. In: AQUINO, Maria Aparecida de; et al.[orgs]. *Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Garamond, 2004.

_____. História e perspectivas da esquerda. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Argos, 2005.

_____. *Os impactos da Segunda Guerra Mundial e a regulação das relações de trabalho no Brasil*. In: Nuevo Mundo, Mundos Nuevos. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2014.

FRENCH, John. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classes em São Paulo, 1900-1950*. São Caetano do Sul: Hucitec, 1995.

_____. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. 1. ed.

_____. [org.]. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 3 ed.

GRYNSZPAN, Mario. *Movimentos sociais no campo no Estado do RJ (junho de 1961 – julho de 1962): documento de trabalho*. Texto para discussão no grupo “Movimentos Sociais no Campo”. São Paulo: Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura: CPDA/EIAP/FGV, 1 a 4/10/1980.

_____. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado em Antropologia Social, UFRJ, 1987.

_____. *Os Idiomas da Patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti*. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1990. n. 14.

_____. Conflitos: expressão pública e gênese de grupos sociais. *Sociologias*. Porto Alegre: jan/jun, 1999. a.I. n.1

_____. *Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República*. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; e ALBERI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. *O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GUARANY FUTEBOL CLUBE. *Revista comemorativa do jubileu de ouro (1913/1963)*. Santo Aleixo, Magé/RJ: 1963.

GUIMARÃES, Juarez Rocha; PAULA, Delsy Gonçalves de; e STARLING, Heloisa Maria Murgel (org.). *Sentimento de reforma agrária, sentimento de República*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. A industrialização brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos industriais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v.7. n.1. maio/2005.

HAHAMOVITCH, Cindy; e HALPERN, Rick. *Not a “sack of potatoes”: why labor historians need to take agriculture seriously*. In: *International Labor and Working-Class History*. n.65. Spring 2004.

HALL, Michael. *Entre a etnicidade e a classe em São Paulo*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Frederico; e FRANZINA, Emilio [orgs.]. *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: EDUSP, 2010.

HOBBSBAWM, Eric J. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, EDUSP, 2013.

JOSHI, Chitra. *Espaços do trabalho e história social na Índia*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 2009. v.22. n.43.

KOVAL, Boris. *História do Proletariado Brasileiro: 1857 a 1967*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

LAGE, Sofia Martins. *A Indústria Têxtil em Santo Aleixo: Processo de Industrialização em Santo Aleixo e seus impactos nas transformações do espaço urbano*. São Gonçalo: monografia de graduação em Geografia, FFP/UERJ, 2007.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LINDEN, Marcel van der. *História do Trabalho: o velho, o novo e o global*. In: Revista Mundos do Trabalho. v.1. n.1. jan-jun/2009.

_____. *The promise and challenges of Global Labor History*. In: International Labor and Working-Class History. n.82. Fall 2012.

LINDOSO, Felipe José. *O Campesinato e o Mercado: circuitos comerciais e reprodução camponesa*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado em Antropologia Social, MN/UFRJ, 1983.

LINEBAUGH, Peter; e REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOPES, Isabela Pereira. *Sonhos em Retalhos: a creche da Fábrica Andorinhas em Santo Aleixo-RJ (1946-1970)*. Niterói: monografia de graduação em Educação, UFF, 2006.

LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa*. In: _____. [et.al]. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. [org.]. *Cultura & identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ, 1987.

_____. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. Brasília, DF: Editora UNB; Marco Zero, 1988.

_____.; e MARESCA, Sylvain. *A Morte da “Alegria do Povo”*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1992. v. 20.

_____. *Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais*. In: Mana: Estudos de Antropologia Social. v.17. n.3. dez/2011.

LOPES, Juarez Brandão. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

_____. *Crise no Brasil arcaico*. São Paulo: Difel, 1967.

LOURENÇO, Roberta da Silva. *Moscou brasileira: o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Santo Aleixo*. São Gonçalo: monografia de graduação em História, UNIVERSO, 2005.

MACEDO, Michelle Reis de. *Trabalhadores e cidadania no Brasil: o movimento queremista e a democratização de 1945*. Niterói: dissertação de mestrado em História, UFF, 2008.

MACINTYRE, Stuart. *Little Moscows: communism and working-class militancy in inter-war Britain*. London: Croom Helm, 1980.

MAGÉ (RJ). *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Interventor no Estado do Rio Comandante Ary Parreiras pelo Prefeito Gilberto H. de Bacellar*. Prefeitura Municipal de Magé: s/d, 1933.

_____. *Relatório do Exercício apresentado ao Exmo. Sr. Comte. Ary Parreiras, D. D. Interventor do Estado do Rio de Janeiro, pelo Prefeito Municipal Gilberto Huet de Bacellar*. Prefeitura Municipal de Magé: s/d, 1934.

_____. *Relatório à Câmara Municipal de Magé: Exercício de 1952*. Prefeitura Municipal de Magé: s/d, 1953.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MANGABEIRA, Wilma. *Memories of “Little Moscow” (1943-64): study of a public housing experiment for industrial workers in Rio de Janeiro, Brazil*. In: Social History. v.17. n.2. 1992.

MARINS, Geilson de Sena. *Fábrica de Santo Aleixo: fundação em 1848 e memória da vila operária no século XX*. Niterói: monografia de graduação em História, UFF, 2006.

MARX, Karl. O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos: seleção de textos de José Arthur Giannotti*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. ed.2. Coleção “Os Pensadores”.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi. *A regra do jogo: o julgamento de opositores do regime militar brasileiro*. In: KOENER, Andrei [org.]. *História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises*. São Paulo: IBCCRIM, 2006.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro (Relatório de Pesquisa): dez anos de luta pela terra (1969-1979)*. Rio de Janeiro: CPDA, 1983. mimeo.

_____. *Lutas sociais no campo no Rio de Janeiro (Relatório de Pesquisa)*. UFRRJ/CPDA, 1984. Mimeo.

_____. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Campinas: tese em Ciências Sociais, UNICAMP, 1995.

_____. *Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60*. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos. *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2000. v.4.

_____. *Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar*. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014. Coleção Estado de Sítio.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 3 ed.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In: SCHWARCZ, Lília (org.). *História da vida privada: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Fios da Rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949)*. Rio de Janeiro: tese de Doutorado em História, PUC-RIO, 2012.

_____. *Identidade, memória e história em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril*. São Gonçalo: dissertação de Mestrado em História Social, FFP/UERJ, 2008.

_____. *O compasso da vida no ritmo da fábrica: identidade e memória do cotidiano operário em Santo Aleixo*. São Gonçalo: monografia de graduação em História, FFP/UERJ, 2005.

_____. *Associativismo recreativo e formação de identidades: elementos constitutivos de uma cultura fabril*. In: *Fronteiras*. Florianópolis: 2009. n.17.

_____; RIBEIRO, Felipe. *Um complexo de redes bem tecido: os tecelões da Fábrica Santo Aleixo e suas relações para além do local de trabalho*. In: *Revista Mundos do Trabalho*. v.5. n.10. jul-dez/2013.

MINGIONE, Enzo; e PUGLIESE, Enrico. *A difícil delimitação do “urbano” e do “rural”: alguns exemplos e implicações teóricas*. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, abr/1987. n.22.

MITRA DIOCESANA DE PETRÓPOLIS. *Os Horrores de Magé: 1894*. Magé: s/ed, 2002.

MIZUBUTI, Satie. *Migrações no Brasil: Magé – um estudo de caso*. Niterói: Tese de Livre Docência em Geografia, UFF, 1975.

MOREL, Regina Lúcia M. *A construção da “família siderúrgica”: gestão paternalista e empresa estatal*. In: RAMALHO, José Ricardo (org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MOTTA, Arilcides de Moraes [org.]. *1964 - 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2003.

MOTTA, Marly. *Saudades da Guanabara*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MUNHOZ, Sidnei J. *Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)*. In: Diálogos. Maringá: UEM, 2002. v.2. n.6.

NASCIMENTO, Dmitri Felix do. *O Serviço Nacional de Informações (SNI): o sindicalismo em Pernambuco como alvo (1964-1967)*. In: Revista Crítica Histórica. a.5. n.10. dez/2014.

NEGRO, Antonio Luigi. *O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX*. In: Politeia: História e Sociedade. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2006. v.6. n.1.

_____; e GOMES, Flávio dos Santos. *As greves antes da “grève”: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX*. In: Ciência e Cultura. v.65. n.2. abr-jun/2013.

_____; CORRÊA, Larissa Rosa; e FONTES, Paulo. *Trabalhadores e Ditadura*. In: Revista Mundos do Trabalho. v.6. n.11. jan-jun/2014.

NETO, Murilo Leal Pereira. *A Reinvenção do Trabalhismo no “Vulcão do Inferno”: um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964)*. São Paulo: Doutorado em História pela USP, 2006.

_____. *A fábrica, o sindicato, o bairro e a política: a “reinvenção” da classe trabalhadora de São Paulo (1951-1964)*. Mundos do Trabalho. In: Revista Mundos do Trabalho. v.1. n.1. jan-jun/2009.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC, dez/1993. n.10.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. Rio de Janeiro: tese em Antropologia Social, UFRJ, 1988.

OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. *Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F&S Editora, 1992.

_____. *Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro*. Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidade de Barcelona. v.10. n.218. ago/2006.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica na cidade*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado em Geografia, UFRJ, 1991.

OLIVEIRA, Sônia Maria Gonzaga de. *Montanhas de Pano: fábrica e vila operária em Santo Aleixo*. Rio de Janeiro: dissertação de Mestrado em Antropologia Social, MN/UFRJ, 1992.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e Companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PAULA, Amir El Hakim de. *As territorialidades dos sindicatos no Brasil do início do Século XX aos anos de 1930*. 1º Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2008.

PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. *Capital, trabalho e moradia em complexos habitacionais de empresa: Serra do Navio e o Amapá na década de 1950*. In: AMARAL, Alexandre [et.al]. *Do lado de cá, fragmentos de História do Amapá*. Belém: Açai, 2011.

_____. *Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial*. Belém: Paka-Tatu, 2014.

PEDROSO, José. *O Rio de Janeiro: a cidade e o Estado*. Rio de Janeiro: s/d, 1950.

PEDROZA, Manoela. *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-1968)*. Porto Alegre: dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2003.

PEREIRA, Aline Fernandes. *A Fábrica Santo Aleixo: a importância de uma indústria têxtil como exemplo de trabalho manufatureiro livre em uma sociedade escravista*. Vassouras/RJ: dissertação de Mestrado em História Social, USS, 2006.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Football mania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PESSANHA, Elina G. da Fonte; MOREL, Regina Lúcia de Moraes. Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*. Rio de Janeiro: out/1991. a.6. n.17.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. *Retalhos de Memórias: Trabalho e Identidade nas Falas de Operários Têxteis do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: dissertação de Mestrado em Memória Social, UNIRIO, 2006.

_____. *Retalhos de Memória: Lembranças de Operários Têxteis Sobre Identidade e Trabalho*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989. 2 v. n.3.

_____. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. v.5. n.10.

PRIORI, Angelo. *Legislação social e sindicalismo: um estudo sobre os trabalhadores rurais no norte do Paraná (1956-1963)*. São Paulo: dissertação de mestrado em História pela UNESP, 1994.

_____. *O levante dos posseiros: a Revolta Camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo*. Maringá: Eduem, 2011

PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. pp.53-56.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado Patrão e Luta Operária: o caso FNM*. São Paulo: Paz e terra, 1989.

REGO, Otávio Brandão. *Otávio Brandão (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993.

REZNIK, Luis. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RIBEIRO, Felipe. *Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. São Gonçalo: dissertação de mestrado em História Social, FFP/UERJ, 2009.

_____. *Astério dos Santos, o operário: processo de acumulação política, memória e identidade dos trabalhadores têxteis de Santo Aleixo (1941-1964)*. São Gonçalo: monografia de graduação em História, FFP/UERJ, 2006.

_____. “*Moscouzinhos*” no Brasil: a militância do PCB na pequena cidade. In: Cadernos AEL, 2011. v.18. n.30.

_____. *Memórias da Moscouzinho: os tecelões de Santo Aleixo e a liderança de Astério dos Santos*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. *A Favela entre a Cruz e a Espada: A criação da Fundação Leão XIII e o ordenamento sócio-habitacional carioca (1947-1962)*. São Gonçalo: FFP/UERJ: dissertação de mestrado, 2009.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. Niterói: Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1994.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001.

SANT’ANNA, Irun. *Brasil: país sem futuro?* Rio de Janeiro: Imprimatur, 1997.

_____. *O garoto que sonhou mudar a humanidade*. Rio de Janeiro: Fundação Dinardo Reis, 2011.

SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé: Terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

_____. *A Saga dos Ullmann (História de Magé de 1870/1950)*. Petrópolis: Gráfica Jornal da Cidade, 1988.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SAVAGE, Mike. *Espaço, redes e formação de classe*. In: Revista Mundos do Trabalho. v.3. n.5. jan-jun/2011.

SEGATTO, José Antônio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*. Rio de Janeiro: tese em História, Política e Bens Culturais, CPDOC-FGV, 2011.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Seropédica: Mauad X, EDUR, 2008.

SILVA, Claudiane Torres da. *Justiça do Trabalho e ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)*. Niterói: dissertação em História, UFF, 2010.

SILVA, Claudio Araújo de Souza e. *A virtude dos sacrifícios versus a ciência das transações: Tenório Cavalcanti e o campo político do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: doutorado em Ciências Sociais pela UERJ, 2012.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das Docas de Santos – direitos e cultura de solidariedade (1937-1968)*. Santos, Hucitec, Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

_____. *“Justiça de Classe”: tribunais, trabalhadores rurais e memória*. In: Revista Mundos do Trabalho. v.4. n.8. jul-dez/2012.

SILVA, Leonardo Ângelo da. *Industrialização, relações de classe e participação política: da criação da CSN à emancipação de Volta Redonda (1941-1954)*. Seropédica: dissertação de mestrado em História, UFRRJ, 2010.

SILVA, Luiz Rogério Oliveira da. *As representações travestidas de militante*. In: História Social. Campinas: Unicamp, 1996. n.3.

SILVA, Nauber Gavski da. *O “mínimo” em disputa: salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (c. 1940 – c. 1968)*. Porto Alegre: tese em História, UFRGS, 2014.

SILVEIRA-LINDOSO, Maria José Rios Peixoto da. *A ambiguidade na transformação: um estudo sobre a ideologia*. São Paulo: dissertação em Ciência Política, USP, 1983.

_____. *O começo de tudo*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ: Seminário sobre “Conflitos no Campo no Estado do Rio de Janeiro, 29 e 30/10/1984.

SOARES, Carla Rosa. *Magé: memória e história de uma comunidade fabril*. São Gonçalo: monografia de graduação em História, UNIVERSO, 2006.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *A Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ: FAPERJ, 2002.

TAVARES, Rodrigo Rodrigues. *A “Moscouzinha” Brasileira: cenários e personagens do cotidiano operário de Santos (1930-1954)*. São Paulo: Humanitas: FAPESP, 2007.

TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFRRJ/CPDA, 2011.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. v.1. ed.6.

_____. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. São Paulo: Paz e Terra, 2012. v.2. ed.2.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. *O rural no cinema brasileiro*. São Paulo: UNESP, 2001.

VALERIANO, Maya Damasceno. *O processo de precarização das relações de trabalho e a legislação trabalhista: o fim na estabilidade no emprego e o FGTS*. Niterói: dissertação em História Social, UFF, 2008.

VASCONCELOS, José Mauro de. *Meu pé de laranja lima*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.

VIEIRA, Caroline Moreira. *“Horrores de Magé”: as repercussões da Revolta da Armada na cidade de Magé. 1893-1894*. São Gonçalo: monografia de graduação em História, FFP/UERJ, 2005.

WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do após-guerra*. Estudos CEBRAP. São Paulo: abr-jun/1973. v.4.

WEID, Elisabeth von der; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *O Fio da Meada: Estratégia e Expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril 1878/1930*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PERIÓDICOS:

A Cidade
A Manhã
A Noite
A Offensiva
A Razão
A Verdade
Correio da Manhã
Correio de Magé
Diário Carioca
Diário da Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Diário da Manhã
Diário da Noite
Diário de Notícias
Diário do Congresso Nacional
Diário Oficial da União
Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro
Folha do Povo
Gazeta de Notícias
Imprensa Popular
Informativo Colégio 1º de Maio
Jornal do Brasil
Luta Democrática
Novos Rumos
O Estado de São Paulo
O Fluminense
O Globo
O Imparcial
O Paiz
O Radical
O Século
Terra Livre
Tribuna Popular
Última Hora
Voz do Povo
Voz Operária

ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS:

ACÁCIO FERNANDES DOS SANTOS a Leonilde Medeiros. 26/10/1982.

ALMIR DE CASTILHO a Juçara Mello. 10/03/2005.

CASIMIRO VIRGÍNIO DA ROCHA a Felipe Ribeiro. 1999.

CÉLIA DOS SANTOS a Juçara Mello, em 08/01/2005.

CINCO LAVRADORES a Leonilde Medeiros. 30/09/1982.

ELIZABETH LELLES a Taiane Linhares. 2012.

ELPÍDIO (?) a Sônia Gonzaga. 07/08/1980.

EVONETE DE ARAÚJO SOUZA e LUIZ PORFÍRIO DE SOUZA a Taiane Linhares. 2012.

GEREMIAS e MÁRCIO a Leonilde Medeiros. 07/2001.

GUILHERME DE CARVALHO a Felipe Ribeiro, em 2000.

HERMÍNIO SANTOS a Joana Figueiredo. 06/04/2008.

IRUN SANT'ANNA a Felipe Ribeiro. 06/04/2006.

IRUN SANT'ANNA a UNE. 14/10/2004.

JOAQUIM DOS SANTOS a Taiane Linhares. 2012.

JORGE CARLOTO LIMA a Joana Lima Figueiredo. 22/03/2008.

JOSÉ NETO AGOSTINHO a Leonilde Medeiros. 09/11/1982.

JOSÉ PUREZA a Eliane Cantarino, entre 1979-1983

JOSÉ PUREZA a Leonilde Medeiros. 20/02/1980.

JOSÉ RODRIGUES a Felipe Ribeiro. 04/08/2006.

LICÉRIO RAMOS a Taiane Linhares. 2012.

LÚCIA DE SOUZA a Juçara Mello. 10/10/2007.

LÚCIA DE SOUZA a Taiane Linhares. 2012.

MANOEL FERREIRA DE LIMA a Sônia Gonzaga. 01/12/1980.

MANOEL FERREIRA DE LIMA a Leonilde Medeiros. 1982.

MARIA ASTÉZIA DE OLIVEIRA PEREIRA a Felipe Ribeiro. 07/1999.

MARIA ONEIDA PECLAT a Juçara Mello. 18/01/2007.

MARIA ONEIDA PECLAT a Taiane Linhares.

NITO LIMA TEIXEIRA a Juçara Mello. 05/01/2005.

PAULO LOPES a Sônia Gonzaga. 08/09/1980.

PAULO LOPES a Juçara Mello. 2005.

PLÁCIDO AGRA NETO a Felipe Ribeiro. Out/1999.

SALVADOR OLIVEIRA SANTOS, MANOEL FERREIRA DE LIMA e ALEXANDRE (...) a Leonilde Medeiros. 23/08/1982.

WALDOMIRO PINTO CARNEIRO ao Grupo Centenário. 1992.

ACERVOS:

Arquivo Edgar Leuenroth (AEL)

Arquivo Nacional (AN)

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Biblioteca Nacional (BN)

Câmara Municipal de Magé (CMM)

Cartório do 3º Ofício de Magé

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)

Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

Projeto Brasil Nunca Mais (BNM)

Serviço Nacional de Informações (SNI)

Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ)

Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ)

DOCUMENTÁRIOS:

Josefa: uma mulher na luta camponesa, de Roberto Maxwell e Luiz Cláudio Lima (2002).

Sementes em Trincheiras, de Marcelo Hernandez (2006).

Tecido Memória, de José Sérgio Leite Lopes, Rosilene Alvim e Celso Brandão (2008).

Tear. curta metragem, de Taiane Linhares (2013).

Tear. longa metragem, de Taiane Linhares (2014).